



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**O SÍTIO DA PONTE DA AZAMBUJA 2 (PORTEL, ÉVORA) E A EMERGÊNCIA DOS
RECINTOS DE FOSSOS NO SW PENINSULAR NOS FINAIS DO 4.º MILÉNIO A.N.E.**

Ana Filipa de Castro Rodrigues

DISSERTAÇÃO

**DOUTORAMENTO EM ARQUEOLOGIA
ESPECIALIDADE EM ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA**

**Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor António Manuel Faustino de Carvalho**

2015

**O SÍTIO DA PONTE DA AZAMBUJA 2 (PORTEL, ÉVORA) E A
EMERGÊNCIA DOS RECINTOS DE FOSSOS NO SW PENINSULAR NOS
FINAIS DO 4.º MILÉNIO A.N.E.**

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Ana Filipa de Castro Rodrigues)

© Ana Filipa de Castro Rodrigues

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

A execução desta tese não seria possível sem o apoio e colaboração de inúmeras pessoas e instituições.

Começando pelos agradecimentos institucionais. Três entidades foram fundamentais para a execução desta dissertação, tendo o seu apoio sido imprescindível desde o primeiro momento: a Crivarque, Lda., a Universidade do Algarve e a Fundação para a Ciência e Tecnologia. A concretização de um protocolo entre estas três instituições permitiu-me a concessão de uma Bolsa de Doutoramento em Empresas, durante quatro anos, para que me fosse possível dedicar, em exclusividade, a esta tarefa.

Ao meu orientador, António Faustino de Carvalho, agradeço todas as horas de dedicação e paciência infinita para me ajudar a definir um caminho, que nem sempre foi fácil de trilhar. Agradeço-lhe não só o facto de ter sido um verdadeiro orientador, algo que eu desconhecia por completo, mas também por ter sido um amigo, com quem pude contar ao longo destes anos: obrigada pelas palavras de incentivo, mas, sobretudo, obrigada pelos “puxões de orelhas” dados no momento certo.

Ao meu coordenador na empresa, Francisco Almeida, agradeço toda a sua colaboração e disponibilidade, mesmo quando as suas opções o deslocalizaram para os antípodas do nosso país.

Devo ainda um agradecimento especial a todos os colegas e amigos que participaram na elaboração deste projeto, desde os trabalhos de campo até aos trabalhos de laboratório, nos quais estão incluídos os estudos complementares em anexo, não esquecendo aqueles que disponibilizaram o seu tempo na execução da parte gráfica, cartográfica e fotográfica, assim como na tradução, para um inglês imaculado, do *abstract*. Para não ser injusta e cair no típico “agradecimento a todos os que foram esquecidos” prefiro não elaborar uma lista de nomes, que se antevê extensíssima. Creio que desta forma ninguém ficará ofendido, porque nenhum ficou esquecido e ninguém foi preterido ou preferido.

À minha família agradeço tudo, especialmente a compreensão pela minha ausência nos momentos em que todo o meu tempo foi canalizado para a redação da dissertação.

Ao Pedro, a quem tudo devo, dedico esta tese.

Nome: ANA FILIPA DE CASTRO RODRIGUES
Faculdade: FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Orientador: ANTÓNIO MANUEL FAUSTINO DE CARVALHO

Título: O SÍTIO DA PONTE DA AZAMBUJA 2 (PORTEL, ÉVORA) E A EMERGÊNCIA DOS
RECINTOS DE FOSSOS NO SW PENINSULAR NOS FINAIS DO 4.º MILÉNIO A.N.E.

Resumo

O estudo da Pré-história recente no atual território português assistiu, a partir dos finais da década de 1990, a uma “verdadeira revolução empírica” (Valera, 2008: 112) na qual se encontra a temática dos recintos de fossos, cujo *boom* na sua identificação, associada às problemáticas subjacentes, a isolaram como unidade de estudo específica datada de entre finais do 4.º e todo o 3.º milénio a.n.e.

“Quais os motivos que levaram as sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e. a construírem recintos de fossos no SW Peninsular?” foi a questão de partida que alicerçou a presente dissertação.

A construção de uma resposta coerente ao problema colocado passou pela implementação de um questionário prévio e análise de dados empíricos obtidos no sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora). Após a revisão da literatura, esta dissertação centrou-se neste sítio arqueológico, efetuando-se:

- a caracterização das condições de implantação;
- a descrição da intervenção arqueológica e a leitura interpretativa da estratigrafia e das estruturas identificadas;
- a análise da cultura material, adotando uma perspectiva que visa não só o enquadramento tipológico dos artefactos mas também a tecnologia da sua execução;
- a discussão dos processos de formação do registo arqueológico e das inferências sociais daí resultantes;
- a reconstrução paleoambiental e consequentes estratégias de subsistência, providenciando o cenário da ação destes grupos.

A partir da comparação com outros dez recintos coevos conclui-se que o surgimento deste novo paradigma de apropriação do espaço estará relacionado com fenómenos de

agregação social, impulsionados por um aumento demográfico (deduzido pelo megalitismo funerário), que consequentemente necessita de modos de produção mais eficazes e eficientes. As condições paleoclimáticas associadas aos movimentos populacionais em curso desde os períodos antecedentes, originaram um novo modelo de organização territorial, regulador de uma sociedade mais complexa do que é tradicionalmente assumido.

PALAVRAS-CHAVE: NEOLÍTICO FINAL, RECINTOS DE FOSSOS, SW PENINSULAR, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Name: ANA FILIPA DE CASTRO RODRIGUES
Faculty: FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Doctoral advisor : ANTÓNIO MANUEL FAUSTINO DE CARVALHO

THE PONTE DA AZAMBUJA 2 (PORTEL, ÉVORA) ARCHAEOLOGICAL SITE
Title: AND THE EMERGENCE OF DITCHED ENCLOSURES IN LATE FOURTH
MILLENNIUM BC

Abstract

From the late 1990's onwards, studies on the Late Prehistory of present-day Portugal went through a "true empirical revolution" (Valera, 2008: 112), which concerns ditched enclosures as well. Furthermore, an archaeological discovery boom, along with the issues raised by such sites, turned the whole subject of ditched enclosures into a specific study unit, dated from between the late fourth and the third millennium BC.

"Which reasons took societies from late fourth millennium BC to build ditched enclosures in Southwest Iberia?" was the starting question of this dissertation.

Building up a coherent answer to that question involved a previous enquiry and the analysis of empirical data gathered at Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) archaeological site. After a review of the literature, the dissertation focused on that particular archaeological site, including:

- characterization of settlement location features;
- description of archaeological works and interpretive reading of stratigraphy and identified structures;
- material culture analysis, from a perspective that encompasses both the typological scope of artefacts and their manufacture technology;
- discussion of site formation processes and of social inferences resulting thereof;
- paleoenvironmental reconstruction and assessment of subsistence strategies, to outline the social groups' background.

A comparison with ten other coeval enclosures resulted in the conclusion that the emergence of this new paradigm of appropriation of space might be related to issues of social aggregation, spurred by a demographic growth (deduced from funerary megalithism), which

necessarily requires more efficient and effective production methods. Paleoclimatic conditions associated to population movements that were taking place since previous periods originated a new model of territorial organization, regulating a society that was more complex than is commonly assumed.

KEYWORDS: LATE NEOLITHIC, DITCHED ENCLOSURES, SW IBERIA, TERRITORIAL ORGANIZATION

Índice

PRÓLOGO: ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS, DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	29
CAPÍTULO 1 O NEOLÍTICO FINAL E OS RECINTOS DE FOSSOS NO SW PENINSULAR	41
1.1. Neolítico Final: o que significa?	43
1.1.1. Cronologia	44
1.1.2. Leituras Sociais	47
1.2. “O que são Recintos de Fossos” (Valera, 2013)?	51
1.3. Sobre os processos de emergência dos recintos de fossos	57
CAPÍTULO 2 PONTE DA AZAMBUJA 2: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	75
CAPÍTULO 3 PONTE DA AZAMBUJA 2: ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO	85
3.1. O reconhecimento da Ponte da Azambuja 2 como um recinto de fossos pré-histórico	87
3.2. A Escavação Arqueológica	90
3.2.1. Área e metodologia de escavação	91
3.2.2. Contextos em estudo	94
3.3. Constrangimentos de um projeto de investigação: a escavação arqueológica que se pretendia fazer – o Fosso identificado na linha de água	110
3.4. Prospeção geofísica e fotointerpretação	112
CAPÍTULO 4 PONTE DA AZAMBUJA 2: CULTURA MATERIAL	115
4.1. Preâmbulo	117
4.1.1. Critérios de análise artefactual	118

4.2. Materiais Cerâmicos.....	124
4.2.1. Argilas e pastas.....	127
4.2.2. Colheres.....	144
4.2.3. “Queijeiras”	144
4.2.4. “Biberon”	148
4.2.5. Disco.....	148
4.2.6. Outros materiais cerâmicos	148
4.2. Indústria Lítica	150
4.2.1. Materiais de Pedra Lascada.....	150
4.2.2. Materiais de Pedra Polida/ Afeiçãoada e Elementos de Moagem	186
4.3. Subsistema Simbólico	187
4.3.1. Figuras antropomórficas e “ídolos de cornos”	187
4.3.2. Placa de Xisto Decorada	199
4.3. Objetos de Adorno	205
4.4. Indústria Óssea	206
4.5. Outros	207
4.6. Notas sobre a cultura material da Ponte da Azambuja 2.....	207
4.6.1. Significado Cronológico	207
4.6.2. Significado Cultural	220
 CAPÍTULO 5 PONTE DA AZAMBUJA 2: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DO REGISTO ARQUEOLÓGICO	 223
5.1. As estruturas	226
5.2. A estratigrafia.....	246
5.3. Os elementos de cultura material	258
5.3.1. Densidade e dispersão	258
5.3.2. “Deposições intencionais ou naturais?” (Evangelista & Jacinto, 2007)	264
5.4. Inferências sociais e culturais facultadas pelo registo arqueológico	267

CAPÍTULO 6 PONTE DA AZAMBUJA 2: PALEOAMBIENTE E ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA.....	281
6.1. Clima.....	284
6.1.1. A atualidade.....	284
6.1.2. O Holocénico Médio: caracterização do Sub-boreal.....	285
6.3. Paleobotânica da Ponte da Azambuja 2	287
6.3. Zooarqueologia da Ponte da Azambuja 2	295
6.4. Um modelo paisagístico para a Ponte da Azambuja 2	301
CAPÍTULO 7 A PONTE DA AZAMBUJA 2 E O QUADRO DE REFERÊNCIA DOS RECINTOS DE FOSSOS DO NEOLÍTICO FINAL NO SW PENINSULAR.....	309
7.1. Estratégias de Povoamento.....	312
7.1.1. Estratégia de implantação dos recintos de fossos do SW Peninsular à escala da Mesorregião.....	314
7.1.2. Relação entre recintos de fossos à escala da mesorregião	347
7.1.3. Relação entre recintos de fossos e “povoados” à escala da mesorregião	360
7.1.4. Relação entre recintos de fossos e megalitismo não funerário à escala da mesorregião	370
7.2. Arquiteturas.....	377
7.3. Universo funerário.....	393
CAPÍTULO 8 SOBRE A EMERGÊNCIA DOS RECINTOS DE FOSSOS DURANTE A SEGUNDA METADE DO 4.º MILÉNIO A.N.E NO SW PENINSULAR	405
8.1. Sinopse	407
8.2. Contribuição para um modelo interpretativo	411
8.3. Perspetivas para trabalhos futuros.....	427
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	431

Índice de Figuras

Figura 1. 1. “Distribuição dos recintos de fossos em Portugal” em Portugal, no ano de 2013 (sem distinção cronológica) (Valera, 2013:95)	53
Figura 1. 2. Localização dos onze recintos de fossos do Neolítico Final identificados no Alentejo Central e regiões adjacentes	62
Figura 1. 3. Distribuições de probabilidades entre as datações mais antigas e com maior grau de fiabilidade de cada recinto de fossos mencionado	63
Figura 1. 4. Breve cronologia com o processo histórico que conduz à emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular	65
Figura 2. 1. A. Mapa administrativo de Portugal, com indicação do Distrito de Évora e respetivos concelhos; B. Carta Militar de Portugal (CMP) n.º 472, Esc. 1:25 000; C. Excerto da CMP n.º 472, com indicação do sítio da Ponte da Azambuja 2.....	77
Figura 2. 2. Ponte da Azambuja 2: enquadramento geológico - A. Mapa das grandes unidades morfoestruturais da Península Ibérica (1 – Bacias; 2 – Orlas e Cadeias moderadamente dobradas; 3 – Cadeias Alpinas; 4 – Maciço Ibérico) (adaptado de Ribeiro <i>et alii</i> , 1979); B. Esquema Tectono-Estratigráfico da Carta Geológica de Portugal, na escala 1: 500 000, SGP (1992).....	78
Figura 2. 3. Ponte da Azambuja 2: litoestratigrafia - A. Folha 40-B da Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 50 000, SGP; B. Excerto da Folha 40-B da CGP, à escala 1: 50 000, com a respetiva legenda (Carvalhosa e Zbyszewski, 1991).....	79
Figura 2. 4. Ponte da Azambuja 2: implantação no mapa da Bacias Hidrográficas de Portugal Continental, Instituto da Água, IP (2009)	80
Figura 2. 5. Ponte da Azambuja 2: hidrografia e relevo da área envolvente ao sítio arqueológico (c. 10 km ²)	82
Figura 2. 6. Ponte da Azambuja 2: perfil transversal da área de implantação do sítio	82
Figura 2.7. Ponte da Azambuja 2: implantação num excerto da Folha 40-B, da Carta dos Solos de Portugal, à escala 1: 50 000, Secretaria de Estado da Agricultura (1968)	84
Figura 2.8. Ponte da Azambuja 2: implantação num excerto da Folha 40-B, da Carta de Capacidade de Uso dos Solos, à escala 1: 50 000, Secretaria de Estado da Agricultura (1968)	84

Figura 3. 1. A – Planta do recinto de fossos de Águas Frias; B – Fotografia aérea do Complexo Arqueológico dos Perdigões	90
Figura 3. 2. Levantamento topográfico das áreas escavadas no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2	92
Figura 3. 3. A – Implantação topográfica do Fosso 1, no <i>Locus</i> 1; B – 1. Foto do interior do Fosso 1; 2. Vista geral do Fosso 1 (as setas indicam a localização dos “buracos de poste”); C – 1. “Buraco de poste” identificado em M/7; 2. Localização do “buraco de poste” identificado em M/7 na quadrícula; D – 1. “Buraco de poste” identificado em M/4 (planta); 2. Corte transversal do “buraco de poste” identificado em M/4.....	96
Figura 3. 4. Desenho do Corte W, do <i>Locus</i> 1, Fosso 1, e pormenor fotográfico das quadrículas M/ 7, 8 e 9 do mesmo corte (fotomontagem)	99
Figura 3. 5. A – Implantação topográfica do Fosso 2, no <i>Locus</i> 2; B – Topo da escavação do <i>Locus</i> 2, denotando-se a mancha de sedimento negro, correspondente ao preenchimento do Fosso 2; C – Vista geral do final da escavação do Fosso 2.....	101
Figura 3. 6. Implantação topográfica dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2 nas áreas de escavação.....	104
Figura 3. 7. Diferentes tipos de fossos com traçados sinuosos, conforme Valera, 2010.	107
Figura 3. 8. Eventual relação entre os fossos escavados na Ponte da Azambuja 2.....	108
Figura 3. 9. “Magnetograma de Moreiros 2 anotado com interpretação das estruturas tipo fosso (F), paliçadas (P), entradas (E) e alinhamentos circulares de fossas (A)” (Valera <i>et alii</i> , 2013: 40).....	109
Figura 3. 10. A. Vista geral do corte onde foi identificado o fosso, com indicação dos seus limites; B. Corte, com indicação de materiais arqueológicos, nomeadamente um fragmento de cerâmica de grandes dimensões; C. Abatimento do corte na zona do fosso, com ocorrência de abundantes materiais arqueológicos; D. Alguns materiais arqueológicos recolhido no corte, entre os quais consta um fragmento de ídolo antropomórfico, pedra polida, “barro de cabana”, taças carenadas e esféricos com mamilos junto ao bordo.....	111
Figura 3. 11. Prospeção geofísica no sítio da Ponte da Azambuja 2: A. “corredor” realizado junto à escavação arqueológica (após a reposição do olival); B. “corredor” realizado acima do corte da linha de água, onde foi identificado um outro fosso	112
Figura 4. 1. Descrição pormenorizada da taça carenada com decoração incisa no interior (Desenho de César Neves)	143

Figura 4. 2. Representação gráfica das queijeiras cilíndricas, tipo “manga aberta” recolhidas na Ponte da Azambuja 2 (Desenho de César Neves)	146
Figura 4. 3. Descrição pormenorizada da placa de xisto decorada da Ponte da Azambuja 2 (desenho de Marco Andrade)	200
Figura 4. 4. Elaboração virtual de uma placa de xisto gravada semelhante à da Ponte da Azambuja 2, a partir da placa MEV 5133, da Anta de Cabacinheiros (Évora): A. Placa de xisto gravada da Ponte da Azambuja 2 (Foto de Pedro Souto); B.1. Fotografia da placa de xisto gravada MEV 5133 (Gonçalves, Pereira, & Andrade, 2005), com indicação do local onde se extraiu a placa virtual; B.2. pormenor da fotografia anterior com a denotação da placa de xisto gravada virtual.....	201
Figura 4. 5. Tabela cronológica com indicação das formas cerâmicas presentes nos sítios analisados	218
Figura 5. 1. Implantação dos recintos de fossos do Neolítico Final, localizados na mesorregião definida, na Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 500 000	228
Figura 5. 2. Alterações no declive e morfologia da secção do fosso escavado em 1968, conforme Crabtree, 1971	233
Figura 5. 3. “Exemplificação da variedade das morfologias e dimensões e dimensões das secções de fossos”, adaptado de Valera (2013: 103), com indicação dos fossos cronologicamente enquadrados no Neolítico Final (os que não têm cronologia são posteriores) e os fossos sinuosos identificados no SW Peninsular; a cinzento estão assinalados os sítios que se encontram fora da área em apreço neste trabalho	235
Figura 5. 4. “Klingenbergr, near Heilbronn, Kreis Karlsruhe.[...] The reconstruction indicates that the planks came from a palisade fence [...]. The Michelsberg Culture (Biel 1991 ^a :29” (Andersen, 1997:195).....	238
Figura 5. 5. “Thayngen-Weir, Switzerland. Plans of 3 phases of a pile village with houses, paved walkways and fences. The Pfyn Culture (Muller-Karpe III 1974: Taf. 464)” (Andersen, 1997:215).....	239
Figura 5. 6. A – “Planta geral dos Perdigueiros realizada a partir da prospeção magnética (Valera <i>et alii</i> , no prelo); B – “Detalle de la Sanja 9 (Ímbrice) tras su excavación en 2013. En primero término el foso con la posible empalizada asociada y, al fondo, la gran estela y los fragmentos de mehnir” (Márquez <i>et alii</i> , 2013); C – “And a simplified reconstitution of the possible palisade/ ditch” (Valera A. C., 2014).....	241

Figura 5. 7. 1. “Pormenores de alinhamentos de fossas de implantação de postes e paliçadas. [...] P2. Lado Oeste”; 2. “Magnetograma de Moreiros 2 anotado com interpretação das estruturas tipo fosso (F), paliçadas (P), entradas (E) e alinhamentos circulares de fossas (A)”;	
3. Momentos construtivos diferenciáveis. A. Recintos de paliçadas que abrangem a colina e o seu prolongamento ara Oeste; B – Recintos de fossos de planimetria distinta, que abarcam as vertentes e áreas de fundo de vale” (Valera <i>et alii</i> , 2013).....	242
Figura 5. 8. Outeiro Alto 2: A – “Distribuição das fossas segundo os três tipos definido”; B – “Tipos de fossas para o Núcleo A e respetivos limites de classe. A - fossas pouco profundas (a verde); B - fossas intermédias (a amarelo); C - Fossas profundas (vermelho). A fossa 35 não foi contabilizada devido à forte bioturbação”; C – “Relação dos índices de profundidade das fossas [...]”, adaptado de Valera & Filipe (2012)	244
Figura 5. 9. Corte W, do <i>Locus</i> 1 (Fosso 1). Os números inseridos na caixa retangular indicam os fragmentos de “ídolos de cornos” enquadrados na categoria Outros, e os da caixa oval indicam os “ídolos de cornos” inteiros. (n.º 559 e 569, respetivamente; vd. Capítulo 4.	265
Figura 5. 10. <i>Locus</i> 2. E21. [201]: sobreposição dos níveis artificiais 4, 5 e 6, com indicação da proveniência dos “ídolos de cornos” 570, 571, 572, e 573 (vd. Capítulo 4).....	266
Figura 5. 11. Le Moulal (Aude): A. “Vue aérienne du site en cours de fouilles”; B. “Plan du site”; C. “Image de synthèse restituant l’architecture dès bâtiments néolithiques”; D. “Le Moulal, Trèbes (Aude), reconstitution des élévations de l’enceinte du Néolithique final” (Vaquer, 2000, pp. 11 e 13).....	274
Figura 5. 12. Graphic reconstruction of the central part of the enclosure system at Sarup II. Looking north-east. Drawing by Fleming Bau”(Andersen, 1997).....	275
Figura 6. 1. Ponte da Azambuja 2: implantação no <i>Mapa dos Termotipos de Portugal Continental</i> (adaptado de Mesquita 2005)	285
Figura 6. 2. Ponte da Azambuja 2: implantação no <i>Mapa dos Ombrotipos de Portugal Continental</i> (adaptado de Mesquita 2005)	285
Figura 6. 3. Reconstituição das condições paleoambientais e paleobotânicas n SW Península (mesorregião), durante a etapa final da diacronia neolítica.	294
Figura 6. 4. “Late Neolithic faunal abundance: wild versus domesticated and main taxa”, conforme Valente & Carvalho, 2014.	298
Figura 6. 5. “Pre-Bell Beaker Chalcolithic faunal abundance wild versus domesticated and main taxa”, conforme Valente & Carvalho, 2014.	298

Figura 6. 6. Reconstituição das condições paleoambientais e zooarqueológicas no SW Peninsular (mesorregião), durante a etapa final da diacronia neolítica.....	300
Figura 6. 7. “Palaeoecological history of some landscapes of the Huelva province, south-west Spain”, conforme Stevenson and Harrison, 1992	303
Figura 7. 1. Carta de Declives do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2	317
Figura 7. 2. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2	317
Figura 7. 3. Cabeço do Torrão: perfil transversal da área de implantação do sítio.....	318
Figura 7. 4. Carta de Declives do recinto de fossos do Cabeço do Torrão	320
Figura 7. 5. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos do Cabeço do Torrão ...	320
Figura 7. 6. Carta de Declives do recinto de fossos do Paraíso	322
Figura 7. 7. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos do Paraíso	322
Figura 7. 8. Moreiros 2: perfil transversal da área de implantação do sítio	323
Figura 7. 9. Carta de Declives do recinto de fossos de Moreiros 2.....	325
Figura 7. 10. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos de Moreiros 2.....	325
Figura 7. 11. Malhada das Mimosas: perfil transversal da área de implantação do sítio.....	326
Figura 7. 12. Carta de Declives do recinto de fossos da Malhada das Mimosas	328
Figura 7. 13. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos da Malhada das Mimosas	328
Figura 7. 14. Juromenha 1: perfil transversal da área de implantação do sítio – A. Sentido W/E; B. Sentido N/S	329
Figura 7. 15. Carta de Declives do recinto de fossos de Juromenha 1.....	331
Figura 7. 16. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos de Juromenha 1.....	331
Figura 7. 17. Águas Frias: perfil transversal da área de implantação do sítio – A. Sentido N/ S; B. Sentido W/E.....	332
Figura 7. 18. Carta de Declives do recinto de fossos de Águas Frias	334
Figura 7. 19. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos de Águas Frias	334
Figura 7. 20. Carta de Declives do recinto de fossos dos Perdigões.....	337
Figura 7. 21. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos dos Perdigões.....	337
Figura 7. 22. Excerto da Carta Militar de Portugal, n.º 511, Esc. 1: 25 000, com indicação do sítio da Fareleira 3	338
Figura 7. 23. Carta de Declives do recinto de fossos de Fareleira 3	339
Figura 7. 24. Carta de Orientação das Encostas de Fareleira 3	339

Figura 7. 25. Porto Torrão: perfil transversal da área de implantação do sítio	340
Figura 7. 26. Carta de Declives do recinto de fossos do Porto Torrão.....	341
Figura 7. 27. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos do Porto Torrão	341
Figura 7. 28. Carta de Declives do recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge	343
Figura 7. 29. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge	343
Figura 7. 30. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final no Alentejo Central	348
Figura 7. 31. Visibilidades entre recintos de fossos do Neolítico Final à escala da Mesorregião: A. Moreiros 2 ⇔ Cabeço do Torrão; B. Cabeço do Torrão ⇔ Paraíso; C. Paraíso ⇔ Juromenha 1; D. Juromenha 1 ⇔ Malhada das Mimosas ⇔ Águas Frias ..	356
Figura 7. 32. Intervisibilidade Perdighões – Ponte da Azambuja 2: A. Utilizando o ponto central dos Perdighões de referência para toda a cartografia produzida; B. Utilizando um ponto desviado cerca de 500m, para um local a uma cota mais elevada; C. Excerto da CMP n.º 473, com a localização do ponto utilizado em A e o desvio efetuado em B. ..	357
Figura 7. 33. Esquema de intervisibilidade dos recintos de fossos do Neolítico Final, pertencentes ao “Eixo Norte-Sul”	358
Figura 7. 34. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e povoados “Neo-Calcolíticos” no Alentejo Central	362
Figura 7. 35. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e povoados “Neo-Calcolíticos” à escala da mesorregião: A. Moreiros 2 – Cabeço do Torrão; B – Cabeço do Torrão – Paraíso; C – Paraíso – Juromenha 1; D – Juromenha 1 – Malhada das Mimosas – Águas Frias	368
Figura 7. 36. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e povoados “Neo-Calcolíticos” à escala da mesorregião: A. Perdighões – Ponte da Azambuja 2; B – Porto Torrão; C – Fareleira 3; D – Porto Torrão	369
Figura 7. 37. “Distribuição dos recintos megalíticos, no Alentejo Central” (Calada 2005:24), com indicação das cinco áreas megalíticas (adaptado de Calado, 2005)	371
Figura 7. 38. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e o megalitismo não funerário à escala da mesorregião	372
Figura 7. 39. 1. “Magnetoragama de Moreiros 2”; 2. Magnetograma de Moreiros 2 anotado com interpretação das estruturas tipo fosso (F), paliçada (P), entradas (E) e alinhamentos circulares de fossas (A)”; 3. “Pormenores do magnetograma nas áreas de algumas entradas: A – entrada 2; B – entrada 5; C – entrada 3; D – entrada 12; E – entrada 11; F – entrada 10”; 4. “pormenores de alinhamentos de fossas de implantação de postes das	

paliçadas. Em cima: P2, lado oeste. Em baixo: P1 e P2, lado este”; 5. “Monumentos construtíveis diferenciáveis. A – Recintos de paliçadas que abrangem a colina e o seu prolongamento para Oeste; B – Recintos de fossos de planimetria distinta, que abarcam as vertentes e áreas de fundo de vale” (Valera, Becker & Boaventura, 2013: 39, 40, 42 e 43).....	377
Figura 7. 40. Representação esquemática do Recinto A de Moreiros 2, com indicação das diferentes estruturas identificadas (paliçadas – P - e entradas - E), conforme Valera, Becker, & Boaventura, 2013	379
Figura 7. 41. Representação esquemática do Recinto B de Moreiros 2, com indicação das diferentes estruturas identificadas (fossos – F - e entradas – E), conforme Valera, Becker, & Boaventura, 2013	380
Figura 7. 42. Planta geral do recinto de fossos de Águas Frias, conforme Calado & Rocha, 2004.....	381
Figura 7. 43. Reconstituição da vivência em Águas Frias (retirado de http://megasettlements.blogspot.com/2007/01/re-creating-past_24.html).....	382
Figura 7. 44. “Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Planta de los recintos de fosos de Perdigões, de acuerdo con la magnetometría realizada en el verano de 2009” e “Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Ensayo de calco y primera lectura –por tanto, provisional– de las realidades arqueológicas desveladas a través de la prospección geomagnética: 11 fosos (F) y 5 puertas (P)” (Márquez Romero, 2011: 180-181).....	383
Figura 7. 45. “Representation of the actual understanding of the chronological development of Perdigões” (Valera, Silva e Romero, 2014)	384
Figura 7. 46. Esquema do modelo social de construção e manutenção dos recintos de fossos do SW Peninsular.....	392
Figura 7. 47. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e o megalitismo funerário – antas - à escala da mesorregião	394
Figura 7. 48. Visibilidades entre recintos de fossos do Neolítico Final e antas “neo-calcolíticas” posicionadas no interior dos <i>buffers</i> de 5 km e 10 km: A. Moreiros 2 ⇔ Cabeço do Torrão; B. Cabeço do Torrão ⇔ Paraíso; C. Paraíso ⇔ Juromenha 1; D. Juromenha 1 ⇔ Malhada das Mimosas ⇔ Águas Frias.....	397
Figura 7. 49. Visibilidades entre recintos de fossos do Neolítico Final e antas “neo-calcolíticas” posicionadas no interior dos <i>buffers</i> de 5 km e 10 km dos Perdigões e da Ponte da Azambuja 2.....	398

Figura 7. 50. Comparação entre a evolução arquitetónica do Complexo Arquitetónico dos Perdigões, com a implantação dos contextos funerários (adaptado de Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014): A. Distribution of the known funerary contexts or context with manipulated human remains. (p. 23); B. Representation of the actual understanding of the chronological development of Perdigões (p. 21).....	401
Figura 7. 51. “Porto Torrão: variety of funerary activities” (Rodrigues, no prelo)	403
Figura 8. 1. A. “Normais climatológicas da temperatura do ar em Portugal (1971-200)” - Cidade de Évora (TA = Média da máxima; TI = Média da mínima; TMA = Maior máxima; TMI = Menor mínima); B. “Normais climatológicas da precipitação em Portugal (1971 2000)” – Cidade de Évora (P = Média da quantidade de precipitação total; PM = Maior valor de quantidade de precipitação diária” (Departamento de Produção da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha/ Insituto de Meteorologia de Portugal - Departamento de Meteorologia e Clima) (Departamento de Produção da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha/ Insituto de Meteorologia de Portugal - Departamento de Meteorologia e Clima, 2011:29 e 64)	418
Figura 8. 2. Modelo interpretativo para o processo de formação dos recintos de fossos na segunda metade do 4.º milénio a.n.e. no Alentejo Central.....	423

Índice de Tabelas

Tabela 1. 1. Evolução cronológica para definição do Neolítico Final, nos últimos 40 anos ...	47
Tabela 1. 2. Datações absolutas dos recintos de fossos do Alentejo Central (n.d. = não disponível).....	73
Tabela 3. 1. Localização e altimetria absoluta dos “buracos de poste” identificados no Fosso 1, do <i>Locus</i> 1	95
Tabela 3. 2. Descrição estratigráfica do <i>Locus</i> 1, preenchimento do Fosso 1	98
Tabela 3. 3. Dimensões do Fosso 2, <i>Locus</i> 2	100
Tabela 3. 4. Descrição estratigráfica do <i>Locus</i> 2, preenchimento do Fosso 2	103
Tabela 3. 5. Tabela comparativa entre o Fosso 1 e o Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2.....	104
Tabela 3. 6. Tabela comparativa de unidades de enchimento dos fossos da Ponte da Azambuja 2 e respetivas fases de preenchimento.....	105

Tabela 3. 7. “Recintos do Sul de Portugal com fossos sinuoso” (Valera, 2010), agora com a Ponte da Azambuja 2 (a vermelho)	110
Tabela 4. 1. Inventário Geral dos Fragmentos Cerâmicos recolhidos na Ponte da Azambuja 2	126
Tabela 4. 2. Catálogo das formas identificadas na Ponte da Azambuja 2.....	131
Tabela 4. 3. Inventário geral dos materiais de pedra lascada recolhidos na Ponte da Azambuja 2, distribuídos por categoria tecnológica e matéria-prima; no subgrupo genericamente designado por “outras” foram incluídas as matérias-primas que não perfaziam 1% na totalidade da amostra, na qual se incluem: i) quartzo fumado; ii) quartzo com turmalina; iii) quartzo rosa; iv) quartzito; v) lidito; vi) jaspe; vii) calcedónia; viii) xisto; ix) indeterminadas	153
Tabela 4. 4. Padrão de fraturação dos produtos alongados recolhidos na Ponte da Azambuja 2	165
Tabela 4. 5. Distribuição da utensilagem sobre suportes alongados recolhido na Ponte da Azambuja 2, distribuídos de acordo com o suporte	166
Tabela 4. 6. Tecnologia das lamelas retocadas recolhidas na Ponte da Azambuja 2.....	170
Tabela 4. 7. Inventário abreviado das lamelas submetidas a análise traceológica: relação matéria-prima e presença/ ausência de retoque ou sinais de uso	171
Tabela 4. 8. Características gerais das brocas recolhidas na Ponte da Azambuja 2 (cmp. = comprimento atual da peça; lrg. = largura da base da peça)	176
Tabela 4. 9. Tecnologia das brocas recolhidas na Ponte da Azambuja 2.....	177
Tabela 4. 10. Relação matéria-prima/ fratura das pontas de seta recolhidas na Ponte da Azambuja 2	179
Tabela 4. 11. Dimensões médias das pontas de seta recolhidas na Ponte da Azambuja 2, distribuídas de acordo com a matéria-prima	180
Tabela 4. 12. Tipologia das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2, mediante os critérios de Carvalho para o Monumento Funerário 1 do Complexo Arqueológico dos Perdighões (Lago <i>et alii</i> , 1998).....	180
Tabela 4. 13. Dimensões médias das pontas de seta recolhidas na Ponte da Azambuja 2, distribuídas de acordo com a matéria-prima (Rodrigues, 2006)	182
Tabela 4. 14. Dimensões médias das pontas de seta da Orca dos Fiais da Telha (Carregal do Sal, Viseu), distribuídas de acordo com a tipologia da base, conforme o registo gráfico publicado (Ventura & Senna-Martinez, 2004; Senna-Martinez & Ventura, 2008)	183

Tabela 4. 15. Características gerais do crescente recolhido na Ponte da Azambuja 2 (a análise das dimensões seguiu, conforme foi já explicitado as propostas de Carvalho, 1998 e 2008).....	184
Tabela 4. 16. Distribuição dos fragmentos que compõem o “Ídolo de Cornos” 559 na planta e estratigrafia do Fosso1	191
Tabela 4. 17. “ [...] panorâmica quantitativa geral da sequência evolutiva interna de Papa Uvas [...]” (Gonçalves 2013:106) acompanhada das datações absolutas e relativas de cada fase (Martín de la Cruz, 1994:174 e 175; Soares e Martín de la Cruz, 1995:657).....	211
Tabela 4. 18. Comparação percentual entre taças carenadas, pratos e cerâmicas mamiladas nos sítios TESP 3 e CB7, de acordo com a informação disponível bibliograficamente.....	212
Tabela 4. 19. Comparação percentual entre taças carenadas, pratos e cerâmicas mamiladas no sítio dos Perdigões, de acordo com a informação disponível bibliograficamente	214
Tabela 4. 20. Presenças/ ausências das formas cerâmicas de diagnóstico em contextos do Neolítico Final, dos Perdigões, de acordo com a bibliografia disponível (+ = forma mais abundante; – = formas em menor número no contexto; 0 = forma ausente)	216
Tabela 4. 21. Presenças/ ausências das formas cerâmicas de diagnóstico em contextos do Neolítico Final, dos Perdigões, de acordo com a bibliografia disponível (+ = forma mais abundante; – = formas em menor número no contexto; 0 = forma ausente)	217
 Tabela 5. 1. Descrição da geologia identificada nos recintos de fossos do Neolítico Final, localizados na mesorregião definida, conforme os responsáveis das escavações.....	 229
Tabela 5. 2. Características do fosso experimental de Overton Town, conforme Crabtree, 1971	232
Tabela 5. 3. Resumo das questões colocadas e respostas proporcionadas pelo registo arqueológico das estruturas da Ponte da Azambuja 2	245
Tabela 5. 4. Características do preenchimento de estruturas negativas por processos não-culturais, em locais com invernos rigorosos e chuvosos e zonas áridas (segundo Schiffer, 1987).....	247
Tabela 5. 5. Cotas de topo e base da camada 102 do Fosso 1 e respetiva potência estratigráfica	252
Tabela 5. 6. Cotas de topo e base da camada 102 do Fosso 1 e respetiva potência estratigráfica	255

Tabela 5. 7. Relação área escavada/ quantidade de artefactos exumada, subdividida pelas três principais categorias: cerâmica, indústria lítica de pedra lascada e fauna mamalógica.	258
Tabela 5. 8. Densidade de materiais no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, distribuída por categoria artefactual e quadrícula de escavação.....	261
Tabela 5. 9. Densidade de materiais no Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2, distribuída por categoria artefactual e unidade de enchimento	263
Tabela 5. 10. Resumo da questão colocada e resposta proporcionada pelo registo arqueológico das estruturas da Ponte da Azambuja 2	267
 Tabela 6. 1. Número de amostras de carvão analisadas, distribuídas pelas áreas escavadas.	288
Tabela 6. 2. Evolução da Vegetação no Alentejo, durante a última fase do Atlântico (Neolítico médio) e a primeira fase do Sub-Boreal (Neolítico Final e Calcolítico).....	293
Tabela 6. 3. Número de fragmentos faunísticos analisados, distribuídos pelas áreas escavadas	295
Tabela 6. 4. “Número Total de Restos (NTR) de ossos e dentes distribuídos pelas diferentes categorias de tamanho animal recolhidos nos Locus 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2”, conforme Nabais, 2013.	296
Tabela 6. 5. Caracterização da fauna mamalógica presente nos arqueossítios no SW Peninsular (mesorregião) cronologicamente enquadrados na primeira fase do Sub-Boreal (Neolítico Final e Calcolítico).....	299
 Tabela 7. 1. Tabela síntese das condições de implantação anteriormente vistas para os recintos de fossos do Alentejo Central.....	345
Tabela 7. 2. Síntese as relações espaciais entre recintos do Alentejo Central	352
Tabela 7. 3. “Extensión comparada de yacimientos neolíticos del Próximo Oriente y los Balcanes, y de ciudades romanas de Hispânia, junto a los recintos de fossos del suroeste peninsular. Fuente: para los asentamientos neolíticos del Próximo Oriente y la Península Balcânica, Lichardus y Lichardus – Itten (1987); para las ciudades del sur de la Hispânia romana, Carreras (1995-1996)” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010: 482)	387

Índice de Esquemas

Esquema 1. 1 – Formação Social do Neolítico Final, segundo o modelo marxista, explicado por Carlos Tavares da Silva (Silva, 1987).....	50
Esquema 3. 1. Representação esquemática do <i>Locus</i> 1, com altimetria média do topo e base de cada quadrícula, assim como o número de n.a. escavados em cada uma delas (os valores apresentados correspondem à escavação do preenchimento do Fosso 1)	97
Esquema 3. 2. Representação esquemática do <i>Locus</i> 1, com altimetria média do topo e base de cada quadrícula, assim como o número de n.a. escavados em cada uma delas (os valores apresentados correspondem à escavação do preenchimento do Fosso 1)	102
Esquema 3. 3. Representação esquemática da estratigrafia identificada no interior dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2 e respectivas equivalências (representação média de cotas)	105
Esquema 4. 1. Apresentação esquemática da primeira etapa de inventariação da cultura material da Ponte da Azambuja 2.....	118
Esquema 4. 2. Distribuição horizontal e vertical dos fragmentos cerâmicos recolhidos no preenchimento do Fosso 1, <i>Locus</i> 1	124
Esquema 4. 3. Distribuição horizontal e vertical dos fragmentos cerâmicos recolhidos no preenchimento do Fosso 2, <i>Locus</i> 2	125
Esquema 4. 4. Distribuição horizontal e vertical da indústria de pedra lascada recolhida no preenchimento do Fosso 1, <i>Locus</i> 1	150
Esquema 4. 5. Distribuição horizontal e vertical da indústria de pedra lascada recolhida no preenchimento do Fosso 2, <i>Locus</i> 2	151
Esquema 4. 6. Distribuição horizontal e vertical dos núcleos recolhidos no preenchimento do Fosso 1, <i>Locus</i> 1	159
Esquema 4. 7. Distribuição horizontal e vertical dos núcleos recolhidos no preenchimento do Fosso 2, <i>Locus</i> 2	159
Esquema 4. 8. Distribuição horizontal e vertical das lamelas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 1	168
Esquema 4. 9. Distribuição horizontal e vertical das lamelas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 2	168

Esquema 4. 10. Distribuição horizontal e vertical das lâminas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 1, <i>Locus 1</i>	172
Esquema 4. 11. Distribuição horizontal e vertical das lâminas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 2, <i>Locus 2</i>	172
Esquema 4. 12. Distribuição horizontal e vertical das pontas de seta recolhidas no preenchimento do Fosso 1, <i>Locus 1</i>	178
Esquema 4. 13. Distribuição horizontal e vertical das pontas de seta recolhidas no preenchimento do Fosso 2, <i>Locus 2</i>	178
Esquema 5. 1. Características do preenchimento de estruturas negativas por processos culturais (segundo Marquez Romero & Jiménez Jámez, 2010)	248
Esquema 5. 2. “Exemplo de interação entre pedogénese e sedimentação” (Angelucci, 2003:61)	251
Esquema 5.3. Representação esquemática e interpretativa das diferentes fases de formação do registo arqueológico no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2	256
Esquema 6. 1. Indicadores climáticos para o Sub-boreal, a uma escala global, ibérica, e do SW Peninsular	287

Índice de Gráficos

Gráfico 4. 1. Percentagem dos diferentes tipos de fragmentos cerâmicos recolhidos no interior do Fosso 1	126
Gráfico 4. 2. Percentagem dos diferentes tipos de fragmentos cerâmicos recolhidos no interior do Fosso 2	126
Gráfico 4. 3. Percentagem de bordos de morfologia indeterminada e de bordos classificáveis recolhidos no interior do Fosso 1	129
Gráfico 4. 4. Percentagem de bordos de morfologia indeterminada e de bordos classificáveis recolhidos no interior do Fosso 2	129
Gráfico 4. 5. Representatividade dos elementos conservados que permitiram a identificação da forma “Taça Carenada” na Ponte da Azambuja 2	133
Gráfico 4. 6. Subtipos de taças carenadas identificados na Ponte da Azambuja 2	133

Gráfico 4. 7. Representatividade de cada subtipo de tigelas identificadas na Ponte da Azambuja 2	135
Gráfico 4. 8. Formas identificadas no preenchimento do Fosso 1, com indicação do número de exemplares.....	137
Gráfico 4. 9. Formas identificadas no preenchimento do Fosso 1, com indicação do número de exemplares.....	137
Gráfico 4. 10. Percentagem dos elementos de prensão, distribuída pelos diferentes posicionamentos no elemento conservado	139
Gráfico 4. 11. Formas onde foi identificada a aplicação de elementos de prensão (neste caso, mamilos).....	139
Gráfico 4. 12. Sistemas decorativos identificados na Ponte da Azambuja 2	141
Gráfico 4. 13. Tipos de aplicações plásticas identificadas na Ponte da Azambuja 2.....	141
Gráfico 4. 14. Percentagem das matérias-primas debitadas na Ponte da Azambuja 2.....	154
Gráfico 4. 15. Número de líticos associados a cada uma das matérias-primas agrupadas na categoria “Outras”	154
Gráfico 4. 16. Percentagem de lamelas e lâminas recolhidas na Ponte da Azambuja 2	161
Gráfico 4. 17. Frequência das larguras dos produtos alongados recolhidos na Ponte da Azambuja 2	161
Gráfico 4. 18. Matérias-primas utilizadas nos produtos alongados da Ponte da Azambuja 2: comparação entre lamelas e lâminas recolhidas na Ponte da Azambuja 2.....	164
Gráfico 4. 19. Produtos alongados em fase plena de debitagem recolhidos na Ponte da Azambuja 2	165
Gráfico 4. 20. Presença de córtex nas lascas recolhidas na Ponte da Azambuja 2	167
Gráfico 4. 21. Relação entre as larguras das lamelas retocadas ou com sinais de uso e as matérias-primas utilizadas na sua execução, recolhidas na Ponte da Azambuja 2	169
Gráfico 4. 22. Distribuição do padrão de fraturação das lamelas com retoque ou sinais de uso, pelas diferentes matérias-primas	170
Gráfico 4. 23. Tipos de fraturação das lamelas com retoque ou sinais de uso.....	170
Gráfico 4. 24. A - “Dispersão dos índices de espessura e alongamento das pontas de seta em xisto do povoado de Santa Justa e do Monumento Funerário 1 dos Perdigões (universo subdivido em sílex, xisto e xisto jaspoide)”, conforme Carvalho (Lago <i>et alii</i> , 1998:133); B – Dispersão dos índices de espessura e alongamento das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2, subdividida pelas matéria-primas utilizadas (quartzto excluído, uma vez que	

não se identificou uma ponta de seta inteira que permitisse aferir o índice de alongamento).....	181
Gráfico 5. 1. Dispersão horizontal e vertical do conjunto artefactual recolhido no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2.....	262

Prólogo: enquadramento, objetivos, definição de conceitos e estrutura da dissertação

O estudo da Arqueologia tem conhecido, em toda a Europa, um incremento substancial nas últimas duas décadas, fruto de uma convenção europeia¹ que reconhece que “ [...] o património arqueológico é um elemento essencial para o conhecimento da história da cultura dos povos”, e “ [...] que o património arqueológico europeu, testemunha da história antiga, se encontra gravemente ameaçado de destruição em consequência tanto da multiplicação de grandes planos de ordenamento como dos riscos naturais, de escavações clandestinas ou desprovidas de carácter científico e de deficiente informação ao público [...]”.

Em Portugal, aproveitando uma feliz coincidência de abreviaturas, diz-se que há uma *Arqueologia a.C.* e uma *Arqueologia d.C.*, ou seja, uma *Arqueologia antes do Côa* e uma *Arqueologia depois do Côa*, podendo-se considerar 1997 o *Anno Domini* da plena tutela do Estado sobre a prática da Arqueologia, com a criação do (infelizmente!) “falecido” Instituto Português de Arqueologia (IPA).

De facto, a identificação e reconhecimento da importância das gravuras no Vale do Côa, em 1995, alterou por completo o paradigma arqueológico do nosso país, não só pela criação de uma tutela que regulava e fiscalizava a atividade, mas também pelas proporções políticas e sociais que este caso assumiu. Neste sentido, a palavra *Arqueologia* atingiu uma dimensão nunca antes vista em Portugal, “revolucionando” as mentalidades e colocando uma parte significativa da opinião pública a favor da preservação e conservação do património (pré) histórico. Apesar de algumas vozes dissonantes, a pedra venceu o betão e o Progresso fez-se não às custas de uma desenfreada política de construção, mas sim por uma arma mais forte na afirmação da identidade do país – a Cultura.

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 71/97: Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992. (Diário da república, Série I – A, n.º 289, de 16.12.1997).

Mas se a Norte uma barragem via a sua construção impedida a bem de um património único em todo o Mundo², a Sul fazia-se cumprir a velha promessa que permitiria a prática de uma agricultura de regadio nas terras áridas do Alentejo. Em 1997 a “miragem” do grande lago de Alqueva estava prestes a sair do imaginário alentejano, para se tornar numa realidade. E com ela toda uma “verdadeira revolução empírica” (Valera, 2008:112) no Conhecimento das ocupações humanas a Sul do Tejo.

As boas práticas de mitigação de impactes negativos sobre o património arqueológico proporcionadas, em grande medida, pelo advento do Côa³ promoveram um protocolo entre as duas partes interessadas no grande projeto de Alqueva: de um lado o IPA, que enquadrava legalmente o projeto, fiscalizando-o através da nomeação de um técnico superior, que acompanharia a execução do *Plano de Minimização de Impactos e de Valorização do Património Cultural*, elaborado pela Empresa de Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Alqueva, S.A. (EDIA, SA); e do outro lado, a própria EDIA, SA, à qual eram imputadas o planeamento, organização, custeamento e coordenação de múltiplas tarefas relacionadas com a preservação dos vestígios arqueológicos eventualmente identificados durante a execução dos vários projetos associados a Alqueva.

É com este quadro de referência que se pode dizer, no que ao estudo da Pré-História Recente diz respeito, e por analogia com os primeiros parágrafos deste capítulo, que no Sul de Portugal há uma perspetiva *a.A.* e uma perspetiva *d.A.*, ou seja, *Antes de Alqueva* e *Depois de Alqueva*.

Esta transformação revolucionária do registo arqueológico dá-se, num primeiro momento, com as ações de minimização realizadas numa fase prévia ao enchimento do regolfo de Alqueva, e, num segundo momento, e talvez de forma mais intensa, com a execução dos blocos de rega associados ao projeto de regadio.

² De acordo com o *World Heritage Committee: Report of the 22nd. Session, Kyoto, 1998*, a Arte Rupestre Pré-Histórica do Vale do Côa foi inscrita na Lista de Património Mundial (Id. N.º 866), com base nos critérios (i) e (iii), onde se lê: “[...] Criterion (i): The Upper Palaeolithic rock-art of the Côa valley is an outstanding example of the sudden flowering of creative genius at the dawn of human cultural development. Criterion (iii): The Côa Valley rock-art throws light on the social, economic, and spiritual life on the life of the early ancestor of humankind in a wholly exceptional manner.” United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1998). whc.unesco.org/archive/repcom98.htm#866.

Obtido em 23 de Novembro de 2012, de World Heritage Convention: whc.unesco.org.

A par do projeto de Alqueva, outros empreendimentos surgiam na mesma área regional, nomeadamente grandes projetos de produção vinícola, nos quais se destacam os desenvolvidos na Herdade dos Perdigões, pertencente à Herdade do Esporão. Neste local, embora se tenha reconhecido no final da década de '70 do século XX um conjunto menírico, ao qual foi atribuído a designação de Cromeleque dos Perdigões (Gomes, 1994), assim como uma área de dispersão de materiais pré-históricos, foi apenas em 1996, após a surribo da FINAGRA, S.A., que se identificou uma extensa mancha de materiais arqueológicos, que refletia uma intensa ocupação humana pré-histórica naquele local (Lago *et alli* 1998). A execução de uma fotografia aérea para compreensão do conjunto arqueológico, realizado pelo então Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), demonstrou uma larga área rodeada por várias manchas negras circulares, tendencialmente concêntricas, interpretadas como “ [...] fossos escavados, lombas, muralhas ou paliçadas” (Lago *et alli*, 1998, p. 47)

A descoberta do sítio atualmente conhecido como Complexo Arqueológico dos Perdigões teve um forte impacto na comunidade arqueológica, principalmente naqueles que se dedicam ao estudo das primeiras comunidades agro-metalúrgicas. A proximidade deste importante núcleo de povoamento, conforme a interpretação dada à época, ao conjunto megalítico porventura mais bem conhecido no país – Reguengos de Monsaraz, reforçava a importância da investigação naquele local.

Em Espanha, o processo de industrialização em torno de algumas cidades, no período pós-franquista, despoletou o mesmo “processo revolucionário” na base empírica conhecida para a Pré-História recente do lado português.

Considerando apenas as zonas fronteiriças com o Sul de Portugal (Extremadura e Andaluzia) reconhece-se, entre os finais da década de '70 e em toda a década de '80 do século XX, um incremento no número de novos sítios arqueológicos cronologicamente enquadráveis no Neolítico Final e no Calcolítico. Entre estes sítios que subitamente emergem do desconhecido, encontram-se os “*poblados de fosos*”, que partilhavam com os já conhecidos “*campos de hoyos*”, a presença de um elevado número de estruturas negativas, sem que se observasse a mesma quantidade em positivo.

Estes novos sítios não só permitiram o reconhecimento de um novo tipo de estrutura, mas também demonstraram:

1. uma grande extensão das ocupações pré-históricas, já que muitos deles ocupam áreas com vários hectares (*e.g.* Marroquies Bajos, La Pijotilla, Papa Uvas);

2. claras relações espaciais entre sítios conhecidos desde há várias décadas e as novas realidades; é este, por exemplo, o caso de Valencina de la Concépcion, que através do crescimento urbano de um pequeno município de Sevilha, viu reconhecidos vários limites de um povoamento pré-histórico, claramente associado aos grandes dolmens de La Pastora e Matarrubilla.

Esta nova visão sobre a Pré-história recente acabou por isolar a temática dos “recintos de fossos” como uma unidade de estudo específica, revelando, no entanto, assimetrias no desenvolvimento da sua investigação no espaço peninsular.

Se em Portugal esta temática começa a ter mais visibilidade a partir da identificação dos Perdigões e da explosão numérica que teve lugar com a implementação dos blocos de rega da EDIA, S.A., em Espanha o debate em torno desta questão já leva cerca de três décadas.

Porém, esta situação é ainda mais dissimétrica quando comparada com o restante espaço europeu. Se atentarmos à Europa do Norte e a Europa Central, verifica-se que a temática dos *enclosures* é recorrente desde o início do século XX, centrando-se, inicialmente, no reconhecimento aéreo destas realidades, em parte impulsionadas (1) pela identificação de Windmill Hill, e (2) pelo isolamento da cultura *Linearbandkeramik* (LBK) enquanto unidade de estudo específica.

Estas desigualdades empíricas entre Península Ibérica e restante Europa espelham-se, a título de exemplo, na publicação dos resultados da investigação efetuada no *indelukke*³ de Sarup, por Niels Andersen, em 1997. Ali, numa revisão da literatura sobre a temática à escala europeia, onde o autor compila os dados que à época tinha disponíveis, aparecem apenas referidos, no território ibérico, Los Millares, Castro do Zambujal e Vila Nova de São Pedro, correspondentes, todos eles, a locais com uma monumentalidade visível, ou seja, com construções positivas de larga escala.

É a constatação de todos estes factos – (1) alteração no paradigma arqueológico português, seguido de (2) um forte impulso da atividade, que resulta (3) na alteração da base empírica existente para a Pré-História recente, (4) refletida no reconhecimento de uma outra forma de apropriação do espaço por parte das comunidades agro-pecuárias dos finais do 4.º milénio, (5) revelando assimetrias no Conhecimento sobre esta sociedade, quer no espaço ibérico, quer no espaço europeu – que motiva a elaboração da presente tese de doutoramento.

³ *Indelukke* significa, em português, “recinto”.

A escolha deste objeto de estudo prende-se, em primeiro lugar, com a continuação de uma linha de trabalho anteriormente adotada pela autora, que visava o estudo das comunidades dos finais do 4º/ inícios do 3º milénio a.n.e. no Alentejo, e, em segundo lugar, com a importância e carácter inovador que a temática em causa tem adquirido no panorama arqueológico português, onde um novo mundo “em negativo” tem surgido, demonstrando que a “monumentalidade” no Passado não é, certamente, exclusiva das grandes construções “em positivo”.

“O quê?”, “onde?” e “quando?” são, eventualmente, as três principais questões da Arqueologia.

Como iniciar uma tese em Arqueologia sem definir de imediato a ação pretérita na qual se baseia a investigação (Tema), o Tempo a que se reporta, e o Espaço a que se confina o trabalho?

De certa forma, o título da tese já refere estes três substantivos – *Tema*, *Tempo* e *Espaço* – que, embora não sendo coletivos, encerram aqui um conjunto de comportamentos humanos perdidos num Passado pré-histórico que se pretende recuperar.

Tema: Recintos de Fossos; | Tempo: Neolítico Final; | Espaço: SW Peninsular.

Foram estes os fios condutores que levaram à construção da “*pergunta de partida*” que orientou a investigação e que traduz os objetivos desta tese (Quivy & VanCampenhout, 1995:30):

“Quais os motivos que levaram as sociedades da segunda metade do 4.º milénio a.n.e. a construírem os recintos de fossos no SW Peninsular?”

Neste âmbito, diferentes e diversas abordagens têm sido experimentadas, perguntando-se muitas vezes “para quê?”, mas questionando-se raríssimas vezes “porquê?”.

Esta questão surge após o desenvolvimento de uma intervenção arqueológica realizada no âmbito da designada “arqueologia de emergência”, integrada no já referido projeto de Alqueva, promovido pela EDIA, S.A., num recinto de fossos localizado no Alentejo Central: o recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2.

Com a formulação de uma outra questão – “*qual a contribuição do registro arqueológico da Ponte da Azambuja 2 para a clarificação da “pergunta de partida”?*” – iniciou-se o projeto de investigação que culmina na apresentação desta dissertação.

Muito embora nunca tenha sido objetivo desta tese encontrar uma verdade absoluta para a “*pergunta de partida*”, procurou-se, ao longo deste trabalho, efetuar uma análise do objeto de estudo com a imparcialidade exigida a um Historiador⁴, tendo como horizonte o rigor próprio de quem faz Ciência⁵.

Deste modo, considera-se pertinente definir, desde já, alguns dos eixos de orientação e conceitos utilizados, como base de partida, nesta tese.

Começando pelo vector Espaço. O que se entende por SW Peninsular e quais as escalas de análise definidas nesta tese?

Como uma matrioska, foram usadas, neste trabalho, diferentes escalas territoriais de análise, utilizando-se para esse efeito os conceitos de macro, meso e microrregião. Veja-se como se materializam estes conceitos no espaço geográfico:

Macrorregião: SW Peninsular | *Mesorregião*: Alentejo Central | *Microrregião*: área eventualmente explorada pela comunidade que construiu, utilizou e abandonou o local que hoje conhecemos como Ponte da Azambuja 2.

Microrregião: Ponte da Azambuja 2 e seu SCA

Definiu-se como microrregião a área eventualmente explorada pela comunidade que construiu, utilizou e abandonou o local que hoje conhecemos como Ponte da Azambuja 2.

Esta área é aqui exposta com o sentido de “catchment” de *Site Catchment Analysis* (SCA), definida por Ullah da seguinte forma: “In SCA, a “catchment” is commonly defined as the área regularly exploited by the people of a particular site (Higgs and Vita-Finzi, 1970)” (Ullah, 2011:624).

⁴ Muito embora se concorde com a seguinte afirmação de Georges Duby: “o historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas” (Duby, G. s.d.:13), tem-se a consciência de que os “[...] archaeologists must strive against heavy odds to see the past as it was, not as they wish to have been” (Trigger, B. G., 1992:411).

⁵ “En resumen, la arqueología es tanto una ciência como una disciplina humanística. Es uno de sus encantos: refleja la inventiva del moderno científico al igual que la del historiador actual” (Renfrew, C., & Bahn, P., 1998: 10).

Porém, uma vez que o tema em análise detém inúmeras questões em aberto, “fugiu-se” deliberadamente da análise “clássica”, procurando-se, no entanto, eventuais relações entre recintos que poderão ter sido, em determinado momento, sincrónicos.

Mesorregião: Alentejo Central

O “Alentejo Central” é uma região artificial recentemente criada, que, de um modo genérico, se circunscreve ao distrito de Évora.

Do ponto de vista paisagístico e geomorfológico, corresponde à planície alentejana, estando neste trabalho delimitada:

- a Norte pela Serra de Ossa;
- a Oeste pela Serra de Monfurado;
- a Sul pela Serra do Mendro.

Neste caso, é utilizada a fronteira política do país como limite Este.

Esta região cedo despertou o interesse de vários arqueólogos, nacionais e estrangeiros, que imediatamente reconheceram o potencial de informação existente para as comunidades pré-históricas, através da identificação de inúmeros monumentos megalíticos. Aliás, este é o “território megalítico” por excelência, elevado ao estatuto de território paradigmático do megalitismo funerário português, dado o elevado número de monumentos reconhecidos até ao momento (>130). A par destes reconhecem-se ainda cromeleques e menires isolados, que embora possam ter, nalguns casos, cronologias antigas dentro da diacronia neolítica, partilharam o espaço com os seus congéneres funerários.

Numa fase mais recente da investigação, outros tipos de sítios quer relacionados com o “mundo dos mortos”, quer relacionados com o “mundos dos vivos”, surgiram nesta região. É o caso dos hipogeus e das gravuras rupestres identificados na Santuário Exterior do Escoural ou nas margens do Guadiana, que demonstram que esta região foi palco de vários cenários de vivência ao longo de toda a Pré-História Recente.

Todos estes sítios, normalmente conectados com manifestações simbólicas e com a vertente ideotécnica das comunidades pré-históricas, encontram-se ao lado de uma rede de povoamento ainda mal conhecida. De facto, até ao momento conhecem-se alguns “povoados abertos” e raros “povoados fortificados”, sendo esta lacuna aparentemente preenchida pela proliferação de recintos de fossos, que na última década, têm sido dados a conhecer, quer através de escavações arqueológicas, quer através de reconhecimento por fotografia aérea.

Justifica-se assim a escolha desta área para a realização de uma análise a uma escala mesorregional: a associação no mesmo espaço de várias manifestações de atividades de diferentes âmbitos, das comunidades pré-históricas em estudo.

Macrorregião: SW Peninsular

Num artigo de crítica a trabalhos que visavam compilar as características geográficas da Península Ibérica, Orlando Ribeiro, a propósito do trabalho de Michel Drain, escreveu “Espanha e Portugal têm possibilidades distintas mas as grandes regiões que as compõem participam do mesmo conjunto” (Ribeiro, 1967: 146). Esta frase surge num claro reforço às palavras do autor revisto, que afirmava que “no Sudoeste são as mesma paisagens [...] que se encontram no Alentejo e na Extremadura Espanhola” (Drain, 1968 *apud* Ribeiro, 1967: 146). Referindo-se à paisagem natural deste território, os autores aludem aos aspectos oro-hidrográficos existentes numa extensa área que, do ponto vista geográfico, geológico e geomorfológico, são bastante semelhantes. Destaca-se assim o prolongamento da peneplanície alentejana até às planuras da Extremadura, ou as simetrias das bacias do Guadiana e do Guadalquivir.

Desta forma, porque o espaço descrito pelos geógrafos é coincidente com a maior concentração de sítios arqueológicos do tipo “recintos de fossos” até agora conhecida na Península Ibérica, entende-se, neste trabalho, que a macrorregião aqui designada por SW Peninsular corresponde à área delimitada:

- a Norte pela Serra de São Mamede (Portalegre) e Serras de Toledo, mais concretamente as Serras de San Pedro e Guadalupe (Cáceres);
- a Oeste pela Bacia do Sado e Serra da Vigia;
- a Sul pelo Oceano Atlântico e Cordilheira Bética;
- a Este com os Sistemas Béticos e Sub-Béticos.

Do ponto de vista administrativo, encontram-se aqui incluídas as regiões do Alentejo e Algarve, em Portugal, e da Extremadura e de parte da Andaluzia, em Espanha.

Veja-se agora a opção terminológica.

As últimas duas décadas do século XX pautaram por uma alteração no paradigma da Arqueologia enquanto ciência. Por oposição a um modelo positivista de reconstrução do Passado, surge uma nova tendência, de carácter pós-processual, que conduz a um paulatino

repensar de contextos, que aparecem agora carregados de simbolismos (Trigger, 1992; Diniz, 1996; Bicho, 2006).

É nesta conjuntura, que anseia por uma nova forma de escrever a (Pré) História, que revisões terminológicas são feitas, ora redefinindo conceitos preexistentes, ora introduzindo novas expressões, procurando demonstrar a inadequação do discurso arqueológico produzido até então. Um bom exemplo disso são:

1. Os “*enclosures*” do Noroeste da Europa, entendidos por Timothy Darvill e Julian Thomas como “[...] any substantial space that is wholly or partly defined and/ or delimited in some way by constructions of some kind, typically ditches banks, walls, or palisades. Elements of what we would today regard as natural topography or land-form may also be used in the definition of enclosures boundaries, for example rivers, streams, cliffs, and rock outcrops” (Darvill & Thomas, 2001); esta revisão do conceito foi apresentada no prefácio do livro de atas do encontro *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe*, realizado em 1999, onde os autores tiveram a percepção de que se deveria atribuir uma visão mais ampla ao que normalmente representava um “*enclosure*”;

2. Os “*campos de silos*” do Sul de Espanha, contestados por J. Marquez Romero, que pretende não só pôr um termo ao “[...] excluyente “babelismo” terminológico [...]” (Gil-Mascarell & Diaz, 1987:134), mas também enquadrar o novo tipo de sítio e efectuar uma aproximação à nomenclatura existente na restante Europa⁶; neste sentido, o investigador propõe, em 2001, a designação de “*Recintos Prehistoricos Atrincherados*” (Romero, 2001);

3. Os “*povoados*” portugueses, que, primeiro no tipo “fortificado” e, mais tarde, no tipo “fossos”, começam, numa franja da comunidade científica, a serem substituídos pela expressão “recintos” (Jorge, 2003); neste último caso, o agora “Complexo Arqueológico dos Perdígões” será o exemplo que melhor espelha esta situação (Miguel *et alli*, 1998; Valera *et alii*, 2007).

Muito embora haja investigadores que consideram que a expressão “recinto” se enraizou no discurso arqueológico de forma acrítica (Romero & Jáimez, 2008), a verdade é que a sua aplicação atingiu alguns dos principais objetivos nesta alteração de nomenclatura: a

⁶ Note-se que para o autor esta aproximação de nomenclatura está incondicionalmente relacionada com o facto dos “*campos de silos*” serem morfológicamente, espacialmente e funcionalmente semelhantes aos “*enclosures*” das ilhas britânicas e aos “*enceintes*” franceses (Romero, 2011).

uniformização do discurso arqueológico ibérico, e respetiva proximidade à investigação que tem sido efetuada, desde há muito, na restante Europa.

Mas se uns defendem a “ideologia” por trás da expressão, outros (in)deliberadamente esvaziam-na desse mesmo conteúdo – “Recinto é inócuo. O termo serve para nos descomprometer relativamente à designação de povoado e à conotação essencialmente residencial a que a mesma tem estado ligada. Mas não é particularmente significativa, na medida em que não veicula sentidos interpretativos e acaba por novamente homogeneizar realidades que podem ser bem diversas [...]” (Valera *et alii* 2007).

É neste sentido que a expressão “recinto” é utilizada na presente dissertação: como uma expressão inócua, imparcial, esvaziada, à partida, de sentidos que evidenciem “simpatias” por determinadas correntes de pensamento.

Deste modo, apresentadas as perguntas de partida, que orientaram desde o início esta dissertação, e definidos alguns dos conceitos que são a “carta de visita” para a sua leitura – limites geográficos da investigação e o porquê da aplicação da palavra “recinto” – veja-se a estrutura da tese.

Optou-se por uma divisão tripartida da mesma, onde se trata do seguinte:

Parte 1

Apresentação de uma perspetiva global da problemática, considerando os pressupostos teóricos vigentes no SW, questionando e definindo: (1) o que é o Neolítico Final? (2) O que são os recintos de fossos? Conjugando-se esta informação com (3) o processo histórico que conduziu à sua formação.

Parte 2

Descrição detalhada:

1. Do sítio arqueológico Ponte da Azambuja 2, no que se refere ao seu enquadramento fisiográfico, dando-se especial relevância à localização geográfica, geológica e geomorfológica;
2. Da intervenção arqueológica realizada no sítio Ponte da Azambuja 2, sendo descritas não só a campanha de escavação (metodologias de ação, estratigrafia, estruturas, e

formação do registo arqueológico), mas também os processos de deteção remota (metodologia e resultados) e prospeção geofísica (metodologia e resultados);

3. Da cultura material, conjugando-se: (1) análise tipológica, que permitirá, numa perspetiva diacrónica, identificar continuidades e ruturas com a realidade artefactual do Neolítico médio e do Calcolítico (partindo da perspetiva que a afirmação e consolidação das sociedades efetivamente camponesas inicia-se no Neolítico Final); (2) análises tecnológicas, que permitirá, a partir da reconstituição das cadeias operatórias da utensilagem lítica e conjunto cerâmico, identificar áreas de obtenção das matérias-primas e reconstruir espaços de uso e abandono, questionando-se, neste caso, o recorrente tema de deposição aleatória ou intencional dos artefactos no interior dos fossos;
4. Dos processos de formação arqueológica e inferências sociais indiretamente associadas, procurando problematizar o significado do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2;
5. Das análises realizadas aos ecofactos recolhidos nas intervenções, abordando-se metodologias e problemáticas associadas. Pretende-se assim, (1) definir as estratégias económicas, avaliando-se o real valor das atividades produtoras e predatórias e (2) reconstruir os cenários ecológicos e paisagísticos, onde se desenrolaria parte da ação desta comunidade.

Parte 3

Consiste na discussão crítica sobre o significado cronológico, cultural e funcional da Ponte da Azambuja 2, no contexto dos recintos de fossos no SW Peninsular. A partir dos dados arqueológicos bibliograficamente disponíveis, serão problematizados e questionados os seguintes pontos: (1) estratégias de povoamento; (2) arquiteturas e (3) universo funerário.

Serão comparados, numa perspetiva sincrónica, os dados empíricos, procurando-se fundamentar a emergência do fenómeno dos recintos de fossos no SW Peninsular, durante o 4º milénio a.n.e.

Capítulo 1 | O Neolítico Final e os Recintos de Fossos no SW Peninsular

1.1. Neolítico Final: o que significa?

“**Neolithic** [CP]⁷. A period of prehistory originally defined by the occurrence of polished stone tools and pottery. Now used most frequently in connection with the beginnings of farming. Literally the New Stone Age, as opposed to the Palaeolithic or older Stone Age. The appearance of characteristic polished flint and stone types, including axes, adzes, and arrowheads, is generally also associated with the introduction of cereal cultivation and animal domestication, and in Europe with the earliest manufacture of pottery. The radical nature of these innovations has probably been exaggerated in the past by the use of the term “Neolithic Revolution”. The appearance of Neolithic culture is dated variously from around 8000 BC in the Middle East to the 5th and 4th millennia BC in Atlantic Europe.” (Darvill, 2003:286).

Por oposição ao Paleolítico, o Neolítico foi inicialmente distinguido com base em critérios geológicos (Holocénico vs Plistocénico), tecnológicos (cerâmica e pedra polida vs pedra lascada) e económicos (domesticação das plantas e animais vs caça e recolha), aplicados uniformemente no “Velho Mundo”. Hoje reconhece-se, ao longo da sua diacronia, assimetrias regionais que permitem assumir a existência de vários neolíticos, onde se registam diferentes modos de apropriação do espaço, diferentes padrões de subsistência, diferentes tempos nas aquisições tecnológicas.

No SW Peninsular as leituras diacrónicas que se têm produzido para esta etapa cronocultural baseiam-se nas alterações observadas na cultura material, com especial incidência para os conjuntos cerâmicos, que, quer a nível das formas, quer ao nível das decorações (técnicas e iconografia), apresentam uma variabilidade, aparentemente relacionável com cronologias. A partir de uma perspectiva meramente artefactualista aplicou-se um sistema tripartido, que, nalguns casos, tem sido apurado⁸, o que demonstra a insuficiência da estandardização pré-estabelecida.

Embora algumas fases sejam mal conhecidas, o Neolítico tem sido, tradicionalmente, subdividido da seguinte forma:

- Antigo, no qual predominam as cerâmicas com decoração impressa;

⁷ Conforme a indicação do autor, a abreviatura “[CP]” corresponde a “Cultural phase, period, tradition, or defined grouping”. IN: Darvill, T. (2003). *The Concise Oxford Dictionary of Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, p. viii.

⁸ Veja-se, por exemplo, o caso do Neolítico Antigo na fachada atlântica do ocidente peninsular, atualmente subdividido em Neolítico Antigo “cardial” e Neolítico Antigo “epicardial”, tendo estas designações um “[...] conteúdo cronológico, espacial e cultural.”. IN: Diniz, M., 2007: 30.

- Médio, para o qual se reconhecem as formas lisas, “tipo dolménicas”, recorrendo-se aos conjuntos identificados no megalitismo funerário, dada a escassez de sítios de *habitat* conhecidos;
- E Final, no qual se identifica uma grande diversidade tipológica, quer ao nível das formas, quer ao nível das decorações (que, no entanto, são escassas no SW), mas onde sobressai, sem dúvida, a taça carenada.

Neste último caso, e não sendo a resposta à pergunta que titula este capítulo, é com a confirmação da presença/ausência da taça carenada, que se tem situado crono-culturalmente muitos sítios arqueológicos, sendo esta forma cerâmica elevada ao estatuto de *tipo-fóssil*⁹ (Gonçalves, 1993).

Tipologicamente definida como “[...] recipiente pouco profundo – Ip’¹⁰ entre 20 e 40 – e largo, formado por um fundo quer em calote quer aplanado, e por um corpo, sub-cilíndrico ou tronco-cónico, separado daquele por uma carena [...]” (Silva & Soares, 1976-1977:183), foi em torno desta forma cerâmica que, nas últimas três décadas do século XX, começaram a esboçar-se as primeiras leituras sociais e cronológicas sobre o Neolítico Final no SW Peninsular.

No presente capítulo efectuar-se-á uma primeira abordagem ao enquadramento cronológico desta etapa cultural, referindo-se os trabalhos pioneiros que procuraram a sua definição radiométrica. Será igualmente realizada uma síntese dos diferentes modelos sociais que têm vindo a ser propostos e cientificamente aceites nas últimas décadas.

1.1.1. Cronologia

Em Portugal, o Neolítico Final começa a ser definido cronologicamente em meados da década de ’70 do século XX, através de trabalhos pioneiros no campo das datações radiométricas. Estes trabalhos não procuravam definir cronologicamente o Neolítico Final, mas sim compreender dois fenómenos que precedem e ultrapassam esta etapa cultural: (1) as origens do fenómeno do megalitismo funerário (Whittle & Arnaud, 1975; Arnaud, 1978), e

⁹ Expressão aplicada com o sentido atribuído por Vere Gordon Childe: “Qualquer conjunto, sempre que nele se encontra um tipo pelo qual se pode distinguir um período, fica “datado e atribuído ao período a que o tal tipo-fóssil pertence” (Childe, V. G. , s.d.: 22).

¹⁰ “Ip’ – índice de profundidade relativamente ao diâmetro externo da boca [...]” (Silva, C. T., & Soares, J. ,1976-1977: 182).

(2) o surgimento da metalurgia do cobre (Soares & Cabral, 1993). A definição cronológica do Neolítico Final surge, assim, mais pela necessidade de descrever o que está entre ambos os fenómenos referidos, do que propriamente para balizar um período cronológico com “identidade” arqueológica própria.

No faseamento cronométrico do Neolítico e do Calcolítico do atual território meridional português apresentado por Arnaud (1978), este investigador coloca o Neolítico Final do “Centro – Sul – Interior” no intervalo entre 3500 -3000 a.n.e., subdividindo-o em “Neolítico 3a” e “Neolítico 3b”.

Para esta atribuição cronológica contribuíram:

- as datações obtidas no monumento megalítico Cavaleiros 1 (Montargil), caracterizado por um espólio onde estão presentes os ídolos-placa de xisto antropomórficos e as pontas de seta de base triangular, reta e côncava, imputáveis à fase mais antiga do Neolítico Final (N3a);
- as datações obtidas para o povoado do Castelo do Giraldo, assim como as dos monumentos megalíticos de corredor longo, dos quais se destacam as antas da Comenda da Igreja e do Zambujeiro, enquadrando-se este conjunto na fase mais recente desta etapa cronológica, ou seja, no “N3b” (Arnaud, 1978).

Simultaneamente a esta proposta, com perduração para a década seguinte, surgiu um posicionamento cronológico para a taça carenada, integrada por Silva e Soares (1976-77; 1981) no período de tempo compreendido entre 2700-2500 a.n.e., na região do Baixo Alentejo e Huelva – Sevilha.

Nos inícios da década de '90 do século XX, um estudo que visava a aferição da cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal, constata que para o último caso – Sul -, a escassez de datações absolutas para o Neolítico Final não permite aferir com exatidão a passagem de um para o outro período, embora “o tratamento estatístico efetuado apont[e] para que o florescimento do Calcolítico ocorra primeiro no Sul do que nas bacias terminais do Sado e do Tejo, o que não será de admira se se tiver em conta que é no Sul que existem as ocorrências mineira (cobre) objeto de exploração nesse período” (Soares & Cabral, 1993:6). Neste sentido estima-se, “ se se quiser trabalhar com intervalos de confiança de 95%, [...] [que] o Calcolítico do Sul terá ocorrido entre 3362 e 2156 cal AC” (Soares & Cabral, 1993:3).

Recentemente um trabalho conjunto de dois investigadores – Boaventura e Mataloto – procurou uma definição precisa para esta etapa cronológica situada entre o início do 4.º e os finais do 3.º milénio a.n.e., no qual são integrados velhos e novos dados radiométricos, devidamente separados por “povoados” (Mataloto & Boaventura, 2009) e “monumentos funerários” (Boaventura & Mataloto, 2013).

No que respeita aos dados provenientes dos “povoados, os investigadores subdividem este período em quatro fases distintas, onde são esbatidas as nomenclaturas Neolítico Final e Calcolítico. Assim, usando como critério a presença/ ausência da taça carenada, assim como a sua representatividade comparativamente ao prato de bordo espessado, afirma-se que os “[...] recipientes carenados [...] [situam-se] nos finais do terceiro quartel do IV milénio a.n.e., esvaindo-se no último quartel deste” (Mataloto & Boaventura, 2009:64). Assim sendo, esta será a “Fase 2” proposta pelos autores, dos quais os recintos de fosso de Juromenha 1 e Igreja Velha de São Jorge constituem lugares paradigmáticos (Mataloto & Boaventura, 2009).

Os resultados desta análise quando aplicada aos monumentos megalíticos resulta na quadripartição do mesmo intervalo de tempo (inícios do 4.º/ fins do 3.º milénio a.n.e) sem que haja uma correspondência com as fases estabelecidas para os povoados. A Fase 2 de construção dos monumentos megalíticos encontra-se numa zona intermédia das Fases 1 e 2 identificadas para os povoados, havendo igualmente uma desconformidade na passagem da Fase 2 para a Fase 3.

Da leitura da evolução cronológica do posicionamento do Neolítico Final (chamemo-lo desta forma por uma questão de consolidação do termo na bibliografia da especialidade) verifica-se que neste momento ainda se está longe de uma definição precisa, no que respeita ao seu balizamento e fases de transição.

Se os conjuntos artefactuais apresentam uma diferença significativa a partir de meados da segunda metade do 4.º milénio a.n.e., com a introdução de novos grupos tecnológicos e tipológicos quer no aparelho cerâmico (taça carenada), quer na indústria lítica de pedra lascada (pontas de seta), a transição para o período subsequente, ao nível da cultura material, não se efectua de forma tão assertiva, evidenciando-se na Tabela 1.1. muitas discrepâncias nas leituras que se têm realizado.

Longe ser um tema fechado – aliás, considera-se precisamente o oposto: este é um tema ainda completamente “em aberto” – definiu-se, para efeitos interpretativos na presente dissertação, um intervalo de tempo lato para o Neolítico Final, sem faseamentos internos, e

que compreende o período de tempo entre 3500 – e 3000 a.n.e., com um “desvio padrão” na ordem da centena de anos.

	Década de '70, Séc. XX (Arnaud, 1978)	Década de '80, Séc. XX (Silva & Soares, 1981)	Década de '90, Séc. XX (Soares & Cabral, 1993)	Séc. XXI: "Povoados" (Mataloto & Boaventura, 2009)	Séc. XXI "Monumentos Funerários" (Boaventura & Mataloto, 2014)
Cal BCE					
2500				Fase 4: Porto das Carretas e Miguens 3 (cerâmica campaniforme)	Fase 4: pouco clara; reutilização de sepulcros já encerrados
2550					
2600		Utilização da Taça Carenada no Baixo Alentejo e Algarve (Vale Pínel II)			
2650					
2700	C1: Povoado do Baldio (cerâmicas com decoração incisa) e anta e tholos da Farisoa (monumentos de falsa cúpula, acompanham monumentos megalíticos de corredor)			Fase 3: Monte da Tumba, São Pedro, Porto das Carretas e Sala n.º 1 (conjunto artefactual, caracterizado pela presença dos recipientes com bordos espessados, mesmo quando há taças carenadas entre os conjuntos)	Fase3: Anta de Santa Margarida n.º 1 (conjunto artefactual, corresponde ao surgimento dos ídolos-placa de xisto, pontas de seta, recipientes abertos e fechados, grandes lâminas retocadas e ovóides, alabardas)
2750					
2800					
2850					
2900					
2950					
3000					
3050					
3100					
3150					
3200	N3b: povoado do Castelo do Giraldo; Antas da Comenda da Igreja e Zambujeiro (corredor longo, ídolos-placa de xisto)			Fase 2: Neolítico III da Comporta (Possanco); recintos de fossos da Juromenha 1 e Igreja Velha de São Jorge (conjuntos artefactuais que se caracterizam pela presença de recipientes lisos e carenados, sem bordos espessados)	Fase 2: monumentos megalíticos com conjuntos artefactuais "arcaicos": geométricos, lâminas, pedra polida, raros recipientes cerâmicos (globulares) lisos;
3250					ausência de ídolos-placa de xisto, pontas de seta, lâminas espessas retocadas
3300					
3350					
3400					
3450					
3500				Fase 1: Neolítico I e II da Comporta (Pontal e Barrosinha) e monumentos megalíticos 2 e 3 de Vale de Rodrigo (recipientes cerâmicos lisos, esféricos ou em calote, com presença de sulcos abaixo do bordo; indústria lítica caracterizada pela presença de geométricos)	Fase 1: ocupações anteriores às construções dos monumentos megalíticos de Vale Rodrigo 2 e 3 (cerâmicas com sulco abaixo do bordo)
3550					
3600					
3650					
3700	N3a: anta de Cavaleiro 1 (ídolos-placa de xisto, ponta de seta com diferentes tipos de base)				
3750					
3800					
3850					
3900					
3950					
4000					
4050					
4100					
4150					
4200	N2b: antas do Poço da Gateira 1 e Gorginos 2 (corredor curto, micrólitos, cerâmicas almagradas)				
4250					
4300					
4350					
4400					
4450					
4500					

Tabela 1. 1. Evolução cronológica para definição do Neolítico Final, nos últimos 40 anos

1.1.2. Leituras Sociais

Por oposição às leituras difusionistas para a introdução do cobre na fachada atlântica, começam a surgir, em Portugal, no período pós-Revolução de Abril, teorias que dão maior ênfase a uma evolução com génese nas populações indígenas do Neolítico Final.

Deste modo, este período é muitas vezes retratado como um momento de profundas transformações sociais, que dão origem aos grandes sítios calcolíticos então conhecidos, caracterizados, maioritariamente, pela presença de “muralhas”.

Na sequência do trabalho que visava compreender a origem do megalitismo, já supramencionado, Arnaud (1977) caracteriza as sociedades do Neolítico Final como uma sociedade hierarquizada, que contrasta com as comunidades do 5.º milénio, de eventual

organização social igualitária. Para este investigador, a transformação arquitectónica verificada nos monumentos megalíticos, que, a partir da segunda metade do 4.º milénio a.n.e. se caracterizam pelas grandes antas de corredor longo, só é compreensível num aparente quadro de “[...] consideráveis excedentes de produção que permitam desviar uma tão larga parte da comunidade do trabalho produtivo. [...] A importância dos excedentes de produção é aliás bem conhecida na génese de sociedades altamente hierarquizadas em várias partes do Mundo: a administração desses excedentes implica a existência de uma classe dominante que simultaneamente se encarrega de justificar a sua dominação através de um complexo suporte ideológico-religioso, neste caso constituído por impressionantes rituais e construções funerárias cuja planificação e controlo da construção “justificam” a própria existência de uma tal hierarquização social, na qual os especialistas exigidos pela construção de megálitos teriam certamente uma posição intermédia entre a classe dominante e a massa anónima que se encarregava do trabalho produtivo e fornecia a mão de obra para tais construções” (Arnaud, 1977:109).

Esta leitura, que detém uma tónica marxista na interpretação dos dados empíricos, é comum a outros seguidores marxistas que, em meados da década de '80, aperfeiçoam este paradigma de sociedade, procurando conjugar os dados provenientes dos povoados, dos monumentos funerários e do megalitismo menírico (Silva, 1987; Parreira, 1990).

Os dados empíricos recolhidos num conjunto de sítios do SW Peninsular indicam que as profundas alterações observadas ao nível da infraestrutura teve consequências consideráveis e irreversíveis na superestrutura, rompendo com o paradigma social prévio, ocorrendo no Neolítico Final:

i. Transformação no modelo de implantação de sítios arqueológicos

Por oposição ao modelo tradicional de povoamento neolítico, normalmente associado a áreas planas e abertas, com seleção de solos leves e férteis, é reconhecida, no Neolítico Final, uma nova forma de apropriação do espaço: ocupam-se agora lugares em altura, onde prevalecem solos argilosos e insalubres, dominando amplamente a paisagem envolvente. Estas duas últimas características apontam, segundo esta perspectiva, para uma preocupação de defesa do lugar, facto indissociável do desenvolvimento da economia agro-pastoril e consequente produção de excedentes.

ii. Transformação no modelo de exploração agro-pastoril

Com a designada *Revolução dos Produtos Secundários* (Sherrat, 1983), a tração animal é aplicada à agricultura algures na passagem do IV para o III milénio a.C., com consequências não só ao nível da eficácia da produção, mas também na organização social, refletidas nas novas manifestações simbólicas.

No que respeita à produção, estudos faunísticos revelam a predominância das espécies domésticas, em detrimento das espécies selvagens.

iii. Transformações nas manifestações simbólicas

Auge do megalitismo menírico e funerário.

O primeiro é interpretado como o sinal de uma eventual masculinização do sector produtivo, proporcionado pela introdução da tracção animal na agricultura, o que, aparentemente, afastaria a mulher de um dos principais domínios de produção.

O segundo, representa uma necessária sobreprodução de excedentes que permitem que uma parte significativa da comunidade se dedicasse à construção dos monumentos funerários.

iv. Transformação na organização familiar

De acordo com a interpretação do fenómeno do megalitismo menírico, o homem assume um papel dominante no seio da unidade familiar, tendo o controlo da reprodução da espécie. Neste sentido, a unidade familiar organiza-se agora em torno dos membros masculinos, seguindo os moldes de uma sociedade patriarcal.

v. O avanço para uma Sociedade Proto-Estatal

A hierarquização de monumentos funerários, sob os critérios actuais de “grandeza”, reflecte uma hierarquização social. O aparecimento de novos tipos artefactuais, exclusivos do “mundo dos mortos”, acentua o carácter diferenciador de determinados membros da sociedade. Neste caso, o báculo é apontado como um atributo de chefia.

Está-se assim, perante uma sociedade fragmentária, de carácter tribo-patriarcal, onde o controlo dos mecanismos de produção pertence a uma elite proveniente de uma linhagem de prestígio. Nestes moldes, as transformações ocorridas durante o Neolítico Final preparam o caminho para um modelo social Proto-Estatal.



Esquema 1. 1 – Formação Social do Neolítico Final, segundo o modelo marxista, explicado por Carlos Tavares da Silva (Silva, 1987)

Esta corrente de pensamento pretende assim demonstrar que o processo de passagem para o Calcolítico é feito gradualmente, a partir de profundas transformações que ocorrem paulatinamente no seio das comunidades neolíticas, e não a partir da introdução brusca de novas ideias, conceitos e gentes oriundas de outros espaços. Rejeita-se assim a ideia difusionista da implantação, no espaço atlântico, de colónias provenientes do lado oriental do Mediterrâneo.

Nos inícios da década de '90, Parreira (1990) define o Neolítico Final como um período de “[...] reorganização dos *habitats* e a uma nova implantação na paisagem, procurando-se locais com boas condições naturais de defesa. Adota-se uma arquitectura funerária “evolucionada” e diversificada, com grutas artificiais e dólmenes de câmara poligonal, que por vezes atingem enormes dimensões. Os conceitos mágico-religiosos materializam-se na decoração esquemática de alguns monumentos megalíticos, na construção de menires e recintos, em objectos como ídolo-placa, de xisto ou arenito. Entre os artefactos mais característicos avultam os vasos esféricos e as taças carenadas em cerâmica, as pontas de seta de base côncava ou triangular, as alabardas com retoque invasor” (Parreira, 1990:30), em clara consonância com os modelos que vinham já a ser definidos.

O Neolítico Final começa a ser assim analisado, por uma franja de investigadores, como um período de profundas mudanças e rupturas com o modelo social prévio, e de preparação da uma sociedade proto-estatal estabelecida no Calcolítico.

Contudo, simultaneamente a estas interpretações, outros autores interrogavam-se na mesma época: “[...] quando se conhece tão mal o Neolítico médio e ainda pior o Calcolítico antigo, como compreender o que está entre eles?” (Gonçalves, 1993:351), sendo esta ideia reforçada com a seguinte afirmação: “A este nível, e sobre o Neolítico Final, as suposições são superiores às certezas e aos factos” (Gonçalves, 1993:360). Sob esta perspetiva, Gonçalves (1993) concebe um Neolítico Final pouco especializado, para o qual se reconhece um conjunto variado de atividades, enumerando (1) os escassos elementos de moagem presentes nos sítios enquadrados neste período, (2) o peso significativo de animais selvagens presentes nas coleções faunísticas, a par dos animais domésticos, (3) a continuidade na utilização de peles de animais, ao invés da tecelagem, reconhecida no período posterior. Quase uma década depois, o autor reforça esta sua posição, afirmando que “[...] a escassez de informação para o período 3500 a 3000 só pode ter um significado: um povoamento disperso e apoiado em economias de exploração de recursos múltiplos” (Gonçalves, 2001:275).

Só com o surgimento dos recintos de fossos, a partir dos finais da década de '90 do século XX, e com o debate promovido pela “escola do Porto”, em torno dos “recintos murados”, é que se iniciou uma nova perspetiva e abordagem de explicação do Passado pré-histórico dos finais do 4.º milénio a.n.e., influenciada pela corrente pós-processualista anglo-saxónica. Sob esta ótica tenta-se desconstruir os modelos “funcionalistas” e “economicistas” vigentes, incidindo particularmente e especificamente nos dois tipos arquitetónicos enunciados – recintos de fossos e recintos murados – conforme se verá adiante.

1.2. “O que são Recintos de Fossos” (Valera, 2013)?

Recentemente afirmou-se que os recintos de fossos “[...] constituem uma das mais comuns e importantes arquiteturas da Pré-História Recente europeia, com uma das mais longas diacronias, sendo incontornáveis para o conhecimento deste período” (Valera, 2013: 93), dando-se uma resposta simplista, mas bastante eficaz, à pergunta em epígrafe: “Como o nome indica (e o termo recinto é o mais adequado para quando não queremos assumir uma funcionalidade apriorística), são espaços encerrados e delimitados por linhas de fossos escavados no solo e na rocha de base” (Valera, 2013: 94).

Efetivamente, este tipo de arquitetura encontra-se presente um pouco por toda a Europa – da Península Balcânica à Península Ibérica, passando pela Escandinávia e Ilhas Britânicas –

sendo reconhecida uma ampla diacronia na utilização destas construções, que remonta aos primórdios do período Neolítico, prolongando-se até à Idade do Bronze.

O facto de este fenómeno deter fronteiras espaciais e temporais latas, tem suscitado nalguns investigadores algumas questões relativas ao porquê desta homogeneidade, havendo tentativas, nas últimas duas décadas, de procurar respostas globais para a perceção da emergência dos recintos de fossos. Estas preocupações têm surgido maioritariamente no seio das tendências pós-processualistas de análise do processo histórico, que procuram uma explicação única e comum para as diferentes regiões onde se encontra este tipo de manifestação.

Nestas abordagens, embora sejam enunciadas uma série de características que ocorrem de modo similar nas mais diversas regiões, não são tidas em linha de conta questões relativas à especificidade de cada lugar, podendo-se enunciar, como exemplo, as questões climáticas e paleoambientais, ou, tão simplesmente, as assimetrias reconhecidas, nos diferentes espaços geográficos, ao nível da evolução do processo histórico. A título de exemplo refira-se a questão da neolitização, que provocou alterações profundas nos modos de produção das diferentes comunidades, e que não ocorreu nem de forma simultânea, nem com as mesmas características nas diferentes regiões onde surgem os recintos de fossos (Price, Gebauer, & Keeley, 1995; Price, 2000; Zilhão, 1997 e 2000; Diniz, 2007; Carvalho, 2008).

Deste modo, no presente subcapítulo não se fará uma leitura dos dados à escala europeia, tendo esse esforço sido já concretizado por outros investigadores, em trabalhos publicados (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010). Assim, apesar da referência à amplitude espacial e temporal do fenómeno, serão apenas referidos alguns contextos relativos à Península Ibérica, com especial incidência sobre o SW Peninsular.

Retomando a pergunta em epígrafe, os recintos de fossos são um fenómeno pan-europeu, que na Península Ibérica começam a ter expressão a partir do 6.º milénio a.n.e. Os sítios paradigmáticos desta ocorrência são Mas d' Is (Alicante, Espanha) (Bernabeu Aubán & Orozco Kohler, 2003; Bernabeu Aubán *et alii*, 2003 e 2006; Orozco Kohler *et alii*, 2008) e La Revilla del Campo (Soria, Espanha).

Para estes primeiros recintos ibéricos tem-se atribuído interpretações funcionais distintas: se o primeiro - Mas d'Is - é considerado um recinto monumental desligado do espaço doméstico e construído no âmbito “[...] del desarrollo de un poder colectivo [...], que permite a ciertos individuos – en nombre del grupo – movilizar recursos de forma creciente”, resultando num “[...] proceso discontinuo y prolongado en el tiempo que bien pudiera entenderse como resultado de movimientos cíclico de avance y retroceso de las estructuras de

poder [...]” (Orozco Kohler *et alii*, 2008:180), o segundo – La Revilla del Campo – apresenta “[...] certas características que parecem encajar melhor com o desenvolvimento de certos rituais, que com finalidades puramente “práticas”, entendendo como tais, por exemplo, o seu emprego como encerraderos de ganado” (Rojo-Guerra *et alii*, 2006:257).

Este posicionamento cronológico antigo dentro do Neolítico detém, aparentemente, uma correspondência efectiva no actual espaço português. No sítio da Senhora da Alegria (Coimbra), identificou-se um pequeno fosso datado do terceiro quartel do 6.º milénio a.n.e., havendo, após um hiato, uma reocupação com estruturas semelhantes no lugar, durante o Neolítico Médio (Beta 339602, 6380±30 BP, 5468-5309 cal 2 δ; Beta 339601, 4730±40 BP, 3636 – 3376 cal 2 δ) (Valera, 2013 a e b). Esta arquitectura negativa detém continuidade no tempo, sendo aberto, durante o Neolítico Final, um fosso de maiores dimensões comparativamente aqueles que foram construídos nas épocas anteriores (Valera 2013). Este momento de ocupação da Senhora da Alegria é compatível com o grande *boom* construtivo de recintos de fossos no SW Peninsular.

Ainda que não seja exclusivo desta área regional, conforme é possível constatar pelos dados acima expostos, é no SW Peninsular que se conhece a maior concentração de recintos de fossos registados até ao momento, contando-se já com cerca de cinco dezenas de sítios identificados (embora com cronologias e diacronias distintas).

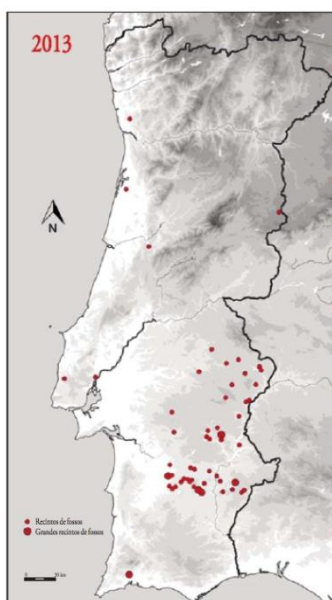


Figura 1. 1. “Distribuição dos recintos de fossos em Portugal” em Portugal, no ano de 2013 (sem distinção cronológica) (Valera, 2013:95)

Os discursos interpretativos e modelos teóricos construídos em torno dos dados empíricos proporcionados por estes sítios estão longe de ser homogêneos e semelhantes. Pelo contrário, a tendência tem sido para construir modelos opostos, incompatíveis, desenvolvendo-se debates onde nitidamente existem “dois lados da barricada”. Ironicamente e provocatoriamente, pode-se mesmo dizer que se dúvida há acerca da funcionalidade de um “fosso” esses mesmos debates respondem subtilmente à questão: para dividir!

As diferentes posições teóricas podiam ser apresentadas cronologicamente, de acordo com o exercício efetuado até momento para a questão do Neolítico Final. No entanto, o que está por trás das divergências conceptuais de cada modelo não é o maior ou menor conhecimento sobre estes sítios, não é a maior ou menor aquisição de ferramentas de estudo, nem tão pouco de dados empíricos disponíveis: é meramente uma questão de posicionamento teórico (e filosófico) dos próprios investigadores, já que o debate gira em torno dos mesmos dados, dos mesmos sítios, acabando sempre por imperar a discordância.

Fundamentalmente, e sem procurar etiquetar filosoficamente os diferentes paradigmas teóricos, os modelos interpretativos vigentes acerca dos recintos de fossos da segunda metade do 4.º milénio a.n.e., no SW Peninsular, focam-se nas seguintes questões dicotómicas:

- lugares permanentes vs lugares temporários;
- lugares residenciais (“povoados”) vs lugares ritualizados não residenciais (“monumentalizados”);
- lugares onde se desenvolvem atividades produtivas vs lugares onde se desenvolvem atividades simbólicas;
- lugares para os vivos vs lugares para os mortos;

havendo depois pequenas cambiantes, que gravitam à volta da discussão sobre a funcionalidade da estrutura “fosso” e da estrutura “fossa”, que normalmente acompanha a primeira – “para que servem?” é a questão repetidamente colocada.

Na vizinha Espanha, precoce relativamente a Portugal na identificação desta tipologia de sítio, o debate é já mais longo, mais acérrimo, mais radicalizado e mais extremado. O melhor exemplo para demonstrar a cenografia teórica é Valencina de la Concepción. Reconhecido como um grande recinto de fossos desde a década de ’70 do século XX, os diferentes investigadores que têm trabalhado sobre o sítio, utilizando os mesmos dados empíricos, detêm diferentes perspetivas acerca da construção, da sua utilização, da sociedade

que o concebeu e concretizou. A título de exemplo, se algumas das pessoas que têm realizado trabalhos arqueológicos no sítio concebem uma divisão espacial do recinto, mediante a especialização de áreas residenciais e áreas de trabalho, entre as quais consta uma área produtiva e um bairro metalúrgico, assim como um área destinada à construção de monumentos megalíticos e demais atividades funerárias (Nocete *et alii*, 2008), outros arqueólogos analisam de um modo distinto o sítio e refutam essa ideia, demonstrando que essa separação de áreas de actividade não só não detém fronteiras rígidas, como poderão sequer não existir (Costa Caramé *et alii*, 2010).

Em Portugal, o debate não tem sido tão intenso e tem-se centrado, fundamentalmente, na progressiva e por vezes quase diária descoberta de novos recintos. Para tal, poderá ter contribuído a jovialidade da temática no nosso território, que se enquadrou quase de imediato em correntes de pensamento em voga na Europa – pós-processualismo – não passando pelo mesmo processo de maturação verificado em territórios vizinhos. Não obstante, as questões dicotómicas anteriormente enumeradas mantêm-se, verificando-se a existência de alterações de discursos não só em sítios diferentes, mas também para o mesmo sítio, pelo mesmo autor e investigador.

Numa perspetiva histórica, o primeiro recinto de fossos escavado em território português corresponde ao sítio de Santa Vitória (Elvas), onde um pequeno recinto de planta sinuosa foi reconhecido, integrado, aparentemente, num lugar de maiores dimensões, sendo esse dado proporcionado pela identificação de um troço de um fosso exterior (Dias, 1996). Cronologicamente integrado no 3.º milénio a.n.e. este recinto foi interpretado como um “povoado fortificado”, ainda que as estruturas positivas que caracterizam estes sítios nunca tenham sido identificadas. Devido à ausência de paralelos no atual território português, a investigadora procurou, desta forma, integrar os dados empíricos recolhidos no lugar naquele que era o discurso interpretativo em vigência.

Aos recintos de fossos descobertos na mesma década a mesma conotação residencial foi atribuída: Perdigões (Lago *et alii*, 1998), Águas Frias (Calado & Rocha, 2004), Juromenha 1 (Calado & Mataloto, 1998), Malhada das Mimosas (Calado & Rocha, 2000). Todos estes sítios, numa primeira fase da sua investigação, foram associados a lugares residenciais nos quais teriam sido desenvolvidas atividades produtivas típicas das sociedades camponesas.

A adoção, numa determinada franja de investigadores da Universidade do Porto, de modelos teóricos pós-processualistas, para explicar o surgimento dos “recintos murados” identificados no Norte do país – Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, 1994; Jorge, 2003; Jorge *et alii*, 2005; Jorge *et alii*, 2007) e Castanheiro do Vento (Jorge *et alii*, 2003; Jorge *et alii*, 2005; (Jorge *et alii*, 2007) – permitiu o alargamento dessa forma de pensar os sítios aos recintos de fossos do SW Peninsular: “Muitos destes recintos de fossos, pela conjugação de características que apresentam, parecem poder ser interpretados como centros cerimoniais, espaços de reunião periódica de comunidades locais para a realização de um conjunto de práticas sociais variadas, destinadas ao reforço identitário e à reprodução da ordem cosmogónica (social, económica, política e ideológica), participando ativamente na organização e estruturação das paisagens e territórios” (Valera: 2013).

É nesse (re)pensar do passado pré-histórico que o Complexo Arqueológico dos Perdigões é agora teorizado. De “povoado” passa a “recinto” e a associação deste contexto aos ambientes funerários sistematicamente identificados tem sido inevitável (Lago *et alii*, 1998; Valera *et alii*, 2007): “The funerary practices and the manipulation of human remains in different contexts emerges in the 3rd millennium BC as one of the major rites being practiced at Perdigões. An understanding of these practices can hardly be achieved without linking them to the ideological principles that are present in (and reinforced by) the location of the site and the meaningful relationship it establishes with the local landscape (both terrestrial and celestial) as well as in the architectonic design of the enclosures or in the practices of filling ditches and pits with intentional and formal deposits” (Valera, Silva & Márquez Romero, 2014: 25).

Uma análise detalhada sobre a bibliografia produzida sobre o fenómeno dos recintos de fossos foi já realizada (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010), considerando-se, por esse facto, que esse tipo de abordagem neste subcapítulo seria repetitiva, preferindo-se antes elencar as visões dicotómicas imperantes.

Uma vez que a resposta à “pergunta de partida” utilizada como “fio condutor” da presente dissertação está, de certa forma, entrosada com a pergunta em epígrafe – “o que são os recintos de fossos?”, cuja primeira resposta foi já elaborada num artigo de síntese sobre a temática (de acordo com a referência bibliográfica então citada) efetuar-se-á ao longo do texto diferentes referências às abordagens teóricas disponíveis, explicando-se quais as alternativas que melhor explicam os dados empíricos em análise.

Desta forma, nos próximos capítulos ambas as questões andarão unidas, ainda que de forma ténue, procurando-se chegar a uma e a outra, num primeiro momento, a partir dos

dados arqueológicos proporcionados pela intervenção no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2, e, numa fase subsequente, por comparação com outros sítios cronologicamente e tipologicamente enquadrados na mesma problemática.

Por agora, veja-se quais os processos históricos que contribuíram para a emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular.

1.3. Sobre os processos de emergência dos recintos de fossos

Para se compreender o fenómeno em debate na presente dissertação deve-se retroceder no tempo e avaliar o processo histórico em curso no SW Peninsular a partir de meados/ finais do 6.º milénio a.n.e., recorrentemente designado por “neolitização”.

O debate em torno da etapa inicial deste processo no atual território português tem sido apaixonado e sempre controverso, com posições antagónicas sobre os processos de aparecimento deste um novo sistema económico, baseado na domesticação das plantas e dos animais.

A investigação desenvolvida por Carvalho (2008) sobre a introdução da economia agro-pastoril na fachada ocidental da Península Ibérica, mais concretamente nas regiões da Estremadura e Algarve Ocidental, resultou na deteção de quatro fenómenos culturais, assimétricos no tempo e no espaço, a saber:

- 1) “ [...] colonização precoce de territórios mais ou menos despovoados, levado a cabo plausivelmente por populações exógenas às mesmas”;
- 2) “ [...] colonização de regiões despovoadas [...] em cronologias ulteriores e já numa fase de expansão do sistema produtor [...]”;
- 3) “ [...] aquisição [...] das novidades tecnológicas e económicas neolíticas, sob a vigência de tradições tecnológicas e estilísticas preexistentes”;
- 4) “desaparecimento tardio [...] de modos de vida caçadores-recolectores-mariscadores, sem qualquer interação com o “mundo neolítico”, na região de Muge” (Carvalho 2008: 300–301).

Na mesoregião em apreço na presente dissertação – Alentejo Central – regista-se a etapa acima designada com o número 3), do qual o sítio da Valada do Mato (Évora) constitui o caso paradigmático. Para Diniz (2007), que centrou o seu trabalho de investigação neste sítio

arqueológico, esta ocupação remete para um modelo de povoamento permanente nesta área regional, já no início do 5.º milénio a.n.e.

Simultânea e paradoxalmente, estará em marcha, no estuário do Sado, a última fase de interação cultural entre os grupos de caçadores-recolectores mesolíticos e os grupos produtores do Neolítico, que conduz ao progressivo desaparecimento do primeiro sistema económico. Para Arnaud (1990) e Zilhão (2000), este contacto encontra-se atestado pela presença de fragmentos cerâmicos decorados com *cardial* no concheiro tardio da Amoreira; porém, as recentes reavaliações deste sítio levadas a cabo por Diniz (2010) sugerem um cenário mais complexo no que respeita ao processo de formação da própria estratigrafia do sítio em causa. Com efeito, e de acordo com a mesma autora, não é hoje líquida a associação entre as peças *cardiais* e os depósitos conquíferos, e está também sobejamente documentada uma componente cerâmica *carenada*, característica do Neolítico Final.

O final do 6.º/início do 5.º milénio a.n.e. parece no entanto, e de um modo geral, marcado por disparidades acentuadas, mas onde predomina a conceção de vários grupos populacionais móveis, que apenas no Alentejo Central parecem encontrar os fatores que promovem a estabilidade do grupo, tal como o que ocupou a Valada do Mato, ou, por exemplo, os sítios da Baixa do Xerez (Gonçalves, Marchand, & Sousa, 2006).

Entre esta etapa e meados do 4.º milénio a.n.e. há um enorme vazio informativo, um hiato nos dados empíricos apenas pontualmente interrompido.

Os dados sobre os lugares de *habitat* das comunidades do 5.º milénio, no Sul de Portugal, são assim, escassos, resumindo-se a lugares dispersos no espaço:

- a) na Estremadura, conhece-se o Abrigo da Pena d'Água (Carvalho, 1998), o Cerradinho do Ginete (Nunes e Carvalho 2013) e a Costa do Pereiro (Carvalho, 2014) (Torres Novas);
- b) no Baixo Tejo, estão identificados o Monte da Foz (Neves, 2013) e a Moita do Ourives (Rodrigues, 2006) (Benavente).

As ocupações nestes sítios apontam para contextos formados por grupos relativamente pequenos, detentores de uma cultura material homogénea, possibilitando a hipótese de se tratarem apenas de segmentos de “ [...] uma unidade sociocultural ampla” (Carvalho, 2014:252).

As informações mais precisas acerca desta etapa cultural são provenientes das necrópoles destes grupos humanos, caracterizadas, na Estremadura e nalguns pontos do Alentejo (Escoural, grutas de Melides), pelas inumações em cavidades naturais e, no Alentejo, pelo processo de “megalitização” da paisagem.

Neste âmbito, destacam-se:

- a) na Estremadura, o recente trabalho de Carvalho (2014) no Algar do Bom Santo (Lisboa);
- b) no Alentejo, as investigações desenvolvidas nas antas do Poço da Gateira (Reguengos de Monsaraz) (Leisner & Leisner, 1985; Whittle & Arnaud, 1975) e Vale Rodrigo 2 (Évora) (Armbruster, 2006 e 2007).

No Algar do Bom Santo foram exumados cerca de meia centena de indivíduos, que possibilitaram dezanove datações de radiocarbono, que revelaram que o lugar foi sucessivamente visitado num intervalo de tempo compreendido entre 3800 e 3600 cal BCE (Carvalho, 2014).

As análises paleogenéticas e isotópicas realizadas simultaneamente sobre uma amostra de 14 indivíduos, criteriosamente selecionados, permitiram:

- 1) ao nível da paleodieta, atestar a prática de atividades agro-pastoris, que se complementariam, eventualmente, com recursos de água doce ou salobra;
- 2) ao nível da proveniência dos indivíduos, verificar uma origem exógena ao lugar de inumação, provenientes de lugares de substrato geológico antigo, potencialmente as planícies graníticas e xistosas de Mora/ Pavia (Alentejo);
- 3) ao nível da paleogenética, averiguar uma elevada heterogeneidade do ADN mitocondrial, que permite sugerir uma sociedade que funciona em regime de patrilocalidade e em torno da prática de exogamia (Carvalho, 2014).

Estes patamares de investigação possibilitaram a Carvalho (2014) definir a mobilidade destas populações ao longo de um eixo Este – Oeste, facilitada, em parte, pela rede fluvial proporcionada pelo Tejo e Sorraia, o que permitiria a estas comunidades aproveitar nichos ecológicos distintos da Estremadura e Alentejo: serras, planícies mais ou menos bem irrigadas, galerias ripícolas, terraços fluviais, grandes cursos de água doce (Tejo, Sorraia), etc.. Tal facto, é consentâneo com práticas agro-pastoris itinerantes, que encontram suporte não só nos dados paleodietéticos ($^{13}\text{C}/^{15}\text{N}$) e de mobilidade ($^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$) obtidos a partir daquela

amostra de humanos, mas também nos rácios de $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ dos ovinos e caprinos, coerentes em boa medida com os dos primeiros (Carvalho, 2014).

No caso do Poço da Gateira, o potencial informativo não é tão substancial quanto os dados acima demonstrados para o Algar do Bom Santo, no entanto as datações por termoluminescência, efetuadas sobre fragmentos cerâmicos recolhidos do interior do monumento, a par das características “arcaizantes” do espólio, tornaram-no no padrão clássico do início do processo de “megalitização” e da fase mais tardia do Neolítico Médio.

Associado a um conjunto artefactual, que se tornou o arquétipo do “espólio dolménico”, onde estão presentes as (1) cerâmicas globulares lisas, (2) os trapézios e as lâminas de pequeno porte, e, (3) os instrumentos de pedra polida (Leisner & Leisner, 1985), está um intervalo de tempo, obtido através da média de três datações, que coloca a utilização desta anta entre 4870 – 4159 cal BCE (Whittle & Arnaud, 1975; Boaventura, 2011), portanto cerca de um milénio antes da gruta estremenha.

Com uma cronologia “mais fina” e, portanto, mais fiável, estão as datações aferidas para a ocupação realizada no mesmo local da construção do monumento megalítico n.º 2 de Vale Rodrigo, mas num momento anterior (Ua 10830, 3940 – 3250 cal BC e KIA 31381, 3940-3700 cal BCE) (Armbruster, 2006 e 2007). Estas datações, que estabelecem “[...]momentos de *termini post quos*, portanto anteriores à construção dos respectivos monumentos” (Boaventura & Mataloto, 2013:94) têm sido utilizadas por alguns investigadores, nomeadamente Boaventura e Mataloto (2013), para demarcar o início de uma Fase 1 do “processo de megalitização”.

É neste contexto de:

- comprovada mobilidade populacional entre regiões distintas, privilegiando o contacto entre o litoral e o interior (Estremadura – Alentejo), com forte interação intra e intergrupar (Carvalho, 2014)
- “territorialização da paisagem”, através da construção dos monumentos funerários megalíticos, normalmente conectado com um aumento demográfico e complexificação social (Boaventura & Mataloto, 2013);

que surgem os primeiros recintos de fossos no SW Peninsular, mais concretamente no Alentejo Central.

Perceber se os mecanismos anteriormente descritos tiveram, ou não, influência na emergência dos recintos de fossos do SW Peninsular, com especial atenção ao conjunto identificado no Alentejo Central, é um dos objetivos da presente dissertação.

Neste momento estão disponíveis, ainda que de forma desigual, dados empíricos provenientes de 11 recintos de fossos crono-culturalmente integrados na última etapa do Neolítico, ou seja, na segunda metade do 4.º milénio, sendo eles:

- Ponte da Azambuja 2 (Portel Évora) (Rodrigues, 2008 e 2013);
- Moreiros 2 (Monforte, Portalegre) (Boaventura, 2006; Valera, Becker, & Boaventura, 2013);
- Cabeço do Torrão (Elvas, Portalegre) (Lago & Albergaria, 2001);
- Paraíso (Elvas, Portalegre) (Mataloto & Costeira, 2008 e 2009; Mataloto *et alii*, 2011);
- Juromenha 1 (Alandroal, Évora) (Calado & Mataloto, 1998; Mataloto & Boaventura, 2009);
- Malhada das Mimosas (Alandroal, Évora) (Calado & Rocha, 2000);
- Águas Frias (Alandroal, Évora) (Calado & Rocha, 2004);
- Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora) (Lago *et alii*, 1998; Valera, 2008; Valera 2010; Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014);
- Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja) (Arnaud, 1993; Valera & Filipe, 2004; (Santos *et alii*, no prelo; Rodrigues, no prelo);
- Fareleira 3 (Vidigueira, Beja) (Figueiredo, 2013);
- Igreja Velha de São Jorge (Serpa, Beja) (Soares, 1994 e 1996).

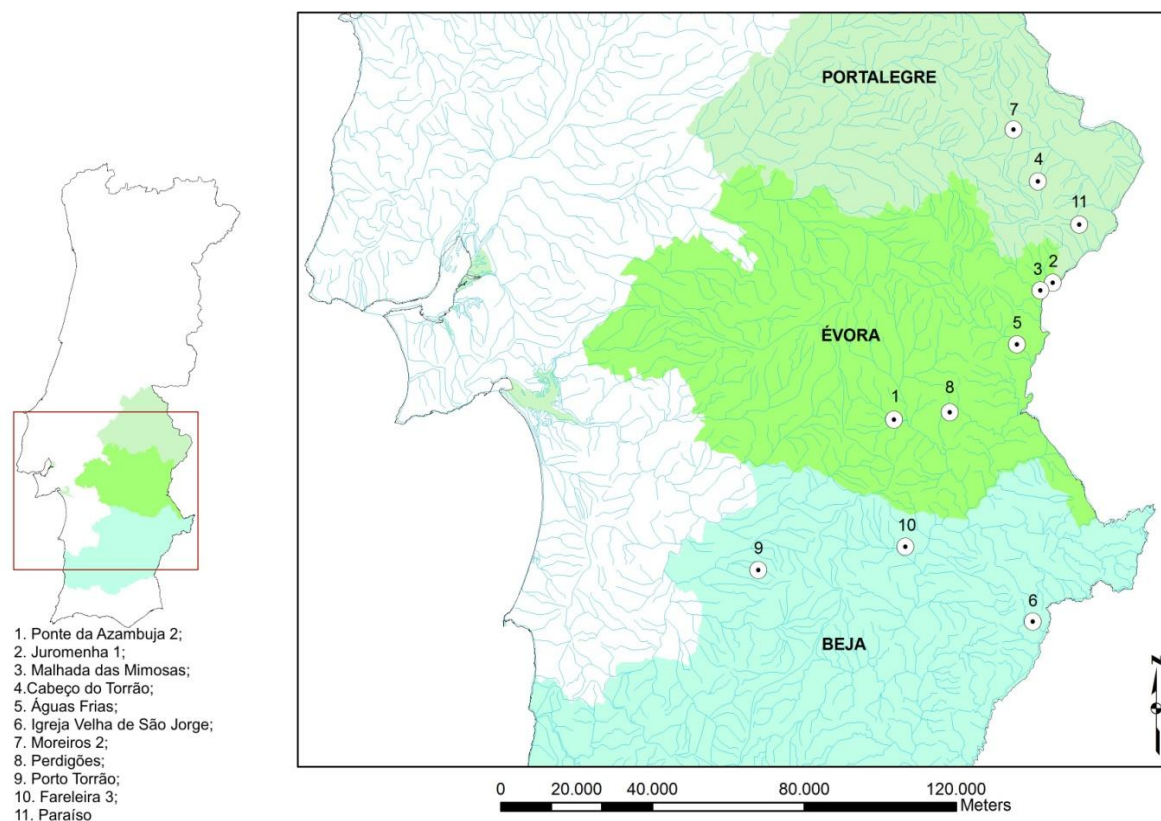


Figura 1. 2. Localização dos onze recintos de fossos do Neolítico Final identificados no Alentejo Central e regiões adjacentes

Destes 11 recintos de fossos apenas cinco se encontram datados pelo radiocarbono – Moreiros 2, Juromenha 1, Igreja Velha de São Jorge, Porto Torrão e Perdigões -, os quais atestam o início deste novo paradigma de apropriação da paisagem a partir da segunda metade do 4.º milénio a.n.e. Neste âmbito, Juromenha 1 apresenta o intervalo de tempo com a diacronia mais recuada – Beta 169264, 3520 – 2929 cal BCE -, seguida da Igreja Velha de São Jorge e Perdigões. Quer o Porto Torrão, quer Moreiros 2, apresentam diacronias que podem ser ligeiramente mais recentes (segundo quartel do 4.º milénio a.n.e), mas com intervalos de tempo que possibilitam a admissão de uma sincronia entre todos os sítios. A partir da análise da cultura material acredita-se que a ocupação realizada na Ponte da Azambuja 2 seja sincrónica dos recintos acima referidos, podendo ter sido concretizada ainda no primeiro quartel da segunda metade do 4.º milénio a.n.e., sendo assim contemporânea das ocupações realizadas na Igreja Velha de São Jorge e Perdigões.

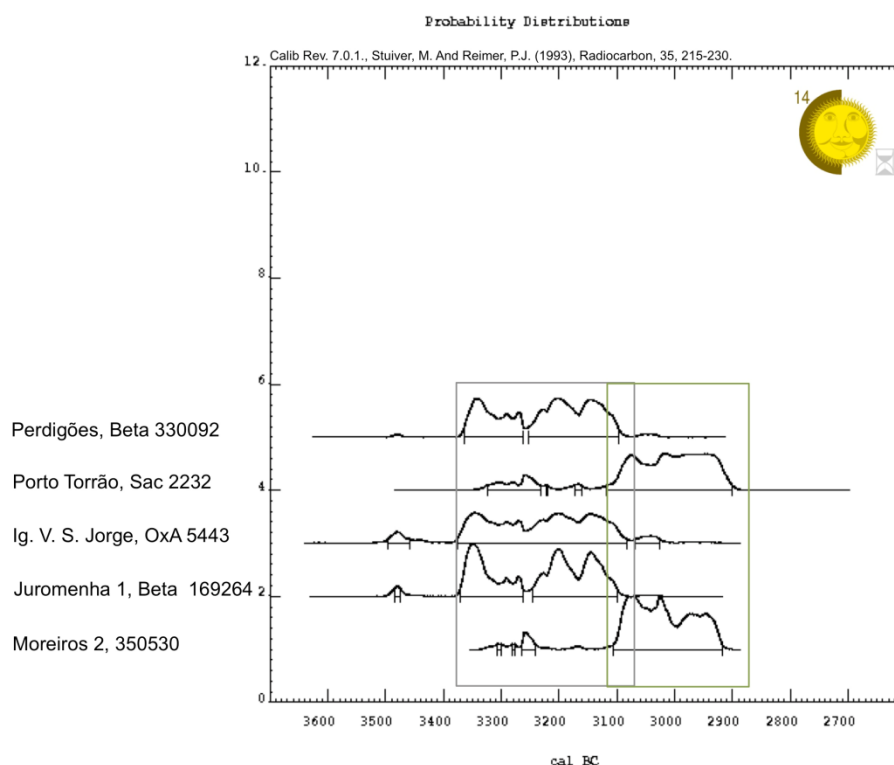


Figura 1. 3. Distribuições de probabilidades entre as datações mais antigas e com maior grau de fiabilidade de cada recinto de fossos mencionado

No atual quadro da investigação sobre estes contextos, marcado por uma acérrima discussão sobre o significado e função deste tipo de sítio, denota-se um carácter demasiado generalista e “europeísta”, que do ponto de vista interpretativo pode, indeliberadamente, camuflar especificidades cronológicas e “regionais”.

Nesse sentido, considera-se fundamental a análise de um sítio arqueológico específico, através da dissecação dos dados empíricos proporcionados pela sua intervenção arqueológica: o recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2. Assim, nos próximos capítulos procurar-se-á:

- definir a tipologia funcional deste sítio - será a Ponte da Azambuja 2 um lugar para viver? Ou será, à semelhança dos monumentos megalíticos, um lugar “da morte”?
- definir o tipo de ocupação foi efetuada no local: permanente? sazonal?;
- reconstituir as estratégias paleoeconómicas adotadas;
- definir a paisagem em que estas comunidades se movimentavam.

A partir da análise comparativa com os restantes sítios supramencionados procurar-se-á perceber (as)simetrias nas estratégias de implantação dos lugares e assim identificar eventuais dinâmicas sociais entre os diferentes grupos construtores dos recintos, de modo a

obter a resposta à “pergunta de partida”: “quais os motivos que levaram as sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e. a construir os recintos de fossos no SW Peninsular?”

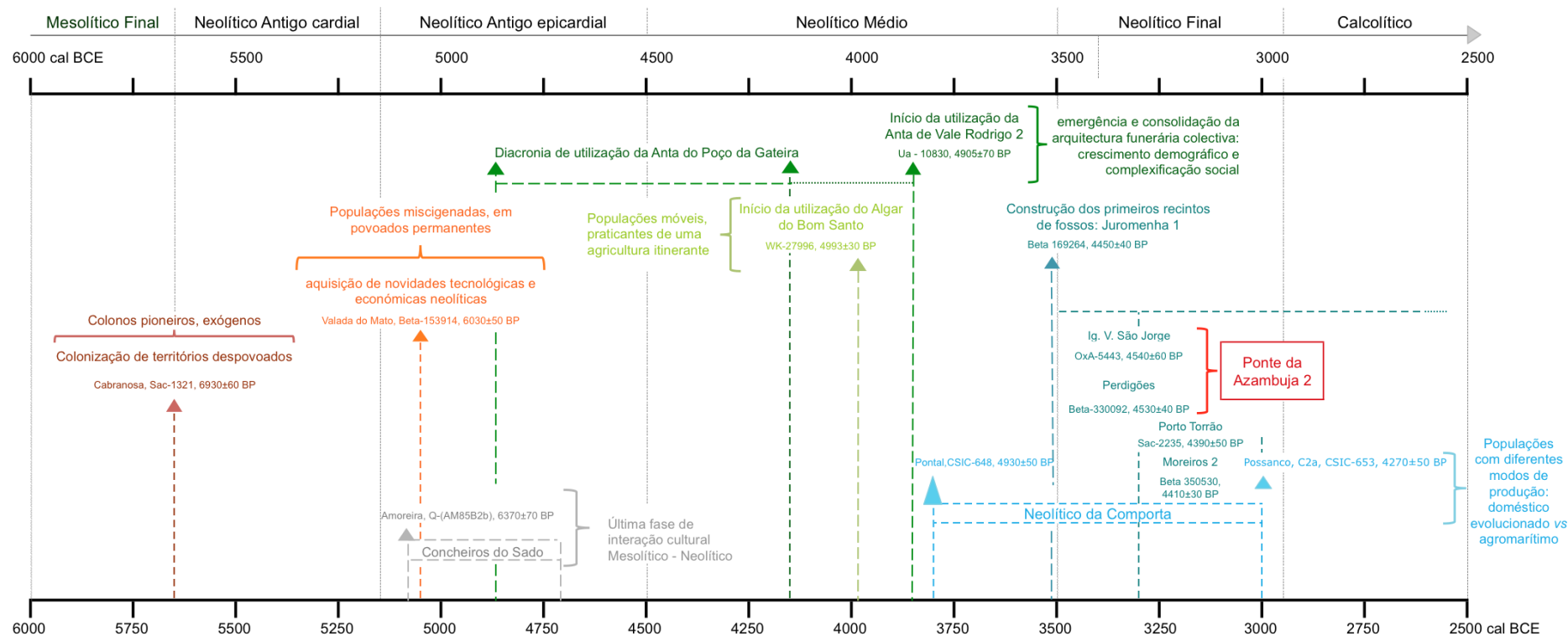


Figura 1. 4. Breve cronologia com o processo histórico que conduz à emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 18	Cal BCE 28	Ref. ^a Bibliográfica
Moreiros 2	Osso (Fauna) /Fosso 1 – Níveis de base	Beta 350351	4350±30BP	(n.d.)	3081 - 2901	Valera, Becker, & Boaventura, 2013
	Osso (Fauna) /Fosso 3 – Níveis de base	Beta 350530	4410±30BP	(n.d.)	3310-2917	
Juromenha 1	Ossos (n.d.) / S4-1	WK-18488	4547±35	3370-3320 (23,5) 3220-3170 (23,6) 3160-3120 (21,0)	3370-3260 (36,7) 3250-3100 (58,7)	Mataloto & Boaventura, 2009
	Ossos (n.d.) / S1-1	Beta 169263	4540±100	3330-3220 (32,0) 3180-3160 (3,4) 3120-3020 (32,8)	3340-3000 (89,5) 2990-2930 (5,9)	
	Ossos (n.d.) / S2-10	WK 18487	4538±32	3360-3320 (19,5) 3240-3110 (48,7)	3370-3260 (34,2) 3250-3100 (61,2)	
	Ossos (n.d.) / S1-10	Beta 169264	4550±40	3500-3460 (3,6) 3380-3090 (64,6)	3520-2920 (95,4)	
Ig. V. S. Jorge	Osso, Fauna, Astrágalo de <i>Cervus elaphus</i> / Camada 4a	OxA 5443	4540 ±60	3370-3310 (18,0) 3300-3260 (4,8) 3240-3100 (45,3)	3500-3450 (4,2) 3380-3080 (87,8) 3070-3020 (3,4)	Soares, 1996

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref. ^a Bibliográfica
Porto Torrão – Datações dos anos '80	Osso (n.d.) / Corte I – Camada 1	ICEN-56	4300 ± 80	3090-3060 (5,1) 30303-2860(57,8) 2810-2760 (5,3)	3090-3060 (1,9) 3030-2860 (85,7) 2810-2750 (6,7) 2720-2700 (1,1)	Arnaud, 1993 Mataloto & Boaventura, 2009
	Osso (n.d.) / Corte I – Camada 1 (mesma amostra que ICEN 56)	ICEN-55	4290±50	3010-2970 (12,2) 2960-2870 (56,0)	3330-3230 (4,1) 3180-3160 (0,4) 3120-2830 (73,0) 2820-2660 (17,2) 2650 -2630 (0,6)	
	Osso (n.d.) / Corte I - Camada 2	ICEN-38	4020±110	2900-2830 (19,3) 2820-2670 (48,9)	2890-2280 (94,4) 2250-2230 (0,8) 2220-2210 (0,1)	
	Osso (n.d.) / Corte I - Camada 3	ICEN-61	4230±60	2920-2850 (28,2) 2940-2740 (29,6) 2730-2690 (10,4)	3010-2980 (1,3) 2940-2620 (94,1)	
	Osso (n.d.) / Corte I – Camada 3 (mesma amostra que ICEN 61)	ICEN-60	4200±70	2900-2830 (19,3) 2820-2670 (48,9)	2920-2570 (95,4)	

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref. ^a Bibliográfica
Porto Torião –Datações dos anos ‘80	Osso (n.d.) / Corte I – Camada 1	ICEN-56	4300 ± 80	3090-3060 (5,1) 30303-2860(57,8) 2810-2760 (5,3)	3090-3060 (1,9) 3030-2860 (85,7) 2810-2750 (6,7) 2720-2700 (1,1)	Arnaud, 1993 Mataloto & Boaventura, 2009
	Osso (n.d.) / Corte I – Camada 1 (mesma amostra que ICEN 56)	ICEN-55	4290±50	3010-2970 (12,2) 2960-2870 (56,0)	3330-3230 (4,1) 3180-3160 (0,4) 3120-2830 (73,0) 2820-2660 (17,2) 2650 -2630 (0,6)	
	Osso (n.d.) / Corte I - Camada 2	ICEN-38	4020±110	2900-2830 (19,3) 2820-2670 (48,9)	2890-2280 (94,4) 2250-2230 (0,8) 2220-2210 (0,1)	
	Osso (n.d.) / Corte I - Camada 3	ICEN-61	4230±60	2920-2850 (28,2) 2940-2740 (29,6) 2730-2690 (10,4)	3010-2980 (1,3) 2940-2620 (94,1)	
	Osso (n.d.) / Corte I – Camada 3 (mesma amostra que ICEN 61)	ICEN-60	4200±70	2900-2830 (19,3) 2820-2670 (48,9)	2920-2570 (95,4)	

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref.ª Bibliográfica
Porto Torrão –Escavação de emergência 2003	Osso (Fauna) / Fosso 1 (topo) - [2004]	Sac-2036	3490±90	2120-2090 (0,8)	2040-1600 (93,5) 1580-1530 (1,1)	Valera, 2006 Mataloto & Boaventura, 2009 Valera, 2012
	Osso (Fauna) / Fosso 1 (topo) - [2028]	Sac-2169	4240±70	2919-2679	2920-2680 (94,4)	Valera, 2012
	Osso (Fauna) / Fosso 1 (meio) - [2044]	Sac-2232	4390±50	2919-2679	3325-2900 (95,3)	Valera, 2012
	Osso (Fauna) / Fosso 2 (base) - [2027]	Sac-2027	3810±50	2470-2130 (94,3)	2080-2060 (1,1)	Valera, 2006 Mataloto & Boaventura, 2009
	Osso (Fauna) / Fosso 2 (topo) - [2020]	Sac-2028	3700±60	2200-1985	2285-1930 (95,4)	
	Osso (Fauna) / Fosso 2 (meio) - [2036]	Sac-2233	3910±80	(n.d)	2619-2141 (95,4)	Valera, 2012
	Osso (Fauna) / Fosso 2 (meio) - [2043]	Sac-2234	4190±110	(n.d)	3085-2475 (95,4)	
	Osso (Fauna) / Fosso 2 (meio) - [2054]	Sac-2039	3420±100	1880-1620	2010-1500	Valera, no prelo
	Osso (Fauna) / Fossa 3 – [2019]	Sac-2037	3690±100	2270-1940	2450-1780	

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref. ^a Bibliográfica
Perdigões	Mandíbula de Ovis/ Capra/ Fosso 5, Q1, [351]	Beta-350352	4390±30	(n.d.)	3093-2918	(Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014)
	Osso (Fauna) / Fosso 12, Q1, [250]	Beta-330092	4530±40	(n.d.)	3365-3097	
	Osso (Fauna) / Fosso 12, Q1, [250]	Beta-315242	4450±30	(n.d.)	3336-2944	
	Osso (Fauna) / Fosso 6, Q1, [107]	Beta-318359	4390±30	(n.d.)	3093-2918	
	Mandíbula de Ovis/ Capra/ vala pequena, Q1, [33]	Beta-304756	4470±30	(n.d.)	3339-3026	
	Mandíbula de <i>Sus scrofa</i> / fossa grande, Q1, [182]	Beta-304757	4390±30	(n.d.)	3093-2918	
	Dente de carnívoro/ Fosso 3, I2 [38]	Beta-285095	3980±40	(n.d.)	2618-2347	
	Dente de <i>Bos taurus</i> / Fosso 3, I2 [58]	Beta-285096	4050±40	(n.d.)	2851-2472	

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref. ^a Bibliográfica
Perdigões	Dente de <i>Sus sp.</i> / Fosso 3, I2 [99]	Beta-285098	4050±40	(n.d.)	2851-2472	(Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014)
	Dente de <i>Cervus elaphus</i> / Fosso 4, I2 [90]	Beta-285097	3980±40	(n.d.)	2618-2347	
	Metacarpo humano/ Fosso 4, I2 [90]	Beta-289264	3940±40	(n.d.)	2568-2299	
	Úmero de <i>Sus sp.</i> / Fosso 1, L1 [11]	Beta-315716	3770±30	(n.d.)	2290-2050	
	Dente de Ovis/ Capra/ Fosso1, L1 [116]	Beta-315720	3860±30	(n.d.)	2463-2209	
	Dente de Ovis/ Capra/ Fosso1, L1 [118]	Beta-315719	3780±30	(n.d.)	2296-2059	
	Osso (Fauna) / Fosso1, L1 [122]	Beta-315721	3840±30	(n.d.)	2459-2202	
	Dente de <i>Sus sp.</i> / Fosso 1, L1 [133]	Beta-315722	3890±30	(n.d.)	2469-2290	
	Osso (Fauna) / Fosso1, L1 [134]	Beta-315723	3820±30	(n.d.)	2454-2144	
	Osso (Fauna) / Fosso1, L1 [139]	Beta-315725	3890±30	(n.d.)	2469-2290	
	Osso humano (pé) / Fossa 7, I12 [114]	Beta-289265	4430±40	(n.d.)	3331-2922	

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref. ^a Bibliográfica
Perdigões	Osso humano (mão) / Fossa 11, I2 [76]	Beta-289263	4370±40	(n.d.)	3096-2901	(Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014)
	Osso (humano) / Fossa 16, Q1 [74]	Beta-289262	3990±40	(n.d.)	2621-2350	
	Osso (humano) / Conjunto 1, Q1 [109]	Beta-308784	3900±30	(n.d.)	2470-2296	
	Osso (humano) / Conjunto 1, Q1 [177]	Beta-308785	3970±30	(n.d.)	2575-2350	
	Osso (humano) / Conjunto 1, Q1 [128]	Beta-313720	3850±30	(n.d.)	2459-2206	
	Osso (humano) / Conjunto 1, Q1 [263]	Beta-313721	4000±40	(n.d.)	2831-2356	
	Osso (humano) / Sepulcro 1, S1 [173]	Beta-327750	4030±40	(n.d.)	2836-2467	
	Osso (humano) / Sepulcro 1, S1 [93]	Beta-327748	4060±30	(n.d.)	2840-2482	
	Osso (humano) / Sepulcro 1, S1 [84]	Beta-327747	4130±30	(n.d.)	2872-2582	
	Osso (humano) / Sepulcro 2, S2 [232]	Beta-308789	3840±30	(n.d.)	2459-2202	

Sítio	Amostra/ Proveniência	N.º Laboratório	Data BP	Cal BCE 1δ	Cal BCE 2δ	Ref. ^a Bibliográfica
Perdigões	Osso (humano) / Sepulcro 2, S2 [458]	Beta-308791	4090±30	(n.d.)	2860-2498	(Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014)
	Osso (humano) / Sepulcro 2, S2 [429]	Beta-308792	3890±30	(n.d.)	2469-2290	
	Osso (humano) / Sepulcro 2, S2 [231]	Beta-308793	3970±30	(n.d)	2575-2350	

Tabela 1. 2. Datações absolutas dos recintos de fossos do Alentejo Central (n.d. = não disponível)

Capítulo 2 | Ponte da Azambuja 2: enquadramento geográfico

O sítio arqueológico da Ponte da Azambuja 2 localiza-se no distrito de Évora, concelho de Portel, freguesia do Monte do Trigo, num lugar com o topónimo de Monte da Azambuja.

As coordenadas geográficas da sua implantação são as seguintes: M - 236459,835; P - 162016,187.

O acesso ao sítio pode ser feito a partir de São Manços, seguindo a estrada E802, em direção ao Monte do Trigo; antes de atravessar a ponte sobre a Ribeira da Azambuja, segue-se o caminho de terra batida para o *monte* com o mesmo topónimo; o sítio em apreço localiza-se na vertente suave que chega até à Ribeira da Azambuja.

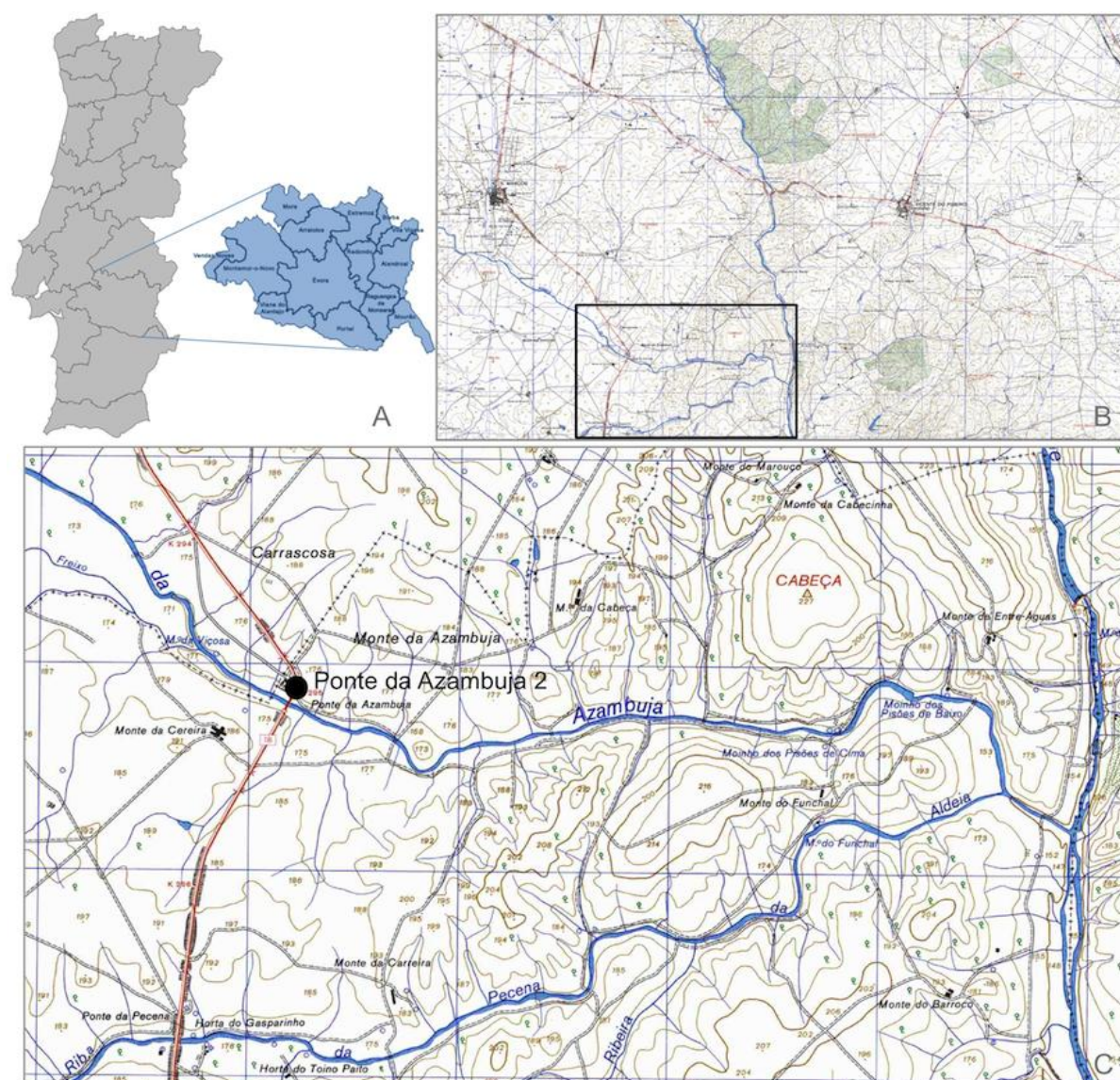


Figura 2. 1. A. Mapa administrativo de Portugal, com indicação do Distrito de Évora e respetivos concelhos; B. Carta Militar de Portugal (CMP) n.º 472, Esc. 1:25 000; C. Excerto da CMP n.º 472, com indicação do sítio da Ponte da Azambuja 2

O sítio em apreço localiza-se no Maciço Hespérico ou Maciço Ibérico, uma das unidades morfoestruturais da Península Ibérica (Ribeiro *et alii.*, 1979), cujo preenchimento sedimentar é de idade proterozóica e paleozóica (vd. fig. 2.2. A). Esta unidade, que faz parte da designada Cadeia Hercínica Europeia, ocupa a parte central e ocidental da Península, sendo limitada, a Sudeste e Nordeste, pela Cadeia Alpina e, a Oeste, pelo oceano Atlântico (Matte, 1983, 1986; Dallmeyer e Martínez Garcia, 1990; Ribeiro *et alii.*, 1979; Apalategui *et alii.*, 1990; Quesada, 1991 e 1992). O Maciço Ibérico encontra-se subdividido em 5 zonas distintas, considerando as suas características paleogeográficas, tectónicas, magmáticas e metamórficas, sendo elas:

- Zona Cantábrica;
- Zona Asturo-Leonesa;
- Zona Centro-Ibérica;
- Zona de Ossa-Morena;
- Zona Sul Portuguesa.

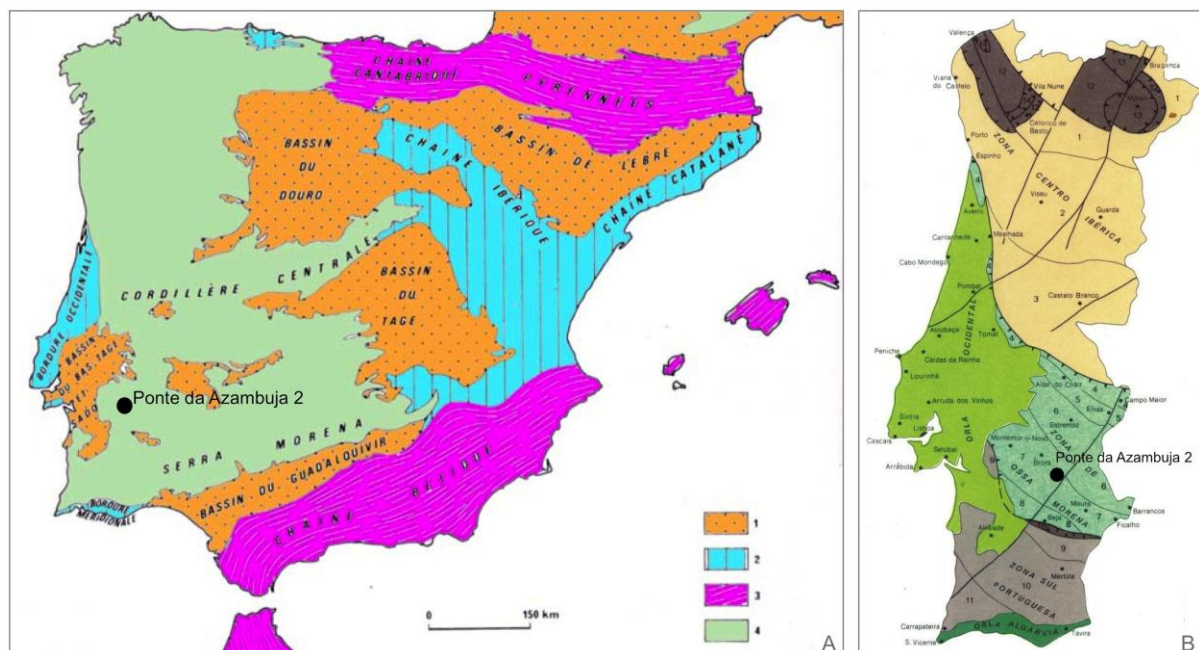


Figura 2. 2. Ponte da Azambuja 2: enquadramento geológico - A. Mapa das grandes unidades morfoestruturais da Península Ibérica (1 – Bacias; 2 – Orlas e Cadeias moderadamente dobradas; 3 – Cadeias Alpinas; 4 – Maciço Ibérico) (adaptado de Ribeiro *et alii.*, 1979); B. Esquema Tectono-Estratigráfico da Carta Geológica de Portugal, na escala 1: 500 000, SGP (1992)

O sítio da Ponte da Azambuja 2 localiza-se na Zona de Ossa-Morena (ZOM), que contacta, a Norte, com a Zona Centro-Ibérica e, a Sul, com a Zona Sul Portuguesa (vd. Figura 2.2. B), estando delimitada pelos seguintes fenómenos geológicos (Quesada, 1990):

O principal curso de água na área em estudo é o Rio Degebe, que dista da Ponte da Azambuja 2 cerca de 4 km, em linha reta. O Rio Degebe detém uma bacia hidrográfica exorreica, com 267 km², detendo um padrão de drenagem dendrítico, cuja ocorrência se manifesta, por norma, em terrenos onde substrato rochoso é uniforme. Recebe, a montante, vários afluentes e diversas linhas de água subsidiárias, entre as quais se destaca a Ribeira da Azambuja, pela proximidade ao sítio arqueológico em estudo.

O regime atual destes afluentes e linhas de água subsidiárias do Degebe, não permite inferir dados sobre o volume dos recursos hídricos subterrâneos na região em estudo. Porém, a constatação da inexistência, na atualidade, de cursos de água de regime permanente aponta para uma relativa escassez destes recursos.

O balanço hídrico local demonstra que os escoamentos superficiais e subterrâneos são variáveis conforme os tipos litológicos presentes, verificando-se que, no caso das rochas intrusivas, correspondente ao substrato rochoso do local onde se implanta o sítio arqueológico, a eficiência do escoamento superficial é menor. Não obstante, as características intrínsecas destas formações – rochas alteradas e fissuradas – tornam este local num dos mais importantes para o sistema aquífero freático da região, na atualidade (Carvalhosa e Zbyszewski, 1991).

A Ribeira da Azambuja corre com uma orientação NNW-E, apresentando, no troço junto à Ponte da Azambuja 2, um vale pouco encaixado, com um canal retilíneo, resultante de um condicionamento topográfico, caracterizado pela baixa variabilidade da altitude média (175m). Esta ribeira é, atualmente, perene, o que significa que apenas nos períodos de estiagem (verão), pode temporariamente desaparecer.

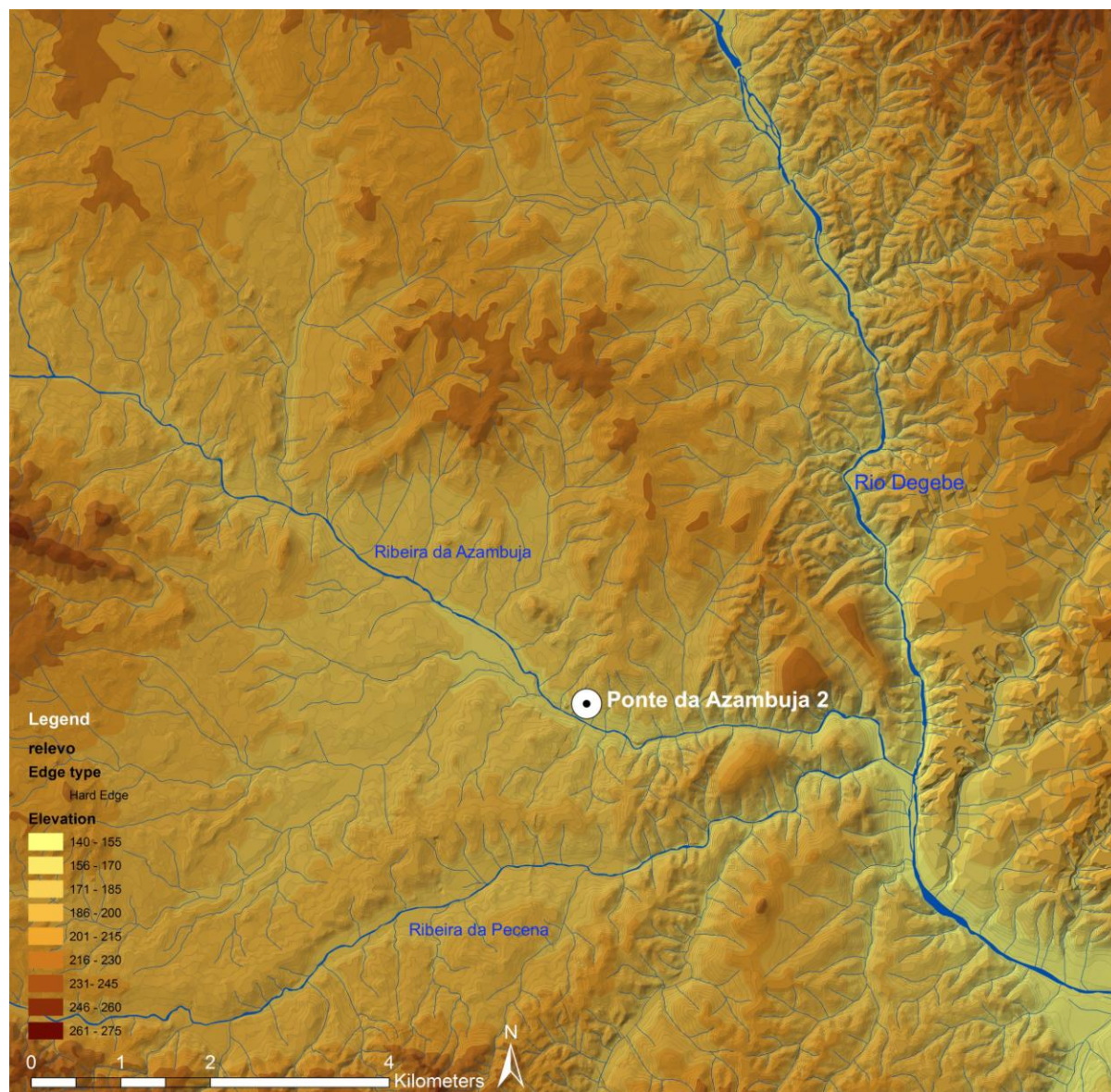


Figura 2. 5. Ponte da Azambuja 2: hidrografia e relevo da área envolvente ao sítio arqueológico (c. 10 km²)

O sítio arqueológico da Ponte da Azambuja 2 implanta-se numa suave vertente sobranceira à Ribeira da Azambuja. Esta vertente está orientada a SW, detendo um perfil retilíneo, com uma classe de declive que ronda os 1% e os 3%.

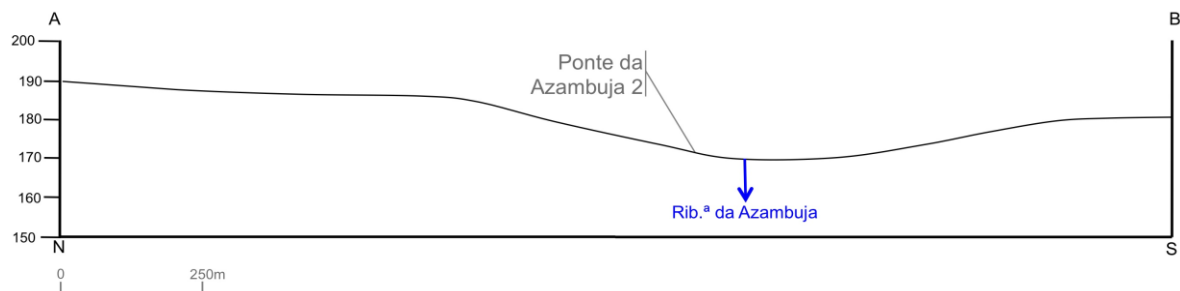


Figura 2. 6. Ponte da Azambuja 2: perfil transversal da área de implantação do sítio

Na área em apreço predominam os Solos Mediterrâneos Pardos de Materiais Não Calcários, com particular incidência, na área de implantação do arqueossítio, do subgrupo dos solos mediterrâneos pardos normais de quartzodioritos (Pmg) (Carta dos Solos de Portugal, Folha 40-B). Estes solos são compostos pelos seguintes horizontes:

“Horizonte A1 -15 a 35 cm; pardo ou castanho; franco-arenoso a arenosos; estrutura granulosa fina fraca ou sem agregados; não aderente, não plástico, muito friável ou solto, fofo ou solto; pH 5,5 a 6,5. Transição nítida ou abrupta para

Horizonte B -20 a 50 cm; pardo ou castanho com pontuações esbranquiçadas de feldspatos; franco-argilo-arenoso, franco-argiloso, argilo-arenoso ou argiloso; estrutura prismática média ou grosseira moderada ou fraca; há películas de argila nas faces dos agregados; aderente, plástico, muito firme ou firme, muito rijo ou rijo; pH 6,5 a 7,5. Transição nítida ou gradual para

Horizonte C - Material originário proveniente da desagregação de quartzodioritos, notando-se nele, além de feldspatos, partículas de quartzo e de micas” ([http://agricultura.isa.utl.pt/agribase temp/solos/](http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/)).

Nos solos Pmg, a textura das camadas superficiais (horizonte A) é ligeira, havendo um aumento significativo da percentagem de argila no horizonte B, que lhe confere as características de um solo “textural”¹¹. Para o desenvolvimento deste horizonte B terá contribuído a argiluviação¹², processo predominante na formação do solo, a par do elevado grau de saturação (superior a 75%, aumentando com a profundidade), de que é responsável o clima pouco húmido da região. Esta maior percentagem de argila permite uma maior capacidade catiónica¹³ nos horizontes de acumulação (mediana ou alta) relativamente aos horizontes superiores (baixa ou mediana). Admite-se que a natureza primitiva destes solos, há alguns milhares de anos, pudesse ser distinta da atualidade ([http://agricultura.isa.utl.pt/agribase temp/solos/](http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/)).

Segundo a carta de Capacidade de Uso dos Solos (Folha 40-B), estes solos são de classe C, atualmente com limitações acentuadas, com riscos de erosão elevados, suscetíveis de uma utilização agrícola pouco intensiva, com limitações do solo na zona radicular.

¹¹ Um horizonte B textural corresponde, *grosso modo*, a um horizonte com um teor de argila mais elevado que os horizontes sub e subjacentes (<http://www.dcs.ufla.br/Cerrados/Portugues/CGlossario.htm>)

¹² Aumento do teor de argila nos horizontes profundos dos solos mediterrâneos.

¹³ Capacidade de retenção de nutrientes.

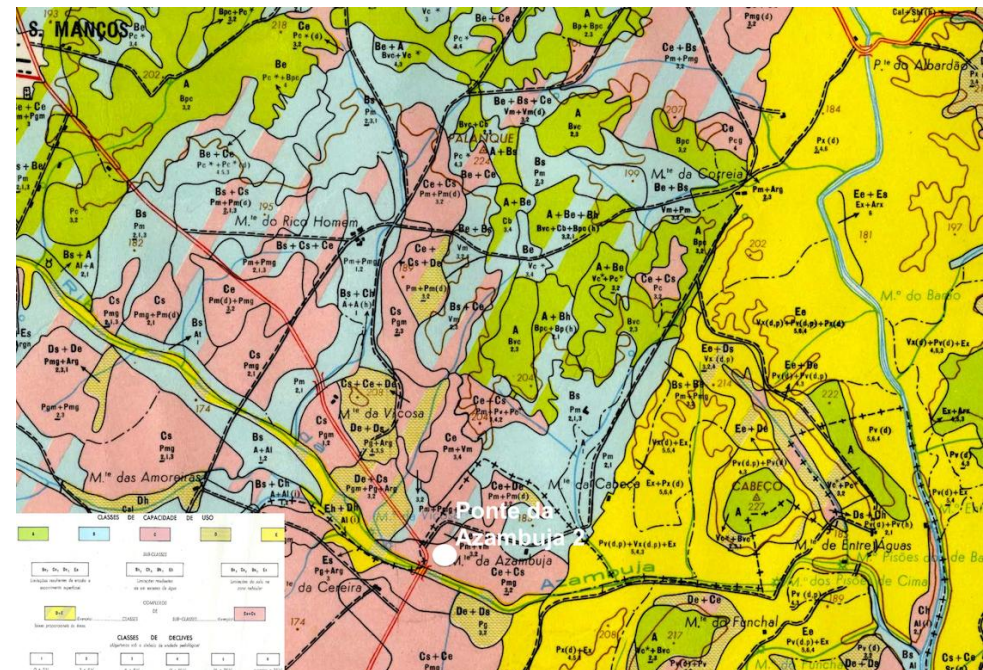
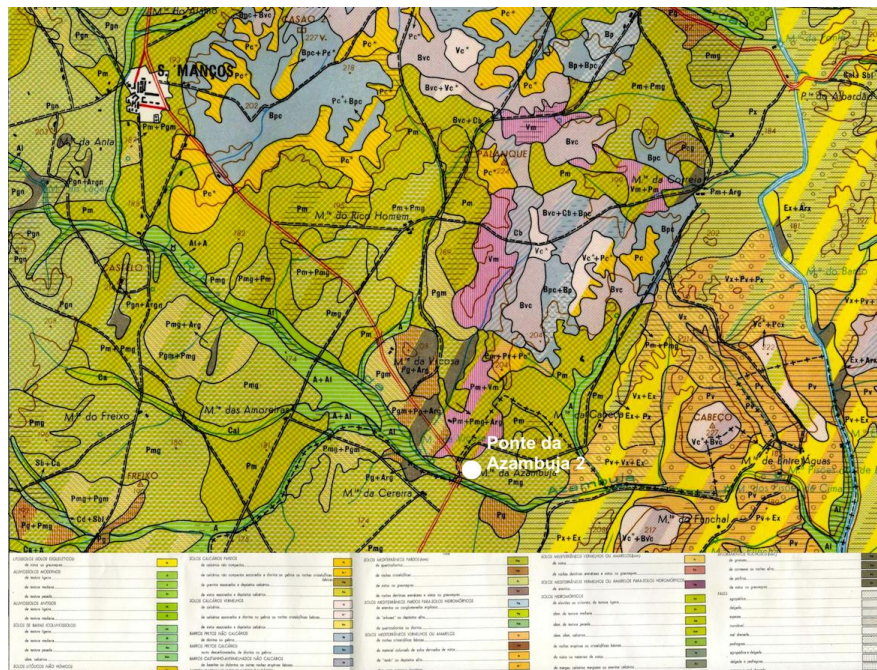


Figura 2.7. Ponte da Azambuja 2: implantação num excerto da Folha 40-B, da Carta dos Solos de Portugal, à escala 1: 50 000, Secretaria de Estado da Agricultura (1968)

Figura 2.8. Ponte da Azambuja 2: implantação num excerto da Folha 40-B, da Carta de Capacidade de Uso dos Solos, à escala 1: 50 000, Secretaria de Estado da Agricultura (1968)

Capítulo 3 | Ponte da Azambuja 2: enquadramento arqueológico

3.1. O reconhecimento da Ponte da Azambuja 2 como um recinto de fossos pré-histórico

O sítio arqueológico da Ponte da Azambuja 2 foi identificado no âmbito da implementação do *Aproveitamento Hidroagrícola do Monte Novo – Bloco 1, Conduto 1.1*. Trata-se de um projeto desenvolvido pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. (EDIA, S.A.), enquadrado no *Sistema Geral de Rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva* (EFMA).

Como todos os projetos desta natureza, a área de implantação do *Bloco de Rega do Monte Novo* foi sujeito a um Estudo de Impacte Ambiental prévio, no qual não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos de cronologia pré-histórica na área do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2.

Foi já durante a fase de acompanhamento arqueológico da abertura das valas do designado *Bloco 1*, que André Freitas, arqueólogo afeto a esta frente de obra, reconheceu a existência de estruturas arqueológicas em negativo, às quais estavam associados materiais arqueológicos de cronologia pré-histórica.

Desencadeados os mecanismos necessários para a realização de uma intervenção arqueológica de emergência, de forma a salvaguardar os vestígios identificados através do registo, a EDIA, S.A. consultou a empresa de arqueologia CRIVARQUE, Lda., para uma eventual intervenção no local.

Na fase de consulta para a execução dos trabalhos de “Minimização de impactes no sítio arqueológico da Ponte da Azambuja 2 (Portel) e Casão 3 (S. Mancos)” o sítio foi descrito pelo Departamento de Impactes Ambientais e Patrimoniais da EDIA, S.A. da seguinte forma: “No bloco 1, os trabalhos de remoção de terra vegetal permitiram identificar quatro (4) estruturas negativas de diferentes dimensões, no interior das quais são visíveis materiais líticos e cerâmica de fabrico manual. A este sítio foi atribuído o nome de Ponte da Azambuja 2”.

Após a adjudicação dos trabalhos à CRIVARQUE, Lda., realizou-se, no dia 31 de Agosto de 2007, uma reunião de campo para um reconhecimento do local a intervir. Durante esta reunião, o sítio foi descrito conforme a consulta da EDIA, S.A., sendo enumeradas as diferentes “estruturas negativas”, assim como as áreas de intervenção definidas para cada uma delas.

Durante esta reunião foi possível à signatária, entretanto nomeada pela CRIVARQUE, Lda. arqueóloga responsável pela intervenção arqueológica, constatar o seguinte:

- As estruturas negativas encontravam-se delimitadas, quer a Norte, quer a Sul, pela vala da conduta principal, que estava já escavada até à cota necessária para a implementação da conduta; neste caso, para atingir a cota necessária ao projeto em execução, foi necessário escavar o substrato geológico local, que, em corte, intercalava entre argilas e rochas granitoides; tal facto deixava a área onde futuramente se viria a realizar a escavação numa plataforma mais elevada, quase ao nível da topografia atual do terreno;
- Entre a área onde se observavam as “estruturas 1, 2 e 3” e a área da “estrutura 4” não estavam programados quaisquer trabalhos arqueológicos, uma vez que não haviam sido identificados quaisquer vestígios durante a remoção do coberto vegetal;
- A área onde se concentravam as “estruturas 1, 2 e 3” encontrava-se parcialmente afetada pelos trabalhos de obra (cerca de 50 cm da camada arqueológica tinha sido já removida mecanicamente).

A intervenção arqueológica no sítio Ponte da Azambuja 2 teve início no dia 3 de Setembro de 2007, logo após a autorização do IGESPAR, I.P. para a sua execução.

No dia em que se iniciou a intervenção, o primeiro objetivo definido foi o reconhecimento dos limites da cada uma das estruturas, para uma correta implantação das sondagens determinadas. Estes trabalhos revelaram uma realidade completamente distinta da anteriormente apresentada, o que alterou significativamente a condução dos trabalhos arqueológicos:

- O que tinha sido definido como “estruturas 1, 2 e 3” era, afinal, uma estrutura única, traduzida numa mancha de sedimento de cor negra, que apresentava um morfologia linear, mas sinuosa, que se distinguia perfeitamente do substrato geológico, indiciando um corte perfeito no afloramento;
- A “estrutura 4” detinha dimensões maiores das que inicialmente se supunha; a sua morfologia não era circular, como as estruturas de tipo *fossa*, mas sim retilínea, atravessando perpendicularmente a vala de implantação do projeto da EDIA, S.A; à semelhança da estrutura acima descrita, também esta se distinguia do substrato geológico pela coloração negra do sedimento que a preenchia; tal facto permitia uma correta visualização dos limites da estrutura, que se apresentavam abruptos relativamente ao substrato geológico.

Com a constatação dos factos supramencionados, começava-se a esboçar uma nova interpretação para este sítio arqueológico: a Ponte da Azambuja 2 era um recinto de fossos, à semelhança de outros já reconhecidos durante a implementação do EFMA, tais como a Malhada das Mimosas, Alandroal (Calado, 2000:38) Juromenha 1, Alandroal (Calado, 2000:38; Calado, Rocha, 2007: 35), Águas Frias, Alandroal (Calado, Rocha, 2007: 35) e Horta do Albardão 3, Évora (Santos *et alii*, 2009).

A confirmação desta hipótese chegou não só com a realização da escavação arqueológica que já estava definida, mas também com a identificação de uma outra estrutura de tipo *fosso*, num corte de uma linha de água, situada a cerca de 250m de distancia da área escavada.

Após o alerta lançado pelo arqueólogo afeto à frente de obra (Dr. André Freitas), da existência de materiais arqueológicos de cronologia pré-histórica (líticos em quartzo, fragmentos de cerâmica manual lisa e um fragmento de ídolo antropomórfico) junto à referida linha de água, a signatária deslocou-se com o mesmo até ao local. Aí verificou-se que, na zona onde se havia recolhido os materiais arqueológicos, existia um corte na rocha granitoide, com uma morfologia tendencialmente em V, preenchido com um sedimento arenoso, que continha abundantes materiais arqueológicos.

As características deste novo achado apontavam, mais uma vez, para a existência, naquele local, de uma estrutura de tipo *fosso*, também ele com um preenchimento com materiais cronologicamente enquadráveis na Pré-História recente (vd. 3.3).

A distância entre esta última estrutura e as inicialmente identificadas no âmbito do projeto da EDIA, S.A., conduziam à possibilidade de se tratarem de estruturas distintas que, eventualmente, integravam um amplo recinto de fossos, à semelhança do que até então era conhecido para Águas Frias ou para os Perdigões. Note-se que em 2007, quando este sítio foi identificado, a complexidade da arquitetura dos recintos de fossos em Portugal era reconhecida apenas nestes dois sítios: o primeiro, através da decapagem dos sedimentos superficiais, que permitiu reconhecer e implantar todas as estruturas negativas que compunham o sítio, obtendo assim uma planta parcial do mesmo (Calado, 2005); o segundo, através da explícita fotografia aérea publicada, que demonstrava com muita clareza um primeiro esboço da complexa arquitetura que mais tarde se viria a revelar com a execução da prospeção geofísica (Lago *et alii*, 1998).

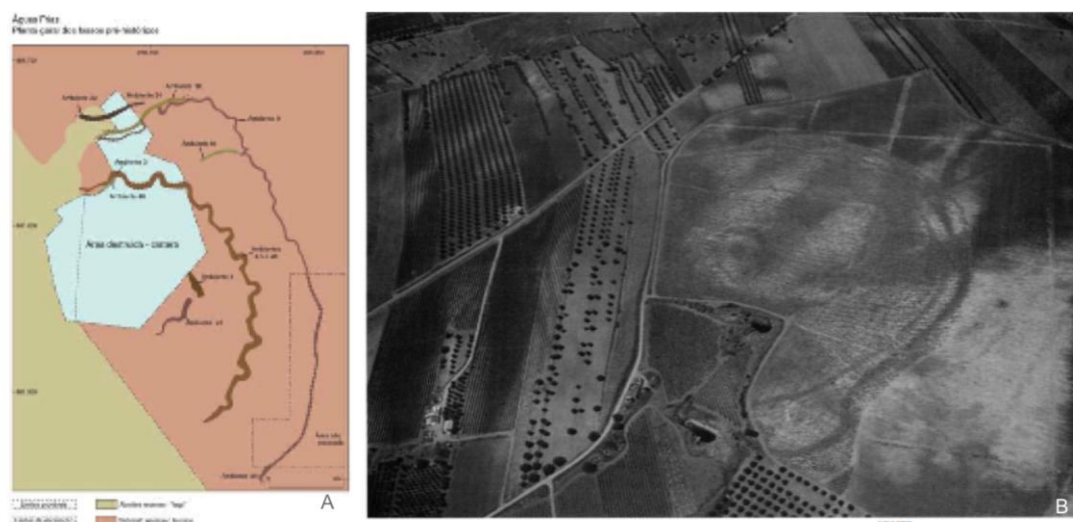


Figura 3. 1. A – Planta do recinto de fossos de Águas Frias; B – Fotografia aérea do Complexo Arqueológico dos Perdigueões

Foi desta forma que logo no início dos trabalhos, mas também paralelamente à execução da escavação arqueológica, se foi definindo que o sítio arqueológico ao qual tinha sido atribuída a designação de Ponte da Azambuja 2 era um dos muitos recintos de fossos que nesta época começaram a surgir e proliferar no Alentejo, “revolucionando” o que até então se sabia sobre as diferentes formas de apropriação do espaço das comunidades dos finais do 4.º/inícios do 3.º milénio a.n.e.

3.2. A Escavação Arqueológica

Pelo que acima foi descrito, facilmente se depreende que a escavação arqueológica realizada pela signatária no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 enquadra-se na *Categoria D*¹⁴ dos trabalhos arqueológicos.

Devido a esse facto, foram impostos de imediato alguns constrangimentos relacionados com o “processo normal” destas situações, no qual importa aqui destacar a rigidez das áreas de escavação, que, nestes casos, se adaptam às áreas de afetação dos projetos de obra e não às evidências arqueológicas identificadas.

Outro constrangimento associado às intervenções arqueológicas de emergência é o prazo de execução, por norma curto, contínuo, sem as pausas inerentes aos projetos

¹⁴ “D – acções de emergência a realizar em sítios arqueológicos que, por efeitos de acção humana ou acção natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total”, Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, Decreto-Lei, n.º 270/ 99 de 15 de Julho, Anexo I, Artigo 3º.

plurianuais de investigação. Esta última circunstância leva a que não poucas vezes se faça uma crítica velada, de modo a disfarçar os laivos de cinismo inato, de que estas intervenções não são dotadas do mesmo rigor científico e do carácter extremamente cuidado de uma escavação efetuada no âmbito da chamada arqueologia de investigação.

Se por um lado, aceita-se o primeiro problema aqui apontado para a intervenção na Ponte da Azambuja 2 (a imposição de áreas de escavação definidas pelos projetos de obra), destacando-o como um dos principais responsáveis pelo carácter limitado que o trabalho que agora se apresenta pode assumir, por outro, rejeita-se liminarmente a acusação de que a escavação efetuada não tenha respeitado os métodos científicos em detrimento do fator tempo.

Deste modo, neste subcapítulo serão apresentadas as áreas de escavação, a metodologia de intervenção adotada, assim como os resultados obtidos ao nível da estratigrafia observada e respetiva interpretação, efetuando-se, de igual forma, a caracterização das estruturas negativas.

3.2.1. Área e metodologia de escavação

De acordo com o que foi até ao momento descrito, as duas estruturas identificadas na vala de implantação da infraestrutura de rega encontravam-se distanciadas. Entre si havia um espaço de cerca de 10m, nos quais não foram executados quaisquer trabalhos arqueológicos, devido ao facto de não se ter identificado qualquer estrutura ou nível arqueológico durante a remoção da terra vegetal¹⁵.

Deste modo, implantaram-se duas áreas de intervenção distintas, orientadas de acordo com a vala efetuada no âmbito do projeto supramencionado, designadas por *Locus 1* e *Locus 2*.

O *Locus 1* foi implantado a cerca de 1, 5m de distância da área vedada da obra (Sul). Inicialmente foram abertos 20 m², nos quais foram incluídas as unidades M/ 4, 5, 6, 7, 8. Posteriormente, para uma melhor caracterização da estrutura intervencionada acrescentou-se a unidade M/9.

¹⁵ Neste caso, a remoção da terra vegetal assentava diretamente sobre um nível de argilas, arqueologicamente estéril, semelhante ao nível geológico onde foram abertas as estruturas arqueológicas. A abertura mecânica deste troço até à cota de implantação da infraestrutura de rega, realizada após a intervenção arqueológica, confirmou este dado.

Esta área encontrava-se parcialmente afetada pela abertura da vala e remoção da “terra vegetal”. Verificou-se uma afetação mais profunda na área central, correspondente às quadrículas M/5 e 6.

O *Locus* 2 foi implantado a cerca de 2,5 m de distância da área vedada da obra (Norte). A área implantada corresponde às unidades D, E/ 20,21, que perfaz um total de 12 m². As quadrículas D/ 20, 21 corresponde a unidades individuais de escavação de 2 m² (2 x 1 m), uma vez que não foi possível escavar para além da vala já aberta.

Nesta área a afetação da obra foi mais reduzida, tendo-se limitado quase exclusivamente à remoção da terra vegetal.



Figura 3. 2. Levantamento topográfico das áreas escavadas no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2

A implantação destas áreas foi efetuada de forma a enquadrar totalmente as manchas arqueológicas. Cada área foi subdividida em quadrículas de 4m² (2x2) e/ou de 2 m² (no caso do *Locus* 2). O vértice SW de cada quadrícula foi utilizado como ponto $\emptyset$ para eventuais coordenadas tridimensionais (x=W-E; y= S-N) e orientação de artefactos, ecofactos e estruturas.

A escavação propriamente dita foi executada segundo o método de decapagem por camadas naturais, atendendo às características sedimentológicas. Estas camadas foram subdivididas por níveis artificiais de 10 ou 20 cm, elaborando-se o registo topográfico, fotográfico e gráfico (à escala 1/20) da sua base.

A designação de cada camada seguiu a seguinte lógica:

- Centena – número de *Locus*;
- Dezena e unidade – número sequencial de camada, conformem a sua identificação.

Assim, a camada 102 corresponde à segunda camada que foi identificada no *Locus* 1.

Os artefactos e ecofactos exumados foram registados numa etiqueta onde se inscreveu o quadrado, a camada e o nível artificial de onde foram recolhidos. Separou-se a componente lítica, da cerâmica (dividindo-se bojós, bordos e artefactos cerâmicos relacionados como “sagrado” – “íolos de cornos”), a fauna e os carvões. Cada saco foi inventariado no campo registando-se o seu número e categoria artefactual, quer na etiqueta, quer numa ficha de inventário de materiais e amostras.

Para a fauna melhor conservada adotou-se o registo tridimensional para futuras análises radiométricas (datações). Sempre que se considerou necessário utilizou-se o paralóide para consolidação dos ossos mais fragmentados.

A crivagem dos sedimentos foi realizada numa primeira fase a seco, no entanto, devido às características sedimentológicas – argilas, extremamente duras, cujos torrões são bastante difíceis de dissolver – optou-se, numa segunda fase, pelo crivo a água. Este método permitiu uma maior recolha de artefactos, devendo-se destacar a recuperação de um grande número de utensílios líticos (lamelas, pontas de seta), que eram escassos até ao momento da utilização deste recurso. Quando se atingiram os níveis de base do fosso (correspondentes à primeira fase de enchimento do mesmo, de características sedimentológicas distintas, mais arenosa) observou-se uma redução significativa dos artefactos, ficando demonstrado que a recolha efetuada em escavação era bastante eficaz. Optou-se então, pelo crivo por amostragem (em quatro baldes crivaram-se dois).

A constante readaptação do método de escavação deve-se, essencialmente, às características do próprio sítio arqueológico, que apresentava um grau de conservação dos vestígios muito bom.

A metodologia de escavação foi discutida em reunião de campo, realizada no dia 19 de Setembro, na qual estiveram presentes a signatária, Valdemar Canhão e Paulo Marques (EDIA, S.A.) e Samuel Melro (IGESPAR, I.P.), sendo aprovada pelo representante do IGESPAR, I.P.

Ao sítio arqueológico Ponte da Azambuja 2 foi atribuído o acrónimo *Pte Azb 2*.

3.2.2. Contextos em estudo

Locus 1 – Fosso 1: estrutura e estratigrafia

O *Locus 1* corresponde à maior área intervencionada na Ponte da Azambuja 2.

Os únicos depósitos arqueológicos identificados nesta área correspondem ao preenchimento da estrutura negativa, à qual foi atribuída a designação de Fosso 1.

Abaixo é efetuada uma descrição da estrutura, da estratigrafia e sua interpretação.

○ *Estrutura*

O Fosso 1 foi identificado paralelamente à vala da conduta principal, mais concretamente junto ao talude Oeste da mesma.

Trata-se de uma estrutura negativa escavada no afloramento local que, no caso do *Locus 1*, correspondia quer a argilas (possivelmente provenientes da dissolução dos granitos - *parent material*), quer a xistos que também afloram naquela área.

A geologia local dificultou em parte a definição dos limites da estrutura, uma vez que as diferenças entre o enchimento e as argilas eram, por vezes, ténues. Deste modo, a definição do limite da estrutura foi muitas vezes feita com base na presença/ ausência de artefactos. Este foi o caso do limite Este das quadrículas M/ 4, 8 e 9 e do limite Norte da quadrícula M/9.

Contudo, apesar das dificuldades, foi possível definir um Fosso com cerca de 20 metros de comprimento, por 1,5 m de largura. O troço de Fosso intervencionado detinha uma morfologia tendencialmente circular, descrevendo uma curva bastante pronunciada. Na área desta curva o afloramento que definia os seus limites era xistoso.

Nos locais onde foi possível obter os dois limites da estrutura (quadrícula M/ 5, 6), esta apresentava uma secção transversal em U.

Na base do primeiro nível artificial da camada 104 foram identificados, nas quadrículas M/ 4 e M/ 7, dois “buracos de poste”, que se encontravam afastados entre si cerca de 5m.

Ambos os “buracos de poste” encontravam-se delimitados por blocos de granito de médias dimensões, verificando-se que o seu interior encontrava-se preenchido por seixos e/ou pedras, algumas em cunha, desempenhando a funcionalidade de “calços”.

Estas estruturas encontram-se perfeitamente alinhadas com os limites do Fosso estando praticamente à mesma cota:

DESCRIÇÃO	QUADRÍCULA	ALTIMETRIA (TOPO)
“Buraco de Poste”	M/ 4	170.43
“Buraco de Poste”	M/ 7	170.49

Tabela 3. 1. Localização e altimetria absoluta dos “buracos de poste” identificados no Fosso 1, do *Locus* 1

A existência destes “buracos de poste” ao nível da base estrutura negativa levanta algumas questões pertinentes relativamente (1) à sua funcionalidade no interior da estrutura negativa, (2) à funcionalidade da própria estrutura negativa e (3) ao seu processo de preenchimento:

- Se existem estruturas do tipo “buraco de poste” na base do fosso, não significará que este teve uma funcionalidade prévia ao seu enchimento?
- Não será o preenchimento do fosso um sinal do abandono desta mesma funcionalidade primária?

Estas são algumas questões que por agora se deixam em aberto e que serão retomadas adiante (vd. Capítulo 5).



Figura 3. 3. A – Implantação topográfica do Fosso 1, no *Locus* 1; B – 1. Foto do interior do Fosso 1; 2. Vista geral do Fosso 1 (as setas indicam a localização dos “buracos de poste”); C – 1. “Buraco de poste” identificado em M/7; 2. Localização do “buraco de poste” identificado em M/7 na quadrícula; D – 1. “Buraco de poste” identificado em M/4 (planta); 2. Corte transversal do “buraco de poste” identificado em M/4.

○ Estratigrafia

A estratigrafia observada no interior do Fosso 1 revelou-se bastante simples, com apenas 2 unidades de enchimento da estrutura negativa. Estas unidades adquiriram uma morfologia tabular, com ligeiras perturbações pós-deposicionais, de origem natural, das quais se destaca a bioturbação. Não obstante, os estratos encontravam-se relativamente bem conservados, atestado pela coerência da análise artefactual, que aponta para uma etapa crono-cultural específica, bem definida, sem qualquer indício de ocupações posteriores.

Como foi anteriormente descrito, as camadas identificadas foram subdivididas por níveis artificiais (n.a.), para um melhor controlo estratigráfico. Abaixo apresentam-se, esquematicamente, as cotas absolutas de topo e de base de cada quadrícula e o número de níveis artificiais escavado em cada uma delas (a negrito).

M	170.9/ 170.06	170.63/ 169.86	170.69/ 170.04	170.9/ 170.02	171.4/ 170.13	171.36/ 170.26
	5	4	8	8	8	10
	4	5	6	7	8	9

Esquema 3. 1. Representação esquemática do *Locus* 1, com altimetria média do topo e base de cada quadrícula, assim como o número de n.a. escavados em cada uma delas (os valores apresentados correspondem à escavação do preenchimento do Fosso 1)

A descrição estratigráfica, assim como a interpretação dada a cada uma das camadas, encontra-se descrita na seguinte tabela:

CAMADA	DESCRIÇÃO	INTERPRETAÇÃO
Ø	Depósito de superfície, silto-argiloso, de grão fino, muito duro, de cor castanha amarelada (Munsell 2.5 YR 8/4 pale yellow), com presença de escassos seixos de morfologia equante, de pequenas dimensões, subrolados; da observação efetuada nos cortes do <i>Locus</i> 1, não se verificaram artefactos nesta camada.	Depósito de superfície (solo), que cobre a estrutura negativa, ocultando-a e preservando o seu recheio.
101	Depósito argiloso, muito fino, extremamente duro, de cor negra (Munsell 7.5 YR 3/1 – brownish black), com presença comum de seixos de morfologia equante, subrolados ou rolados; do ponto de vista artefactual registou-se uma grande densidade, quer de indústria lítica, quer de fragmentos de cerâmica; de salientar o facto de muitos seixos apresentarem sinais de rubefação.	Depósito possivelmente correspondente à fase de abandono da estrutura apresentando uma grande densidade de artefactos e ecofactos.
102	Depósito areno-argilososo, moderadamente duro, de cor castanha amarelada (Munsell 10 YR 5/6 – yellowish brown), na qual se observou uma redução significativa dos seixos presentes em 101 e a presença de blocos pétreos de médias dimensões de xisto e granito; denotou-se igualmente uma redução na densidade de artefactos, registando-se uma diminuição expressiva na componente lítica e um aumento no tamanho dos fragmentos de cerâmica (grande parte demonstra os perfis inteiros); pelo facto do topo desta camada seguir a morfologia do fosso (em U), foi identificada primeiro na quadrícula M/9 (limite da estrutura), tendo sido designada de c. 102; com a abertura em área identificou-se esta mesma realidade numa cota inferior, tendo sido denominada de c. 103; após a escavação destas dois contextos verificou-se que se tratava da mesma unidade, ficando assim nomeada de 102=103.	Depósito possivelmente equivalente à fase de “uso” da estrutura negativa; salientam-se os dois “buracos de poste” registados na sua base.
104	Este depósito apresenta as mesmas características sedimentológicas de 102=103, embora se note uma ligeira diferença de cor (Munsell 10 YR 5/8 – yellowish brown); os materiais arqueológicos recolhidos nesta camada vão reduzindo em profundidade, até se tornar arqueologicamente estéril (os últimos materiais recolhidos seriam, aparentemente, de infiltrações, apresentando os fragmentos cerâmica sinais de rolamento e superfícies friáveis).	Substrato argiloso no qual o fosso foi escavado.

Tabela 3. 2. Descrição estratigráfica do *Locus* 1, preenchimento do Fosso 1

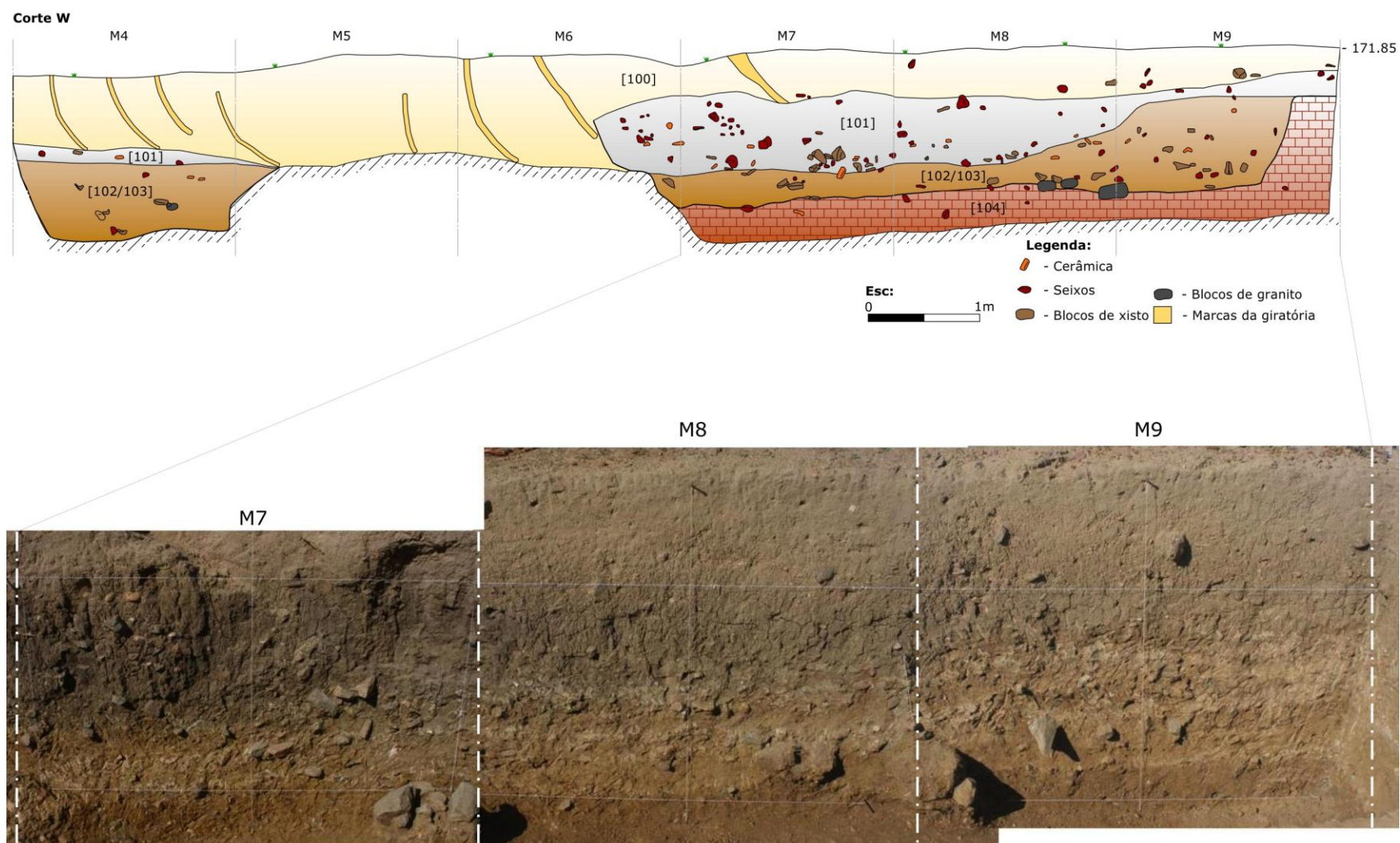


Figura 3. 4. Desenho do Corte W, do *Locus* 1, Fosso 1, e pormenor fotográfico das quadriculas M/ 7, 8 e 9 do mesmo corte (fotomontagem)

Locus 2 – Fosso 2: estrutura e estratigrafia

O *Locus 2* corresponde à menor área intervencionada na Ponte da Azambuja 2.

Os únicos depósitos arqueológicos identificados nesta área correspondem ao preenchimento da estrutura negativa, à qual foi atribuída a designação de Fosso 2.

Abaixo é efetuada uma descrição da estrutura, da estratigrafia e sua interpretação.

○ *Estrutura*

O fosso identificado no *Locus 2* corresponde a uma estrutura escavada exclusivamente nas argilas que afloram naquele local, com provável origem na dissolução dos granitos – *parent material*.

Este fosso, ao contrário do descrito anteriormente, atravessa transversalmente a vala da conduta principal.

Em comparação com o Fosso 1 as suas dimensões são ligeiramente mais reduzidas, quer em largura, quer em profundidade.

Fosso 2 – Dimensões	
Largura	2, 30 m (max.) 0, 56 m (min.)
Profundidade	0, 86 m

Tabela 3. 3. Dimensões do Fosso 2, *Locus 2*

A definição dos limites desta estrutura não ofereceu grandes dificuldades, uma vez que a cor da camada de enchimento – negra – permitiu uma boa distinção das argilas que constituem a geologia do local.

O perfil transversal do fosso do *Locus 2* apresenta uma secção em U, sendo visível que o declive Sul era mais abrupto que o Norte.

O seu perfil longitudinal apresenta-se retilíneo.



Figura 3. 5. A – Implantação topográfica do Fosso 2, no *Locus* 2; B – Topo da escavação do *Locus* 2, denotando-se a mancha de sedimento negro, correspondente ao preenchimento do Fosso 2; C – Vista geral do final da escavação do Fosso 2.

○ *Estratigrafia*

Do ponto de vista metodológico, optou-se por iniciar a escavação arqueológica do *Locus* 2 apenas nas quadrículas D/20, 21, assumindo-as como “sondagem arqueológica”, o que permitiria a obtenção de um corte estratigráfico que orientasse a restante área de intervenção. No entanto, a observação de uma grande concentração de artefactos na base do terceiro nível artificial requereu uma alteração desta metodologia, optando-se por efetuar a abertura completa da área, de modo a ter uma visão global do contexto.

A estratigrafia observada no Fosso 2 era, à semelhança do Fosso 1, bastante simples, pois apenas se identificou uma camada de enchimento da estrutura negativa. Esta unidade foi coberta, após o completo preenchimento da estrutura negativa, por um horizonte de solo, que ocultou qualquer vestígio daquela realidade pré-histórica.

A unidade de enchimento do Fosso 2 detinha uma morfologia tabular, com ligeiras perturbações pós-deposicionais provocadas por ações biológicas.

A sua escavação arqueológica foi feita em área, com subdivisão artificial do estrato identificado.

Abaixo segue uma representação esquemática do *Locus* 2, onde se encontra representada a altimetria de topo e base da escavação, assim como o número de níveis artificiais escavados em cada quadrícula.

21		171.54/ 170.91	
	5		6
20		171.52/ 170.95	
	5		6
	D	E	

Esquema 3. 2. Representação esquemática do *Locus* 1, com altimetria média do topo e base de cada quadrícula, assim como o número de n.a. escavados em cada uma delas (os valores apresentados correspondem à escavação do preenchimento do Fosso 1)

Durante o processo de escavação da camada 201, registou-se abundantes materiais arqueológicos, cronologicamente bem enquadrados, sem qualquer intrusão posterior, o que atesta a boa conservação do estrato arqueológico. A boa conservação do estrato encontra-se igualmente comprovada pela distribuição horizontal e vertical de alguns artefactos de matriz ideotécnica, como se verá nos capítulos posteriores.

Na tabela abaixo apresentada, encontra-se a descrição detalhada das unidades sedimentológicas escavadas no *Locus* 2, assim como uma breve interpretação da sua formação.

CAMADA	DESCRIÇÃO	INTERPRETAÇÃO
Ø	Depósito de superfície, silto-argiloso, de grão fino, muito duro, de cor castanha amarelada (Munsell 2.5 YR 8/4 pale yellow), com presença de escassos seixos de morfologia equante, de pequenas dimensões, subrolados; da observação efetuada nos cortes do <i>Locus</i> 2, não se verificaram artefactos nesta camada.	Depósito de superfície (solo), que cobre a estrutura negativa, ocultando-a e preservando o seu recheio.
201	Depósito argiloso, muito fino, extremamente duro, de cor negra (Munsell 7.5 YR 3/1 – brownish black), com presença comum de seixos de morfologia equante, subrolados ou rolados; do ponto de vista artefactual registou-se uma grande densidade, quer de indústria lítica, quer de fragmentos de cerâmica, salientando-se a presença de um número considerável de “ídolos de cornos” no quadrante SE de E/21; a fauna mamalógica apresentava-se bem preservada; muitos seixos apresentam sinais de rubefação.	Depósito possivelmente correspondente à fase de abandono da estrutura apresentando uma grande densidade de artefactos e ecofactos.

Tabela 3. 4. Descrição estratigráfica do *Locus* 2, preenchimento do Fosso 2

Análise comparativa dos Fossos 1 e 2: estrutura e estratigrafia – equivalências e dissemelhanças

Neste ponto pretende-se efetuar um resumo comparativo entre as estruturas identificadas e respetivos preenchimentos, de forma a esboçar eventuais cenários de relação entre ambas.

Do ponto de vista estrutural, está-se perante duas realidades distintas, quer na sua morfologia, quer na sua orientação, quer ainda nas suas dimensões.

Se por um lado observa-se no *Locus* 1 um fosso sinuoso, que demarca muito bem uma tendência para circularidade, por outro verifica-se, no *Locus* 2, uma estrutura retilínea, sem abertura para a presença de uma curva.

No que respeita às orientações, o Fosso 1 encontra-se orientado NW/SW, seguindo a inclinação natural da vertente, enquanto o Fosso 2 tem uma orientação W-E, com uma inclinação no mesmo sentido, contrariando o declive natural do terreno.

Quanto às dimensões, a maior diferença encontra-se na profundidade das estruturas. Se considerarmos o topo do seu preenchimento e não a topografia atual (recorde-se que em ambos os casos verificou-se a formação de um solo com cerca de 0,50m, após a ocupação

pré-histórica), o Fosso 1 detém cerca de 1,05m de profundidade e o Fosso 2 detém, como foi já visto, cerca de 0,90m.

Ambas as estruturas são semelhantes no seu perfil transversal, que se apresenta tendencialmente em U.

	Fosso 1	Fosso 2
Morfologia	Sinuoso	Retilíneo
Orientação	NW-SW	W-E
Perfil transversal	Em “U”	Em “U”
Dimensões		
Profundidade (min. / máx.)	0,62m/ 1,05m	0,58m/0,87m
Largura (min. / máx.)	1,65m/ 6,45m	0,60m/2,50m

Tabela 3. 5. Tabela comparativa entre o Fosso 1 e o Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2

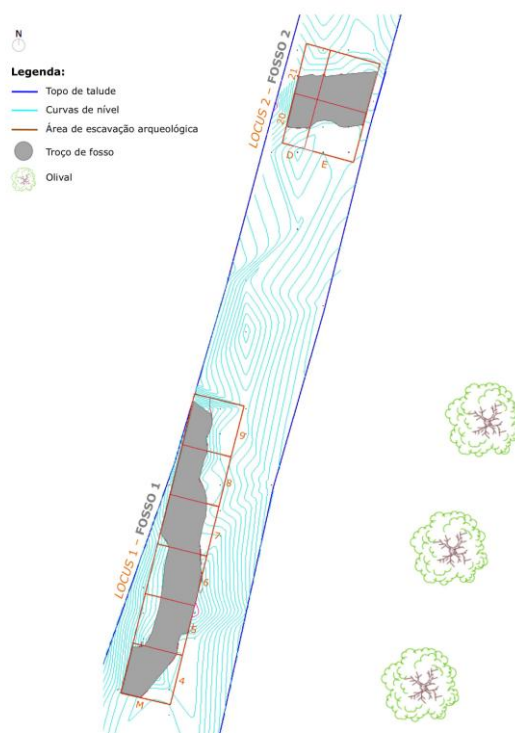


Figura 3. 6. Implantação topográfica dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2 nas áreas de escavação

No que respeita à estratigrafia interna de cada uma das estruturas destaca-se as seguintes características:

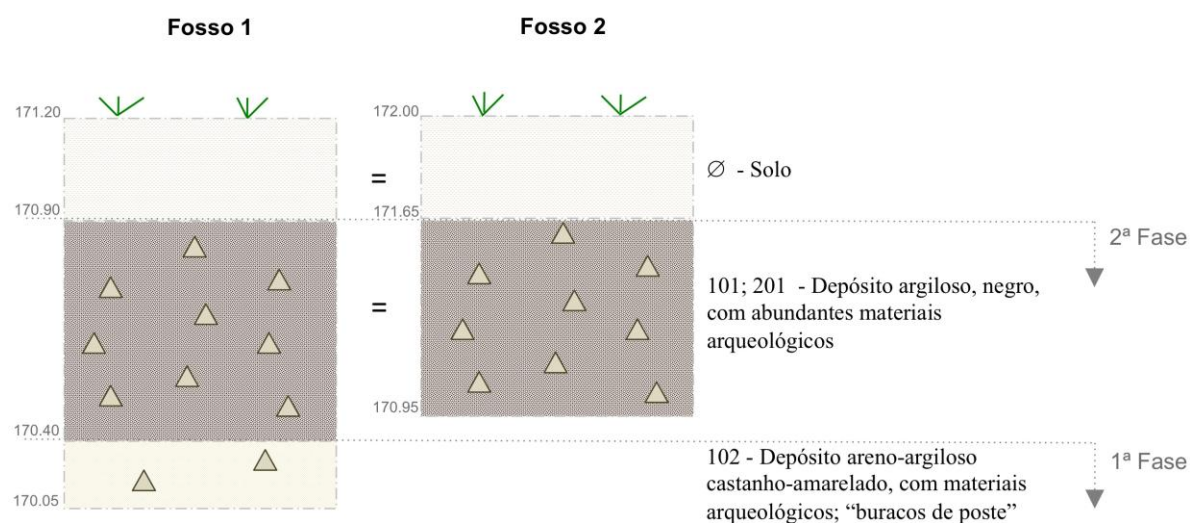
- O Fosso 1 apresenta duas unidades de enchimento (101 e 102), interpretadas como duas fases distintas no preenchimento da estrutura;
- O Fosso 2 apresenta apenas uma unidade de enchimento (201), interpretado como um momento único de colmatção da estrutura;
- Ambas as estruturas foram obliteradas da superfície, através da formação de um horizonte de solo ($\emptyset$), cuja cronologia de formação é incerta, mas certamente pós-ocupação.

	UNIDADES DE ENCHIMENTO DOS FOSSOS		FASES DE PREENCHIMENTO
	N.º	Designação	
Fosso 1	2	101; 102	2
Fosso 2	1	201	1

Tabela 3. 6. Tabela comparativa de unidades de enchimento dos fossos da Ponte da Azambuja 2 e respetivas fases de preenchimento

Deve-se ainda referir a semelhança das características sedimentológicas das unidades 101 (Fosso 1) e 201 (Fosso 2):

- a mesma cor - Munsell 7.5 YR 3/1 – brownish black;
- a mesma textura e granulometria – argilosa;
- a mesma resistência - extremamente dura e compacta;
- a mesma presença de pedras - seixos de quartzito.



Esquema 3. 3. Representação esquemática da estratigrafia identificada no interior dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2 e respetivas equivalências (representação média de cotas)

Deste modo, considerando:

1. as semelhanças sedimentológicas da última unidade de enchimento do Fosso 1 (101) e da única unidade de enchimento do Fosso 2 (201);
2. a coerência da cultura material recolhida em cada uma das estruturas, como se verá adiante (vd. Capítulo 4, *Cultura Material da Ponte da Azambuja 2*);

aceita-se a hipótese de que colmatção das estruturas terá acontecido no mesmo patamar cronológico e cultural, num eventual momento de abandono do lugar (vd. Capítulo 5).

Hipotéticos cenários de relação entre estruturas

A imposição de limites de escavação estanques, adstritos às áreas de afetação do projeto da EDIA, S.A., não permitiu responder a uma pergunta básica no que concerne a estas estruturas: farão parte do mesmo sistema de fossos, ou serão duas estruturas independentes?

A partir dos dados disponíveis para o SW Peninsular, as duas hipóteses podem ser consideradas. Veja-se de que forma.

Avaliando a arquitetura do Fosso 1, marcadamente sinuoso, pode-se admitir que se está perante um dos vários casos de “fossos sinuosos”, registados quase em exclusividade na bacia do Guadiana¹⁶ (Valera, 2010). Contudo, a mesma hipótese não poderá ser colocada de forma tão afirmativa para o Fosso 2.

Se atender-se à bibliografia da especialidade sobre esta temática, verifica-se que os fossos de traçado sinuoso foram agrupados em quatro conjuntos distintos, conforme a sua morfologia (Valera, 2010). Desta forma verificam-se:

- A. Traçados com sequências de lóbulos regulares e agregados;
- B. Traçados com sequências de lóbulos regulares e espaçados;
- C. Traçados ondulados serpenteantes regulares;
- D. Traçados ondulados ou lóbulos irregulares.

¹⁶ Exceção de Alcalar, Valencina de la Concepción, Los Marroquies Bajos, Venta del Rapa e Papa Uvas (Valera, 2010)

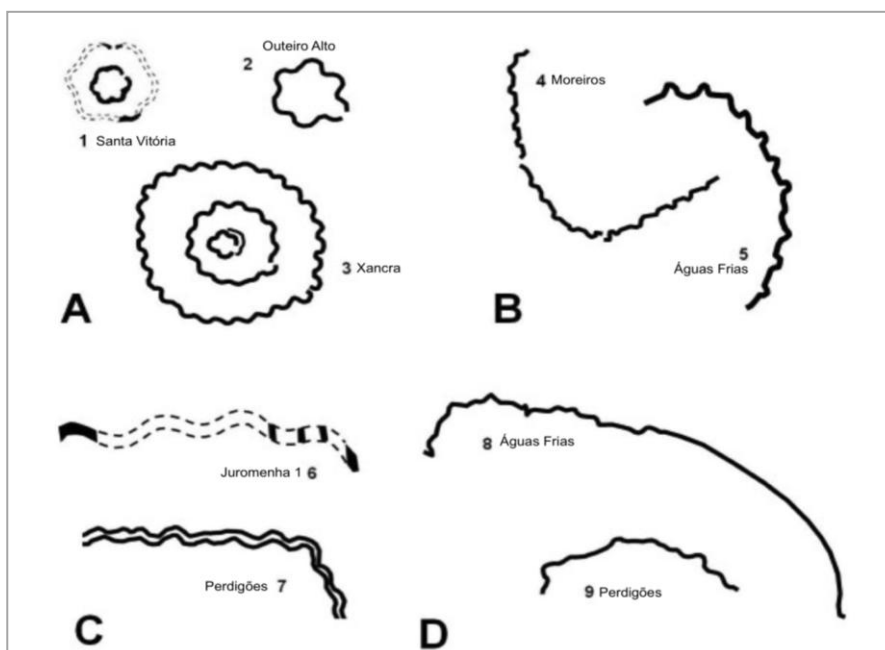


Figura 3. 7. Diferentes tipos de fossos com traçados sinuosos, conforme Valera, 2010.

Dentro dos vários grupos até ao momento identificados observa-se, à exceção do grupo A, uma conjugação entre lóbulos e segmentos de reta, o que permite esboçar um cenário hipotético acerca da relação entre as estruturas identificadas na Ponte da Azambuja 2: eventualmente farão parte do mesmo sistema de fosso, que poderá ter um traçado com lóbulos regulares e espaçados (B), um traçado ondulado serpenteante regular (C), ou um traçado ondulado ou lóbulos irregulares (D).

Admitindo a hipótese de que os fossos escavados na Ponte da Azambuja 2 fazem parte da mesma estrutura delimitadora, a sua configuração hipotética poderá ser a seguinte:

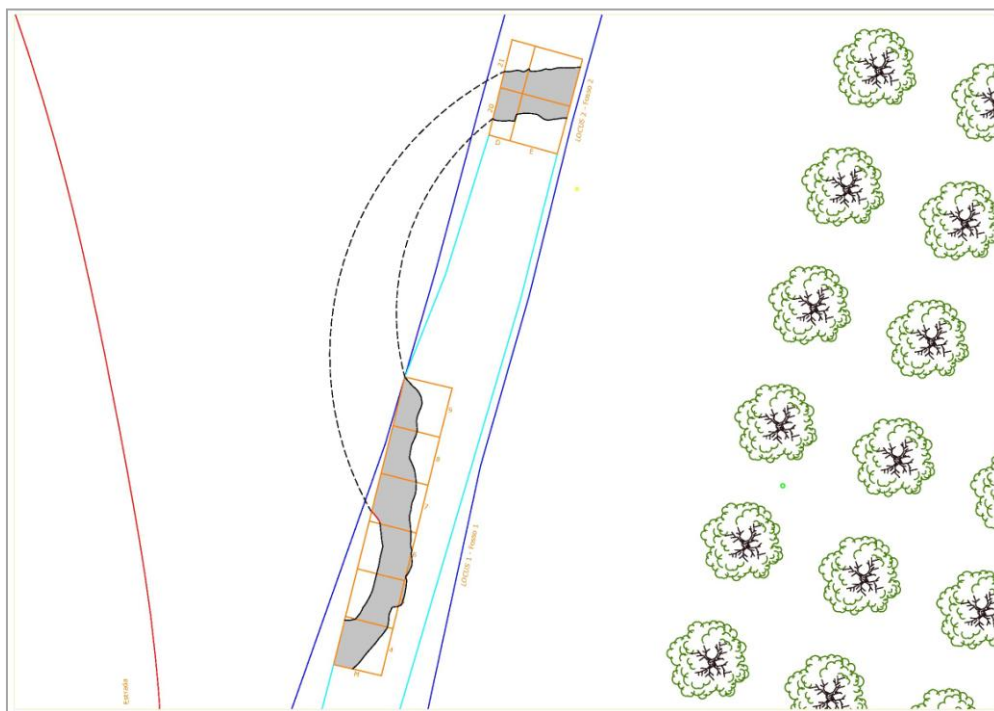


Figura 3. 8. Eventual relação entre os fossos escavados na Ponte da Azambuja 2

Contudo, as prospeções geofísicas que têm sido executadas nos recintos de fossos do Sul de Portugal têm permitido o reconhecimento da arquitetura geral destes sítios. Revelam-se complexas plantas, onde diferentes tipos de fossos, de traçado sinuoso, ondulante e retilíneo, convivem no mesmo espaço, por vezes sobrepondo-se, outras vezes avizinhandando-se. Desta forma, e considerando apenas alguns exemplos, como Moreiros 2, Águas Frias ou Perdigões, os fossos identificados e escavados na Ponte da Azambuja 2 podem pertencer a estruturas distintas, que apesar da sua proximidade e de integrarem o mesmo complexo arqueológico não têm qualquer relação entre si.

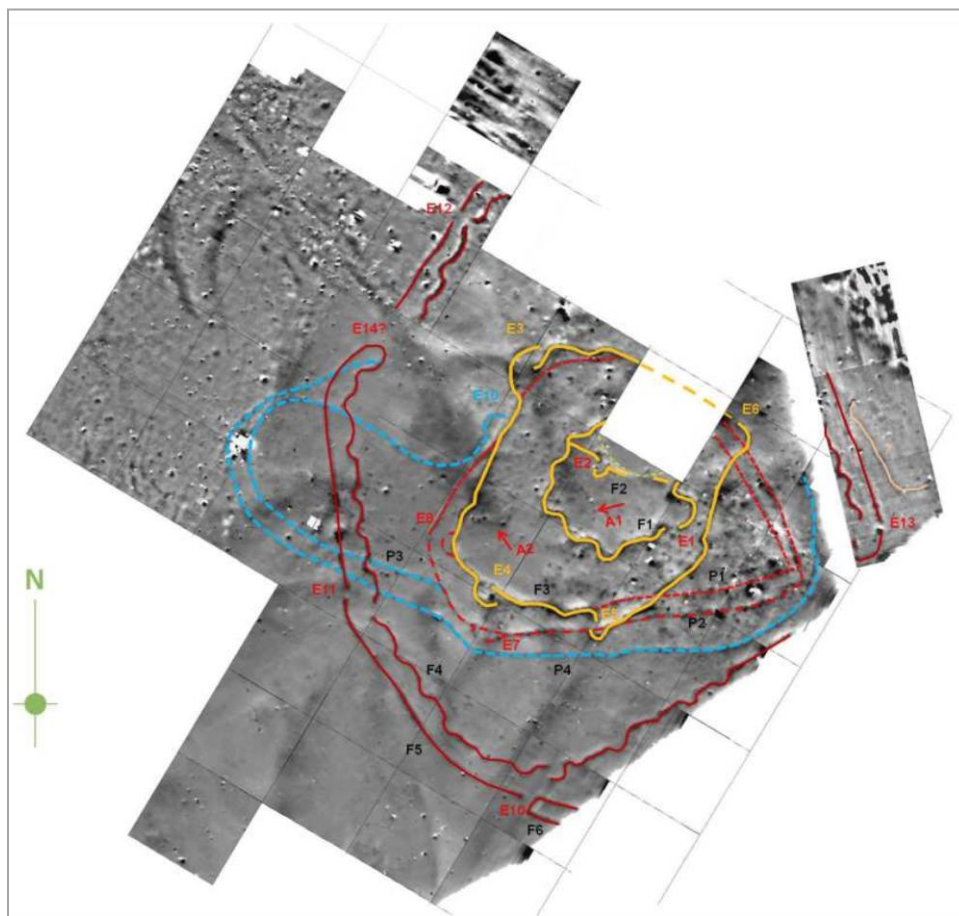


Figura 3. 9. “Magnetograma de Moreiros 2 anotado com interpretação das estruturas tipo fosso (F), paliçadas (P), entradas (E) e alinhamentos circulares de fossas (A)” (Valera *et alii*, 2013: 40)

Esta discussão é, aparentemente, um “sem fim”, ou seja, um debate onde se volta sempre ao ponto de partida: a exiguidade da área de escavação. De facto, a questão debatida nestes breves parágrafos resume-se à constatação da necessidade de alargamento das áreas de escavação, para resolução de um problema tão básico como o da eventual relação das estruturas negativas escavadas.

Porém, independentemente da relação (in)existente entre as estruturas escavadas na Ponte da Azambuja 2, torna-se evidente que este sítio integra o grupo dos “recintos com fossos sinuosos”, sendo este enquadramento efetuado com base nas evidências observadas no Fosso 1.

Desta forma, aos 12 sítios já inventariados no Sul de Portugal (Valera, 2010), acrescenta-se agora a Ponte da Azambuja 2:

Recintos	Nº de fossos sinuosos conhecidos	Refª Bibliográfica
Perdigões	3 sinuosos – 7 lineares – 1 paliçada	Valera <i>et al. no prelo</i>
Santa Vitória	2 sinuosos	Dias, 1996
Xancra	3 sinuosos	Valera e Becker, 2011
Outeiro Alto 2	1 sinuoso	Valera e Filipe, 2010
Moreiros 2	3 sinuosos – 3(?) lineares – 2(?) paliçadas	Valera e Becker, <i>no prelo</i>
Alto do Outeiro	1 sinuoso – 1 (?)	Grilo, 2007
Juromenha	1 sinuoso	Calado e Rocha, 2007
Malhada das Mimosas	1 sinuoso	Calado, 2002; Mataloto e Costeira, 2008
Salgada	1 sinuoso	Calado, 2006
Águas Frias	3 sinuosos	Calado e Rocha, 2007
Alcalar	1 sinuoso – 2 lineares	Morán, 2010
Horta do Albardão 3	1 sinuoso	Santos <i>et al.</i> 2009
Ponte da Azambuja 2	1 sinuoso – 1 linear (?)	Rodrigues, 2008

Tabela 3. 7. “Recintos do Sul de Portugal com fossos sinuoso” (Valera, 2010), agora com a Ponte da Azambuja 2 (a vermelho)

3.3. Constrangimentos de um projeto de investigação: a escavação arqueológica que se pretendia fazer – o Fosso identificado na linha de água

Após a escavação arqueológica realizada no âmbito do projeto da EDIA, S.A., a signatária propôs, aos proprietários dos terrenos onde se implanta o sítio, a execução de uma escavação arqueológica manual, que pudesse dar resposta a algumas questões que se foram levantando ao longo do processo de escavação e do projeto de investigação subsequente.

Neste caso, uma das propostas elaboradas, e aquela que se apresentava mais exequível devido à reposição de oliveiras de cultura intensiva em toda a extensão do arqueossítio, foi a da realização de uma limpeza do corte da linha de água onde se tinha identificado um outro fosso, não afetado pelo projeto da EDIA, S.A. (vd. 3.1. *O reconhecimento da Ponte da Azambuja 2 como um recinto de fossos pré-histórico*). A aferição de uma cronologia mais precisa para o preenchimento desta estrutura era um dos vários objetivos que se pretendiam atingir.

Esta proposta foi recusada pelos proprietários do Monte da Azambuja, invocando impedimentos relacionados com a passagem de maquinaria pesada. Neste sentido, foi apenas permitida a execução de um ensaio para a realização de uma eventual prospeção geofísica em extensão.

Desta forma, a descrição que abaixo se segue tem por base somente as anotações realizadas pela signatária no campo, aquando da visita ao local.

De acordo com o que foi possível visualizar, verificava-se, no corte de uma linha de água com a mesma orientação da vertente, uma estrutura negativa, escavada na rocha granitoide, cujas características apontavam para um “fosso”, preenchido com depósitos que embalavam materiais de cronologia pré-histórica.

Esta estrutura negativa, que atravessava perpendicularmente a linha de água, apresentava contornos relativamente bem definidos, que indicavam um perfil transversal tendencialmente em V, detendo cerca de 4m de largura no topo. Não foi possível inferir qualquer dado sobre a sua profundidade, devido ao facto do leito da ribeira encontrar-se a uma cota superior da base da estrutura, o que significa que a formação da atual linha de água é posterior à ocupação pré-histórica.



Figura 3. 10. A. Vista geral do corte onde foi identificado o fosso, com indicação dos seus limites; B. Corte, com indicação de materiais arqueológicos, nomeadamente um fragmento de cerâmica de grandes dimensões; C. Abatimento do corte na zona do fosso, com ocorrência de abundantes materiais arqueológicos; D. Alguns materiais arqueológicos recolhido no corte, entre os quais consta um fragmento de ídolo antropomórfico, pedra polida, “barro de cabana”, taças carenadas e esféricos com mamilos junto ao bordo

Não foi igualmente possível averiguar qualquer dado estratigráfico: o corte encontrava-se bastante lixiviado e contaminado por sedimentos de superfície. Contudo permitiu detetar, nos depósitos de enchimento do fosso, a presença significativa de materiais arqueológicos eventualmente “contemporâneos” da ocupação efetivamente escavada. Entre estes materiais

arqueológicos contam-se os esféricos com mamilos junto ao bordo, taças carenadas e uma figura antropomórfica idêntica às que já haviam sido identificadas quer à superfície, quer no âmbito da escavação arqueológica (vd. Figura 3.10, D e Capítulo 4). Entre os materiais recolhidos não constava qualquer prato ou bordo espessado, muito embora não se deva retirar grandes conclusões acerca desta constatação, devido à reduzida área observada.

3.4. Prospeção geofísica e fotointerpretação

Na impossibilidade de se efetuarem trabalhos de escavação arqueológica complementares à intervenção de emergência, recorreu-se à fotografia aérea e à prospeção geofísica, para consolidar a representação genérica do sítio arqueológico.

A prospeção geofísica foi realizada através do método do georadar, que, em Portugal, tem sido aplicado por José António Crispim, em regiões cárnicas. Através de uma parceria com o Departamento de Geologia, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, o investigador supramencionado efetuou um ensaio no arqueossítio, de forma a testar a eficácia do método quer neste tipo de contexto geológico (vd. Capítulo 2), quer neste tipo de contexto arqueológico (estruturas negativas).

Deste modo, foram previamente selecionados locais onde já se sabia da existência das estruturas negativas, de modo a que não houvesse qualquer equívoco nas anomalias eventualmente identificadas. Assim, efetuaram-se dois “corredores” de passagem com o georadar: um, nos limites da área escavada; outro, acima do corte da linha de água, onde foi identificado o fosso acima descrito (vd. 3.3).



Figura 3. 11. Prospeção geofísica no sítio da Ponte da Azambuja 2: A. “corredor” realizado junto à escavação arqueológica (após a reposição do olival); B. “corredor” realizado acima do corte da linha de água, onde foi identificado um outro fosso

Em nenhum dos “corredores” realizados se obteve leituras que indicassem a presença de estruturas negativas. Dois fatores podem ter contribuído para esta situação: o excesso de água nos solos ou a semelhança entre os sedimentos de preenchimento das estruturas e o afloramento onde estas foram escavadas. Para este último caso, pode ter contribuído o facto dos fossos terem sido abertos em argilas eventualmente formadas a partir da dissolução da rocha de base tendo sido posteriormente preenchidos com depósitos com a mesma textura e granulometria.

Recorreu-se assim a outra ferramenta de deteção remota, nomeadamente a fotografia aérea, cuja utilidade neste tipo de contextos está atestada desde os primórdios da investigação sobre os recintos de fossos.

Entre as várias opções atualmente disponíveis na internet, selecionou-se o programa informático da Google (Google Earth), e as fotografias aéreas do Instituto Geográfico Português, devido às potencialidades que oferecem para a área de implantação do sítio da Ponte da Azambuja 2. A observação de diferentes imagens possibilitou não só o reconhecimento dos fossos identificados no terreno, mas também a sua eventual arquitetura, dimensões, características, etc. Estas fotografias revelaram ainda a eventual existência de um terceiro agrupamento de recintos.

Desta forma, com base nas fotografias aéreas acima citadas, pode-se aceitar a seguinte leitura interpretativa para os recintos de fossos da plataforma da Ponte da Azambuja 2:

a) Recinto 1

Corresponde à área intervencionada no âmbito do *Aproveitamento Hidroeléctrico do Monte Novo*.

Tratam-se, eventualmente, de três pequenos recintos, compostos por:

- i. Um fosso exterior, com os limites mal definidos, no qual incidiu a escavação arqueológica de 2007;
- ii. Um recinto intermédio com cerca de 35m de diâmetro, equivalente a um recinto com uma área aproximada de 600m²
- iii. Um recinto interno, também ele delimitado por uma eventual estrutura negativa, com cerca de 10m de diâmetro, equivalente a um recinto com uma área aproximada de 100m² (sem escavação).

Admite-se a existência de um fosso sinuoso intermédio, no entanto, devido às limitações inerentes a este tipo de exercício, não se pode afirmar a sua constatação.

b) Recinto 2

O *Recinto 2* não tem os seus limites bem definidos.

A sua identificação ocorreu, num primeiro momento, no corte da linha de água, conforme foi anteriormente descrito, tendo sido posteriormente verificado na fotografia aérea.

A ampliação da imagem extraída do Google Earth (2003) revela uma eventual arquitetura sinuosa dos fossos que compõem o Recinto 2, situação que tem paralelo, por exemplo, nos fossos 3 e 4, do Sector I, dos Perdigões (Valera, 2008a).

c) Recinto 3

O Recinto 3 foi identificado a partir da observação das fotografias aéreas obtidas no voo de 1988. Verifica-se a existência de, pelo menos, três linhas de fossos concêntricos com os seguintes diâmetros (partindo do externo para o interno): 110m (recinto com uma área aproximada de 7000m²), 55m (recinto com uma área aproximada de 1500m²) e 30m (recinto com uma área aproximada de 550m²).

Da leitura conjunta efetuada ao local onde se implanta o sítio da Ponte da Azambuja 2, verifica-se a existência de três aglomerados de recintos na mesma plataforma, sem que haja uma estrutura que delimite todos eles (fosso/ muralha). Isto significa que o sítio detém, aparentemente, três recintos diferenciados, separados uns dos outros por umas escassas centenas/ dezenas de metros. A confirmar-se esta situação, trata-se, até ao momento, de um caso único no SW Peninsular, muito embora trabalhos recentes sugiram que a proximidade entre recintos é muito maior que a inicialmente expectável.

A não prossecução dos trabalhos de investigação neste sítio arqueológico, conforme foi já descrito, impede a aferição de uma planta fiável que permita interpretar indubitavelmente a arquitetura da Ponte da Azambuja 2, e invalida a possibilidade de avaliar cronologicamente as suas ocupações.

Capítulo 4 | Ponte da Azambuja 2: Cultura Material

4.1. Preâmbulo

A presente dissertação de doutoramento não pretende apresentar nenhuma técnica de análise artefactual inovadora. Considera antes que as propostas de estudo já existentes são claras e suficientes para o objetivo que se pretende atingir: por um lado uma caracterização tipológica e tecnológica dos seus componentes, acompanhada da identificação regional das áreas de proveniência dos suportes, e, por outro, um enquadramento cronológico e cultural seguro e fidedigno, devido à impossibilidade de realizar datações absolutas¹⁷.

O conjunto artefactual em análise é proveniente, quase em exclusivo, do preenchimento das estruturas negativas escavadas nos *Loci* 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2, designadas, como já foi visto, por Fosso 1 e Fosso 2, respetivamente. Fogem a esta regra dois artefactos relacionados com o subsistema simbólico daquela comunidade, que, devido à sua excecionalidade, foram introduzidos neste estudo, estando integradas e devidamente identificadas no subcapítulo reservado à descrição crítica desse grupo artefactual.

A análise específica de cada grupo foi precedida por um conjunto de procedimentos laboratoriais, desde a sua lavagem até ao inventário geral da coleção, transcorrendo por uma fase intermédia de conservação e restauro, que visou, essencialmente, perceber os padrões de fragmentação dos artefactos.

Partindo deste princípio, a análise da cultura material deteve, numa primeira etapa, uma componente de inventariação sistemática dos materiais recolhidos, considerando a sua proveniência planimétrica e estratigráfica, em cada uma das estruturas escavadas. Nesta fase, as questões colocadas prenderam-se com (1) a identificação da matéria-prima, (2) a classificação tipológica, e (3) a caracterização tecnológica, que permitiram definir parâmetros funcionais, culturais e cronológicos.

A primeira observação baseada nos suportes utilizados para a realização dos vários elementos da cultura material recolhida, permitiu reconhecer três grandes famílias de matérias-primas utilizadas, assim como três campos de interação desses objetos.

Assim, a argila, a rocha e o osso são as matérias-primas que compõem o registo material da Ponte da Azambuja 2, estando ausentes outros tipos de suportes, como por exemplo o vegetal ou as peles. Deve-se entender a ausência destas matérias-primas como um desvio arqueográfico, relacionado com as condições de jazida do sítio, nomeadamente com a presença de solos com um pH ácido (<3.5 -6.5), que não permitiram a sua conservação até aos

¹⁷ Foram enviadas três amostras para o Laboratório de Waikato, nas quais se incluía um dente. Não foi possível extrair, em qualquer uma, colagénio suficiente, que permitisse a obtenção de uma datação fiável.

dias de hoje. Refira-se no entanto, a ausência de indicadores indiretos de tecelagem, nomeadamente dos afamados “pesos de tear”.

Após esta primeira divisão reconheceram-se, a partir dos critérios tecno-tipológicos, três eventuais cenários de uso preferencial dos artefactos: uso doméstico, uso simbólico (ritual?) e uso ornamental. Estabeleceram-se assim, cinco grandes famílias de artefactos, sendo elas: (1) materiais cerâmicos, (2) indústria lítica, (3) objetos de provável uso ritual, (4) objetos de adorno, (5) indústria óssea.



Esquema 4. 1. Apresentação esquemática da primeira etapa de inventariação da cultura material da Ponte da Azambuja 2

Cada um destes subgrupos foi posteriormente analisado individualmente, sendo formulado um inquérito próprio para cada um deles. Os critérios da análise diferencial então executada, que serviram de base para a elaboração do presente capítulo, encontram-se abaixo descritas.

4.1.1. Critérios de análise artefactual

4.1.1.1. Materiais Cerâmicos

Neste amplo conjunto artefactual foram incluídos todos os materiais que tiveram como matéria-prima de execução a argila cozida, abrindo-se uma exceção aos artefactos relacionados com os subsistemas simbólicos / rituais, que foram analisados segundo critérios específicos.

A identificação macroscópica de diferentes tipos de argilas foi a primeira etapa metodológica. A diferenciação por subgrupos foi fundamental para o posterior reconhecimento dos elementos não plásticos, de modo a identificar áreas de captação deste recurso, a partir dos substratos geológicos.

A fase seguinte consistiu num exaustivo exercício de colagem de fragmentos, tendo em consideração todo o universo dos materiais cerâmicos. Esta tarefa permitiu não só a separação

de bojos lisos¹⁸, bojos decorados ou com elementos de preensão, carenas, fundos e bordos, mas também a diferenciação entre (1) recipientes cerâmicos e (2) outros materiais cerâmicos, nos quais foram integrados os fragmentos de colher, de “queijeiras” e objetos indeterminados.

Este exercício, apesar de bastante moroso, tornou-se bastante útil, revelando que a simples contagem de fragmentos pode provocar desvios arqueográficos significativos aquando da interpretação de um sítio arqueológico, principalmente quando pairam sobre este debates acesos e apaixonados sobre as hipóteses interpretativas, como é o caso dos recintos de fossos. Por outro lado, permitiu igualmente perceber o quão enganadora pode ser a caracterização das cozeduras dos recipientes. Ainda que se considere que “a cor dominante, conservada na superfície externa reflete, de forma genérica, os resultados do ambiente da cozedura” (Diniz, 2007:123), as remontagens demonstraram que esta observação pode ser falaciosa, havendo colagens de dois fragmentos que, se analisados isoladamente, seriam classificados de forma distinta.

A remontagem e possíveis associações de fragmentos com características semelhantes sem ponto de colagem, possibilitou não só a contagem segura do número mínimo de exemplares presentes (Carvalho, 2008), mas também avaliar os padrões de fragmentação e eventuais processos deposicionais, culturais ou não-culturais (Schiffer, 1987), e pós-deposicionais (Angelucci, 2003), através da distribuição horizontal e vertical dos elementos recolhidos.

Assim sendo, iniciou-se o processo de caracterização formal, que adotou a tabela tipológica e respetiva caracterização morfológica, estabelecida para o Complexo Arqueológico dos Perdigões (Lago *et alii*, 1998). Ainda que se tenha ponderado as reservas efetuadas pelos autores do estudo, considera-se que aquele catálogo é suficientemente abrangente e caracterizador das produções cerâmicas do Neolítico Final do SW Peninsular, com especial destaque para o Alentejo Central.

4.1.1.2. Indústria Lítica

Como se sabe, a indústria lítica em épocas recentes da Pré-história detém duas facetas, reveladas pela própria composição da palavra usada para a sua definição. Quando Lubbock aperfeiçoou o Sistema das Três Idades de Thomsen, dividindo a Idade da Pedra em Paleolítico

¹⁸ Depois de se individualizar os bojos lisos, que não apresentavam colagem com outro fragmento diferenciador de forma (bordo, elemento de preensão, fragmento decorado, carena ou fundo), procedeu-se somente à sua contabilização e pesagem.

e Neolítico (Trigger, 1992), não estaria, certamente, consciente das proporções que a sua rotulagem viria a assumir. Porém, a observação da introdução de uma nova aquisição tecnológica – a pedra polida – numa fase mais recente da Idade da Pedra, que até determinado momento se caracterizava exclusivamente pela lascagem da matéria-prima, tornava a distinção imperativa.

Do mesmo modo, ainda que com opções metodológicas e critérios de análise recentes, a indústria lítica da Ponte da Azambuja 2 é separada de acordo com estes parâmetros tecnológicos: materiais de pedra lascada e materiais de pedra polida.

○ *Materiais de Pedra Lascada*

A identificação da matéria-prima utilizada para a obtenção de um determinado produto, foi a primeira etapa deste trabalho, com vista ao posterior reconhecimento de áreas de obtenção de recursos e, como consequência, à afirmação ou infirmação da existência de talhe no local ou de eventuais trocas de matérias-primas/ produtos acabados.

Para uma abordagem tecnológica do conjunto, adotou-se as opções teóricas expostas por Carvalho na sua dissertação de doutoramento (Carvalho, 2008), por se considerar que se trata da reflexão mais exaustiva e, simultaneamente (ou consequentemente) mais simples (aqui com o sentido de “descomplicada e perceptível”), embora aborde coleções cronologicamente mais antigas que a da Ponte da Azambuja 2. Desta forma, a análise tecnológica organizou-se em três níveis distintos, concordante com o trabalho supramencionado: (1) “cadeia operatória; (2) remontagem mental; (3) processos técnicos (Carvalho, 2008).

A caracterização tipológica ganhou contornos específicos no caso dos utensílios retocados, devendo ser vistos os critérios de análise diferencial caso a caso.

Foram ainda efetuadas análises traceológicas de produtos alongados e utensílios de retoque marginal para aferição de funcionalidades dos objetos (Anexo III.1).

○ *Materiais de Pedra Polida*

À semelhança do caso anterior, a identificação das matérias-primas, o enquadramento tipológico, assim como o reconhecimento das opções tecnológicas, dominaram o inquérito crítico deste escasso grupo artefactual.

Ainda que de caracterização difícil, os materiais de pedra polida, que não se enquadram nem no grupo dos artefactos ideotécnicos (como é o caso do ídolo-placa), nem dos objetos de adorno (pendente), seguiram os critérios de análise estipulados por Valera, no seu trabalho sobre o Castro de Santiago (Valera, 1997). Desta forma, procurou-se, logo nos trabalhos de campo, identificar blocos “lingote”, de molde a estabelecer a cadeia operativa do conjunto.

Contudo, e apesar do cuidado no reconhecimento daquele que pode ser o elemento mais problemático, a coleção dos utensílios de pedra polida da Ponte da Azambuja 2 é bastante reduzida, facto que será considerado nas considerações globais do grupo artefactual.

4.1.1.3. Subsistema Simbólico

Devido à subjetividade inerente à classificação de um determinado objeto como elemento integrante do subsistema simbólico das sociedades pré-históricas, considera-se, neste trabalho, que a sua análise deve ser o mais objetiva possível.

Durante os trabalhos de campo, foram reconhecidos, de imediato, três grupos de artefactos integráveis dentro deste universo. Foram recolhidos vários (1) “ídolos de cornos”, fragmentados ou inteiros, (2) ídolos antropomórficos em argila, e, (3) um pequeno ídolo – placa, em xisto, com gravações semelhantes aos demais exemplares associados ao megalitismo funerário da região.

Se por um lado a integração dos primeiros objetos pode ser alvo de um debate relativamente à sua validade enquanto “ídolo” pré-histórico, por outro lado a integração esbarrada e assertiva dos segundos e terceiro elemento não encontra qualquer obstáculo. Contudo, quer para um, quer para outro, procurou-se formas e critérios de análise isentos, à partida, de leituras enviesadas e condicionadas pelas hipóteses interpretativas vigentes.

Para os designados “ídolos de cornos” não existe nenhum critério de análise definido, apesar do debate aceso que, durante a década de '80 e inícios da de '90 do século XX, que produziram na bibliografia arqueológica portuguesa. Porque essa discussão gira precisamente em torno da dúvida entre seus atributos simbólicos e os seus atributos funcionais, procurou-se estabelecer critérios que contrabalançassem as duas posições. Deste modo, para além da caracterização da matéria-prima, foi efetuada a leitura dos seguintes aspetos: dimensões, estado, morfologia, decoração, acabamento de superfície e exposição ao fogo.

Os ídolos antropomórficos seguiram a mesma metodologia, tendo sido analisados conjuntamente, uma vez que as suas características são comuns, conforme se verá adiante.

Para a análise do ídolo-placa, utilizaram-se os critérios definidos por Lillios (2002, 2004 e 2008). Apesar de existirem outros trabalhos realizados por investigadores portugueses sobre esta temática, considera-se que a análise de Lillios é a mais pragmática. Os critérios de análise utilizados por Gonçalves, por exemplo, adoptam uma nomenclatura demasiadamente antrópica – “Cabeça”, “Cabeça dentro da cabeça”, “separador Cabeça-Corpo”, “Corpo” – que denuncia e, simultaneamente, sugere, de imediato, a interpretação posteriormente (ou terá sido previamente?) aplicada (Gonçalves, 2004).

Em ambos os casos – “ídolos de cornos” e figuras antropomórficas, por um lado e ídolo-placa, por outro - procurou-se questionar qual o significado da sua presença no preenchimento dos fossos da Ponte da Azambuja 2

4.1.1.4. Objetos de Adorno

À exceção dos elementos de adorno sobre osso, não existe, na fachada ocidental da Península Ibérica, nenhum trabalho de sistematização e uniformização dos objetos de adorno da Pré-história recente.

Ainda que abundantes nos contextos do megalitismo funerário, expoente máximo da arqueologia pré-histórica na área regional em apreço, nunca foi publicado um inventário tecno-tipológico destes artefactos, sendo por isso comum verificar a mesma tipologia de adorno com dois nomes distintos.

A confusão acerca deste grupo artefactual não só impera ao nível da nomenclatura morfológica, mas também instala-se, não poucas vezes, no reconhecimento das matérias-primas utilizadas, sendo o melhor exemplo dessa situação o caso da “pedra verde”, que, conforme tem vindo a ser demonstrado, aplica-se indistintamente a vários tipos de rochas (Odriozola *et alii*, 2010, Odriozola & García Sanjuán, 2012, Odriozola *et alii*, 2013a; Odriozola *et alii*, 2013b).

Deste modo, adoptou-se os mesmos critérios descritivos que Pascual Benito utilizou na monografia dedicada aos adornos do país valenciano (Pascual Benito, 1998). Valoriza-se o papel da matéria-prima e áreas de captação, morfologia e caracteres que permitem integrar o objecto neste grupo artefactual, sua utilização e eventual contexto de uso.

4.1.1.2. Indústria Óssea

Os objetos elaborados sobre osso, quer sejam de adorno, quer sejam utensílios, utilizados no quotidiano das sociedades neolíticas e calcolíticas que ocuparam a Península de Lisboa, foram exaustivamente estudados e compilados por Salvado (2004). Nesse trabalho, para além de uma proposta para a classificação dos artefactos em osso, cuja tipologia e respetiva nomenclatura associada foi seguida no presente estudo, a análise dos artefactos ósseos passou pela identificação da matéria-prima – osso, haste ou dente – e técnicas de execução do artefacto. Tal como a autora mencionada, procurou-se ainda interpretar o contexto de utilização dos artefactos.

4.2. Materiais Cerâmicos

O conjunto dos materiais cerâmicos da Ponte da Azambuja 2 corresponde ao grupo artefactual mais representativo do sítio arqueológico. Após a colagem de vários fragmentos de cerâmica e correlação entre diferentes componentes de um mesmo recipiente, contabilizaram-se 15436 fragmentos, entre os quais se contam bordos, bojos e fundos.

Estes fragmentos são provenientes quer do preenchimento das estruturas escavadas, quer de recolhas efetuadas à superfície. De acordo com estas três procedências, a distribuição espacial dos fragmentos de cerâmica da Ponte da Azambuja 2 é a seguinte:

- Superfície = 356 fragmentos;
- Locus 1/ Fosso 1 = 9339 fragmentos;
- Locus 2/ Fosso 2 = 5741 fragmentos.

Do ponto de vista da distribuição planimétrica e estratigráfica dos fragmentos de cerâmica, no preenchimento do Fosso 1, verifica-se a seguinte situação:

Distribuição Horizontal

M	769	1502	1213	2580	2196	1079
	4	5	6	7	8	9

Distribuição Vertical

QUADRÍCULA	CAMADA	N.º FRAG. CERÂMICA
M4	101	704
	102	65
	104	-
M5	101	1433
	102	69
	104	-
M6	101	397
	102	797
	104	19
M7	101	2060
	102	429
	104	91
M8	101	1937
	102	246
	104	13
M9	101	789
	102	252
	104	38

Esquema 4. 2. Distribuição horizontal e vertical dos fragmentos cerâmicos recolhidos no preenchimento do Fosso 1, *Locus* 1

Atentando à distribuição horizontal, observa-se um incremento no número de fragmentos cerâmicos nas quadrículas centrais e naquelas que se situam mais a Norte da área escavada, ou seja, M/ 7 e 8.

Já no que se refere à sua distribuição vertical, atesta-se um padrão correspondente ao decréscimo no número de fragmentos em profundidade. Esta situação é invertida apenas na quadrícula M7, onde se verificou, excecionalmente, um maior número de fragmentos de cerâmica na camada 102, comparativamente à camada 101, sem que isso corresponda à deposição estruturada de recipientes ou de fragmentos de um mesmo vaso.

A presença de fragmentos de cerâmica na unidade 104 deverá ser entendida no quadro da dificuldade de percepção dos limites do fosso, conforme foi já anteriormente descrito, devido às semelhanças entre a primeira unidade de enchimento da estrutura e o sedimento onde a mesma foi escavada. Como muitas vezes essa distinção foi elaborada com base na ausência/ presença de artefactos, explica-se assim, o surgimento de alguns fragmentos cerâmicos nesta unidade. Desta forma, se assim for entendido, estes elementos deverão corresponder ainda à unidade 102. Refira-se que a sua integração nesta camada não altera o que anteriormente foi afirmado, no que concerne à diminuição de artefactos cerâmicos desde o topo até à base da estrutura.

No Fosso 2 a situação da distribuição espacial dos fragmentos cerâmicos também não se altera significativamente. Há uma presença mais acentuada nas quadrículas a Norte – D, E/ 21 – devido ao facto de ocuparem uma área maior da estrutura negativa. No que respeita à distribuição vertical, observa-se igualmente uma variabilidade interna, no entanto, nos últimos níveis artificiais a tendência é para uma diminuição no número de efetivos.

Distribuição Horizontal

21	1018	3061
	94	109
20	663	796
	D	E

Distribuição Vertical

CAM.	N.A.	N.º FRAG. CERÂMICA
201	1	864
	2	469
	3	2031
	4	819
	5	616
	6	506
	n/a	436

Esquema 4. 3. Distribuição horizontal e vertical dos fragmentos cerâmicos recolhidos no preenchimento do Fosso 2, *Locus* 2

De acordo com a metodologia anteriormente apresentada (vd. 4.1.1.1.) os bojos lisos foram, após o trabalho de remontagem, somente contabilizados e pesados, totalizado 113, 059 Kg de cerâmica, correspondentes a 13667 fragmentos. Isto significa que os restantes 1769 fragmentos correspondem a bordos, fundos, ou bojos com algum elemento diferenciador, tais como as carenas, os elementos de preensão ou diferentes sistemas decorativos.

A distribuição destes elementos – bojos lisos, fundos, bordos, bojos decorados e/ou com elementos de preensão e carenas – pelas duas áreas escavadas, revelam uma compatibilidade de percentagens entre ambas, de acordo com o universo recolhido em cada uma das estruturas. Assim, quer num, quer noutro caso, a maior percentagem pertence aos bojos lisos sem elementos diferenciadores, seguindo-se os bordos, que permitem, ou não, aferir uma tipologia formal, os fundos, as carenas e, por último, com um número demasiado residual, aparecem os bojos decorados e/ ou com elementos de preensão (note-se que nos bordos também se encontram incluídos elementos de preensão junto ao bordo, conforme se verá adiante).

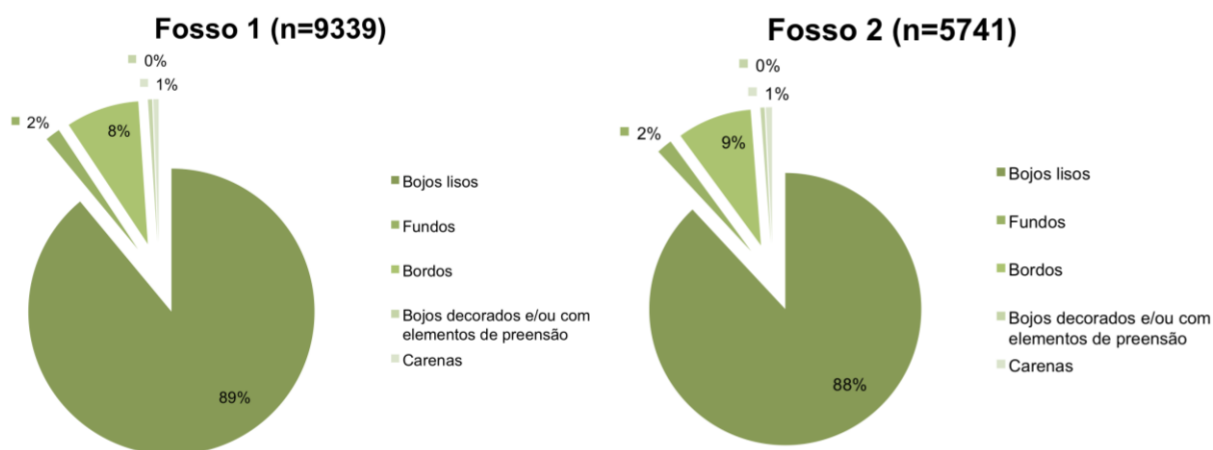


Gráfico 4. 1. Percentagem dos diferentes tipos de fragmentos cerâmicos recolhidos no interior do Fosso 1
Gráfico 4. 2. Percentagem dos diferentes tipos de fragmentos cerâmicos recolhidos no interior do Fosso 2

INVENTÁRIO GERAL DOS FRAGMENTOS CERÂMICOS ¹⁹						
DESCRIÇÃO	BORDOS	CARENAS	BOJOS DEC/ E.P. ²⁰	BOJOS LISOS	FUNDOS	TOTAL
Fosso 1	771	55	45	8310	158	9339
Fosso 2	509	42	28	5055	107	5741

Tabela 4. 1. Inventário Geral dos Fragmentos Cerâmicos recolhidos na Ponte da Azambuja 2

¹⁹ Excetuando os 356 fragmentos provenientes da superfície.

²⁰ Bojos decorados e/ou com elementos de preensão.

A constatação da uniformidade de tipologias formais em ambas as áreas de escavação permitiu o tratamento da coleção como um todo, efetuando-se a devida separação sempre que se considere necessário. Afirma-se desta forma, que não há qualquer diferenciação entre o preenchimento de ambas as estruturas supondo-se assim que a sua colmatação terá ocorrido no mesmo patamar cronológico e cultural.

4.2.1. Argilas e pastas

A análise macroscópica permitiu, numa primeira etapa do trabalho, identificar quatro tipos de pastas distintas, que serviram de suporte para a execução dos recipientes cerâmicos recolhidos na Ponte da Azambuja 2. Muito embora não exista um levantamento exaustivo dos barreiros da região, a análise dos elementos não plásticos (e.n.p.) permitiu diferenciar produções locais, com base quer nos elementos não plásticos, quer na análise dos substratos geológicos regionais.

Através da análise microscópica posteriormente efetuada, com lupa binocular (Olympus SZx7), efetuou-se a seguinte descrição petrográfica:

- Tipo 1 - estão presentes maioritariamente e.n.p. de quartzo e quartzo-hialino; as micas brancas e negras estão igualmente presentes, no entanto são muito residuais;
- Tipo 2 – estão residualmente presentes o quartzo e as micas castanha/ preta, gabros; foi identificado num fragmento cerâmico com uma morfologia muito específica, enquadrado dentro do grupo dos pratos de bordo espessado, especificando-se o subtipo almendrado;
- Tipo 3 – estão presentes quase em exclusivo as micas pretas, embora se façam notar e.n.p. de quartzo, de expressão menor; este tipo de pasta foi identificado apenas num fragmento cerâmico, com uma forma muito concreta - prato de bordo sem espessamento;
- Tipo 4 – os e.n.p. presentes são de dimensão muito reduzida, apresentando os fragmentos cerâmicos uma textura siltosa; foi identificado num conjunto escasso de fragmentos que pertencem, aparentemente ao mesmo recipiente, sem que tenha sido possível aferir a sua forma.

Considerando-se pouco exequível o transporte de argilas em bloco, e sendo este um recurso disponível na área imediata do sítio arqueológico, considera-se que a comunidade que terá ocupado a Ponte da Azambuja 2 tenha explorado localmente este recurso.

Ao contrário das matérias-primas utilizadas para a elaboração de utensílios em pedra lascada ou pedra polida, o produto que se pretende manufaturar através da argila, para além de poder ser antropicamente manipulado, adulterado e melhorado, não exige um tipo de pasta específico, para a obtenção de uma forma cerâmica concreta.

Essa parece ser, aliás, a situação que se verifica no sítio arqueológico em estudo. A grande maioria dos fragmentos cerâmicos recolhido no local (com uma percentagem acima dos 99%), encontram-se dentro do mesmo tipo de pastas, indiciando a utilização sistemática do(s) mesmo(s) barreiro(s).

O facto de aparecerem outros três tipos de pastas distintas, em escassos fragmentos cerâmicos (como se pode depreender, na totalidade não perfazem 1% da coleção), remete para dois cenários distintos:

- a) podem significar a exploração esporádica de barreiros em áreas não longínquas da Ponte da Azambuja 2, facto constatado pelos substratos geológicos de onde a matéria-prima terá sido extraída;
- b) podem ter chegado ao local através da circulação pontual de recipientes cerâmicos.

A segunda hipótese remete para um panorama apetecível, devido ao facto destas pastas terem sido identificadas num tipo de recipiente específico – prato - , conectado com uma fase cronológica posterior aquela que aqui se propõe. A chegada deste produto, a esta área regional, num momento em que há um incremento deste tipo de sítio arqueológico, poderia suscitar, nalguns investigadores, propostas teóricas e interpretativas dificilmente demonstráveis.

No entanto, ainda que neste trabalho haja uma predisposição para a aceitação da primeira hipótese explicativa, não se descarta completamente a ideia da circulação de bens e produtos, facto que será debatido na terceira parte desta dissertação.

○ 4.2.1. *Recipientes Cerâmicos*

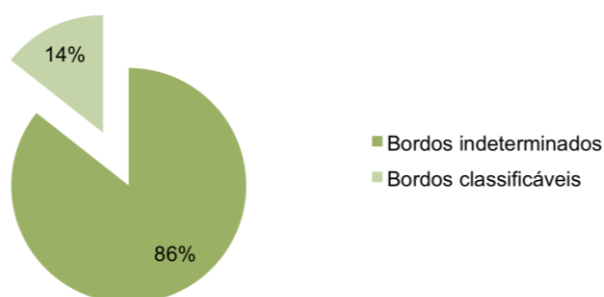
O exercício, já descrito, de remontagens dos fragmentos cerâmicos permitiu reconhecer, por um lado, recipientes praticamente inteiros ou com perfil completo, com obtenção integral da forma (cerca de duas dezenas), e, por outro lado, assegurar, ainda que com muitas reservas, a presença de várias centenas de recipientes nas áreas escavadas.

Este exercício detém, apesar de tudo, um grau de incerteza considerável, na medida em que:

1. existem vários bordos que, devido às suas dimensões, não permitem a sua integração num grupo tipológico concreto (adiante designados por “bordos indeterminados”);
2. a utilização sistemática de barreiros com características semelhantes não permite a distinção, aquando do momento das remontagens, de um ou outro grupo de exemplares, com base na matéria-prima utilizada, o que dificulta bastante a contabilização de um número mínimo de recipientes;
3. a existência de um universo de análise amplo, superior a 15 000 fragmentos.

Na análise das formas cerâmicas presentes no sítio foram considerados apenas os fragmentos que permitiam um enquadramento fidedigno numa determinada morfologia. De acordo com os gráficos abaixo apresentados, quer numa, quer noutra área, estes elementos correspondem a menos de 50% do total dos bordos presentes no sítio. Note-se ainda que, neste caso, não foram tidos em linha de conta outros fragmentos que podem ser bons indicadores de formas, como é o caso das carenas desprovidas de bordo. Esse elemento foi, no entanto, contabilizado no subcapítulo dedicado a esta forma cerâmica.

Fosso 1 (bordos: n=771)



Fosso 2 (bordos: n=509)

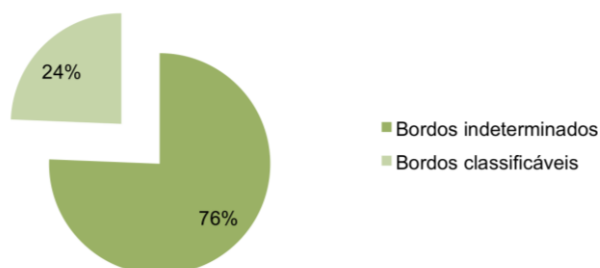


Gráfico 4. 3. Percentagem de bordos de morfologia indeterminada e de bordos classificáveis recolhidos no interior do Fosso 1

Gráfico 4. 4. Percentagem de bordos de morfologia indeterminada e de bordos classificáveis recolhidos no interior do Fosso 2

Dos gráficos acima apresentados constata-se que os bordos recolhidos no Fosso 2 permitiram uma classificação mais fiável (94 bordos classificáveis, numa amostra de 509 fragmentos), que no Fosso 1 (115 bordos classificáveis, numa amostra de 771 fragmentos). Tal facto deve-se à sua melhor preservação, na medida em que o grau de fraturação dos fragmentos nesta estrutura era menor do que no Fosso 1, o que permitiu, igualmente, uma taxa de sucesso superior aquando das remontagens dos recipientes.

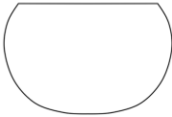
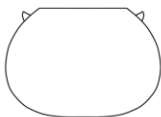
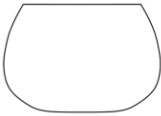
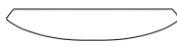
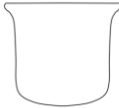
4.2.1.1. As formas

O conjunto formal do aparelho cerâmico recolhido nos fossos da Ponte da Azambuja 2 é pouco diversificado, apresentando as tipologias típicas do Neolítico Final regional.

As formas presentes neste sítio são as seguintes: (i) contentores de armazenagem, (ii) esféricos, (iii) globulares, (iv) mini vasos, (v) potes, (vi) pratos, (vii) taças, (viii) taças carenadas, (ix) tigelas, (x) vaso lucerna, (xi) vaso suporte, (xii) vasos de paredes retas.

Os contentores de armazenagem não se encontram na tabela tipológica que foi adotada no presente trabalho (vd. 4.1.1.1), no entanto, devido à presença de recipientes cujas dimensões se destacam entre iguais, pela sua grandeza, e à importância que a sua presença pode assumir na interpretação do sítio em estudo, optou-se por tratá-los isoladamente e não integrá-los numa forma preestabelecida como “globulares” ou “esféricos”, que é, de facto, a morfologia geral destas peças. Assim, nas características que definem este grupo tipológico, seguiu-se o mesmo critério que havia sido estabelecido para a categoria dos míni-vasos: “vasos cuja diferenciação se baseia essencialmente no tamanho e não na forma” (Lago *et alii*, 1998:85), determinando-se a cifra dos 30 cm de diâmetro interno de abertura como limite mínimo para a integração de recipientes nesta categoria morfológica.

Na Tabela 4.2. expõe-se um catálogo geral das formas identificadas na Ponte da Azambuja 2, onde se encontram descritos os seguintes itens: (1) morfologia geral de cada forma, (2) suas principais características, (3) número total de exemplares reconhecidos nas duas áreas escavadas e (4) percentagem no cômputo geral da amostra estudada.

CATÁLOGO DE FORMAS			
FORMA	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS *	Nº DE EXEMPLARES	% GLOBAL
Contentores de armazenagem	“Vasos cuja diferenciação se baseia essencialmente no tamanho e não na forma.” As morfologias são variadas, mas apresentam sempre dimensões consideráveis, com diâmetros de boca superiores aos 30 cm.	21	6%
Esféricos 	“Recipientes de corpo esférico.”	22	7%
Globulares 	“Vasos de corpo globular, com ou sem colo. Os recipientes sem colo apresentam, por vezes, pegas de orelha/mamilares.”	17	5%
Mini vasos	“Vasos cuja diferenciação se baseia essencialmente no tamanho e não na forma. As morfologias são variadas, mas apresentam sempre dimensões muito reduzidas, com diâmetros de boca que não ultrapassam os 4 cm.”	3	1%
Potes 	“Recipientes de paredes convergentes para o bordo, predominantemente retas, com base aplanada.”	6	2%
Pratos 	“Formas abertas, muito pouco profundas ($IP < 20$), de base convexa ou convexo-aplanada.”	8	3%
Taças 	“Recipientes abertos ou ligeiramente fechados, de pouca profundidade ($20 < IP < 50$), de base convexa ou convexo-aplanada.”	8	2%
Taças carenadas 	“Recipientes pouco profundos ($10 < IP < 40$), compostos por uma base em calote esférica ou aplanada e por um corpo troncocónico, romboidal ou hiperbolóide.”	193	59%
Tigelas 	“Recipientes abertos ou fechados, de configurações à base da esfera e da elipse. Distinguem-se das taças por apresentarem por apresentarem índices de profundidade mais elevados.”	41	13%
Vaso lucerna 	Recipiente fechado de pequenas dimensões – diâmetro inferior aos 10 cm – tendencialmente esférico, com achatamento do bordo. “A denominação implica já um critério de funcionalidade, que lhe é tradicionalmente atribuído.”	1	<1%
Vaso suporte 	“Objetos cerâmicos tubulares, cilíndricos ou subcilíndricos (com estrangulamento a meio). A denominação implica já um critério de funcionalidade, que lhe é tradicionalmente atribuído.”	1	<1%
Vaso de paredes retas 	“Corpo do recipiente cilíndrico ou subcilíndrico.”	6	2%

* Descrição conforme Lago *et alii*, 1998: 81 - 85.

Tabela 4. 2. Catálogo das formas identificadas na Ponte da Azambuja 2

Analisando algumas destas formas de modo singular constata-se que muitas vezes detêm uma variabilidade tipológica específica, também ela já referida no catálogo tipológico

adotado, sobre os recipientes cerâmicos identificados no recinto dos Perdigões. Verificam-se, no entanto, as seguintes exceções:

- quer na categoria dos contentores de armazenagem, quer na categoria dos minivasos, como foi já referido, essa variabilidade é intrínseca à categoria, já que a característica que as distingue é a sua dimensão – ora aumentada, ora miniaturizada – e não a sua morfologia;
- pelo contrario, no que aos “potes” diz respeito, a tipologia seguida não sugere qualquer distinção interna, tendo esta situação sido igualmente aplicada na Ponte da Azambuja 2.

No que respeita às restantes formas:

1) Esféricos

A variabilidade é nula, já que nos 22 exemplares identificados na Ponte da Azambuja 2 prevalece o subtipo “simples”, não se tendo verificado nenhum bordo que indicasse o achatamento da peça, ou um recipiente que demonstrasse uma base aplanada.

2) Globulares

São maioritariamente simples (n=16), havendo apenas um bordo com espessamento e boca achatada.

3) Pratos

Encontram-se subdivididos pelos seguintes subtipos:

- a) com espessamento (n=3), nos quais se enquadram os típicos pratos de bordo almendrado (n=2);
- b) sem espessamento (n=5); neste último caso, os diâmetros registados são menores comparativamente aos pratos de bordo almendrado que, normalmente, podem chegar aos 40 cm.

É neste grupo formal que se atestam as diferenças nas pastas utilizadas, mais concretamente os tipos definidos nos números 2 e 3, o que a torna na forma cerâmica com maior variabilidade das argilas utilizadas no seu fabrico: o tipo 2 foi registado num prato de bordo almendrado e o tipo 3 foi identificado num prato de bordo sem espessamento.

Típico dos contextos ditos “domésticos”, a este tipo de recipiente tem sido conectado “[...] uma economia dependente da agricultura e uma alimentação com uma forte componente vegetal, implicando o consumo de cereais cozinhados” (Gonçalves, 1989:165). Ainda que esta afirmação detenha já cerca de três décadas, não foi, até ao momento, contraditada.

O significado cronológico da presença desta forma cerâmica no conjunto estudado será debatido no final deste capítulo.

4) Taças

Nos oito exemplares desta forma aberta presentes na Ponte da Azambuja 2, identificaram-se dois subtipos distintos. Estão presentes as “taças de bordo direito ou arredondado, de configuração em calote esférica ou com um pequeno tronco cilíndrico sobreposto à calote” (n= 3) e as “taças abertas ou ligeiramente fechadas de base convexo-aplanada” (n=5).

5) Taças carenadas

Na forma que, no SW Peninsular, é sinónimo de Neolítico Final registam-se três subtipos diferenciados que valorizam, primordialmente, a componente superior da peça. Assim, estão presentes as (1) taças carenadas de corpo romboidal, (2) de corpo hiperboloide e de (3) corpo troncocónico, verificando-se fundos em calote de esfera e aplanados. Salienta-se, no entanto que, num número considerável de peças, não foi possível diferenciar um subtipo, quer pelas dimensões diminutas dos bordos, quer pelo facto do elemento conservado ser simplesmente a carena.

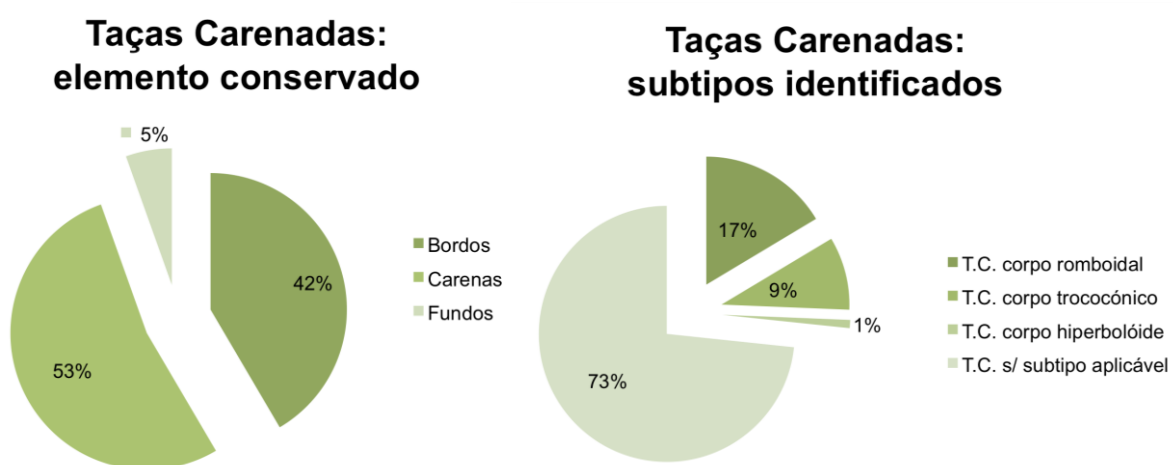


Gráfico 4. 5. Representatividade dos elementos conservados que permitiram a identificação da forma “Taça Carenada” na Ponte da Azambuja 2

Gráfico 4. 6. Subtipos de taças carenadas identificados na Ponte da Azambuja 2

Dentro destes subtipos, nomeadamente naquele que apresenta corpo troncocónico, de carena baixa e fundo aplanado, encontram-se alguns exemplares que apresentam dimensões mais reduzidas, que alguns autores consideram típicas do grupo megalítico do eixo Crato/Nisa (Parreira, 1996; Andrade, 2009). A presença deste subtipo específico na Ponte da Azambuja 2 representa, por um lado, o conjunto identificado numa área mais a Sul da área originalmente definida (“Crato/ Nisa), e, por outro lado, a amostra mais significativa recolhida num horizonte não megalítico.

No que respeita à funcionalidade destes recipientes de morfologia tão distinta – taça carenada, independentemente do subtipo –, tem-lhe sido atribuído um uso essencialmente doméstico, de consumo de cereais e vegetais, à semelhança do que foi já anteriormente referido para os pratos (Gonçalves, 1989). Neste âmbito, a leitura tradicionalmente aceite é a de que as taças carenadas precedem cronologicamente os pratos: “seriam as taças carenadas uma forma antiga, correspondendo a uma utilização similar à dos pratos, que progressivamente perde a importância com a generalização destes?” (Gonçalves, 2003: 92).

O peso de cada uma destas formas cerâmicas – taças carenadas e pratos – no conjunto da artefactual recolhido na Ponte da Azambuja 2 será debatido no final deste capítulo.

6) Tigelas

As tigelas são a forma cerâmica com maior variabilidade morfológica. Foram identificados quatro subtipos distintos, de acordo com a tipologia adotada, sendo eles: (1) “tigelas abertas pouco profundas (IP <70), de bordo plano ou arredondado”, (2) “tigelas fundas (IP 70)”, e, (3) “tigelas fechadas, apresentando, por vezes, o bordo espessado externamente”.

Tigelas: subtipos identificados

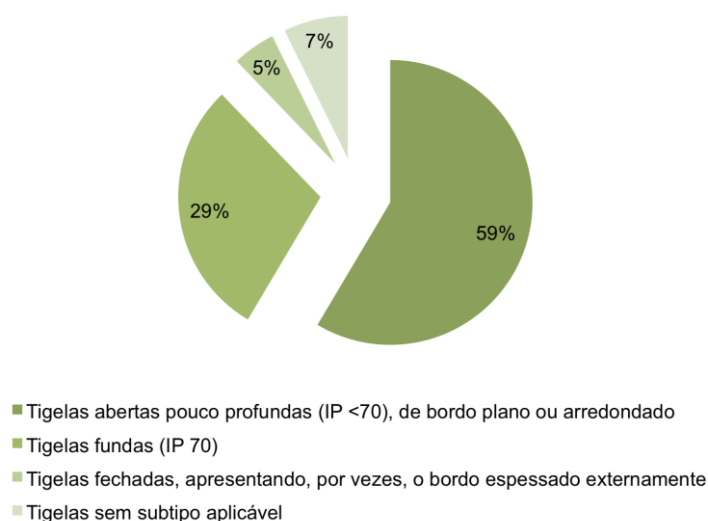


Gráfico 4. 7. Representatividade de cada subtipo de tigelas identificadas na Ponte da Azambuja 2

7) “Vaso-lucerna”

Normalmente associado a espólios oriundos de ambientes funerários, cronologicamente integrados na primeira metade do 3.º milénio a.n.e. (Neves *et alii*, 2013), na Ponte da Azambuja 2 foi recolhido um exemplar de um “vaso-lucerna”.

A sua identificação no contexto em que se insere – Fosso 2 - foi realizada apenas na fase de remontagem dos recipientes. O seu estado de conservação era bastante débil, estando completamente fraturado em inúmeros fragmentos, espalhados pelos diferentes níveis artificiais identificados na única camada de enchimento daquela estrutura.

Este é um dos exemplos que demonstra a importância deste tipo de exercício – remontagens - aquando do tratamento laboratorial de espólios pré-históricos provenientes de estruturas negativas: não havia qualquer indicador da presença desta forma cerâmica, pois os seus fragmentos eram de dimensões bastante reduzidas, e, afinal, ela faz parte deste conjunto artefactual. Eventualmente, se as remontagens não tivessem sido aplicadas, os inúmeros fragmentos que compõem este recipiente estariam separados, uns integrados na categoria “bojos lisos”, outros na categoria “bordo lisos não identificados”. Desta forma, questiona-se: a ausência desta tipologia em sítios ditos de *habitat* deve-se à sua aplicação exclusiva nos ambientes funerário ou é uma ausência artificial gerada pelos processos de formação de registo arqueológico e subsequente tratamento do espólio por parte das equipas de investigação? Efetivamente, é mais fácil identificar um “vaso-lucerna” num ambiente funerário, normalmente menos exposto a fenómenos pós-deposicionais, o que permite a conservação de uma boa parte da sua forma original, se não a sua integralidade, do que em

contextos onde a integração do espólio no registo arqueológico pode ter uma história que não implique somente o agente humano.

Se para alguns investigadores esta presença, extremamente fraturada, pode indiciar eventuais deposições estruturadas de um recipiente que tradicionalmente detém um cunho simbólico, no âmbito deste trabalho considera-se que o grau de fraturação da peça, assim como a sua distribuição horizontal e vertical no contexto arqueológico, são representativos da ação de agentes naturais no processo de formação do registo arqueológico.

8) Vaso suporte

Na Ponte da Azambuja 2 foi recolhido apenas um exemplar desta forma cerâmica. À semelhança do que aconteceu com o “vaso-lucerna”, também este tipo de objeto cerâmico não constava na listagem de formas realizada aquando dos trabalhos de campo. O seu reconhecimento no aparelho cerâmico do sítio em estudo surgiu apenas aquando da realização de remontagens de recipientes.

Também os vários fragmentos que compõem este recipiente se encontravam dispersos quer na planta quer na estratigrafia da estrutura negativa na qual foi reconhecido – Fosso 1 – o que dificultou de imediato a sua identificação, tendo sido inicialmente enquadrado quer no grupo dos bordo, quer no grupo dos bojos lisos.

A aplicabilidade desta forma cerâmica ao uso implícito na designação atribuída foi já questionada por alguns autores. Questões relacionadas quer com a dimensão destes objetos, quer com a estabilidade que podem oferecer aos recipientes que suportam, levaram à sua eventual conexão com instrumentos de percussão, nomeadamente pequenos tambores (Gonçalves, 1989).

No exemplar da Ponte da Azambuja 2 estranha-se a depuração da pasta utilizada no seu fabrico, que, apesar de se integrar genericamente no “tipo 1” definido para esta matéria-prima, não encontra muitos paralelos nos congéneres recipientes cerâmicos, a que se destina suportar. Questiona-se igualmente, o tratamento da superfície externa, cuidado, embora sem decoração, e a fragilidade da própria peça. Se por um lado os largos diâmetros de abertura – distintos em cada extremidade – podem oferecer estabilidade a um recipiente de médias dimensões de fundo convexo, por outro lado, a espessura reduzida das suas paredes não permitem assegurar a segurança de recipientes de iguais dimensões, com conteúdo no seu interior (*e.g.* um esférico com sementes).

Não obstante tal situação, refira-se o paralelismo da peça da Ponte da Azambuja 2 com o suporte do Monte da Tumba (com excepção para as aberturas centrais) (Silva & Soares, 1987: 61).

9) Vaso de paredes retas

Nesta categoria de recipientes estão presentes os subtipos “simples (n=3)” e “com lábio exvertido” (n=3).

Do ponto de vista da representatividade de cada tipo de forma cerâmica, as taças carenadas são, sem dúvida alguma, a forma com maior número de efetivos (n=193), correspondendo a 59% da globalidade da amostra. Seguem-se as taças, com uns escassos 13% (n=41), estando as restantes formas cerâmicas abaixo dos 10%. Regista-se, no entanto, o facto dos contentores de armazenagem, os esféricos e o globulares deterem percentagens muito próximas – entre os 5% e os 7% - o que indicia uma preocupação, no seio da comunidade que ocupou aquele espaço, na obtenção de cerâmicas utilitárias de armazenagem e, eventualmente, confeção de alimentos.

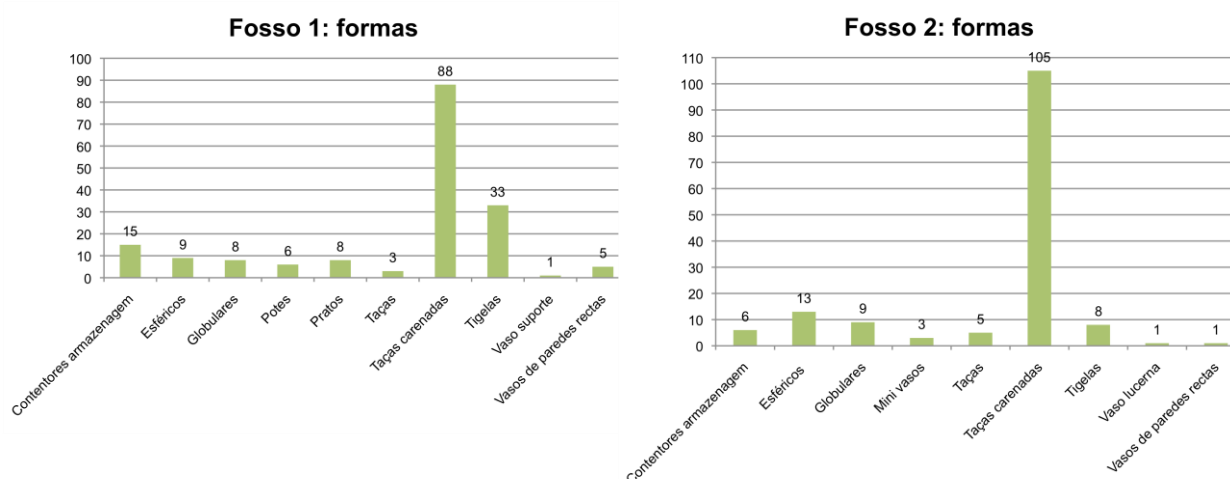


Gráfico 4. 8. Formas identificadas no preenchimento do Fosso 1, com indicação do número de exemplares

Gráfico 4. 9. Formas identificadas no preenchimento do Fosso 2, com indicação do número de exemplares

No que respeita às ausências e presenças de determinadas formas cerâmicas, em cada uma das estruturas escavadas, regista-se o facto de surgir, no Fosso 1, o único exemplar de vaso suporte existente na amostra, e, no Fosso 2, o vaso lucerna, igualmente único no conjunto. Do ponto de vista percentual, esta situação é perfeitamente residual na coleção, não

tendo qualquer expressividade, na medida em que ambos os elementos correspondem a uma percentagem inferior a uma unidade percentual.

Os recipientes classificados como “potes” e “pratos” são igualmente exclusivos do preenchimento do Fosso 1, sendo também exclusivos do Fosso 2 os míni-vasos, não havendo qualquer significado a extrair desta situação, a não ser o de um eventual desvio arqueográfico.

4.2.1.2. Elementos de preensão

No aparelho cerâmico recolhido em ambas as áreas de intervenção da Ponte da Azambuja 2 estão presentes duas formas distintas de preensão: os mamilos pega e as asas.

Este segundo modelo de preensão dos recipientes foi identificado isoladamente, em pequenas asas de rolo (n= 4) desgarradas de qualquer fragmento cerâmico, pelo que se encara com reservas esta funcionalidade. Efetivamente, ainda que o objeto em questão se assemelhe, em todos os sentidos, com as pequenas asas de rolo identificadas num escasso número de recipientes deste período cronológico (relembre-se que, após uma utilização generalizada no Neolítico Antigo, este sistema de preensão só volta a aparecer de forma generalizada na Idade do Bronze) não há qualquer indicador que permita conectá-lo inequivocamente com um recipiente cerâmico, não sendo assim possível determinar em que forma poderá ter sido utilizado. Os raros elementos enquadrados nesta tipologia foram recolhidos no interior do Fosso 1.

O mesmo já não acontece com os mamilos pega, que abundam no registo cerâmico da Ponte da Azambuja 2. Excetuando os fragmentos que apresentavam mamilos tipo “botões ou pastilha” ou “mamilos duplos” que têm, indubitavelmente, uma função decorativa, foram identificados 111 fragmentos cerâmicos com elementos de preensão, distribuídos da seguinte forma, de acordo com a sua posição no elemento conservado: (i) mamilos isolados (n=11); (ii) bojos inclassificáveis com mamilos (n=36); e, (iii) mamilos junto ao bordo do recipiente (n=64).

Posição dos elementos de preensão: mamilos

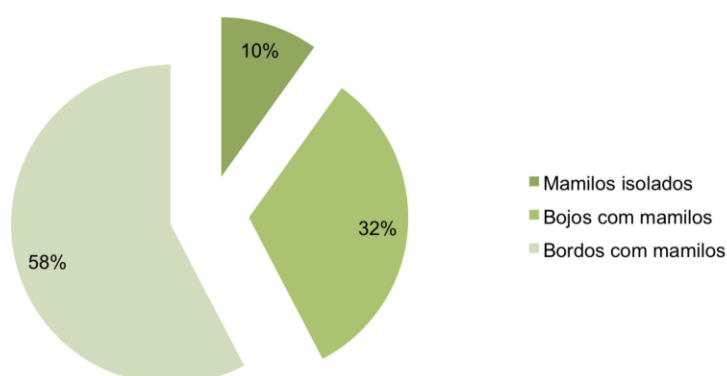


Gráfico 4. 10. Percentagem dos elementos de preensão, distribuída pelos diferentes posicionamentos no elemento conservado

Dentro da subcategoria bojos/ bordos com mamilos foi possível classificar a morfologia do recipiente em 31 fragmentos (bordos e carenas), não tendo sido possível classificar 33 fragmentos de bordo que apresentavam o elemento de preensão junto à abertura.

Assim, as formas nas quais foram aplicados mamilos, enquanto eventuais elementos de preensão, foram as seguintes: (i) pratos de bordo sem espessamento; (ii) taças abertas de base convexo aplanada; (iii) taças de bordo direito ou arredondado; (iv) taças carenadas; (v) tigelas abertas pouco profundas; (vi) tigelas fundas; (vii) esférico simples; (viii) globulares simples; e, (ix) míni-vasos.

Formas com elementos de preensão

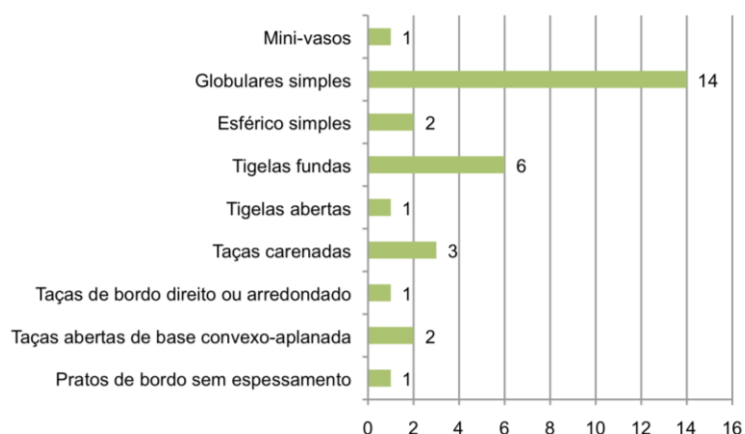


Gráfico 4. 11. Formas onde foi identificada a aplicação de elementos de preensão (neste caso, mamilos)

Os elementos de preensão podem assumir morfologias distintas, assim como dimensões igualmente divergentes, embora, à semelhança do que acontece com as formas cerâmica presentes na Ponte da Azambuja, parece haver uma padronização de estilos.

Do ponto de vista tecnológico verificaram-se dois tipos de aplicação do elemento no recipiente: a) pressão contra a parede do recipiente, após a moldagem isolada do mamilo; b) encaixe do mamilo na parede do recipiente, através de um apêndice propositadamente feito no elemento de preensão. Estão ausentes do registo da Ponte da Azambuja 2 os subtipos executados através do repuxamento da pasta ainda fresca.

Ambas as técnicas descritas foram observadas quer nos fragmentos de parede que apresentavam o arranque do elemento plástico, quer através dos mamilos identificados isoladamente.

Entre este conjunto destacam-se as seguintes situações, pela sua singularidade no conjunto estudado:

- um elemento plástico perfurado, situado na parte interna do recipiente; pelo facto do bordo presente no fragmento ser de pequenas dimensões não foi possível atribuir qualquer tipologia, não se avançando, deste modo, com qualquer proposta funcional deste componente;
- um fragmento de um míni-vaso, formalmente semelhante às tigelas fundas, no qual foi aplicado um míni-mamilo junto ao bordo, mimetizando as formas funcionais.

O significado da presença de um elevado número de recipientes com mamilos junto ao bordo no contexto da Ponte da Azambuja 2 será avaliado no final do presente capítulo, uma vez que o balanço entre recipientes mamilados / taças carenadas e pratos tem sido tradicionalmente aceite como um indicador cronológico para as ocupações.

4.2.1.3. Sistemas decorativos

À exceção dos elementos de preensão, que correspondem a aplicações plásticas, muitas vezes analisadas enquanto “decoração”, os sistemas decorativos no aparelho cerâmico da Ponte da Azambuja 2 são escassos e pouco diversificados.

Dos 15436 fragmentos cerâmicos recolhidos nas áreas escavadas apenas 11 detêm algum tipo de decoração (neste caso, excluíram-se os 111 fragmentos com mamilos integrados nos elementos de prensão, descritos no subcapítulo anterior).

Desta forma, os sistemas decorativos identificados podem ser subdivididos segundo a técnica aplicada:

- aplicação plástica (mamilos duplos, mamilo tipo “botão” ou “pastilha”, cordões plásticos) (n = 9);
- impressão (n = 1);
- incisão (n = 1).

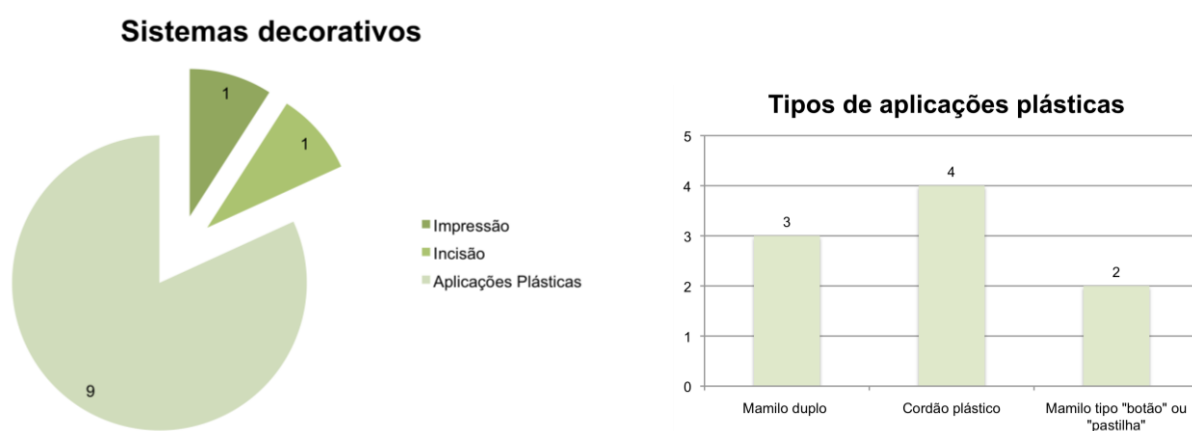


Gráfico 4. 12. Sistemas decorativos identificados na Ponte da Azambuja 2

Gráfico 4. 13. Tipos de aplicações plásticas identificadas na Ponte da Azambuja 2

Como foi referido no subcapítulo anterior, os mamilos duplos e os mamilos tipo “botão” ou “pastilha” são marcadamente decorativos, não havendo qualquer possibilidade de terem sido funcionais, do ponto de vista da prensão e manuseamento dos recipientes cerâmicos.

Deste modo, na Ponte da Azambuja 2, verifica-se que a aplicação deste tipo de decoração é efetuada maioritariamente no corpo do recipiente (bojo), havendo apenas um mamilo tipo “pastilha” efetuado junto ao bordo. Não obstante, as reduzidas dimensões do fragmente não permitiram identificar a forma. Na realidade, apenas em dois fragmentos cerâmicos foi possível aferir a forma do recipiente decorado: dois fragmentos com mamilos duplos correspondem a carenas, podendo-se assim afirmar que esta forma, que é simultaneamente a melhor representada no conjunto, apesar de uma elevada standardização, terá conhecido variáveis decoradas.

O mesmo acontece com o único exemplar com decoração incisa: trata-se de uma pequena taça carenada, cuja decoração foi executada no fundo da peça, no seu lado interno. Neste caso, o motivo decorativo escolhido é bastante significativo no mundo das sociedades agro-pastoris: trata-se de um motivo raiado, com evidentes paralelismos com os motivos solares.

Adotando uma postura meramente descritiva perante o objeto e o seu dispositivo iconográfico, observa-se:

- uma taça carenada de corpo troncocónico e carena baixa, com um diâmetro mais reduzido do que habitualmente se encontra nestas peças (cerca de 15 cm de diâmetro de abertura);
- no lado interno da peça, no seu fundo, encontra-se a representação gráfica, constituída por três linhas concêntricas realizada a partir do eixo demarcado pela carena, reduzindo o diâmetro, de modo a centralizar aquele que parece ser o motivo decorativo principal; estas linhas encontram-se afastadas cerca de 1cm entre si e parecem definir uma “cartela”;
- execução de várias linhas retas, com diferentes orientações, mas com o objetivo comum de formar um motivo raiado normalmente conectado com os motivos solares comuns, por exemplo, nas pinturas e gravuras rupestres cronologicamente enquadradas no mesmo período.

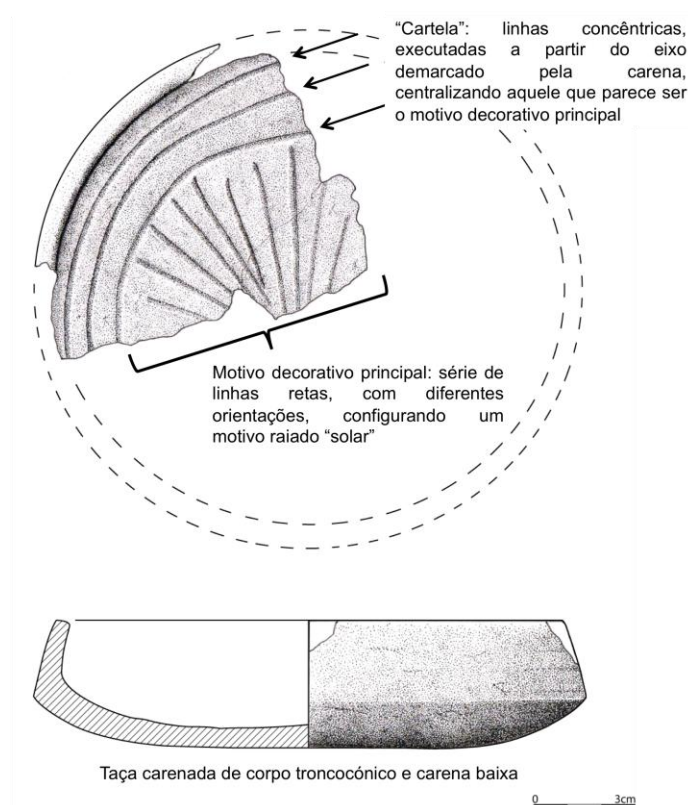


Figura 4. 1. Descrição pormenorizada da taça carenada com decoração incisa no interior (Desenho de César Neves)

Do ponto de vista cronológico, esta decoração em recipientes cerâmicos é relacionada com o período ulterior, sendo apontados exemplares quer no Alentejo, quer na Estremadura. Um desses casos é o Porto Torrão, onde variantes desta decoração aparecem associadas às formas que sucedem a taça carenada, ou seja, os pratos de bordo espessado (Valera & Filipe, 2004). Neste caso, os pratos surgem em contextos onde estão presentes cerâmicas e decorações campaniformes, não sendo assim um fiável indicador cronológico para o exemplar da Ponte da Azambuja 2. Neste sentido, e uma vez que os motivos solares raiados detêm, no âmbito das manifestações gráficas das sociedades agro-pastoris, uma diacronia ampla, considera-se que a presença desta taça carenada, com esta decoração, reforça a atribuição de uma cronologia integrada na etapa final do Neolítico para a ocupação da Ponte da Azambuja 2.

A decoração impressa foi identificada em vários fragmentos cerâmicos, com diferentes proveniências, pertencentes ao mesmo recipiente. Apesar de um desses fragmentos ter o bordo conservado não foi possível identificar a sua morfologia, não estando, deste modo, integrado em qualquer tipo definido no catálogo de formas anteriormente apresentado (vd. Tabela 4.2).

Trata-se de uma decoração efetuada através de puncionamento individual, que, no fragmento que detém o bordo, parece ter uma organização vertical que se torna aleatória no corpo do recipiente, não se sabendo se o conjunto perfaz algum tipo de figura. Em nenhum dos fragmentos foi identificada a designada “pasta branca” que muitas vezes, preenche esses mesmos puncionamentos, em recipientes cronologicamente integrados no mesmo período da ocupação da Ponte da Azambuja 2

4.2.2. Colheres

Foram recolhidos cinco fragmentos de colheres na Ponte da Azambuja 2, todos eles provenientes do preenchimento do Fosso 1. Nestes cinco fragmentos reconheceram-se dois componentes distintos destes objetos: estão presentes as designadas pás (n=2) e pequenos fragmentos de cabos (n=3).

De acordo com os grupos formais estabelecidos para o Complexo Arqueológicos do Perdigões, os exemplares da Ponte da Azambuja 2 integram-se no grupo das “pequenas colheres de pá oval ou elipsoidal, com cabo pontiagudo e pouco desenvolvido; a concavidade da pá é pouco profunda” (Lago *et alii*, 1998:100).

No caso dos fragmentos de colher recolhidos na Ponte da Azambuja 2, devido ao seu estado de conservação (fratura antiga), não é possível definir o tipo de cabo, conforme a descrição citada, tendo sido efectuada a sua integração neste grupo tipológico a partir da forma e das dimensões da concha, sendo esta situação comum a todos os exemplares, mesmo aqueles que foram identificados como “cabos de colher”.

4.2.3. “Queijeiras”

Dentro do espólio cerâmicos da Ponte da Azambuja 2 foram identificados 10 fragmentos integráveis no tipo de recipiente amplamente designado na bibliografia arqueológica por “queijeiras”.

Tratam-se de fragmentos cerâmicos perfurados, que apresentam uma superfície externa alisada, que contrasta com uma superfície interna bastante rugosa, em parte devido ao facto das perfurações serem executadas a partir do exterior para o interior do recipiente, quando a pasta ainda estaria fresca.

No que respeita à sua proveniência dentro da área escavada, todos os fragmentos foram recolhidos no preenchimento do Fosso 1, tendo, contudo, diferentes posições estratigráficas: tanto surgem na camada 101 (n=8), como na camada 102 (n=2). Ainda que planimetricamente haja uma concentração de fragmentos na mesma quadrícula (M/7), estes não permitiram a colagem entre si. Porém, a hipótese de pertencerem a um único recipiente não está descartada. No entanto, uma vez que estão identificados dois bordos que reportam dois diâmetros distintos, considera-se, para efeitos de contagem, um número mínimo de duas “queijeiras”.

No caso dos fragmentos da Ponte da Azambuja 2 não se reconheceu qualquer diferenciação na morfologia e na dimensão das perfurações, que podem ter até 2 mm de diâmetro e uma morfologia entre a cilindroide e a troncocónica.

Dos fragmentos que apresentavam bordo verificou-se a presença de formas cilíndricas, eventualmente em “mangas abertas”.

Este recipiente cerâmico está tradicionalmente conectado com o período da “revolução dos produtos secundários”, na medida em que se considera que a sua utilização está relacionada com a transformação do leite, facto deste logo constatado pela nomenclatura que lhe foi atribuída. Assim, devido aos paralelismos etnográficos entre esta forma cerâmica e os cinchos que ainda hoje são utilizados para a elaboração de queijos, é comumente aceite que estas formas cerâmicas consagram o aproveitamento do leite. Gonçalves (2003), por exemplo, afirma que “ [...] são indiscutivelmente um artefacto do 3.º milénio, particularmente da sua primeira metade” (Gonçalves, 2003: 256).

Mas, se por um lado, uma análise ao panorama cronológico dos contextos em que este tipo de recipiente surge, pode efetivamente comprovar um incremento da sua utilização a partir do 3.º milénio – ainda que surjam igualmente em contextos da “ [...] fase terminal do processo de consolidação do sistema agro-pastoril [...]” (Sousa, 2010:333), a verdade é que, por outro lado, nada, para além dos paralelos etnográficos, indicam a sua funcionalidade enquanto “queijeiras”.

No SW Peninsular ainda não foram realizadas análises aos ácidos gordos eventualmente presentes nas superfícies destas cerâmicas, de modo a atestar a sua efetiva utilização. O mesmo já não acontece no restante espaço europeu, onde este tipo de análise tem sido desenvolvido. Apesar dos diferentes indicadores bioquímicos suportarem e documentarem a utilização do leite a partir do 5.º milénio a.n.e. (Copley *et alii*, 2003), “A análise dos “jarros de leite” valorizados por Sherratt não evidenciou a presença láctea (Craig *et alii*, 2003) o que

também indica a fragilidade dos indicadores estritamente morfológicos dos recipientes cerâmicos” (Sousa, 2010:334).

Deste modo, questiona-se: (1) serão estes recipientes efetivamente “queijeiras”? (2) Se forem, podem ser um indicador cronológico fiável? (3) Ou deve-se antes questionar as certezas existentes em relação a esse enquadramento?

No que respeita à primeira pergunta, o facto das “queijeiras” da Ponte da Azambuja 2 apresentarem um interior rugoso e pouco cuidado, contrastando com a superfície externa, alisada e bastante depurada, suscita dúvidas quanto à utilização deste utensílio no manuseamento de produtos lácteos. De facto, recorrendo às tradicionais formas de fazer queijo, facilmente se depreende que é a parte interna da peça que contacta com o produto que se pretende manipular, não fazendo assim sentido que se cuide do lado externo em detrimento do interno.

Não sendo objetivo desta análise debater exaustivamente a função destes objetos, nem tão pouco “lançar ruído” com propostas alternativas, não se pode deixar de referir o facto que, etnograficamente, estão igualmente documentados recipientes perfurados destinados à confeção de alimentos através da técnica do vapor (de Lestrage & Gessain, 1976).

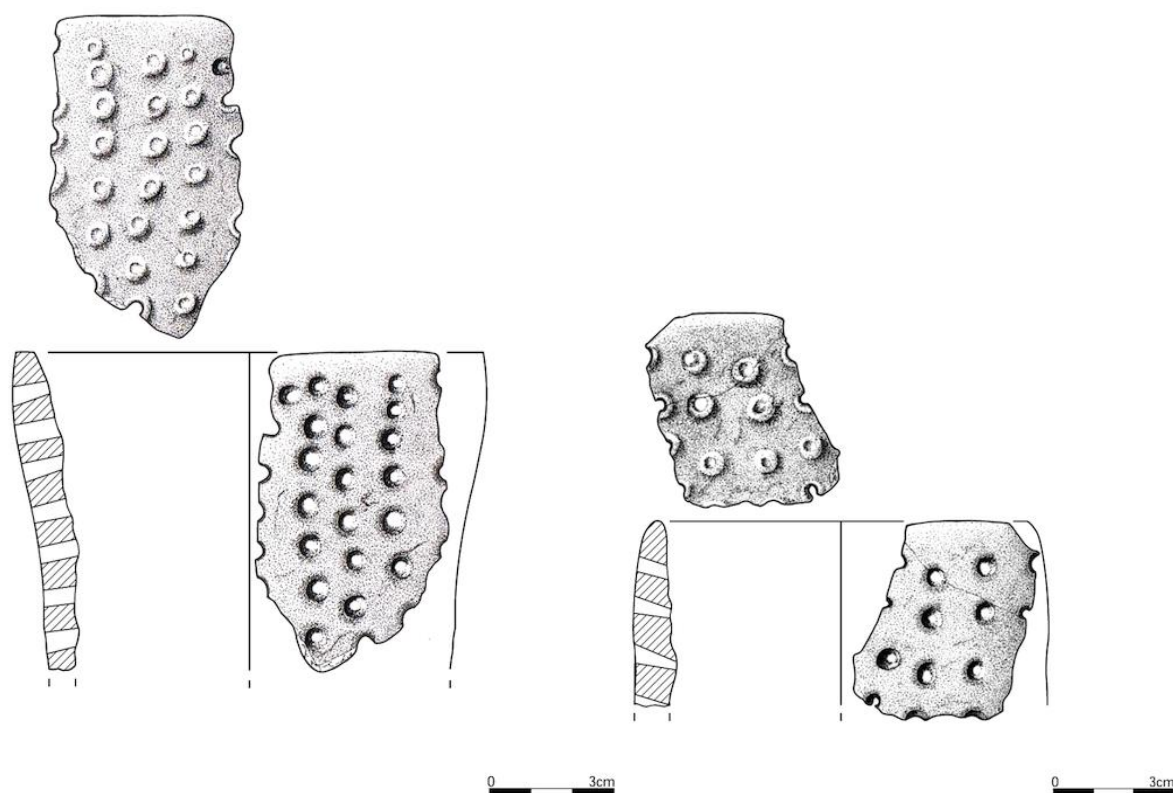


Figura 4. 2. Representação gráfica das queijeiras cilíndricas, tipo “manga aberta” recolhidas na Ponte da Azambuja 2 (Desenho de César Neves)

Assim, estando ainda por apurar a real utilização destes recipientes, considera-se, no âmbito do contexto estudado, que a atribuição de uma cronologia integrada nas primeiras etapas do 3.º milénio a.n.e. para a ocupação do sítio, baseada exclusivamente na presença deste tipo cerâmico, é precoce e inconsistente, na medida em que todo o conjunto da cultura material da Ponte da Azambuja 2 não aponta nesse sentido.

Relembre-se ainda, que à semelhança do que acontece na Ponte da Azambuja 2, outros contextos há, cronologicamente integrados na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., onde surgem estes característicos fragmentos cerâmicos. Contudo, verifica-se muitas vezes um “encaixe” acrítico destes recipientes numa fase “revolução dos produtos secundários”, admitindo-se imediatamente que a sua entrada num contexto pertencente ao Neolítico Final se deve a problemas pós-deposicionais, ainda que mais nenhum outro objeto pertencente a essa realidade assim seja enquadrado.

Saindo do âmbito regional em análise, e procurando um trabalho recente que reflita essa situação, refira-se, por exemplo, o caso do sítio do Penedo do Lexim (Estremadura). Neste sítio, os fragmentos de “queijeiras” recolhidas no *Locus* 1 (n=7) – correspondente ao local onde foi identificada a fase mais antiga da ocupação, crono-culturalmente integrada no mesmo âmbito que a Ponte da Azambuja 2 – são relacionados com “ [...] os problemas estratigráficos deste contexto, [...] [considerando-se] a hipótese de migrações de materiais” (Sousa, 2010: 336). Contudo a mesma autora não tem qualquer preconceito em aceitar a utilização do leite numa fase anterior ao 3.º milénio, ainda que os indicadores indiretos existentes no sítio – fauna mamalógica – apontem para uma alteração de paradigma na exploração animal apenas na transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. (Sousa, 2010).

Deste modo, reforça-se a ideia anteriormente exposta e responde-se às perguntas anteriormente elencadas com os números (2) e (3): não havendo, até à data, dados empíricos irrefutáveis acerca da utilização destes recipientes na preparação de laticínios, não parece viável atribuir-lhes uma cronologia baseada numa hipótese interpretativa cuja aplicabilidade começa a ser seriamente questionada. Do mesmo modo, torna-se importante refletir acerca dos processos de formação dos depósitos onde surgem estes fragmentos e a homogeneidade da cultura material desses contextos, para que se possa efetuar uma real e efetiva indicação cronológica acerca do seu aparecimento.

Assim, no âmbito desta dissertação considera-se que o enquadramento cronológico do contexto em estudo com base na presença/ ausência deste tipo de cerâmica pode ser redutor, devido à falibilidade dos dados empíricos disponíveis.

4.2.4. “Biberon”

Foi identificado um fragmento de cerâmica, cilíndrico, apresentando uma perfuração do seu interior, que ocorre transversalmente à peça. A sua integração num recipiente cerâmico não é segura, contudo a abertura de “paredes” numa das suas extremidades pressupõe esta situação.

Aparentemente, parece tratar-se de um fragmento aos quais tem sido atribuída a designação de “biberon”, com paralelos crono-culturais quer na Igreja Velha de São Jorge (Soares, 1994), quer em Papa Uvas.

Este fragmento cerâmico é proveniente do preenchimento do Fosso 1, Quadrícula M7, Camada 101, nível artificial 2.

4.2.5. Disco

Foi recolhido um pequeno disco em cerâmica, idêntico aos que em contextos históricos se designam por “malha de jogo”.

O seu contexto de proveniência reporta-se ao *Locus* 2, Fosso2, e corresponde a uma recolha de superfície.

O facto de se tratar de um elemento completamente isolado no cômputo geral da coleção, e da escassez de elementos semelhantes documentados na bibliografia disponível, não permite assumir propostas funcionais desta peça. Refira-se, no entanto, que no sítio dos Perdigões está referida a sua presença, embora provenientes de contextos de superfície (Lago *et alii*, 1998).

4.2.6. Outros materiais cerâmicos

Enquadrado neste singular grupo encontra-se uma única peça, que, na ausência de paralelos, se considerou “indeterminada” não só na sua tipologia, mas também na sua funcionalidade.

Na ausência de indicadores que permitissem enquadrá-la no grupo dos artefactos de uso doméstico ou no grupo dos artefactos relacionados com o subsistema simbólico, optou-se por não avançar com qualquer classificação, ficando restrita ao grupo dos artefactos realizados em argila – os “materiais cerâmicos”. Aguarda-se o conhecimento de um paralelo, que eventualmente surja num contexto indicador do seu hipotético uso.

Embora exista este obstáculo, não se considera que é impeditivo da realização da sua descrição exaustiva.

Esta peça provém do interior do Fosso 2, mais concretamente da quadrícula E/20, camada 201, nível artificial 2.

As suas dimensões são as seguintes: altura – 55mm; largura nas extremidades – 20,23mm/ 20,05mm.

Encontra-se com a sua morfologia intacta, embora se verifique desgaste antigo nas suas extremidades, em ambas as laterais.

Do ponto de vista morfológico, trata-se de um objeto com um perfil transversal oval, elaborado, com um rolo de argila, convergente nas extremidades, estando as quatro pontas perfeitamente definidas, apresentando-se, no entanto, fraturadas.

4.2. Indústria Lítica

4.2.1. Materiais de Pedra Lascada

O conjunto de materiais de pedra lascada do sítio da Ponte da Azambuja 2 é composto por 2606 peças, distribuídas quer pelas duas áreas de intervenção (provenientes do preenchimento das estruturas negativas), quer pelas recolhas de superfície efetuadas nas imediações das áreas escavadas e dos sedimentos que haviam sido removidos mecanicamente.

Do interior do Fosso 1 foram recolhidas 2098 peças, enquanto que do Fosso 2 foram exumados 407 elementos de pedra lascada, restando 101 exemplares integráveis nesta categoria, que correspondem às recolhas de superfície.

Do ponto de vista da distribuição horizontal no interior do Fosso 1, verifica-se uma maior concentração de líticos de pedra lascada nas quadrículas centrais da área escavada, sendo em menor número nas extremidades da zona de intervenção. Estratigraficamente denota-se que, nas primeiras camadas de enchimento do fosso, a presença destes elementos é residual (camadas 102 e 104), aumentando substancialmente na última camada de preenchimento – 101. Abaixo segue uma representação esquemática desta situação.

M

Distribuição Horizontal

87	433	791	622	144	22
4	5	6	7	8	9

Distribuição Vertical

QUADRÍCULA	CAMADA	N.º LÍTICOS
M4	101	86
	102	1
	104	-
M5	101	429
	102	4
	104	-
M6	101	776
	102	12
	104	3
M7	101	574
	102	46
	104	2
M8	101	126
	102	17
	104	1
M9	101	21
	102	1
	104	-

Esquema 4. 4. Distribuição horizontal e vertical da indústria de pedra lascada recolhida no preenchimento do Fosso 1, *Locus* 1

No caso do Fosso 2, a distribuição destes artefactos é um pouco distinta: horizontalmente verifica-se uma maior concentração de líticos nas quadrículas a Norte, pelos mesmos motivos já explicitados no caso dos materiais cerâmicos (vd. 4.2) no entanto, do ponto de vista estratigráfico, observa-se uma dispersão vertical acentuada, pelos diferentes

níveis artificiais que subdividiram a única camada de enchimento identificada (camada 201). O esquema abaixo apresentado ilustra esta situação.

Distribuição Horizontal		QUADRÍCULA	CAMADA	N.A.	N.º LÍTICOS
21	78	D20	201	1	28
	203			2	3
20	34			3	-
	37			4	-
				5	6
		1		5	
		E20		2	9
3				26	
4				4	
5	11				
6	-				
D21	1	2			
	2	4			
	3	6			
	4	46			
	5	20			
E21	1	-			
	2	-			
	3	129			
	4	48			
	5	20			
E20,21	6	6			
	-	34			

Esquema 4. 5. Distribuição horizontal e vertical da indústria de pedra lascada recolhida no preenchimento do Fosso 2, *Locus* 2

A dispersão destes materiais pelas camadas identificadas em escavação e respetiva subdivisão artificial induzem, por um lado, o tipo de preenchimento que poderá estar na origem do processo de formação do registo arqueológico (vd. Capítulo 5), e, por outro lado, impossibilitam uma análise de áreas funcionais específicas relacionadas com o talhe da pedra, uma vez que se encontram claramente em posição secundária.

A amostra analisada remete para cenários diferenciados de exploração dos recursos naturais, nomeadamente no que concerne às matérias-primas utilizadas, assim como diferentes abordagens tecnológicas perante o suporte. Como se verá adiante, estão presentes no sítio rochas indubitavelmente de origem local e rochas que deverão ter sido obtidas em regiões que fogem à área de captação de recursos da comunidade que ocupou aquele espaço, detendo estas últimas, um aproveitamento distinto das primeiras.

Refira-se ainda que a utilização, durante o processo de escavação, de uma malha de crivo apertada (4mm) associada à aplicação do elemento água, para lavagem dos sedimentos que se encontravam bastante compactados, permitiu a recolha praticamente integral do

material conservado nas áreas de intervenção. Tal facto pode ser constatado, por exemplo, no elevado número de esquirolas inferiores a 10 mm e resíduos de talhe superiores a esse valor, assim como na recuperação de lamelas de dimensões reduzidas, como se verá adiante.

Uma vez que não se verificaram diferenças assinaláveis quer numa, quer noutra área escavada, e se considera que ambas as estruturas foram preenchidas na mesma etapa cronológica e cultural, o conjunto de materiais de pedra lascada recolhido na Ponte da Azambuja 2 foi tratado como um todo, procurando-se, no entanto, efetuar a distinção entre áreas sempre que se considerou necessário.

4.2.1.1. Matérias-primas e áreas de proveniência

No cômputo geral da amostra estudada, refletido na Tabela 4.3., existem características que, de imediato, se evidenciam.

A primeira, será, desde logo, a de um conjunto muito pouco diversificado no que respeita ao aproveitamento de matérias-primas. Efetivamente apenas quatro rochas foram substancialmente utilizadas, havendo um conjunto de oito, algumas das quais correspondentes a variantes das mais utilizadas, cujo número, absolutamente residual, não perfazia 1% da coleção. Assim sendo, na amostra da indústria de pedra lascada recolhida no sítio da Ponte da Azambuja 2 reconhece-se a utilização do quartzo, quartzo hialino, do sílex e do chert, como as matérias-primas mais utilizadas na amostra analisada (ainda que o sílex e o chert juntos correspondam apenas a 3% da coleção).

A segunda constatação óbvia, é a da utilização do quartzo como matéria-prima preferencial, figurando 86% dos efetivos. Se a este número se somar a sua variante cristalina de hialino, correspondente à segunda matéria-prima mais utilizada (10%), obtém-se uns expressivos 96% na globalidade do conjunto, que podem ainda ser ligeiramente ampliados se considerarmos as variantes deste mineral integradas na categoria “outras” (quartzo rosa, quartzo com turmalina, quartzo fumado).

Todas as fases da cadeia operatória do quartzo encontram-se presentes no grupo estudado, atestando o talhe local deste mineral. No entanto, é o elevado número de resíduos de talhe que aumenta exponencialmente a percentagem do quartzo sobre todas as outras matérias-primas. A conclusão óbvia de que os resíduos não estariam presentes se o talhe não fosse efetivamente realizado no sítio arqueológico, não explica, contudo, o grande número de

elementos desta categoria tecnológica, devendo este dado ser antes associado às características intrínsecas do seu talhe.

INVENTÁRIO GERAL DOS MATERIAIS DE PEDRA LASCADA							
CATEGORIA TECNOLÓGICA		QUARTZO	QUARTZO HIALINO	SÍLEX	CHERT	OUTRAS	TOTAL
Núcleos	Seixo rolado	-	-	-	-	1	1
	Núcleo poliédrico	20	-	-	-	-	20
	Núcleo bipolar	1	-	-	-	-	1
	Flanco	8	-	2	-	1	11
	Núcleo esgotado	4	-	-	-	-	4
	Fragmento núcleo	4	1	-	-	-	5
Produtos de Debitagem	Lascas corticais	22	-	-	-	-	22
	Lascas semi-corticais(> 50% córtex)	1	-	-	-	-	1
	Lascas semi-corticais(< 50% córtex)	23	2	-	-	-	25
	Lascas não corticais	97	2	2	-	2	103
	Lâminas	2	-	1	-	1	4
	Lamelas	7	23	2	2	3	37
Resíduos de Talhe	Acidentes de Siret	21	-	1	-	1	23
	Resíduos de talhe (<10mm)	668	89	10	6	9	782
	Esquirolas (>10mm)	1338	136	18	1	14	1507
Utensílios	Lasca retocada	4	2	-	-	4	10
	Lâmina retocada	1	-	1	6	1	9
	Lamela retocada	-	-	1	2	-	3
	Fragmento retocado	-	2	-	1	-	3
	Entalhe	3	-	1	-	-	4
	Broca	-	-	-	1	1	2
	Geométrico	-	-	1	-	-	1
	Peça esquirolada	2	-	-	-	-	2
	Ponta de seta	4	2	3	3	-	12
	Percutor	9	-	-	-	5	14
TOTAL		2239	259	43	22	43	2606

Tabela 4. 3. Inventário geral dos materiais de pedra lascada recolhidos na Ponte da Azambuja 2, distribuídos por categoria tecnológica e matéria-prima; no subgrupo genericamente designado por “outras” foram incluídas as matérias-primas que não perfaziam 1% na totalidade da amostra, na qual se incluem: *i*) quartzo fumado; *ii*) quartzo com turmalina; *iii*) quartzo rosa; *iv*) quartzito; *v*) lidito; *vi*) jaspe; *vii*) calcedónia; *viii*) xisto; *ix*) indeterminadas

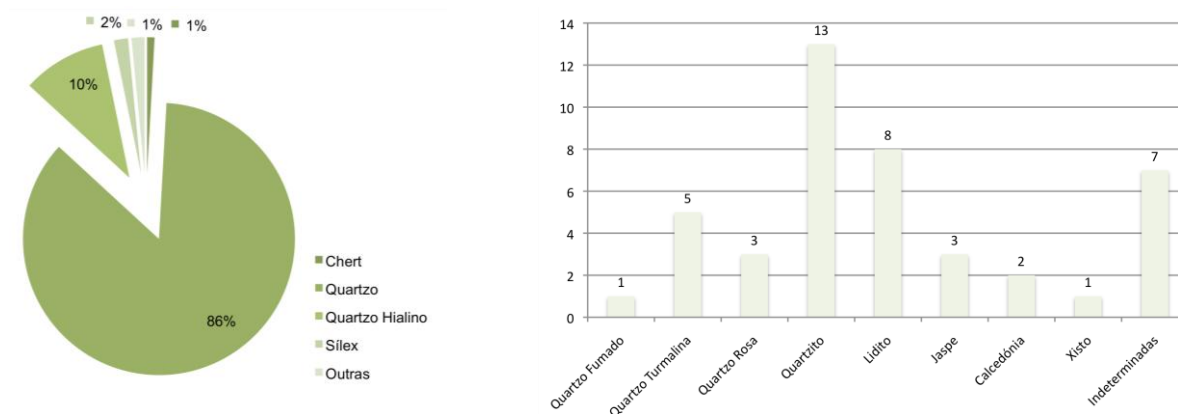


Gráfico 4. 14. Percentagem das matérias-primas debitadas na Ponte da Azambuja 2

Gráfico 4. 15. Número de líticos associados a cada uma das matérias-primas agrupadas na categoria "Outras"

No entanto, esta situação preferencial do quartzo regride quando se analisa a utensilagem recolhida no sítio. Neste caso, o quartzo e o quartzo hialino juntos somam 27 utensílios, entre os quais nove correspondem a percutores, enquanto o sílex e o chert agrupados totalizam 21 utensílios, sem percutores, sobrepondo-se aos quartzos nas categorias das lâminas e lamelas retocadas, assim como nas pontas de seta.

Se por um lado, os quartzos foram intensivamente utilizados no local, para obtenção dos mais diversos produtos de debitage, por outro lado o talhe do sílex e do chert parece estar direccionado para a obtenção de utensílios, facto que atesta uma estratégia de exploração diferenciada na indústria da pedra lascada.

A presença residual dos núcleos destas matérias-primas – refira-se que há apenas dois flancos em sílex – reporta uma das seguintes situações: ou se trata de um desvio arqueográfico, resultante da reduzida área de escavação, ou reflete a preparação dos produtos num outro local que não a Ponte da Azambuja 2. Ainda que a primeira hipótese deva ser considerada, a igual escassez de produtos de debitage e de resíduos de talhe nestas rochas, permitem direccionar o discurso para o sentido da segunda alternativa. Se existem os utensílios, porque não aparecem os núcleos? Esta é uma explicação consentânea com as áreas de obtenção destas matérias-primas, que não só não se encontram nos limites da área de captação de recursos da Ponte da Azambuja 2, como também não parecem ter correspondência na sua origem, como se verá adiante.

Outra característica dos materiais de pedra lascada deste sítio é, como foi já anteriormente referido, a escassa presença de várias matérias-primas, que, na Tabela 4.3., aparecem associadas a um grupo que se designou genericamente por "Outras". Trata-se de várias peças pertencentes a diferentes categorias tecnológicas, cuja percentagem na avaliação

do conjunto analisado não perfazem 1% da globalidade. Dentro deste grupo encontram-se variantes do quartzo – quartzo fumado, quartzo com turmalina e quartzo rosa – quartzito, lidito, calcedónia e xisto, havendo ainda um número muito restrito de peças (maioritariamente resíduos de talhe), cuja identificação não é possível assegurar. Como se pode verificar pelo Gráfico 4.15, o quartzito é a rocha dominante deste pequeno conjunto, com 13 peças, das quais cinco correspondem a percutores.

Neste âmbito salienta-se ainda o lidito, pelo facto de apresentar, dentro dos oito elementos executados sob esta rocha, cinco peças pertencentes à categoria dos produtos alongados – lâminas e lamelas – e utensílios (broca).

Posto esta breve análise da distribuição das matérias-primas pelas diferentes categorias tecnológicas e o respetivo número global de presenças, veja-se agora a proveniência dos suportes utilizados na execução dos materiais de pedra lascada, pela comunidade que ocupou a Ponte da Azambuja 2.

Um trabalho recente sobre um sítio cronologicamente integrado no Neolítico Antigo – Laginha 8 – localizado a cerca de 8km a NW da Ponte da Azambuja 2, desenvolveu “ [...] uma abordagem geoarqueológica relativamente ao aprovisionamento das matérias-primas líticas [...]” (Gaspar, 2009: iv) da indústria recolhida nesse sítio arqueológico. Ainda que o conjunto analisado nesse trabalho tenha características tecnológicas distintas da amostra da Ponte da Azambuja 2, as matérias-primas reconhecidas quer num, quer noutro sítio são bastante similares. Embora esse estudo tenha realizado uma análise microscópica petrográfica para reconhecimento e descrição das rochas em análise, estudo esse que não foi concretizado no presente trabalho, considera-se que a descrição macroscópica realizada no primeiro em tudo se assemelha às características visíveis a olho nu nas rochas identificadas na Ponte da Azambuja 2. Deste modo, considerou-se pertinente a aceitação das áreas de obtenção de recursos utilizadas pelo grupo do Neolítico Antigo para a Ponte da Azambuja 2, ainda que com as devidas reservas.

De modo a completar esse registo, foi também consultado o trabalho de investigação realizado para outro sítio cronologicamente integrado nas primeiras etapas do Neolítico regional – Valada do Mato (Diniz, 2007) –, de modo a preencher eventuais lacunas no registo do primeiro.

Assim sendo, veja-se o que se sabe acerca da proveniência de cada uma das matérias-primas mais significativas identificadas na Ponte da Azambuja 2.

1. Quartzo e variedades cristalinas (quartzo hialino, rosa, fumado e com turmalina)

Gaspar (2009) refere dois locais possíveis para o abastecimento desta matéria-prima:

- a) a Oeste de Monte do Trigo, num local muito próximo da Ponte da Azambuja 2, onde foram identificados veios de quartzo significativos, que poderão corresponder a uma fonte de matéria-prima de origem primária (FMPOP);
- b) junto ao Rio Degebe, na Formação de Ossa, cujo corte efetuado pelo curso de água provoca o desprendimento de blocos deste mineral, podendo esta área corresponder a uma fonte de matéria-prima de origem secundária (FMPOS) (Gaspar, 2009).

Ambas as localizações remetem as fontes de matérias-primas para uma distância inferior a 10km do sítio arqueológico em estudo, o que significa o aprovisionamento direto desta rocha, através da exploração dos recursos naturais envolventes. Esta situação pode ser a explicação óbvia para a sua utilização primordial neste tipo de indústria.

2. Sílex

Ainda que no sítio da Laginha 8, nomeadamente no estudo petrográfico já mencionado, não esteja documentada a presença do sílex, na Valada do Mato reconhece-se esta rocha como matéria-prima preferencial (Diniz, 2007).

No trabalho desenvolvido por Diniz (2007), a autora relaciona a sua presença maioritária como uma “ [...] estratégia de obtenção de recursos não regionais” (Diniz, 2007).

Para esta constatação contribuem:

- a) a presença de córtex de alteração espesso, característico de fontes de matéria-prima primárias;
- b) a escassez desse mesmo córtex na grande maioria das peças, que é relacionada com a sua limpeza nas áreas mais próximas à sua fonte;
- c) a ausência de depósitos de terraço cartografados na região, que permita estabelecer uma relação entre as peças com córtex de alteração rolado ou córtex de seixo.

Deste modo, aponta-se como eventuais áreas de aprovisionamento do sílex da Valada do Mato, as jazidas cartografadas e referenciadas na Estremadura, Serra da Arrábida, Serra do Cercal e Cabo de Sagres (Diniz, 2007).

Ora, na Ponte da Azambuja 2 existe apenas um utensílio que apresenta córtex – um entalhe – que, aparentemente, se integra na categoria do córtex de alteração espesso. Todas as

outras peças sobre esta rocha são não corticais, o que permite assumir um cenário idêntico ao que Diniz formulou para a Valada do Mato. Deste modo, considerando as áreas de proveniência supramencionadas, verifica-se que todas elas se localizam junto à costa atlântica portuguesa, distanciando-se a mais de 100km, em linha reta, do sítio da Ponte da Azambuja 2.

Assim, considera-se que a entrada do sílex no sítio em análise, corresponde a um aprovisionamento indireto, conseguido através do intercâmbio com outras comunidades.

3. Chert

Embora esteja atestada a presença de chert nos trabalhos acima citados, nenhuma das autoras chega a uma conclusão quanto à fonte desta matéria-prima. Se para Diniz “a obtenção do [...] chert de grão fino [...] coloca, no entanto problemas cuja resolução não é imediata” (2007: 80), para Gaspar “ [...] uma das hipóteses para o aprovisionamento desta matéria-prima lítica para a Lajinha 8 será a utilização das mesmas FMP [fontes de matéria-prima] (não identificadas até ao momento) que o grupo humano da Valada do Mato terá utilizado ou o intercâmbio desta litologia com grupos humanos coevos oriundos daquela região” (2009: 45).

O chert identificado na Ponte da Azambuja 2 equivale ao chert de grão fino, referido em ambos os estudos mencionados. Ainda que nenhuma das investigadoras avance com uma eventual área de proveniência, considera-se, no âmbito do presente trabalho, que um dos locais que pode ser ponderado como a fonte desta matéria-prima se localize a Sul, mais concretamente na região de Serpa. Embora não exista disponível, de momento, cartografia geológica publicada para esta região, a consulta do trabalho de investigação de Fonseca (Fonseca, 1995) no âmbito da dissertação de mestrado da signatária (Rodrigues, 2006) permitiu relacionar os artefactos líticos em chert do sítio então estudado – Casa Branca 7 –, com as unidades geológicas que Fonseca definiu como “Unidade da Ribeira do Enxoé” e “Unidade da Herdade do Peixoto” (Fonseca, 1995).

Deste modo, se atendermos a esta localização, e na ausência de qualquer outra hipótese explicativa, o chert, à semelhança do sílex, entraria no sítio da Ponte da Azambuja 2 através de um esquema de intercâmbios de matérias-primas, já que a região aqui definida como uma das prováveis áreas de procedência dista cerca de 60km, em linha recta, do sítio em estudo.

Ramos Millán (1986) defende que existem apenas dois modos de aprovisionamento das matérias-primas: o directo, através da exploração do meio envolvente do sítio ocupado pelos diferentes grupos humanos, e, o indirecto, através do intercâmbio com outras comunidades, de áreas geográficas distintas do local em estudo, também elas exploradoras do seu território imediato. Para este autor, o modo directo reflecte, por um lado, um profundo conhecimento do meio em que as comunidades se organizam e movimentam, e, por outro lado, a perícia no manuseamento das diferentes matérias-primas disponíveis e suas principais características.

Ao longo da descrição das eventuais áreas de aprovisionamento das principais matérias-primas da Ponte da Azambuja 2, efetuou-se, de imediato, o reconhecimento dos modos de abastecimento, tendo ficado claro que aquela que corresponde à rocha mais utilizada por aquela comunidade, é também a rocha que fica mais próxima do sítio.

Este tipo de comportamento demonstra não só as ilações supramencionadas, da autoria de Ramos Millán, mas um verdadeiro enraizamento daquela comunidade na região, num regime plenamente sedentário, o que contrasta com alguns modelos interpretativos existentes para os recintos de fossos do SW Peninsular. Não obstante, esta constatação será apenas desenvolvida adiante (Parte 3 da dissertação).

No que respeita ao sílex e ao chert, como também foi já anteriormente referido, para além de poderem corresponder a rochas alóctones, que entraram indirectamente no seio daquela comunidade, refletem também eventuais contactos com diferentes áreas regionais. Assim, o sílex poderá ter sido obtido em áreas geográficas mais próximas do litoral, enquanto que o chert poderá ter sido abastecido em regiões mais interiores, localizadas a sudeste da Ponte da Azambuja 2. Estas áreas de aprovisionamento “desenham” uma centralidade deste território, em relação a áreas geográficas de carácter atlântico (Penínsulas de Lisboa e Setúbal) e regiões interiores, mais receptivas a eventuais influências mediterrânicas. Também esta temática será desenvolvida na terceira parte da dissertação.

A sua utilização, embora não exclusiva, mas preferencialmente quer em produtos alongados, quer em utensílios, podem ainda traduzir uma economia sustentada e de aproveitamento racional dos recursos não disponíveis na área de captação de recursos da comunidade que ocupou a Ponte da Azambuja 2.

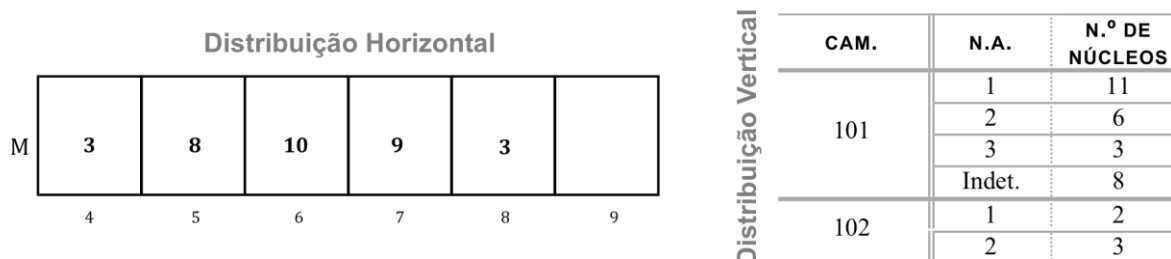
4.2.1.2. Economia de debitagem

○ Núcleos

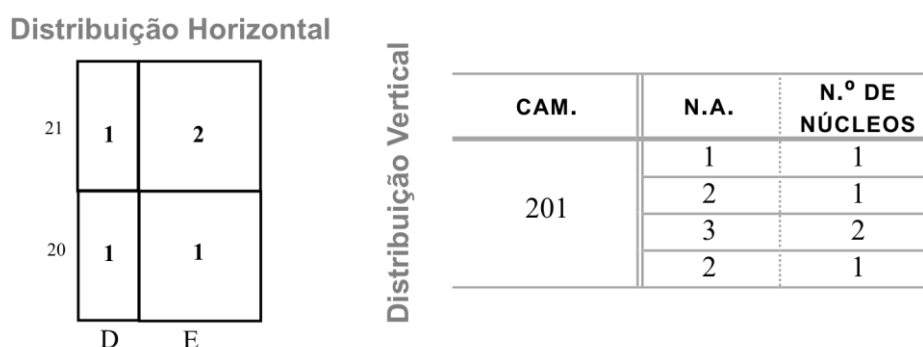
Na Ponte da Azambuja 2 foram recolhidas 42 peças inseridas na categoria tecnológica dos núcleos, que vai desde o seixo rolado, ao flanco e fragmento de núcleo. Este número correspondente apenas a 2% da globalidade dos materiais de pedra lascada.

A sua distribuição espacial é bastante diversa nas áreas escavadas: enquanto que do preenchimento do Fosso 1 são provenientes 33 exemplares, no Fosso 2 apenas foram recolhidos cinco peças, havendo quatro núcleos correspondentes a recolhas de superfície.

A sua distribuição horizontal e vertical, pelas duas áreas escavadas, pode ser esquematicamente representada da seguinte forma:



Esquema 4. 6. Distribuição horizontal e vertical dos núcleos recolhidos no preenchimento do Fosso 1, *Locus 1*



Esquema 4. 7. Distribuição horizontal e vertical dos núcleos recolhidos no preenchimento do Fosso 2, *Locus 2*

Do conjunto presente na Ponte da Azambuja 2 destacam-se os núcleos de quartzo, que apresentam diversas morfologias, havendo, no entanto, um maior número de núcleos poliédricos, que demonstram uma ausência de organização do plano de debitagem. Salienta-se ainda, a rara presença de núcleos em quartzo hialino, apesar desta ser a segunda matéria-prima mais debitada, e a ausência de núcleos de rochas presentes noutras categorias

tecnológicas, como é, por exemplo, o caso do chert, sob o qual foram efetuados diversos utensílios.

No caso dos núcleos em quartzo verifica-se, sempre que o córtex está presente, a preferência pelos seixos, abundantes junto às linhas de água próximas ao sítio. Esta constatação permite perceber a variedade de qualidades desta matéria-prima no sítio em análise, uma vez que regista-se tanto a presença de quartzo de muito boa qualidade e apetência para o talhe, assim como quartzo de qualidade inferior, com abundantes clivagens.

Este último fator, conjugado com a presença de apenas quatro núcleos esgotados, assim como o facto da maior parte destes objetos pertencerem a uma categoria que remete para peças informes, pressupõe que o talhe do quartzo esteja correlacionado com uma estratégia expedita, de redução aleatória, orientada para a obtenção de lascas, embora estejam presentes os produtos alongados sob esta matéria-prima. Estranha-se assim, a ausência de núcleos prismáticos, quer em quartzo, quer em quartzo hialino, sob os quais existe um número considerável de lamelas.

No que respeita às restantes matérias-primas, o número de efetivos é absolutamente residual.

No caso do sílex, as peças integradas nesta categoria tecnológica reportam-se a produtos de reavivamento – flancos – sem que estejam presentes os “blocos originais”. Tal facto permite, por um lado, deduzir que este tipo de matéria-prima seria reduzida até à exaustão, e, por outro lado, supor que os produtos manufaturados sobre esta rocha chegariam ao sítio ou sob a forma de produto acabado, ou com os núcleos pré-configurados, abandonados numa outra área do sítio. O tratamento térmico do sílex encontra-se atestado através de uma destas peças, que apresenta uma patine típica deste tipo de abordagem.

○ *Produtos alongados*

Os produtos alongados da Ponte da Azambuja 2 estão representados em 56 exemplares, com a seguinte distribuição pelas estruturas escavadas:

- *Locus* 1/Fosso 1 n=40;
- *Locus* 2/ Fosso 2 n= 16.

Durante a análise dos produtos alongados recolhidos no sítio da Ponte da Azambuja 2 adotou-se a cifra dos 12mm como fronteira distintiva entre lamelas e lâminas. A partir deste

critério é possível confirmar que na Ponte da Azambuja 2 as lamelas encontram-se melhor representadas ($n = 42$, equivalente a 75% do conjunto), do que as lâminas ($n = 14$, equivalente a 25% da amostra).

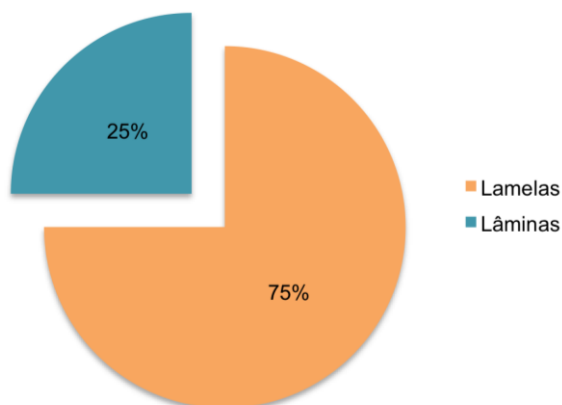


Gráfico 4. 16. Percentagem de lamelas e lâminas recolhidas na Ponte da Azambuja 2

A análise da largura destas peças, com um intervalo de 2mm, permitiu constatar os seguintes dados:

- a existência do pico máximo entre os 8-10mm;
- uma concentração nos intervalos dos 10-12mm;
- a ausência de produtos alongados superiores aos 18mm e o reduzido número de elementos situados no intervalo dos 16-18mm.

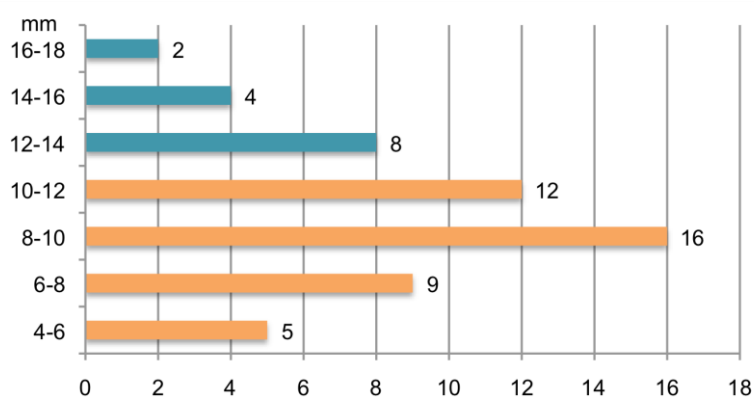


Gráfico 4. 17. Frequência das larguras dos produtos alongados recolhidos na Ponte da Azambuja 2

Significam estes números que a debitagem de produtos alongados na Ponte da Azambuja 2 foi mais orientada para a obtenção dos produtos de pequena dimensão, facto que desde o primeiro momento ficou bem patente como uma das características deste conjunto.

Atendendo às coleções do Neolítico Final válidas para a área regional em apreço – o estudo do casal Leisner para as antas do concelho de Reguengos de Monsaraz (Leisner e Leisner, 1951) e o recente trabalho sobre o espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Carvalho, 2013) – verifica-se o reconhecimento de “[...] dois processos de talhe laminar (ao que tudo indica) autónomos” (Carvalho, 2013:73), que Carvalho agrupou segundo as seguintes características dimensionais dos conjuntos:

- Grupo 1 - lamelas e pequenas lâminas, com larguras entre os 8-20mm e comprimentos entre os 25-100mm;
- Grupo 2 – lâminas robustas, com largura e comprimento compreendidos entre os 18-28mm e os 120-180mm, respetivamente (Carvalho, 2013).

Como já se viu, no conjunto da Ponte da Azambuja 2 não se verifica a mesma situação, estando completamente ausentes do registo arqueográfico do sítio as lâminas integráveis no Grupo 2 supramencionado.

A carência de estudos da componente lítica dos sítios do Neolítico Final centro-alentejano e o desenquadramento da coleção em estudo dos trabalhos já publicados nesta área regional, motivaram a análise, ainda que sintética, dos conjuntos conhecidos para as épocas mais antigas da diacronia neolítica e para o Calcolítico.

Comparativamente, nota-se na coleção da Ponte da Azambuja 2 uma tendência mais próxima da debitagem conhecida para Neolítico Antigo regional, do que para a fase subsequente. Contribui para esta afirmação (1) o facto de no sítio do Neolítico Antigo da Valada do Mato o conjunto lamelar, quer em bruto, quer em suporte de utensílios, dominar o grupo dos produtos alongados e a categoria dos produtos de debitagem, chegando mesmo a sobrepor-se às lascas (Diniz, 2007), e, (2) a constatação de que nas unidades estratigráficas 26 e 52 do Sector 3 do Complexo Arqueológico dos Perdigões os produtos alongados surgirem em número residual (Lago *et alii*, 1998).

Alargando a área regional em análise até à Estremadura verifica-se que recentemente, a propósito da sobreposição de lamelas às lâminas no registo arqueológico do sítio do Neolítico Final e Calcolítico do Penedo do Lexim, Sousa afirmava: “Com referência aos critérios enunciados, podemos considerar que 74% dos suportes alongados do Penedo do Lexim correspondem a lamelas (444 exemplares) e apenas 26% (154 exemplares) foram classificados como lâminas. Esta relação lâmina / lamela foge de algum modo aos valores

presentes em povoados calcolíticos do Sul de Portugal, nomeadamente no Alentejo” (Sousa, 2010:169). Porém, partindo do princípio que a autora analisa todas as fases de ocupação do sítio, denota-se, ao longo da descrição dos produtos alongados, a falta de distinção entre os conjuntos cronologicamente integráveis no Neolítico Final e os conjuntos calcolíticos, o que impede a utilização desta coleção como eventual paralelo para a Ponte da Azambuja 2.

Se por um lado, a ausência de lâminas robustas do registo da Ponte da Azambuja 2 podem indicar uma tendência cultural, ou simplesmente, diferencial na aplicabilidade dos utensílios retocados, como se verá adiante, por outro lado a sobreposição numérica das lamelas sobre as lâminas pode estar relacionada com as metodologias de recolha durante o processo de escavação arqueológica. Efetivamente, e como foi já anteriormente descrito (vd. Capítulo 3), a aplicação do crivo a água durante o trabalho de campo da Ponte da Azambuja 2 foi fundamental para o reconhecimento e recolha dos produtos alongados de pequena dimensão. Até ao início do emprego deste método, a identificação deste grupo artefactual era reduzida (recorde-se que nos primeiros dias de escavação o crivo foi feito a seco, método que se revelou de imediato ineficaz, dadas as características sedimentológicas do terreno), crescendo exponencialmente a partir do momento em que o método a água foi adotado. Com isto, fica desde logo implícito que a grande maioria das lamelas foi recolhida no crivo e não durante a escavação *sensu stricto*. Tal facto conduz à seguinte interrogação: poderá a escassa presença de lamelas no contextos do Neolítico Final ser meramente um desvio arqueográfico resultante dos processos de recolha de materiais durante os trabalhos de campo? Por agora, esta questão permanece sem resposta, devendo-se, no futuro, aferir este tipo de informação sobre os conjuntos que eventualmente venham a ser estudados no futuro.

Por outro lado, esta diferenciação numérica entre lamelas e lâminas também poderá ter uma resposta simples, considerando a cadeia operatória registada no sítio. Atendendo ao grupo dos núcleos verifica-se que apenas foram registados exemplares destinados à produção de lamelas e nunca à produção de lâminas. Esta situação poderá estar relacionada com um efetivo talhe local das primeiras, podendo as segundas chegar ao sítio sob a forma de produto acabado.

Contribuem para esta afirmação:

1) As matérias-primas utilizadas na sua execução

A análise comparativa das rochas utilizadas nas duas categorias de produtos alongados revela estratégias de exploração distintas para cada uma delas: enquanto que as lamelas são maioritariamente manufaturadas sobre matérias-primas locais, para a obtenção de lâminas são utilizadas preferencialmente as rochas alóctones (sílex, chert, lidito) (vd. 4.2.1.1.).

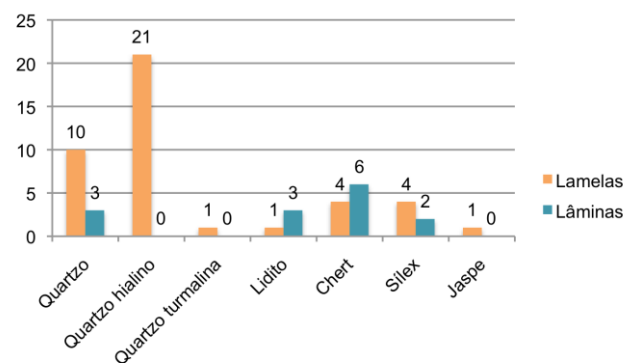


Gráfico 4. 18. Matérias-primas utilizadas nos produtos alongados da Ponte da Azambuja 2: comparação entre lamelas e lâminas recolhidas na Ponte da Azambuja 2

2) A identificação da presença/ ausência de córtex

A avaliação da presença de córtex nestas peças não apresenta diferenças significativas num e noutro caso.

Contudo, as lâminas apresentam uma expressiva percentagem de ausência de córtex - 100% - que vem ao encontro da ideia acima apresentada.

No grupo das lamelas 82% não apresenta córtex, cifrando-se os restantes 18% nas peças parcialmente corticais.

Considerando os critérios definidos por Zilhão para a identificação de uma “fase plena de debitagem” dos produtos alongados (Zilhão, 1997), posteriormente adotados por Carvalho (Carvalho, 1998) – peças não corticais com secção trapezoidal – verifica-se, no conjunto da Ponte da Azambuja 2, a seguinte situação:

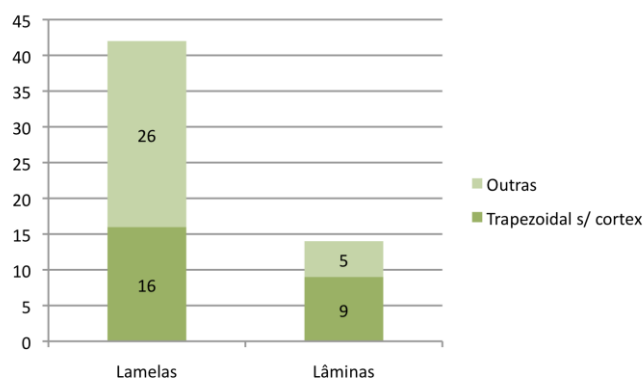


Gráfico 4. 19. Produtos alongados em fase plena de debitação recolhidos na Ponte da Azambuja 2

Ainda que o número de lamelas em fase plena de debitação seja superior ao das lâminas, quando analisado cada conjunto separadamente verifica-se que, na percentagem global de lamelas, aquelas que se enquadram na “fase plena de debitação” estão abaixo dos 40%, enquanto que nas lâminas a percentagem é de 68% no cômputo geral do grupo. Mais uma vez, este padrão enquadra-se num esquema de talhe laminar exógeno ao sítio.

Ao nível do estado de conservação destas peças verifica-se apenas duas lamelas completas, havendo nas lâminas somente um exemplar que se encontra intacto. Nos restantes casos identifica-se o seguinte padrão de fragmentação:

FRATURA	LAMELAS	LÂMINAS	TOTAL
Inteira	2	1	3
Proximal	24	7	31
Mesial	14	5	19
Distal	2	1	3
TOTAL	42	14	56

Tabela 4. 4. Padrão de fraturação dos produtos alongados recolhidos na Ponte da Azambuja 2

Da tabela acima representada facilmente se depreende que quer na categoria das lamelas, quer na categoria das lâminas, predominam a peças proximais, sendo os fragmentos distais absolutamente residuais, à semelhança dos exemplares inteiros.

Dentro do grupo artefactual dos “produtos alongados” distinguem-se também aqueles que foram integrados na categoria de “utensílios”, maioritariamente devido à presença de retoque, que, nalguns casos, provocou uma alteração profunda da sua forma inicial, reconfigurando todo o suporte (*e.g.* pontas de seta). Apesar destes utensílios serem adiante

analisados separadamente, segue uma comparação entre os suportes utilizados para a sua manufaturação.

UTENSILAGEM SOBRE SUPORTES ALONGADOS				
DESIGNAÇÃO	LAMELAS		LÂMINAS	
	N.º	%	N.º	%
Lamelas retocadas ou com sinais de uso	11	67%	0	0
Lâminas retocadas ou com sinais de uso	0	0	14	82%
Peça de dorso	0	0	1	6%
Brocas	0	0	2	12%
Pontas de seta	4	27%	0	0
Geométrico	1	6%	0	0
TOTAL	16	100%	17	100%

Tabela 4. 5. Distribuição da utensilagem sobre suportes alongados recolhido na Ponte da Azambuja 2, distribuídos de acordo com o suporte

Apesar da amostra ser bastante reduzida constata-se que o objetivo do talhe lamelar deteve objetivos distintos do talhe laminar. Este dado, de certa forma já perceptível na escolha de matérias-primas utilizadas num e noutro caso, detém paralelos na Estremadura portuguesa, nomeadamente no Penedo do Lexim, onde, para áreas de escavação de maiores dimensões, se obteve iguais números residuais de utensílios, excetuando o caso das lamelas e lâminas retocadas (Sousa, 2010).

○ *Lascas*

Dentro da categoria dos produtos de debitagem, as lascas são aqueles que surgem em maior número no sítio em estudo, com um total de 151 exemplares (correspondentes a 73% deste grupo tecnológico).

A sua distribuição espacial não sugere qualquer organização, encontrando-se espalhadas pelas duas áreas de escavação, detendo proveniências diversas quer planimetricamente, quer estratigraficamente.

A análise das lascas exumadas na Ponte da Azambuja 2 confirma o que já se tinha constatado para os núcleos do sítio: por um lado a utilização do quartzo como matéria-prima preferencial e, por outro lado, uma tecnologia de debitagem orientada para a obtenção de lascas.

Presença de córtex em produtos debitados (lascas)

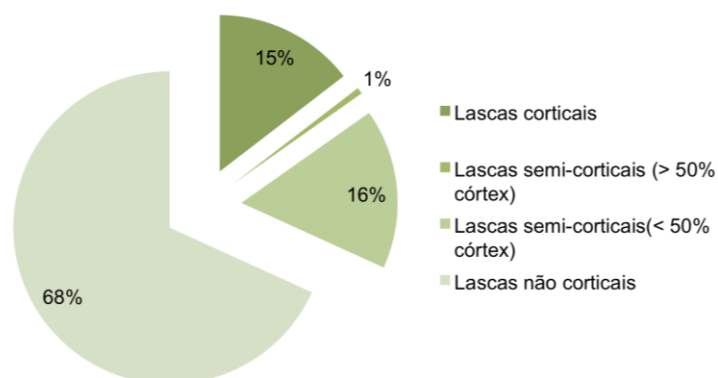


Gráfico 4. 20. Presença de córtex nas lascas recolhidas na Ponte da Azambuja 2

Do ponto de vista do grau de descorticação verifica-se que as lascas não corticais predominam no registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 (68%), sendo escassas as lascas semi-corticais e corticais (juntas somam 32%).

Tal facto pode deter duas leituras:

- por um lado, pode revelar um lapso na cadeia operatória, o que sugeriria o talhe noutra local;
- por outro lado, e considerando (1) que o quartzo é a matéria-prima predominante nesta categoria tecnológica, (2) que esta rocha é, indiscutivelmente, de origem local, e (3) que há um número considerável de restos de talhe e esquírolas na mesma matéria-prima, pode-se admitir que as lascas não transformadas poderão ter sido usadas como utensílios, havendo assim um aproveitamento exaustivo dos recursos imediatamente disponíveis.

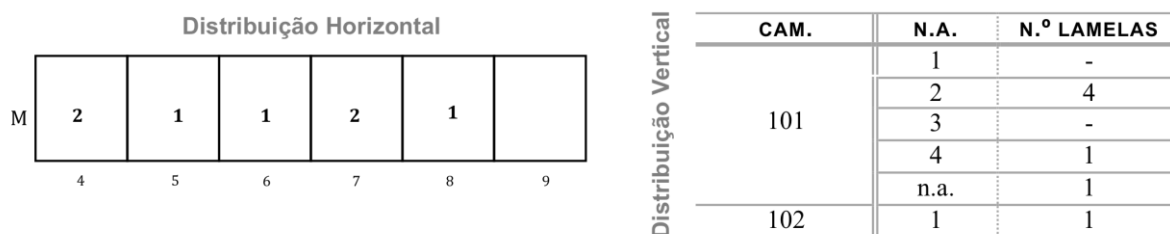
Se a primeira proposta parece desajustada para o contexto em estudo, é a segunda leitura que se adequa não só à coleção estudada, mas também aquela que detém uma coerência lógica mediante os dados empíricos disponíveis.

4.2.1.3. Utensílios

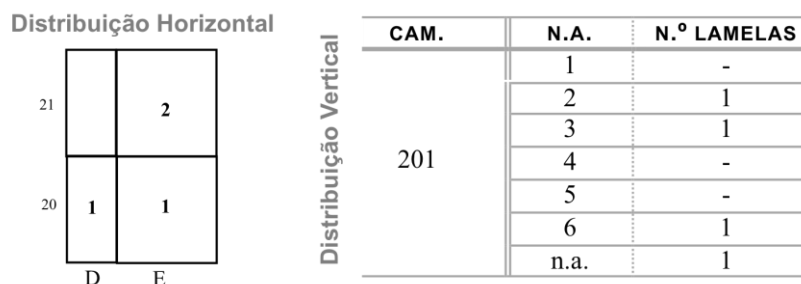
○ *Lamelas retocadas*

Do conjunto dos produtos alongados lamelares da Ponte da Azambuja 2, 11 apresentam retoque (n=5) ou sinais de uso (n=6), o que corresponde a 67% dos utensílios elaborados sobre lamelas.

Do ponto de vista da distribuição espacial, estes utensílios estão distribuídos pelas duas áreas de intervenção da seguinte forma: sete lamelas retocadas ou com sinais de uso são provenientes do preenchimento do Fosso 1, enquanto que as restantes quatro foram recolhidas no interior do Fosso 2. Abaixo segue uma apresentação esquemática da sua distribuição:



Esquema 4. 8. Distribuição horizontal e vertical das lamelas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 1



Esquema 4. 9. Distribuição horizontal e vertical das lamelas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 2

Como se depreende pela leitura dos esquemas acima representados, não há qualquer padrão de distribuição destes utensílios, excluindo-se, à partida, a sua integração no contexto arqueológico a partir de práticas antrópicas intencionais.

No que respeita às larguras presentes nestes utensílios verifica-se a seguinte situação: quatro lamelas enquadram-se no intervalo dos 4-6mm, duas entre os 6-8mm, três no intervalo dos 8-10mm e apenas duas detém entre 10-12mm.

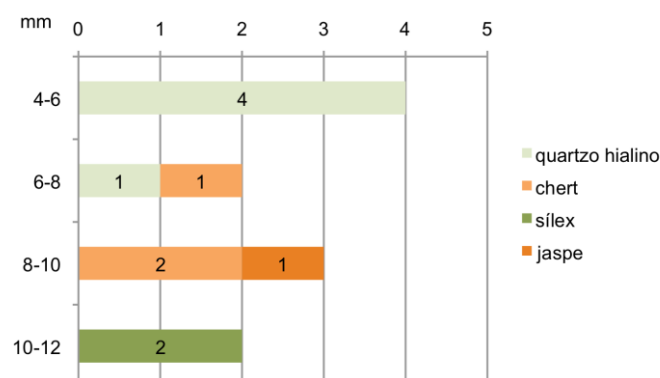


Gráfico 4. 21. Relação entre as larguras das lamelas retocadas ou com sinais de uso e as matérias-primas utilizadas na sua execução, recolhidas na Ponte da Azambuja 2

Estes dados, quando comparados com o gráfico de frequência das larguras dos produtos alongados recolhidos na Ponte da Azambuja 2 (Gráfico 4.17), verifica-se que não há qualquer relação entre o número global de lamelas e o número das peças que sofreram algum tipo de transformação. Bem pelo contrario. No caso das peças com larguras situadas entre os 4-6mm, das cinco existentes, quatro apresentam retoque ou sinais de uso. No entanto, uma leitura generalista desta situação demonstra que há uma certa aleatoriedade nos dados, não sendo assim prudente retirar daqui conclusões quer do ponto de vista tecnológico, quer do ponto de vista da sua funcionalidade.

Já no que respeita às matérias-primas utilizadas a situação é bem distinta: se por um lado há uma relação direta entre as lamelas de pequeno porte e a utilização do quartzo hialino como suporte, por outro lado, só nos exemplares de maiores dimensões, em sílex, se denotou sinais de utilização.

Nas cinco lamelas que apresentam indiscutivelmente retoque verificam-se as seguintes características tecnológicas:

N.º INV.	RETOQUE			SECÇÃO	TRAT. TÉRMICO
	POSIÇÃO	EXTENSÃO	INCLINAÇÃO		
114	Direto	Curto	Rasante	Trapezoidal	Ausente
115	Direto	Curto + Invasor	Rasante + Abrupto	Trapezoidal	Ausente
249 c	Direto	Curto	Rasante	Triangular	Ausente
468	Direto	Invasor	Rasante	Trapezoidal	Ausente
480	Inverso	Curto	Rasante	Triangular	Ausente

Tabela 4. 6. Tecnologia das lamelas retocadas recolhidas na Ponte da Azambuja 2

Como se pode depreender, três peças deste conjunto encontram-se na “fase plena de debitagem”, o que é um número residual no cômputo geral dos produtos lamelares.

No que concerne aos padrões de fraturação verifica-se que, apesar do reduzido número de exemplares analisado, há uma grande heterogeneidade, embora não tenha sido registada uma peça inteira. Tal pode estar relacionado com o facto do tipo de fraturação melhor representado, se reportar a uma categoria que, de acordo com os critérios definidos por Carvalho (1998 e 2008) inclui “[...] fraturação resultante de acidentes de talhe ou processos pós-deposicionais” (Carvalho, 1998: 109). Ora, tanto o descarte destas peças em fase de debitagem, como a ocorrência de fenómenos pós-deposicionais relacionados com o processo de formação do depósito onde foram recolhidas estas lamelas, pode explicar a ausência de exemplares intactos.

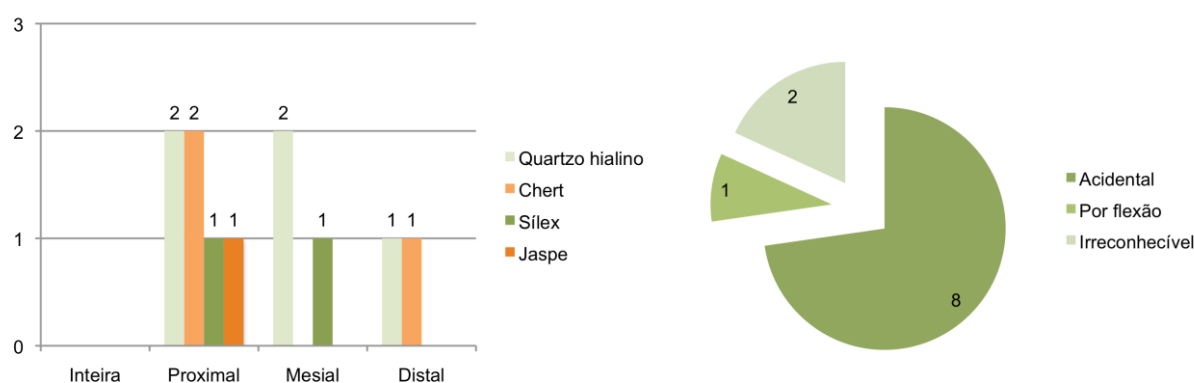


Gráfico 4. 22. Distribuição do padrão de fraturação das lamelas com retoque ou sinais de uso, pelas diferentes matérias-primas

Gráfico 4. 23. Tipos de fraturação das lamelas com retoque ou sinais de uso

Como foi visto anteriormente, no subcapítulo referente aos produtos alongados, a grande maioria das lamelas da Ponte da Azambuja 2 foram elaboradas sob quartzo e suas variantes, havendo um número escasso de lamelas sobre lidito (n=1), chert (n=4), sílex (n=4)

e jaspe (n=1). Deste conjunto, seis lamelas foram entregues a Juan F. Gibaja, para realização do seu estudo traceológico (vd. Anexo III.1).

MATÉRIA-PRIMA	RETOCADA OU COM SINAIS DE USO	NÃO RETOCADAS E SEM SINAIS DE USO
Chert	1	1
Sílex	1	2
Jaspe	1	-

Tabela 4. 7. Inventário abreviado das lamelas submetidas a análise traceológica: relação matéria-prima e presença/ ausência de retoque ou sinais de uso

Foram enviadas peças retocadas e não retocadas, com e sem traços de utilização, para despistar eventuais utilizações, não visíveis a olho nu. Devido aos resultados traceológicos normalmente associados a estas matérias-primas, considerou-se pertinente executar este tipo de avaliação, procurando deste modo triar o que de facto são e não são utensílios, com uma base empírica mais sustentável.

Curiosamente, nenhuma destas peças apresentou evidências conclusivas acerca do seu uso, independentemente da presença ou ausência de retoque (Gibaja, 2014). Neste âmbito questionou-se igualmente a existência de sinais de uso em produtos alongados, já que nos casos analisados na Ponte da Azambuja 2 não foi possível determinar qualquer tipo de utilização.

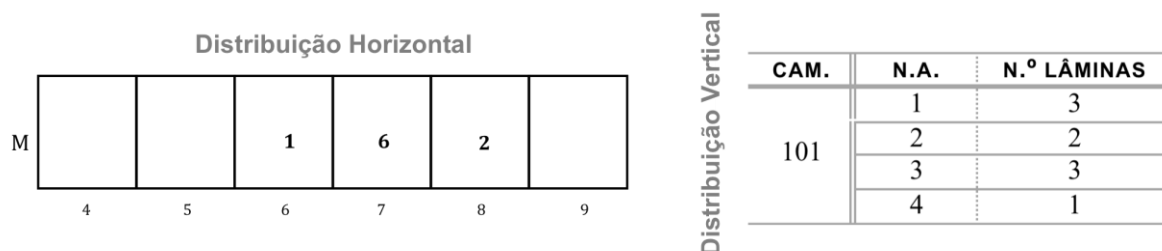
○ *Lâminas retocadas*

Como foi já anteriormente visto no subcapítulo dedicado aos produtos alongados, 14 lâminas apresentavam retoque (n=9) ou sinais de uso (n=5), correspondendo a 82% dos utensílios elaborados sobre suportes alongados desta natureza.

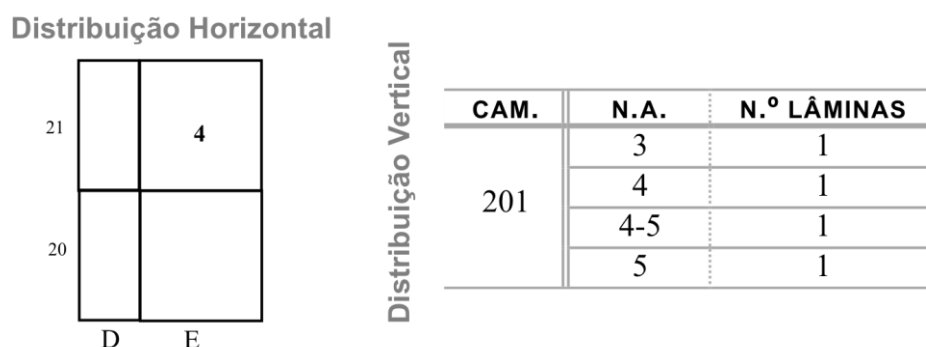
Do ponto de vista da análise espacial desta categoria, devem-se referir algumas particularidades, que, independentemente da origem da formação do depósito, podem refletir algumas tendências na organização do lugar.

Embora o conjunto seja bastante reduzido, verifica-se que grande parte das lâminas são provenientes do preenchimento do Fosso 1 (n=9), tendo sido recolhidas apenas quatro lâminas no interior do Fosso 2, e, uma da superfície (neste último caso, nas terras removidas do interior do Fosso 1).

Em ambos os casos – lâminas recolhidas no Fosso 1 e 2 – verifica-se uma concentração de exemplares nas mesmas quadrículas. Ou seja, enquanto que no Fosso 1 as lâminas encontram-se maioritariamente nas quadrículas M/6 (n=1), M/7 (n=6) e M/8 (n=2), no Fosso 2 todos os exemplares encontravam-se na quadrícula E/21. No que respeita à sua distribuição vertical, os exemplares provenientes do Fosso 1 encontram-se todos presentes na camada 101, em diferentes níveis artificiais, acontecendo a mesma situação com as peças do Fosso 2, já que, como foi já referido, foi identificada uma única camada no seu preenchimento. Abaixo segue uma apresentação esquemática desta situação.



Esquema 4. 10. Distribuição horizontal e vertical das lâminas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 1, *Locus 1*



Esquema 4. 11. Distribuição horizontal e vertical das lâminas retocadas ou com sinais de uso recolhidas no preenchimento do Fosso 2, *Locus 2*

Uma vez que este conjunto perfaz a totalidade dos produtos alongados laminares anteriormente apresentados, não será efetuado, neste apartado, caracterizações referentes às larguras das peças (vd. Gráfico 4.17.), matérias-primas (vd. Gráfico 4.18.) e padrão de fraturação (vd. Tabela 4.4. e Gráfico 4.19.).

Contudo, refira-se o tipo de fraturação observado, dado que não ficou anteriormente explicitado. Das 14 lâminas provenientes dos preenchimentos dos Fossos 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2, cinco apresentavam fratura acidental, cinco apresentavam fratura por flexão, não

tendo sido possível atribuir uma causa para a fraturação de três peças. Um último fragmento mesial apresentava sinais de fratura por flexão e acidental.

Do ponto de vista formal, este grupo é bastante heterogéneo:

- nove exemplares apresentam secção trapezoidal, detendo cinco secção triangular, o que significa que grande parte deste conjunto se integra na “fase plena de debitagem”, de acordo com o que foi já afirmado anteriormente (vd. Gráfico 4.19);
- nove lâminas apresentavam perfil direito e cinco perfil côncavo;
- duas lâminas detêm bordos paralelos, duas irregulares, uma biconvexa e uma convergente.

Não obstante, como foi já referido (vd. 4.2.1.2.), não existem peças corticais na amostra analisada, o que consubstancia a ideia de que estes produtos chegariam ao sítio já préconfigurados.

Do ponto de vista tecnológico, importa salientar que as suas dimensões - neste caso, a largura, que se mantém na totalidade dos exemplares numa faixa inferior aos 18mm - remetem para um cenário de extração por pressão manual (Carvalho, 1995/1996).

Das oito peças que apresentam talão verifica-se que uma lâmina configura um talão linear, três lâminas detêm talão liso, uma apresenta o talão esmagado com esquirolamento de todo o bolbo, e, nas restantes três os talões encontram-se facetados, apresentando um espigão em diedro acentuado.

Este último tipo de talão foi já reconhecido como uma técnica de talhe específica, que surge no Sul de Espanha nos finais do 4.º milénio a.n.e., rompendo com uma tradição cultural que remontava ao Neolítico Antigo – manufaturação de lamelas conseguidas por pressão, a partir de núcleos carenados com tratamento térmico (Morgado & Pelegrin, 2002) -, mas com a qual terá convivido.

De acordo com Morgado e Pelegrin (2002) a produção deste tipo de lâminas baseia-se em “ [...] preforms made from prismatic core shaped with three or four antero and posterolateral crests. In addition, the butt morphology is quite unique: butts with a sharp dihedron allowing pressure concentration over an acute arris. The experiments conducted by Pelegrin demonstrate pressure knapping blade production by means of a copper pressure point” (Morgado & Pelegrin, 2002:231).

Ora, no caso da Ponte da Azambuja 2, a presença deste tipo de talão em lâminas que surgem num contexto claramente integrado na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., para o qual ainda não estão documentados, em Portugal, indícios da utilização do cobre, e cujas características tecnológicas – nas quais se salientam a largura – remetem para um cenário pré-Calcolítico, fazem recuar esta proposta interpretativa, devendo-se pensar numa alternativa que não o cobre, para a sua execução. Os dados atuais não permitem resolver cabalmente esta questão.

Oito lâminas elaboradas sobre distintas matérias-primas – sílex (n=1), chert (n=5) e lidito (n=2) – foram entregues a Juan F. Gibaja, para análise traceológica (vd. Anexo III.1).

Destas oito peças:

- três poderão ter sido utilizadas para cortar plantas não lenhosas (n.º inv. 345, 361 e 379) ;
- uma terá sido eventualmente usada para cortar um qualquer material indeterminado, mas de dureza branda ou semidura (n.º inv. 381);
- uma terá sido aplicada no corte de uma matéria mineral não abrasiva (n.º inv. 378);
- uma demonstra alterações relacionáveis com o corte de plantas junto ao solo, ressaltando-se o facto de apresentar um reavivamento do retoque, que, por um lado, torna a identificação da sua função mais difícil e, por outro, atestam o prolongamento da vida do utensílio (n.º inv. 328);
- uma poderá ter servido para cortar cereal, no entanto existem algumas dúvidas quanto a essa funcionalidade (n.º inv. 474);
- uma apresenta um diagnóstico assertivo, não havendo dúvidas da sua utilização enquanto utensílio bifacetado, na medida em que se atesta o seu uso para segar e cortar cereal junto ao solo (n.º inv. 374) (Gibaja, 2014).

Sobre esta última peça sobressai a identificação do tipo de encabamento que terá sido efectuado. Neste caso, o posicionamento do lítico na foice é paralelo ao cabo, revelando uma ruptura com um outro sistema identificado para o Neolítico Antigo e Médio, nomeadamente no sítio de *habitat* dos Cortiços (Carvalho *et alii*, 2013; Gibaja, 2014) e na gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Carvalho & Gibaja, 2014), em que o encabamento da componente lítica o cabo em madeira (muito provavelmente curvo) se efetuava na diagonal.

O cruzamento da informação traceológica com os dados tecnológicos permitem ainda afirmar que, no caso das lâminas que apresentam talão em diedro (n.º inv. 361 e 379²¹), o encabamento seria distinto do acima referido.

A observação, quer na lâmina número 361, quer na lâmina 379, do usos de ambas as laterais supõe um encabamento em que o eixo da peça permanecesse vertical, permitindo a utilização de ambos os gumes.

O conjunto de lâminas retocadas da Ponte da Azambuja 2, embora seja reduzido, acarreta um conjunto de características até ao momento singulares no contexto do Neolítico Final alentejano, que importa agora resumir:

- tecnologicamente, afirma-se uma nova forma de obtenção de lâminas, em rutura com os sistemas precedentes, que, até à data, havia sido apenas identificada para a etapa final do Neolítico do Sul de Espanha, e que se caracteriza pela obtenção de um talão facetado em diedro;
- funcionalmente, está atestada a sua utilização enquanto “foicinhas”, constituindo assim, um indicador indireto para a existência de searas numa área próxima ao sítio arqueológico em estudo; também neste caso, denota-se uma alteração de paradigma face às primeiras etapas do Neolítico.

Esta novas aquisições conceptuais transpostas para o talhe dos utensílios laminares parecem refletir novas formas de abordagem aos recursos disponíveis, e, consequentemente nas estratégias de subsistência das comunidades do Neolítico Final. A utilização indubitável destes objetos no corte de cereal permitem, ainda que com algumas reservas, relacionar essa sua funcionalidade com um eventual incremento da atividade, na medida em que, ao longo da história da humanidade, novas aquisições tecnológicas significam maior rentabilidade na aplicabilidade do produto.

○ *Lascas retocadas*

Foram recolhidas 10 lascas retocadas, provenientes quer de recolhas de superfície (n=6), quer do preenchimento do Fosso 1 (n=4), estando este tipo de utensílio completamente ausente do

²¹ Refira-se que uma das lâminas que apresenta este tipo de talão – n.º inv. 458 – não foi analisada do ponto de vista traceológico.

preenchimento do Fosso 2. As lascas retocadas provenientes do interior do Fosso 1 encontram-se dispersas quer horizontalmente, quer verticalmente pela área escavada, pelo que se considera que não há qualquer padrão na sua deposição.

Do ponto de vista das matérias-primas utilizadas como suporte destes utensílios verifica-se uma situação assinalável: constata-se uma equivalência, em número, de peças em quartzo – matéria-prima dominante em toda a amostra estudada dos materiais de pedra lascada – e nos objetos elaborados sobre “outras” rochas, havendo neste caso uma variabilidade que também deve ser destacada. Efetivamente, as raras peças em quartzito - que corresponde a uma das matérias-primas mais abundantes na região – integram-se nesta categoria tecnológica (n=2), havendo ainda uma lasca retocada em jaspe e outra em xisto.

○ *Brocas*

Foram identificadas duas brocas, ambas com a mesma proveniência do ponto de vista espacial: preenchimento do Fosso 1, Quadrícula M8, Camada 101, tendo uma sido recolhida no nível artificial 3 (n.º 473) e a outra no 4 (n.º 472).

As duas peças encontram-se fraturadas, apresentando a primeira sinais de fratura recente na extremidade proximal, resultante do processo de escavação. A Broca n.º 472 encontra-se fraturada na extremidade distal, apresentando características de fratura por flexão.

Estes exemplares foram executados sobre distintas matérias-primas, ainda que com características de talhe semelhante: o chert (n.º 472) e o lidito (n.º 473).

Dentro dos produtos alongados normalmente utilizados como suporte destes utensílios, foram privilegiadas as lâminas.

Em ambos os casos verifica-se uma orientação do elemento funcional em eixo.

Na tabela abaixo encontram-se as características genéricas de cada uma delas.

N.º INV.	M.-P.	ESTADO	SUPORTE	DIMENSÕES (MM) (CMP X LRG X ESP)
472	Chert	Fratura distal: flexão	Lâmina	27,69 x 12,54 x 2,80
473	Lidito	Fratura proximal: recente	Lâmina	28,32 x 12,39 x 4,26

Tabela 4. 8. Características gerais das brocas recolhidas na Ponte da Azambuja 2 (cmp. = comprimento atual da peça; lrg. = largura da base da peça)

Tecnologicamente refira-se algumas dissemelhanças entre elas, nomeadamente no que respeita ao tipo e distribuição do retoque, que acaba por lhes atribuir uma configuração distinta, eventualmente relacionável com usos igualmente diferenciáveis.

A Broca n.º 472 apresenta uma base retocada, sem bolbo. No primeiro terço da peça o retoque é bifacial no bordo lateral esquerdo, curto e rasante, sendo direto, curto e rasante no seu bordo lateral direito. A partir do segundo terço do utensílio o retoque é, em ambos os lados direto, invasor e abrupto, provocando um adelgaçamento da peça. No entanto, em todo o utensílio verifica-se uma secção trapezoidal.

A Broca n.º 473 apresenta uma secção trapezoidal na base, ganhando, junto à extremidade distal, uma configuração triangular, conseguida através do retoque. Esta é, aliás, a morfologia geral da peça. Os seus bordos encontram-se bastante desgastados pelo uso, o que dificulta uma avaliação precisa da posição, extensão e inclinação do retoque. Porém é possível observar, de forma pontual, o retoque bifacial e alternado, invasor, abrupto e semi-abrupto.

Quer num ou noutro caso, os sinais de tratamento térmico estão ausentes.

N.º INV.	RETOQUE			SECÇÃO	TRAT. TÉRMICO
	POSIÇÃO	EXTENSÃO	INCLINAÇÃO		
472	Bifacial + Direto	Curto + invasor	Rasante + Abrupto	Trapezoidal	Ausente
473	Bifacial + Alternado	Invasor	Abrupto + Semi-abrupto	Trapezoidal + Triangular	Ausente

Tabela 4. 9. Tecnologia das brocas recolhidas na Ponte da Azambuja 2

Este tipo de utensílio encontra-se amplamente presente no registo dos sítios arqueológicos pré-históricos, sendo típicos dos contextos de *habitat* ou “povoado”, devido às suas características obviamente funcionais. Tal facto não é de somenos importância quando da avaliação da utilização dos recintos de fossos: se estão presentes este tipo de elementos utilizáveis no quotidiano das comunidades pré-históricas, e se a eles está associada a ideia de instrumento multifuncional, que tipo de atividades seriam desenvolvidas naquele local?

Embora esta pergunta pareça pertinente, a verdade é que o escasso número de brocas no registo da Ponte da Azambuja 2 não permite generalizações desta índole, devendo antes este tipo de afirmações ser aplicada no cômputo geral da cultura material do sítio.

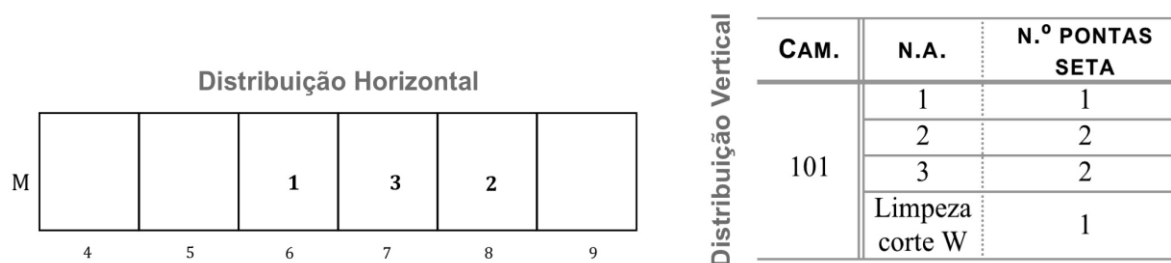
○ *Pontas de seta*

Foram recolhidas 12 pontas de setas na Ponte da Azambuja 2, estando equitativamente distribuídas por ambas as áreas de escavação.

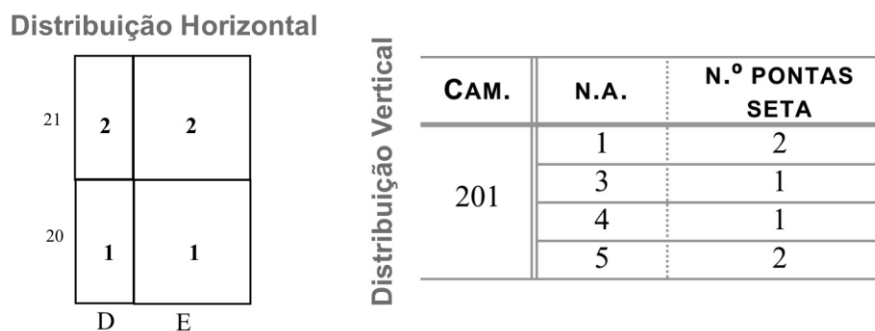
No preenchimento do Fosso 1 encontram-se distribuídas verticalmente pelos diferentes níveis artificiais escavados na camada 101, estando concentradas nas quadrículas centrais dessa área, nomeadamente nas quadrículas M/6, 7 e 8.

Já no Fosso 2 estão distribuídas por toda a área de escavação, assim como na estratigrafia interna da estrutura (camada 201, níveis artificiais 1,3, 4 e 5).

No esquema abaixo apresentado encontra-se a distribuição espacial horizontal e vertical das pontas de seta em ambas as áreas.



Esquema 4. 12. Distribuição horizontal e vertical das pontas de seta recolhidas no preenchimento do Fosso 1, *Locus 1*



Esquema 4. 13. Distribuição horizontal e vertical das pontas de seta recolhidas no preenchimento do Fosso 2, *Locus 2*

Quer pela descrição da sua distribuição, quer pelos esquemas apresentados, facilmente se depreende que não há qualquer concentração que sugira uma deposição estruturada e intencional destes utensílios, parecendo antes que a sua integração no registo arqueológico é absolutamente aleatória,

Na elaboração das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2 foram identificadas as seguintes matérias-primas: quartzo (n = 4); chert (n = 3); sílex (n = 3), e quartzo hialino (n = 2). Ainda que a escassez da amostra não permita retirar grandes elações acerca das matérias-primas preferenciais para a execução deste tipo de peças, verifica-se um aproveitamento intensivo das rochas locais – quartzo, quartzo hialino - sem retirar destaque ao sílex e ao chert, claramente exógenos à região em análise e utilizados praticamente em exclusividade no grupo dos utensílios.

Dos 12 exemplares apenas quatro se encontram intactos, correspondendo a duas pontas de seta em chert e outras duas em sílex. Cinco pontas de seta estão fraturadas distalmente (maioritariamente por flexão, não sendo possível reconhecer o tipo de fraturação apenas num exemplar), e três com fratura numa aleta. Num destes casos também a extremidade distal se encontrava fraturada, igualmente por flexão.

MATÉRIA-PRIMA/ FRATURAÇÃO			
MATÉRIA-PRIMA	INTEIRA	FRATURA DISTAL	FRATURA ALETAS
Quartzo (n = 4)	-	4	2
Quartzo hialino (n = 2)	-	1	1
Chert (n = 3)	2	1	-
Sílex (n = 3)	2	1	-

Tabela 4. 10. Relação matéria-prima/ fratura das pontas de seta recolhidas na Ponte da Azambuja 2

O tipo de suportes utilizados distribui-se quase uniformemente pela coleção: as lascas foram utilizadas em seis exemplares e os produtos alongados, neste caso as lamelas, em cinco, havendo uma peça em chert na qual não foi possível determinar com segurança a tipologia do suporte. Maioritariamente está presente o retoque bifacial (à exceção de um exemplar que apresenta retoque direto) exclusivamente rasante. No que respeita à sua extensão verificam-se diferentes modalidades, sendo o curto o melhor representado (n = 5), ainda que o retoque cobridor e o invasor não fiquem muito distantes em número (n = 4 e 3, respetivamente). Em nenhum caso, foi identificado o tratamento térmico da matéria-prima.

No que respeita às suas dimensões verificam-se as seguintes dimensões médias:

DIMENSÕES MÉDIAS DAS PONTAS DE SETA (CM)			
MATÉRIA-PRIMA	LARGURA (BASE)	COMPRIMENTO	ESPESSURA
Quartzo	1,41 ± 0,13	-	0,36 ± 0,16
Quartzo hialino	0,78	2,10	0,32 ± 0,02
Chert	1,28 ± 0,13	1,83 ± 0,02	0,28 ± 0,06
Sílex	0,99 ± 0,1	2,30 ± 0,52	0,37 ± 0,15

Tabela 4. 11. Dimensões médias das pontas de seta recolhidas na Ponte da Azambuja 2, distribuídas de acordo com a matéria-prima

Tipologicamente, e adotando os critérios de Carvalho para as pontas de seta do Monumento Funerário 1 do Complexo Arqueológico dos Perdighões (Lago *et alii*, 1998), na qual se privilegia a morfologia da base destes artefactos, verifica-se a seguinte distribuição, mediante a matéria-prima:

TIPOLOGIA DAS PONTAS DE SETA DA PONTE DA AZAMBUJA 2					
TIPO DE BASE	QUARTZO	QUARTZO-HIALINO	CHERT	SÍLEX	TOTAL
Côncava	1	-	1	-	2
Côncava com aletas	2	-	-	-	2
Pedunculada	-	1	2	3	6
Recta	1	1	-	-	2
TOTAL	4	2	3	3	12

Tabela 4. 12. Tipologia das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2, mediante os critérios de Carvalho para o Monumento Funerário 1 do Complexo Arqueológico dos Perdighões (Lago *et alii*, 1998)

Adotando a tabela tipológica de Forenbaher (Forenbaher, 1999) verifica-se que 10 pontas de seta enquadram-se no seu Tipo 2 (ponta de seta de base côncava ou plana), uma no Tipo 1 (ponta de base convexa – base arredondada, triangular ou pedúnculo) e uma no Tipo 3 (ponta mitriforme).

Carvalho, no trabalho já mencionado sobre a indústria lítica do Monumento Funerário 1 do Complexo Arqueológico dos Perdighões, elaborou um exercício comparativo entre as pontas de seta deste sítio e as provenientes de um povoado Calcolítico no Alto Algarve Oriental - o Cerro do Castelo de Santa Justa, em Alcoutim – de modo a verificar a sua “funcionalidade” perante a sua fragilidade (Lago *et alii*, 1998). Os resultados dessa análise comprovaram a ineficácia das pontas de seta recolhidas no contexto funerário, verificando-se diferenças significativas entre os índices de espessura e alongamento de ambos os sítios. Uma vez que se presume que as pontas de seta identificadas num povoado são funcionais, a sua

robustez estaria relacionada com a sua utilidade nas actividades quotidianas da comunidade que ocupa esse espaço. Deste modo, num contexto funerário a situação será inversa, devendo os baixos índices de espessura e alongamento refletirem a sua inaptidão para a função que a sua forma indicia, sendo assim, apenas um objectivo votivo, mais “decorativo” que prático (Lago *et alii*, 1998).

Sendo a função dos recintos de fossos ainda polémica e ambígua no discurso arqueológico do SW Peninsular, o mesmo exercício foi feito para as pontas de seta da Ponte da Azambuja 2, comparando-se o gráfico elaborado para os Perdigões e o Cerro do Castelo de Santa Justa com um semelhante para os utensílios do sítio em estudo.

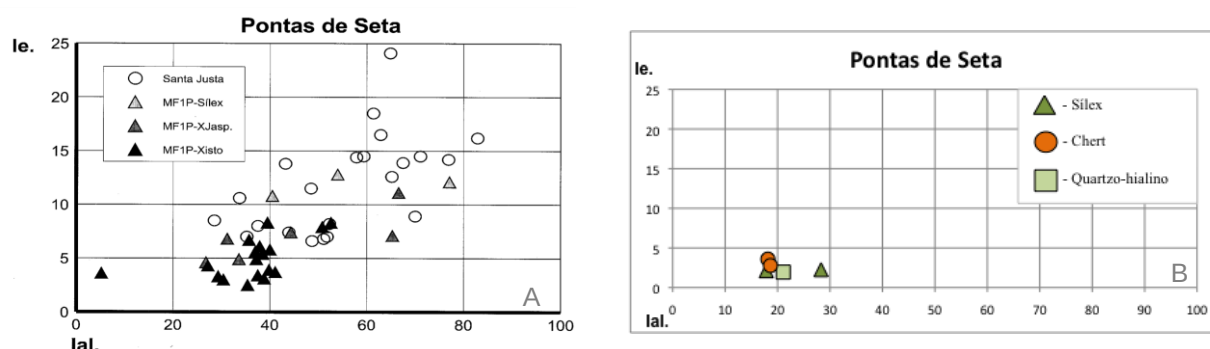


Gráfico 4. 24. A - “Dispersão dos índices de espessura e alongamento das pontas de seta em xisto do povoado de Santa Justa e do Monumento Funerário 1 dos Perdigões (universo subdivido em sílex, xisto e xisto jaspóide)”, conforme Carvalho (Lago *et alii*, 1998:133); B - Dispersão dos índices de espessura e alongamento das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2, subdividida pelas matéria-primas utilizadas (quartzo excluído, uma vez que não se identificou uma ponta de seta inteira que permitisse aferir o índice de alongamento).

Deste exercício retém-se o facto dos índices registados nas pontas de seta da Ponte da Azambuja 2 aproximarem-se mais dos valores dos artefactos do monumento funerário, do que do povoado de Santa Justa. Verifica-se mesmo, que os índices da Ponte da Azambuja 2 ficam abaixo dos índices dos Perdigões. Desta forma, interroga-se: seriam elas funcionais?

Na resposta a esta questão, refira-se, em primeiro lugar, que os resultados obtidos com esta análise não devem ter uma leitura cultural, mas sim uma eventual leitura tecnológica e cronológica.

Efetivamente, verifica-se que as peças do contexto funerário não só são executadas sob matérias-primas distintas, mas também são maioritariamente elaboradas sobre lasca, suporte distinto de alguns dos utensílios da Ponte da Azambuja 2, que detêm o seu suporte sob lamelas.

Cronologicamente, pode haver igualmente um significado. Como tem sido defendido, a Ponte da Azambuja 2 enquadra-se na etapa final do Neolítico, mais concretamente na segunda

metade do 4.º milénio, enquanto os sítios utilizados para comparação situam-se na época posterior. Acentua-se esta ideia aquando da comparação entre as dimensões médias das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2 com as dimensões médias de peças desta tipologia exumadas num povoado da transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. da margem esquerda do Guadiana – Casa Branca 7 (Rodrigues, 2006). Obtêm-se evidentes paralelismos:

DIMENSÕES MÉDIAS DAS PONTAS DE SETA DA CASA BRANCA 7 (CM)			
MATÉRIA-PRIMA	LARGURA (BASE)	COMPRIMENTO	ESPESSURA
Quartzo	1,45	2,60	0,29
Quartzito	1,33	1,86	0,38
Chert	1,45	2,60	0,29

Tabela 4. 13. Dimensões médias das pontas de seta recolhidas na Ponte da Azambuja 2, distribuídas de acordo com a matéria-prima (Rodrigues, 2006)

Outra explicação para as dimensões reduzidas destes utensílios poderá estar relacionada com questões de balística.

Ventura e Senna-Martinez elaboraram uma análise de balística das pontas de projectil dos monumentos funerários da região da Beira Alta – Anta da Mondegã, Orca de Santo Tisco, Dólmen 1 dos Moinhos de Vento, Orca dos Fiais da Telha, Dólmen de S. Pedro Dias, Dólmen da Bobadela, Dólmen da Sobreda, Orca do Tanque, Orca do Pinhal dos Amiais – tendo chegado, a partir da Penetração Teórica (PN) e Índice de Perfuração (Ipn), a resultados significativos para o estudo funcional destes objetos (Ventura & Senna-Martinez, 2004). Neste estudo, para além de concluírem que a tipologia da base destes utensílios não interfere na sua funcionalidade, determinaram que:

- Todos os projecteis eram funcionais;
- 52% das peças serviriam “[...] para abater alvos com uma massa inferior a 20kg...” (Senna-Martinez & Ventura, 2008: 335), havendo correspondência desses valores com animais de pequeno porte, tais como o coelho ou a lebre;
- 22% da amostra seria eficaz no abate de animais de médio porte, com um peso entre os 21 e os 50kg, entre os quais se incluem os cervídeos e os lobos; os autores referem ainda a possibilidade da sua eventual utilização esporádica numa situação de conflito;
- 21% do universo estudado poderia ser aplicado na designada “caça grossa”, ou seja, animais com uma massa superior ao 50kg, nos quais se incluem o javali ou o veado; segundo os trabalhos citados pelos autores, também este grupo poderia ser incluído

nas atividades bélicas desenvolvidas entre grupos humanos (Ventura & Senna-Martinez, 2004; Senna-Martinez & Ventura, 2008).

Ora, ainda que não tenham sido obtidos os dois parâmetros principais para a análise das pontas de seta da Ponte da Azambuja 2 – PN e Ipn – efetuou-se uma aproximação às dimensões médias das pontas de projéteis do sítio em estudo com aquelas cujos desenhos foram publicados nos trabalhos supracitados. Através da escala apresentada nesse registo gráfico, onde se encontram representadas 13 peças provenientes da Orca dos Fiais da Telha (Carregal do Sal, Viseu), subdivididas pela tipologia das bases, obtiveram-se as suas dimensões médias:

DIMENSÕES MÉDIAS DAS PONTAS DE SETA DA ORCA DOS FIAIS DA TELHA (CM)			
TIPOLOGIA	LARGURA (BASE)	COMPRIMENTO	ESPESSURA
Base reta	2,15	2,7	0,4
Base bicôncava	1,85	3,45	0,35
Base triangular com aletas	1,5	4,2	0,4
Base triangular	1,46	3,06	0,36
Base pedunculada	1,9	4	0,4
Base côncava	1,7	2,66	0,4

Tabela 4. 14. Dimensões médias das pontas de seta da Orca dos Fiais da Telha (Carregal do Sal, Viseu), distribuídas de acordo com a tipologia da base, conforme o registo gráfico publicado (Ventura & Senna-Martinez, 2004; Senna-Martinez & Ventura, 2008)

Ainda que os critérios de distribuição sejam distintos – umas segundo a matéria-prima, outras de acordo com a tipologia da base – não se constata diferenças muito significativas nas pontas de seta da Ponte da Azambuja 2 e as do monumento funerário da Beira Alta. Na realidade, apenas no comprimento se verificam algumas discrepâncias, na ordem de um centímetro, se considerarmos os intervalos obtidos para a Ponte da Azambuja 2.

Assim sendo, e considerando que as pontas de seta da Ponte da Azambuja 2 se encontram maioritariamente fraturadas por flexão, pondera-se como hipótese mais exequível a utilização destes utensílios em eventuais atividades cinegéticas, diretamente documentadas e atestadas, através dos restos faunísticos de espécies selvagens, em diferentes sítios arqueológicos tipologicamente inseridos na categoria de “povoado”, durante esta etapa cronológica e cultural regional.

○ *Peças esquiroladas*

Foram identificadas duas peças esquiroladas, ambas provenientes do preenchimento do Fosso 1, e ambas recolhidas no terceiro nível artificial da camada 101, da quadrícula M/6.

Os dois utensílios são elaborados em quartzo, apresentando, num dos casos, córtex.

A funcionalidade destas peças não está ainda aferida, referindo Almeida que “ [...] poderão ter sido utilizadas como núcleos bipolares/ sob bigorna para lascas de pequenas dimensões, ou como utensílios que serviriam como “cunhas” (Lago *et alii*, 1998:124).

○ *Entalhes*

Na coleção da indústria de pedra lascada da Ponte da Azambuja 2 estão presentes quatro entalhes, executados maioritariamente sobre quartzo (n=3), havendo um exemplar em sílex.

Do ponto de vista da distribuição espacial destes elementos, não há qualquer dado significativo a assinalar, a não ser que apenas um exemplar é proveniente do preenchimento do Fosso 2, tendo sido os restantes três recolhidos no interior do Fosso 1, em quadrículas e níveis artificiais distintos, dentro da camada 101.

Aparentemente o entalhe executado nestas peças é intencional, sendo exclusivamente empregue sobre lascas não corticais.

Não se afigura qualquer utilização para estes artefactos, podendo constituir um utensílio multifacetado.

○ *Geométrico*

Foi identificado apenas um utensílio integrável nesta subcategoria: trata-se de um segmento de círculo, ou crescente, em sílex.

Espacialmente esta peça é procedente do interior do Fosso 1, Quadrícula M8, Camada 101, nível artificial 3.

Este segmento encontra-se intacto, sendo possível reconstituir a largura da peça original, que enquadra o suporte, dentro dos produtos alongados, nas lâminas.

N.º INV.	M.-P.	ESTADO	SUPORTE	DIMENSÕES (MM) (CMP X LRG X ESP)
471	Sílex	Inteiro	Lâmina	22,05 x 8,12 x 2,37

Tabela 4. 15. Características gerais do crescente recolhido na Ponte da Azambuja 2 (a análise das dimensões seguiu, conforme foi já explicitado as propostas de Carvalho, 1998 e 2008)

Do ponto de vista tecnológico, este crescente apresenta retoque direto, curto e abrupto, estando ausentes os sinais de tratamento térmico.

Embora típico do Neolítico Antigo, a presença de um crescente no contexto da Ponte da Azambuja 2 não deverá ser motivo de grandes especulações. A história da integração deste artefacto no processo de formação do registo arqueológico não deverá merecer grandes considerações, sendo que a hipótese de pertencer efetivamente à cultura material do grupo do Neolítico Final, não deve ser descartada. Não deve ser igualmente afastada a ideia de que a sua origem pode estar relacionada com uma ocupação do Neolítico Antigo, identificada numa área próxima ao sítio, a uma cota superior (informação pessoal de Manuel Calado).

Não obstante, e devido à proximidade espacial entre lugares, efetuou-se uma análise comparada entre o geométrico da Ponte da Azambuja 2 e os crescentes do sítio do Neolítico Antigo da Valada do Mato (Évora). Quer as dimensões – largura e espessura – quer as características do retoque, não diferem num e noutro sítio, muito embora registe-se que a largura do segmento da Ponte da Azambuja 2 encontre paralelos residuais na Valada do Mato, onde os segmentos são maioritariamente estreitos (Diniz, 2007). O mesmo não acontece com a espessura, estando o exemplar do sítio em estudo enquadrado no intervalo com maior número de peças na Valada do Mato (2,1-2,5mm = 63 exemplares de um total de 173).

Refira-se que para os segmentos de círculo da da Valada do Mato foram realizadas análises traceológicas, verificando-se que cerca de 50% (42 em 81 exemplares) “[...] apresentavam fracturas de impacto decorrentes do seu emprego como projecteis” (Diniz, 2007:93).

○ *Fragmentos retocados*

Foram recolhidos três fragmentos de utensílios retocados, executados sobre diferentes matérias-primas: quartzo hialino (2) e chert (1).

As reduzidas dimensões destas peças não permitem integrá-las numa categoria tecnológica específica, nem tão pouco indicar uma eventual tipologia.

○ *Percutores*

Foram identificados 14 percutores na Ponte da Azambuja 2, sendo um proveniente de recolhas de superfície, oito do preenchimento do Fosso 1 (com distribuição horizontal e vertical diversa) e dois do interior do Fosso 2 (também sem distribuição espacial assinalável).

Da amostra recolhida, refira-se a estandardização das matérias-primas utilizadas, sendo que nove destes objetos são em quartzo e os restantes cinco em quartzito.

Estas peças correspondem maioritariamente a seixos, nos quais se verifica o desgaste de uma das faces da sua superfície, que indicam um impacte forte com outro material.

Destaca-se contudo, duas peças, em quartzito, que, embora também tenham como suporte um seixo de rio, foram facetadas, através de pequenos levantamentos, para a boa prossecução do seu objetivo.

Enquanto que uma das peças apresenta a extremidade distal pontiaguda, a outra apresenta uma extremidade distal côncava, assemelhando-se a uma pequena goiva.

4.2.2. Materiais de Pedra Polida/ Afeiçãoada e Elementos de Moagem

Os materiais de pedra polida/ afeiçãoada e elementos de moagem recolhidos na Ponte da Azambuja 2 são escassos e maioritariamente integráveis dentro da categoria “indeterminados” na medida em que se tratam de pequenos fragmentos que não permitem uma integração clara e inequívoca numa determinada tipologia ou categoria tecnológica. Deste modo, optou-se por se tratar este pequeno conjunto de forma agrupada, não havendo subdivisões à semelhança do que aconteceu com a análise da indústria de pedra lascada.

Na totalidade foram recolhidos quatro utensílios e/ou fragmentos de utensílios em pedra polida e um elemento de moagem.

No que respeita às matérias-primas usadas na elaboração de utensílios em pedra polida, verifica-se a utilização de três rochas distintas: anfibolito (n=2), basalto (n=1) e grés (n=1).

A fraturação é a principal característica deste pequeno conjunto, estando presentes três fragmentos que pertencem certamente a três utensílios tipologicamente e tecnologicamente distintos, mas que devido às suas reduzidas dimensões não são passíveis de determinação.

Tal significa que um utensílio se encontra intacto, integrando a categoria dos “polidores”. Trata-se de um utensílio executado em grés rosa, totalmente polido, de

morfologia triangular. A sua secção transversal é elíptica e a longitudinal apresenta os flancos convergentes.

O único elemento de moagem presente na coleção foi executado sobre granito e trata-se de um movente. Encontra-se totalmente polido e a sua secção transversal é elíptica, apresentando flancos convergentes.

A distribuição espacial destes elementos não é significativa, devendo ficar registado que o fragmento indeterminado em basalto é proveniente de recolhas de superfície. O polidor foi recolhido no interior do Fosso 1 (M/6, camada 101, n.a. 2) e o movente na base do Fosso 2 (E/21, camada 201, n.a. 6). Os outros dois fragmentos foram exumados separadamente, em cada um dos fossos identificados, ou seja, um no interior do Fosso 1 e outro no Fosso 2.

4.3. Subsistema Simbólico

4.3.1. Figuras antropomórficas e “ídolos de cornos”

Os artefactos sobre os quais incide o presente subcapítulo encontram-se subdivididos em dois grupos distintos: “ídolos de cornos” e figuras antropomórficas.

As suas características permitem admitir que ambos são elaborados em argila cozida e ilustram um conceito que privilegia a mobilidade e o transporte do objeto.

Esta última característica poderá estar relacionada com o eventual carácter doméstico destas figuras, até ao momento associadas em exclusivo a espaços de *habitat*, tais como o Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Kalb e Hock, 1980), Leceia, Oeiras (Cardoso, 1992), Vila Nova de São Pedro, Azambuja (Gonçalves, 1994), Penha Verde, Sintra (Cardoso e Ferreira, 1990), Olelas e Serra das Éguas, Sintra (Gonçalves, 1993) Monte da Quinta 2, Benavente (Valera, Tereso e Rebugue, 2006), Foz do Enxoé, Serpa (Diniz, 1999) Quinta das Longas, Elvas (Gonçalves, Carvalho e Pombal, 2003), Ponta da Passadeira, Moita (Soares, 2001), povoados da área da Comporta/ Sines, dos quais se destaca o Possanco (Silva *et alii*, 1986) Cerro do Castelo de Santa Justa, Alcoutim (Gonçalves, 1989).

Abaixo efetua-se uma descrição morfo-estilística de cada um dos conjuntos identificados na Ponte da Azambuja 2, considerando: (1) morfologia, (2) decoração e (3) fabrico.

Descrição Morfo-estilística

○ “*Ídolos de Cornos*”

Uma das características apontadas aos “ídolos de cornos” é a sua grande variabilidade formal: “com um corno”, “com dois cornos”, “corninhos”, “corniformes”, etc., são algumas das designações que se pode encontrar na bibliografia da especialidade atualmente disponível (Gonçalves, 1994).

Se por um lado estas designações parecem excessivas, por outro lado revelam a volubilidade destes artefactos, aos quais foi imediatamente atribuída uma nomenclatura, com base numa característica formal que nem sempre está presente: os cornos (Gonçalves, 1989 e 2003). A par da morfologia muitas vezes ausente, há um outro elemento que permite a distinção imediata destes artefactos: a presença de uma perfuração, por vezes no tronco do objeto, outras vezes, na base.

São estas as características - (1) morfologia corniforme que, quando inexistente, é substituída por uma morfologia cilindroide e (2) perfuração - que isolam este grupo artefactual. Simultaneamente, são elas que permitem o debate em torno da sua utilização, no qual imperam duas posições antagónicas, que podem ser brevemente resumidas por *objeto* simbólico vs objeto funcional ou, se preferível, “ídolos de cornos” vs suportes de lareira.

No caso dos “ídolos de cornos” da Ponte da Azambuja 2 há apenas um exemplar de *topo* que demonstra explicitamente a anatomia de um corno, verificando-se, no caso dos exemplares completos ou com perfis reconstituíveis, a perfuração no tronco do artefacto.

No que respeita ao fabrico, observa-se a utilização sistemática do mesmo tipo de pasta, semelhante ao restante aparelho cerâmico (elementos não plásticos abundantes, visualizando-se, macroscopicamente, o quartzo, a mica e o feldspato).

Do ponto de vista da forma, não há padrão que permita uma diferenciação tipológica das peças, sendo a presença/ ausência de decoração o que melhor distingue cada objeto.

Desta forma, para uma descrição detalhada das peças que se encontram inteiras ou cujo perfil permite a reconstituição da mesma, efetua-se abaixo a sua distinção mediante esta característica.

Por último, salienta-se que estas peças são provenientes dos contextos escavados em 2007.

Os “ídolos de cornos” da Ponte da Azambuja 2 podem ser agrupados em duas subcategorias: com decoração e sem decoração. Nesta última subcategoria enquadram-se 4 peças, que estão completas ou com mais de 75% da totalidade da peça. São elas:

“Ídolo de Cornos” 569

Proveniência: Locus 1/ M8/ [101] n.a.2

Dimensões: Altura: 109mm/ Diâmetro: 43 mm (topo); 74 mm (base)

Estado: Fraturado

O “ídolos de cornos” identificado com o número de inventário 569 detém uma morfologia cilindroide, de secção oval, com uma base côncava, denotando-se um achatamento de uma das superfícies, na qual foi efetuada a perfuração (19mm de diâmetro). O seu topo é arredondado, sem demarcar qualquer aresta.

Devido ao facto desta peça se ter fraturado durante o processo de escavação, não é perceptível a presença de decoração.

Não se verificou qualquer tratamento da superfície. Estão ausentes sinais de fogo.

“Ídolo de Cornos” 570

Proveniência: Locus 2/ E21/ [201] n.a.4

Dimensões: Altura: 132mm/ Diâmetro: 43mm (topo); 119mm (base)

Estado: Fraturado

O “ídolos de cornos” identificado com o número de inventário 570 encontra-se inteiro, estando ligeiramente fraturado na superfície oposta à perfuração. Detém uma morfologia tendencialmente cônica, de secção suboval, com uma base reta, verificando-se um achatamento de uma das superfícies, na qual foi efetuada a perfuração (16mm de diâmetro). O seu topo é arredondado, criando um espessamento no lado da perfuração.

Não se observa qualquer acabamento da superfície e marcas de exposição ao fogo estão igualmente ausentes.

“Ídolo de Cornos” 571

Proveniência: Locus 2/ E21/ [201] n.a.4 e 5

Dimensões: Altura: 138mm/ Diâmetro: 65mm (topo); 92mm (base)

Estado: Fraturado

O “ídolo de cornos” identificado com o número 571 corresponde a uma peça fraturada longitudinalmente a meio da peça, e, transversalmente ao nível da perfuração. Após a aplicação do método de remontagem de diferentes fragmentos, verificou-se a colagem entre dois elementos que se encontravam no mesmo contexto, possibilitando uma visualização completa da sua morfologia.

Desta forma, verifica-se um objeto cilindroide, de secção oval, com um diâmetro da base superior ao topo do objeto, o que lhe permite a estabilidade necessária. Apresenta uma base plana e o seu topo é igualmente plano, com uma ligeira aresta que o distingue do troco. Apesar de se encontrar fraturado ao nível da perfuração, esta encontra-se demarcada, verificando que tem 19mm de diâmetro.

Observou-se o alisamento como acabamento da superfície.

Regista-se a presença de sinais de exposição ao fogo num dos fragmentos que compõe a peça, verificando-se que ocorrem na parte fracturada do mesmo (pós-deposicional?).

“Ídolo de Cornos” 572

Proveniência: Locus 2/ E21/ [201] n.a.5

Dimensões: Altura: 143mm/ Diâmetro: 79mm (base)

Estado: Fraturado

O “ídolo de cornos” identificado com o número 572 encontra-se fracturado longitudinalmente e é composto por dois fragmentos que se encontravam dispostos no mesmo contexto.

Morfologicamente este objeto é o que mais se assemelha a um corno. Apresenta uma base reta, cujo diâmetro é claramente de dimensões superiores ao da restante peça. O arqueamento da figura é conseguido a partir do afeiçoamento de uma superfície, na qual foi efetuada a perfuração central. Neste caso, a perfuração não se situa a meio da peça, como acontece em todas as outras, mas sim quase ao nível da base. O seu diâmetro é de 19mm.

Observou-se o alisamento como acabamento da superfície. Estão ausentes sinais de fogo.

Destaca-se o contexto de proveniência de um dos fragmentos que compõem a peça, que se encontrava abaixo de uma mandíbula esquerda de *Bos taurus* (Nabais, 2013).

“Ídolo de Cornos” 559

Dimensões: Altura: 136mm/ Diâmetro: 40mm (topo); 66mm (base)

Estado: Fraturado

O “ídolos de cornos” identificado com o número de inventário 559 foi recolhido no *Locus* 1.

Após a remontagem de diferentes fragmentos do ídolo, obteve-se uma peça praticamente inteira, sendo possível reconstituir a morfologia total do objecto.

Do ponto de vista da dispersão dos fragmentos, verifica-se que estes se encontravam repartidos por diferentes quadrículas e unidades de escavação, sendo elas:

Elemento Conservado	Quadrícula	Camada	n.a.
Topo (lateral dta.)	M7	101	2
Topo (lateral esq.)	M7	103	1
Base e Tronco (lateral esq.)	M8	103	1

Tabela 4. 16. Distribuição dos fragmentos que compõem o “Ídolo de Cornos” 559 na planta e estratigrafia do Fosso1

A peça encontra-se fraturada longitudinalmente e transversalmente pelo seu eixo central, que, neste caso, é demarcado pela perfuração. Estão ausentes a base e a metade inferior do tronco da lateral direita.

Morfológicamente, a figura detém um aspecto cilíndroide, de secção circular, com uma base reta, apresentando um diâmetro maior que o tronco, eventualmente para permitir a estabilização do objeto. Na face onde foi efetuada a decoração denota-se um ligeiro achatamento, arqueando um pouco a figura. A perfuração central tem 21 mm de diâmetro.

A cozedura da peça é oxidante, o que lhe dá uma tonalidade avermelhada, contribuindo para a temática e método decorativo.

A este respeito, verifica-se, na parte superior da peça, um rebaixamento da superfície, tendencialmente circular, que foi posteriormente preenchido com uma pasta castanha, distinta da utilizada no fabrico, prefigurando, claramente, dois olhos. Uma vez que a peça encontra-se fraturada neste local, um dos olhos ainda detém este preenchimento, estando este elemento ausente na lateral direita.

Abaixo dos olhos, observa-se uma pequena incisão, eventualmente representativa das “tatuagens faciais”.

Além da decoração não foi observado outro tratamento de superfície. Estão ausentes marcas de fogo.

“Ídolo de Cornos” 573

Proveniência: *Locus* 2/ E21/ [201] n.a.5

Dimensões: Altura: 134mm/ Diâmetro: 80mm (nível da fratura)

Estado: Fraturado

O “ídolo de cornos” decorado do *Locus* 2, ao qual foi atribuído o número de inventário 573, encontra-se fraturado ao nível da base, o que não permite verificar o seu diâmetro original.

A sua morfologia geral é idêntica à dos “ídolos de cornos” anteriormente descritos: cilindroide, de secção oval, com um diâmetro na base conservada superior ao da restante peça.

Uma das superfícies encontra-se aplanada, sendo neste local onde foi executada a perfuração central, neste caso oblíqua, com 19mm de diâmetro.

Nesta mesma superfície, imediatamente acima da perfuração, regista-se uma temática decorativa que confere ao objeto características antropomórficas. Verifica-se: (1) dois olhos circulares, em baixo relevo; (2) “tatuagens faciais” representadas por três linhas paralelas, dispostas na oblíqua, em cada uma das faces da figura. Eventualmente, teria um nariz moldado na argila, facto sugerido pelo arranque verificado numa zona da peça que se encontra fraturada. Na lateral esquerda da peça verifica-se uma linha incisa vertical, que demarca o espaço decorativo.

O alisamento está atestado enquanto tratamento da superfície.

Estão ausentes sinais de fogo.

Outros

Nesta categoria foram incluídos os fragmentos de “ídolos de cornos”, que pertencem claramente a esta tipologia de artefacto, mas cujas dimensões permitem apenas identificar a que parte da peça corresponde o elemento conservado (*topo*, *troco*, *base*).

Topo

Nesta categoria insere-se apenas um fragmento, proveniente do *Locus* 2, correspondente ao único que tem uma morfologia indiscutivelmente corniforme, apresentando uma secção circular.

A pasta é idêntica à dos restantes elementos descritos e, à semelhança de tantos outros, não apresenta sinais de exposição ao fogo.

Tronco

Dentro desta categoria foram identificados 6 fragmentos, alguns com dimensões razoáveis, nos quais se observou a presença da perfuração central, sendo neste local que todos eles estão fraturados.

De um modo geral, aparentam um aspeto cilindroide, com pastas semelhantes aos restantes ídolos já descritos, sem que se tenham observado sinais de fogo.

Outros 10 fragmentos com as mesmas características (pasta e superfície arredondada), poderão enquadrar-se nesta categoria. No entanto, devido às suas reduzidas dimensões e à ausência da perfuração central, que permitiria a sua integração inequívoca, não foram contabilizadas para o efeito, devido à margem de dúvida, e por consequência de erro, existente.

Base

Dentro desta categoria foram identificados 7 fragmentos, verificando-se dois tipos de base distintos: reta (3) e côncava (4).

No que respeita às pastas verificam-se semelhanças com os restantes ídolos, sem que se tenham observado sinais de fogo.

○ *Figuras Antropomórficas*

Ao contrário dos “*ídolos de cornos*”, as figuras antropomórficas da Ponte da Azambuja 2 proveem de recolhas de superfície, realizadas junto ao corte onde foi identificado um dos fossos que compõe o Recinto 2²². Apesar do seu contexto de proveniência não ser seguro, admite-se que sejam procedentes do preenchimento do fosso identificado na linha de água.

Uma característica comum a cada uma das peças é o elemento conservado, correspondente ao topo da figura.

Desconhece-se a configuração do seu tronco, no entanto, a morfologia e orientação do elemento conservado indica um eventual paralelismo com o “*ídolo de cornos*” decorado do *Locus* 2. Esta semelhança é desde logo sugerida pela decoração presente em todos os casos. No entanto, se a perfuração patente no objeto do *Locus* 2 lhe permitiu a sua classificação como “*ídolo de cornos*”, a mesma designação já não pode ser aplicada às peças do Recinto 2. Desta forma, assinalam-se as devidas reservas, no que respeita a esta hipótese.

²² Uma das figuras foi recolhida pelo Dr. André Freitas, durante a prospeção de superfície realizada no acompanhamento arqueológico (adiante designada por *F.A.1*).

Recinto 2/ Rec. Sup./ F.A.1

Dimensões: Altura: 60mm / Diâmetro: 50mm (topo)

Estado: Fraturado

A morfologia do elemento conservado desta figura é, como se disse anteriormente, de tendência cilíndrica, apresentando uma secção oval, e uma parte superior plana.

Encontra-se fraturada, longitudinalmente, a meio do seu diâmetro, e, transversalmente, abaixo da superfície decorada.

A antropomorfia desta peça é sugerida pela conjugação de diferentes técnicas decorativas que, elaboradas sobre uma superfície aplanada para o efeito, permitem a figuração de um rosto. Desta forma verifica-se: (1) a representação dos olhos, em baixo-relevo, executada através de impressão digital, dando-lhes uma forma oval, ajudando na prefiguração de (2) um nariz, moldado na argila, com a exibição inequívoca das duas narinas; em cada face do rosto, constam as conhecidas (3) “tatuagens faciais”, reproduzidas mediante a técnica da incisão, constando, na face direita da figura, duas linhas paralelas, disposta na oblíqua, e, na face esquerda, quatro linhas, com a mesma disposição.

A pasta utilizada para a sua manufatura apresenta um número razoável de elementos não plásticos, inferiores a 2mm, dos quais constam o quartzo, a mica e o feldspato.

Não se regista qualquer acabamento de superfície, à exceção da decoração. Estão ausentes as marcas de fogo.

Recinto 2/ Rec. Sup./ F.A. 2

Dimensões: Altura: 69mm (máximo) / Diâmetro: 49 mm (topo); 68mm (zona de fratura)

Estado: Fraturado

Do ponto de vista técnico, esta figura apresenta uma forma cilindroide, com uma secção sub oval, de topo plano.

Encontra-se fraturada transversalmente ao nível do plano decorativo.

À semelhança da figura acima descrita, a superfície onde foi efetuada a decoração encontra-se aplanada, para que, através da decoração, surja um rosto anatomicamente antropomórfico. Encontram-se representados: (1) dois olhos ovais, em baixo-relevo, realizados através da impressão digital; (2) o nariz, moldado na argila, com indicação das duas narinas; (3) duas linhas paralelas, disposta na oblíqua, na face esquerda da peça, facilmente conectáveis com as “tatuagens faciais”.

A pasta utilizada é relativamente depurada, com a presença de um número razoável de elementos não plásticos, inferiores a 2mm, dos quais constam o quartzo, a mica e o feldspato.

No que respeita ao acabamento de superfície denota-se a presença de uma aguada.

Não se registam sinais de exposição ao fogo.

“Agarrar o touro pelos cornos”: o debate

Se é “ [...] no território da investigação sobre comunidades sem registos escritos que o dado material atinge aparentemente a dignidade de fonte única [...]” (Fabião, 1989:10), também é no campo das manifestações simbólicas que o discurso de uma investigação interpretativa pode conhecer o seu lado mais subjetivo e escorregadio.

Se no presente é difícil para um ocidental, cuja educação tem uma matriz essencialmente católica, compreender a linguagem implícita numa outra imagética religiosa contemporânea, como por exemplo o hinduísmo, fazê-lo num objeto de uma sociedade pretérita será, porventura, uma tarefa cujos contornos facilmente podem adquirir o carácter de uma ciência “pouco exata” e “não muito social”.

Porque muitas vezes se verifica uma tendência para remeter para o campo do “simbólico” o que não é empiricamente demonstrável, alguns autores têm questionado a noção de “ídolo” e a sua aplicação imediata a objetos cujo contexto e cronologia não estão claramente definidos: o que é um ídolo? e quais as características que permitem que determinado objeto detenha esse estatuto?, são algumas das perguntas que recentemente têm sido colocadas (Hurtado, 2009).

No caso dos objetos a que se reporta o presente texto, verifica-se situações distintas no que se refere ao seu debate: por um lado, há os “ídolos de cornos”, cuja leitura enquanto representações simbólicas tem sido amplamente questionada, e, por outro, os ídolos antropomórficos, que por deterem características comuns a tantas outras figuras, não deixam margem para dúvidas enquanto manifestações ideológico-simbólicas.

Não se pretende aqui efetuar uma historiografia da investigação sobre os “ídolos de cornos” ou sobre as figuras antropomórficas em argila. Para os primeiros Cardoso já se debruçou anteriormente (Cardoso, 2003), e, para os segundos, não há, no SW Peninsular, trabalhos desenvolvidos que permitam tal exercício.

No entanto, porque os “ídolos de cornos” são o elemento mais controverso nesta abordagem, é determinante, neste ponto, efetuar uma avaliação do “estado da questão”. Na última década, a discussão sobre o significado/ funcionalidade dos chamados “ídolos de

cornos”/ suportes de lareira estagnou, parecendo, em definitivo, que a última designação venceu o debate (Cardoso, 2003). A favor desta interpretação estão os seguintes argumentos: (1) surgem apenas em contextos habitacionais; (2) em alguns casos, aparecem associados a fornos (Ponta da Passadeira), estruturas de combustão (Cerro do Castelo de Santa Justa) ou em unidades de produção de sal (Monte da Quinta 2); (3) possuem uma morfologia favorável à sua utilização enquanto “suportes de lareira”, propondo-se a utilização de um número distinto de peças, consoante a forma – corniforme simples (três peças), corniforme duplo (dois peças), topo aplanado ou ligeiramente côncavo (uma peça).

As contrariedades que surgem a esta proposta, tais como a perfuração central, a decoração e a miniaturização, são explicadas da seguinte forma: as primeiras servem para facilitar a cozedura da peça, as segundas, não explicam o carácter simbólico, já que se reconhecem nos “pesos de tear” as mesmas temáticas decorativas, e, por fim, os pequenos objetos poderão corresponder a eventuais “brinquedos” pré-históricos (Cardoso, 2003).

No que concerne aos “ídolos de cornos” da Ponte da Azambuja 2 existem alguns entraves no que respeita à atribuição de uma funcionalidade enquanto “suportes de lareira”. O polimorfismo destas peças, o contexto em que foram identificadas, e a temática decorativa presente em alguns objetos, são características que não permitem o “encaixe” nessa proposta interpretativa. Vejamos:

1. Morfologia

Do ponto de vista da forma, a hipótese da utilização destes objetos enquanto “suportes de lareira” é absolutamente nula.

Se a perfuração central não pode ter sido utilizada enquanto fixador de um espeto, conforme defende Cardoso (2003), a morfologia da maior parte dos objetos da Ponte da Azambuja 2 também jamais terá sido aproveitada como suporte dessa haste.

Note-se que quase todos os exemplares detêm um topo ligeiramente convexo, o que impede a estabilidade de qualquer espeto, havendo apenas um exemplar com o topo aplanado (“Ídolo de Cornos 571”), que também não oferece qualquer ponto de equilíbrio para a sua utilização enquanto “suporte de lareira”.

2. Contexto

Nenhum dos objetos recolhidos na Ponte da Azambuja 2 se encontra associado a uma estrutura que implique a utilização do fogo, e apenas um exemplar demonstra sinais de exposição a altas temperaturas, ocorrida num momento pós-deposicional.

Tal facto invalida de imediato a hipótese da sua utilização enquanto *suportes de lareira*. A sua utilização enquanto tal, deixaria claros indícios na superfície da peça, conforme é possível atestar em alguns dos recipientes cerâmicos recolhidos no sítio.

O exercício de distribuição espacial efetuado para os contextos escavados demonstrou, no caso do *Locus 2*, uma associação artefactual que remete para um cenário dificilmente explicável à luz de uma interpretação funcional. Anulada a hipótese de integrarem uma estrutura de combustão, a associação evidente de quatro “*ídolos de cornos*” morfologicamente distintos, num espaço reduzido, assim como a sua relação com artefactos facilmente “transportáveis” para o universo funerário, permitem conjecturar acerca da realização de práticas mágico-simbólicas, que não são desconhecidas nas comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e.

3. Decoração

Neste ponto, o debate é obrigatoriamente alargado às figuras antropomórficas. Embora tenham sido aqui tratadas separadamente, há evidentes paralelos entre estas e o “*ídolo de cornos*” decorado, recolhido no *Locus 2* (“*Ídolo de Cornos 573*”). Mesmo no plano morfológico tudo indica, conforme foi já anteriormente referido, que ambas as tipologias são semelhantes. Desta forma, e assinalando-se as devidas reservas quanto à morfologia geral das peças antropomórficas, questiona-se: porquê considerar uns objetos funcionais e outros artefactos ideotécnicos? O que os distingue? Não representam a mesma figura?

Mas mesmo que se tente negar o inegável paralelismo entre ambos os tipos de figuras reconhecidas na Ponte da Azambuja 2, é impossível recusar as simetrias existentes entre a figura do *Locus 2* (“*Ídolo de Cornos 573*”) e o ídolo antropomórfico do Possanco, também conhecido como “*ídolo da Comporta*”. Este artefacto, ao qual foi imediatamente atribuído um valor simbólico, detém não só a morfologia da figura da Ponte da Azambuja 2, mas também a mesma temática decorativa: olhos, nariz e “*tatuagens faciais*”.

A partir daqui, é fácil aplicar o seguinte silogismo:

O “*ídolo da Comporta*” pertence ao grupo dos artefactos ideotécnicos;

A figura recolhida no *Locus 2* da Ponte da Azambuja 2 (“*Ídolo de Cornos 573*”) é semelhante ao “*ídolo da Comporta*”;

Logo a figura recolhida no *Locus 2* da Ponte da Azambuja 2 (“*Ídolo de Cornos 573*”) pertence ao grupo dos artefactos ideotécnicos.

Há no entanto, um elemento que os distingue: a existência da perfuração central no caso do “*Ídolo de Cornos 573*”. Se a presença da decoração permite estabelecer paralelos entre este objeto e outras peças idoliiformes, a existência da perfuração central permite conectá-la com os restantes “*ídolos de cornos*” identificados neste sítio. Ou seja, se o “*Ídolos de Cornos 573*” da Ponte da Azambuja 2 não tivesse perfuração central seria exatamente igual ao “ídolo da Comporta”. No entanto, se não tivesse decoração seria exatamente igual a qualquer outro “ídolo de cornos” identificado neste sítio. Pode-se inferir então, que todos os “ídolos de cornos” com ou sem decoração, com ou sem perfuração central, pertencem ao grupo dos artefactos ideotécnicos do Neolítico Final.

Pelo que foi acima exposto, considera-se que as figuras recolhidas na Ponte da Azambuja 2 fazem parte do quotidiano mágico-simbólico das comunidades que construíram, ocuparam e abandonaram aquele espaço, durante a segunda metade do 4.^o milénio a.n.e.

Muito embora se discorde da sua utilização enquanto suporte de lareira, conforme tem sido defendido por Cardoso, afirma-se, à semelhança deste autor, que “ [...] a designação de “ídolos de cornos” numa base estritamente morfológica não é [...] aplicável” (Cardoso, 2003:79) a estes objetos. Mas esta é uma questão que levaria a uma revisão terminológica que não é, de todo, o objetivo deste texto...

Leitura sintética

Admitindo o paralelismo entre as figuras antropomórficas e o “ídolo de cornos” decorado da Ponte da Azambuja 2, e destes com o designado “ídolo da Comporta”, verifica-se que a presença deste tipo de figuras abarcam fronteiras latas no espaço geográfico e amplas na diacronia de utilização.

Do Médio e Baixo Tejo, às Penínsulas de Lisboa e Setúbal, passando pelo território alentejano e estendendo-se até à Andaluzia (Martínez Sánchez e García Benavente, 2009), estes objectos aparecem associados a contextos que vão desde o Neolítico Final até ao Calcolítico Pleno, não obedecendo a qualquer padrão no tipo de sítio arqueológico. Eles estão presentes em povoados abertos, povoados especializados, povoados fortificados, recintos de fossos...

No que respeita à sua presença em recintos de fossos e considerando os contextos escavados na Ponte da Azambuja 2, pergunta-se: qual o seu papel na vida daquela comunidade? Farão parte do paulatino processo de complexificação social, contribuindo para

os diferentes sistemas de coerção que eventualmente terão existido? Ou, pelo contrário, fazem parte de práticas deposicionais intencionais, desenvolvidas em rituais relacionados com o fim de ciclo do lugar? Estarão todas as possibilidades de reconstrução do passado esgotadas nestas duas hipóteses?

Por agora apenas afirma-se que aceitar o hipotético uso das figurinhas de barro em eventuais práticas de cariz mágico-simbólico não significa, necessariamente, aceitar a aplicação desse mesmo conceito nos recintos de fossos do SW Peninsular...

4.3.2. Placa de Xisto Decorada

O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 localiza-se num território paradigmático do megalitismo funerário português, o Alentejo central, no qual as placas de xisto, com especial destaque para as decoradas, são, a par dos monumentos em si, o seu maior e melhor representante.

Na Ponte da Azambuja 2 foi recolhido um exemplar deste grupo artefactual, proveniente do interior do Fosso 2, quadrícula E20, camada 201, nível artificial 3.

De morfologia trapezoidal, as dimensões atuais deste elemento são as seguintes: altura – 45,92mm; largura no topo – 18,82 mm; largura na base – 28,05mm; espessura – 4,00mm. Não apresenta perfuração.

Esta placa de xisto foi fraturada durante o processo de escavação; contudo, foi possível efetuar a sua colagem e restauro, pelo que se pode afirmar que estaria intacta, embora com algum escamamento antigo no rebordo lateral direito.

O motivo decorativo da peça é composto por quatro faixas verticais, alternadamente preenchidas com as retículas típicas destes objetos, que, quando não interrompidas pelo contorno, detêm pouco mais de 1cm de largura.

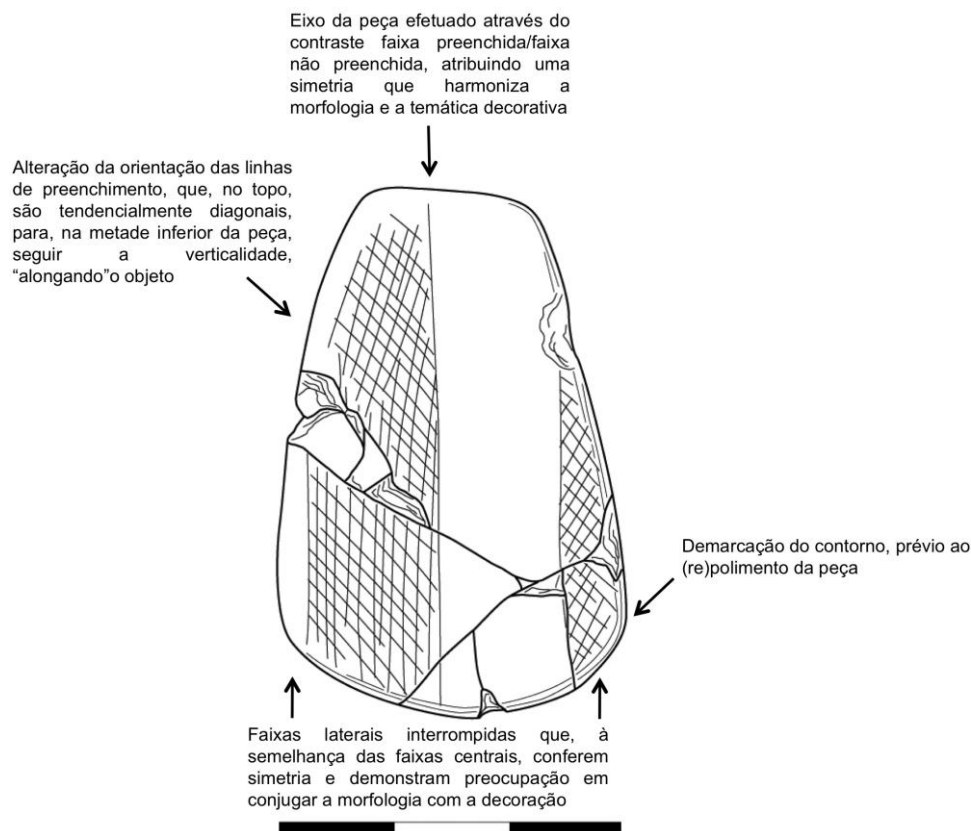


Figura 4. 3. Descrição pormenorizada da placa de xisto decorada da Ponte da Azambuja 2 (desenho de Marco Andrade)

As reduzidas dimensões da peça, assim como a decoração claramente descontinuada pela sua morfologia, indicam que se trata do reaproveitamento de um elemento mais antigo. De facto, este objeto foge à anatomia clássica da placa de xisto ibérica, estando ausente todos os componentes que usualmente as caracterizam, de acordo com a proposta efetuada por Lillios (2002).

De modo a demonstrar esta condição de reaproveitamento, efetuou-se um exercício de reelaboração virtual dessa situação. A observação do desenho e fotografia da placa de xisto decorada MEV 5133, proveniente da Anta de Cabacinheiros (Évora) (Gonçalves *et alii*, 2005) permitiu identificar, na zona do topo da placa (Cabeça), uma temática decorativa semelhante à da Ponte da Azambuja 2. Procurando respeitar as medidas do elemento recolhido no recinto de fossos, elaborou-se, a partir da placa MEV 5133, uma placa virtual semelhante. O resultado deste trabalho demonstra que a placa da Ponte da Azambuja 2 podia, perfeitamente, ter sido elaborada a partir da peça proveniente da Anta dos Cabacinheiros.

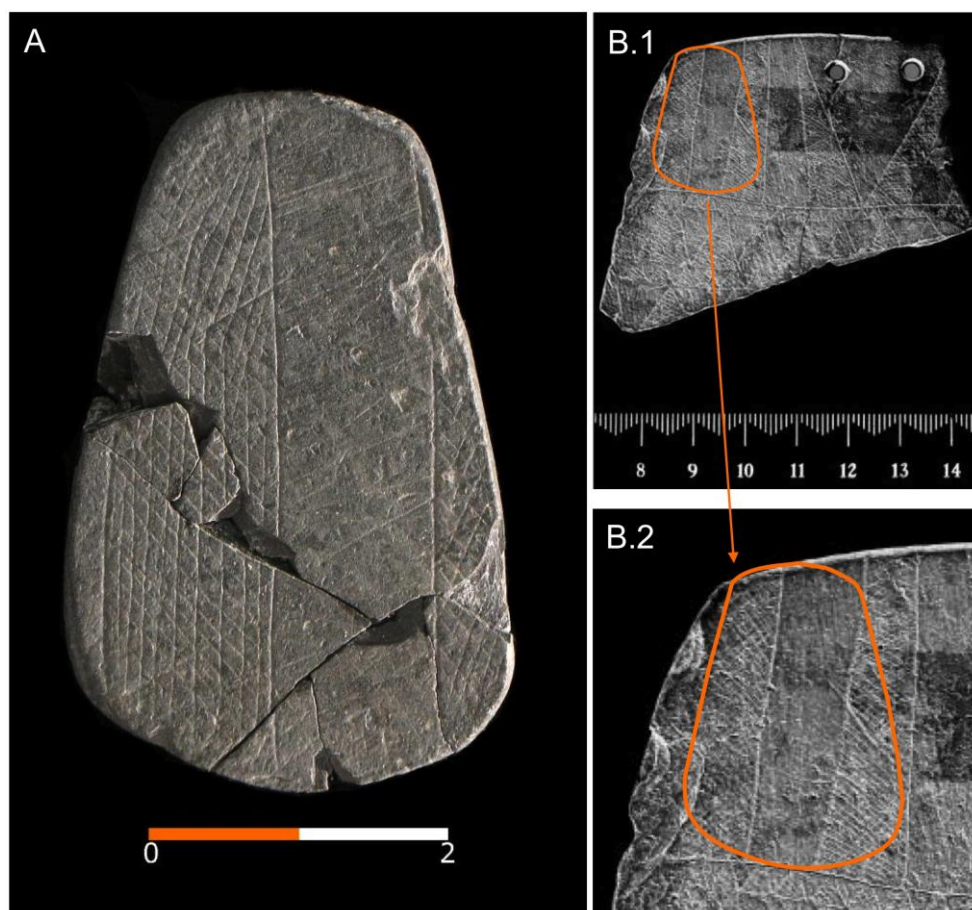


Figura 4. 4. Elaboração virtual de uma placa de xisto gravada semelhante à da Ponte da Azambuja 2, a partir da placa MEV 5133, da Anta de Cabacinheiros (Évora): A. Placa de xisto gravada da Ponte da Azambuja 2 (Foto de Pedro Souto); B.1. Fotografia da placa de xisto gravada MEV 5133 (Gonçalves, Pereira, & Andrade, 2005), com indicação do local onde se extraiu a placa virtual; B.2. pormenor da fotografia anterior com a denotação da placa de xisto gravada virtual.

Embora não existam dúvidas quanto à reutilização de uma placa de xisto gravada previamente executada, levantam-se algumas questões relacionadas com esse suporte: seria uma placa de xisto terminada e colocada no seu local habitual – contexto funerário – posteriormente retirada e esvaziada do seu sentido primário? Seria uma placa que nunca chegou a exercer a sua função primordial (acompanhar o morto)? Ou terá sido uma placa que se fraturou durante a execução e, inutilizado o seu primeiro projeto, foi reaproveitado o seu desenho? E porquê? Para quê?

Muito embora estas perguntas nunca venham a ter resposta, o aparecimento desta placa de xisto pouco convencional permite conjecturar sobre (1) o seu significado enquanto objeto e (2) a sua presença num contexto que, aparentemente, nada tem a ver com aquele que é usual.

A interpretação destes objetos, e por conseguinte a avaliação do seu significado na vida das comunidades construtoras de megálitos (e de recintos de fossos), conheceu, na primeira

década do atual milénio, um reacender de uma chama antiga, que se desvanecia. Com uma história longa na historiografia arqueológica portuguesa, o estudo das placas de xisto gravadas alentejanas centrou-se, durante um período considerável de tempo, na descrição das suas características decorativas, típicas da fase colecionista da Arqueologia. A apresentação cuidada destes objetos e o seu sentido estético permitiu o seu encaixe acrítico na máxima, então vanguardista, *ex oriente lux*.

A partir da década de '50 do século XX outras preocupações começaram a ser reveladas nos textos produzidos, detendo o casal Leisner um papel fundamental nesta mudança de paradigma. Na célebre monografia *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz* (Leisner & Leisner, 1951), os investigadores alemães demonstram preocupações relacionadas com a proveniência da matéria-prima, integração cronológica efectiva (ainda que relativa), génese iconográfica e respetivo quadro evolutivo, e, leitura interpretativa a uma macro escala.

A partir da década de '70 do mesmo século, Gonçalves, continua a percorrer o mesmo caminho dos arqueólogos germânicos, até aos dias de hoje (Gonçalves, 1993, 2003, 2004, 2006a, 2006b). Centrado, particularmente, nos complexos mágico-simbólicos e sua evolução territorial, o discurso deste autor passa pela identificação da representação de duas divindades principais no panteão pré-histórico – a Deusa do Olhos de Sol e o Jovem Deus - que se sucedem cronológica e territorialmente, através do corredor Lisboa – Huelva: “Se as placas de xisto gravadas originais integram um subsistema que é gerado no Alentejo Central, mas que se difunde pelo Centro e Sul de Portugal, a inclusão do «ídolo almeriense» traduz, desde a Península de Lisboa até à Andaluzia, a dinâmica e a mobilidade renovadas das sociedades camponesas de segunda fase, as que estão claramente associadas às comunidades de arqueometalurgistas do cobre” (Gonçalves, 2006:203)²³.

Mas foi no dealbar do novo milénio que, pela primeira vez, é publicado um *corpus* destes artefactos (Lillios, 2004), acompanhado de outras perspetivas sobre a sua distribuição, as suas temáticas decorativas e, sobretudo, sobre o seu significado social (Lillios, 2002, 2008). A compilação de cerca de 680 placas, provenientes de 150 sítios publicados, compõe o inventário da investigadora americana. No seu trabalho de investigação, recupera uma hipótese interpretativa que, ao contrário do que tem sido comum no discurso arqueológico

²³ Contudo, os mais recentes trabalhos no Complexo Arqueológico dos Perdigões coloca estas figuras numa etapa cronológica anterior, ou seja, na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., sendo o seu contexto de proveniência seguro e com cronologia assegurada quer pelo espólio associado, quer por datações absolutas (Valera, A. C. (2012).

português, vê nos símbolos das placas de xisto composições heráldicas, que expressam linhagens familiares, que identificam e “autenticam” o indivíduo que acompanha. A introdução desta leitura interpretativa é acompanhada de uma narrativa social destas comunidades e da sua evolução cronológica e cultural: “The socio-economic landscape of southwestern Iberia in the fourth millennium BC, particularly the Alentejo with its light yet fertile soils and valued stone resources, such as amphibolite (Lillios, 1997), could well have provided the conditions that made it necessary for some groups and individuals to distinguish themselves in order to legitimate access to territory or to resources. By the middle of the third millennium BC, however, those needs apparently disappeared, although the decorative motifs of the plaques persisted in the representational vocabulary of Iberians, probably with new meanings. Indeed, all the motifs on the Iberian plaques are found on later, Bell-Beaker pottery in Iberia (Harrison, 1974, p. 105)” (Lillios, 2002: 149).

Curiosamente, neste último trabalho, é efetuada uma referência a duas temáticas decorativas distintas, que, por serem escassas no inventário realizado, não foram contempladas no estudo. É o caso do único exemplar com motivos “em espinha de peixe”, e das placas de xisto com bandas verticais, das quais estão apenas publicadas quatro elementos. Como foi já referido, é neste último grupo que se insere a peça recolhida no interior do Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2.

Estando (1) fora do seu contexto habitual (megalitismo funerário), (2) sendo reaproveitada a partir de um elemento preexistente, (3) estando ausentes os atributos que permitem a conexão com uma divindade pré-histórica, (4) detendo uma iconografia rara entre mais de seis centenas de objetos, qual o significado da placa de xisto gravada da Ponte da Azambuja 2 e qual a sua importância no estudo dos recintos de fossos pré-históricos do Neolítico Final?

Num primeiro plano, esta placa atesta a indissociável relação entre os recintos de fossos do Neolítico Final e o megalitismo funerário, que conhece nesta região a sua expressão máxima. Pensar nuns, esquecendo os outros seria, porventura, um erro crasso, revelado quer pela coincidência territorial de ambos os fenómenos, quer pela sua cronologia sincrónica, que pressupõe que os construtores dos primeiros são, igualmente, os construtores dos segundos.

Esta evidência encontra-se corroborada não só pela presença de monumentos megalíticos funerários no interior do recinto de fossos dos Perdigões (ainda que essa inclusão

pertença a um período posterior), mas também pela identificação de um recinto de fossos especializado na execução de placas de xisto gravadas: o recinto de fossos de Águas Frias (Alandroal, Évora) (Calado, 2005; Calado & Rocha, 2007; Gonçalves, 2013). Embora não esteja ainda publicado um estudo sistemático deste contexto, nomeadamente a cadeia operatória de elaboração destes artefactos, algumas leituras e interpretações foram já avançadas: se para o investigador que escavou o sítio, o contexto remete para um centro produtor de placas de xisto, revestido de um carácter ritual, em parte devido à sua proximidade aos santuários de arte rupestre do Guadiana (Calado, 2005; Calado & Rocha, 2007), para o depositário da colecção a interpretação não deverá ser estanque, devendo-se antes pensar numa escola para fazedores de placas, um “[...] centro de formação de artesãos” (Gonçalves, 2013:110). Para esta última explicação contribuem os seguintes factores: (1) presença de toda a cadeia operatória da manufatura de placas de xisto, mas inexistência de um produto acabado; (2) a existência, na área imediata ao sítio (num raio de 12 km), de poucos monumento megalíticos, com poucas placas de xisto, ou seja, “[...] demasiadas potenciais placas de xisto em Águas Frias para tão poucas antas” (Gonçalves, 2013:112). Esta constatação leva este investigador a propor que as placas saiam inacabadas de Águas Frias, sendo posteriormente terminadas em diferentes áreas de ação para onde os “alunos” se dirigiam. Deste modo, a decoração e as suas temáticas seriam feitas “à vontade do freguês”. Assim, e retomando o parágrafo anterior, os construtores de recintos são, pelo menos neste caso, também os artesãos das placas de xisto.

Num segundo plano, reflete que as fronteiras entre “mundo dos mortos” e “mundo dos vivos” das sociedades pré-históricas podem ser menos estanques e mais diversificadas, conforme se tem vindo a reconhecer nos últimos anos, no SW Peninsular...

Se o contexto do Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2 poderá estar ou não relacionado com práticas mágico-simbólicas, ou se pode, até mesmo, indicar a presença de uma estrutura funerária próxima, é um ponto que será debatido no capítulo seguinte.

Por agora importa apenas salientar que o critério de uso, assim como o contexto de utilização deste pequeno objecto, foge (deliberadamente?) ao que se conhece, naquele que é o território paradigmático das placas de xisto gravadas.

4.3. Objetos de Adorno

No recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 foi recuperado apenas um elemento de adorno , proveniente do Fosso 2, Quadrícula E/21, Camada 201, nível artificial 3.

Tipologicamente enquadra-se no grupo dos pendentes completamente facetados²⁴

Eventualmente elaborado sobre fibrolito, este pendente não apresenta qualquer perfuração, sendo a sua suspensão conseguida através de dois entalhes laterais opostos, no topo da peça.

As suas dimensões são as seguintes: comprimento – 54,45mm; largura no topo – 21,22 mm; largura na base – 3,43mm; espessura – 6,29mm; largura entre entalhes – 16,55mm.

A peça detém uma anatomia tendencialmente triangular e a sua superfície encontra-se totalmente polida, o que não permite uma identificação segura da matéria-prima.

Morfológicamente, este objeto detém exatamente a mesma forma de uma enxó, embora miniaturizada e transformada em ornamento através dos elementos utilizados para suspensão. Porém, na zona dos entalhes, não se observam, macroscopicamente, sinais de desgaste por utilização.

Este elemento de adorno encontra-se inteiro, embora ligeiramente escamado na parte inferior da peça e com uma pequena fratura antiga junto a um dos entalhes.

No que respeita ao seu contexto de proveniência refira-se que é semelhante, por exemplo, ao da placa de xisto decorada. À sua semelhança, este objeto de adorno poderia, perfeitamente, estar enquadrado num ambiente funerário, contribuindo para esta afirmação: (1) a transformação de um utensílio de pedra polida miniaturizado em adorno pessoal; (2) a aparente inexistência de marcas de utilização/ suspensão; (3) a escolha da matéria-prima, incomum no universo dos objetos utilitários, embora presente no grupo dos adornos provenientes do megalitismo funerário.

A este propósito refira-se ainda o facto desta matéria-prima não surgir em nenhuma categoria tecnológica ou utensílio das indústrias líticas lascada e polida presente no sítio, revelando um assim, uma eventual exclusividade para este fim.

²⁴ No trabalho adotado para a definição dos critérios de análise, o autor definiu o grupo tipológico dos “pendentes” como objectos que possuem um elemento de suspensão – perfuração ou entalhes – que se desenvolvem perpendicularmente ao seu eixo central. Na coleção que estudou, agrupou os “pendentes” em dois subtipos distintos: (1) os pendentes com formas naturais inteiras, pouco ou nada transformadas e (2) os pendentes completamente facetados (Pascual Benito, 1998).

4.4. Indústria Óssea

Foram recolhidos três objetos em osso polido, enquadráveis nesta categoria.

Todos eles encontram-se bastante fragmentados e em condições de preservação delicada, tendo sido identificados aquando do estudo específico da fauna exumada na Ponte da Azambuja 2, realizado por Mariana Nabais (2013) (vd. Capítulo 6 e Anexo III.3).

Trata-se de dois utensílios realizados sobre osso e outro sobre dente, distinguindo-se dos restantes elementos faunísticos através do polimento das suas superfícies.

O seu estado de conservação débil não permite uma descrição detalhada e exaustiva de cada uma das peças, nomeadamente no que concerne às suas dimensões, morfologia, etc.

Porém, no caso dos utensílios em osso é possível afirmar que se tratam de duas peças com uma morfologia semelhante, integralmente polidas, apresentado um sulco de morfologia em U no lado ventral. No lado dorsal, um dos utensílios apresenta arestas artificiais e, no outro, reconhece-se uma marca longitudinal contínua (Nabais, 2013) (vd. Fig. 10 e 11, do Anexo III.3).

Pese embora todas as dificuldades inerentes à fragilidade destes elementos, é possível aventar uma possível integração tipológica. De acordo quer com as características acima enunciadas, quer com as características definidas por Salvado (2004) para diferentes grupos tecno-tipológicos deste tipo de artefacto, é possível supor que se tratam de agulhas, muito embora faltem as extremidades pontiagudas e de apreensão de fio. No entanto, as dimensões destas peças, nomeadamente a largura e espessura, não permitem a sua integração num grupo de utilitários robustos, o que torna viável a proposta apresentada.

Quanto ao dente polido, deve-se, antes de mais, mencionar que o polimento apenas surge junto à raiz do suporte, que pertenceria a um herbívoro juvenil (Nabais, 2013). Eventualmente esta transformação antrópica poderá estar relacionada com a obtenção de um elemento de adorno e não com a execução de um utensílio. No entanto, uma vez que a sua integração nesse grupo artefactual não é inequívoca, optou-se por enquadrar esta peça numa categoria mais generalista.

4.5. Outros

Entre o conjunto artefactual da Ponte da Azambuja 2 encontram-se dois fragmentos informes de hematite, recolhidos no preenchimento do Fosso 2, mais concretamente na quadrícula E/21, no terceiro nível artificial, da camada 201.

Embora não se possa assegurar a sua introdução no contexto arqueológico por via antrópica – ainda que não seja um mineral abundante na área do sítio em apreço – considera-se pertinente a sua referencia, na medida em que não é desconhecido o seu uso como pigmento em épocas pré-históricas.

Contudo, saliente-se que em nenhum artefacto ficou atestada a sua utilização, nem existem quaisquer indícios dessa situação no sítio analisado.

4.6. Notas sobre a cultura material da Ponte da Azambuja 2

A análise à cultura material da Ponte da Azambuja 2 não pode ser meramente descritiva, devendo ser revestida de uma série de reflexões sobre o conjunto, que devem deter dois patamares de análise distintos, mas complementares:

1. por um lado, deve-se efetuar uma aproximação à cronologia do sítio, na medida em que, na ausência de datações absolutas, é a cultura material que oferece uma integração cronológica fiável;
2. por outro lado, deve-se questionar o sentido cultural destes elementos: qual o seu significado no contexto da Ponte da Azambuja 2?

4.6.1. Significado Cronológico

A cultura material da Ponte da Azambuja 2 detém vários indicadores cronológicos que permitem assegurar a integração da sua ocupação nos finais da segunda metade do 4.º milénio a.n.e.

Entre todos os artefactos anteriormente expostos o grupo das cerâmicas é, porventura, aquele que apresenta um grau de fiabilidade mais estanque. Tal deve-se, essencialmente, aos vários estudos dedicados a esta componente que superam quantitativamente todos os outros.

Deste modo, considera-se que, para uma correta compreensão cronológica da Ponte da Azambuja 2, a dicotomia taça carenada/ prato, com especial destaque para os pratos de bordo espessado, é indispensável.

Sobre estas duas formas cerâmicas tem sido efetuada algumas reflexões de carácter diacrónico, que consideram a segunda como uma eficaz e eficiente sucessora da primeira. A este respeito, e de acordo com o que foi anteriormente citado no subcapítulo respeitante às formas presentes no sítio em estudo (vd. 4.2.1.1), Gonçalves (2003) afirma o seguinte: “ A 1ª metade do 3.º milénio consagra, a nível da produção cerâmica, a afirmação estilística de um recipiente hoje muito bem conhecido, o grande prato de bordo espessado, bem como a extinção do recipiente de morfologias e volumetria próximas que aparentemente o antecedeu e com ele coexistiu, a taça carenada” (Gonçalves, 2003:291).

Assim, a interpretação tradicional sobre estas duas formas cerâmicas aceita uma visão dicotómica representativa de dois períodos cronológicos distintos, sendo a taça carenada um fiável indicador do Neolítico Final, ao ponto de ser considerado um verdadeiro “fóssil diretor”, passando esse papel a ser assumido pelo o prato de bordo espessado a partir do 3.º milénio a.n.e. De acordo com alguns autores portugueses, e, segundo este ponto de vista, esta substituição teria sido relativamente abrupta, justificando-se a afirmação com o facto de quando se regista a presença de ambas as formas, o prato detém um maior número de exemplares, em detrimento da taça carenada, que conhece um decréscimo significativo relativamente aos estratos/ contextos onde aparece de forma isolada (Silva & Soares, 1976-1977).

Ora na Ponte da Azambuja 2 a situação que se verifica é exatamente oposta àquela. De acordo com o Catálogo de Formas apresentado no subcapítulo dedicado a este tema (vd. 4.2.1.1., Tabela 4.2), as taças carenadas são a forma cerâmica melhor representada no conjunto estudado, perfazendo cerca de 60% (n = 193) da globalidade da coleção, enquanto que os pratos, nos seus diversos subtipos, correspondem apenas a 3% da coleção (n = 8).

Esta situação não só se verifica na Ponte da Azambuja 2, como foi já referida noutros contextos do SW Peninsular recentemente escavados, sugerindo um cenário distinto do que tem sido tradicionalmente aceite, indo ao encontro de um modelo em que essa substituição terá sido efetuada de forma de facto mais progressiva e gradual.

De forma a justificar esta afirmação, torna-se necessária a revisão de alguns contextos do SW Peninsular que, de forma absoluta ou de forma relativa, têm sido cronometricamente integrados na etapa final do Neolítico. Os sítios considerados para esta

análise artefactual, centrada na componente cerâmica, com objetivos cronológicos, são os seguintes:

- com datação absoluta: Juromenha 1, São Pedro, Torre do Esporão 3, Perdigões, Sala n.º 1, Porto Torrão, Igreja Velha de São Jorge, São Brás 1, Papa Uvas;
- com datação relativa: Foz do Enxoé, Casa Branca 7²⁵.

Entre os sítios com datações absolutas destacam-se diferentes tipos de ocupação: por um lado estão presentes os recintos de fossos – Juromenha 1, Perdigões, Igreja Velha de São Jorge e Papa Uvas -, por outro os sítios “fortificados” ou “murados” (conforme a corrente interpretativa adotada pelo leitor) – São Pedro e São Brás 1 – e os povoados abertos, localizados junto, ou não, a linhas de água – Sala n.º1 e Torre do Esporão. Esta última situação de implantação é idêntica aos dois últimos sítios considerados na categoria “sítios com datação relativa”, estando o primeiro enquadrado, como já se viu, nos “recintos de fossos”.

Na Juromenha 1, apesar dos dados acerca da sua cultura material serem escassos, podem-se retirar, quer nas pequenas referências feitas em artigos publicados, quer nos relatórios preliminares de escavação arqueológica, algumas indicações sobre o conjunto artefactual exumado. No relatório preliminar da Campanha de 1998 lê-se a seguinte descrição: “Salienta-se, numa avaliação necessariamente preliminar, a presença importante de vasos e taças carenadas, sem nenhum caso de espessamento ao nível das carenas, como é habitual nos conjuntos tradicionalmente atribuídos ao Neolítico Final – Calcolítico do SW; desse contexto, faltam também, em absoluto, as peças de bordo espessado, os pesos de tear, assim como são muitos escassos os instrumentos de pedra polida, as pontas de seta, os percutores e os elementos de mó manual” (Calado & Mataloto, 1998:10). Boaventura e Mataloto (2009), no seu artigo de síntese acerca das datações absolutas dos sítios do SW Peninsular, reforçam esta afirmação, com a seguinte “ [...] estão omissas as formas que parecem caracterizar a viragem do milénio, nomeadamente as carenas espessadas e outras formas espessadas”, já que as datas disponíveis apontam para uma série de ações – construção, utilização, preenchimento, reabertura e abandono – num curto espaço de tempo, integrado no último quartel do IV milénio a.n.e. (Mataloto & Boaventura, 2009:36).

²⁵ Na media em que se considera que a única datação absoluta obtida não data a ocupação escavada (Rodrigues, 2006).

Num sítio homólogo da Ponte da Azambuja 2, localizado na região de Serpa – Igreja Velha de São Jorge – obteve-se, conforme foi já anteriormente visto (vd. Capítulo 1) uma datação absoluta, que o enquadra cronologicamente na segunda metade do 4.º milénio a.n.e. (OxA 55443, 4540 ± 60 BP, 3380-3035 cal BCE). Neste sítio, o investigador responsável pelos trabalhos realça a ausência dos pratos de bordo espessado, dando destaque à presença de recipientes com mamilos junto ao bordo e às taças carenadas, embora refira a relativa escassez desta última forma cerâmica (Soares, 1994 e 1996).

O sítio da Foz do Enxoé, para o qual não existe qualquer datação absoluta, foi cronologicamente integrado na mesma etapa que a Igreja Velha de São Jorge, devido às semelhanças do repertório cerâmico recolhido quer num, quer noutro sítio. Também nesta estação se registou a taça carenada em valores percentuais pouco expressivos, ao lado da cerâmica mamilada, estando documentada a ausência de pratos (Diniz, 1999).

No sítio Sala n.º 1 (Vidigueira, Beja), relacionado com uma estratégia de povoamento aberto, junto a linhas de água, identificaram-se estratigraficamente três níveis de ocupação selados e bem definidos, datados pelo radiocarbono. Nos trabalhos publicados é referida, nestes mesmos estratos, uma convivência entre as duas formas cerâmicas aqui em relevo. Assim, e de acordo com a informação bibliograficamente disponível, obtiveram-se as seguintes datações absolutas para os níveis 4, 5 e 6, do *Locus* 1, do sítio Sala n.º 1 (Gonçalves, 1987 e 2003):

- Nível 4: ICEN 447, 4490 ± 110 , 3510 – 2910 cal BCE;
- Nível 5: ICEN 445, 4490 ± 80 , 3490 – 2920 cal BCE;
- Nível 6: ICEN 444, 440 ± 100 , 3502 – 2910 cal BCE.

Estas datações permitiram a seguinte leitura interpretativa da ocupação do sítio: “Nestes três níveis, cuja proximidade cronológica é evidente, traduzindo muito provavelmente uma sequência não interrompida, pratos de bordo espessado e taças carenadas coexistem, confirmando situações verificadas em Papa Uvas” (Gonçalves, 2003: 291).

Ora no sítio referido – Papa Uvas - , também ele um recinto de fossos com génese na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., verifica-se uma importância progressiva das taças carenadas desde os finais do Neolítico (nível IB), atingindo o auge na fase IIB que, não estando datada pelo método do radiocarbono, integra-se perfeitamente numa fase final do

Neolítico/ inicial do Calcolítico, de acordo com as datações obtida para os níveis IIA e IV²⁶ (Martín de la Cruz, 1994). A este respeito, Gonçalves (2003) efetua uma comparação percentual entre formas carenadas e pratos, introduzindo um novo elemento na discussão do significado cronológico e cultural destes recipientes cerâmicos: as cerâmicas mamiladas. Abaixo reproduz-se a tabela publicada em 2003, acrescentada das datações absolutas e relativas de cada uma das fases identificadas em Papa Uvas:

FASE	% F. CARENADAS	% PRATOS	% C. MAMILADAS	2δ CAL BCE	CRONOLOGIA RELATIVA
IA	0	0	?*	3330-2620 3360-2880 3330-2910	-
IB	0,84	3,44 a 3,7	?*	3080-2880 3290-2890 3300-2890	-
II	3,7 a 46	?*	?*	-	Calcolítico inicial
IIA	3,7 a 34,62	0,37 a 1,21	7,47 a 9,55	3010-2770	-
IIB	40 a 46,7	0,21	10,52	-	Calcolítico inicial
III	20,79 a 33,33	1,98 a 4,16	4,76	-	Calcolítico inicial
IV	11,9	11,9	?*	2590-2450 2600-2460 2210-2110 2430-2330	-

Tabela 4. 17. “[...] panorâmica quantitativa geral da sequência evolutiva interna de Papa Uvas [...]” (Gonçalves 2013:106) acompanhada das datações absolutas e relativas de cada fase (Martín de la Cruz, 1994:174 e 175; Soares e Martín de la Cruz, 1995:657)

Para Gonçalves, “este quadro estatístico, se confirmado noutros pontos do povoado, mostra claramente um “apogeu” do uso das taças carenadas na Fase IIB, uma presença ainda considerável na fase seguinte, a III. Paralelamente os pratos registam uma ligeira subida, mas só atingirão um valor significativo na Fase IV, momento em que estão presentes exatamente na mesma percentagem que as taças (com cerca de 12%)” (Gonçalves, 2003: 107).

Se dúvidas não existem na leitura deste parágrafo e respetiva confrontação com a tabela acima apresentada (Tabela 4.17), o mesmo já não acontece com a leitura dos dados referentes às percentagens de pratos e taças carenadas na Fase IB e com as datações absolutas

²⁶ “Contamos con cinco fechas de C-14 para as fases IIA y IV: [...] Fase II: Calcolítico inicial A: 2890 ± 120 a.C. o 4940 ± 120 B.P.; [...] Fase IV: Calcolítico Pleno: 2520 ± 70 a.C. o 4470 ± 70 B.P.; 2530 ± 70 a.C. o 4480 ± 70 B.P.; 2160 ± 50 a.C. o 4110 ± 50 BP; 2380 ± 50 a.C. o 4330 ± 50 B.P.” (Martín de la Cruz, J. C., 1994:174-175).

obtidas para esse níveis. Ora, a Fase IB de Papa Uvas encontra-se datada com fiabilidade pelo método do radiocarbono, o que permite aos investigadores afirmar que “os dados obtidos permitem colocar o Neolítico Final de Papa Uvas na transição do IV para o III Milénio AC” (Soares & Martín de la Cruz, 1995:655). Contudo, se assim é, como se explica o facto dos pratos deterem nesta fase, uma percentagem maior que as taças carenadas? Obviamente, há um erro na publicação dos dados estatísticos, o que, infelizmente, não permite utilizar a tabela apresentada como um fiável indicador para o objectivo que o exercício pretendia atingir. Se há um erro, quem garante que não há outros? Estranha-se ainda mais esta situação, quando o investigador que publica estes dados é precisamente o que defende acerrriamente a substituição das taças carenadas pelos pratos, e não o contrário.

Porém, ainda que não aplicável, este exercício “inspirou” trabalhos noutros sítios arqueológicos, descrevendo-se, na tabela abaixo apresentada, os dados empíricos conhecidos para os sítios Torre do Esporão 3 (TESP 3) (Gonçalves, 2003) e Casa Branca 7 (CB7) (Rodrigues, 2006):

SÍTIO	% F. CARENADAS	% PRATOS	% C. MAMILADAS	2 ^o CAL BCE	CRONOLOGIA RELATIVA
TESP 3	20	16	14	2850-2340	-
CB 7	37	1	8	-	Calcolítico inicial

Tabela 4. 18. Comparação percentual entre taças carenadas, pratos e cerâmicas mamiladas nos sítios TESP 3 e CB7, de acordo com a informação disponível bibliograficamente

Nestes dois sítios enquadrados, quer radiometricamente, quer relativamente, na primeira metade do 3.^o milénio a.n.e., verifica-se que nesta etapa há ainda uma preponderância das taças carenadas sobre os pratos, acompanhada dos recipientes com mamilos/ elementos de prensão junto ao bordo, prolongando-se uma tradição que vem já desde o último quartel do 4.^o milénio a.n.e., conforme os dados de Juromenha 1 e Igreja Velha de São Jorge. No entanto, se nestes dois sítios os autores salientam a ausência dos pratos, no sítio da Sala n.º1, como foi já referido, está documentada esta trilogia, sem, no entanto, haver dados que quantifiquem a importância de uns e outros.

Esta situação acontece igualmente nos “povoados fortificados”/ “recintos murados” de São Pedro e São Brás 1.

Em São Pedro foi reconhecido um nível de ocupação pertencente ao Neolítico Final, correspondente ao primeiro momento de ocupação do sítio, para o qual não foi obtida qualquer datação absoluta, mas que o investigador considera que “ [...] deverá ter-se desenrolado entre os finais do IV milénio a.n.e. e o primeiro do seguinte” (Mataloto & Boaventura, 2009: 38), considerando (1) as especificidades do aparelho cerâmico – “ [...] caracterizado pelas taças carenadas, de carena simples, formas esféricas e globulares, lisas ou com mamilos junto ao bordo, pela escassez de pratos, sempre sem espessamento, e pela ausência ou escassez de pesos de tear” (Mataloto, 2010:280), e, (2) a datação KIA 33863, obtida para a fase subsequente – Fase II (2880-2620 cal BCE) (Mataloto & Boaventura, 2009). Nesta segunda fase, associada ao primeiro grande momento construtivo do sítio, Mataloto refere que “ [...] o conjunto-tipo das presenças cerâmicas correspondentes à Fase II, [é] eventualmente similar às existentes no final da Fase I” (Mataloto, 2010:280).

Se a Fase II de São Pedro se encontra dentro dos parâmetros definidos em TESP 3 e CB7, a fase anterior atesta a presença de pratos, ainda que em número absolutamente residual em momentos mais recuados, à semelhança do que acontece na Sala n.º1.

Já em São Brás 1 o povoamento pré-campaniforme definido a partir das datações ICEN 43 (3360-2920 cal BCE) e ICEN 44 (3500-2630 cal BCE), que o enquadram nos finais do 4.º inícios do 3.º milénio, demonstra uma situação inversa já que o investigador refere que a trilogia taça carenada/ pratos de bordo espessado/ cerâmicas mamiladas está presente, observando-se, contudo, uma superioridade numérica dos pratos em relação às outras duas partes desta equação (Parreira, 1983; Soares & Cabral, 1993). Porém, nas datações obtidas para os contextos de São Brás 1, à semelhança do que acontece nas datações absolutas do já referido sítio da Sala n.º 1, a existência de amplos intervalos de tempo remete para os finais do 4.º milénio a.n.e. um conjunto de características que tradicionalmente são apenas reconhecidas no 3.º milénio a.n.e. Mas se na Sala n.º 1 essas mesma características – existência de pratos - são aceitáveis e até mesmo corroboradas com contextos escavados recentemente – *e.g.* São Pedro – o mesmo já não se pode aplicar em São Brás 1, onde o caso paradigmático da presença de metalurgia nos contextos datados “empurra-os” para um período mais avançado, plenamente integrado no Calcolítico.

Nos grandes recintos de fossos do Sul de Portugal, sobre os quais se tem desenvolvido quer trabalhos de investigação – Perdigões –, quer grandes intervenções de emergência – Porto Torrão –, verificam-se, nos contextos datados, situações diversificadas no que concerne

à cultura material, nomeadamente no papel que as taças carenadas, os pratos e as cerâmicas mamiladas desempenham quer sincrónica, quer diacronicamente.

Nos Perdigões, os contextos com datações pertencentes ao Neolítico Final são os seguintes: fossos 4, 5, 6, 7, 11, 12 e “pequeno fosso, e, “grande fossa” (Valera, Silva, & Romero, 2014).

No entanto, à exceção do primeiro artigo sobre o “povoado dos Perdigões”, onde se deu uma importância considerável à cultura material recolhida em diferentes contextos, não há, até ao momento, nenhuma publicação que vise uma caracterização da globalidade do conjunto material exumado, que permita, por agora, afirmar o “que é que pertence ao quê”, ou seja, que permita dizer a que período cronológico estão adstritas determinadas formas cerâmicas. Até ao momento essa informação é esparsa e regista-se em artigos interpretativos mais gerais ou em artigos que visam a exposição de um determinado grupo artefactual, que, quer devido ao seu contexto, quer às características intrínsecas do objeto, se tornam excecionais no cômputo global da coleção.

No entanto, no primeiro trabalho sobre este sítio, já supramencionado, a análise da componente artefactual cerâmica cingiu-se a dois contextos: (1) ao Monumento Funerário 1, atualmente integrado numa segunda etapa de utilização do sítio, enquadrada na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., e, (2) à U.E. 26, que corresponderá a uma reocupação do espaço central do recinto cronologicamente enquadrada na primeira metade do 3.º milénio, embora as estruturas mais antigas dessa área remontem ao Neolítico Final.

Ainda que não haja qualquer correspondência cronológica entre a U.E. 26 e as datações obtidas para os contextos do Neolítico Final (referidas na Tabela 4.5), veja-se o que se sabe sobre as formas cerâmicas registadas esta etapa cronológica:

SÍTIO	% F. CARENADAS	% PRATOS	% C. MAMILADAS	28 CAL BCE	CRONOLOGIA RELATIVA
Perdigões	4	35	2,6	-	1. ^a Metade do 3.º milénio a.n.e.

Tabela 4. 19. Comparação percentual entre taças carenadas, pratos e cerâmicas mamiladas no sítio dos Perdigões, de acordo com a informação disponível bibliograficamente

Ora, os dados referentes ao aparelho cerâmico desta unidade refletem uma situação idêntica à registada em São Brás 1: predomínio das formas abertas, nas quais se encontram integradas as taças carenadas, embora em número residual comparativamente aos pratos

(Lago *et alii*, 1998; Evangelista, 2003), o que é consentâneo com o que foi atrás exposto para o sítio fortificado.

Contudo, como foi já referido, na área central dos Perdigões estão documentados vários contextos enquadráveis no Neolítico Final, atestados por diversas datações absolutas, o que sugere que este local corresponda à “primeira fase construtiva/ de ocupação” deste complexo recinto de fossos.

Um desses contextos é o Fosso 12, do qual é proveniente a datação Beta 330092 (3365 – 3097 cal BCE), onde foi recolhido um conjunto significativo de ídolos almerienses. No artigo dedicado a esse conjunto artefactual, Valera refere que estes encontram-se associados a um aparelho cerâmico onde se regista: (1) o predomínio das formas globulares com mamilos/ pega junto ao bordo; (2) a raridade das taças carenadas, que surgem apenas no topo da estrutura, à semelhança de um único fragmento de prato de bordo simples.

O outro contexto também abordado no artigo de apresentação e reflexão sobre o significado cronológico dos objetos ideotécnicos – o “Hipogeu 1” ou “large pit” - datado pela amostra Beta 304757 (3093-2918 cal BCE), demonstra uma situação distinta: aqui predominam as taças carenadas e globulares mamilados, estando ausentes do registo os pratos (Valera, 2012; Valera, Silva, & Márquez Romero).

Outros contextos desta área central foram alvo de descrições detalhadas, nas quais se fazem referências ao conjunto artefactual exumado. São exemplo disso a Vala 1 e os depósitos identificados com os números de unidade estratigráfica [21] e [40], do Sector Q, onde foi registada a seguinte cultura material:

- na Vala 1, dentro do registo das formas identificáveis (n = 23), predominam as taças carenadas (n = 11), estando presentes as cerâmicas mamiladas (n = 3) e ausentes os pratos;
- na [21], no universo das formas reconhecíveis (n = 90), verifica-se igualmente o predomínio das formas carenadas (n = 26), seguindo-se as cerâmicas mamiladas (n = 21), havendo 17 registos de pratos, pertencentes quase em exclusivo ao subtipo “bordo espessado/ almendrado) (n = 16);
- na [40], dos 46 fragmentos com forma atribuída, 2 pertencem a formas carenadas, 14 a cerâmicas mamiladas e cinco são enquadráveis na categoria dos pratos (Valera, 2010).

Nestes últimos contextos – [21] e [40] – associados a depósitos de topo de uma estrutura negativa de tipo “fosso”, a presença dos pratos é relacionada com eventuais intrusões/ migrações de materiais oriundos dos contextos calcolíticos presentes na mesma área, sem que

esta circunstância seja atribuída a outros elementos da cultura material, sendo assim o contexto conectado com a tradicional etapa final do Neolítico. Não obstante, o autor chega a levantar a hipótese, ainda que considere pouco provável, de que poderia se poderia “ [...] considerar que estaríamos em presença de uma progressiva adição da morfologia prato ao complexo cerâmico de tradição neolítica” (Valera, 2010:24).

Embora não existam dados estatísticos para todas as realidades acima descritas, pode-se efectuar o seguinte exercício diacrónico:

CONTEXTO	F. CARENADAS	PRATOS	C. MAMILADAS	28 CAL BCE	CRONOLOGIA RELATIVA
Fosso 12	–	–	+	3365 – 3097	-
Hipogeu 1	+	0	–	3093 – 2918	-
Vala 1	+	0	–	n.a.	Neolítico Final
[21]	+	–	–	n.a.	Neolítico Final
[40]	+	–	–	n.a.	Neolítico Final
[26]	–	+	–	n.a.	Calcolítico inicial

Tabela 4. 20. Presenças/ ausências das formas cerâmicas de diagnóstico em contextos do Neolítico Final, dos Perdighões, de acordo com a bibliografia disponível (+ = forma mais abundante; – = formas em menor número no contexto; 0 = forma ausente)

A par destes contextos, outros há, igualmente enquadráveis no Neolítico Final, onde se regista a presença de pratos de bordo simples, em número residual, comparativamente com as formas carenadas e cerâmicas com aplicações plásticas de tipo mamilo (informação pessoal de António Valera).

Deste modo, nos Perdighões parece haver várias situações no que respeita à presença/ ausência destas formas cerâmicas, sem que seja possível por agora determinar se os mesmos são sincrónicos ou diacrónicos, havendo no entanto a certeza de que, quando os pratos surgem em valores mais elevados que os restantes elementos, está-se perante um contexto nitidamente Calcolítico. Corroborarão os restantes a hipótese levantada e simultaneamente descartada pelo investigador?

O grande recinto de fossos do Porto Torrão apresenta exatamente a mesma problemática que os Perdighões: identificação de vários contextos pertencentes à etapa final do Neolítico, com diferentes situações no que concerne à tipologia cerâmica de diagnóstico.

Os trabalhos efetuados nos inícios da década de '80 do século XX permitiram, desde logo, assumir a existência de uma ocupação pré-campaniforme, presente no então designado “Estrato 3”, no qual um conjunto significativo de artefactos aparecia associado a estruturas

positivas de tipo “muro”, “empedrados” e “pavimentos”. Desse estrato obteve-se uma datação absoluta - ICEN-55: 3120-2830 cal BCE – que enquadra um aparelho cerâmico predominado pela taça carenada e pelo prato de bordo espessado (Arnaud, 1993).

Não obstante estes trabalhos, foi apenas no início do século XXI que se reconheceram as grandes estruturas negativas de tipo “fosso”, assim como as estruturas circulares escavadas na rocha amplamente designadas por “fossas”. Desses trabalhos resulta, entre outros, o reconhecimento de um grande fosso, cujo preenchimento foi datado do último quartel do 4.º milénio (Sac 2232: 3325-2901 cal BCE). Dos artefactos cerâmicos exumados neste contexto regista-se o predomínio das taças carenadas, seguida das formas cerâmicas com mamilo junto ao bordo e a ausência de pratos (Valera & Filipe, 2004).

Da última grande intervenção realizada neste sítio não estão ainda publicados dados suficientes que determinem cronologicamente os contextos. A única excepção a esta situação é a da publicação de um enterramento em fossa – [1250] –, cronologicamente integrável nos finais do 4.º/ inícios do 3.º milénio a.n.e., sendo essa atribuição crono-cultural efectuada a partir da análise da cultura material, com base num conjunto cerâmico onde coexistem “[...] taças carenadas e pratos de bordo espessado, [...] bem como [...] formas fechadas com base na esfera, por vezes com pegas mamilares” (Neto *et alii*, 2004: 381).

Deste modo, à semelhança do que acontece nos Perdígões, diferentes contextos cronologicamente e culturalmente integráveis na fase final do Neolítico parecem demonstrar diferentes realidades no que respeita aos recipientes cerâmicos de diagnóstico. Assim, e de acordo com o exercício anteriormente efetuado para os Perdígões, veja-se as presenças e ausências das formas cerâmicas nos contextos do Neolítico Final do Porto Torrão:

CONTEXTO	F. CARENADAS	PRATOS	C. MAMILADAS	28 CAL BCE	CRONOLOGIA RELATIVA
Estrato 3	+	–	–	3120-2830	-
Fosso 1	+	0	–	3325 – 2901	-
[1250]	+	+	+	n.a.	Neolítico Final

Tabela 4. 21. Presenças/ ausências das formas cerâmicas de diagnóstico em contextos do Neolítico Final, dos Perdígões, de acordo com a bibliografia disponível (+ = forma mais abundante; – = formas em menor número no contexto; 0 = forma ausente)

O quadro cronológico abaixo apresentado procura sintetizar de um modo “simplista” as diferentes situações acima referidas.

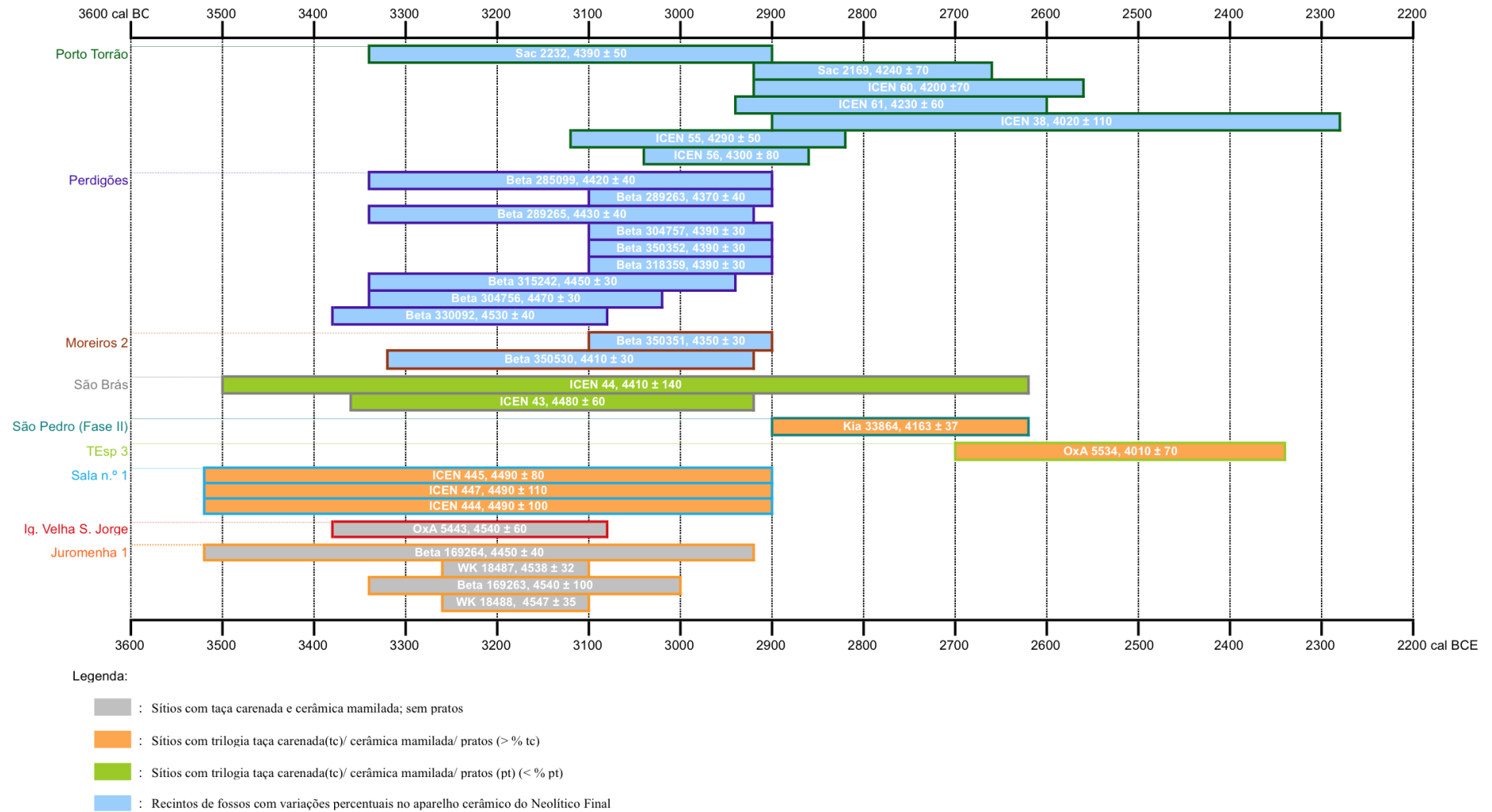


Figura 4. 5. Tabela cronológica com indicação das formas cerâmicas presentes nos sítios analisados

A observação desta tabela, assim como os dados anteriormente expostos, permitem, por um lado admitir um cenário de introdução progressiva da forma cerâmica que conhecemos como prato ainda no 4.º milénio a.n.e., por outro reconhecer que a realidade artefactual verificada na Ponte da Azambuja 2, nomeadamente a presença de um escasso número de pratos (oito fragmentos num universo de 1280 bordos), não é exclusiva deste sítio, havendo um número significativo de contextos na área regional em análise que demonstram o mesmo tipo de situação.

No que respeita à componente lítica, salienta-se, desde logo, a escassez de estudos produzidos que visem uma caracterização efetiva do talhe da pedra nesta fase cronológica e cultural. Não obstante, com base na bibliografia disponível e nos escassos dados nela patentes, Carvalho (1995 – 1996) definiu, para o Centro e Sul de Portugal, os seguintes elementos diferenciadores na utensilagem lítica do final do Neolítico:

1. produção de lâminas de grandes dimensões, salientando que a robustez da produção laminar é progressiva ao longo da diacronia neolítica, havendo uma “[...] subalternização da produção lamelar perante uma produção laminar normalizada, ambas parecendo no entanto constituir a manifestação material do mesmo fundo conceptual” (Carvalho, 1995-1996:53);
2. produção de pontas de seta de retoque invasor;
3. produção de peças foliáceas largas;

sendo estas inovações introduzidas de forma gradual, rejeitando a ideia de um “[...] “pacote” artefactual predefinido” (Carvalho, 1995-1996: 54).

Mediante esta caracterização, devem ser sinalizadas as seguintes realidades da Ponte da Azambuja 2:

- a presença acentuada de utensílios de índole arcaizante, como por exemplo, as lamelas, que, como foi anteriormente referido, apresentam larguras próximas dos contextos do Neolítico antigo regional, facto igualmente constatado no único crescente identificado no sítio;
- a presença, em exclusivo de lâminas de larguras inferiores ao 12mm, estando ausentes as técnicas de debitagem de pressão com alavancas compressoras, comuns do Calcolítico (Carvalho, 1995-1996, 2009);

- a presença de pontas de seta, embora estejam ausentes os grandes foliáceos, também eles comuns da época que procede aquela que é estimada para a Ponte da Azambuja 2.

Posto isto, e na ausência de datações absolutas que efetivem a cronologia da Ponte da Azambuja 2, parece atestada a integração da sua ocupação nos finais do 4.º milénio a.n.e. através de determinados componentes da cultura material, que são verdadeiros elementos de diagnóstico cronológico. Deste modo, este sítio encontra-se plenamente integrado nas diferentes manifestações culturais conhecidas para a unidade regional em estudo.

4.6.2. Significado Cultural

Devido ao debate sobre a funcionalidade dos recintos de fossos, e perante o conjunto artefactual recolhido na Ponte da Azambuja 2, devem-se efetuar as seguintes questões:

- a) Em que tipologia de sítio se enquadra a cultura material recolhida na Ponte da Azambuja 2?
- b) Encontra-se mais próxima dos lugares comumente designados por “povoados”, ou seja, das áreas residenciais das comunidades pré-históricas?
- c) Ou, pelo contrario, os artefactos recolhidos no sítio reportam para um ambiente amplamente designado por “simbólico”, mais próximo dos lugares de necrópole e/ou de “comportamentos ritualizados” como os que têm vindo a ser defendidos por Valera (2008, 2013) para outros recintos de fossos da mesma área regional, nos quais existem padrões artefactuais ritualizados?

Apesar de no registo da cultura material da Ponte da Azambuja 2 surgirem artefactos conectáveis com o “mundo dos mortos”, nomeadamente a placa de xisto decorada e o pendente em fibrolite, os artefactos exumados neste sítio arqueológico assemelham-se maioritariamente aos conjuntos artefactuais recolhidos nos sítios de *habitat* desta etapa cronológica e cultural. Aliás, a apresentação deste grupo de artefactos a qualquer investigador que se debruce sobre este período cronológico, na área regional em apreço, sem lhe indicar a qual a proveniência e o tipo de sítio a que se encontra associado, leva a que o próprio se incline para uma ocupação de tipo “povoado”.

O exercício anteriormente aplicado, referente ao significado cronológico desta coleção reflete essa mesma situação. À exceção dos sítios com a mesma tipologia – Juromenha 1, Perdigões, Porto Torrão, Igreja Velha de São Jorge, Papa Uvas – os restantes sítios utilizados

como termo comparativo pertencem, como então foi visto, a povoados fortificados/ murados ou povoados abertos.

Veja-se então, quais os fatores que contribuem para a comparação da Ponte da Azambuja 2 com lugares de *habitat*:

- a) As matérias-primas, que se enquadram maioritariamente num esquema de exploração intensiva dos recursos imediatamente disponíveis, ficando para segundo plano as matérias-primas exógenas ao lugar, destinadas, no caso da indústria lítica, à produção de tipos específicos de utensílios, inexequíveis em quartzo, e necessários para atividades relacionadas com o quotidiano (*e.g.* produtos alongados com larguras superiores a 12mm, como é o caso das lâminas retocadas);
- b) As formas cerâmicas, que são semelhantes às de um qualquer povoado do Neolítico Final regional, apresentando um elevado grau de standardização, verificando-se muitas vezes, na mesma forma, apenas uma variação do diâmetro, o que demonstra, a par dos sinais de fogo nas suas superfícies e dos elementos de preensão, que se tratam de cerâmicas utilitárias usadas no quotidiano da comunidade;
- c) O número mínimo de recipientes que, ainda que pouco preciso, remete para um conjunto bastante extenso, o que é, por norma, característico dos lugares residenciais;
- d) A presença, embora em número reduzido, de outros utensílios em cerâmica, tais como as colheres e as “queijeiras” que, independentemente da sua função, estão normalmente relacionadas com os designados “povoados”;
- e) A indústria lítica, elaborada maioritariamente sobre rochas de origem local, que, no caso da matéria-prima predominante – quartzo - atesta, a partir da presença de toda a cadeia operatória, o talhe no local, atividade essa relacionada com as áreas de *habitat*;
- f) As análises traceológicas dos produtos alongados, e, neste caso, destacam-se as lâminas retocadas, que asseguram, ainda que de forma indireta, a prática da agricultura de cereais, atividade cuja existência apenas faz sentido perto de zonas de “vivência”;
- g) As pontas de seta que, ao contrário do que acontece em contextos funerários (*e.g.* monumentos funerários dos Perdigões), detém características que permitem afirmar que, do ponto de vista da balística, são objetos funcionais e terão sido utilizadas em diferentes práticas, eventualmente, cinegéticas e/ou bélicas;
- h) Os artefactos relacionados com as atividades simbólicas – os designados “ídolos de cornos” e ídolos antropomórficos – cujos paralelos só se encontram em sítios de

habitat, embora a área regional em apreço constitua uma das zonas paradigmáticas do megalitismo funerário português.

É a conjugação destes elementos da cultura material da Ponte da Azambuja 2 que permitem uma analogia deste recinto de fossos com os designados “povoados”, ou “áreas residenciais” das comunidades pré-históricas da etapa final do Neolítico. Se efetivamente podem ter sido lugares habitados, nos quais foram realizadas atividades comuns ao quotidiano das comunidades pré-históricas, ou, se pelo contrário, correspondem a sítios onde seriam ritualizadas práticas comuns de uma determinada comunidade, será um debate que se desenvolverá adiante.

Capítulo 5 | Ponte da Azambuja 2: os processos de formação do registo arqueológico

“El problema de la interpretación de los recintos de fosos es, principalmente, un problema sobre la formación del registro arqueológico.”

(Romero & Jáimez, 2010: 375)

A avaliação dos processos de formação do registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 começou com a colocação de uma série de questões prévias, relacionadas com os diferentes posicionamentos teóricos, anteriormente explicitados (vd. Capítulo 1). As interrogações que foram sendo colocadas levaram ao estabelecimento de três níveis de análise, relativas às três fases que compõem a existência de um sítio arqueológico: construção, utilização e abandono. Resumidamente, esta problemática pode ser colocada da seguinte forma:

1. Construção

O conceito de “recinto de fossos” traz consigo agregada a ideia generalizada e preconcebida de que a construção dos fossos terá ocorrido num momento prévio ou simultâneo do início da utilização do espaço. Independentemente das alterações, retrações ou ampliações que possam ocorrer durante o seu uso, há sempre um primeiro fosso que terá delimitado o recinto, ocorrendo todas as atividades no seu interior. Este preconceito advém, essencialmente, dos arqueossítios para os quais se conhece a sua planta integral, que demonstram uma elevada concentração de estruturas negativas de tipo fossa no seu interior, em linha com a cronologia dos fossos delimitadores.

Haverá assim um “lugar escolhido”? Haverá intencionalidade na escolha da implantação dos lugares onde foram abertas estas estruturas? Haverá algum tipo de determinismo que condicione a sua construção?

Neste nível de análise o critério de implantação do recinto tem um papel fundamental. Discutir se os fossos da Ponte da Azambuja 2 tiveram uma função defensiva, de drenagem, ou de delimitação de um espaço de agregação social, político, económico ou/e ritual, não é o objetivo pretendido neste subcapítulo, mas sim averiguar os processos de construção das estruturas negativas, atendendo às suas características.

2. Utilização

Como foi já demonstrado em capítulos anteriores, a questão sobre o propósito da construção destas estruturas – o “para quê?” – é tão antiga quanto o seu reconhecimento no registo arqueológico. Esgrimem-se argumentos, apresentam-se propostas, surgem as críticas,

e o debate gira sempre em torno da (in)existência de uma eventual utilização primária das estruturas.

Pretende-se, através das singularidades intrínsecas – estrutura e estratigrafia – dos fossos da Ponte da Azambuja 2 demonstrar uma funcionalidade prévia dos fossos, correspondendo o seu preenchimento a uma fase de abandono, como foi já assumido (vd. Capítulo 3).

3. Abandono

Neste ponto pretende-se não só efetuar um resumo comparativo entre as estruturas identificadas e respetivos preenchimentos, mas também interpretar e discutir estas realidades à luz dos conhecimentos atuais, sem deixar de lado as questões relacionadas com a cultura material e sua distribuição horizontal e vertical no registo estratigráfico.

Pretende-se deste modo perceber qual a génese do enchimento das estruturas negativas: haverá processos naturais ou culturais na sua formação? (Schiffer, 1987)

Tendo como base de trabalho as questões anteriormente apresentadas, subdividiu-se o capítulo, não nos três níveis de análise estabelecidos, mas sim naquilo que de facto compõe o registo arqueológico do sítio: estruturas, estratigrafia e cultura material. Pretende-se, no final, apresentar um breve debate em torno das limitações e alcance do trabalho, discutindo-se o valor de algumas das propostas atualmente em debate.

5.1. As estruturas

Nesta etapa procura-se reconstruir o cenário de execução das estruturas arqueológicas. “Onde?”, “Como?” e “Para quê?” foram as questões previamente colocadas, numa tentativa de perceber (1) se o local onde se implanta a Ponte da Azambuja 2 tem alguma relação com elementos específicos do território, (2) se as estruturas sofreram alguma alteração após a sua construção, (3) quais os indicadores que podem revelar um eventual uso primário das mesmas.

A construção de um fosso delimitador de um recinto é, para todos os efeitos, uma manipulação artificial da paisagem natural de um determinado território. A sua elaboração requer um “saber fazer” que implica, em primeiro lugar, a escolha de um local que permita a sua execução.

A sistemática presença de recintos de fossos em locais geologicamente favoráveis à escavação destas estruturas negativas, que não raras vezes atingem dimensões verdadeiramente “monumentais”, corrobora a ideia de que, no momento da sua construção, os seus construtores já sabiam da sua viabilidade.

Embora os fossos da Ponte da Azambuja 2 não detenham a grandiosidade e complexidade observada, por exemplo, no Porto Torrão (Santos *et alii*, no prelo; Rodrigues, no prelo), a sua implantação geológica corresponde, conforme foi já descrito (Capítulo 2), a um substrato brando, composto por rochas alteradas e fissuradas, que facilitaram a abertura das estruturas arqueológicas.

Assim como a Ponte da Azambuja 2, também os restantes recintos de fossos cronologicamente enquadráveis na etapa final do Neolítico, no Alentejo Central, encontram-se implantados em locais cujo afloramento corresponde a rochas friáveis, facilmente “trabalháveis”. Na ausência de Cartas Geológicas à escala 1:50 000 que abranjam toda a mesorregião definida neste trabalho, atente-se às descrições realizadas pelos investigadores que trabalharam em cada um destes locais (Tabela 5.1), assim como à sua implantação na Carta Geológica do Sul de Portugal, à escala 1: 500 000 (Fig. 5.1).

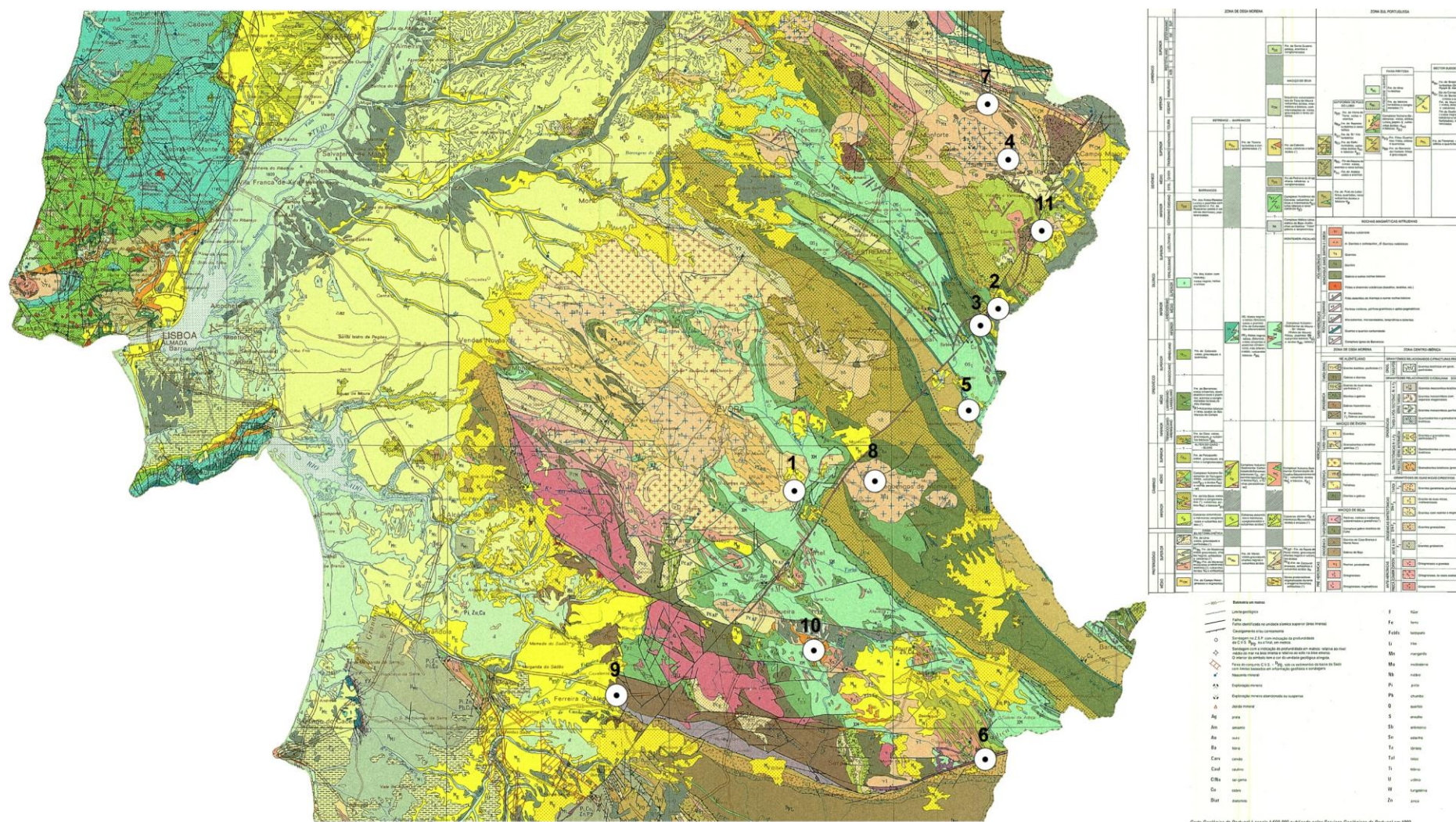


Figura 5. 1. Implantação dos recintos de fossos do Neolítico Final, localizados na mesorregião definida, na Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 500 000

N.º	SÍTIO	DESCRIÇÃO
2	Juromenha 1 (Alandroal, Évora)	“_“
3	Malhada das Mimosas (Alandroal, Évora)	“_“
4	Cabeço do Torrão (Elvas, Portalegre)	“De facto, no Cabeço do Torrão, as terras que constituem o nível de aterro sobre a rocha apresentam uma constituição fortemente arenosa, com incorporação muito abundante de elementos de alteração e desagregação da rocha local. Foi, aliás, este facto que facilitou a escavação das estruturas negativas e terá potenciado processos tendencialmente rápidos de sedimentação no interior das estruturas.” (Lago & Albergaria, 2001:54)
5	Águas Frias (Alandroal, Évora)	“_“
6	Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa)	“ [...] a zona onde as estruturas das diversas épocas se encontram implantadas é, geologicamente, uma brecha calcária [...]”; “[...] esta estrutura [...] surge na periferia norte do topo aplanado do afloramento de brecha calcária (o xisto surge a pouco mais de dois metros a norte da estrutura).” (Soares, 1994: 42)
7	Moreiros 2 (Monforte, Portalegre)	“O sítio implanta-se no topo aplanado e desimpedido de um pequeno relevo de encostas suaves com um substrato rochoso granítico alterado, a poucas centenas de metros de uma portentosa nascente.” (Boaventura, 2006:68)
8	Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora)	“ [...] destaca-se topograficamente este afloramento diorítico [...]. A natureza deste tipo de rocha, muito branda porque extremamente alterada, era ideal para a instalação de um povoado com as características deste, incluindo grandes estruturas escavadas na rocha. Se estamos perante o melhor cenário “subterrâneo” possível para que com pouco esforço tais empreendimentos fossem realizados, parece-nos evidente que a adoção deste espaço para a sua concretização pressupõe um conhecimento objetivo e prévio da realidade geológica.” (Lago <i>et alii</i> , 1998:49)
9	Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja)	“ [...] o sítio arqueológico se localiza já em formações de Miocénico marinho, constituída por aréolas, arenitos e calcários esbranquiçados. Identificaram-se ainda impregnações calcárias superficiais e crostas (“caliço”), que correspondem a um calcário branco pulverulento ou concrecionado em posição horizontal, de possível cronologia terciária.” (Valera & Filipe, 2004:31)
10	Fareleira 3 (Vidigueira, Beja)	“The archaeological context included a wide range of negative structures, excavated in the soft local bed rock consistent with an habitation context [...]” (Figueiredo, 2013)

Tabela 5. 1. Descrição da geologia identificada nos recintos de fossos do Neolítico Final, localizados na mesorregião definida, conforme os responsáveis das escavações

A condicionante geológica na construção destes lugares foi já um tema debatido por Valera, que, sobre o Complexo Arqueológico dos Perdigões, afirma e defende a seguinte teoria: “Even local geology, with a concentric lithology, could sustain cosmologic homologies of this kind. The enclosure was built in a geologically favorable area, with weathered diorites and gabbros, but chooses a limit of that geological ground, showing the interest for the morphology of that specific point and its relation with the surrounding landscape. In a finalist cognitive context, this concentric geology would be impregnated with finalism and its configuration would have had meaning, it would respond to intentions, and the coincidence of centralities (of enclosure and favorable geology) could reinforce the cosmological reading of local landscape” (Valera, 2009: 253).

Para este autor, esta é uma condicionante que tem influência ao longo de 1500 anos, facto que constata com as coincidentes “fronteiras geológicas” documentadas nos recintos de fossos e no fenómeno campaniforme: “ [...] there is a strange connection between the structural geology of South Portugal and the structures of its human behaviour” (Valera, 2012).

Estas reflexões de carácter marcadamente pós-processualista (sem bem que no último caso não se perceba exatamente o objetivo da afirmação “strange”), são preteridas pelo próprio aquando duma reflexão acerca das diferentes soluções arquitetónicas adotadas por estas mesmas comunidades naqueles que são os seus “espaços da morte”. A escassez de uma arquitetura dolménica a Sul da Serra de Portel, e o número, cada vez maior, de hipogeus funerários identificados nesta área, estimula no autor a seguinte constatação: “Uma das razões desta circunstância poderá residir, precisamente, na natureza do substrato geológico regional, nomeadamente na zona dos “barros”, onde a pedra não é particularmente abundante e a presença frequente de caliços e substratos alterados facilita e convida à construção de estruturas negativas” (Valera, 2013:120). Curiosamente, esta última afirmação aproxima-se muito mais daqueles que são os princípios teóricos e metodológicos da arqueologia processual, nomeadamente com “ [...] a concepção do organismo social enquanto sistema, criação cultural destinada a adaptar o homem a um meio ambiente que é responsável em grande parte pela transformação cultural que verificamos no registo arqueológico [...]” (Diniz, 1996:10), do que as anteriormente citadas, que, como foi já dito, integram-se numa corrente de abordagem ao passado pré-histórico completamente antagónica.

Os diferentes posicionamentos teóricos que o mesmo autor assume na interpretação das condicionantes geológicas nos mecanismos de construção das sociedades do Neolítico Final,

são reveladores de que esta linha de abordagem não é inócua na percepção das motivações que levaram à execução dos recintos de fossos nesta etapa cronológica e cultural.

Aplicando o princípio lógico conhecido como a “Navalha de Ockham”, que diz que “se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenómeno, a mais simples é a melhor”, percebe-se que há de facto um determinismo geológico, eventualmente causado por restrições tecnológicas, que estarão na base da escolha de determinados locais para a implantação de um recinto de fossos. Assim sendo, há “lugares escolhidos”, que, mais do que uma carga simbólica ou cosmológica, parecem ter subjacente uma questão pragmática, assente na exequibilidade da sua escavação/ construção.

Considera-se assim que, entre os vários motivos que possam estar envolvidos na escolha do lugar de estabelecimento da comunidade que construiu a Ponte da Azambuja 2, a condicionante geológica terá sido um fator determinante.

Escolhido o local, inicia-se o processo de execução das estruturas, que corresponde a uma alteração na orografia do território e a uma modificação significativa do suporte natural, imutável à escala humana e perceptível apenas num plano geológico.

Esta transformação e manipulação antrópica da paisagem implica, necessariamente, uma movimentação de grandes quantidades de detritos, na qual “a unidade de medida [...] é a carga transportável por um único trabalhador, multiplicada pelo número de trabalhadores e pelo tempo de duração do trabalho” (Benevolo & Albrecht, 2002:53).

Os estudos sobre a forma como se escava um fosso, quais os meios envolvidos, o tempo aplicado e, sobretudo, a avaliação do esforço coletivo e respetivas consequências nas atividades quotidianas da comunidade, não estão ainda suficientemente desenvolvidos. Intuitivamente e empiricamente o investigador atual reconhece que esta tarefa não terá sido fácil para os grupos pré-históricos: 1. intuitivamente, através da dimensão que alguns recintos atingem, que tornam evidente o volume de trabalho associado; 2. empiricamente, pois quem já escavou uma estrutura com estas características bem sabe os problemas que advêm no decurso da intervenção, apesar de atualmente estarem disponíveis recursos tecnológicos que auxiliam na sua resolução, inexistentes durante a Pré-História.

Contudo, este não é o tema que se pretende colocar agora em evidência, sendo relegado para posterior debate. Pretende-se antes discutir as características próprias dos fossos da Ponte da Azambuja 2 – morfologia e elementos construtivos – para tentar perceber quais as transformações que eventualmente terão sofrido desde a sua construção até aos dias de hoje

Também neste campo, os processos de formação dos fossos estão pouco documentados.

Muito embora a arqueologia experimental tenha tentado preencher estas lacunas, nomeadamente nas décadas de '60 e '70 do século XX, no auge da Nova Arqueologia, as especificidades de cada região não permitem generalizações dos seus resultados a outros contextos históricos e arqueológicos, designadamente no que respeita aos processos de preenchimento das estruturas negativas (Schiffer, 1987).

Não obstante, dada a escassez deste tipo de exercícios, considera-se que a experiência realizada em Overton Down, Wiltshire, no Reino Unido, merece aqui ser referida (Jewel & Dimbleby, 1966). Com o objetivo de estudar os processos de enchimento das estruturas negativas e posterior interpretação estratigráfica deste sítio, os referidos autores escavaram, no Verão de 1960, um fosso no calcário Cretácico²⁷, com as seguintes características:

Overton Town: Fosso experimental, 1960	
Orientação	NE-SW
Dimensões²⁸	
Profundidade	c. 1,20m
Largura	c. 3m (topo)/ c. 2,5m (base)
Comprimento	c. 28m (topo)/ c. 20m (base)

Tabela 5. 2. Características do fosso experimental de Overton Town, conforme Crabtree, 1971

A escavação posterior desse mesmo fosso, em 1968, permitiu o estudo da geomorfologia de uma secção da estrutura, efetuando-se o controlo do recuo das suas paredes (“vertente”) e consequente acumulação de detritos na sua base (“taludes de detritos”). Através destas observações, Crabtree (1971) concluiu que a erosão mecânica, clima, orientação do fosso, etc., influencia de forma significativa a alteração da sua morfologia e sequente processo de preenchimento da estrutura negativa, contribuindo com notas fundamentais para a posterior interpretação estratigráfica.

Para a finalidade a que se propõe o presente subcapítulo, importa realçar dois aspetos deste trabalho experimental:

1. a queda, numa fase inicial, de material (entenda-se “material geológico”) do topo das paredes da estrutura, formando um talude na base do fosso;

²⁷ Conforme descrição dos autores, o substrato geológico corresponde a “Upper Chalk”, um calcário branco, brando e poroso, depositado em ambiente marinho, datado do Cretácico; corresponde, em português ao giz.

²⁸ Para melhor compreensão do leitor, reconvertiu-se a Unidade Inglesa, no original, para o Sistema Métrico, neste trabalho. Desta forma, as medidas foram arredondadas, não sendo o desvio significativo.

2. a formação de assimetrias nas paredes da estrutura que, inicialmente, detinha paredes similares, através da erosão mecânica da rocha, influenciada pelos agentes naturais.

Apesar desta investigação ter suscitado no autor “[...] more doubts and questions than it answers on the interpretation of sections in geomorphology and archaeology” (Crabtree, 1971: 244), torna-se evidente, a partir deste trabalho, que quando se termina uma escavação arqueológica de um fosso pré-histórico a morfologia da secção obtida pode não ser idêntica à que foi originalmente construída. O esquema abaixo representado corrobora esta situação.

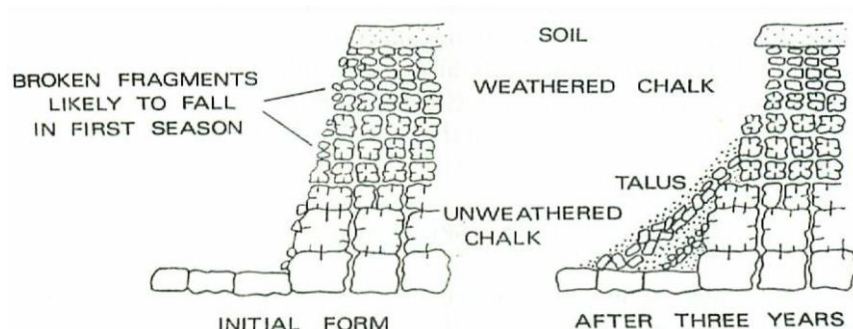


Figura 5. 2. Alterações no declive e morfologia da secção do fosso escavado em 1968, conforme Crabtree, 1971

Desta forma, veja-se a situação da Ponte da Azambuja 2. Como foi já atrás descrito (vd. Capítulo 3), ambos os fossos do sítio arqueológico em apreço detinham o mesmo tipo de secção, tendencialmente em forma de U.

Porém, no caso do Fosso 1 a situação poderá ter sido distinta aquando da sua construção. Considerando, quer os dados estratigráficos – relembre-se a camada 102, identificada na base da estrutura (que será discutida no subcapítulo seguinte), quer as observações descritas em Overton Town, admite-se a hipótese de, numa fase inicial da sua construção, esta estrutura ter possuído paredes subverticais retas, que configurariam uma secção transversal em V e não em U, como se constatou com os trabalhos arqueológicos.

Embora se aceite que o transporte literal da situação reconhecida no trabalho experimental para o registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 detenha alguns pormenores facilmente criticáveis - por um lado, a geologia do local é distinta e, portanto, o seu comportamento face à erosão mecânica é diferenciado, e, por outro lado, as condições climáticas que se fizeram sentir nos anos experimentais (invernos rigorosos) não coincidem com o clima à época da ocupação do sítio arqueológico (vd. Capítulo 6) – a explicação de que a secção transversal do Fosso 1 pode ter sofrido alterações desde a sua construção, até ao seu

preenchimento, devido à erosão das paredes da estrutura, é a que melhor se aplica ao registo identificado. Esta mesma situação foi admitida noutros locais da Europa, sendo esse o caso, por exemplo, dos recintos de fossos da zona Centro-Oeste de França (Burnez & Louboutin, 2002).

Já o Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2 não apresenta uma primeira camada de enchimento semelhante à do Fosso 1, porém constata-se uma assimetria na secção do seu perfil transversal. Como foi referido no Capítulo 3, apesar de apresentar uma morfologia tendencialmente em U, o declive Sul desta estrutura apresentava-se mais abrupto que o Norte. Se esta imagem reporta à situação inicial do fosso, ou se é o resultado de processos mecânicos como os que foram verificados em Overton Down – nomeadamente variações na insolação e na exposição à chuva e vento (Crabtree, 1971) – é algo que, neste momento, não se pode afirmar. Contudo, a suposição de um desgaste de uma das faces do fosso devido à exposição que eventualmente esteve submetida, não pode ser descartada.

Esta última hipótese está diretamente relacionada com uma das questões fundamentais acerca destas estruturas: terá existido ou não uma utilização primária das mesmas, antes de terem ficado completamente colmatadas?

No caso do Fosso 1 esta questão parece resolvida, quer com as características da morfologia e estratigrafia da estrutura, quer com outra especificidade que será abordada de seguida: a existência de “buracos de poste” na sua base. Porém, no caso do Fosso 2, assumir a possibilidade de influências externas à vontade humana, que terão alterado a sua forma inicial, é também admitir que a estrutura terá estado durante um período de tempo significativo à mercê das condições ambientais da região, sem que tenha ocorrido qualquer tipo de preenchimento. Sobre este aspecto vale a pena recordar a seguinte afirmação: “The stability of the V-profile Overton Down ditch suggests that some totally sedimented ditches encountered archeologically may have been deliberately back-filled” (Bell *et alii*, 1996:236). Traduzirão os perfis em U uma situação oposta?

Em trabalhos recentes, Valera (2012, 2013) apresentou várias secções de fossos escavados no SW Peninsular. A constatação de uma enorme variabilidade na morfologia destas estruturas depreende-se facilmente dos perfis que têm vindo a ser publicados (Fig. 5.3).

Há, no entanto, uma tendência no que se refere ao tamanho das estruturas e à sua cronologia: os fossos do Neolítico Final são menores, quer em profundidade, quer em largura, aumentando o seu volume no período subsequente, sem que os mais pequenos desapareçam (Valera, 2013).

Este investigador assinala outras particularidades quanto aos perfis dos fossos: à exceção dos recintos do Outeiro Alto e do Alto do Outeiro 2, ambos cronologicamente integrados no Calcolítico, todos os fossos sinuosos do SW Peninsular, para os quais existem informações publicadas, apresentam um perfil em V (Valera, 2010). Como já se viu no Capítulo 3, o Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2 integra este tipo de recinto exclusivo desta área regional, tendo, no entanto, um perfil em U e uma cronologia distinta.

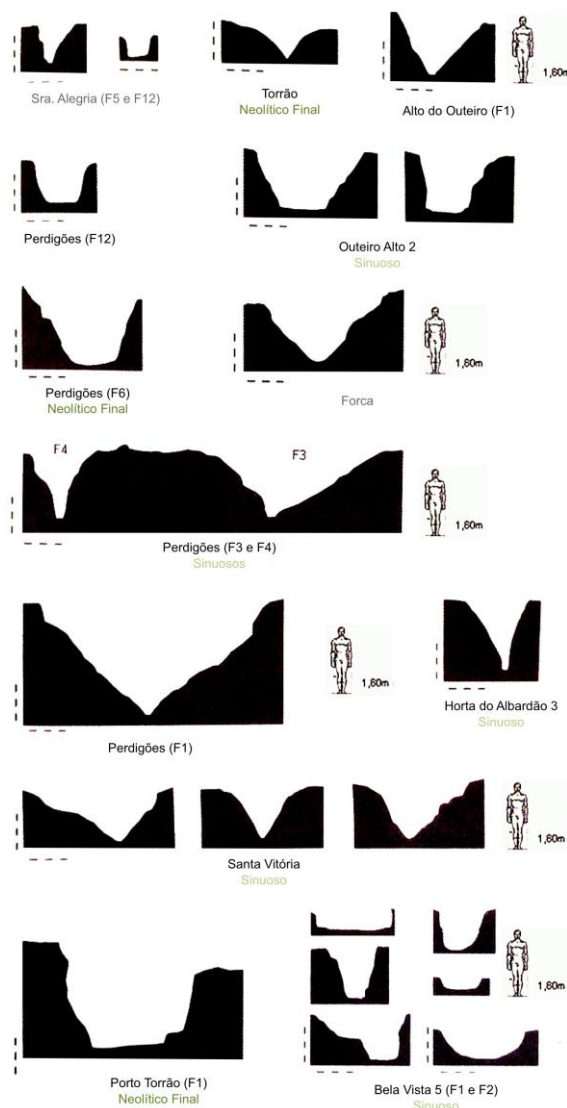


Figura 5. 3. “Exemplificação da variedade das morfologias e dimensões e dimensões das secções de fossos”, adaptado de Valera (2013: 103), com indicação dos fossos cronologicamente enquadrados no Neolítico Final (os que não têm cronologia são posteriores) e os fossos sinuosos identificados no SW Peninsular; a cinzento estão assinalados os sítios que se encontram fora da área em apreço neste trabalho

É ainda no contexto da análise crítica dos recintos sinuosos do SW Peninsular, que o autor realça os perfis do Fosso 4 dos Perdigões e do fosso da Horta do Albardão 3 (ambos Calcolíticos), por apresentarem um pormenor que os distingue dos restantes: “ [...] uma

inclinação das paredes ligeiramente assimétrica, com o declive mais acentuado num dos lados, e que a partir de metade ou no último terço quase se verticalizam, formando uma espécie de corredor ou canal muito estreito, de 0,3 a 0,4 metros” (Valera, 2010). Para o autor, este tipo de perfil poderá estar associado à construção de paliçadas, carecendo esta hipótese de confirmação futura.

Mas se nos casos citados não existem indicadores diretos (restos de madeira) e indiretos (“buracos de poste”) desta realidade, conjecturando-se apenas acerca da eventual existência de uma paliçada, o mesmo já não acontece no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2. Os dois “buracos de poste” identificados na base desta estrutura alteram o panorama até ao momento existente dos recintos de fossos do SW Peninsular. De facto, esta é uma característica incomum no registo dos recintos de fossos desta região, sendo mesmo o único caso documentado até à data.

Centrando, por agora, esta questão no processo de formação do registo arqueológico, veja-se a descrição feita por Barker (1982: 87) acerca da elaboração destes elementos construtivos: “the most usual is to dig a hole larger than the diameter of the post, which is then inserted, sometimes against the side wall of a round post-pit, or in the corner of a square one, and sometimes in the centre of the hole. If the subsoil or underlying layers are soft the bottom of the pit may be packed with stones. The post-pit is then backfilled round the standing post either with the spoil taken from it, or with stones or rubble brought from elsewhere to hold it more firmly”.

No caso dos “buracos de poste” da Ponte da Azambuja 2 não foi reconhecida qualquer diferença na coloração do sedimento que permita avaliar o diâmetro do buraco que terá sido aberto para a colocação do poste. O único elemento que possibilitou a identificação destas estruturas positivas foi a presença de pedras de pequenas (seixos), médias (cascalho) e grandes dimensões (calços), que formavam um pequeno aglomerado com uma “abertura” central, para a colocação da madeira. Esta abertura, em ambos os casos, não permitia um poste com um diâmetro superior a 10cm.

Pela existência de pelo menos dois postes de madeira no interior do Fosso 1, subentende-se que aquela estrutura negativa teve uma componente positiva prévia à sua colmatação definitiva, da qual fizeram parte estes elementos de material lenhoso. Que tipo de estrutura positiva envolveria (1) a presença de fossos, (2) “buracos de poste” e, por conseguinte, (3) uma estrutura de madeira que necessita dos seus componentes colocados na

vertical? Estruturas de tipo paliçada e/ou cerca são as que melhor se ajusta a um registo com estas características.

Antes de justificar o porquê desta opção interpretativa para o registo do Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, veja-se o que se tem entendido por paliçada no registo arqueológico europeu. Conhecidas um pouco por todo o continente, desde os primórdios do Neolítico (Anderson, 1997; Darvill & Thomas, 2001; Varndell & Topping, 2002; Cavulli, 2008; Romero & Jáimez, 2010), este conceito já teve, desde a década de '80 do século XX até aos dias de hoje, diferentes definições:

- “Tout alignement de trus de poteau ne dessinant pas les configurations précédentes (enclos, maison) est considéré comme palissade. Cette palissade peut appartenir à un enclos plus vaste et détaché d’une maison, mais cette appartenance n’est que probable et le terme de palissade est, dans ce cas, préférable” (Soudsky *et alii*, 1982:67);
- “Such trenches are continuous elongated cut features with more or less parallel sides, less than 2m wide, and with a flat and level base, which served as foundations for closely spaced planks or posts. [...] During excavation, dark marks left by decomposed wooden posts were often observed in the middle of the trench” (Andersen, 1997:29);
- “Si tratta di trincee profonda (circa un metro) e non molto larghe (60 cm al massimo), che racchiudevano l’intero abitato o una parte di esso. [...] L’attribuzione funzionale è assicurata da evidenti tracce di pali piantati uno di seguiti all’altro. Sul fondo si possono trovare accorgimenti tecnici di rinforzo, diversi a seconda dei substrati locali, costituiti da tavole orizzontali o rincalzi di pietre” (Cavulli, 2008:302-303).

Embora a presença quer de “buracos de poste”, quer de madeiras, seja uma condição *sine qua non* para o reconhecimento de paliçadas, há uma volubilidade deste conceito, mutável de sítio para sítio: desde alinhamentos de buracos de poste, que não formam recintos ou casas, fundações para postes com um espaçamento próximo, até postes sucessivos, são descrições que revelam que dentro deste conceito cabem muitas realidades e/ou muitas técnicas construtivas.

Ao admitir-se que os “buracos de poste” identificados no fundo do Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2 estariam integrados numa estrutura deste tipo, já que estão presentes os indicadores indirectos da sua existência, qual seria a sua configuração? Seria idêntica a

algumas das que acima foram descritas? Poderão dois postes afastados cerca de 5m constituir uma paliçada?

Em Klingenberg, um sítio integrado na designada *Michelsberg Kultur*²⁹, foram identificadas tábuas de madeira queimadas no interior de um dos fossos que compõem o sítio, interpretadas como parte integrante de uma vedação, edificada a partir de postes colocados espaçadamente na vertical, aos quais seriam agregadas, na horizontal, as referidas tábuas (Fig. 5.4). Esta interpretação tem sido alvo de algumas críticas, que questionam a formação do registo arqueológico, nomeadamente a hipótese que se coloca para a deposição das tábuas no interior da estrutura negativa (Andersen, 1997). Contudo, não sendo esse o tema que aqui se analisa, importa antes verificar o que é argumentado para contradizer a técnica construtiva: “It seems odd to make a palisade fence of heavy horizontal planks fastened to round vertical posts placed at 1-m intervals especially when the posts should have been anchored in deep trenches” (Andersen, 1997:194).

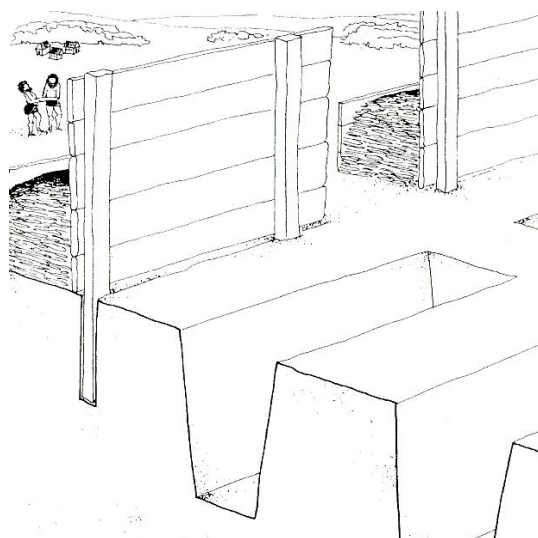


Figura 5. 4. “Klingenberg, near Heilbronn, Kreis Karlsruhe.[...] The reconstruction indicates that the planks came from a palisade fence [...]. The Michelsberg Culture (Biel 1991^a:29” (Andersen, 1997:195)

Todavia esta prática não é desconhecida das sociedades neolíticas, tendo sido verificada e corroborada noutro tipo de construções, das quais o melhor exemplo será o das edificações identificadas nos lagos suíços. Neste caso, para além das estruturas habitacionais, foram

²⁹ Esta unidade cultural encontra-se geograficamente localizada na bacia hidrográfica do Reno e cronologicamente integrada entre a segunda metade do 5.º milénio e a primeira metade do 4.º milénio a.n.e. (Romero, J. M., & Jáimez, V. J., 2010).

reconhecidos outros tipos de paliçadas – as cercas ou *fences*, para quem preferir a expressão inglesa europeicamente aplicada – para as quais se admite uma utilização como estruturas para a defesa do lugar: “This fence was different from the palisade fences that are found on enclosed sites and it very probably was meant to protect the village” (Andersen, 1997: 215).

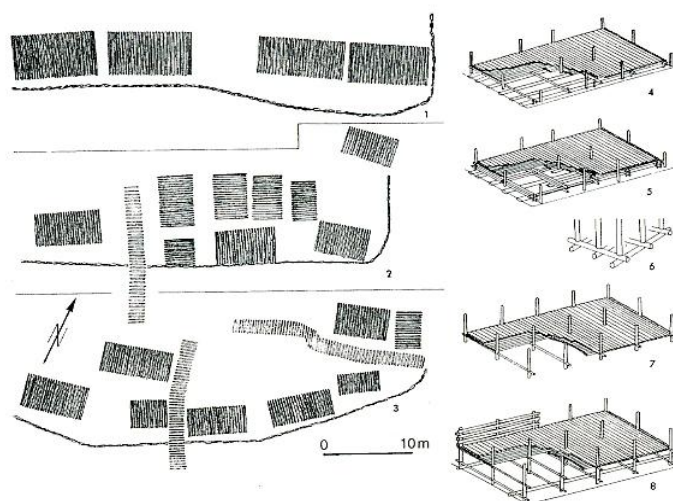


Figura 5. 5. “Thayngen-Weir, Switzerland. Plans of 3 phases of a pile village with houses, paved walkways and fences. The Pfyn Culture (Muller-Karpe III 1974: Taf. 464)” (Andersen, 1997:215)

Andersen (1997), por sua vez, preferiu, no conhecido sítio de Sarup, definir como cerca todos os “buracos de poste” ou “trincheiras de fundação”, que não constituam qualquer paliçada, e que, eventualmente, podem definir áreas especializadas em atividades muito específicas. De modo a justificar esta sua opção, dá como exemplo o sítio de Brzesz Kujawski (Polónia), onde este tipo de estrutura serviu para separar a área habitacional da área funerária.

Não querendo discutir, por agora, o objetivo da construção de uma paliçada ou cerca na Ponte da Azambuja 2, parece importante, de momento, reflectir acerca da sua eventual configuração.

Perante o afastamento dos “buracos de poste” registados na base do Fosso 1 – cerca de 5m - e a ausência de vestígios que permitam aceitar uma linha de postes ininterrupta, considera-se que a técnica construtiva sugerida para Klingenberg, também reconhecida nos lagos suíços, se adapta perfeitamente ao registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2. Deste modo, a paliçada/ cerca da Ponte da Azambuja 2 seria construída com base em alguns postes, espaçados, que seriam complementados com tábuas, ou traves, dispostas na horizontal.

Perante este cenário, os mais cépticos poderão constatar e questionar o facto de que nos locais mencionados os “postes” identificados encontram-se distanciados, no máximo, cerca de

1m. E que, perante isto, o registo da Ponte da Azambuja 2 não se enquadra na realidade que se pretende vincular ao sítio, devendo-se antes encontrar outra hipótese explicativa.

No entanto, existem igualmente várias explicações que podem ser consideradas para a ausência, por exemplo, de mais um ou dois “buracos de poste” do registo arqueológico e que, caso se confirmasse a sua presença, alterariam completamente a postura mais céptica para a aceitação de uma estrutura como a que é aqui proposta.

Como foi anteriormente referido, apenas a presença de calços de pedra permitiram o reconhecimento dos “buracos de poste” do Fosso 1, sem que tenha sido observada uma pequena fossa para a implantação da madeira vertical. Nada impede que outros “buracos de poste” tenham sido abertos no sedimento, sem qualquer tipo de calço, e que, por isso, não tenham sido identificados no processo de escavação. Tal facto, não se deve, no entanto, a uma intervenção pouco cuidada, mas sim a eventuais processos naturais ou antrópicos que terão influenciado a sua conservação.

Pode-se considerar, por exemplo, a extração dos postes, uma vez inutilizados enquanto componente de uma paliçada/ cerca. Neste caso, o buraco inicialmente aberto para a implantação do poste, ficaria vazio após a sua remoção, podendo ser preenchido com o mesmo tipo de sedimento no qual foi escavado. A diferença, passados alguns milhares de anos, é inexistente. Em Sarup II, por exemplo, a remoção de postes aquando do final de um curto ciclo de vida do lugar, foi considerada pelo seu investigador (Andersen, 1997).

Ou então, por oposição, também se pode supor o apodrecimento do poste no local, sendo a madeira progressivamente substituída pelo sedimento envolvente, devido à actividade de insetos fleófagos e vermes anelídeos (Barker, 1982): “as fungal deterioration goes to completion, especially in archaeological context, the recognizable characteristics of wood are totally lost. Frequently the residues are readily dispersed by other processes, leaving little trace. Archaeologically, the most obtrusive evidence of decayed wood is the postmold” (Schiffer, 1987: 171), e esse, como foi já visto, não é visível no registo da Ponte da Azambuja 2, nem mesmo nos locais onde foram identificadas as cunhas que asseguravam a verticalidade do poste.

Recorde-se assim, as palavras de Zilhão, que, para a ausência de evidências relacionadas com as primeiras práticas agrícolas na Península Ibérica, dizia: “At the heart of this problem lies the empirical fact that the archaeological record is always incomplete and what is recorded from a given period or culture varies according to activities, preservation, etc.” (Zilhão, 1997:23).

À excepção da Ponte da Azambuja 2, estão ausentes do registo arqueológico do SW Peninsular os indicadores diretos e indiretos já referidos (madeiras e “buracos de poste”), que confirmem a presença de uma paliçada ou de uma cerca, associada a um sistema de fossos.

Na mesorregião delineada neste trabalho, para além das secções transversais em “Y”, que foram já referidas como eventuais “alicerces” de paliçadas, admite-se a possibilidade da presença deste tipo de estruturas nos Perdigões e em Moreiros 2.

Nos Perdigões, as primeiras leituras da prospecção geofísica aliadas aos trabalhos de campo posteriormente realizados, permitiram que os investigadores deste sítio admitam a existência de estruturas positivas, efectuadas com o recurso a madeiras, embora não estejam presentes quaisquer um dos elementos já referidos. Deste modo, veja-se quais os dados arqueográficos que permitem tal admissão.

A partir da imagem proporcionada pela magnetometria de ultra-alta resolução, identificaram-se duas zonas com eventuais paliçadas, na “área exterior” deste complexo arqueológico: uma, nos pequenos troços que conectam os fossos exteriores (mais de uma dezena), e, outra nas sanjas semi-circulares em frente às entradas identificadas (Valera *et alii*, no prelo). Numa destas últimas áreas – Porta 1 - a configuração das entradas permitiu estabelecer paralelos com as *fence* documentadas noutros contextos europeus, facto que os trabalhos de campo efectuados ulteriormente parecem corroborar (Márquez *et alii*, 2013), e que proporcionaram a seguinte representação:

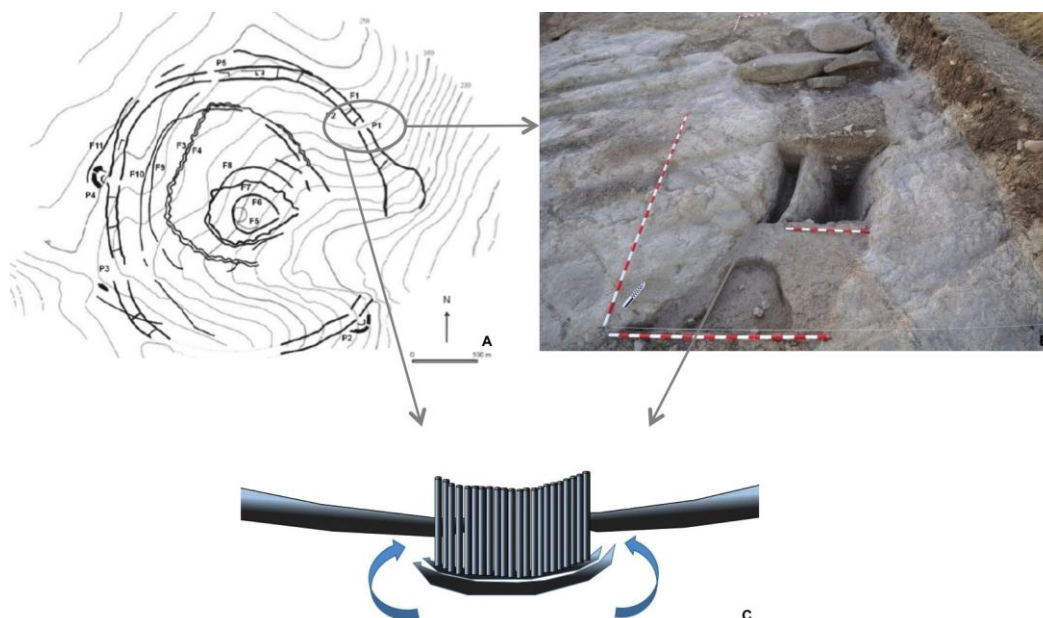


Figura 5. 6. A – “Planta geral dos Perdigões realizada a partir da prospecção magnética (Valera *et alii*, no prelo); B – “Detalle de la Sanja 9 (Ímbrice) tras su excavación en 2013. En primero término el foso con la posible empalizada asociada y, al fondo, la gran estela y los fragmentos de mehnir” (Márquez *et alii*, 2013); C – “And a simplified reconstitution of the possible palisade/ ditch” (Valera A. C., 2014)

No segundo sítio referido – Moreiros 2 – a constatação da presença de uma “paliçada” é facultada pela imagem obtida pela prospeção geofísica. O magnetograma captado revela um conjunto de linhas mais finas e ténues, eventualmente correspondentes a alinhamentos de postes, que apresentam uma planta irregular, adaptada à morfologia do terreno. O recinto definido por estes alinhamentos detém um número de entradas inferior aos recintos de fossos que terão sido construídos posteriormente, supondo-se esta relação de antiguidade pela aparente relação entre as estruturas (Valera *et alii*, 2013).

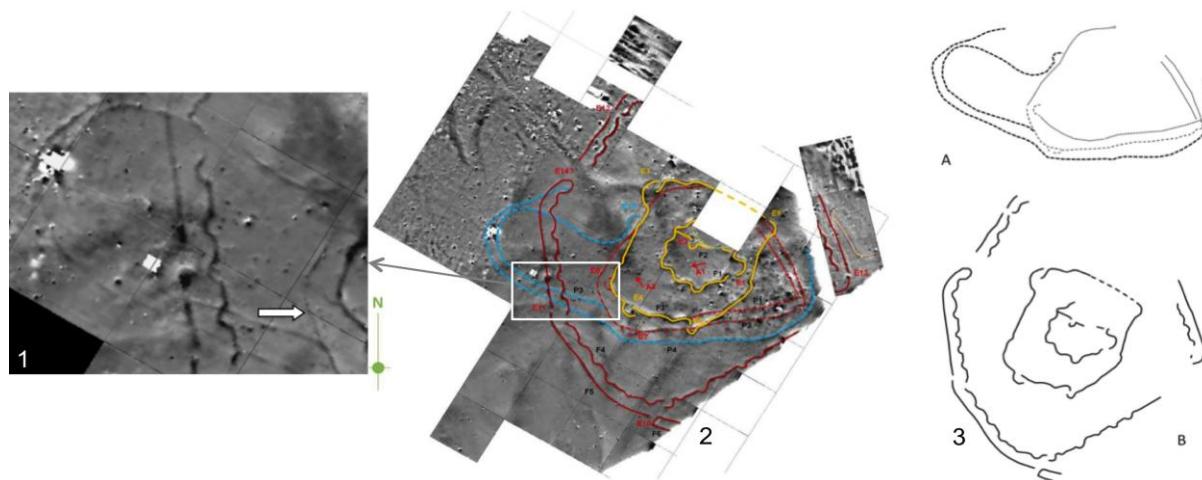


Figura 5. 7. 1. “Pormenores de alinhamentos de fossas de implantação de postes e paliçadas. [...] P2. Lado Oeste”; 2. “Magnetograma de Moreiros 2 anotado com interpretação das estruturas tipo fosso (F), paliçadas (P), entradas (E) e alinhamentos circulares de fossas (A)”; 3. Momentos construtivos diferenciáveis. A. Recintos de paliçadas que abrangem a colina e o seu prolongamento ara Oeste; B – Recintos de fossos de planimetria distinta, que abarcam as vertentes e áreas de fundo de vale” (Valera *et alii*, 2013)

Se para os Perdigões, a cronologia do Fosso 1 remete este tipo de edificação para uma etapa final da construção do sítio³⁰ (Valera *et alii*, 2014), no recinto de Moreiros 2 a situação é bem distinta. Até à data, as datações obtidas reportam-se exclusivamente aos fossos 1 e 3, colocando o início da sua colmatação numa etapa de transição entre o 4.º e o 3.º milénio a.n.e. Como os investigadores consideram, a partir da imagem obtida, que as supostas paliçadas são anteriores à construção dos fossos, remetem-nas para pleno 4.º milénio a.n.e. (Valera *et alii*, 2013). Porém, como foi já dito, estas apreciações são todas elaboradas a partir de um método não intrusivo, que proporciona uma “radiografia” do terreno, mas que não fornece informações tão importantes para a ciência arqueológica, como o registo estratigráfico e estrutural, que permita: (1) corroborar a funcionalidade das estruturas e (2) obter dados sobre a cultura material daquela área do sítio, que possibilite, na ausência de datações absolutas,

³⁰ Uma série de nove datações absolutas para o Fosso 1 coloca o seu preenchimento num intervalo de tempo situado no terceiro quartel do 3.º milénio BC. (Márquez Romero *et alii*, 2013).

uma datação relativa plenamente justificada. Até lá, não passam de meras suposições, que não se podem considerar válidas, embora lancem o alerta para estas realidades.

Deste modo, sublinha-se, mais uma vez, que na área regional em análise, não há, até ao momento, nenhum outro recinto de fossos com evidências directas ou indirectas da existência de postes no interior de uma estrutura negativa de tipo fosso. Posto isto, a Ponte da Azambuja 2 é o primeiro recinto de fossos sinuosos do Neolítico Final, no SW Peninsular, onde se pode testificar, ainda que com fragilidades, a presença de uma paliçada ou cerca, associada a um sistema de fossos.

Não obstante, e sendo esta a hipótese interpretativa que se considera neste trabalho como a mais viável para o registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2, não se excluem outras possibilidades, como por exemplo os *wood henges* ou “*totem poles*”, reconhecidos no restante espaço europeu.

Considerar os “buracos de poste” do Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2 como a base de postes que teriam uma funcionalidade idêntica à que é reconhecida para os *totem*, é uma manobra interpretativa demasiado arriscada. De facto, o reconhecimento deste tipo de estrutura nas comunidades neolíticas europeias não está ainda bem documentado. Ponderar esta leitura fragilizaria ainda mais o registo da Ponte da Azambuja 2, reconhecendo-se, no entanto, que não é uma hipótese descartada, mas sim dificilmente justificável.

Se para o segundo tipo não há qualquer elemento documentado no SW Peninsular, para o primeiro, um recente ensaio sobre as dimensões e profundidades de um conjunto de fossas no sítio do Outeiro Alto 2, demonstraram um padrão de dispersão das estruturas negativas que dificilmente é aleatório. Considerando (1) a planta circular deste conjunto de estruturas, (2) a distribuição espacial padronizada, (3) o diâmetro, a morfologia e a profundidade das fossas, (4) a presença de elementos pétreos no interior de algumas estruturas – calços(?) -, (5) o enchimento único e o facto dos sedimentos serem arqueologicamente estéreis, (6) a associação a um contexto funerário, levaram os investigadores a interpretar este sítio como um *wood henge*, ou “círculo de madeira” (Valera & Filipe, 2012), cuja configuração pode ser vista na figura 5.9.

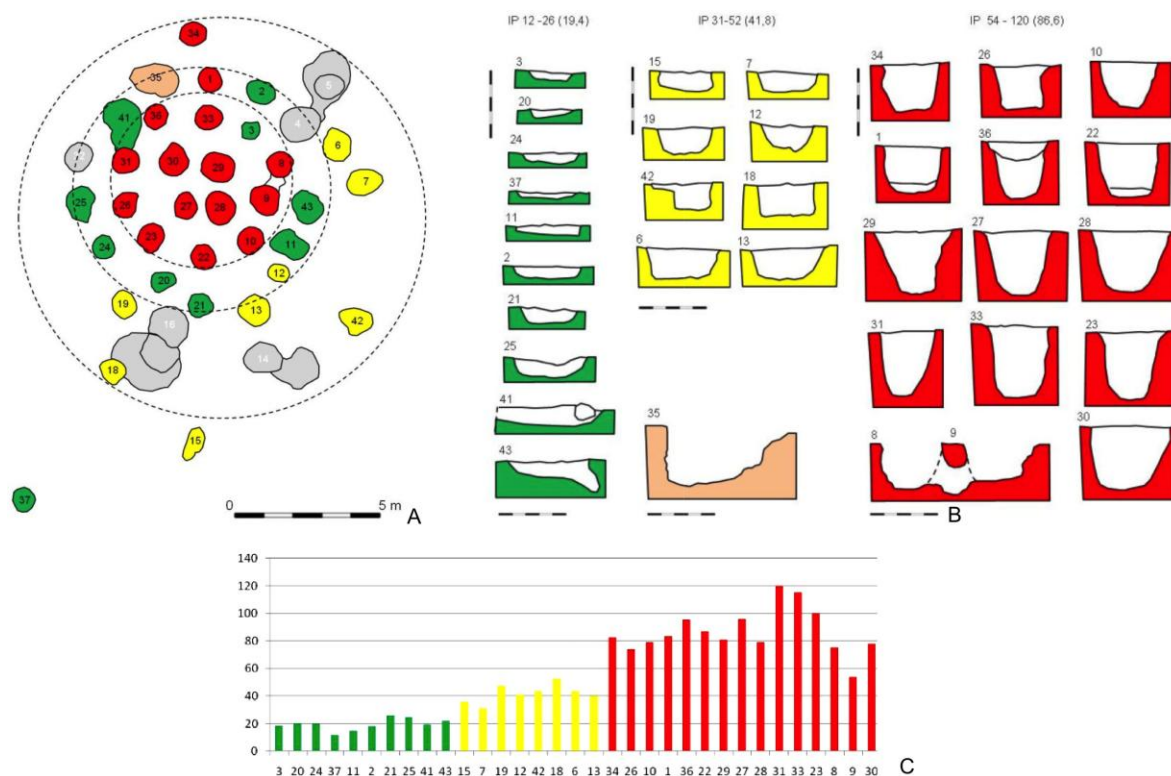


Figura 5. 8. Outeiro Alto 2: A – “Distribuição das fossas segundo os três tipos definido”; B – “Tipos de fossas para o Núcleo A e respetivos limites de classe. A - fossas pouco profundas (a verde); B - fossas intermédias (a amarelo); C - Fossas profundas (vermelho). A fossa 35 não foi contabilizada devido à forte bioturbação”; C – “Relação dos índices de profundidade das fossas [...]”, adaptado de Valera & Filipe (2012)

Porém, de todos os fatores acima enunciados que permitiram a Valera e Filipe chegar a esta conclusão, nenhum se adequa ao registo identificado na Ponte da Azambuja 2. Pelo que esta possibilidade foi imediatamente descartada.

Deste modo, afirma-se mais uma vez, que de todas as realidades conhecidas e documentadas no espaço europeu, que associam postes de madeira a recintos de fossos, as paliçadas ou cercas são as que melhor se adaptam ao registo da Ponte da Azambuja.

Contudo, independentemente do tipo de estrutura presente no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, uma coisa é certa: há uma construção, simples ou complexa, no interior do Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, que foi executada com o recurso a matérias-primas perecíveis, das quais se sabe muito pouco. Sabe-se (1) que a madeira terá sido o elemento natural privilegiado neste tipo de construção e (2) que a sua durabilidade é efémera, tendo um ciclo de vida bastante mais curto que uma estrutura pétrea.

Neste âmbito, quer Barker (1982), quer Schiffer (1987), fazem referência a um trabalho experimental desenvolvido pelo Risborough Laboratory of the Building Research Establishment, sobre a taxa de decomposição de madeiras. Muito embora sejam efetuadas as

devidas ressalvas sobre um número considerável de fatores ambientais que influenciam a conservação deste material, foram testadas várias madeiras, com e sem tratamento prévio (normalmente efetuado através da carbonização da extremidade do poste que ficaria enterrada), de forma a aferir a sua durabilidade média. Das várias madeiras examinadas, uma das que demonstrou maior resistência, e que é perfeitamente compatível com o registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 (vd. Capítulo 6), foi o carvalho. Neste caso, o tempo médio de vida do poste era idêntico quer nos exemplares com tratamento, quer nos exemplares não tratados, estando a sua duração cifrada em cerca de oito anos.

Ora, esta constatação, do ponto de vista da interpretação destas estruturas, é bastante significativa podendo-se supor algumas possibilidades ao nível da sua conservação enquanto elemento de relevo num sítio arqueológico: ou se tratam de estruturas que não são feitas para se prolongarem no tempo, ou são estruturas que são recorrentemente mantidas, requalificadas e rearranjadas. Este assunto, que tem evidentes implicações na interpretação deste tipo de sítio arqueológico, será debatido com maior destaque adiante.

Por agora, importa retornar ao ponto inicial deste subcapítulo e relembrar as questões que foram previamente colocadas. Veja-se assim, um esquema que resume as perguntas, as respostas e as explicações/ conclusões que foram retiradas a partir do registo arqueológico das estruturas identificadas e escavadas na Ponte da Azambuja 2:

Ponte da Azambuja 2 Formação do Registo Arqueológico: Estruturas		
Questões	Respostas	Explicação
O local onde se implanta tem alguma relação com elementos específicos do território?	→ Sim →	Implantação de recintos de fossos do SW Peninsular (e não só) demonstra um determinismo geológico: só existem onde há afloramento rochoso brando, fácil de escavar.
As estruturas sofreram algum tipo de alteração após a sua construção?	→ Talvez →	Na Ponte da Azambuja 2, o Fosso 1 pode ter tido um colapso das suas paredes numa fase inicial da sua construção; o Fosso 2 poderá ter ficado exposto à erosão mecânica provocada pelos agentes naturais, o que explicaria a assimetria das suas paredes.
Há indicadores que podem revelar um eventual uso primário dos fossos?	→ Sim →	O Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2 apresenta dois “buracos de poste” na sua base, tornando viável a hipótese da existência de uma paliçada.

Tabela 5. 3. Resumo das questões colocadas e respostas proporcionadas pelo registo arqueológico das estruturas da Ponte da Azambuja 2

5.2. A estratigrafia

Goldberg e Macphail (2007), no seu manual dedicado à Geoarqueologia, referem que a descrição e interpretação da sequência estratigráfica de um determinado sítio arqueológico depende dos antecedentes e da formação académica do observador. Num esquema muito simples, demonstram que um geólogo, um pedólogo e um arqueólogo podem ler o mesmo perfil estratigráfico de formas completamente distintas, aplicando divisões internas absolutamente antagónicas. Por esse motivo, procurando conjugar estas três áreas do Saber num conceito geoarqueológico, que se pretende amplo, definiram “estratigrafia” como “ [...] three-dimensional organization in space and time of geological layers, soils, archaeological features, and artifacts” (Goldberg & Macphail, 2007: 30).

Mas se esta leitura “arruma” alguma dispersão conceptual no que respeita à disciplina geoarqueológica, na verdade, no que se refere somente à arqueologia, e centralizando este debate na questão da formação dos depósitos arqueológicos no interior de estruturas negativas, está longe de organizar uma desordem interpretativa vigente, estimulada em grande medida pelo enquadramento e postura epistemológica dos investigadores.

Na década de '70 do século XX, quando Schiffer (1987) se dedicou aos processos de formação do registo arqueológico, determinou que a sua génese só poderia advir de dois fatores: processos culturais (*c-transforms*), provindos do comportamento humano, e, processos não-culturais (*n-transforms*), com origem nas condicionantes naturais e ambientais. Associados a estes processos surgem os conceitos de deposição primária³¹, relacionada com deposições culturais, e de deposição secundária, conotada com deposições não-culturais.

São precisamente estas ideias que estão na base do debate da génese estratigráfica e deposição da cultura material no interior dos fossos que cercam os recintos pré-históricos. Qual a origem dos depósitos? Têm origem nos comportamentos humanos ou nas dinâmicas naturais?

Baseado em trabalhos experimentais realizados em Inglaterra, Schiffer exemplifica o preenchimento de estruturas negativas, através de processos não-culturais. A partir das características ambientais e fenómenos naturais associados, são descritos os processos de preenchimento de fossas, igualmente aplicáveis aos fossos, em (1) locais com invernos frios e elevada precipitação e em (2) zonas áridas. Conclui-se que os agentes que interferem nestes processos são de natureza distinta, pelo que a formação do registo arqueológico é

³¹ “In the present work, then, a primary site is a place that could have experienced many environmental disturbances but where overall artifact movements are small *on a regional scale*” (Schiffer, M. B., 1987: 200).

necessariamente desigual. O esquema abaixo apresentado descreve sinteticamente as observações descritas pelo autor.

Processos não-culturais no preenchimento de estruturas negativas		
(Schiffer, 1987)		
Invernos rigorosos: 2 fases de preenchimento		Zonas Áridas
1ª Fase	Fase rápida, com génese na deterioração das paredes da estrutura; se a estrutura tiver paredes íngremes, a acção das baixas temperaturas e das águas correntes irá erodir rapidamente a parte superior da estrutura; o sedimento será composto por partículas finas, embora testemunhos mais grosseiros estejam igualmente presentes; devido à ação mecânica as paredes da estrutura podem assumir uma morfologia distinta da original (menos íngreme).	Prevalência de processos eólicos no preenchimento da estrutura; regista-se um padrão que alterna areias eólicas e siltes com sedimento laminado proveniente do transporte hídrico.
2ª Fase	Habitualmente resulta na acumulação de partículas finas, de origem eólica, devido ao crescimento de ervas daninhas (proporcionada pelo microambiente que se gera no interior de uma estrutura negativa parcialmente preenchida); a continuidade do preenchimento fica assegurado pela ação da água e dos animais; esta acumulação de sedimento tem uma elevada componente orgânica, tornando-se um <i>habitat</i> favorável para vermes anelídeos.	

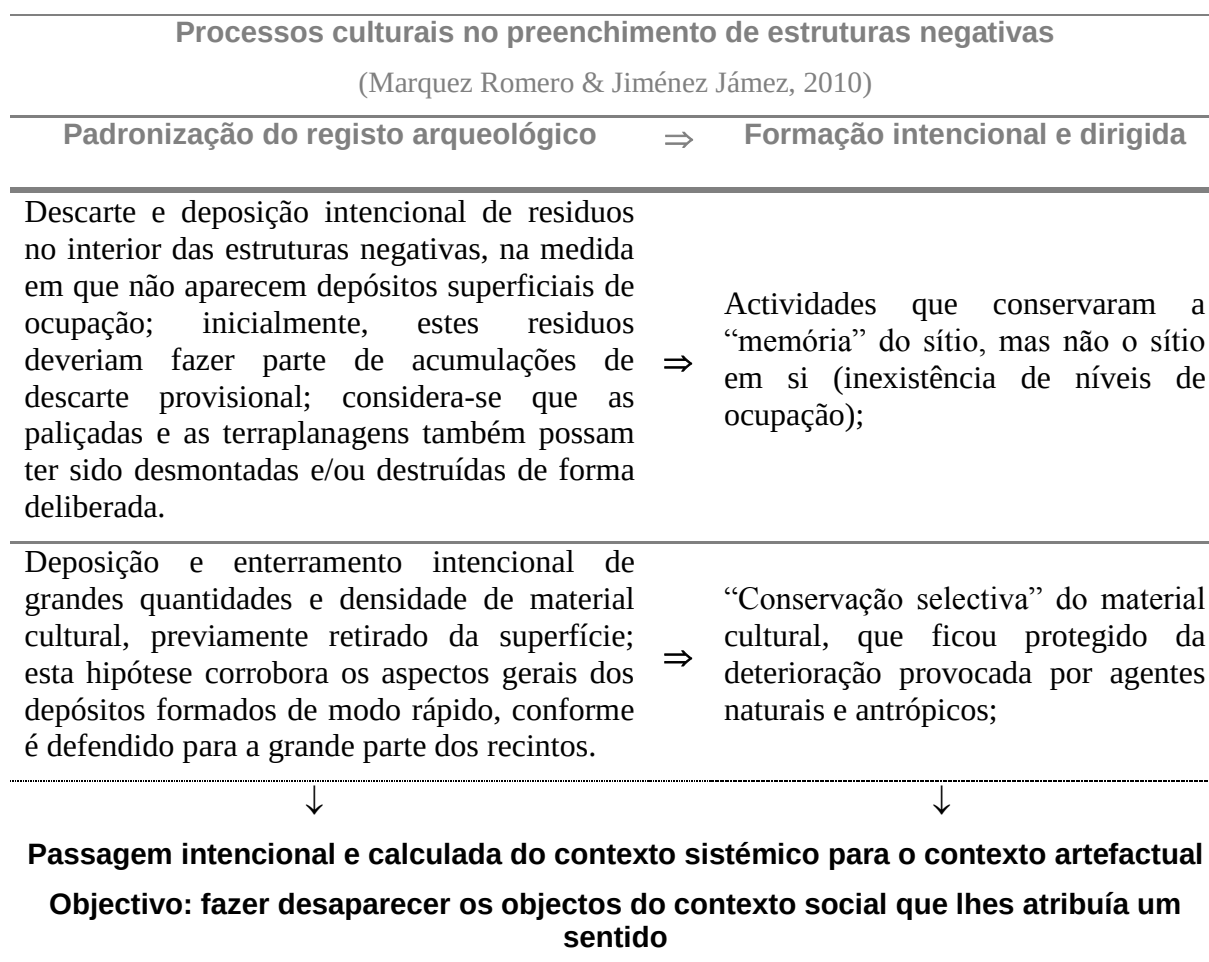
Tabela 5. 4. Características do preenchimento de estruturas negativas por processos não-culturais, em locais com invernos rigorosos e chuvosos e zonas áridas (segundo Schiffer, 1987)

Outros investigadores têm, no entanto, chamado à atenção para a existência de processos culturais no enchimento destas estruturas.

Marquez Romero e Jiménez Jámez (2010) defendem que, para o SW Peninsular, e mais concretamente para aquela que definiram ser a “segunda geração de recintos europeus” (cronologicamente integrada no 4.º e em parte do 3.º milénio a.n.e), existem atividades humanas deliberadas no preenchimento das estruturas, ou, como os próprios referem, “ [...] prácticas de ocultación [...]” destes sítios (Marquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010:449). Para defesa desta teoria apontam dois aspectos fundamentais, que consideram ser uma característica comum a todos os recintos: a) a sua invisibilidade à superfície; b) a

intencionalidade dos enchimentos das estruturas, demonstradas pela deposição estruturada de artefactos, restos de animais e/ou restos humanos.

Aplicando o conceito de “contexto sistémico”, criado por Schiffer (1987), que define os processos pelos quais “[...] um determinado elemento arqueológico passa durante a sua existência” (Bicho, 2006:75), os investigadores espanhóis consideram que os objectos que participariam no conjunto de actividades desenvolvidas no interior dos recintos, passariam do seu contexto sistémico para o contexto arqueológico, mediante determinadas regras, definidas pelos agentes humanos. Estas regras, aplicadas no momento de descarte e deposição, criaram padrões que se repetem no registo arqueológico deste tipo de sítio. O esquema abaixo apresentado descreve sucintamente os processos de formação do registo arqueológico por processos culturais, de acordo com as observações e teorias enumeradas pelos autores supramencionados.



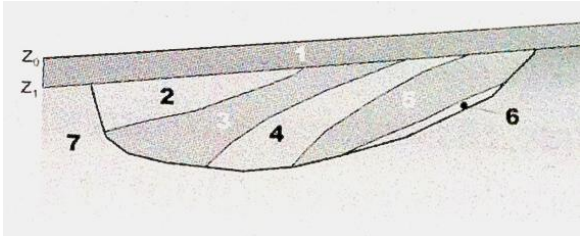
Esquema 5. 1. Características do preenchimento de estruturas negativas por processos culturais (segundo Marquez Romero & Jiménez Jámez, 2010)

Deste modo, para estes investigadores, ficaria interpretada a estratigrafia interna identificada num grande número de fossos desta região: por um lado, explicaria os processos de sedimentação rápida que grande parte dos investigadores constata e, por outro, ficaria resolvida a questão da invisibilidade de grande parte destes sítios à superfície, assim como a ausência de níveis de ocupação no interior dos recintos e as deposições intencionais que muitas vezes são identificadas no interior das estruturas negativas.

Porém, esta visão antropocêntrica dos processos de formação do registo arqueológico afasta todos os processos pedogenéticos e sedimentológicos que necessariamente ocorrem em todos os sítios arqueológicos. Nem tão pouco considera os vários processos de modificação pós-deposicional que podem ter ocorrido nos últimos seis mil anos: processos físicos de erosão, processos físico-químicos e biológicos, migração de substâncias, processos físicos e biológicos de pedoturbação e, até mesmo, processos antrópicos não intencionais, que podem ter contribuído para o preenchimento destas estruturas (agricultura, desflorestação, etc.) (Angelucci, 2003).

Angelucci (2003), para exemplificar a interação entre pedogénese e sedimentação, utiliza um caso hipotético de preenchimento de uma estrutura de tipo fosso. A partir de um corte fictício, o investigador demonstra duas formas distintas de interpretação do mesmo - a tradicional e a geoarqueológica – explicando não só como se pode processar o preenchimento de estruturas desta natureza, mas também a sua ocultação, a partir de processos não-culturais. O esquema abaixo representado apresenta sucintamente o exemplo conforme explicado pelo autor citado:

“Exemplo de interação entre pedogénese e sedimentação” (Angelucci, 2003)

Corte hipotético	⇒	Descrição estratigráfica
		1. Camada de superfície com materiais arqueológicos de diversas cronologias: Paleolítico, Neolítico, Idade do Bronze, Época Romana; a partir da superfície topográfica Z₁, foi escavado um fosso, que posteriormente foi preenchido em diferentes épocas Assim: 2. Camada com materiais de época romana; 3. Camada com materiais da Idade do Bronze; 4. Camada com materiais do Neolítico Final; 5. Camada com materiais do Neolítico Antigo; 6. Camada com materiais paleolíticos; 7. Substrato onde foi executado o fosso.

Explicação Tradicional:

Camada 1 corresponde a uma terraplenagem recente que ocultou o fosso, através do remeximento dos sedimentos em torno do sítio

Explicação Geoarqueológica:

Esquema	Descrição
	A - escavação do fosso durante o Neolítico Antigo, estando a superfície topográfica delineada a tracejado;
	B - fosso funcional num primeiro momento, havendo desagregação das suas paredes, escavadas num sedimento com espólio de cronologia paleolítica;
	C - fosso deixa de exercer a sua função primária e inicia-se o seu processo de enchimento durante o c) Neolítico Antigo,
	d) Neolítico Final,
	e) Idade do Bronze, com materiais provenientes de um povoado próximo;
	F - em época romana o fosso fica completamente colmatado, a superfície é regularizada, ficando estável;
	
	

G - início dos processos pedogenéticos na superfície topográfica da estrutura negativa, assim como nos terrenos à sua volta, formando um horizonte superficial que oculta a sua presença

Esquema 5. 2. “Exemplo de interação entre pedogénese e sedimentação” (Angelucci, 2003:61)

Uma outra leitura para a interpretação da formação dos depósitos de superfície é igualmente apresentada pelo mesmo autor (acima apresentada com a letra h): neste caso, “[...] a unidade 1 não provém da acumulação de material sobre a superfície topográfica, antes, é o resultado da alteração *in situ* de sedimentos já existentes, quer do substrato (pontos s na figura), quer do preenchimento do fossos (faixa indicada com a letra f)” (Angelucci, 2003: 61-62). Forma-se assim um horizonte de solo, onde já não é possível observar as características originais das camadas, ou os seus limites, ficando a unidade 1 homogeneizada através da pedogénese, ocultando a estrutura e respectivo preenchimento da superfície. Desta forma, não há deslocação nem revolvimento dos sedimentos, mas sim a sua transformação *in loco*, efectuando-se diferenciações de limites da estrutura e respectivas camadas de enchimento, apenas em profundidade, onde há uma menor actividade pedogenética (Angelucci, 2003).

Apesar do registo arqueológico da Ponte da Azambuja 2 se reportar apenas a uma fase cultural de ocupação – Neolítico Final – considera-se que processos não-culturais baseados na interação entre pedogénese e sedimentação, conforme foi acima descrito, é a explicação que melhor se aplica ao caso em estudo.

No caso do Fosso 1, conforme foi anteriormente descrito (vd. Capítulo 3), foram identificadas, para além do solo (Ø) que cobre toda a plataforma onde se implanta o sítio arqueológico, duas camadas de enchimento:

- a camada 101, que corresponde a uma fase de abandono;
- a camada 102, interpretada como um depósito formado durante a fase de “uso” da estrutura.

Para a afirmação destas interpretações, efetuou-se uma análise do registo arqueológico, onde foram considerados os seguintes elementos: (1) características dos depósitos; (2) morfologia e tipologia da(s) estrutura(s); (3) implantação do sítio arqueológico.

A descrição da formação do registo estratigráfico seguirá a lógica de deposição dos sedimentos, ou seja, “do mais antigo” para “o mais recente”.

Deste modo, refira-se a presença da camada 102 apenas no interior do Fosso 1, estando ausente na estratigrafia do Fosso 2.

As suas características – textura, cor, granulometria – bastante semelhantes ao substrato no qual o fosso foi aberto, apontam para que a sua formação tenha origem na desagregação das paredes da estrutura, conforme foi já anteriormente sugerido (vd. 5.1). Esta interpretação encontra-se atestada pela arqueologia experimental e é recorrentemente referida por diferentes investigadores, sendo inclusivamente aceite pelos defensores do preenchimento das estruturas negativas por processos culturais. Trata-se assim de uma premissa comumente adotada, que reflete a ideia de que uma estrutura desta tipologia esteve, por um (in)determinado período de tempo, aberta e exposta aos agentes naturais e ambientais.

Esta unidade arqueológica era de tal forma semelhante ao substrato geológico (camada 104) que, durante o processo de escavação, o critério de diferenciação entre uma e outro seguiu a lógica da presença/ ausência de materiais arqueológicos. Pese esta dificuldade, considerou-se como topo e base topográfica desta unidade arqueológica as seguintes cotas:

Ponte da Azambuja 2: Fosso 1, camada 102						
	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Topo	170.44	170.36	170.40	170.58	170.80	171.00
Base	170.06	169.86	170.20	170.02	170.13	170.26
P. E. ³²	0.38	0.50	0.20	0.56	0.67	0.74

Tabela 5. 5. Cotas de topo e base da camada 102 do Fosso 1 e respetiva potência estratigráfica

No caso das quadrículas M/4 e 7, a identificação de “buracos de poste” às cotas 170.43 e 170.49, respetivamente (vd. Capítulo 3, Tabela 3.1.), indica que, na fase de construção da estrutura de madeira, que é indiretamente sugerida pelos seus suportes, o fosso estaria parcialmente preenchido com esta unidade, uma vez que a sua base de sustentação foi escavada neste depósito. Admite-se assim, um interregno entre a abertura do fosso e a construção de uma eventual paliçada, ainda que não seja possível calcular quanto tempo possa ter ocorrido entre uma e outra ação, devido à inexistência de indicadores que permitam avaliar

³² P.E. corresponde à abreviatura de “Potência Estratigráfica” (dada em cm)

a velocidade dos processos de sedimentação. Todavia, esses processos tiveram continuidade após a colocação dos postes de madeira, já que, como se pode depreender pelas cotas apresentadas, a camada 102 cobre ambos os “buracos de poste”. A extração do poste ou até mesmo a sua degradação no local, são assim hipóteses viáveis, sendo a madeira substituída pelos sedimentos que se encontravam à sua volta, a partir dos diversos processos já expostos no subcapítulo anterior. Terá havido, desta forma, um momento em que essa estrutura de madeira deixou de servir o seu propósito.

De acordo com esta possibilidade, que é estimulada pelo registo estratigráfico e estrutural do sítio, o que terá acontecido posteriormente ao fosso? Terá assumido outra função ou denota-se na estratigrafia a adoção de uma outra estratégia?

A camada 101, que se sobrepõe à anteriormente descrita (102), apresenta características sedimentares que sugerem uma formação através de um processo semelhante a uma coluvião. A desorganização interna deste estrato, a ausência de uma estratigrafia interna, a equivalência, do ponto de vista da textura e granulometria, aos solos que se formam na região (vd. no Capítulo 2 as características do horizonte B), a dispersão vertical e horizontal dos artefactos, conferem-lhe a aparência de uma acumulação de material transportado a partir da superfície topográfica existente à época da ocupação.

Estes dados associados às condições de implantação do sítio arqueológico consubstanciam a ideia de que a estrutura negativa terá funcionado como uma “armadilha” de solos expostos aos processos de erosão, que necessariamente ocorrem em sistemas hidrológicos de vertente. Sintetizando os dados indicados no Capítulo 2 do presente trabalho, saliente-se que o sítio arqueológico em apreço se implanta numa vertente com declive entre os 6-8%, na qual se registam riscos de erosão elevados, em parte fomentados pela estrutura litológica do local – rochas intrusivas – que detêm uma eficiência de escoamento reduzida.

Se por um lado, esta interpretação encontra uma base de suporte nas explicações geoarqueológicas, que admitem que “even gently sloping (2-3°, 3-5%) plateau edge, as well as moderately (4-7°, 6-12%) to strongly sloping (8-11°, 13-20%) upper slopes may show evidence of erosion” (Goldberg & Macphail, 2007:77), por outro lado encontra oposição nas leituras de carácter pós-processualista, que invocam (1) o desequilíbrio na quantidade de material identificado dentro e fora das estruturas arqueológicas (onde deveriam ser identificados depósitos de ocupação, muitas vezes ausentes), e (2) a não identificação do local de depósito dos materiais transportados através dos processos de erosão, para refutar a primeira leitura interpretativa. Neste âmbito é elaborada a seguinte questão: “[...] a la destrucción causada por agentes físicos, que, de manera simplista, llamamos erosión (y que en

realidad recibe el nombre de meteorización), hay que sumar el transporte de los materiales y la sedimentación de los mismos en outro espacio. Si, como tradicionalmente se afirma, los materiales arqueológicos están ausentes de la superficie de los recintos de fosos por causa de erosión, donde se han sedimentado?” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2007:163).

No caso da Ponte da Azambuja 2, a ausência de escavações arqueológicas nas áreas adjacentes aos fossos não permite avaliar esta problemática. Na realidade, para além das fotografias aéreas que indicam a presença de outros recintos na mesma plataforma, não se sabe, nem se tem qualquer dado acerca da (in)existência de níveis de ocupação infra ou extra fossos.

Não obstante, a realidade empírica presente na área escavada indica que a camada 101 do Fosso 1, se formou a partir de processos de erosão ocorridos na superfície do terreno, e que esses mesmos processos erosivos (e não de meteorização), conduziram os sedimentos para o interior da estrutura negativa, devido à ação da gravidade. Se este processo terá lixiviado, ou não, toda a ocupação humana do local é algo que por agora não podemos responder.

Contudo, podemos assumir que terá havido uma ocupação humana intensa nesta área, determinada, em parte, pela cor desta unidade arqueológica. Excluídos fenómenos como o efeito do excesso de água no solo, ou o material de origem dos sedimentos, a cor registada – negra – sem paralelo nos solos da região (vd. Capítulo 2), reflete a presença de “solos de ocupação”, normalmente mais escuros que os solos naturais, devido ao enriquecimento orgânico e acumulação de húmus, consequente da atividade humana (Carter, 2009).

Se esta camada se formou a partir de processos de erosão de solos de ocupação que se encontravam à superfície, e se selava a unidade precedente, na qual se encontra atestada a presença de elementos que indicam a presença de uma estrutura positiva em madeira, entretanto desativada, a lógica será concluir que a deposição da camada 101 terá ocorrido num momento pós abandono da estrutura.

Embora esta camada estivesse parcialmente afectada pelos trabalhos de escavação da obra, foi efetuado um exercício simples de verificação da sua potência estratigráfica (neste caso, relembre-se que nas quadrículas M/5 e 6, houve uma remoção mecânica de sedimentos, aquando da deteção do sítio – vd. Capítulo 3).

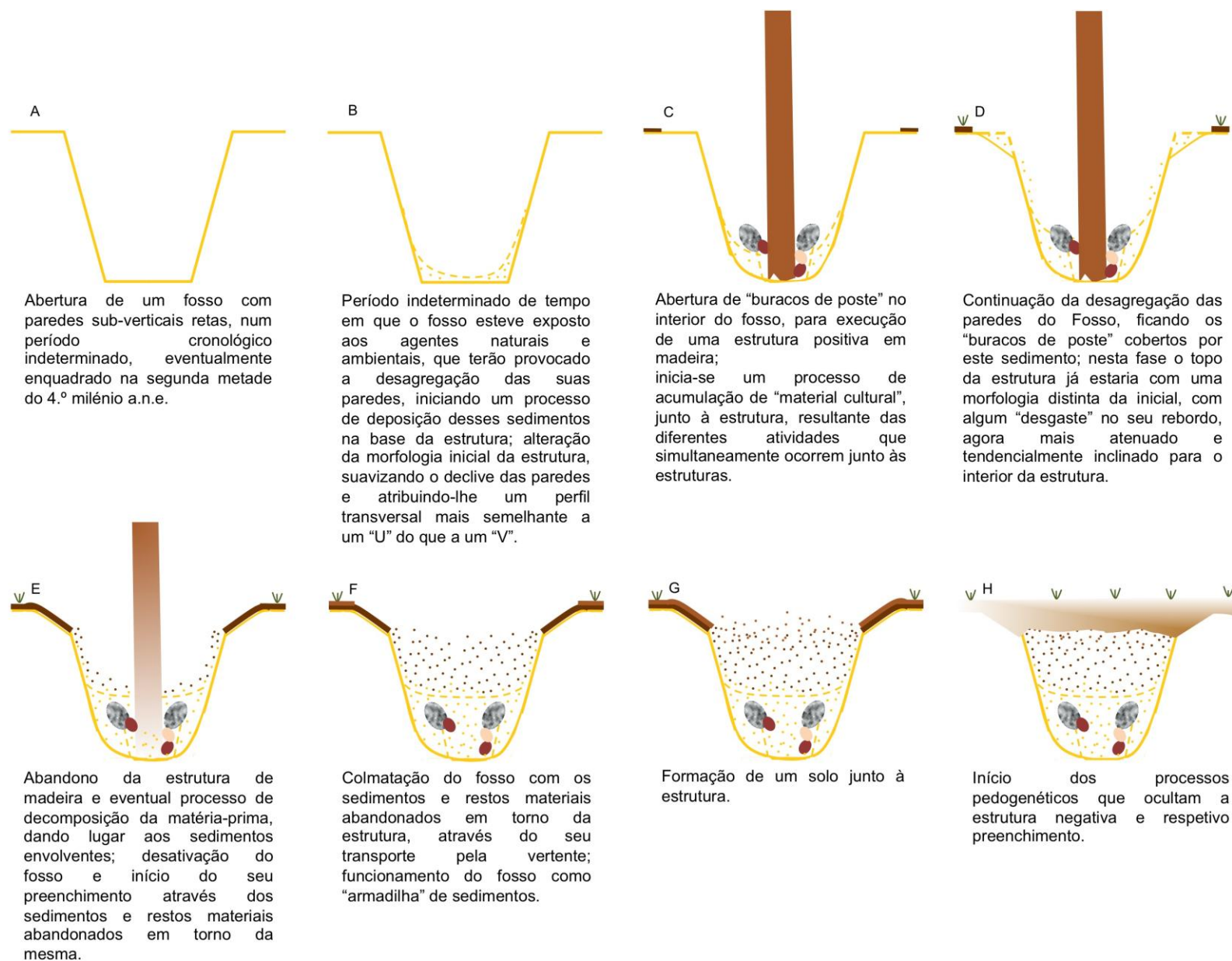
Ponte da Azambuja 2: Fosso 1, camada 101						
	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Topo	170.90	170.63	170.69	170.90	171.40	171.36
Base	170.44	170.36	170.40	170.58	170.80	171.00
P. E. ³³	0.46	0.27	0.29	0.32	0.60	0.36

Tabela 5. 6. Cotas de topo e base da camada 102 do Fosso 1 e respetiva potência estratigráfica

Num período indeterminado, mas certamente pós-ocupação, a plataforma estabiliza e inicia-se um processo pedogenético fora do fosso, que oculta não só a estrutura negativa, mas também o seu preenchimento. Forma-se assim a designada unidade Ø, que ocupa toda a plataforma, facto corroborado quer no corte estratigráfico da escavação arqueológica (embora não tenha sido escavada manualmente e com método arqueológico), quer nos cortes das linhas de água ali existentes.

Deste modo, recapitulando o que foi acima exposto, atente-se no esquema abaixo representado:

³³ P.E. corresponde à abreviatura de “Potência Estratigráfica” (dada em cm)



Esquema 5.3. Representação esquemática e interpretativa das diferentes fases de formação do registo arqueológico no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2

No que respeita aos processos de formação estratigráfica do Fosso 2, verifica-se um fenómeno semelhante aos das últimas etapas de colmatação do Fosso 1: (1) preenchimento através de um processo semelhante a uma coluvião e (2) ocultação da estrutura, através de processos pedogenéticos, que originaram um horizonte de solo na plataforma.

Embora se admita uma história distinta para o Fosso 2, relacionada com práticas de natureza cultural, reveladas pela presença e relação de alguns objetos conectados com práticas mágico-simbólicas das comunidades do final do Neolítico, como se verá adiante, nada existe no registo estratigráfico que permita admitir cenários de despejo e colmatação intencional da estrutura. Desta forma, aplica-se a mesma explicação que se encontra exemplifica a partir da Figura F, do Esquema 5.3.

5.3. Os elementos de cultura material

No Capítulo 4, referente à cultura material recolhida na Ponte da Azambuja 2, procurou-se expor os seguintes assuntos: (1) número global de cada categoria artefactual; (2) a sua distribuição espacial, quer horizontal, quer verticalmente; (3) as suas principais características tipológicas e tecnológicas; (4) elaborar leituras interpretativas acerca da sua funcionalidade e (5) debater cronologicamente o significado da sua presença no contexto escavado.

No presente ponto pretende-se, a partir dos dados anteriormente apresentados, fazer algumas reflexões acerca da (1) densidade artefactual, (2) da dispersão vertical e horizontal reconhecida e (3) discutir, a partir do grupo dos artefactos ideotécnicos – neste caso dos designados “ídolos de cornos” – a existência de deposições intencionais ou naturais.

5.3.1. Densidade e dispersão

Partindo do princípio de que “the overall artifact in a deposit is a direct trace of the concentrating and dispersing effects of various formation processes” (Schiffer, 1987:282), será aqui avaliada a situação registada no processo de recolha da cultura material em cada uma das estruturas escavadas. Para isso serão utilizados os dados gerais dos artefactos e ecofactos que oferecem informações mais significativas do ponto de vista quantitativo: a cerâmica, os líticos e a fauna mamalógica, ainda que o tratamento específico desta última componente seja apresentado apenas no capítulo seguinte.

Assim, porque esta análise é feita essencialmente de “quantidades”, observe-se os números gerais que compõem o registo material da Ponte da Azambuja 2:

Ponte da Azambuja 2: os números						
Área de Escavação	Área escavada	Cerâmica	Pedra lascada	Fauna mamalógica	%	TOTAL
<i>Locus 1</i>	24 m ²	9 339	2 098	648	64	12 085
<i>Locus 2</i>	12 m ²	5 741	407	731	36	6 879
TOTAL	36 m ²	15 080	2 505	1 379	100	18 964

Tabela 5. 7. Relação área escavada/ quantidade de artefactos exumada, subdividida pelas três principais categorias: cerâmica, indústria lítica de pedra lascada e fauna mamalógica

Da leitura da tabela acima apresentada sobressaem, de imediato, duas constatações:

- 1) a primeira é a de uma grande quantidade de artefactos numa área de escavação relativamente pequena (36m^2);
- 2) a segunda é a de que essa mesma densidade não se altera significativamente de uma para outra área de escavação, independentemente de se tratar ou não da mesma estrutura negativa.

Ou seja, embora o *Locus* 2 detenha uma área de escavação menor e embora a estrutura negativa aí escavada seja mais pequena, há, comparativamente e fazendo a devida calibração, uma compatibilidade no número de artefactos recolhidos em ambas as áreas de intervenção.

Estes dados permitem efetuar um exercício simples de projeção de densidade de artefactos numa determinada área do sítio, recorrendo a uma regra de três simples. Tome-se como exemplo o fosso intermédio do Recinto 1 da Ponte da Azambuja 2, para o qual se calculou, através da fotografia aérea, um diâmetro de 35 m (vd. Capítulo 3), e os números de artefactos recolhidos nos Fossos 1 e 2, apresentados na Tabela 5.7. Considerando que:

- a) o diâmetro calculado para o fosso intermédio do Recinto 1 da Ponte da Azambuja 2 (35m), perfaz, em termos de área, 961, 65m;
- b) em 36m^2 foram recolhidos 15 080 fragmentos de cerâmica, 2 505 artefactos de pedra lascada e 1 379 fragmentos de fauna mamalógica;
- c) que os valores são mais ou menos constantes num e noutro fosso;

é possível calcular o número de cada categoria artefactual no sítio arqueológico, ou, pelo menos, numa das estruturas negativas escavadas, caso detenha o mesmo diâmetro daquela que foi tomada como exemplo. Assim, o valor estimado para cada uma das categorias artefactuais é o seguinte:

- cerâmica = 402 824, 5;
- indústria lítica de pedra lascada = 66 914, 81;
- fauna mamalógica = 36 836, 53.

Ainda que o exercício acima exposto seja apenas hipotético, que existam múltiplas variáveis não consideradas, e que os valores referidos digam respeito apenas a uma estrutura, o facto é que há neste sítio arqueológico uma probabilidade muito elevada de existir uma alta densidade de material arqueológico – artefactos e ecofactos – padronizado e orientado para

tarefas conectadas com o quotidiano: cerâmicas utilitárias e de armazenagem, líticos para uso em atividades agrícolas e cinegéticas (*e.g.* lâminas retocadas e ponta de seta), animais domésticos (vd. Capítulo 6).

No entanto, recentrando o debate desta questão nas áreas intervencionadas e nos processos de formação do registo arqueológico, a questão que se coloca neste ponto é a seguinte: esta densidade de material arqueológico atesta ou infirma a hipótese levantada nos pontos anteriores – estruturas e estratigrafia - para a formação do registo arqueológico?

A conjugação dos dados previamente demonstrados com os provenientes da cultura material confirma a hipótese de um preenchimento dos fossos com génese em processos naturais, com pouca interferência dos processos culturais. Para esta afirmação contribui não só a densidade de material mas também a sua distribuição horizontal e vertical, não vista individualmente, como foi atrás feito (vd. Capítulo 4), mas sim na generalidade das categorias já mencionadas.

Assim sendo, veja-se como ocorre uma (densidade) e outra (dispersão) situação no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2.

Na tabela abaixo apresentada foram considerados os artefactos anteriormente enumerados – cerâmica, indústria lítica de pedra lascada e fauna mamalógica – as diferentes camadas identificadas nessa estrutura negativa, a potência estratigráfica de cada uma delas (demonstrada, à exceção da camada 104, nas tabelas 5.5. e 5.6.) e as quadrículas que orientaram a área de intervenção, que, convém relembrar, correspondem a unidades de 4m² (2x2m).

Fosso 1: densidade de materiais arqueológicos					
	Camada	P. E.	Cerâmica	Pedra Lascada	Fauna Mamalógica
M4	101	0,46	704	86	11
	102	0,38	65	1	-
	104	-	-	-	-
M5	101	0,27	1433	429	55
	102	0,50	69	4	6
	104	-	-	-	-
M6	101	0,29	397	776	104
	102	0,20	797	12	49
	104	0,10	19	3	2
M7	101	0,32	2060	574	82
	102	0,56	429	46	145
	104	0,14	91	2	138
M8	101	0,60	1937	126	80
	102	0,67	246	17	17
	104	0,17	13	1	12
M9	101	0,36	789	21	1
	102	0,74	252	1	-
	104	0,50	38	-	1

PE – Potência estratigráfica, dada em cm

Tabela 5. 8. Densidade de materiais no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2, distribuída por categoria artefactual e quadrícula de escavação

Deste exercício regista-se, por exemplo, a grande quantidade de fragmentos cerâmicos na camada 101, da quadrícula M/7, que corresponde a cerca de 515 fragmentos por m², numa potência inferior aos 35cm. Acontece o mesmo com a indústria lítica de pedra lascada, que atinge o seu auge na camada 101, da quadrícula M/6 (cerca de 194 elementos por m², numa potência de 29cm) e com a fauna mamalógica, que, ao contrário dos outros dois componentes, encontra nas camadas de enchimento da base do fosso a sua maior expressão. Se este último aspecto poderia criar expectativas quanto à eventual estruturação ou conexão anatómica de restos faunísticos, a sua análise revelou uma situação distinta, caracterizada por restos ósseos muito fragmentados (inclusivamente com fraturas recentes, devido à dificuldade inerente ao processo de escavação de argilas compactas) e meteorizados (vd. Capítulo 6 e Anexo III.3).

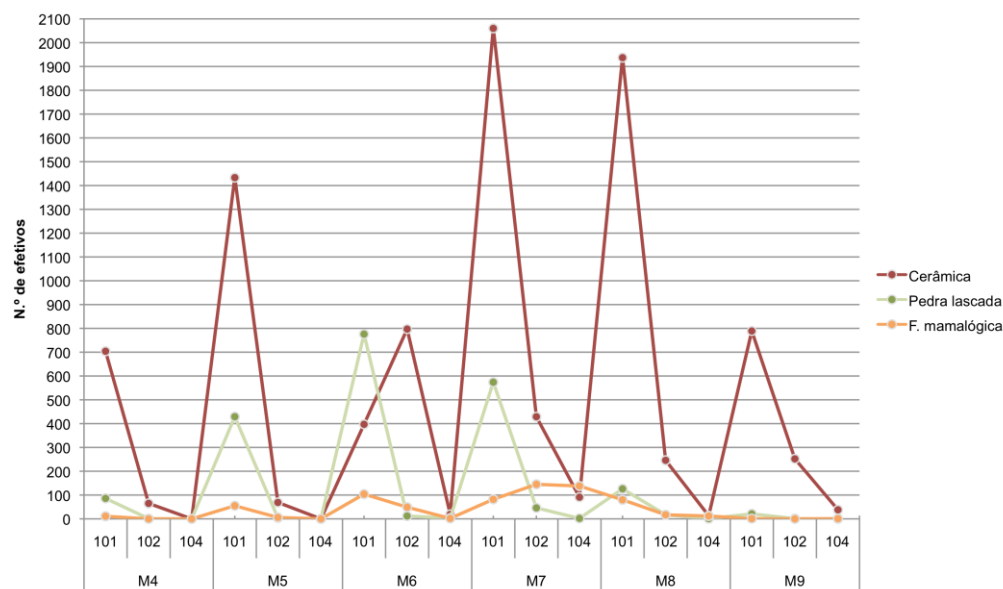


Gráfico 5. 1. Dispersão horizontal e vertical do conjunto artefactual recolhido no Fosso 1 da Ponte da Azambuja 2

Já no que respeita à distribuição espacial – horizontal e vertical –, patente no Gráfico 5.1., observa-se:

- 1) na cerâmica e nos líticos, uma tendência para a diminuição no número de efetivos desde o topo até à base da sequência estratigráfica identificada no interior do Fosso 1; ou seja, há uma distribuição vertical assimétrica, mas constante, demonstrando que na primeira etapa de enchimento do Fosso - a designada “fase de uso” da estrutura (vd. Capítulo 3) - a acumulação de itens culturais, normalmente conectados com as atividades quotidianas, é relativamente diminuta, quando comparada com a fase subsequente, que se relaciona com um momento de abandono da estrutura em análise;
- 2) da situação acima referida, verifica-se uma exceção no caso da cerâmica, na quadricula M/6, onde há um aumento no número de fragmentos na camada 102, sem que, no entanto, se tenha observado conexões entre eles, no campo ou em laboratório;
- 3) uma tendência semelhante no caso da fauna mamalógica, com exceção feita à quadricula M/7 já anteriormente mencionada.

Estes dados estão em plena consonância com os processos de formação do registo arqueológico expostos em 5.1. e 5.2., não se vislumbrando, de imediato, outra hipótese explicativa, ainda que, adiante, se efetue o seu debate confrontando-os com as hipóteses interpretativas de carácter pós-processualista.

Quanto ao Fosso 2, o tipo de tratamento efetuado deve ser distinto na medida em que apenas foi identificada uma unidade de enchimento, sendo todas as subdivisões internas completamente artificiais. Interessa assim ver, não a potência estratigráfica de cada nível artificial, que, como foi já dito anteriormente se cifrou entre os 10/ 20cm (vd. Capítulo 3), mas sim a quantidade de material existente em cada um deles, de modo a perceber se também se regista uma diminuição do número de efetivos desde o topo até à base da estrutura. Uma vez que os materiais aqui exumados são todos eles provenientes do interior da estrutura negativa e considerando que esta ocupava diferentes áreas dentro das quadrículas de escavação (facto não tão visível no Fosso 1, onde essa situação era mais equilibrada), optou-se, nesta fase da análise da cultura material, fazer uma leitura generalista quer da estrutura em si, quer da unidade de enchimento. Assim:

Fosso 2: densidade de materiais arqueológicos				
Camada	NA	Cerâmica	Pedra Lascada	Fauna Mamalógica
201	1	864	35	-
	2	469	16	8
	3	2031	161	152
	4	819	98	158
	5	616	57	136
	6	506	6	126

Tabela 5. 9. Densidade de materiais no Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2, distribuída por categoria artefactual e unidade de enchimento

Nesta estrutura reconhece-se a mesma densidade artefactual já vista para o Fosso 1, ainda que a sua distribuição vertical demonstre uma situação distinta: ao contrario do Fosso 1, não se denota uma progressão descendente no número de artefactos desde o topo até à base da estrutura negativa, mas sim um momento intermédio – 30 cm abaixo da superfície de escavação (n.a.3) – onde há uma súbita concentração dos vários componentes da cultura material, sendo que é a partir dessa cota que se verifica uma progressiva diminuição no número de efetivos. Essa situação é, no entanto, estável no caso da fauna mamalógica, eventualmente devido ao seu grau de fraturação, como se verá no capítulo seguinte (vd. Capítulo 6 e Anexo III.3).

5.3.2. “Deposições intencionais ou naturais?” (Evangelista & Jacinto, 2007)

A pergunta que serve de título a este capítulo reflete uma das problemáticas que, nos últimos anos, tem sido colocada para o preenchimento dos fossos delimitadores de recintos, do SW Peninsular.

Por oposição a uma abordagem dita “funcionalista” e “materialista” destas realidades, na qual se admite um uso primário das estruturas, onde estas adotam um papel defensivo e/ou de condução/ drenagem de águas, para, numa segunda fase de “abandono”, serem colmatadas mediante processos naturais ou de despejo de detritos (“lixeiros”), nasce, no seio das tendências pós-modernas, a perspectiva de que estas estruturas são um elemento integrante de um vasto conjunto de práticas intencionais, simbólicas e rituais.

Fazer a avaliação desta situação na Ponte da Azambuja 2, a partir da dispersão horizontal e vertical dos artefactos ideotécnicos, é um exercício que permitirá, num primeiro plano, contribuir para o debate em curso sobre o papel dos recintos de fossos nas comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e, e, num segundo plano, especular acerca dos diferentes cenários de utilização das figuras que constituem o objeto deste texto. Se para as figuras antropomórficas da Ponte da Azambuja 2 não existe um contexto fiável de proveniência, que invalida de imediato a realização de qualquer exercício de natureza interpretativa, o mesmo não acontece para os “ídolos de cornos”, procedentes do interior dos fossos identificados e escavados no Recinto 1.

Os fragmentos de “ídolos de cornos” recolhidos do interior do Fosso 1 encontram-se dispersos na estratigrafia e planta da estrutura.

Verifica-se uma maior concentração de fragmentos provenientes da última camada de preenchimento da estrutura ([101]). Nesta unidade surgem 9 fragmentos isolados (tronco e base) e um ídolo inteiro, sem que haja uma clara associação entre eles.

Da primeira camada de enchimento do fosso ([102=103]) apenas foi recolhido 1 fragmento em M/4.

Representativo de eventuais perturbações pós deposicionais, como por exemplo a bioturbação, é o “*ídolo de cornos*” 559, composto por fragmentos que proveem de diferentes camadas e quadrículas (vd. Capítulo 4).

Abaixo segue a representação do Corte W do Fosso 1, com a indicação da distribuição destes artefactos.

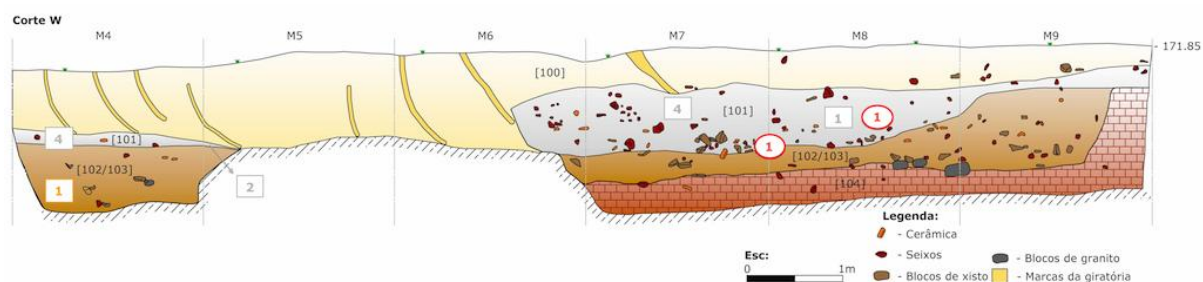


Figura 5. 9. Corte W, do *Locus* 1 (Fosso 1). Os números inseridos na caixa retangular indicam os fragmentos de “ídolos de cornos” enquadrados na categoria Outros, e os da caixa oval indicam os “ídolos de cornos” inteiros. (n.º 559 e 569, respetivamente; vd. Capítulo 4).

Se o exercício efetuado para o *Locus* 1 revela que não há uma organização na dispersão dos “ídolos de cornos”, a aplicação do mesmo método de análise no *Locus* 2 permite resultados, já perceptíveis nos trabalhos de escavação, que abalam os alicerces do “funcionalista” mais convicto.

Na quadrícula E/21 do Fosso 2, surgem, na camada 201, os quatro “ídolos de cornos” anteriormente descritos (Capítulo 4). Verticalmente, encontram-se dispostos num intervalo de 32cm (níveis artificiais 4, 5 e 6), e, horizontalmente, num espaço inferior a 2m².

O estado de conservação destes artefactos, assim como a possibilidade de efetuar colagens entre os vários fragmentos recolhidos nessa área, são bons indicadores do grau de preservação do contexto, facto igualmente corroborado pela obtenção de recipientes praticamente inteiros, que se encontram no mesmo ambiente.

Para além da associação entre os ídolos de cornos, registam-se ainda as seguintes relações artefactuais:

- Junto ao corte E desta quadrícula, identificou-se, na base do n.a. 4, uma mandíbula esquerda de *Bos taurus*, que cobria o fragmento de topo do “ídolo de cornos” 572, de morfologia tendencialmente corniforme; note-se que esta mandíbula não apresenta, à semelhança dos “ídolos de cornos”, sinais de exposição ao fogo, refutando assim, a hipótese de integrar uma estrutura de combustão;
- No mesmo nível artificial – 4, recolheu-se o “ídolo de cornos” 570;
- No nível artificial 5 recolheram-se os dois fragmentos do “ídolo de cornos” 571, e a base do “ídolo de cornos” 572; no mesmo contexto, recolheram-se vários fragmentos de cerâmica de um recipiente de paredes retas, com “mamilos pega” junto ao bordo, cujas colagens permitem a visualização da totalidade da forma;

- Na base do Fosso 2, correspondente à base do nível artificial 6, recolheu-se o “ídolo de cornos” decorado 573, assim como um fragmento de uma taça carenada de pequenas dimensões, com decoração “raizada” no seu interior.

Salienta-se a presença, em todos os níveis artificiais, de abundantes fragmentos de cerâmica, nomeadamente um “vaso lucerna” e vários fragmentos das taças carenadas do sub-tipo “Crato/ Nisa”, habitualmente patentes em contextos do megalitismo funerário alentejano. Um pequeno “ídolo-placa” em xisto reutilizado foi igualmente recolhido nesta área.

O exercício de distribuição espacial efetuado para os contextos escavados demonstrou, no caso do *Locus 2*, uma associação artefactual que remete para um cenário dificilmente explicável à luz de uma interpretação funcional. Anulada a hipótese de integrarem uma estrutura de combustão, a associação evidente de quatro “ídolos de cornos” morfologicamente distintos, num espaço reduzido, assim como a sua relação com artefactos facilmente “transportáveis” para o universo funerário, permitem conjecturar acerca da realização de práticas mágico-simbólicas, que não são desconhecidas nas comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e.

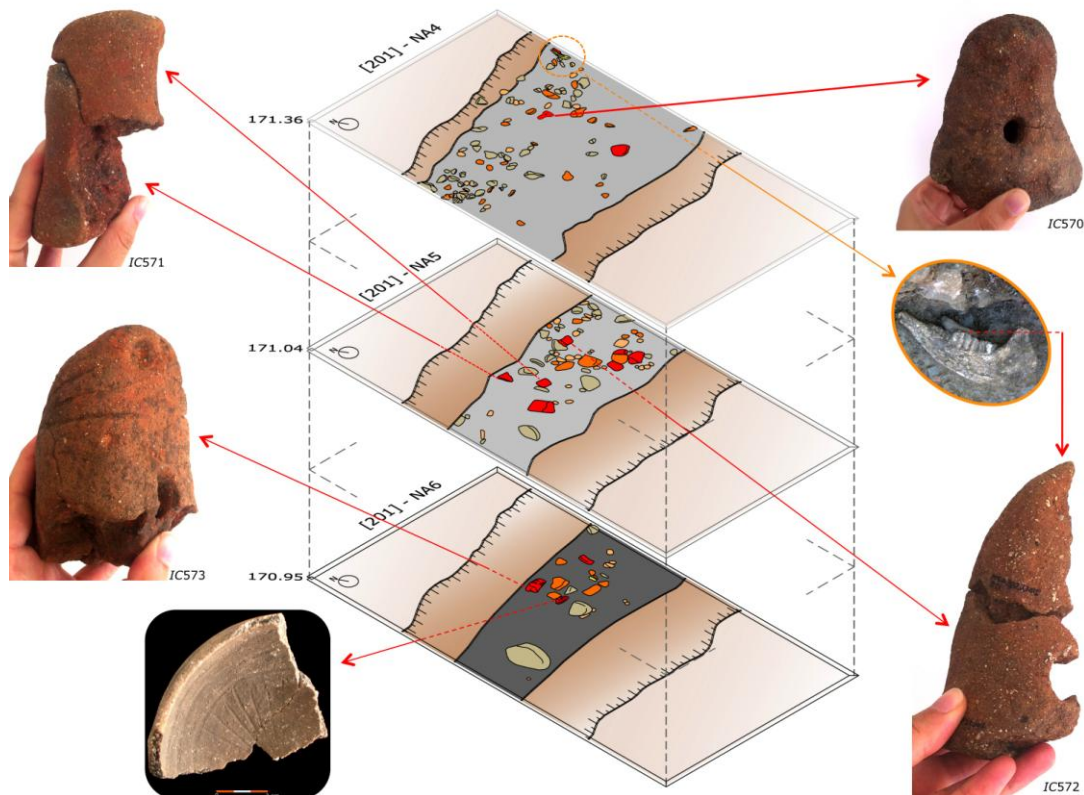


Figura 5. 10. *Locus 2*. E21. [201]: sobreposição dos níveis artificiais 4, 5 e 6, com indicação da proveniência dos “ídolos de cornos” 570, 571, 572, e 573 (vd. Capítulo 4)

Ponte da Azambuja 2 Formação do Registo Arqueológico: Cultura Material		
Questões	Respostas	Explicação
Haverá processos naturais ou culturais na formação dos preenchimentos das estruturas negativas?	→ Sim, há processos naturais →	O Fosso 1 foi preenchido, num primeiro momento, com elementos provenientes da desagregação das paredes e, numa segunda etapa, por coluvião.
	→ Sim, há processos culturais →	O Fosso 2 apresenta, na sua base, e por isso num momento inicial do seu preenchimento por coluvião, um conjunto artefactual que reporta para práticas mágico-simbólicas.

Tabela 5. 10. Resumo da questão colocada e resposta proporcionada pelo registo arqueológico das estruturas da Ponte da Azambuja 2

5.4. Inferências sociais e culturais facultadas pelo registo arqueológico

“An inference is a statement about the past supported by relevant principles and relevant evidence”
(Schiffer, 1987: 4)

A interpretação da formação do registo arqueológico acima exposta procurou seguir o contexto sistémico (*sensu* Schiffer) de cada um dos seus componentes, através da definição dos processos que o definem: procura, produção, uso, manutenção e abandono (Schiffer, 1987).

No presente subcapítulo pretende-se fazer a leitura das inferências sociais e culturais sobre a comunidade que construiu, utilizou e abandonou a Ponte da Azambuja 2, a partir do registo arqueológico e respectivos dados empíricos que chegaram até aos dias de hoje.

Ao longo dos últimos 60 anos muito se discutiu acerca dos limites destas inferências.

Na década de '50 do século XX, Hawkes define uma hierarquia de dificuldade na interpretação do registo arqueológico, considerando que a categoria mais acessível seria a tecnológica, seguida da económica, social, organização política, sendo mais complexo alcançar a componente simbólica (Trigger, 1992).

Já Binford considera que todos os aspectos dos sistemas sócio-culturais de determinada sociedade se encontram inscritos no registo arqueológico. Para este investigador, a

inatigibilidade dos sistemas e subsistemas de determinada sociedade se devem a defeitos e deficiências metodológicas dos investigadores (Trigger, 1992), o que o levou a criar a designada *Middle-Range Theory*, ou, em português, a Teoria de Alcance Médio, composta por um conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos, que permitem “[...] fazer a ponte ou a ligação entre o passado dinâmico e o registo arqueológico do presente que se apresenta de forma estática” (Bicho, 2006:74). Desta forma, “[...] it should be relatively easy for archaeologists to formulate a large number of middle-range generalizations that permit them to infer a wide range of human behaviour from archaeological data” (Trigger, 1992: 393).

A percepção de que o comportamento humano não é linear e que existem múltiplas variáveis, observadas, fundamentalmente, pela Etnoarqueologia, conduziram a uma “revisão da matéria dada” por parte de alguns investigadores, que procuraram introduzir novos conceitos e outras narrativas ao discurso arqueológico. Neste âmbito, destaca-se o trabalho de Hodder, que gera em torno do conceito da Arqueologia Contextual uma nova forma de olhar o Passado pré-histórico, instigando a busca pelos mecanismos que possam revelar mais sobre a actividade simbólica destas sociedades (Trigger, 1992; Bicho, 2006), subvertendo assim os patamares hierárquicos definidos por Hawkes.

Consciente destas e de outras posições teóricas, avançou-se para a execução deste capítulo da tese sob a perspectiva de que a Arqueologia, enquanto ciência, tem por objectivo reconstruir, através do registo material deixado pelas sociedades do Passado, a experiência humana. Sem estabelecer posições hierárquicas, partiu-se para a sua elaboração a partir de uma “folha em branco”, preenchida apenas com os dados empíricos proporcionados pela escavação arqueológica executada na Ponte da Azambuja 2 e por todas as questões que daí advêm.

Consideraram-se assim, cinco linhas de abordagem ao registo arqueológico, que implicam necessariamente todos os subsistemas definidos na abordagem de Hawkes – tecnologia, economia, sociedade, organização política, simbolismo –, sendo elas as seguintes: (1) determinismo geológico; (2) arquitetura; (3) uso; (4) vigência, e, (5) modelo social, que, não obstante, não têm qualquer correspondência direta e individual com as primeiras.

1. Determinismo Geológico

Falar de um determinismo geológico na construção de um recinto de fossos, condicionado, ou não, pela questão tecnológica, conforme se defende neste trabalho, é aceitar um conjunto de ações prévias à construção destas estruturas.

Independentemente de se considerar a teoria simbólica do lugar ou de se validar a componente tecnológica e exequibilidade da construção das estruturas negativas, esta questão acarreta implicitamente outras interrogações relacionadas com o conhecimento prévio do local e assim, com a origem e/ou organização social daquelas comunidades.

De um ponto de vista pragmático, aceitar que determinado lugar foi escolhido para escavar fossos delimitadores de um determinado espaço, é também aceitar, tacitamente, uma das seguintes hipóteses:

- a) ou houve uma “equipa de exploradores”, que efetuou prospeções de terrenos em busca do lugar ideal para a execução de um tipo de estrutura específica, com características bem definidas;
- b) ou a comunidade que os construiu conhecia e dominava de antemão território da ação.

Qualquer uma das hipóteses acima colocadas tem prós e tem contras na sua aceitação, havendo um obstáculo comum a qualquer uma delas: o da escassez dos dados empíricos disponíveis.

Se a admissão da hipótese b) é mais coerente com as teorias vigentes acerca do Neolítico Final regional, a hipótese a) é a mais polémica.

Ainda que os dados relativos ao povoamento e à demografia sejam escassos, tem sido admitida, para o Neolítico Final centro-alentejano, a existência de uma rede de povoamento hierarquicamente diversificada e complexa (Diniz, 1999), “[...] albergando gentes com diferenciadas estratégias de vida” (Lago *et alii*, 1998:148). Neste âmbito, é fácil, confortável e seguro considerar que as comunidades construtoras de fossos já conheciam o seu território de ação, tendo existido um qualquer mecanismo, ainda não definido, que despoletou a construção de uma nova forma de territorialização do espaço – os recintos de fossos – que, a par do megalitismo funerário, dominam a paisagem.

Contudo, a invisibilidade no registo arqueográfico do momento que antecede esta etapa cronológica e cultural – Neolítico Médio – não permite (1) perceber a dimensão e as características desse aumento demográfico, nem (2) avaliar as redes de povoamento que antecedem este repentino aglomerado populacional, revelado pelos indicadores arquitetónicos.

No que respeita ao fenómeno megalítico, mais teorizado que a rede de povoamento, considera-se que constitui “[...] uma manifestação estrutural das sociedades camponesas,

emergindo como uma prática funerária independente nas regiões onde os grupos humanos atingiram o mesmo ponto de maturação” (Gonçalves & Sousa, 2000:69), rejeitando, deste modo, as teses difusionistas para a explicação deste fenómeno.

Porém, Gonçalves admite que a diversidade latente no sistema de povoamento do Neolítico Final do Centro e Sul de Portugal não corresponde apenas a uma complexificação social, mas também “[...] a uma imagem de uma dualidade indesmentível, a de grupos estabilizados ao território e de pequenos grupos móveis, certamente gerados por outros bem maiores” (Gonçalves, 2007:89), facto que constata, por exemplo, pela distribuição das placas de xisto gravadas, que sendo um artefacto marcadamente da área regional em análise, surge igualmente em contextos da Península de Lisboa ou na Andaluzia e Extremadura (Gonçalves, 2007).

Esta ideia de dualidade, mais do que a tese de “enxameamento” defendida pelo autor citado para o povoamento calcolítico do Baixo Alentejo e Alto Algarve Oriental (Gonçalves, 1989), relembra o conceito de “frontiersman” de Fiedel e Anthony (2003). Recuando no tempo e alargando a geografia, estes autores consideram que a expansão do modo de vida agrícola para a Europa pode ter sido veiculada através de uma população fronteiriça, que interagiu quer com os agricultores do Médio Oriente, quer com caçadores-recolectores indígenas europeus, a partir da aquisição e trocas de produtos, nos dois extremos desta narrativa – “They may have conveyed to farmers their intimate knowledge of the European interior and the dispositions of its native inhabitants” (Fiedel & Anthony, 2003: 146). Esta interação terá subsistido até épocas mais tardias, devendo o designado “Homem do Gelo”, ou simplesmente Otzi, corresponder, segundo esta perspetiva, ao arquétipo de “homem de fronteira” (Fiedel & Anthony, 2003).

Admitindo uma assimetria no crescimento dos grupos do Neolítico Final, como aparentemente parece refletir a rede de povoamento conhecida para o Alentejo Central, poderá esta ter sido desencadeada a partir de movimentos entre as populações da foz do Guadalquivir e as populações das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, tornando aquele território do Alentejo numa “região de fronteira”? Terá o Alentejo Central funcionado neste período como uma ponte entre um território atlântico e um território mediterrânico, com diferentes condições ambientais, climáticas e, assim, com diferentes recursos disponíveis?

Se assim for, pode-se assumir uma terceira hipótese para a questão do determinismo geológico: os contrutores dos recintos de fossos conheciam bem o território, já ocupavam aquelas áreas e, impulsionados por “prospectores de territórios” oriundos quer da fachada atlântica, quer da Extremadura e Andaluzia mediterrânica se agregaram numa região central e fronteira para ambos os grupos exógenos.

Este é um tema que será desenvolvido na terceira parte desta dissertação.

2. Arquitetura

Qualquer uma das ideias mencionadas no subcapítulo anterior pressupõe a existência de “projetistas” e/ ou “arquitetos”, que sabiam o que queriam, para que queriam, e como fazê-lo. A escolha do local geologicamente mais favorável para a escavação de estruturas negativas, assim como as plantas conhecidas para estes sítios, ora geométricas e concêntricas, ora sinuosas e abrangentes, são bons indicadores da existência de uma ideia socialmente preconcebida. Porquê e para quê são as questões inevitáveis quando se retira esta conclusão óbvia, contudo esse é o objetivo geral da dissertação, sendo o intento do presente subcapítulo apresentar e debater algumas características da Ponte da Azambuja 2 que podem, de algum modo, contribuir para o modelo social então vigente.

Do ponto de vista da arquitetura, a Ponte da Azambuja 2 é um sítio bem mais complexo do que inicialmente pode aparentar. Embora os trabalhos de geofísica não tenham proporcionado resultados que permitam averiguar essa complexidade, os dados provenientes da observação e leitura de diferentes fotografias aéreas atestam não só a existência de diferentes estruturas de tipo fosso, que configuram distintos recintos aparentemente sem relação física entre si, como deixa em aberto questões relacionadas com a sua sincronia e/ ou diacronia.

Se os três recintos existentes na plataforma da Ponte da Azambuja 2 são diacrónicos, qual o significado do prolongamento da ocupação naquele espaço? E porquê escolher diferentes locais evitando a sobreposição de recintos?

Se, pelo contrário, os recintos forem sincrónicos, corresponderá essa diferenciação espacial a áreas de especialização do lugar?

A pertinência destas interrogações é inquestionável, contudo, devido aos obstáculos encontrados no âmbito do trabalho de investigação, que acabaram por limitá-lo, não é possível, por agora, dar uma resposta assertiva. Ou seja, neste momento não se sabe qual a relação cronológica entre as estruturas, e a escassez, para não dizer ausência, de materiais pré-

históricos à superfície não permite o reconhecimento de elementos da cultura material que sustentem um diagnóstico diacrónico da ocupação do espaço. Porém, conforme foi já apresentado (vd. Capítulo 3), o facto de uma das estruturas negativas visíveis nas imagens aéreas ter sido cortada por uma linha de água – Recinto 2 – permitiu a identificação de cerâmicas semelhantes às que se registam na área escavada: formas esféricas/ globulares com elementos de preensão junto ao bordo, taças carenadas e, inclusivamente uma figura antropomórfica, o que pressupõe uma ocupação dentro do mesmo patamar cronológico e cultural da registada no Recinto 1. Já para o Recinto 3 não existe qualquer indicação desta natureza. Assim sendo, a admissão de uma eventual sincronia entre estes recintos não pode, nem deve ser, uma hipótese descartada de imediato.

Deste modo, haverá características nas estruturas reconhecidas que as distinguem e as tornem singulares em relação umas às outras, indicando assim eventuais usos distintos (especialização de áreas funcionais)?

A partir da fotografia aérea é possível averiguar, efetivamente, três recintos com características díspares. Não havendo alternativa, e tendo consciência de que a análise destes dados darão sempre um resultado “simplista” daquilo que é a realidade³⁴, veja-se quais são esses fatores de diferenciação.

O designado Recinto 1, do qual fazem parte as estruturas escavadas, é, conforme já descrito no Capítulo 3, um recinto relativamente pequeno na fotografia aérea, cujas reais dimensões não estão efetivamente definidas. Para esta afirmação contribui o facto de as estruturas escavadas não corresponderem a nenhuma das que se observa na imagem aérea, o que demonstra que do ponto de vista do tamanho, será maior. No entanto, daquilo que se sabe acerca das suas características destacam-se dois fatores: (1) a existência de fossos sinuosos, atestados pelo Fosso 1 da área de intervenção e (2) a concentricidade das estruturas, revelada pela fotografia aérea. Na totalidade, o conjunto visível do Recinto 1 abarca uma área global de cerca de 700m², devidamente compartimentada, confinando numa pequena área, correspondente a um pequeno recinto, de apenas 10m de diâmetro (100 m²).

Já o Recinto 2 revela outro tipo de arquitetura, não se reconhecendo nenhum espaço fechado, mas sim a união de duas linhas de água que atravessam a vertente até ao curso de

³⁴ Sobre este aspecto refira-se, por exemplo, as diferenças entre a análise da fotografia aérea dos Perdigueiros, que era, comparativamente a outras conhecidas, excelente, e os resultados obtidos posteriormente com a geofísica, e, para terminar, com os dados empíricos obtidos nas escavações arqueológicas

água principal. Como foi já referido, aparentemente estes fossos têm um traçado sinuoso, havendo uma situação semelhante nos Perdigões.

O Recinto 3 detém três níveis de compartimentação do espaço. Ou seja, há três fossos, três recintos concêntricos, com diferentes áreas e onde o recinto central (o menor dos três) é maior do que o recinto exterior do Recinto 1 (ou seja, o recinto maior deste conjunto).

Deste modo conclui-se que, ainda que haja características comuns a estes espaços – nomeadamente a existência de fossos, a sua arquitetura circular, concêntrica, por vezes, marcada pela sinuosidade – há vários elementos diferenciadores que podem sugerir diferentes funções. Esta ideia encontra-se em consonância com a evidência de que há um planeamento prévio do lugar ocupado. Não só é escolhido de acordo com as suas características geológicas, mas também a sua arquitetura é pensada, desenhada e concebida tendo em vista o cumprimento de uma funcionalidade específica.

3. Uso

Como foi já demonstrado (vd. Capítulo 1), diferentes posturas teóricas permitiram diferentes leituras e, conseqüentemente, diferentes respostas à questão da funcionalidade dos fossos: defesa, condução de águas, recetáculos do “lixo” produzido no âmbito de atos rituais e/ou manifestações do sagrado.

A partir da área escavada na Ponte da Azambuja 2 não se consegue dar uma resposta taxativa a estas questões, porém, conforme já ficou demonstrado, o Fosso 1 parece ter servido de “base” para uma estrutura positiva em madeira, eventualmente de tipo “paliçada”, anulando algumas das hipóteses acima apresentadas. Efetivamente, pode ter ajudado na drenagem das águas superficiais, pode ter servido para despejo de “lixos” produzidos pela mesma comunidade que o construiu, mas o objetivo primordial da sua construção terá sido outro.

A noção de paliçada está normalmente associada à ideia de defesa/ proteção do lugar.

Em França, por exemplo, no sítio conhecido por Le Mourral (Aude, Languedoque), cronologicamente integrado no Neolítico Final, a presença de inúmeras características levam os seus investigadores a considerarem-no um *habitat* defensivo. Trata-se de um pequeno recinto delimitado por um fosso com apenas 66m de diâmetro, dentro do qual foi construída, a uma distância de cerca de 4m da estrutura negativa, uma paliçada. O reconhecimento no interior destas estruturas de vários “buracos de poste” alinhados, permitiram aos seus investigadores identificar um edifício com 30m de comprimento, associado a artefactos e

ecofactos que asseguram a realização, no local, de diferentes atividades económicas. Trata-se assim, de um sítio onde há uma utilização diversificada dos elementos fosso/ paliçada/ “buracos de poste”, que, simultaneamente, atesta a presença de estruturas positivas num tipo de sítio onde a sua efetividade é muitas vezes questionada (Vaquer, 2000).

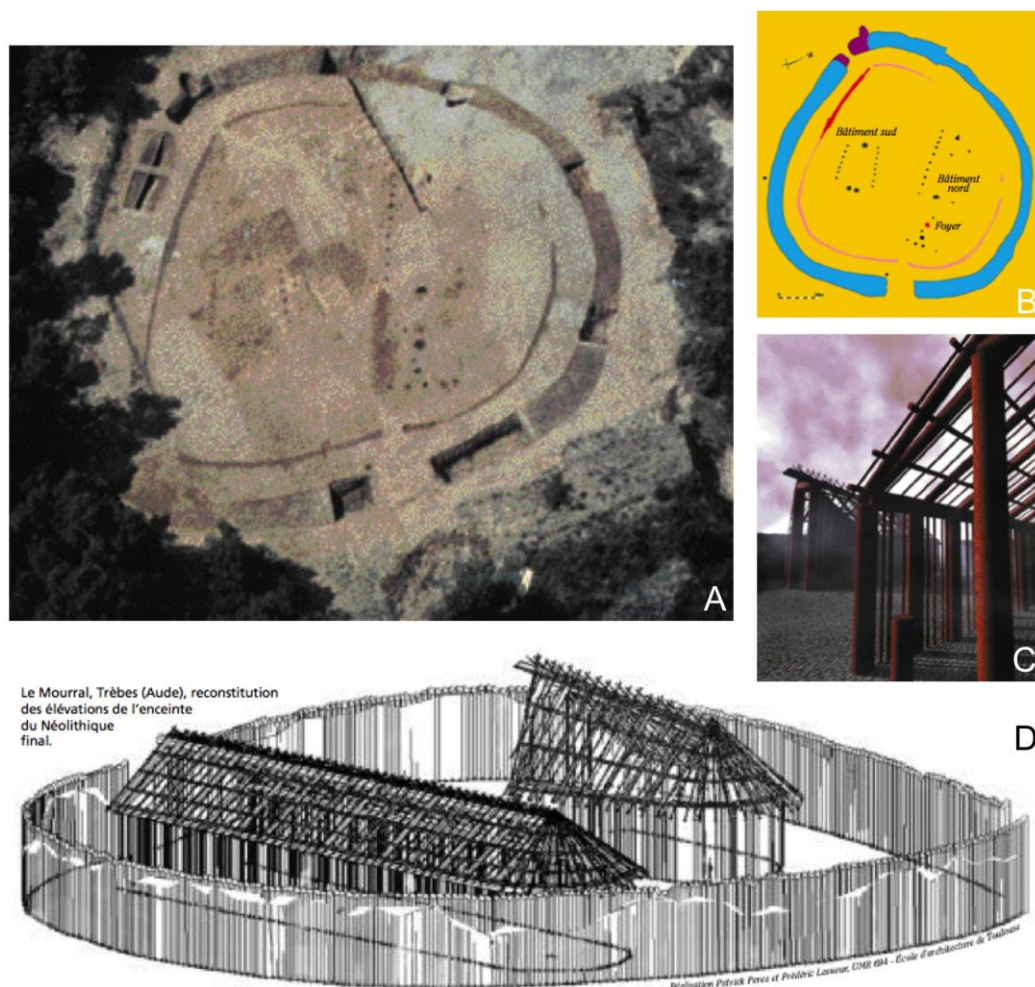


Figura 5. 11. Le Mourral (Aude): A. “Vue aérienne du site en cours de fouilles”; B. “Plan du site”; C. “Image de synthèse restituant l’architecture des bâtiments néolithiques”; D. “Le Mourral, Trèbes (Aude), reconstitution des élévations de l’enceinte du Néolithique final” (Vaquer, 2000, pp. 11 e 13)

Em Sarup II, onde foram identificados três tipos distintos de cercas – a) grandes recintos de cercas de configuração romboidal; b) recintos fechados com cercas romboidais; c) pequenos recintos de cercas de configuração romboidal – as paliçadas são interpretadas como restos de edifícios utilizados durante curtos períodos de tempo, procedendo-se à remoção dos postes aquando do fim da sua utilização (Andersen, 1997).

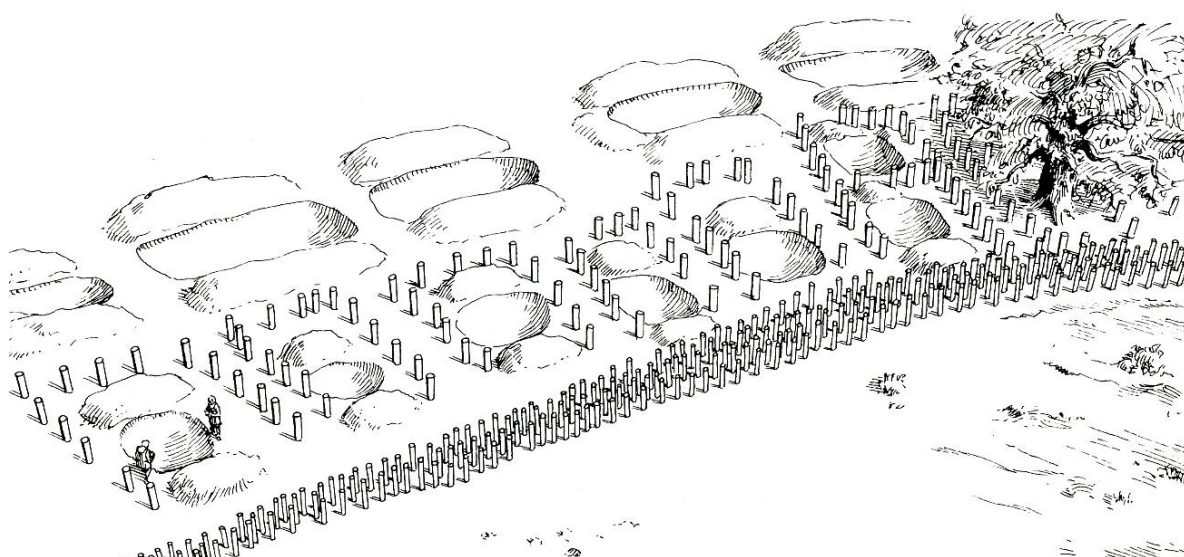


Figura 5. 12. Graphic reconstruction of the central part of the enclosure system at Sarup II. Looking north-east. Drawing by Fleming Bau”(Andersen, 1997)

Para a Ponte da Azambuja 2 não existem dados empíricos suficientes que permitam apontar uma funcionalidade para a estrutura que terá existido no Fosso 1, tendo ficado genericamente integrada no tipo “paliçada”, já que este conceito é bastante lato, conforme foi já também referido. Se teve a funcionalidade de cercar ou se serviu para habitar, são assim questões que ficam em aberto, não se descartando nenhuma das hipóteses plenamente atestadas na bibliografia arqueológica.

No entanto, esta questão do uso dos recintos de fossos durante o Neolítico Final tem na análise da cultura material um dos seus melhores indicadores. Habitualmente, do interior do preenchimento dos fossos que delimitam os recintos, é exumada uma quantidade muito significativa de elementos da cultura material destas comunidades, facto que, no caso da Ponte da Azambuja 2, ficou demonstrado no Capítulo 4. Nos subcapítulos que antecedem o presente, nomeadamente no 5.3., também a análise da densidade dos artefactos neste sítio comprovou a utilização frequente de um numeroso conjunto de cerâmicas, líticos, fauna, cuja simetria e paralelismo com os designados sítios de *habitat* não deve passar despercebida, nem tão pouco ser relegada para um plano de somenos importância.

Contudo, nas abordagens ao Passado de carácter pós-processualista, a elevada densidade de artefactos no interior dos fossos tem sido utilizada como um argumento que justifica a hipótese interpretativa de deposição deliberada e intencional, carregada de carga simbólica, destes componentes. Para os autores que se reveem nesta linha teórica de pensamento, os materiais arqueológicos são introduzidos intencionalmente no interior dos

fossos, em ações de limpeza da superfície de um terreno onde foram realizadas atividades conectadas com o subsistema simbólico das comunidades, justificando deste modo, a natureza dicotómica do registo arqueológico observado num grande número de recintos: fossos com enorme acumulação de material cultural vs restante superfície com escassas evidências de ocupação (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2008 e 2010).

Apesar desta ser a realidade observada na Ponte da Azambuja 2 – ausência de artefactos na área compreendida entre as estruturas escavadas – levantam-se algumas questões quanto a esta situação: (1) poderá ser um desvio arqueográfico devido ao facto da unidade sedimentar de topo ter sido removida mecânicamente? (2) mesmo que haja uma efectiva ausência de materiais, corresponderá essa situação à totalidade do recinto?

No Porto Torrão, um dos grandes recintos de fossos do SW Peninsular, observaram-se estruturas positivas assim como níveis de ocupação que assumem, muitas vezes, o registo de verdadeiros palimpsestos, devido à continuidade permanente das ocupações (Arnaud, 1993; Santos *et alii*, no prelo; Rodrigues, no prelo) . Nesse mesmo sítio, outros locais há onde, para além do preenchimento de estruturas de tipo fossa, esses mesmo níveis estão ausentes. Será que nos restantes sítios esta situação não acontecerá, sendo desvalorizada a formação de solos – palimpsestos - quer durante os trabalhos de campo, quer aquando da publicação dos dados empíricos obtidos nas intervenções de terreno, em detrimento do preenchimento das estruturas negativas, que, por norma, apresenta um grau de conservação superior, assim como material arqueológico mais bem preservado?

Embora, como foi dito, não se tenha observado níveis de ocupação associados às estruturas negativas no sítio em apreço, a situação registada no Porto Torrão permite levantar a hipótese de que poderá tratar-se de um desvio arqueográfico.

Desta forma, sendo questionada a deposição intencional de artefactos no interior dos fossos, a questão que se coloca é a seguinte: não será esta grande quantidade e densidade de material cultural o resultado “normal” da existência de uma comunidade que ocupa o lugar em permanência, estando, nesta época, completamente sedentarizada e enraizada naquele local?

A cultura material recolhida na Ponte da Azambuja aponta nesse sentido: a presença de tipologias e morfologias típicas dos “povoados”, a standardização das formas cerâmicas, que apontam o caminho da especialização, o uso maioritário de matérias-primas locais, parecem demonstrar que a sua produção se deve a uma comunidade que ocupou efectivamente o lugar e que ali se estabeleceu por um determinado e significativo período de tempo. Neste sentido, acredita-se que se aquele lugar tivesse sido temporariamente ocupado por comunidades de

diferentes proveniências, haveria uma maior variabilidade tipológica e formal quer no aparelho cerâmico, quer na indústria lítica, uma maior diversidade morfológica, assim como haveria uma presença mais significativa das matérias-primas exógenas.

4. Vigência

A vigência na Ponte da Azambuja 2 é inferida, essencialmente, pela coerência da cultura material, que revela um preenchimento na mesma etapa cronológica e cultural que, como foi defendido, se enquadra na segunda metade do 4.º milénio a.n.e.

No final do Capítulo 4, foi apresentada uma tabela cronológica que visava a demonstração de diferentes realidades artefactuais no final da diacronia neolítica. Tendo em conta o então exposto, é exequível afirmar que a ocupação da Ponte da Azambuja 2 se terá processado algures nos últimos 250 anos do 4.º milénio a.n.e., o que equivaleria a cerca de 10 gerações humanas.

No entanto, a ausência dados cronométricos não permite validar este tipo de conclusão, que apesar de insegura, não é descabida.

5. Modelo Social

A construção de uma estrutura de tipo fosso, que implica necessariamente a escavação e remoção de uma enorme quantidade de material geológico num perímetro, que não poucas vezes atinge dimensões monumentais, envolve não só um “saber fazer”, como foi já previamente discutido, mas também um esforço coletivo e a dedicação exclusiva a esta atividade, por um número considerável de pessoas, durante um período de tempo não menos expressivo.

Não tendo sido possível obter uma planta dos fossos escavados, veja-se como exemplo o fosso intermédio do Recinto 1 da Ponte da Azambuja 2 (vd. Capítulo 3.), cuja área estimada é de cerca 35m de diâmetro. Aplicando as medidas médias das estruturas escavadas – 2m de largura e 1m de profundidade – calcula-se que, hipoteticamente, tenham sido removidos cerca de 220 m³ de material geológico.

Esta situação traduz necessariamente um evidente esforço coletivo por parte da comunidade que projetou e construiu a Ponte da Azambuja 2. Do ponto de vista histórico esse esforço coletivo está conectado com duas hipóteses de modelo social: ou através de

mecanismos de cooperação comunal ou de mecanismos de coerção social, promovida por uma elite.

Na Ponte da Azambuja 2 não existem dados para saber qual das duas hipóteses corresponde ao modelo social vigente; contudo, foram delineadas, até ao momento, vários indicadores indiretos que permitem caracterizar socialmente o grupo que construiu, ocupou e abandonou a Ponte da Azambuja 2:

1. sabe o que quer fazer e tem noção da arquitetura a implementar no lugar, ou seja, detém um planeamento prévio do lugar;
2. escolhe o local de implantação do sítio mediante a facilidade do manuseamento da estrutura geológica;
3. remove grandes quantidades de material geológico, o que implicou a reunião permanente de uma mão-de-obra abundante e orientada para execução de grandes obras ;
4. projeta diferentes áreas com diferentes designs, demonstrando uma eventual compartimentação especializada do espaço, estando, no entanto, sempre presente a ideia de abrangência e concentração;
5. terá construído estruturas positivas com materiais perecíveis – madeira – o que poderá ter conduzido ao desaparecimento de vestígios da sua existência e assim, no contexto interpretativo, provocar inferências dúbias quanto à sua existência original;
6. efetua uma ocupação efetiva e intensa do local, traduzida pela enorme acumulação de material cultural;
7. praticam atividades de subsistência, tanto pecuárias e cinegéticas, como agrícolas (vd. Capítulo 6);
8. exploram intensivamente os recursos naturais imediatamente disponíveis e, conquanto em menor expressão, chegam ao lugar matérias-primas existentes a distâncias superiores aos 100kms, indiciando uma eventual rede de contactos com regiões atlânticas (Estremadura) e regiões mais interiores;
9. realizam práticas rituais, envolvendo objetos simbólicos, onde está presente a estilização e antropomorfização do elemento em culto;
10. incorporam no seu ambiente objetos conectados com o megalitismo, através do reaproveitamento da sua utilização (em concreto, a placa de xisto

reaproveitada/redimensionada através do polimento do seu bordo e a enxó miniaturizada e transformada em pendente).

A comunidade que construiu, ocupou e que acabou por abandonar a Ponte da Azambuja 2, parece estar assim integrada num esquema de ocupação do espaço organizado e planificado, em que a efetiva sedentarização necessária para o desenvolvimento de práticas agro-pastoris está já implementada. Esta comunidade conhece o seu território, explora-o e potencia os recursos naturais que lhe são oferecidos. Desenvolve atividades típicas do quotidiano de uma comunidade que “vive do que a terra lhe dá” e, provavelmente, mistifica o seu lado produtor, através de práticas e objetos de carácter mágico-simbólico. Especializa-se na manufatura dos objetos do quotidiano (*e.g.* cerâmicas) e armazena bens essenciais.

Porém, como se articulam estas inferências obtidas na Ponte da Azambuja 2 com:

- 1) os dados empíricos obtidos noutros recintos da mesma região (Alentejo Central)?
- 2) os modelos teóricos que explicam a funcionalidade dos recintos de fossos?
- 3) e, por consequência, os modelos teóricos que explicam o processo de surgimento de tais estruturas nesta região e cronologia?

Capítulo 6 | Ponte da Azambuja 2: paleoambiente e estratégias de subsistência

Não deveria haver estudo do Passado sem uma correta integração climática e ambiental. Contudo, no caso do Neolítico Final do SW Peninsular, não é essa a situação que se tem verificado. A regra nas leituras interpretativas efetuadas para esta etapa cronológica e cultural é a ausência dessa caracterização, centrando-se mais em pré-conceitos que gravitam em torno da complexificação social como um processo resultante de uma maior especialização agro-pastoril, sem que haja, manifestamente, uma preocupação em atestar os diferentes mecanismos que eventualmente a possam ter despoletado.

Por outro lado, no caso das abordagens aos recintos de fossos, que, independentemente da sua funcionalidade, revelam uma alteração no padrão de uso do solo, os indicadores diretos, como os ecofactos, têm sido mais utilizados para validar tafonomicamente as teorias pré estabelecidas (*e.g.* Costa, 2013), do que para criar um cenário que enquadre as diferentes atividades do(s) grupo(s) humano(s) que construíram, utilizaram e abandonaram esses espaços. Quando as análises não se enquadram dentro do modelo já aceite e defendido pelos investigadores do recinto em causa, os resultados são apresentados de forma solta, desgarrados e desprovidos de um enquadramento cultural, que só quem tem acesso à globalidade do registo arqueológico o pode fazer (*e.g.* Danielsen & Mendes, 2013, que é secundarizado por autores que defendem um modelo interpretativo pós-processualista, incompatível com perspectivas economicistas de carácter processual, nas quais os indicadores da presença de campos de cultivo de cereais têm, necessariamente, uma importância acrescida).

Alterando deliberadamente o sentido de uma outra frase, fica a sensação de que o posicionamento teórico (ou a sua ausência) aumenta a dificuldade em conferir espaço (aqui com o sentido de “ambiência”) ao tempo da evidência arqueológica³⁵. Ou seja, parece que há uma certa dificuldade em atribuir um “cenário” ambiental ao Neolítico Final, na medida em que raras vezes há uma intenção deliberada de reconstrução da paisagem.

Porque se considera que as análises ambientais são essenciais para a compreensão do sistema cultural do final do Neolítico, e consequente fomento dos recintos de fossos no SW da Península Ibérica, procura-se, neste capítulo, realizar uma leitura do clima da região à época da ocupação já descrita, recorrendo aos dados empíricos existentes para diferentes escalas analíticas: global, peninsular e regional. Esta caracterização não será efetuada sem antes apresentar o clima e o contexto biogeográfico do Alentejo Central na atualidade.

³⁵ “A dificuldade em conferir tempo ao espaço não é simplesmente consequência de um posicionamento teórico (ou da sua ausência), mas resulta dos problemas da leitura cronológica da evidência arqueológica” Gonçalves e Sousa, 2000, p.65.

Este enquadramento não pode ficar alheado de uma aproximação ao aproveitamento que as sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e. fizeram das potencialidades oferecidas pelo meio ambiente. Porque o objetivo central deste trabalho é tentar perceber porque é que em determinado momento houve a necessidade de criar “espaços fechados” (recintos), através duma barreira física artificial criada pela mão humana (fossos), far-se-á, numa primeira etapa, uma caracterização dos ecofactos (carvões e fauna mamalógica), recolhidos no sítio em estudo, devidamente combinados com dados da mesma natureza na mesorregião criada para este efeito.

Por último, a conjugação de todos estes factos serão compilados, apresentando-se uma proposta de um modelo paleoambiental e de estratégias de subsistência utilizadas pelos grupos do Neolítico Final do SW Peninsular, com especial incidência no grupo que ocupou Ponte da Azambuja2.

6.1. Clima

6.1.1. A atualidade

O contexto biogeográfico da região em estudo corresponde à Província Luso-Extremadurense, Sector Mariânico-Monchiquense, Sub-Sector Araceno-Pacense, Superdistrito Altoalentejano .

O atual bioclima da região analisada é Mediterrânico³⁶, com amplitudes térmicas acentuadas, reconhecendo-se um Verão quente e seco, com aridez estival com um mínimo de 2 meses, e um Inverno com influências oceânicas, por norma instável e chuvoso, o que corresponde a uma temperatura média anual de 25º Celsius (Rivas-Martinez *et alii*, 2001)

No que respeita ao termotipo, verifica-se hoje um clima mesomediterrânico inferior, com ombrotipo que oscila entre o subhúmido inferior e o seco superior, apesar deste último ser dominante (índice ombrotérmico anual entre 2,8 e 3,6) (Rivas Martinez *et alli*, 2001; Mesquita, 2005).

³⁶ Situado entre os paralelos 23º-52ºN e S.

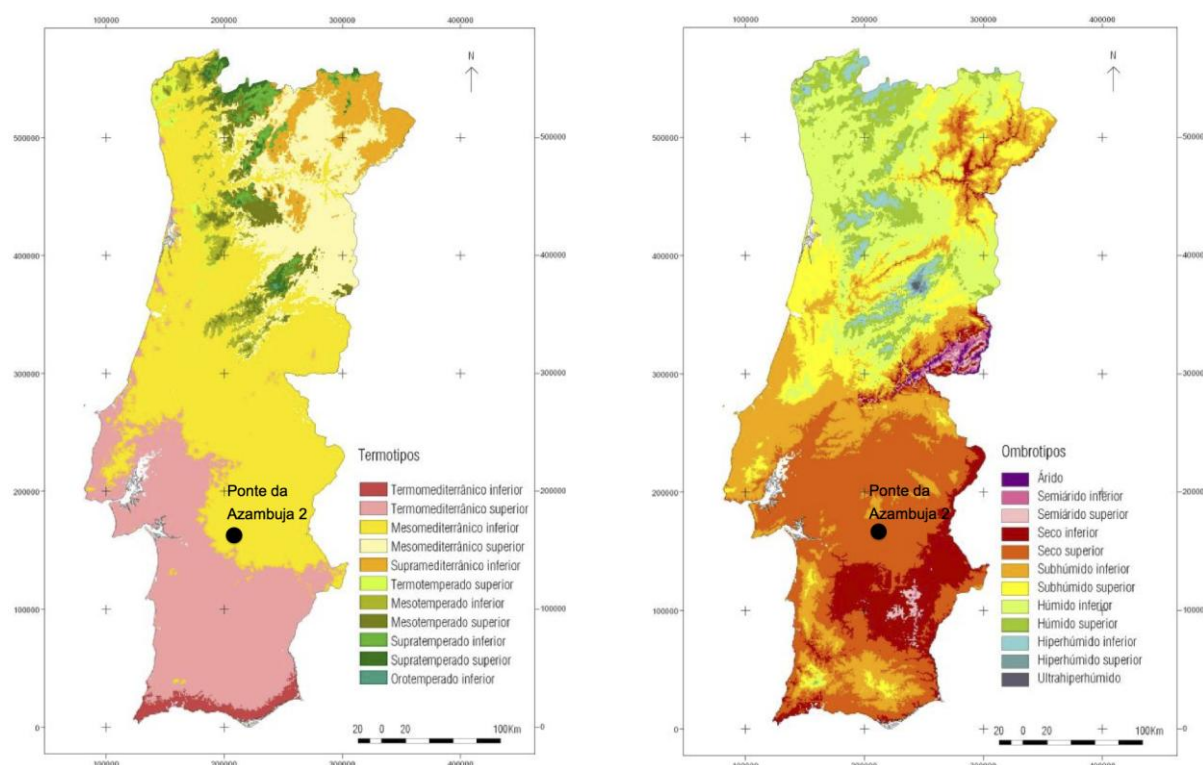


Figura 6. 1. Ponte da Azambuja 2: implantação no *Mapa dos Termotipos de Portugal Continental* (adaptado de Mesquita 2005)

Figura 6. 2. Ponte da Azambuja 2: implantação no *Mapa dos Ombrotipos de Portugal Continental* (adaptado de Mesquita 2005)

6.1.2. O Holocénico Médio: caracterização do Sub-boreal

O transporte literal e acrítico dos dados do presente para o passado pré-histórico, é, como se sabe, uma metodologia de trabalho que está longe de correta.

Porém, como dizia o escritor transformado em rei de copas, é preciso “begin at the beginning” (Carrol, 1865). E, neste caso, “começar pelo princípio” é constatar que os estudos paleoclimáticos para o Quaternário Ibérico são incrivelmente desfasados no que respeita aos períodos que o compõem. Se para o Plistocénico existem diferentes análises consensuais, que atestam e datam as cíclicas alterações climáticas que o caracterizam, para o Holocénico os dados empíricos são bastante mais escassos, por vezes inconclusivos, quando não contraditórios.

Tradicionalmente subdividido em seis fases climáticas – Pré-Boreal, Boreal, Atlântico Antigo, Atlântico, Sub-Boreal e Sub-Atlântico – reconhece-se hoje, a partir da compilação de *proxies* de alta resolução criteriosamente selecionados à escala global, que ao longo do Holocénico o clima tem tido várias e pequenas oscilações que, embora não comparáveis às registadas durante a última glaciação, terão ocorrido de forma abrupta (Mayewski *et alii*,

2004). Estes episódios de variabilidade climática, aos quais foi atribuída a designação de “Rapid Climate Change” (RCC) (Mayewski & *et alii*, 2004), ou “Abrupt Climate Change” (ACC) (Wang *et alii*, 2013), caracterizam-se (1) pela sua curta durabilidade, na ordem das poucas centenas de anos, e, (2) por um padrão regular, quase periódico, registado com maior frequência partir do Holocénico Médio³⁷ (Mayewski & *et alii*, 2004).

Dos vários eventos registados no Hemisfério Norte (altas e média latitudes), importa destacar o RCC/ ACC sucedido em 4200 BP ($\approx$ 3200 cal BC), por coincidir com o período aqui tratado e porque terá produzido alterações climáticas significativas na Europa, manifestada pelo recuo dos glaciares (Mayewski & *et alii*, 2004). Este evento, que ao contrario dos anteriores não coincidiu com nenhuma transição das fases climáticas já citadas, distingue-se pela progressiva tendência para um clima mais seco durante o Sub-boreal³⁸, sem que posteriormente tenha havido um retorno ao clima quente e húmido, registado no Atlântico³⁹ (Wang *et alii*, 2013).

Este evento é ainda compatível com o incremento de “westerlies”, ou “ventos do Oeste”, prevaletentes nas latitude médias (30° e 60°), que poderão ter resultado numa intensificação do “*upwelling*” costeiro⁴⁰ (Mayewski & *et alii*, 2004).

Recentemente procurou-se, através da medição do teor em radiocarbono de conchas marinhas, medir o efeito de reservatório oceânico, e a eventual variabilidade do “*upwelling*” costeiro, durante o Holocénico, nas margens atlânticas ocidental e meridional da Península Ibérica (Soares, 2004). Nesse trabalho assinala-se, precisamente, a intensificação do fenómeno de “*upwelling*” na orla ocidental do golfo de Cádiz e na costa portuguesa, por volta de 4000 BP ($\approx$ 3000 cal BC). Os dados resultantes desse trabalho permitiram a seguinte afirmação “ [...] no sudeste e, possivelmente, também no sudoeste espanhol, o intervalo de 4500 e 4000 BP, corresponderá a uma época de aridez e, por conseguinte, a uma insolação

³⁷ Correspondente ao Sub-boreal, registado entre 5100-2600 BP, cf. Wang, S. *et alii*, (2013). Abrupt Climate Changes of Holocene. *Chinese Geographical Science*, 1, 1-12.

³⁸ Esta é uma tendência que recua até ao evento registado em 5900 BP, com o qual pode estar, eventualmente, associado a transição entre o Atlântico e o Sub-boreal, recuando assim a cronologia tradicional das fases climáticas cf. Wang, S. *et alii*, (2013). Abrupt Climate Changes of Holocene. *Chinese Geographical Science*, 1, 1-12.

³⁹ Facto que terá sucedido no evento de 8100 BP, cf. Wang, S. *et alii*, (2013). Abrupt Climate Changes of Holocene. *Chinese Geographical Science*, 1, 1-12.

⁴⁰ O fenómeno sazonal de “*upwelling*” corresponde ao “[...] transporte vertical de águas profundas para a superfície do oceano por processos diferentes da turbulência ou da difusão.” (Soares, 2004:5).

intensa, que se traduziu no aparecimento e intensificação do fenómeno do “*upwelling*” costeiro, como os valores positivos de ΔR que acompanham o pico de *ca.* 4000 BP da série andaluza sugerem” (Soares, 2004:183).

Esta situação de *secura* durante o Holocénico Médio encontra-se, no território português, corroborada na análise de diagramas polínicos realizada no noroeste alentejano. Considerando a variabilidade de xerofilia do coberto vegetal e a variação paleohidrológica, registada em turfeiras, verifica-se no intervalo entre $\approx 4150 - 3250$ BP ($\approx 3150 - 2250$ cal BC) a *terrestrialização* nos pântanos fluviais, a *secagem* na sedimentação das turfeiras interdunares e a expansão de *taxa termomediterrâneos* (Mateus *et alii.*, 2003).

A correlação dos resultados dos trabalhos de investigação anteriormente citados, demonstra uma enorme homogeneidade e convergência no mesmo sentido: a da existência, durante o Sub-boreal, de fenómenos de *seca* no SW Peninsular, que terá conduzido, por volta de 4000 BP, a um clima mais seco que o atual, acentuando uma tendência que paulatinamente se tornava predominante desde 5900 BP (≈ 4900 cal BC).

HOLOCÉNICO MÉDIO: Sub-boreal (5100 – 2600 a.n.e.)		
RCC/ ACC	“Upwelling” P. Ibérica	Diagrama Polínicos NW Alentejano
↓	↓	↓
4200 BP (≈ 3200 cal BC)	4500 – 4000 BP ($\approx 3500 - 3000$ cal BC)	$\approx 4150 - 3250$ BP ($\approx 3150 - 2250$ cal BC)
progressiva tendência para um clima seco	época de aridez no SE e SW espanhol	terrestrialização nos pântanos fluviais; secagem na sedimentação das turfeiras interdunares; expansão <i>taxa termomediterrâneos</i>
↓	↓	↓
SW Peninsular = Clima mais seco que o atual, durante o Neolítico Final		

Esquema 6. 1. Indicadores climáticos para o Sub-boreal, a uma escala global, ibérica, e do SW Peninsular.

6.3. Paleobotânica da Ponte da Azambuja 2

Dos ecofactos recolhidos no sítio da Ponte da Azambuja 2 destaca-se um pequeno conjunto de amostras de carvão, recolhido em ambas as áreas de escavação. Estas amostras encontravam-se dispersas nas diferentes camadas de enchimento de cada uma das estruturas, não estando associadas a qualquer área de combustão.

Este conjunto é composto por um número total de 60 amostras, que foram entregues a João Tereso, para análise antracológica. O relatório técnico produzido neste âmbito encontra-se anexado à presente dissertação (vd. Anexo III.2), e foi utilizado como base de trabalho para a concretização do presente subcapítulo.

DESCRIÇÃO	N.º DE AMOSTRAS ANALISADAS
Locus 1 – Fosso 1	42
Locus 2 – Fosso 2	18
TOTAL	60

Tabela 6. 1. Número de amostras de carvão analisadas, distribuídas pelas áreas escavadas

Apesar das restrições inerentes da amostra – número reduzido, estado de conservação deficiente e conjunto limitado de tipos taxonómicos – foi possível atribuir um género botânico a 78% da coleção, o que equivale à identificação de 47 fragmentos.

Deste modo, o *Quercus* foi o único género botânico identificado, sendo o tipo mais comum o *Quercus* de folha perene (n=28), seguido do *Quercus suber* (n=9). Dez fragmentos de carvão foram identificados como *Quercus*, não sendo possível determinar a espécie.

Treze restos foram agrupados nas Dicotiledóneas (n=10), ou não foram determinados (n=3).

Para além dos fatores limitativos da análise antracológica, anteriormente enunciados, também a vitrificação contribuiu para a identificação pouco detalhada de um número significativo de fragmentos de carvão. Dos 60 restos analisados, 13 encontravam-se vitrificados, o que conduziu à simples inclusão de sete amostras na classe (Dicotiledónea) e à classificação indeterminada de duas. Três restos vitrificados integram-se na espécie *Quercus suber* e um ao género *Quercus* (Tereso, 2013).

Muito embora estes resultados possam, à primeira vista, parecer insuficientes, na realidade enquadram-se com bastante coerência nos dados empíricos disponíveis quer para a região em apreço, quer para o período cronológico em evidência. Veja-se.

Os trabalhos paleobotânicos até ao momento realizados nos arqueossítios alentejanos cronologicamente integráveis na etapa final do 4.º milénio a.n.e. são provenientes de três tipos de análises distintas, sendo elas a antracologia, palinologia e, exceccionalmente, a carpologia.

No que respeita aos estudos antracológicos realizados, verifica-se, em todos eles, a constatação de que, durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e., terão existido alterações

significativas na paisagem, resultantes das transformações climáticas ocorridas nessa época (transição da fase Atlântica para o Sub-Boreal), e da forma como o Homem se apropria do espaço que o rodeia.

O forte impacto antrópico, resultante da adoção dos sistemas produtivos agropecuários, encontra-se registado:

1. nos dados recolhidos na Coudelaria de Alter do Chão (Duque Espino, 2005);
2. no Noroeste Alentejano (Mateus *et alii*, 2003).

No primeiro dos casos, o estudo de três sítios arqueológicos distintos, com cronologias igualmente diferentes (um *habitat*, com uma eventual cronologia antiga na diacronia neolítica – Reguengo, e dois monumentos megalíticos – antas da Horta e da Soalheira, aparentemente enquadrados no 3.º milénio), permitiram, embora com algumas reservas, esboçar uma linha evolutiva da vegetação da região.

Admitindo que o *habitat* do Reguengo integra-se o Neolítico Antigo, estima-se que, naquela zona do Alto Alentejo, a evolução da vegetação natural tenha ocorrido da seguinte forma (Duque Espino, 2005):

- Durante a fase atlântica do Holocénico, a região seria ocupada por espécies típicas de ambientes temperados e húmidos, das quais *Fraxinus angustifolia-excelsior* (freixo) é dada como exemplo; propõe-se assim que durante este período predominasse na região alto alentejana um estrato arbóreo composto por frondosas caducifólias e perenifólias;
- Já no Sub-Boreal, observa-se o desaparecimento dos freixos e um incremento da *Olea europaea* (oliveira) e do *Quercus ilex-coccifera* (carrasco); predomina então, nesta região, o bosque esclerófilo-perenifolio.

No que se refere ao Noroeste Alentejano, um estudo intensivo da evolução paleoclimática da região, assim como da evolução da vegetação natural, permitiu esboçar os vários cenários de ação humana, desde o Tardiglacial até épocas históricas (Mateus *et alii*, 2003).

Para o período cronológico em apreço, a investigação levada a cabo nesta região permitiu não só verificar a influência climática na alteração da paisagem, mas também perceber a influência antrópica neste processo. Assim, num momento de regressão marinha, verifica-se uma intensa desflorestação, consentânea com uma economia de produção secundária e com a exploração de matagais de segunda ordem.

Na região baixo-alentejana, o estudo antracológico desenvolvido, em meados da década de '80 do século XX, no povoado fortificado do Monte da Tumba, permitiu caracterizar,

ainda que de um modo preliminar, a paisagem dos inícios do 3.º milénio a.n.e. (Badal Garcia, 1987).

A partir dos dados provenientes da camada 7j, correspondente a uma das unidades que compõem a Fase I do sítio, cronologicamente enquadrada no Calcolítico inicial⁴¹, conclui-se que “[...] a paisagem vegetal calcolítica do Monte da Tumba estaria dominada por um bosque de *Quercus* de folha perene e pinheiros, com um estrato arbustivo de *Phillyrea*, medronheiros e rosáceas. [...]. Nos espaços abertos do bosque desenvolver-se-ia o mato de roselhas, zambujeiros, leguminosas, etc., certamente favorecido pela ação antrópica” (Badal Garcia, 1987: 100).

Restringindo os trabalhos de antracologia à mesorregião delineada – Alentejo Central, devem ser referidos os resultados obtidos no (1) Porto das Carretas, na (2) Anta 3 de Santa Margarida, e (3) no recinto de fossos de Moreiros 2.

No Porto das Carretas importa verificar os dados adquiridos para a fase mais antiga da ocupação – Fase I, Calcolítico inicial, cronometricamente datada de 2900-2500 cal BC (Tereso *et alii*, 2011). Embora se faça a ressalva de que a coleção é limitada quer no número de amostras, quer no seu grau de conservação, os resultados obtidos são coerentes com o que tem sido observado na área em apreço. Estão presentes espécies como: *Olea europea*, *Pinus pinea/pinaster*, *Rosaceae* cf. *Pyrus* sp., *Quercus* de folha perene e *Quercus* sp., o que aponta para um clima mediterrâneo, não muito diferente do atual.

Deste sítio importa ainda salientar os únicos dados carpológicos existentes para a região. Aqui foram identificados 41 fragmentos de *Vicia faba* var. *minuta*, o que sugere o seu cultivo por parte das comunidades dos inícios da Idade do Cobre.

Quanto aos dados provenientes da Anta 3 de Santa Margarida, são aqui referidos apenas pelo facto de existirem escassos estudos desta natureza na região, já que os seus resultados devem ser usados com muita cautela. O facto dos carvões estudados terem sido recolhidos aleatoriamente nas diferentes camadas identificadas, aliado à existência de datações radiométricas sobre carvão com resultados enquadrados em época medieval e moderna, não permite aceitar a contemporaneidade dos resultados antracológicos com o uso pré-histórico do monumento (Queiroz, 2003). Não obstante, refira-se a constatação de uma paisagem antiga

⁴¹ UGRA 234, 4280 ± 100BP, 3350 – 2650 AC; amostra de carvão, proveniente do corte A, C. 7j (Iareira) – Fase IB (Silva e Soares, 1987: 66)

aberta e desflorestada nos interflúvios, com influências continentais, atestada pela presença do azinhal, e oceânicas, confirmada pela presença de carvalho cerquinho (Queiroz, 2003).

As condições de recolha e estado de conservação da amostra proveniente do recinto de fossos de Moreiros 2 são semelhantes às do sítio em estudo (van Leeuwaarden e Queiroz, 2003): amostra reduzida e dispersa pela estratigrafia interna dos fossos intervencionados. Contudo, os resultados da análise antracológica são igualmente idênticos, o que demonstra uma coesão regional, muito embora, como foi já anteriormente referido, não se possa associar inequivocamente os carvões aos materiais arqueológicos recolhidos, ou seja, não se pode atestar a sua contemporaneidade.

Deste modo, em Moreiros 2 foram identificadas as seguintes espécies: *Quercus ilex rotundifolia*, *Quercus* cf. *Q. coccifera*, *Quercus* sp., *Cistus albidus*.

Na esfera do eventual território de uso da Ponte da Azambuja 2 – microrregião –, encontra-se um outro recinto de fossos, mais tardio (Calcolítico Pleno)⁴² – Horta do Albardão 3, cujo preenchimento do fosso forneceu uma amostra reduzida de carvão que, embora não tenha sido suficiente para uma caracterização da paisagem, permitiu reconhecer as seguintes espécies recolhidas intencionalmente por aquela comunidade: *Quercus suber*, *Quercus* sp. (Santos *et alii*, 2009).

Os estudos palinológicos existentes para o Alentejo e para o período cronológico aqui focado restringem-se ao recinto de fossos dos Perdigões.

Os primeiros trabalhos desta natureza centraram-se em dois tipos de estruturas distintos (*fossa* e *fosso*), com cronologias também diferentes: a primeira (Fossa 2, do Sector Q) cronologicamente enquadrada no Neolítico Final, e a segunda (Fosso 1) integrada no Calcolítico (Wheeler, 2010).

Este estudo permitiu a admissão de uma alteração na paisagem durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e., criando-se, naquela área, uma paisagem aberta, onde as *Poaceae* (gramíneas) vão tendo uma presença efetiva em detrimento do *Quercus*, sp, *Ulmus* sp. e *Alnus* sp.

⁴² Sac 2287, 3730± 190, 2670-1630 AC; amostra de cortiça, proveniente do Fosso C5| Beta 261320, 3770 ± 40, 2310 – 2010 AC; amostra de madeira carbonizada, proveniente do Fosso C5| Beta 261319, 3990 ± 40, 2630 - 2430 AC; amostra de cortiça, proveniente do Fosso C2 (Santos *et alii*, 2009:68)

Outro trabalho mais recente, centrado exclusivamente em três fossos deste sítio – Fosso 6, Fosso 8 e Fosso 12 – demonstrou alguns dos dados mais significativos para o estudo da Pré-História recente, nesta área regional (Danielsen & Mendes, 2013).

Muito embora a amostragem recolhida no Fosso 8 não tenha produzido resultados fiáveis, as amostras analisadas quer no Fosso 6, quer no Fosso 12 (ambos com uma cronologia enquadrada no Neolítico Final) permitem admitir:

- a presença de cereais, nomeadamente *Hordeum* (cevada) e, eventualmente, *Triticum* (trigo);
- áreas agrícolas nas proximidades das estruturas, sugeridas pela presença de pólen de plantas agrícolas e ruderais (*Poaceae*, *Leguminosae*, *Brassicaceae*, *Apiaceae*, *Compositae*);
- eventuais pastagens nas imediações dos fossos, já que foram identificadas de forma ininterrupta, em ambas as estruturas, *Plantaginaceae* (tanchagem);
- intensa atividade humana no sítio, associada a uma elevada presença de carvão;
- rápido preenchimento das estruturas com sedimentos provenientes de ambientes húmidos, dado que foram identificados pólenes de plantas aquáticas ou que sobrevivem durante um período em ambiente húmido (*Isoethes*);
- uma paisagem aberta, composta por uma mata mediterrânea, na qual se encontram espécies arbóreas, tais como *Pinus* (pinheiro), *Olea* (zambujeiro) e *Quercus* (carvalho), e espécies arbustivas nas quais se destacam *Quercus coccifera* (carrasco), *Pistaccia lantiscus* (aroeira), *Cistus ladanifer* (esteva), *Cistus salviifolius* (estevinha), *Cistus monspeliensis* (sargaço, alecrim), *Euricaceae* (urze), *Rosaceae* (rosa, silva) (Danielsen & Mendes, 2013).

		Período Climático	
		Atlântico	Sub-boreal
		Período Cultural	
		Neolítico Médio	Neolítico Final Calcolítico Inicial
Mesorregião Área Regional	Alto Alentejo		
	Coudelaria de Alter (Alter do Chão, Portalegre)	“_“	? <u>Árvores:</u> <i>Olea europaea</i> , <i>Quercus ilex-coccifera</i> <u>Arbustos:</u> <i>Cistus</i> sp, <i>Arbutus unedo</i> , Rosaceae Leguminosae
	Alentejo Central		
	Moreiros 2 (Arronches, Portalegre)	“_“	? <u>Árvores:</u> <i>Quercus ilex rotundifolia</i> , <i>Quercus</i> cf. <i>Q. coccifera</i> , <i>Quercus</i> sp. <u>Arbustos:</u> <i>Cistus albidus</i>
	Porto das Carretas (Mourão, Évora)	“_“	? <u>Árvores:</u> <i>Olea europaea</i> , <i>Pinus pinea</i> , <i>Quercus perene</i> , <i>Quercus</i> sp. <u>Arbustos:</u> Rosaceae cf. <i>Pyrus</i> sp. <u>Sementes:</u> <i>Vicia faba</i> var. <i>Minuta</i>
	Anta de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz, Évora)	“_“	? ?
	Horta do Albardão 3 (Portel, Évora)	“_“	? ?
	Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora)	“_“	? <u>Árvores:</u> <i>Pinus</i> sp., <i>Olea</i> sp., <i>Quercus</i> sp. <u>Arbustos:</u> <i>Quercus coccifera</i> , <i>Pistacia lentiscus</i> , <i>Cistus ladanifer</i> , <i>Cistus salviifolius</i> , <i>Cistus monspeliensis</i> , Euricaceae, Rosaceae <u>Plantas agrícolas e ruderais:</u> Poaceae, Leguminosae, Brassicaceae, Apiaceae, Compositae, Plantaginaceae Gramíneas: <i>Hordeum</i> , <i>Triticum</i> (?) <u>Árvores:</u> <i>Ulmus</i> sp., <i>Quercus</i> sp. <u>Arbustos:</u> <i>Corylus avellana</i> <u>Plantas agrícolas e ruderais:</u> Poaceae
	Alentejo Litoral		
	Monte da Tumba (Alcácer do Sal, Setúbal)	“_“	? <u>Árvores:</u> <i>Quercus perene</i> , <i>Pinus</i> sp. <u>Arbustos:</u> Rosaceae, <i>Phillyrea</i> sp., <i>Arbutus unedo</i>
	Ponte da Azambuja 2	“_“	? <u>Árvores:</u> <i>Quercus suber</i> , <i>Quercus perene</i> , <i>Quercus</i> sp. <u>Arbustos:</u> Dicotiledónea

Tabela 6. 2. Evolução da Vegetação no Alentejo, durante a última fase do Atlântico (Neolítico médio) e a primeira fase do Sub-Boreal (Neolítico Final e Calcolítico)

HOLOCÉNICO MÉDIO: Sub-boreal (≈ 4500 – 3250 BP)

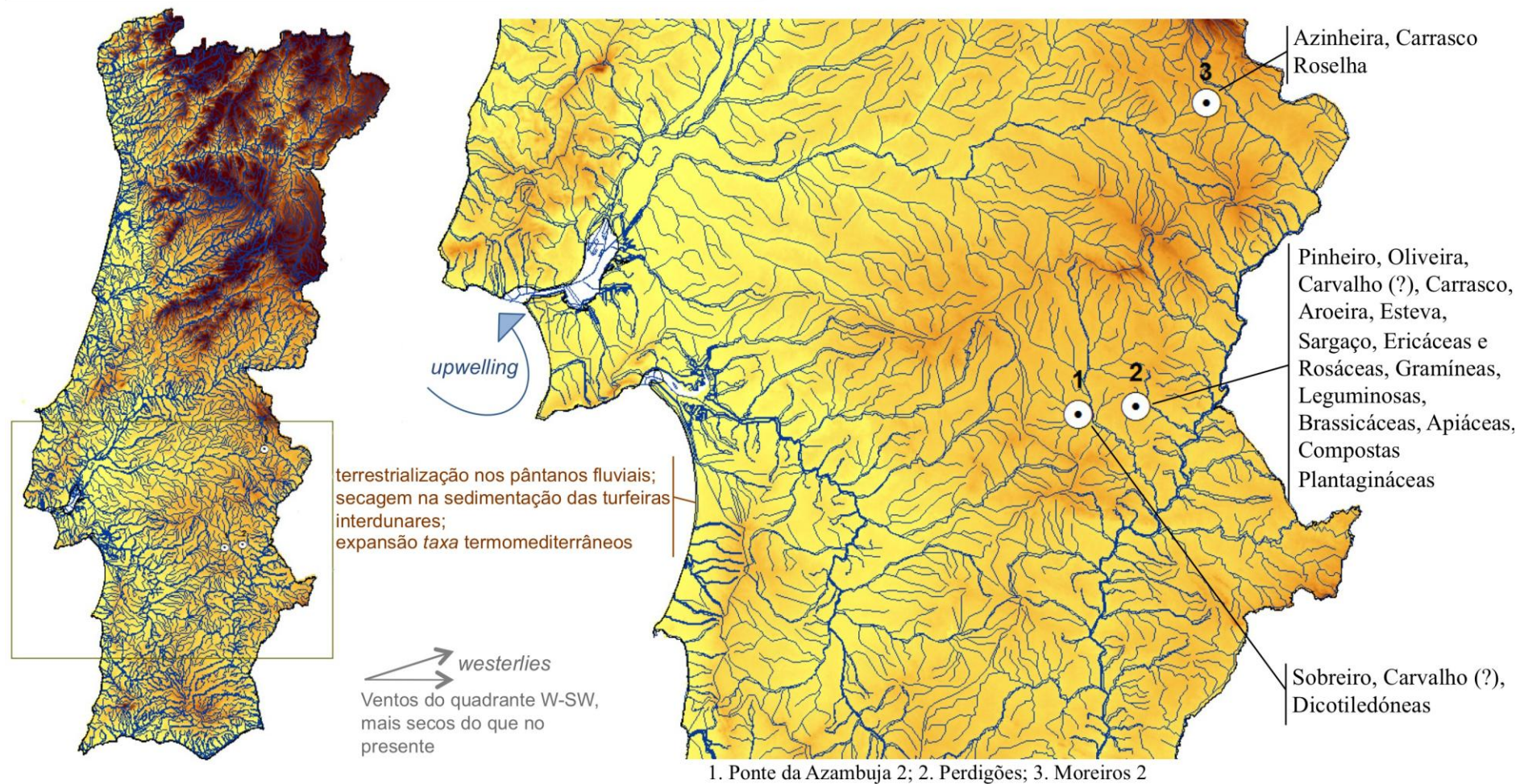


Figura 6. 3. Reconstituição das condições paleoambientais e paleobotânicas n SW Penínsular (mesorregião), durante a etapa final da diacronia neolítica.

6.3. Zooarqueologia da Ponte da Azambuja 2

A coleção faunística recolhida no recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 é exclusivamente mamalógica, correspondendo a um conjunto com um total de 1379 fragmentos de ossos (n=1029) e dentes (n=350), distribuídos pelas duas estruturas escavadas (Fosso 1: n = 648; Fosso 2: n = 731).

A amostra foi entregue a Mariana Nabais, para a realização de um estudo zooarqueológico, onde fosse efetuada uma abordagem taxonómica, tafonómica e osteométrica da coleção. O relatório técnico resultante deste trabalho consta nos Anexos desta dissertação (vd. Anexo III.3), tendo servido de base para a produção deste subcapítulo.

DESCRIÇÃO	AMOSTRA ANALISADA		TOTAL
	Ossos	DENTES	
Locus 1 – Fosso 1	509	139	648
Locus 2 – Fosso 2	520	211	731
TOTAL	1029	350	1379

Tabela 6. 3. Número de fragmentos faunísticos analisados, distribuídos pelas áreas escavadas

Este estudo deparou-se com dois obstáculos severos, que limitaram, de imediato, o seu alcance: (1) o padrão de fraturação e (2) a elevada percentagem de ossos queimados. De modo a tornar este facto palpável, refira-se que dos 1379 fragmentos de ossos e dentes analisados, 1189 foram inseridos dentro da categoria “indeterminados”, o que significa que apenas 190 restos possibilitaram uma identificação.

Para o primeiro impedimento mencionado – padrão de fraturação, verificou-se que 55% dos fragmentos (n = 764) situam-se num intervalo entre os 0-1cm, apresentando 82% desta amostra fratura recente, decorrente do processo de escavação, que, como foi já anteriormente descrito, viu a sua execução dificultada pela compactação dos sedimentos.

Já no que se refere aos ossos queimados, verifica-se que 12% da coleção detém este tipo de alteração da superfície. Excluída a hipótese de incêndio generalizado e não havendo qualquer estrutura de combustão identificada na área escavada, admite-se a possibilidade desta alteração estar relacionada com atividades de origem antrópica, não se aventando a sua tipologia. Neste sentido, salienta-se o facto da grande maioria dos fragmentos queimados (84%) possuírem uma coloração cinzenta e branca, que, de acordo com trabalhos experimentais, revela a exposição a temperaturas situadas entre os 400° - 700° C.

Não obstante estas restrições, foi possível enquadrar 14% da coleção em categorias de tamanho, conforme o quadro abaixo apresentado:

	LOCUS 1		LOCUS 2		TOTAL	%TOTAL
	OSSOS	DENTES	OSSOS	DENTES		
MACROFAUNA GRANDE	2	10	10	25	47	3
MACROFAUNA MÉDIA	37	16	8	5	66	5
MACROFAUNA PEQUENA	21	0	9	0	30	2
HERBÍVOROS	0	41	0	6	47	4
INDETERMINADOS	449	72	493	175	1189	86
SUBTOTAL	509	139	520	211	1379	100
TOTAL	648		731		1379	100

Tabela 6. 4. “Número Total de Restos (NTR) de ossos e dentes distribuídos pelas diferentes categorias de tamanho animal recolhidos nos Locus 1 e 2 da Ponte da Azambuja 2”, conforme Nabais, 2013.

Deste modo, e de acordo com a tabela exposta, o conjunto faunístico do sítio em apreço é caracterizado pela presença de mamíferos de médio e grande porte, que representam 5% (n = 66) e 3% (n = 47) do total da coleção, respetivamente.

Já no que concerne à identificação taxonómica, refira-se que esta foi possível apenas em 28 restos ósseos, o que corresponde somente a 2% da coleção. Entre estes, contam-se as seguintes espécies:

- *Cervus elaphus* (n = 2);
- *Bos taurus* (n = 10);
- *Sus* sp. (n = 12);
- *Ovis aries* / *Capra hircus* (n = 2);
- Lagomorfos (n = 2).

De entre as espécies presentes no sítio, destaca-se imediatamente a identificação de *Bos taurus*, pela importância que tem assumido nas leituras culturais efetuadas para o período cronológico em questão. Na Ponte da Azambuja 2 esta espécie aparece somente representada por dentes isolados e mandíbulas, num número total de 10 restos, distribuídos equitativamente por ambas as áreas de escavação. A observação quer da dentição, quer do desgaste destes elementos permitiu concluir que se tratam de animais adultos, facto que se deve, desde já, evidenciar e que será retomado adiante.

Na equação “animais domésticos”/ “animais selvagens”, também os ovicaprínos teriam a sua importância, ao lado dos suínos, contudo a não identificação da espécie, quer num, quer noutro caso, não permite retirar conclusões indubitáveis sobre esta fórmula. Se por um lado,

admite-se que ao falar-se de ovicaprinos se está a falar de animais domésticos, por outro, no que respeita aos suínos, a revisão da literatura efetuada para este período aconselha a prudência, já que os dados osteométricos têm revelado uma sobreposição de valores entre os exemplares mais pequenos da espécie selvagem e os exemplares maiores da espécie doméstica (Davis & Moreno-Garcia, 2007).

Sem qualquer dúvida quanto à sua origem selvagem, e por conseguinte reflexo da existência de práticas cinegéticas da comunidade que terá ocupado a Ponte da Azambuja 2, são os fragmentos ósseos de *Cervus elaphus* (n = 2) (Nabais, 2013).

Uma leitura regional das coleções faunísticas provenientes de sítios arqueológicos cronologicamente integrados na segunda metade do 4.º milénio a.n.e.⁴³, demonstra situações bastante similares no que respeita às espécies presentes no registo arqueográfico.

Um trabalho recente de compilação de dados faunísticos ao longo de toda a diacronia neolítica, nas áreas regionais da Estremadura e Alentejo (Valente & Carvalho, 2014), permitiu constatar este facto para o período cronológico e área regional em apreço. Tendo como base de trabalho os estudos realizados nos sítios da Igreja de São Jorge, Juromenha, Moinho de Valadares e Perdigões, verificou-se: (1) o importante papel que o veado terá desempenhado nestas comunidades, tendo-se questionado se a sua presença se deve às condições ambientais da região ou se reflete uma tendência de comportamento nas estratégias de subsistência; (2) a existência de um numero considerável de suínos, sem que seja possível efetuar a diferenciação entre doméstico/ selvagem em termos taxonómicos; (3) os caprinos como a espécie doméstica melhor representada, enquanto que (4) os bovinos aparecem em menor número no cômputo geral das coleções abordadas.

Aquando da comparação regional entre o Alentejo e a Estremadura evidencia-se o facto de na primeira haver um maior número de espécies selvagens, enquanto que na Estremadura prevalece como espécie melhor representada os bovinos (Valente & Carvalho, 2014).

⁴³ Neste caso, refere-se somente contextos de *habitat*.

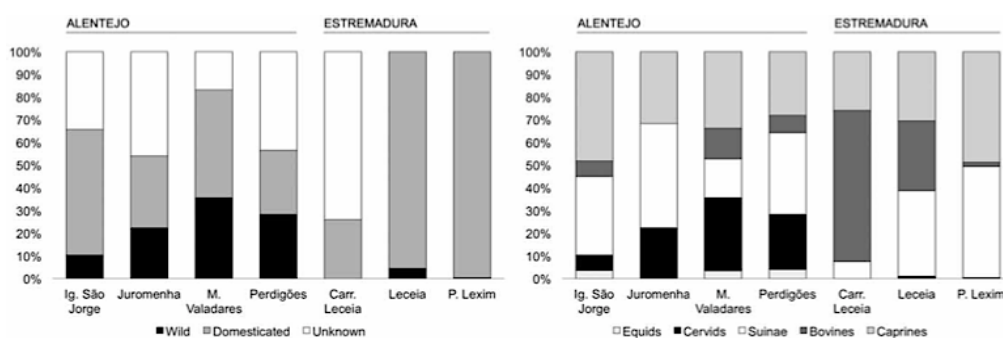


Figura 6. 4. “Late Neolithic faunal abundance: wild versus domesticated and main taxa”, conforme Valente & Carvalho, 2014.

Do trabalho supramencionado, deve-se ainda salientar os seguintes factos: (1) a ausência de dados faunísticos para o Neolítico Médio do Alentejo; (2) e as diferenças substanciais entre o Neolítico Final e o Calcolítico, não no que se refere às espécies presentes nas coleções dos arqueossítios estudados⁴⁴, mas sim no que respeita à sua representatividade.

Assim, no Calcolítico alentejano verifica-se:

- uma maior variabilidade das espécies representadas entre sítios de maiores/ menores dimensões, registando-se, nos lugares mais amplos, um incremento de espécies tradicionalmente relacionadas com práticas pecuárias, enquanto que nos menores há ainda uma forte relação com as práticas cinegéticas (*e.g.* Porto Torrão vs São Pedro);
- uma predominância dos suínos e dos bovinos, em detrimento dos ovicaprinos, ao contrario do verificado no Neolítico Final;
- uma queda acentuada na presença de veado nas coleções estudadas (Valente & Carvalho, 2014).

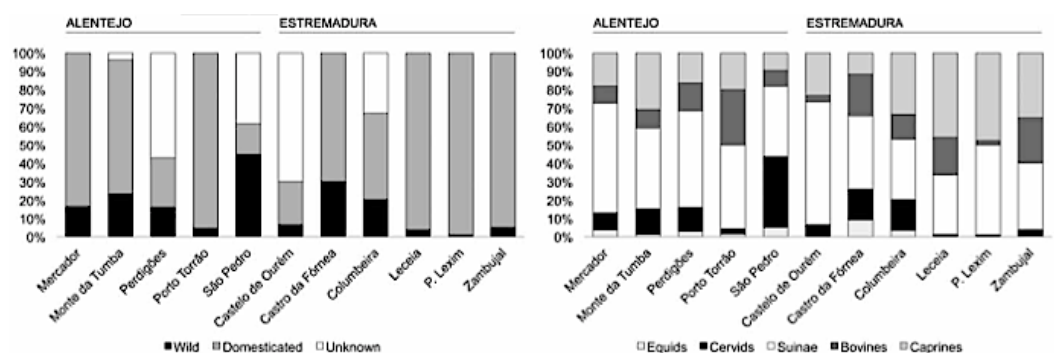


Figura 6. 5. “Pre-Bell Beaker Chalcolithic faunal abundance wild versus domesticated and main taxa”, conforme Valente & Carvalho, 2014.

⁴⁴ Os sítios calcolíticos, localizados no Alentejo, que foram considerados no estudo mencionado são os seguintes: Mercador, Monte da Tumba, Perdígões e Porto Torrão.

		Período Climático	
Atlântico		Sub-boreal	
		Período Cultural	
Neolítico Médio		Neolítico Final	Calcolítico Inicial
Alentejo Central			
Porto das Carretas (Mourão, Évora)		<u>Domésticos:</u>	<u>Domésticos:</u>
Moinho de Valadares 1	“_“	<u>Selvagens:</u>	<u>Selvagens:</u>
Mercador (Mourão, Évora)	“_“	“_“	<u>Domésticos:</u> <i>Bos taurus</i> , <i>Sus</i> sp*· <i>Equus</i> sp., Ovicaprinos <u>Selvagens:</u> <i>Sus</i> sp., <i>Cervus elaphus</i> , <i>Bos primigenius</i> , Lagomorfos
Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora)	“_“	<u>Domésticos:</u> <i>Sus</i> sp., <i>Bos taurus</i> , <i>Equus</i> sp., Ovicaprinos <u>Selvagens:</u> <i>Sus</i> sp., <i>Cervus elaphus</i> , <i>Bos primigenius</i> , Lagomorfos	<u>Domésticos:</u> <i>Sus</i> sp., <i>Bos taurus</i> , <i>Equus</i> sp., Ovicaprinos <u>Selvagens:</u> <i>Sus</i> sp., <i>Cervus elaphus</i> , <i>Bos primigenius</i> , Lagomorfos
Alentejo Litoral			
Monte da Tumba (Alcácer do Sal, Setúbal)	“_“		<u>Domésticos:</u>
Baixo Alentejo			<u>Selvagens:</u>
Igreja de S. Jorge (Serpa, Beja)	“_“	<u>Domésticos:</u> <i>Bos taurus</i> , <i>Sus</i> sp.**· <i>Equus</i> sp., Ovicaprinos <u>Selvagens:</u> <i>Sus</i> sp., <i>Cervus elaphus</i> , Lagomorfos	“_“
Casa Branca 7 (Serpa, Beja)	“_“	?	<u>Domésticos:</u> <i>Bos taurus</i> , <i>Equus caballus</i> , <i>Sus</i> sp., Ovicaprinos <u>Selvagens:</u> <i>Bos</i> sp., <i>Sus</i> sp., <i>Cervus elaphus</i> , Lagomorfos
Ponte da Azambuja 2	“_“	<u>Domésticos:</u> <i>Bos taurus</i> , <i>Sus</i> sp., Ovicaprinos <u>Selvagens:</u> <i>Cervus elaphus</i> , <i>Sus</i> sp., Lagomorfos	“_“

* Os dados osteométricos dos suínos, no sítio do Mercador, apontam para uma maior predominância de porco doméstico, em relação ao javali (Moreno Garcia & Valera, 2007).

** Os dados osteométricos dos suínos, no sítio da Igreja de São Jorge, apontam para uma maior predominância de javali, em relação ao porco doméstico (Cardoso, 1994).

Tabela 6. 5. Caracterização da fauna mamalógica presente nos arqueossítios no SW Peninsular (mesorregião) cronologicamente enquadrados na primeira fase do Sub-Boreal (Neolítico Final e Calcolítico)

HOLOCÉNICO MÉDIO: Sub-boreal ($\approx 4500 - 3250$ BP)

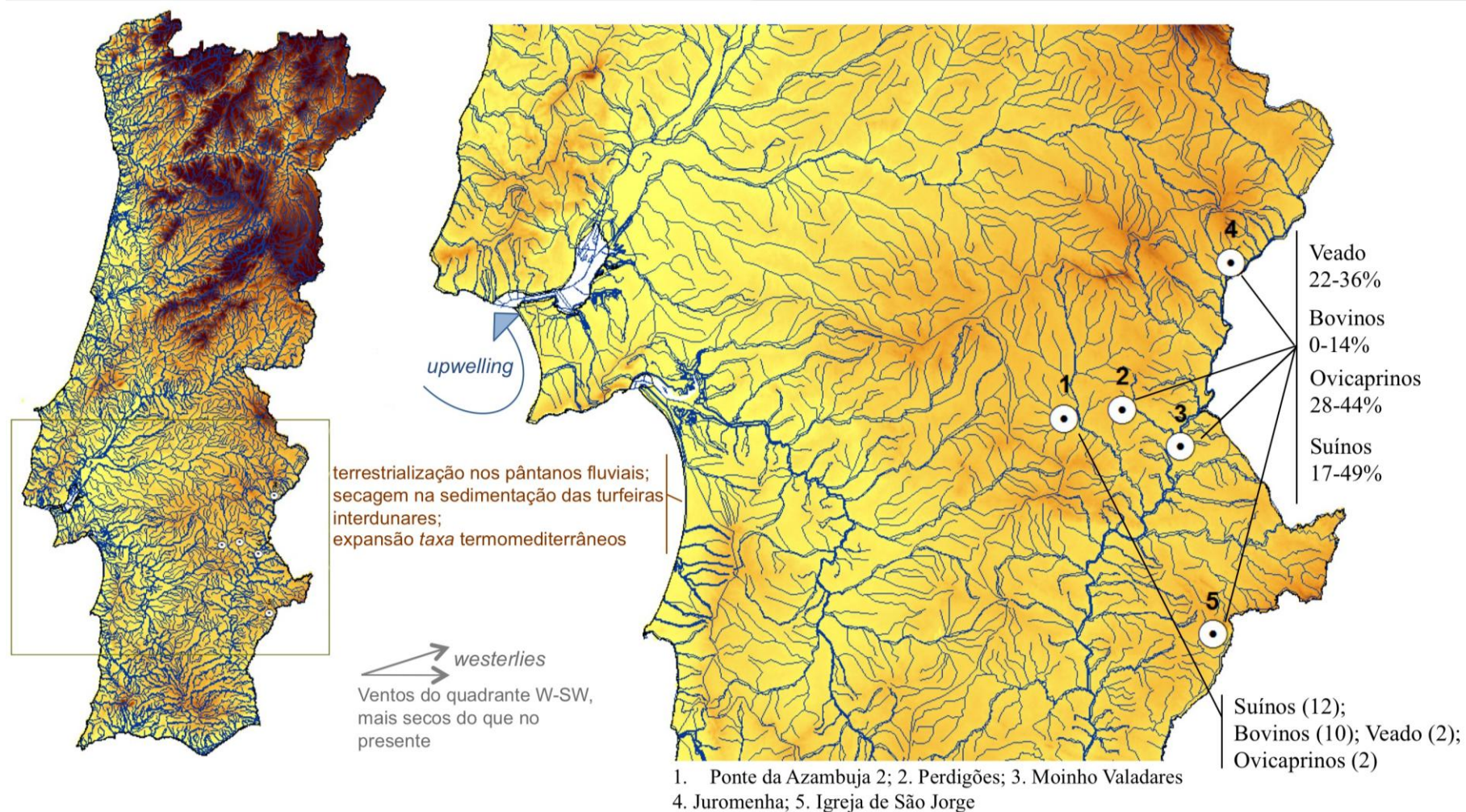


Figura 6. 6. Reconstituição das condições paleoambientais e zooarqueológicas no SW Peninsular (mesorregião), durante a etapa final da diacronia neolítica.

6.4. Um modelo paisagístico para a Ponte da Azambuja 2

Os subcapítulos anteriores procuraram expor (1) os indicadores paleoclimáticos para o período cronológico em estudo e (2) os dados paleoambientais identificáveis no registo da Ponte da Azambuja 2, assim como de sítios arqueológicos inseridos na mesma unidade regional.

Com base nessas informações procura-se agora esboçar um hipotético cenário paisagístico do sítio, aquando da ocupação pré-histórica.

Embora escassos, os resultados das análises efetuadas aos restos ósseos de animais e de madeira carbonizada da Ponte da Azambuja 2 e mesorregião delimitada, conjugados com as análises paleoclimáticas realizadas às escalas regionais, peninsulares e globais, são homogêneos e consentâneos com um ecossistema ainda hoje presente no Alentejo: o montado.

O montado é um biossistema antropogénico, de tipo savana (Joffre *et alii.*, 1999), que privilegia a preservação artificial do sobreiro, da azinheira e/ ou carvalho, em detrimento de outras espécies arbóreas igualmente autóctones.

Esta unidade de paisagem, que atualmente domina cerca de 6,300,000 ha do SW Peninsular, corresponde a uma exploração agro-silvo-pastoril, bem adaptada ao clima mediterrânico (sub-húmido seco e semi-árido), assim como à situação topográfica que se verifica maioritariamente na região (planície ou pouco acidentada) (Olea & San Miguel-Ayanz, 2006).

As limitações que se encontram nas áreas onde este sistema está enraizado, nomeadamente a aridez e os solos pouco férteis, permitiu o seu desenvolvimento, que objetiva “[...] a strategy of efficiency and diversification of structures with the aim of taking advantage of every natural resource (multiple, scarce and unevenly distributed in time and space) of its environment with a minimum input of energy and materials” (Olea & San Miguel-Ayanz, 2006: 2).

Devido a este tipo de gestão dos recursos naturais, é habitual ver-se num montado o seguinte quadro:

- a. um arvoredado espaçado, constituído, predominantemente, por vários tipos do género *Quercus*;

- b. culturas cerealíferas, com um sistema de rotação e pousio de duração distinta, conforme a fertilidade dos terrenos (nos solos mais férteis efetuam-se sementeiras sistemáticas de trigo, seguido da cevada ou da aveia, enquanto que nos solos menos produtivos os pousios são mais longos e os alqueives são ocupados por leguminosas);
- c. o gado bovino a ruminar o subproduto agrícola, o porco a consumir a bolota, os ovinos a apascentar nas pastagens de menor valor alimentar, enquanto os caprinos são preteridos devido ao impacte que provocam no rejuvenescimento arbóreo (Belo *et alii.*, 2009).

Trata-se assim de um sistema biodiversificado, onde o coberto arborescente selecionado se complementa com culturas agrícolas e/ou forrageiras, matos baixos e pousios, permitindo uma variedade faunística incomum, coexistindo no mesmo espaço espécies típicas de ambientes florestais e espécies típicas de meios abertos e agrícolas (Belo *et alii.*, 2009), havendo uma perfeita harmonia entre as espécies domesticadas e as espécies selvagens, nas quais o javali, o veado e o coelho/ lebre se destacam pelo aproveitamento cinegético (Olea & San Miguel-Ayanz, 2006).

Apesar das fontes históricas sobre este ecossistema remontarem apenas ao ano de 924 (Olea & San Miguel-Ayanz, 2006), foi proposto, nos inícios da década de '90 do século XX, que a sua génese recuasse ao período pré-histórico (Stevenson & Harrison, 1992).

Stevenson e Harrison, com base num conjunto de dados empíricos recolhidos em diagramas polínicos realizados na região de Huelva, Andaluzia (Laguna de las Madres e El Acébron), harmonizados com as respetivas datações de radiocarbono dos *cores* sugerem que a paisagem ainda hoje observável na região tivesse a sua origem em cerca de 4000 BC. Os avanços e recuos das percentagens do género *Quercus* ao longo desses diagramas, desde época pré-histórica até ao presente, sugerem aos investigadores um ecossistema de tipo montado/ *dehesa*, que apenas foi interrompido em meados do século XVI, devido à construção naval consequente da expansão marítima, na qual foi utilizada de forma intensiva o género *Pinus* (Stevenson & Harrison, 1992).

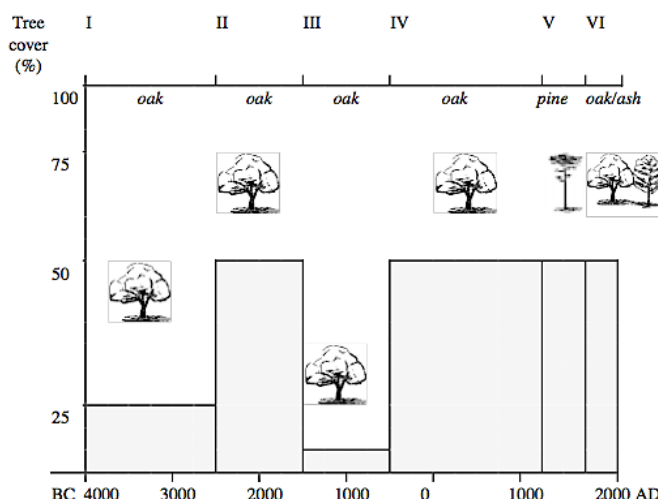


Figura 6. 7. “Palaeoecological history of some landscapes of the Huelva province, south-west Spain”, conforme Stevenson and Harrison, 1992

Ora, o registo paleoambiental e arqueológico que se conhece para o Alentejo Central sugere essa mesma situação.

Como foi já anteriormente demonstrado, na etapa cronológica aqui considerada fazia-se sentir um clima mais seco que na atualidade, no qual as espécies arbóreas predominantes neste sistema têm um óptimo índice de adaptabilidade, sem que haja necessidade de uma grande gestão humana para a sua manutenção. Tal facto está atestado não só pelo que se conhece hoje sobre os montados, mas também pelas diferentes análises antracológicas e polínicas efectuadas na região em análise, que revelam a presença sistemática de diferentes tipos de *Quercus*, recolhidos num conjunto, ainda pequeno, de sítios arqueológicos cronologicamente enquadrados na última etapa do Neolítico.

No caso das análises antracológicas pode-se admitir um problema de registo, na medida em que os restos de madeira carbonizada aparecem dispersos na estratigrafia, sem qualquer associação a estruturas de combustão. Dizer a partir deste indicador que há uma recolha seletiva de combustível para as diferentes atividades, domésticas ou não, destas comunidades, é algo que só pode entrar no campo das hipóteses, uma vez que sem datações não fica assegurado o seu uso durante a Pré-História.

Já as análises polínicas certificam a presença efetiva destas árvores no espetro botânico do Neolítico Final. A sua prevalência comparativamente às restantes espécies pode indicar, por um lado, uma seleção artificial e propositada do coberto arbóreo, como se pressupõem num sistema de montado, ou pode, tão simplesmente, ser o indício de uma seleção natural, promovida através da sua melhor adaptação às condições climáticas. Não obstante, a

assumpção de uma mata mediterrânica aberta, na qual os vários *Quercus* têm um papel predominante, é já uma opinião generalizada, bem suportada pelas evidências empíricas.

Tal consideração, associada a um conjunto de factores arqueológicos de natureza distinta, permitem correlacionar esta “mata mediterrânica” com o montado, a partir dos caracteres atualmente conhecidos para este ecossistema e que foram já anteriormente expostos.

A ocorrência de indicadores directos (polén) e indirectos (traceologia de lâminas) de culturas cerealíferas em dois arqueossítios – Perdigões e Ponte da Azambuja 2, sugerem um aproveitamento agrícola do solo não muito distante daquele que hoje se conhece num regime de montado.

Contudo, e aproveitando as palavras de Harrison, “If it can be shown that a “dehesa” economy was functioning in prehistoric times, then we should have one more example of agricultural intensification based on the systematic control of a wild flora, so that it can be exploited by domestic sheep and pigs on a seasonal basis” (Harrison, 1995: 275).

Ora, o elevado número de suínos no espetro faunístico dos contextos do Neolítico Final alentejano, o seu incremento na fase subsequente, coadjuvado com o sistemático abate de indivíduos subadultos, consolida a ideia de que, para além de serem a principal fonte de carne destas comunidades, a suinicultura seria uma prática adquirida (Davis & Moreno-Garcia, 2007), independentemente da espécie em cativeiro ser a doméstica ou a selvagem: “One possibility is that semi-domesticated or tamed animals may have been exploited, as in today’s traditional ‘montados’ of Alentejo, in the case of pigs (*e.g.* Ribeiro 1945)” (Valente & Carvalho, 2014:12). O facto destes animais serem consumidores de bolota e o facto deste fruto se encontrar naturalmente na vegetação circundante, pode ter tido alguma influência no seu incremento no registo conhecido do Neolítico Final/ Calcolítico regional, carecendo esta apreciação de mais dados que a sustentem.

Considerando que são os animais domésticos melhor representados no acervo das coleções, os ovicaprinos terão desempenhado um papel preponderante nesta lógica de gestão do espaço. Muito embora seja atualmente reconhecida a sua importância na manutenção e conservação do montado, a sua presença nos contextos do Neolítico Final não deve ser sobrevalorizada, no que respeita à justificação da opção paisagística, já que a sua presença enquanto espécie mais abundante marca uma tendência dominante em toda a diacronia neolítica, que só é invertida no Calcolítico Pleno.

O grupo dos bovinos é, no quadro dos sítios alentejanos considerados, um conjunto pouco expressivo. Curiosamente na Ponte da Azambuja 2 é um dos elementos com maior representatividade, facto que pode ficar registado apenas como um desvio arqueográfico, resultante da reduzida amostragem. No caso deste sítio, os animais identificados foram abatidos já em idade adulta, o que remete para uma situação de aproveitamento secundário dos seus produtos, dos quais se destaca o leite, pela associação com as já referidas “queijeiras” (ainda que a sua utilização enquanto tal possa ser questionável, como já se viu).

Neste ponto em que se está a avaliar o peso dos ovicaprinos e dos bovinos, enquanto animais indiscutivelmente domésticos, na economia das comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e., deve-se realçar a importância da teoria da “Revolução dos Produtos Secundários” (Sherratt, 1981).

De forma breve, esta teoria assenta numa alteração do padrão de exploração animal, fazendo-se, a partir do 4.º milénio a.n.e, um aproveitamento que não se limitava apenas à carne, mas também a um conjunto variado de produtos, nomeadamente o leite, a lã, a tração animal e o transporte (Sherratt, 1983). Esta foi uma teoria que teve em Portugal muitos seguidores, e que, de certo modo, vingou, sendo um modelo genericamente aceite pela comunidade arqueológica. Contudo, na última década e meia, conheceu um revés significativo, sobretudo com algumas descobertas excecionais e com o avanço tecnológico das análises disponíveis aos investigadores. Se por um lado, a análise de lípidos, efetuadas às paredes de recipientes cerâmicos fazem recuar, em Inglaterra, o uso e manipulação dos laticínios à primeira etapa do Neolítico (Copley *et alii*, 2003), por outro lado, a descoberta de Otzi coloca as fibras vegetais e as peles na cobertura e proteção do corpos pré-históricos (Spindler, 1995), não havendo qualquer evidência empírica que ateste o uso da lã nesse período da história da humanidade. Até mesmo a tração animal, intensamente “ilustrada” em Valcamonica ou no Mont Bégo, vê emergir dos pântanos de La Draga indícios da utilização do arado numa fase anterior à que tinha sido proposta (Tarrus *et alii*, 2006).

Ainda que este modelo seja “ [...] a concept which is applicable to the kinds of economic change taking place in the fourth and third millenia – and indeed to other aspects of life at that time – which involved *both* “evolution” and “diffusion” (Sherratt, 1992: 62), e ainda que esse mesmo paradigma esteja lentamente a desvanecer-se, a verdade é que, durante o 4.º milénio a.n.e. estas técnicas eram já utilizadas pela primeira vez em simultâneo, eventualmente aperfeiçoadas, e, em alguns casos, comprovadas na área regional em análise. Embora o “onde?” e o “quando?” sejam absolutamente fundamentais para se falar de uma

“revolução”, não é essa a temática que aqui se pretende abordar, transferindo-se esse assunto para uma outra discussão que se fará adiante. Importa agora realçar que, quer no Alentejo Central, quer na Ponte da Azambuja 2, os dados proporcionados pelos restos faunísticos e cultura material fazem supor existência de um aproveitamento secundário dos animais, estando essa forma de gestão dos recursos perfeitamente harmonizada com o modelo paisagístico que se sugere para o tempo e espaço analisado.

No campo das atividades cinegéticas praticadas por estas comunidades (e afastando deliberadamente a questão dos suínos, como foi anteriormente exposto), a abundância de restos de veado na soma geral das coleções estudadas tem também criado algumas interrogações aos investigadores que se têm debruçado sobre esta temática. A questão que foi já anteriormente referida – se há uma condicionante das condições ambientais da região ou se reflete uma tendência de comportamento nas estratégias de subsistência (Valente & Carvalho, 2014) – conhece, nesta proposta de ecossistema, uma resposta que vai ao encontro da ocorrência simultânea de ambas as hipóteses. Considerando os dados atuais para o montado, verifica-se que esta espécie animal se acomoda e se reproduz muito facilmente neste biótopo. Admitindo o montado como paisagem dominante em época pré-histórica, é, deste modo, admitir que se encontravam reunidas as condições ambientais para a sua disponibilidade natural num meio em que o principal predador seria o Homem. A sua caça permitiria não só complementar a dieta alimentar, mas também efetuar o aproveitamento das peles, como parecem indicar as marcas de corte identificadas nos restos de veado recolhidos no sítio do Mercador (Moreno Garcia & Valera, 2007).

Ainda que sem expressão na Ponte da Azambuja 2, refira-se a importância dos equídeos nesta fase cultural, que sistematicamente surgem no registo arqueológico, sem paralelo na fase subsequente (Valente & Carvalho, 2014).

Retornando ao montado e aos conjuntos faunísticos habitualmente associados, refira-se o estudo elaborado por João Luís Cardoso sobre os restos ósseos recolhidos na Igreja Velha de São Jorge. Muito embora o autor se previna na exiguidade e problemas da coleção, abre a possibilidade de admissão da “existência de biótopo idêntico ao atualmente existente na zona” (Cardoso, 1994:54), correspondente ao montado. O autor acolhe esta hipótese devido ao equilíbrio entre espécies domésticas e espécies caçadas, que, no seu entender, seriam reveladoras de uma estratégia de subsistência baseada nas atividades cinegéticas e no pastoreio de ovinos e caprinos.

Em suma, e voltando novamente as atenções sobre a Ponte da Azambuja 2, considera-se que, independentemente do tipo de ocupação efetuada, existem indicadores diretos e indiretos no registo arqueológico do sítio, que demonstram um aproveitamento intensivo, e, eventualmente, extensivo, da sua área circundante:

- a análise das matérias-primas utilizadas na utensilagem lítica e conjunto cerâmico, que remetem para o aproveitamento dos recursos geológicos disponíveis localmente;
- o emprego das lâminas retocadas no corte de cereais, atestado pelas análises traceológicas;
- os restos faunísticos e paleobotânicos, que se ajustam ao modelo paisagístico sugerido para a região;
- a presença de “queijeiras” no espetro cerâmico do arqueossítio, complementadas pela identificação do abate em idade adulta dos bovinos;
- a presença de recipientes de armazenagem, a uma escala doméstica;

permitem admitir que esta comunidade estaria já fixada num território que conhecia, dominava e explorava, num tipo de gestão perfeitamente harmonizada com o meio ambiente - não há a exploração concreta de um produto, mas sim um “viver do que a terra dá”, numa visão holística da natureza, conforme sugere atualmente um ecossistema de tipo montado.

MONTADO		
Atualidade (Belo <i>et alli</i> , 2009)	Neolítico Final (mesorregião)	Ponte da Azambuja 2
Sistema agro-silvo-pastoril, com componente arbórea constituída pelo povoamento relativamente aberto de sobreiro, azinheira e/ ou carvalho.	⇒ <u>Paleoclima</u> : mais seco que na atualidade; <u>Paleobotânica</u> : presença de <i>Quercus</i> nas análises anatrocológicas e palinológicas;	⇒ <u>Paleoclima</u> : mais seco que na atualidade; <u>Paleobotânica</u> : presença de <i>Quercus</i> .
Sistema antrópico, cujo objetivo é o proveito humano de produtos específicos provenientes do arvoredo (frutos e/ ou cascas) e do solo (pastagens, culturas forrageiras e searas).	⇒ <u>Paleobotânica</u> : análises palinológicas atestam o cultivo de cereais e plantas forrageiras nos Perdigões; <u>Fauna</u> : suínos como uma das espécies melhor representadas no cômputo geral das coleções, ultrapassada apenas pelos ovicaprinos; espécies selvagens, como o veado, com peso significativos nas estratégias de subsistência.	⇒ <u>Fauna</u> : presença de ovicaprinos, bovinos e suínos; <u>Traceologia</u> : lâminas utilizadas no corte de cereais ou plantas não lenhosas; <u>Cerâmica</u> : recipientes de armazenagem, a uma escala doméstica.
Sistema dinâmico, no qual qualquer flutuação nos níveis de aproveitamento dos produtos tem impacto direto ora na intensidade da utilização dos recursos, ora no seu abandono.	⇒ ?	⇒ ?

Capítulo 7 | A Ponte da Azambuja 2 e o quadro de referência dos recintos de fossos do Neolítico Final no SW Peninsular

“The idea that all Neolithic enclosures had a similar role or function within societies that created and used them is as laughable as the idea that some kind of universal classification can be applied to all sites”

(Darvill & Thomas, 2001:13)

Conforme exposto no Prólogo, nesta etapa da investigação é necessária uma discussão crítica sobre o significado cronológico, cultural e funcional da Ponte da Azambuja 2, no contexto dos recintos de fossos no SW Peninsular, atendendo a (1) estratégias de povoamento, (2) arquiteturas, e, (3) universo funerário.

Assim, a partir da comparação sincrónica e diacrónica dos dados empíricos disponíveis para os sítios considerados, procurar-se-á fundamentar a resposta à “pergunta de partida” que orientou a investigação:

“Quais os motivos que levaram as sociedades da segunda metade do 4.º milénio a.n.e. a construir os recintos de fossos no SW Peninsular?”

Relembre-se então, os recintos de fossos do Neolítico Final, situados no SW Peninsular, mais concretamente na mesorregião definida, que, para além da Ponte da Azambuja 2, foram apreciados nesta fase da investigação:

- Cabeço do Torrão (Elvas, Portalegre);
- Paraíso (Elvas, Portalegre);
- Moreiros 2 (Monforte, Portalegre);
- Malhada das Mimosas (Alandroal, Évora);
- Juromenha 1 (Alandroal, Évora);
- Águas Frias (Alandroal, Évora);
- Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Évora);
- Fareleira 3 (Vidigueira, Beja);
- Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja);
- Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa).

7.1. Estratégias de Povoamento

Para tentar definir as estratégias de povoamento dos grupos humanos que ocuparam a região centro-alentejana durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e., recorreu-se aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), neste caso ao programa ArcGis 9.3, que, na última década, se afirmou como uma ferramenta de análise de utilidade imprescindível para a Arqueologia.

Fairén Jiménez (2006), cujo trabalho de investigação se centra em contextos com arte rupestre, definiu este método da seguinte forma: “[...] estas herramientas permiten superar esquemas de trabajo excesivamente funcionalistas y valorar aspectos más subjetivos y difíciles de reconocer en el registro arqueológico, como el significado cultural de las relaciones espaciales que pueden reconocerse entre los distintos componentes del paisaje o la percepción social del espacio (que puede estudiarse a partir de los análisis de visibilidad – cuencas visuales y relaciones de intervisibilidad entre distintos componentes del paisaje, elementos visualmente destacados en el entorno, etc. -)” (Fáiren Jiménez, 2006:64).

Deste modo, neste subcapítulo definiram-se cinco etapas de análise, sendo elas as seguintes:

1. averiguar a estratégia de implantação de cada recinto de fossos cronologicamente integrado na etapa final do Neolítico, de modo a perceber se há ou não uma estratégia comum à generalidade dos sítios;
2. apurar a sua relação territorial com outros recintos de fossos no Alentejo Central, ao nível da espacialidade e intervisibilidade;
3. verificar a sua posição com outros sítios sincrónicos, nomeadamente com os que, claramente, se integram na categoria dos sítios de *habitat* (ou seja, os povoados), e ainda com os recintos fortificados / murados;
4. indagar sobre a eventual conexão com o megalitismo não funerário
5. determinar qual a afinidade com os sítios de arte rupestre presentes na área delimitada.

Nesta fase foi excluído o estudo comparativo entre recintos de fossos e monumentos megalíticos funerários, sendo uma análise que se relega para um momento posterior deste capítulo, uma vez que é uma questão que encerra problemáticas distintas, nomeadamente no que respeita à interpretação teórica dos próprios recintos.

Em cada uma das etapas de análise supramencionadas foram adotadas técnicas de análise específicas, que serão expostas nos subcapítulos correspondentes. Contudo há uma metodologia de análise comum, que deve ser desde já explicada.

Todos os sítios arqueológicos foram devidamente implantados numa base cartográfica digital, mediante as coordenadas disponíveis para cada um deles, quer na bibliografia produzida e que se encontra disponível, quer no inventário geral de sítios arqueológicos, produzido pela Direção-Geral do Património Cultural – Endovélico. Posteriormente, foi efetuada a sua correção, através da observação e análise das fotografias aéreas, nas quais, não poucas vezes, são visíveis as estruturas. Deste modo, o grau de fiabilidade da implantação dos sítios para efeitos de cartografia em SIG é bastante elevado.

Após esta implantação implementou-se, em torno de cada sítio, um *buffer* de 5 km, utilizando como referência teórica de partida os critérios clássicos estabelecidos por Higgs e Vitta-Finzi (1972), os quais, a partir de estudos etnográficos, definiram que sociedades agropastoris, plenamente sedentarizadas, não exploram territórios que se localizem a uma distância superior àquela a partir do lugar de povoamento. No entanto, apreciando o (muito incipiente) atual estado do conhecimento acerca dos recintos de fossos do SW Peninsular, considerou-se pertinente estabelecer fronteiras mais latas, na ordem dos 10 km (normalmente associadas às sociedades de caçadores recolectores), não tanto para perceber que áreas do território foram economicamente exploradas, mas sim eventuais redes de contacto entre sítios, partindo do princípio de que, em determinado momento, estes poderão ter sido sincrónicos.

Esta opção justifica-se, não só pela demasiada artificialidade que tem sido apontada desde então ao modelo de Higgs e Vita-Finzi como uma das suas principais limitações, como principalmente pelos recentes dados empíricos referentes ao período imediatamente antecedente, o Neolítico Médio, que revelaram uma grande mobilidade das populações, pelo menos no caso da população inumada na gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Carvalho, 2014), conquanto para o Neolítico Final e Calcolítico da região de Torres Vedras (portanto, mais próximas cronologicamente das aqui estudadas), se possa concluir por uma notável redução da mobilidade humana, a julgar pelos dados publicados por Watermann *et alii* (2013).

Toda a cartografia produzida teve por base as Cartas Militares de Portugal, à escala 1:25 000, o que significa que o resultado considera curvas de nível distanciadas entre si 10m.

7.1.1. Estratégia de implantação dos recintos de fossos do SW Peninsular à escala da Mesorregião

Com a análise da estratégia de implantação dos recintos de fossos deste âmbito geográfico, procurou-se identificar, num primeiro momento, padrões de assentamento eventualmente correlacionáveis com atividades produtoras, já que não há qualquer dúvida que estas comunidades são, na sua essência, agro-pastoris.

Quer a classe dos declives dos locais, quer a orientação das suas encostas, podem ser bons indicadores indiretos para a perceção de uma eventual atividade produtiva. Assim, é comummente aceite que zonas mais suaves são mais propícias à agricultura, zonas mais acidentadas constituem nichos ecológicos mais favoráveis ao pastoreio, por exemplo, de cabras, e encostas orientadas a Sul serão mais favoráveis para o desenvolvimento e crescimento de plantas cerealíferas, na medida em que há uma maior incidência de luz solar (Fáiren Jiménez, 2006).

Para aferir estas situações elaboraram-se Cartas de Declives (CD) e Cartas de Orientação das Encostas (COE), para cada um dos sítios analisados.

As Cartas de Declive visam essencialmente a apresentação das percentagens de inclinação onde se implantam os sítios. Pelos motivos acima expostos, esta análise é substancial para a perceção de uma motivação económica na escolha dos lugares de estabelecimento dos sítios examinados. Neste âmbito, refira-se que García Sanjuán (1999) considera que pendentes superiores a 20° são as mais aptas para a pastorícia, enquanto que aquelas que se situam entre os 0° e os 12° são as mais apropriadas para o desenvolvimento de práticas agrícolas (García Sanjuán, 1999; Fáiren Jiménez, 2006).

Butzer (1989) classificou os declives da seguinte forma, considerando os graus de inclinação:

- < 2%, Plana;
- 2 – 5%, Suave;
- 5 – 15%, Moderada;
- 15 – 40% Forte;
- > 40%, Abrupto (Butzer, 1989).

No caso das Cartas de Declives elaboradas no presente trabalho efetuaram-se, dentro destas grandes categorias, intervalos menores de percentagens, suavizando-se os intervalos de transição.

As Cartas de Orientação das Encostas permitem associar a implantação do sítio arqueológico em análise aos diferentes pontos cardiais. Esta análise pode ter um duplo sentido: por um lado reconhecer tendências funcionalistas, na medida em que diferentes exposições à luz solar implica, necessariamente, diferentes características biológicas da paisagem (vegetação, fauna, etc), assim como definir propensões que podem ser enquadradas no campo do simbolismo cosmológico, à semelhança do que acontece com determinadas particularidades reconhecidas na arquitetura destes sítios (a ser discutindo num outro ponto, adiante).

O cálculo das orientações é realizado em graus, representando os 0º e os 360º o Norte.

Valdez (2010) refere as seguintes situações de exposição solar na orientação das encostas:

- Norte: “[...] pouca ou nenhuma incidência direta de luz solar [...]”;
- Este e Oeste: “[...] luz solar direta durante determinada hora do dia [...]” (amanhecer/entardecer);
- Sul: “[...] maior quantidade de luz do Sol direta, durante o dia [...]” (Valdez, 2010:99)

Os sítios serão analisados caso a caso.

7.1.1.2. Ponte da Azambuja 2

A caracterização das condições de implantação da Ponte da Azambuja 2 foi já apresentada no Capítulo 2.

Do ponto de vista da definição dos declives observam-se as seguintes situações:

- o sítio implanta-se numa área plana - suave, onde a classe de declive se cifra entre os 1 e os 3%;
- regista-se, no entanto, na área integrada no *buffer* de 5km situações divergentes: a Oeste do sítio há uma superfície plana, com declives inferiores a 2%, enquanto que a Este, junto ao Rio Degebe, o terreno é mais acidentado e os declives se enquadram na categoria moderada/ forte, com percentagens superiores ao 20%;

- esta situação acentua-se se tivermos em consideração o *buffer* dos 10km, estando os terrenos mais acidentados também presentes a S/SE, e as superfícies mais suaves a Oeste e NO.

No que respeita à orientação das encostas, o sítio em apreço está claramente implantado numa área em que as pendentes se encontram orientadas a Sul, podendo assim usufruir dos benefícios da luz solar durante grande parte do dia. Curiosamente, a partir da análise da carta obtida a partir do SIG verifica-se que na margem oposta da Ribeira da Azambuja, o declive da plataforma se encontra exposta a Norte, não tendo sido reconhecido nesse local uma ocupação semelhante.

Numa análise puramente funcionalista da implantação da Ponte da Azambuja 2 pode-se afirmar que a escolha daquele lugar está intrinsecamente relacionada com as possibilidades de explorar economicamente os recursos naturais disponíveis. Neste sentido não há qualquer dúvida que as condições de implantação são propícias à realização de práticas agro-pastoris, que, sem grande esforço, podiam ser realizadas nas áreas imediatas ao sítio arqueológico:

- o elemento “água” está presente na plataforma;
- a luz solar incide no local grande parte do dia;
- estão presentes, numa área inferior a 5km, diferentes biótopos, que por um lado favorecem a agricultura e, por exemplo, a suinicultura – terrenos planos ou com declives suaves – e, por outro lado, ambientes favoráveis ao pastoreio de ovinos e caprinos, onde dominam os terrenos com declives moderados a fortes.

Estes dados associados aos que foram anteriormente apresentados e debatidos consolidam a teoria de que a ocupação da Ponte da Azambuja 2 foi efetiva e permanente, concretizando-se, no dia a dia daquela comunidade, diferentes atividades comuns ao quotidiano de muitas sociedades, desde as produtivas às de carácter mais simbólico, sem se que se perceba, por agora, se a fronteira entre um e outro subsistema estaria ou não bem definida.

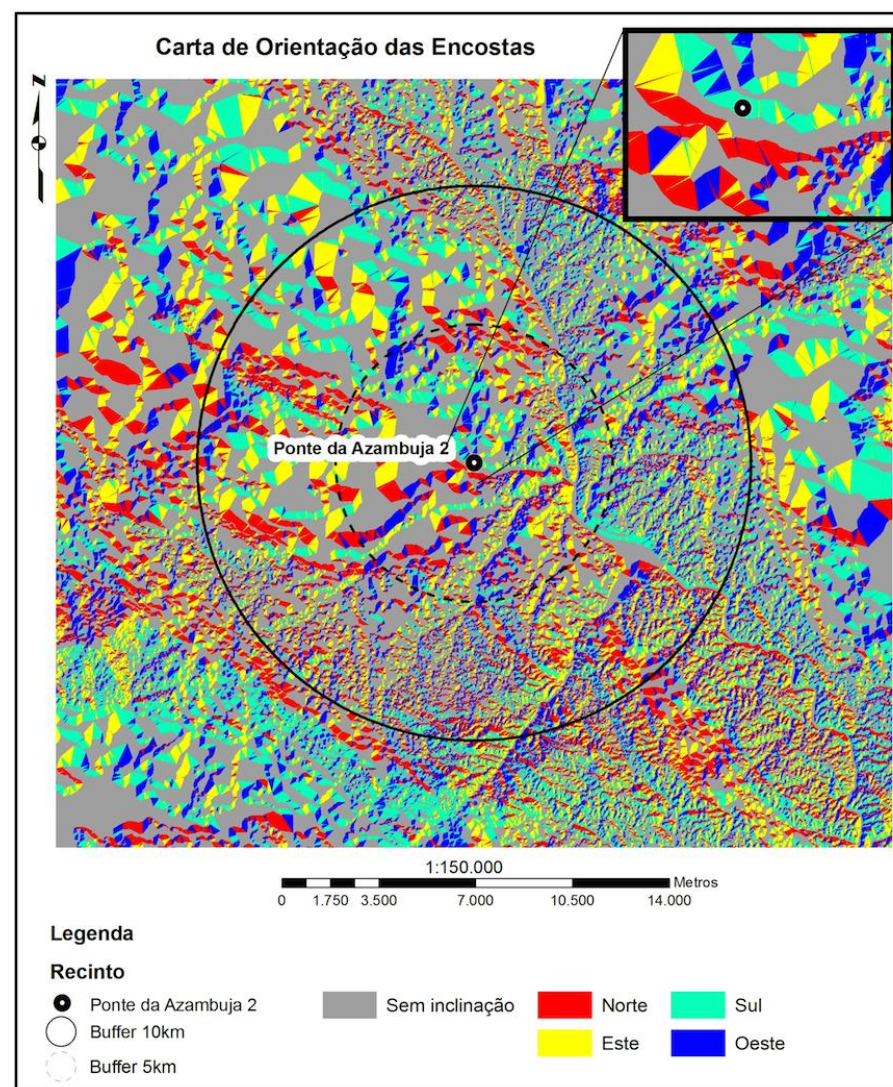
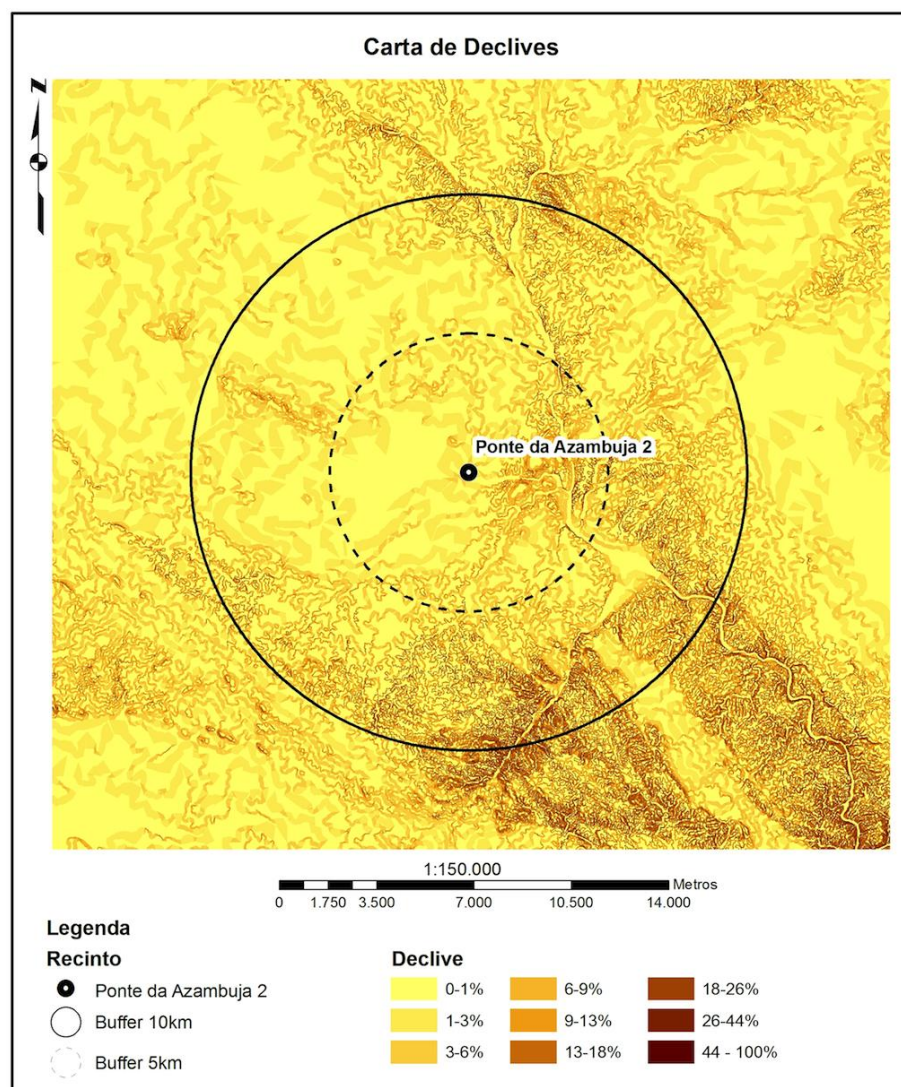


Figura 7. 1. Carta de Declives do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2

Figura 7. 2. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2

7.1.1.3. Cabeço do Torrão

A implantação do recinto de fossos do Cabeço do Torrão foi genericamente descrita pelos seus investigadores da seguinte forma: “elevação pouco destacada na paisagem, mas com excelente domínio visual da sua envolvência, particularmente para Nordeste. É formada por diversas plataformas, nas quais se incluem a Anta 2 do Torrão, o recinto megalítico do Torrão, um núcleo de rochas gravadas com covinhas e um recinto cercado por um fosso com indícios de práticas eventualmente relacionadas com a vida quotidiana” (Lago & Albergaria, 2001:42).

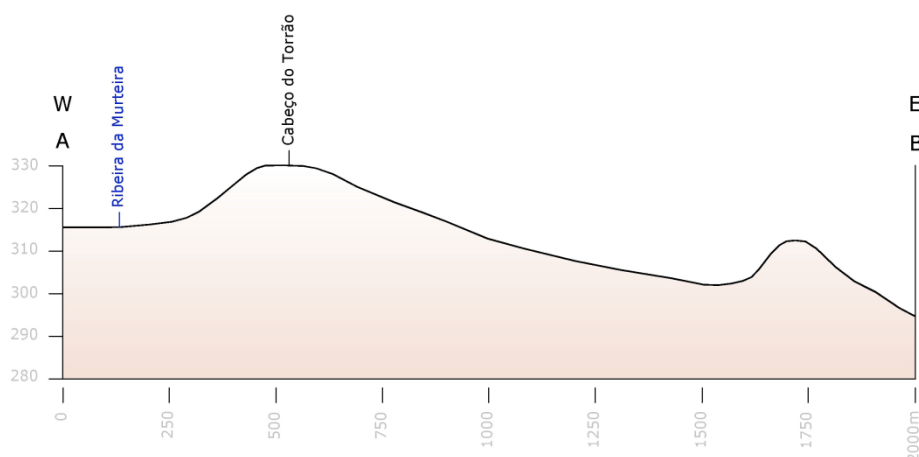


Figura 7. 3. Cabeço do Torrão: perfil transversal da área de implantação do sítio

A execução de um perfil transversal no sentido W/E da área de implantação do sítio atesta o que os autores podiam observar *in loco*. Verifica-se, no entanto, que para Este há uma longa plataforma que provoca um desnível não muito acentuado no terreno (desde a cota 321m à cota 311m), mas que revela, do ponto de vista geomorfológico, uma realidade distinta daquela que é observada a Oeste, onde a unidade é marcada pela regularidade da superfície, registando-se altimetrias na ordem dos 320m. Assim, o recinto de fossos do Cabeço do Torrão encontra-se implantado a uma altitude de 330m, junto a diversas linhas de água atualmente existentes na região, das quais se destaca a Ribeira da Murteira (localizada a Oeste).

Na Carta de Declives a situação acima definida está bem demarcada: o sítio implanta-se numa área com declives que oscilam entre o “suave” e o “moderado”, mas que, para Este, podem chegar à categoria de “forte”/ “abrupto”.

Refira-se também que dentro da área delimitada pelo *buffer* dos 5km predominam as superfícies planas e suaves, estando o sítio estabelecido numa área de “fronteira” entre as diferentes situações assinaladas: precisamente quando os declives começam a ser mais acentuados, o Cabeço do Torrão é ocupado, dominando, por um lado as terras de fraca ou nenhuma inclinação e por outro os terrenos mais acidentados.

No que respeita à orientação das encostas verifica-se que no local onde o sítio foi estabelecido não há inclinação (como se viu anteriormente está numa superfície plana), o que não deixa de ser curioso, na medida em que na área envolvente ao sítio predominam os declives com inclinações orientadas a Norte, estando presentes, em menor número as encostas viradas a Este e Oeste. Por sua vez, são diminutas o número de áreas com inclinações orientadas a Sul e, apesar da existência de alguns lugares com estas características perto do local ocupado, não foram esses os escolhidos.

Um terreno sem inclinação, detém, do mesmo modo que uma vertente virada a Sul, uma boa exposição solar, principalmente se localizar-se numa pequena elevação, que embora não constitua um componente marcante na paisagem, não se encontra na “sombra” de outros elementos. Do ponto de vista da produção agrícola esta é, sem dúvida, uma posição bastante favorável.

No entanto este recinto de fossos detém vários componentes que podem projetar a sua implantação para o subsistema simbólico das primeiras sociedades camponesas, nomeadamente os já citados recinto megalítico não funerário, monumentos megalíticos funerários e gravuras rupestres cronológica e culturalmente integrados no mesmo patamar da ocupação realizada no recinto de fossos.

A articulação destes elementos quer com a paisagem, quer entre si, será adiante abordada e debatida.

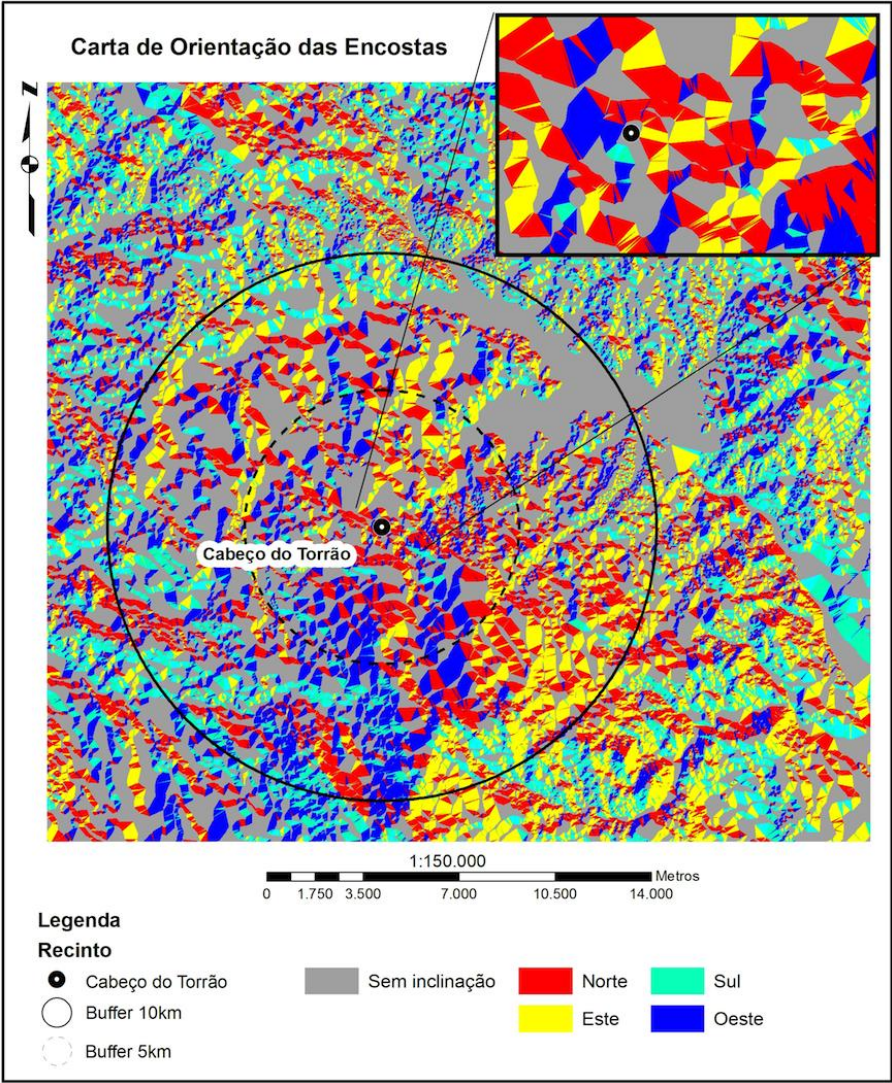
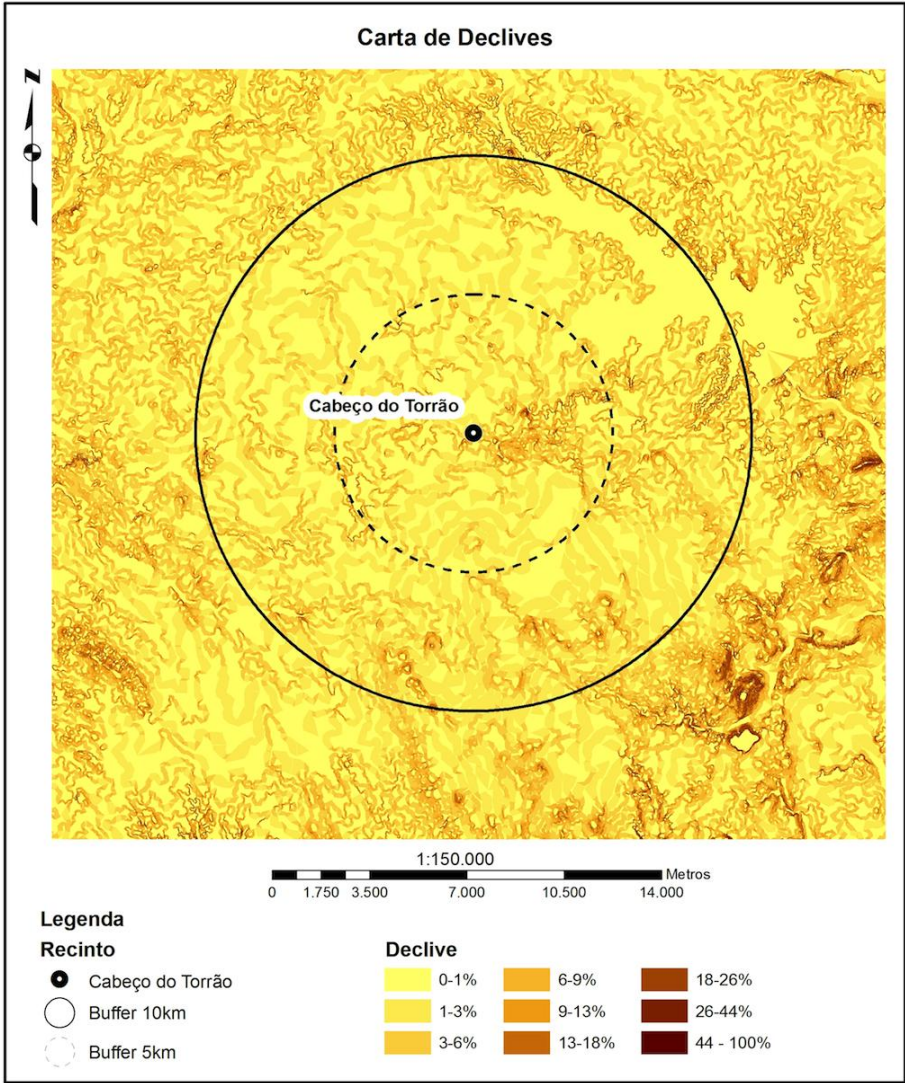


Figura 7. 4. Carta de Declives do recinto de fossos do Cabeço do Torrão
Figura 7. 5. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos do Cabeço do Torrão

7.1.1.4. Paraíso

De acordo com a informação publicada pelos autores da intervenção de emergência realizada no recinto de fossos do Paraíso (Mataloto & Costeira, 2008 e 2009), a topografia atual do sítio encontra-se bastante alterada, obliterando as características físicas do lugar. No entanto, estes investigadores valorizam os vários aspectos, que nos dias de hoje são ainda perceptíveis, sendo eles os seguintes:

- implantação num extenso patamar, que se destaca no seu entorno (altimetria = 260m);
- proximidade a uma linha de água, hoje inexistente, mas que é perceptível a partir do seu leito fóssil;
- proximidade às terras férteis do vale do Rio Caia (Mataloto & Costeira, 2008 e 2009).

Estes dados permitiram mesmo a seguinte afirmação: “os recursos naturais disponíveis (abundância de água e elevada capacidade agrícola dos solos envolventes) permitiram uma ocupação estável das comunidades humanas” (Mataloto & Costeira, 2008:6 e Mataloto & Costeira, 2009: 108), deduzindo-se que se considera que as condições naturais do lugar essenciais à vivência do quotidiano de comunidades economicamente dependentes das actividades produtivas se sobrepõe a outros factores correlacionáveis com outros subsistemas, nomeadamente no que respeita ao simbólico.

A partir da Carta de Declives efetuada para este sítio arqueológico verifica-se que este se encontra implantado numa zona de declive plano/ suave, havendo, no entanto, em seu redor, declives moderados. Regista-se na área delimitada pelo *buffer* dos 5km zonas planas e áreas com declives acentuados, integrados na categoria “forte”/ “abrupto”, imediatamente a Oeste e NW do sítio.

Na Carta de Orientação das Encostas verifica-se que predominam as encostas viradas a Este e a Norte, estabelecendo-se o recinto numa das escassas vertentes inclinadas a Sul.

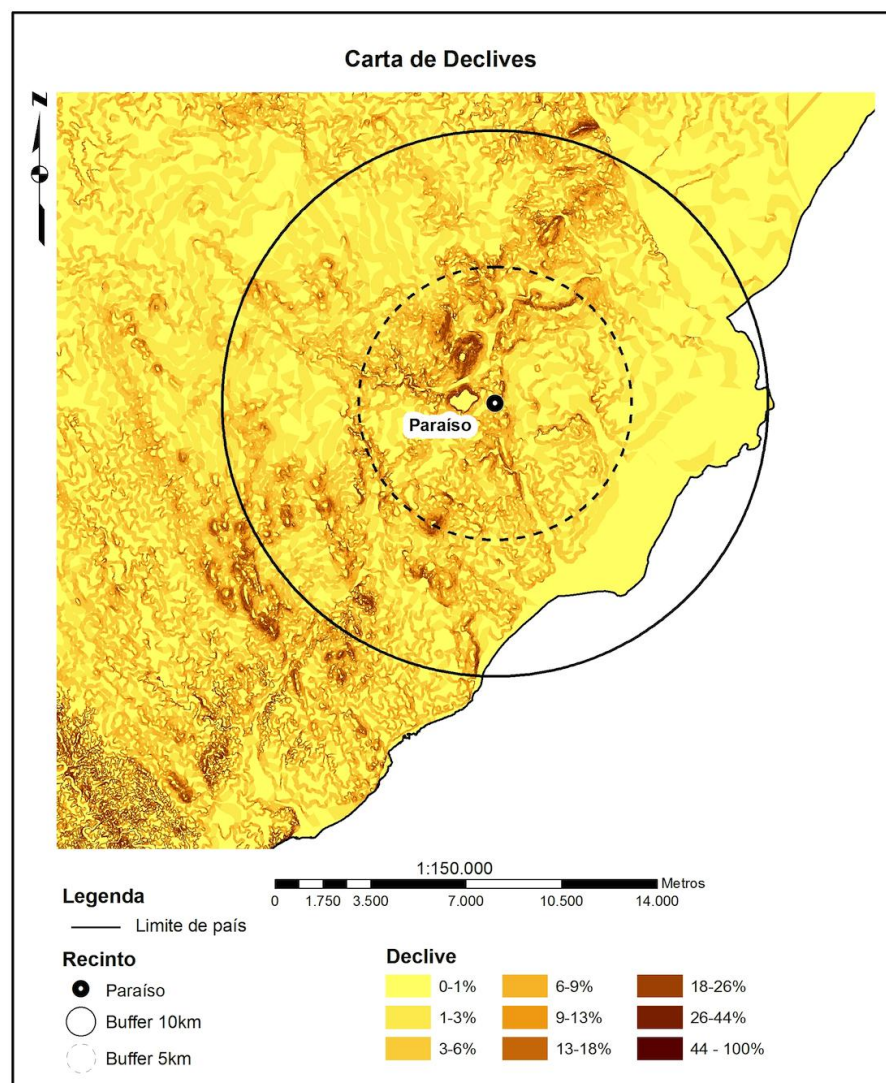


Figura 7. 6. Carta de Declives do recinto de fossos do Paraiso

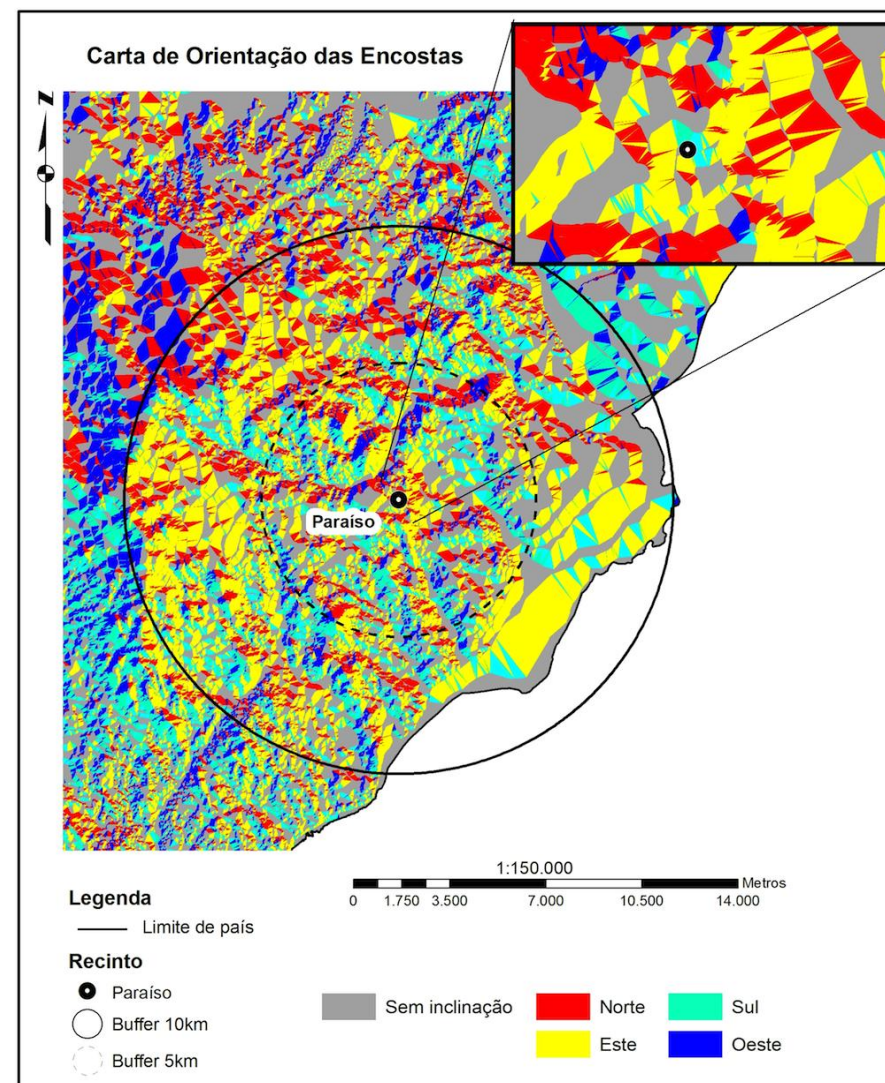


Figura 7. 7. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos do Paraiso

7.1.1.5. Moreiros 2

Sobre a localização do recinto de fossos de Moreiros 2, Boaventura (2006) afirmou o seguinte: “o sítio implanta-se no topo aplanado e desimpedido de um pequeno relevo de encostas suaves [...] com um substrato rochoso granítico alterado, a poucas centenas de metros de uma portentosa nascente. A visibilidade para e a partir deste local é limitada a poucas centenas de metros por relevos superiores ou semelhantes àquele, alongando-se apenas um pouco mais para noroeste, curiosamente onde, a cerca de 1 km, se localiza a única anta conhecida na envolvente imediata, Fragoso 1” (Boaventura, 2006:68). Mais tarde, no âmbito da realização de trabalhos de geofísica neste sítio esta descrição foi pormenorizada, sendo então descrita da seguinte forma: “o complexo de recintos de Moreiros 2 localiza-se numa pequena colina de planimetria irregular e alongada, a qual se integra na vertente ocidental de uma linha de festo que separa as bacias do Tejo e do Guadiana (Figura 1). De facto, o alto dos Moreiros corresponde a essa linha de festo, situando-se o recinto na pequena colina muito próxima, mas já a uma cota mais baixa na vertente poente. Desta forma, a visibilidade para Este está totalmente limitada pela imediata topografia de altitude ligeiramente mais elevada, mas abre-se para ocidente, sobre uma paisagem de relevo ondulante. Dada a proximidade à linha de festo, o recinto está implantado junto à origem de quatro linhas de água que formam parte da rede de drenagem da vizinha Ribeira da Coutada (já parte da bacia hidrográfica do Tejo). [...] A escolha do local não procurou, portanto, a topografia imediata mais elevada e com uma amplitude visual mais abrangente, nomeadamente para Este. Antes, o quadrante nascente constituiu-se como uma linha de horizonte muito próxima, imediata mesmo” (Valera, Becker, & Boaventura, 2013:38).

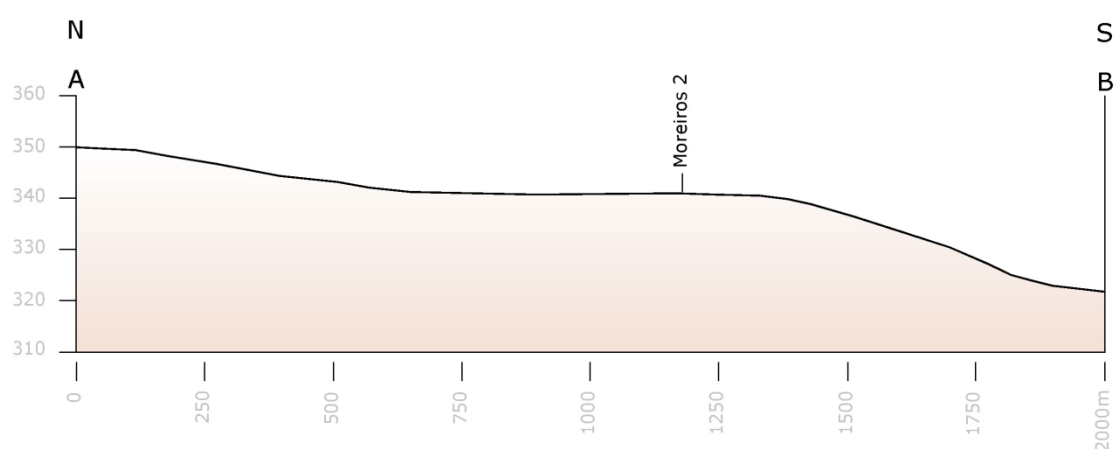


Figura 7. 8. Moreiros 2: perfil transversal da área de implantação do sítio

Das descrições acima realizadas sobre a área de implantação do recinto de fossos, o fator que é predominante em ambos os casos é a proximidade a linhas de água, mais concretamente às respetivas nascentes, e a consequente abundância deste recurso.

Sendo um dos objetivos deste capítulo despistar eventuais relações entre implantação e sistemas de produção, estes dados não pode, de todo, ser desvalorizado.

O facto de, à semelhança do que acontece com o Cabeço do Torrão, se ter identificado, perto do recinto, várias rochas com as célebres “cavinhas” conectadas com as comunidades megalíticas não deve, no entanto, ser relegado para um segundo plano. Bem pelo contrário, deve ser valorizado, sendo esse um debate que será realizado num etapa posterior desta dissertação.

A Carta de Declives produzida para este sítio confirma o que foi já publicado: o recinto de Moreiros 2 encontra-se implantado numa área plana. A área de maior visibilidade indicada pelos autores supramencionados – Este –, corresponde igualmente à área de maior incidência, dentro do *buffer* dos 5km, de zonas com declives mais acentuados, mas que andam sempre dentro dos valores estabelecidos para a categoria “moderado”, com alguns mais integrados no subtipo “forte”, embora sem ultrapassar a faixa dos 26%.

A Carta de Orientação das Encostas demonstra que o recinto implanta-se numa área sem inclinação, embora estejam presentes, de forma destacada, as encostas orientadas a Sul. Esta parece ser, aliás, a situação que predomina na região, que, no caso deste recinto, não foi aproveitada.

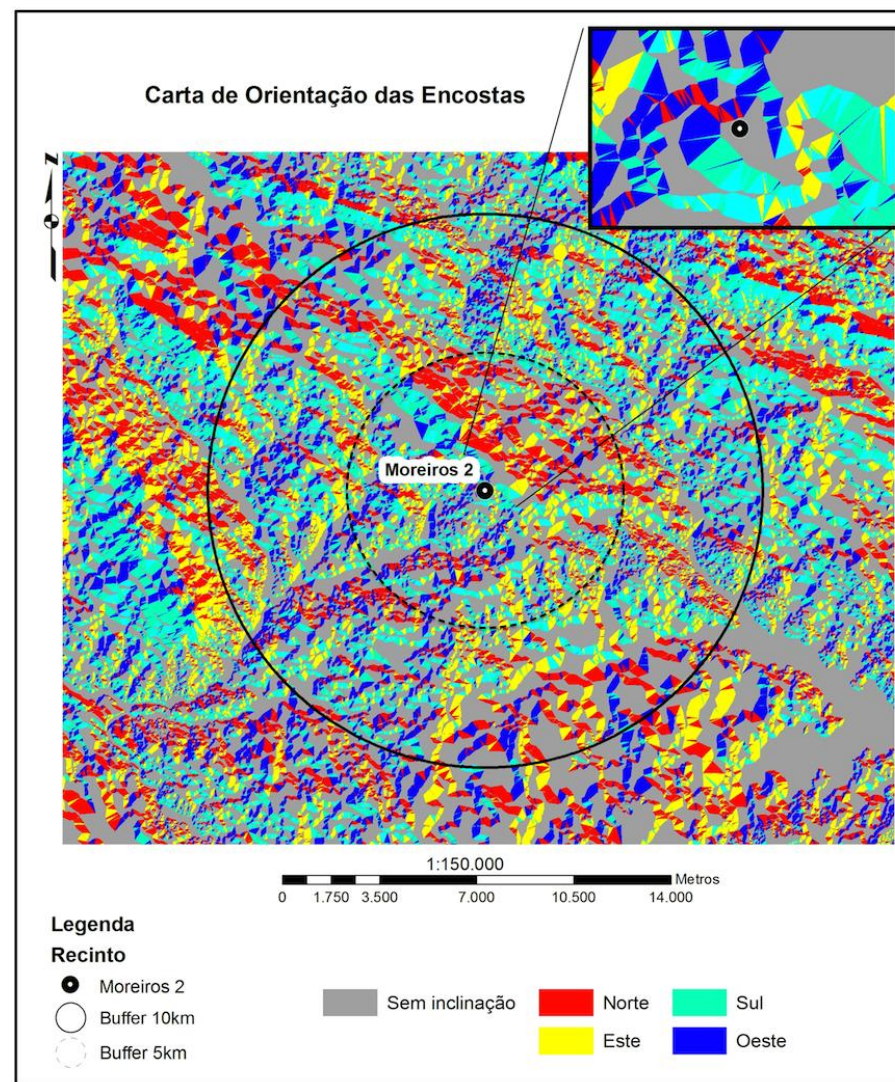
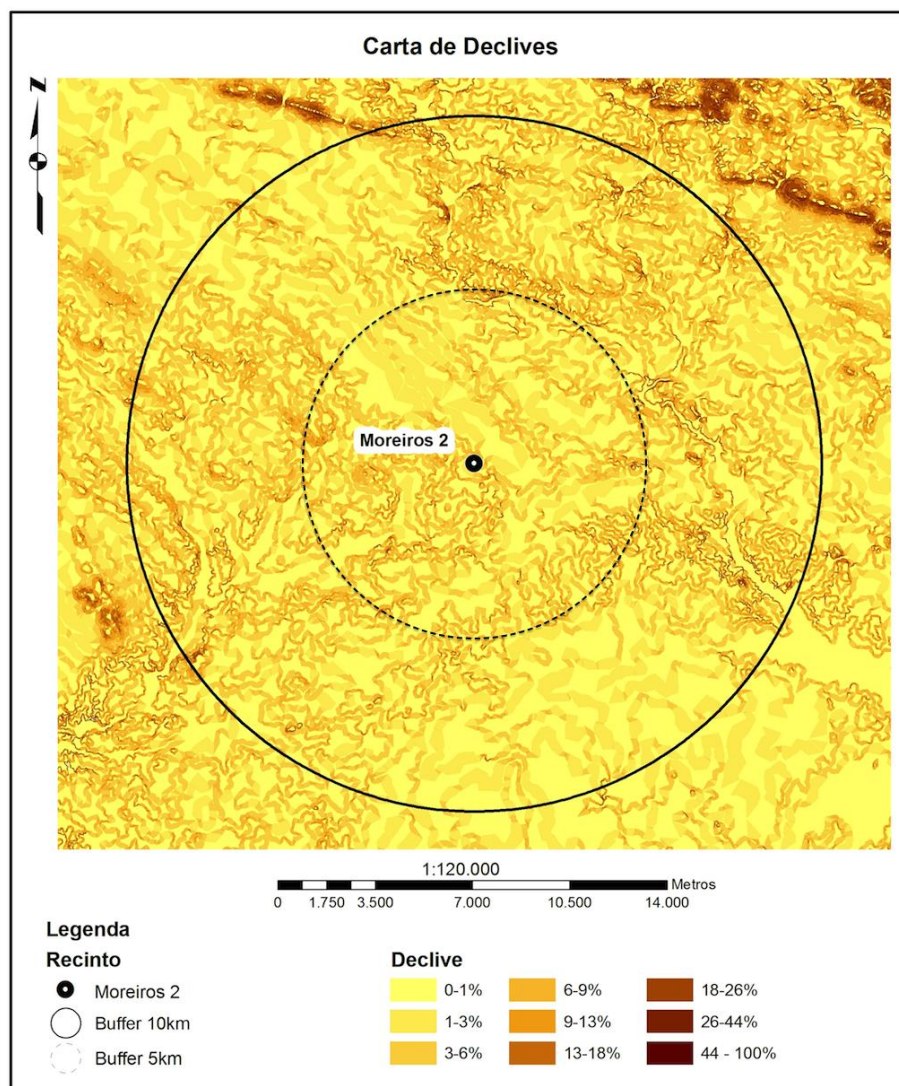


Figura 7. 9. Carta de Declives do recinto de fossos de Moreiros 2

Figura 7. 10. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos de Moreiros 2

7.1.1.6. Malhada das Mimosas

A intervenção arqueológica, com carácter de emergência, que teve lugar no recinto de fossos da Malhada das Mimosas, durante os trabalhos de minimização do projeto de construção da Barragem de Alqueva, não se encontram devidamente publicados, estando apenas disponíveis algumas informações esparsas e de carácter sucinto num ou outro artigo que versa sobre a temática deste tipo de assentamento arqueológico.

Nos relatórios intercalares da intervenção são igualmente escassas as informações acerca da sua implantação, lendo-se apenas: “as condições topográficas e ambientais da área envolvente ofereciam, é certo, possibilidades de implantação muito favoráveis; bons solos agrícolas, alguma defensabilidade natural, acesso fácil a cursos de água – incluindo o Guadiana – aspetos que devem ter motivado a fixação humana neste espaço, em épocas muito distintas” (Calado & Rocha, 2000).

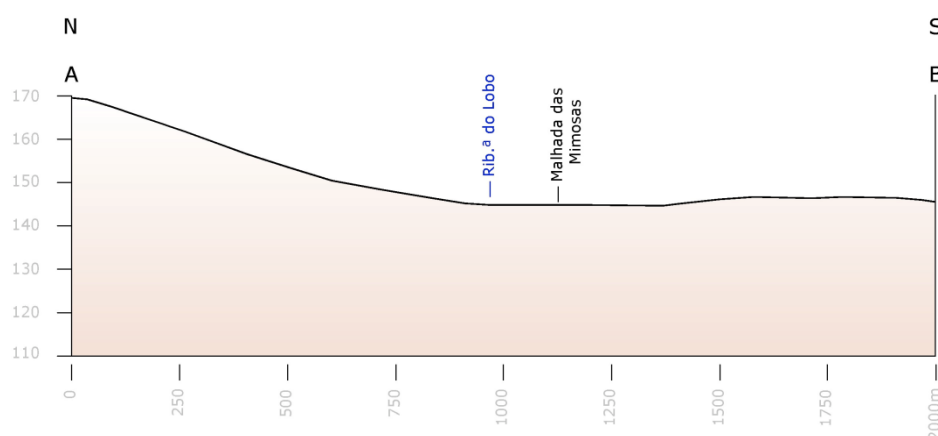


Figura 7. 11. Malhada das Mimosas: perfil transversal da área de implantação do sítio

O perfil transversal, com orientação N-S, do local onde se implanta a Malhada das Mimosas revela que o sítio se localiza numa zona baixa, plana, marcada, a Norte, por relevos superiores.

Efetivamente, o recinto de fossos da Malhada das Mimosas, que se encontra à cota 150m, implanta-se numa área limite entre: a) uma extensa plataforma marcada pela confluência da Ribeira da Asseca com o Rio Guadiana, a Sul (com cotas entre os 150-153m); b) uma área, a Norte, com cotas superiores, entre os 160-170m, ligeiramente mais acidentada; c) a Este, pelo vale do Guadiana, também demarcado por uma monotonia paisagística, de planura; e, a Oeste, por uma região de relevos entre os 190-230m de altitude, bastante acidentado, marcado pela Falha de Messejana.

Os cursos de água são também uma característica da área de implantação do sítio, que se situa numa zona de confluência do Ribeiro do Lobo com a Ribeira da Asseca, estando o Guadiana a menos de 1km, a Este, do lugar ocupado.

A Carta de Declives realizada para este recinto demonstra que a sua implantação privilegiou uma zona plana, embora estejam presentes, a menos de 1km para Oeste, relevos enquadráveis nas categorias “moderado” e “forte”. Desta forma, a plataforma de implantação do sítio encontra-se numa zona sem inclinação.

A Malhada das Mimosas parece estar assim numa zona de “ecótono”, que permitia, por um lado, a exploração dos recursos disponíveis em zonas ribeirinhas e, por outro, aproveitar os relevos irregulares localizados a Oeste, favoráveis ao pastoreio de animais.

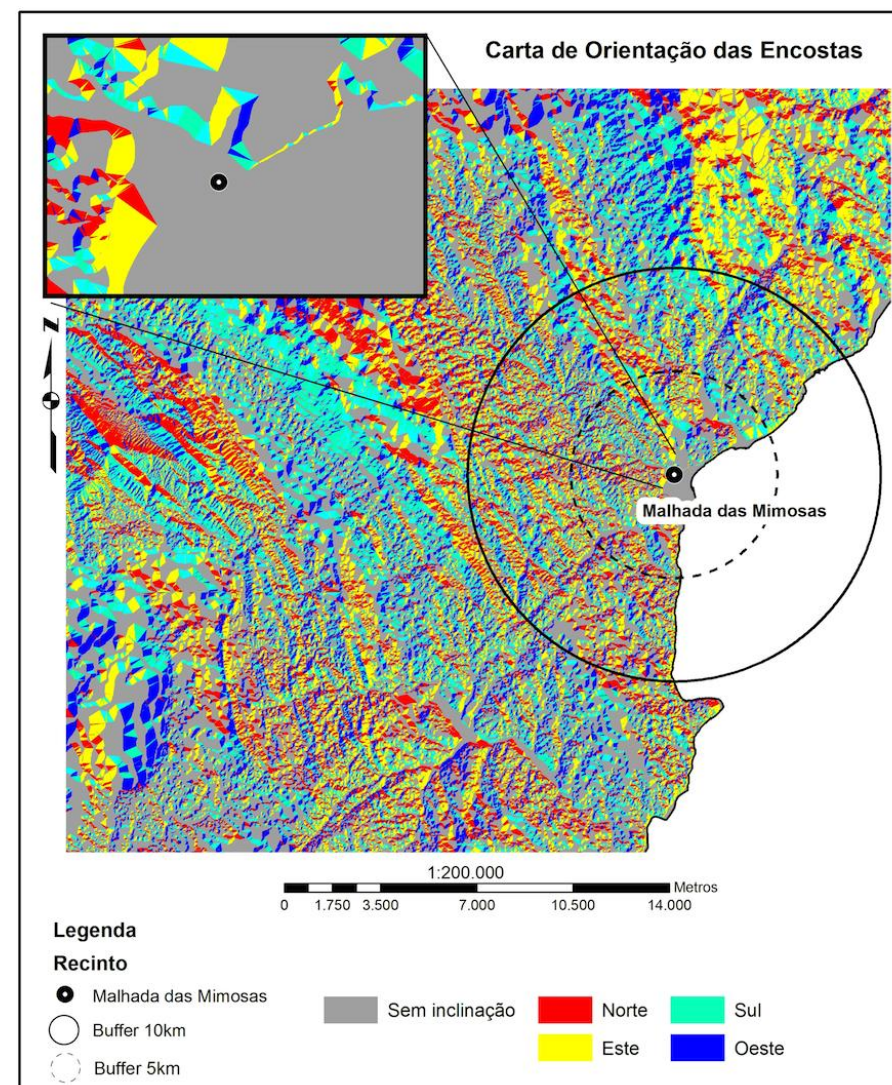
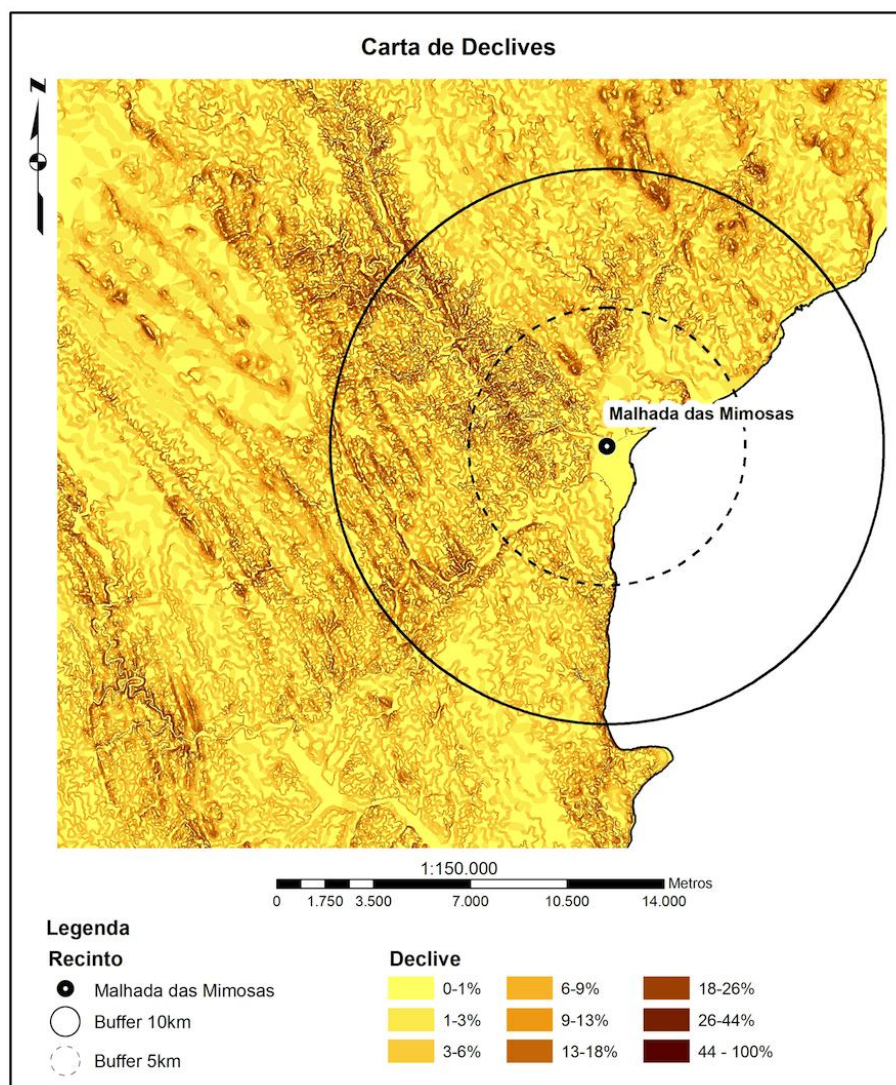


Figura 7. 12. Carta de Declives do recinto de fossos da Malhada das Mimosas

Figura 7. 13. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos da Malhada das Mimosas

7.1.1.7. Juromenha 1

O problema que anteriormente se colocou sobre a falta de informação disponível para o recinto de fossos da Malhada das Mimosas, aplica-se igualmente ao recinto reconhecido em Juromenha 1. Identificado e intervencionado no mesmo âmbito, poucos são os dados publicados acerca deste importante sítio, estando as questões relacionadas com a sua implantação referidas apenas na bibliografia produzida no âmbito dos estudos de impacte ambiental realizados, desde a década de '80 do século XX, na área do projeto de Alqueva. A descrição realizada era então a seguinte: “em terreno plano e aberto, aparecem à superfície vestígios de cerâmica manual, de bordos sem espessamento e sem decoração, fragmentos de instrumentos de pedra polida e outra indústria lítica diversa, incluindo um fragmento de mó manual de granito” (Silva, 1999:138)

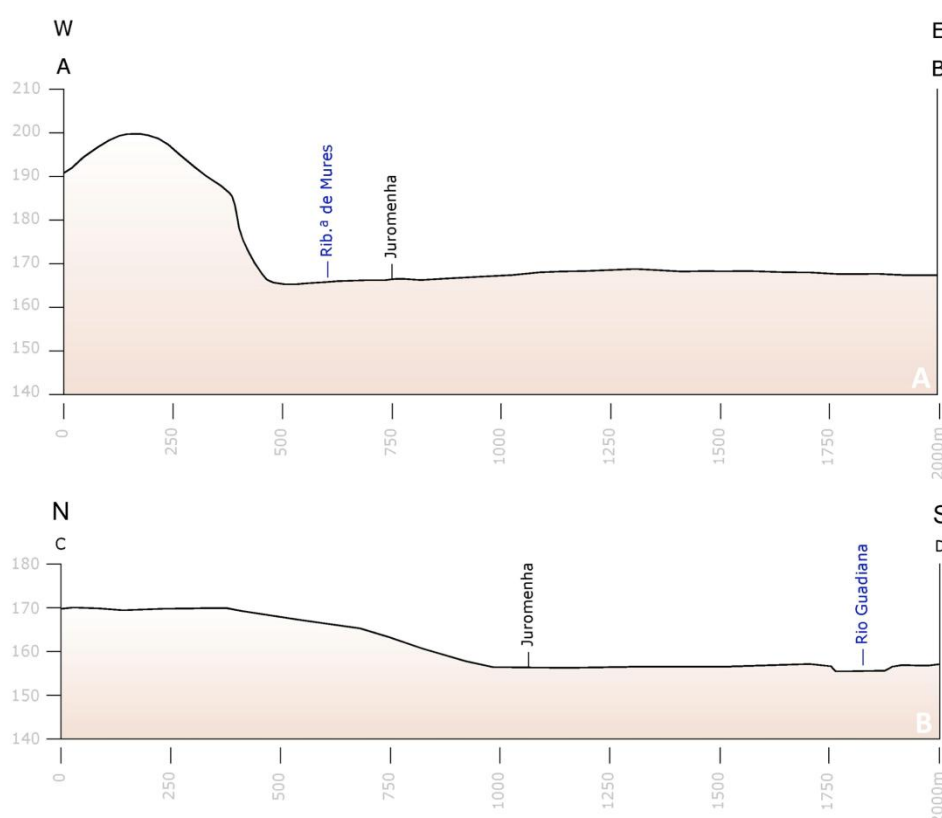


Figura 7. 14. Juromenha 1: perfil transversal da área de implantação do sítio – A. Sentido W/ E; B. Sentido N/S

O sítio da Juromenha 1 localiza-se num vale aplanado, à cota 153m, numa zona perto da confluência da Ribeira de Murtes com o Rio Guadiana. Encontra-se delimitado, a Oeste e a Norte, por relevos de cotas superiores, cifrados na ordem dos 202m e 178m, respetivamente. A diferença de cotas em relação ao relevo situado a Norte é feita de forma suave, situação contrária da elevação localizada na margem oposta da ribeira, que se revela mais abrupta. Tal

facto encontra-se bem visível nos perfis transversais realizados e apresentados na Figura 8.14, e na Carta de Declives proporcionada pelo SIG.

A Carta de Declives revela ainda que o sítio se encontra numa zona plana. Na área analisada percebe-se, aliás, que os terrenos com este tipo de características estão mais próximos das linhas de água, verificando-se que o território integrado quer no *buffer* dos 5km, quer no de 10 km é pautado por declives “moderados”, “fortes” e “abruptos”, principalmente no espaço mais ocidental.

De acordo com estes dados está a Carta de Orientação das Encostas onde se confirma que no lugar onde o sítio se estabeleceu a inclinação é nula, embora existam encostas viradas quer a Sul, quer a Norte, em ambas as margens da Ribeira de Murtes.

Sobre o local escolhido para a construção do recinto de fossos e a sua relação com os cursos de água existentes no lugar, salienta-se o facto deste estar mais voltado para a linha de água secundária do que para o rio principal. Efetivamente, o que se tem verificado em todos os recintos analisado até ao momento, é uma estrita relação entre as implantações e ribeiras ou nascentes, não sendo o recinto da Juromenha uma exceção, apesar da sua proximidade com o Guadiana.

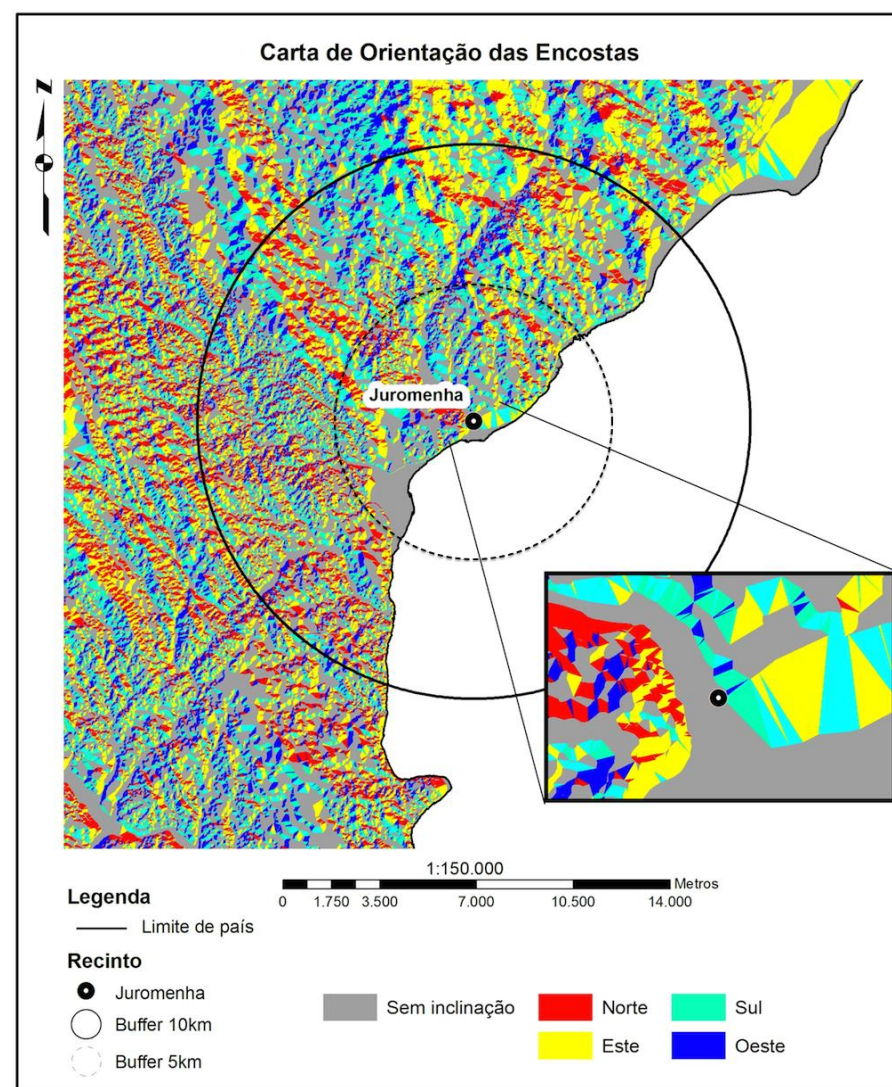
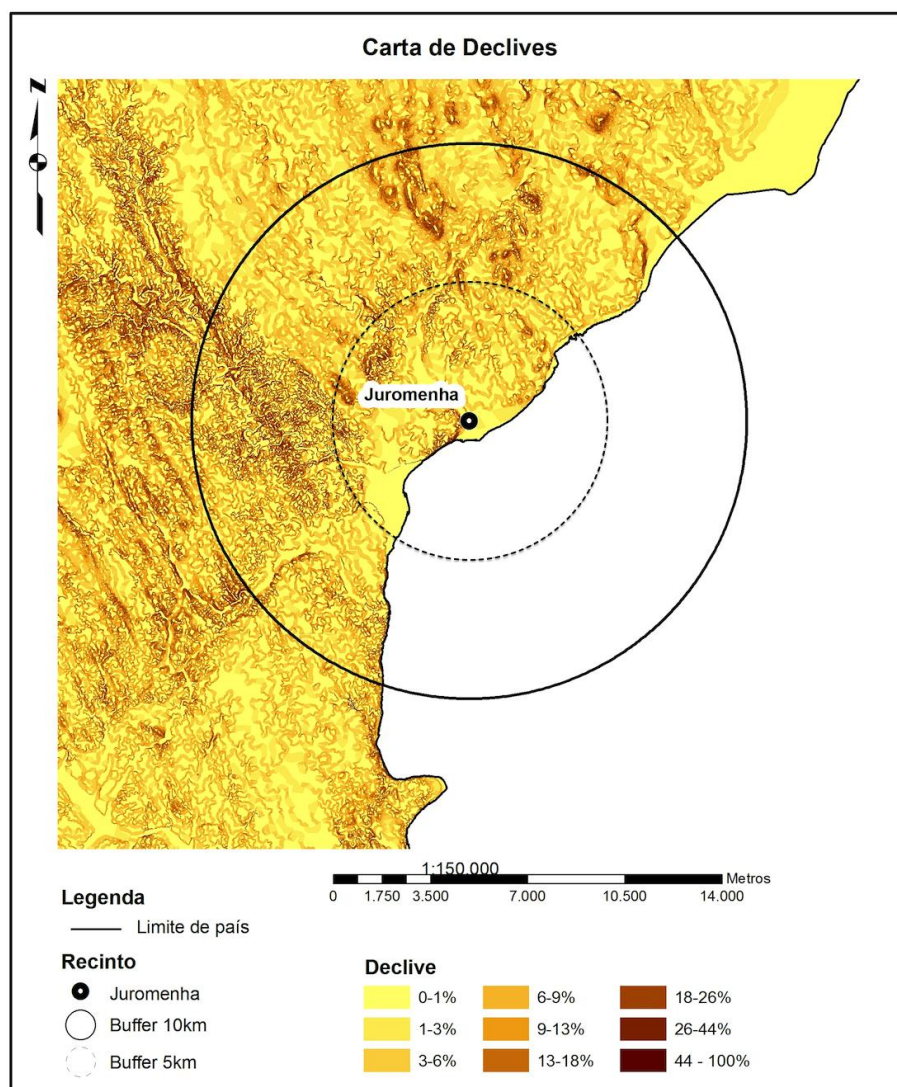


Figura 7. 15. Carta de Declives do recinto de fossos de Juromenha I

Figura 7. 16. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos de Juromenha I

7.1.1.8. Águas Frias

Os investigadores que coordenaram a intervenção arqueológica no recinto de fossos de Águas Frias descrevem a implantação topográfica do sítio da seguinte forma: “a parte intervencionada do sítio de Águas Frias localiza-se numa ampla área aplanada, com uma ligeira pendente para Oeste, na margem esquerda da Ribeira de Lucefece, entre as cotas 145 e 150. [...] O vale de Lucefece apresenta, na área, características muito *sui generis*, que continuam para montante, até à área de Terena, e que se relacionam com a falha da Messejana e com a respetiva colmatção sedimentar. Trata-se de um vale largo de fundo plano, encaixado em relevos de recorte mais adoçado, na margem esquerda, e muito marcado na margem oposta. Trata-se de solos de elevado potencial agrícola, proporcionados pelos referidos depósitos e encravados numa área de solos muito pobres que constitui a maior parte do atual concelho do Alandroal. Em termos paisagísticos, o povoado de Águas Frias relaciona-se fortemente, em primeiro lugar, com o Lucefece, caminho natural para o Guadiana, poucos quilómetros a jusante e, na direção oposta, com a Serra de Ossa, que se recorta no horizonte NW” (Calado & Rocha, 2004: 2-3).

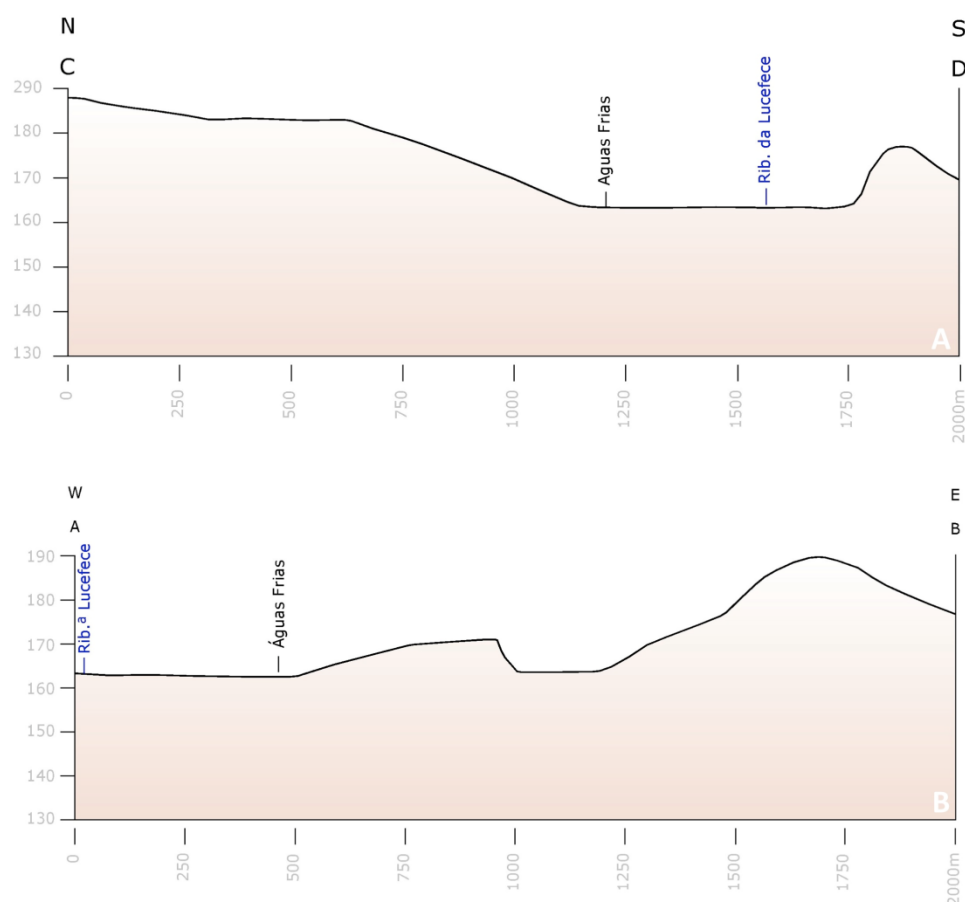


Figura 7. 17. Águas Frias: perfil transversal da área de implantação do sítio – A. Sentido N/ S; B. Sentido W/E

A Carta de Declives da área de implantação do recinto de Águas Frias revela que o lugar escolhido para execução dos fossos e respetiva ocupação se localiza numa área com uma inclinação suave que não ultrapassa os 3%, que termina no extenso e largo vale plano da Ribeira de Lucefece. Nas áreas delimitadas constata-se o predomínio de zonas planas ou com declives “suaves” a “moderados”, no *buffer* de 5km, enquanto que no de 10km registam-se declives moderados a fortes;

Este lugar de inclinação suave detém as suas encostas orientadas para Sul, conforme se pode constatar na Carta de Orientação das Encostas, sendo essa a situação que predomina na margem esquerda do curso de água, ao contrário do que se regista na margem oposta, onde as inclinações estão predominantemente orientadas a Norte.

Regista-se, mais uma vez, uma clara associação do sítio com importantes linhas de água na região, como é o caso da Ribeira do Lucefece, que desemboca no Guadiana, a cerca de 5km do sítio.

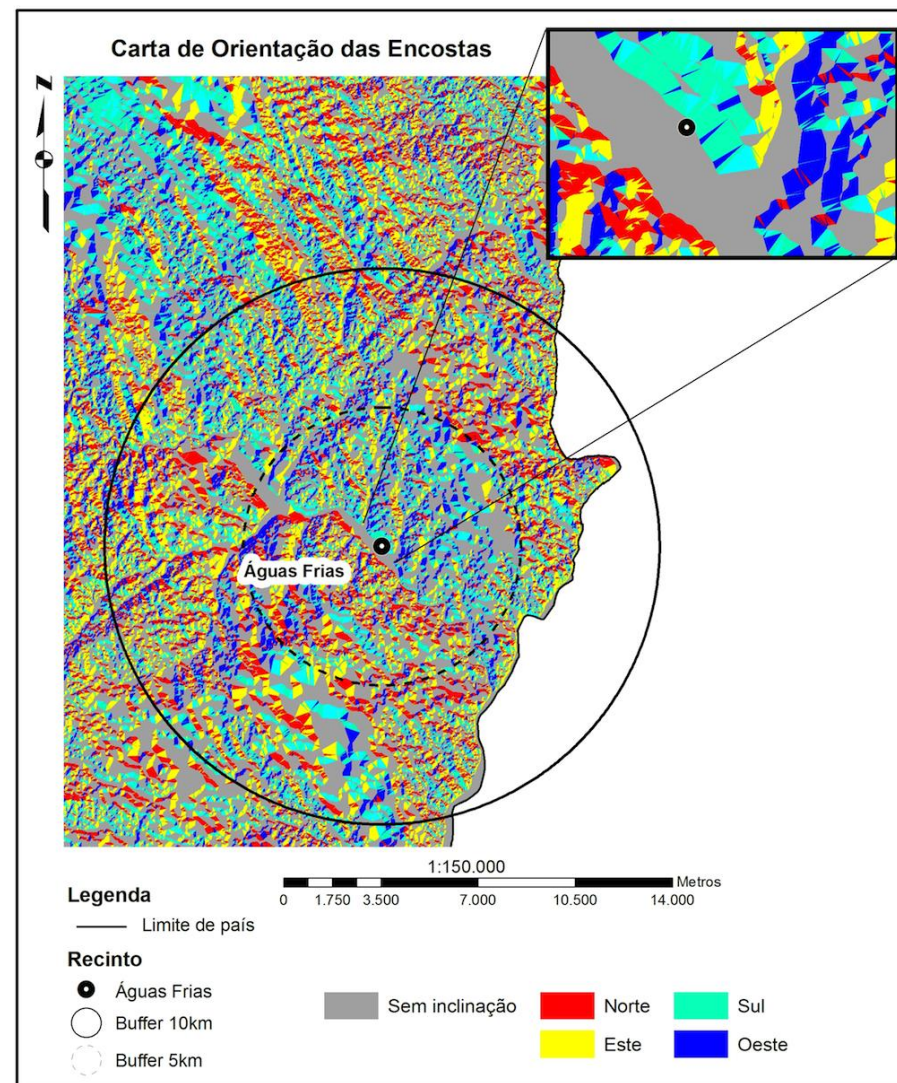
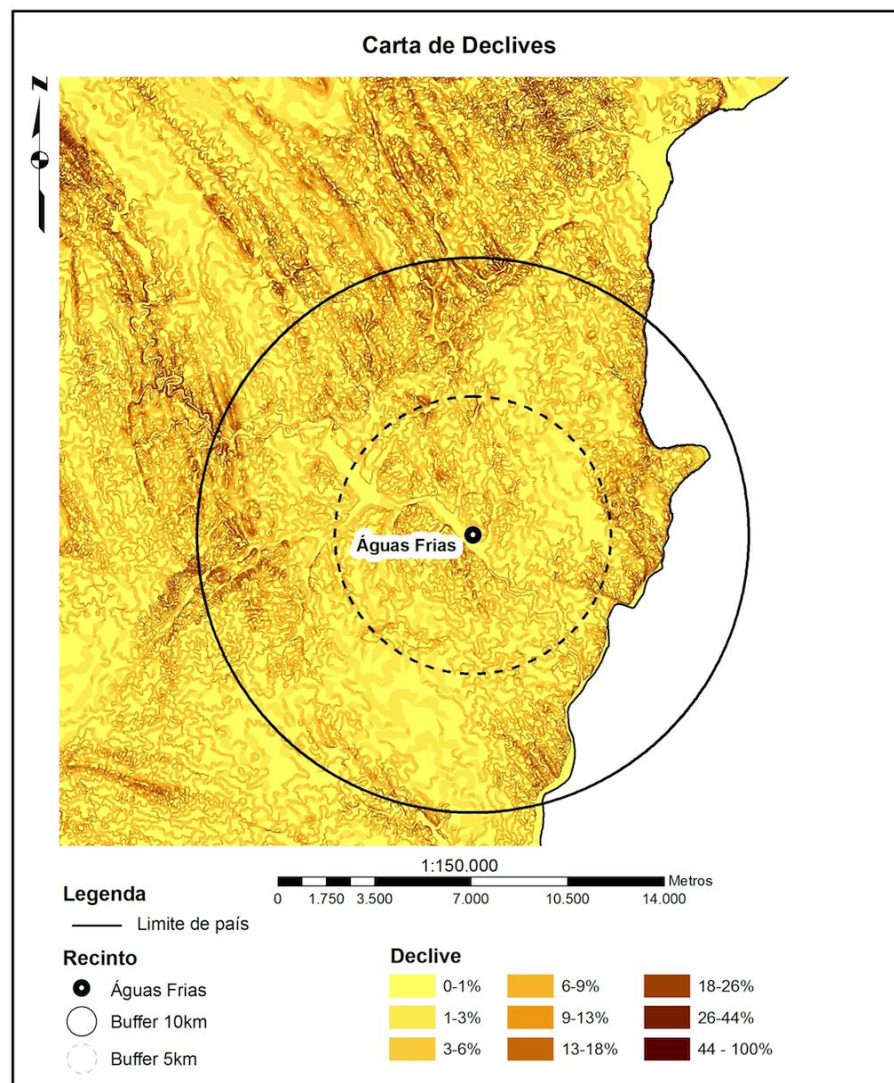


Figura 7. 18. Carta de Declives do recinto de fossos de Águas Frias

Figura 7. 19. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos de Águas Frias

7.1.1.9. Perdigões

O recinto de fossos dos Perdigões corresponde aquele onde os seus investigadores têm dado mais importância ao significado da sua implantação.

Porém, as leituras interpretativas realizadas sofreram algumas alterações significativas desde os primeiros momentos da investigação até aos dias de hoje. Se numa primeira fase o sítio era designado por “povoado”, aceitando implicitamente que se trataria de uma área residencial, estando a sua funcionalidade conectada com o quotidiano de populações agropastoris, numa etapa mais recente da investigação, sob a influência de estruturas interpretativas de influência anglo-saxónica, outros significados têm sido atribuídos ao sítio, relegando para um plano absolutamente residual as que foram inicialmente desenhadas.

Esta situação de viragem interpretativa, produziu discursos antagónicos a vários níveis, inclusivamente no que se refere às questões relacionadas com a implantação do sítio, permanecendo apenas alguns pontos que servem ambas as teorias, embora de forma distinta.

Deste modo, numa primeira etapa, destacam-se elementos como a importância dos recursos hídricos do local e o seu interesse na região, chegando mesmo a ser utilizada a expressão “oásis” para destrinchá-lo das áreas limítrofes, assim como a proximidade a terras férteis, economicamente viáveis do ponto de vista agrícola (Lago *et alii*, 1998).

Uma década depois, com uma postura marcadamente pós-processualista, de rutura com os modelos exclusivamente funcionalistas, Valera (2008) atribui significados finalistas não só à arquitetura do sítio (que será adiante debatida), mas também à sua implantação que, no seu entender, prolonga a estrutura dicotómica identificada nas paisagens megalíticas: “ [...] luz / trevas, mundo dos vivos / mundo dos mortos, frente / costas, [...] nascer e pôr do Sol e, portanto os pontos cardiais Este e Oeste” (Valera, 2008: 120). Na implantação dos Perdigões é agora destacada a visibilidade para a elevação onde atualmente se localiza Monsaraz, situada a Este, no sítio “ [...] onde o Sol nasce [...]” (Valera, 2008:120) e a morfologia concêntrica da geologia da área, associada à centralidade das rochas mais brandas e, consequentemente, mais fáceis de escavar. É assim transportada para a implantação do sítio, a ideia de concentricidade e centralidade de um ponto detentor de “ [...] qualidades a partir das quais se organizaria e hierarquizaria o restante território” (Valera, 2008: 120), expressa na sua arquitetura.

De ambas as leituras feitas à implantação dos Perdigões constam, como foi já referido, alguns pontos comuns, nomeadamente a morfologia em anfiteatro do local ocupado e a sua

abertura para o Vale do Álamo, assim como a forma como o recinto se dilui na paisagem circundante ou a restrita visibilidade a partir do sítio, sendo que a única exceção apontada pelos autores remete para os quadrantes NE/ SE.

O Complexo Arqueológico dos Perdigões implanta-se numa área com um declive suave, inferior a 5%, “ [...] apresentando um desnível de aproximadamente 25m entre os seus pontos mais baixo e elevado “ (Lago *et alii*, 1998: 48). Na área delimitada pelo *buffer* de 5km na Carta de Declives predomina a planura, com escassos declives que podem ir até aos 6% podendo assim serem considerados “suave”/ “moderados”. Ainda que o limite estabelecido seja completamente artificial, verifica-se, coincidentemente, que é já na área do *buffer* dos 10km que se registam os declives mais acentuados, em registos entre o “moderado”, com inclinações perto dos 15%, e “forte”, com inclinações até aos 40%. Esta última situação regista-se, principalmente a NE e SW, junto ao vale do Rio Degebe.

O sítio encontra-se implantado numa zona limite entre uma orientação a Sul e uma orientação a Este, o que permite uma boa exposição solar durante todo o dia.

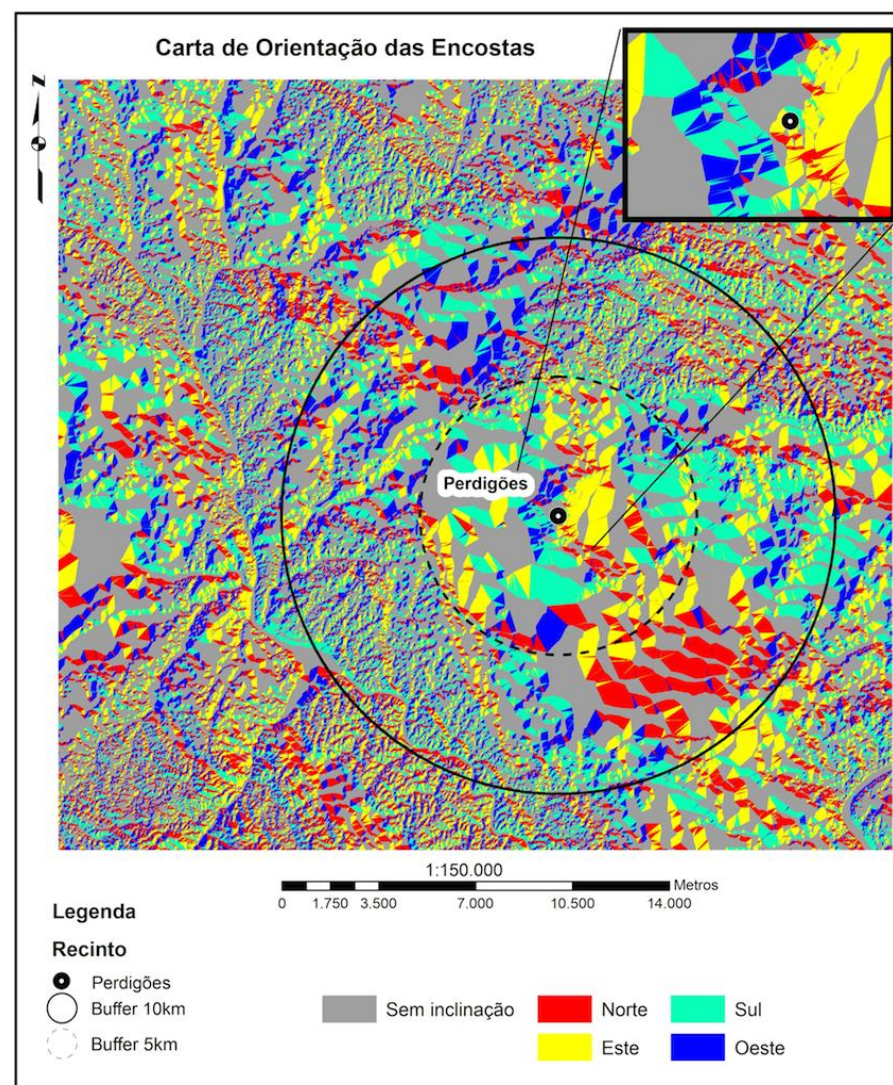
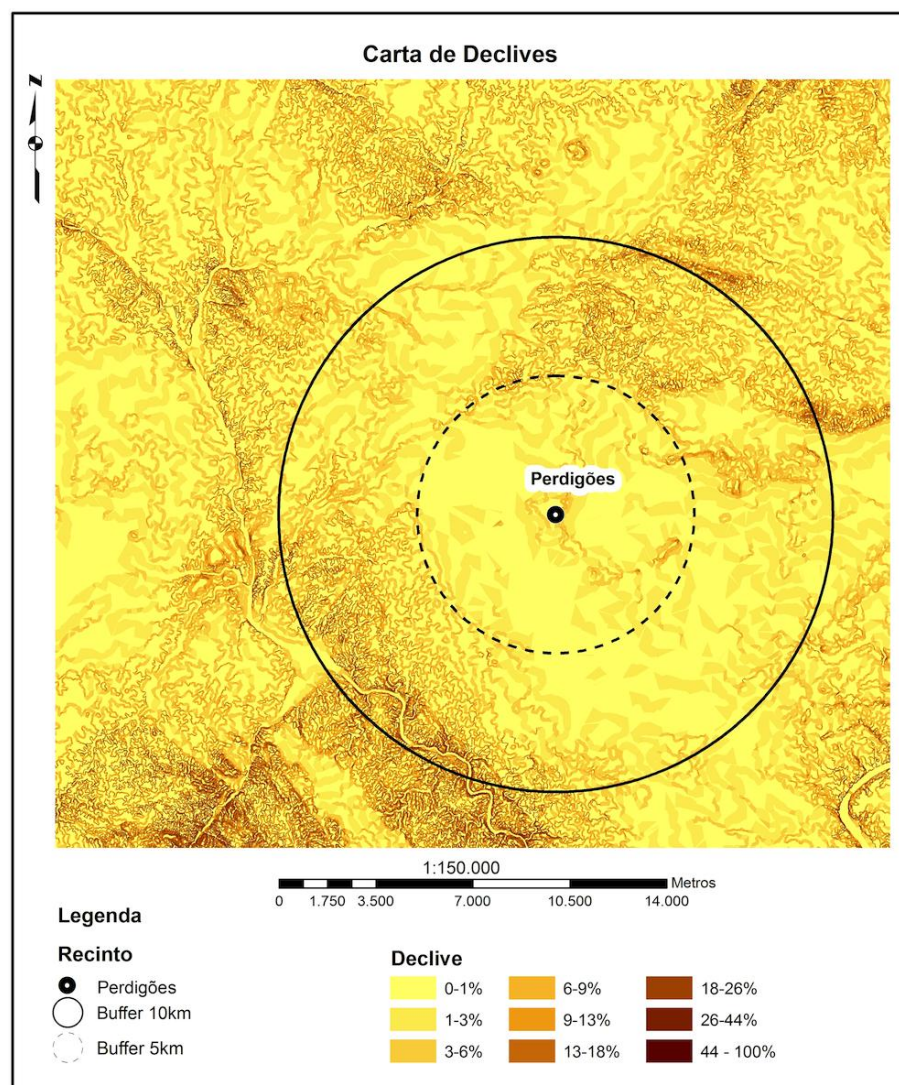


Figura 7. 20. Carta de Declives do recinto de fossos dos Perdigões

Figura 7. 21. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos dos Perdigões

7.1.1.10. Fareleira 3

O recinto de fossos de Fareleira 3 não se encontra, até ao momento, devidamente publicado, havendo apenas uma pequena notícia da sua identificação (Figueiredo, 2013), que não explicita as suas condições de implantação.

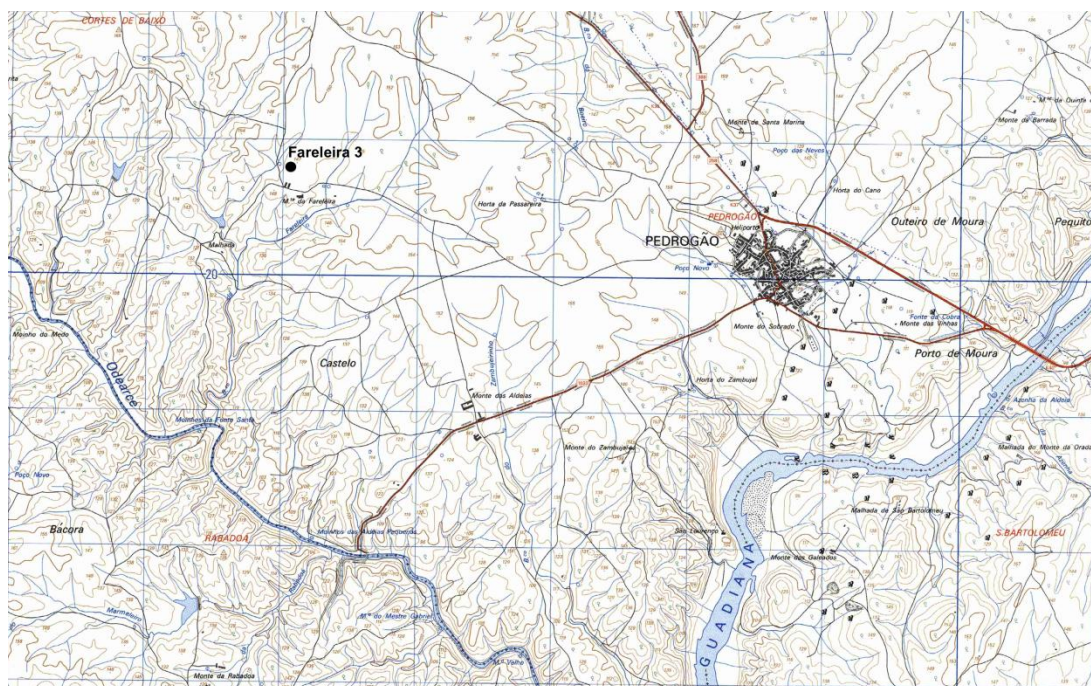


Figura 7. 22. Excerto da Carta Militar de Portugal, n.º 511, Esc. 1: 25 000, com indicação do sítio da Fareleira 3

O sítio estabelece-se numa extensa plataforma, à cota 147m, junto ao Barranco da Fareleira, subsidiário da Ribeira de Odearce, que desagua no Guadiana a uma distância de cerca de 7km a SE do recinto de fossos.

A Carta de Declives e a Carta de Orientação das Encostas revelam que o sítio se encontra numa área plana, sem inclinação, no entanto, muito próxima de uma vertente suave com a encosta orientada a Sul.

Nos *buffers* de 5km e 10 km das Cartas supramencionadas salientam-se os seguintes aspetos:

- extensas áreas sem inclinação, a Este, tornando-se o relevo mais acidentado, com declives que vão do moderado ao abrupto, junto ao Guadiana, com encostas predominantemente viradas a Este;
- a Norte, integrados no *buffer* dos 10km, os declives abruptos, resultantes da Falha da Vidigueira, que demarca a Serra de Portel.

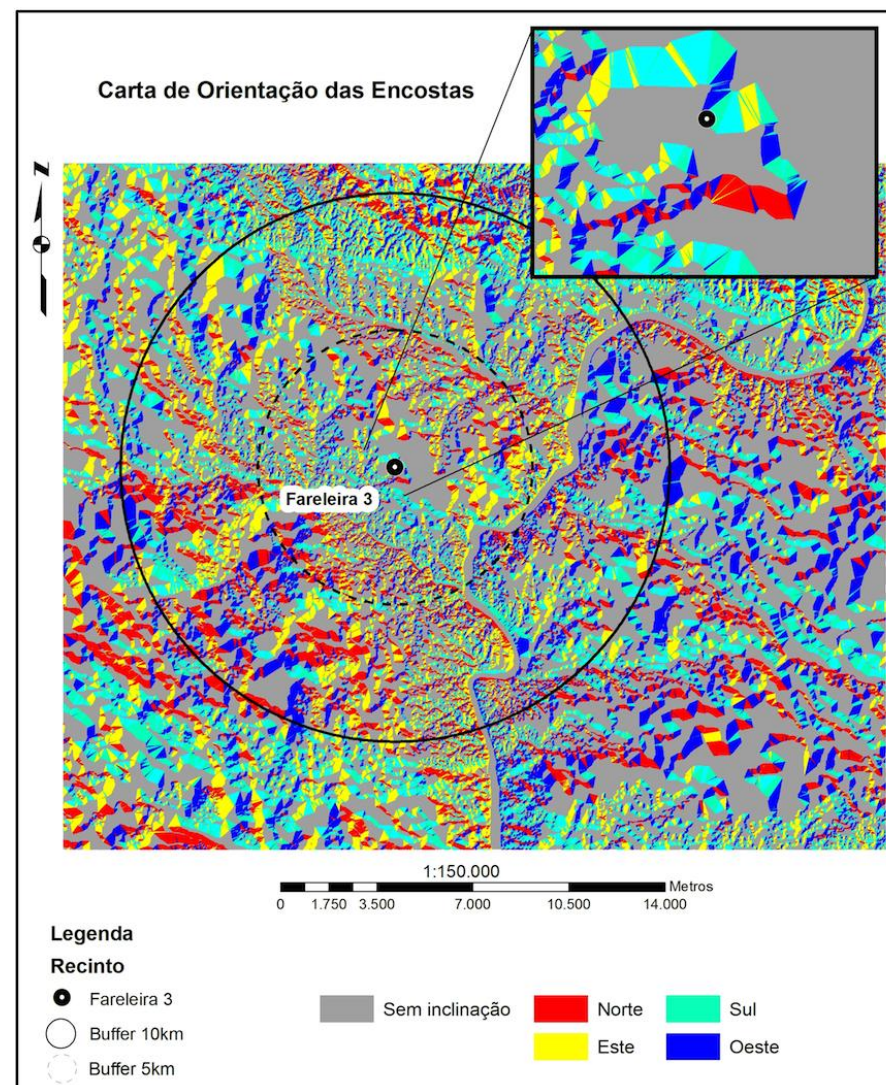
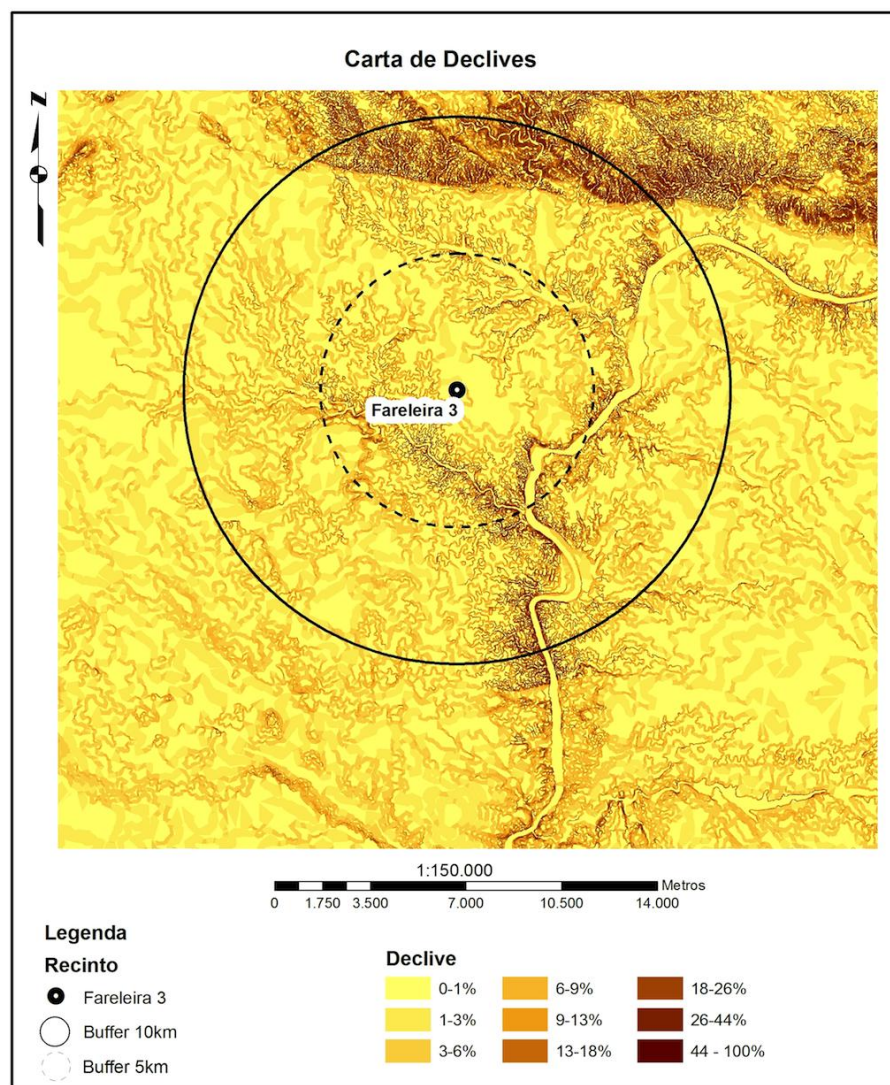


Figura 7. 23. Carta de Declives do recinto de fossos de Fareleira 3

Figura 7. 24. Carta de Orientação das Encostas de Fareleira 3

7.1.1.11. Porto Torrão

O importante recinto de fossos do Porto Torrão implanta-se na Peneplanície do Baixo Alentejo, unidade fundamental do relevo do Sul de Portugal, que se encontra delimitada a Norte pela Serra de Portel, a Oeste pela Bacia do Sado e Serra da Vigia, a Sul pela Serra do Caldeirão e a Este pela Serra de Barrancos.

A zona em que se insere o sítio arqueológico é também definida por alguns autores como “Superfície de Beja” (Feio, 1952 e Brum da Silveira, 1990), que corresponde a uma aplanção por vezes perfeita, com escassos relevos residuais, resultantes de rejuvenescimento de erosão lento (Duque, 1997).

Neste local, a altitude média da peneplanície encontra-se entre os 80-180m, excetuando algumas zonas rebaixadas correspondentes aos coletores superficiais (ribeira de Canhestros e ribeiro da Capela), onde as cotas oscilam entre os 80-90m.

A rede de drenagem é aqui pouco desenvolvida, pouco encaixada e com um reduzido número de linhas de água temporárias e permanente. Neste último caso, contam-se como principais coletores superficiais as ribeiras de Canhestro, Capela e Vale do Ouro, que detêm uma orientação E-W e uma escorrência também E-W. Esta última ribeira atravessa o sítio arqueológico em apreço, indicando uma “centralização” deste recurso natural, fundamental para comunidades cujo subsistema económico assentaria, fundamentalmente, no desenvolvimento das atividades agropecuárias (Rodrigues, no prelo).

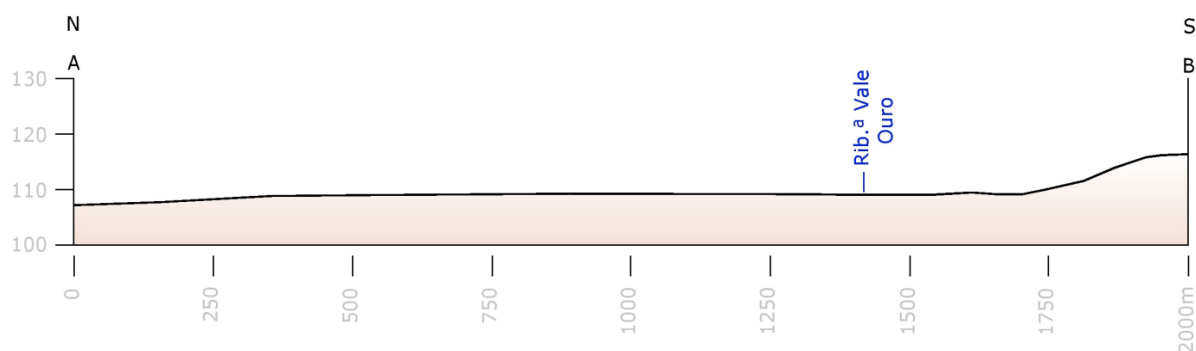


Figura 7. 25. Porto Torrão: perfil transversal da área de implantação do sítio

Efetivamente, na área de implantação do Porto Torrão não há qualquer elemento paisagístico que se destaque, à exceção da Ribeira do Ouro, sendo toda a sua envolvente marcada pela monotonia imposta pela planura da superfície.

Não é assim de estranhar que a Carta de Declives assim como a Carta de Orientação das Encostas demonstrem a implantação do sítio sob uma superfície plana, sem qualquer inclinação.

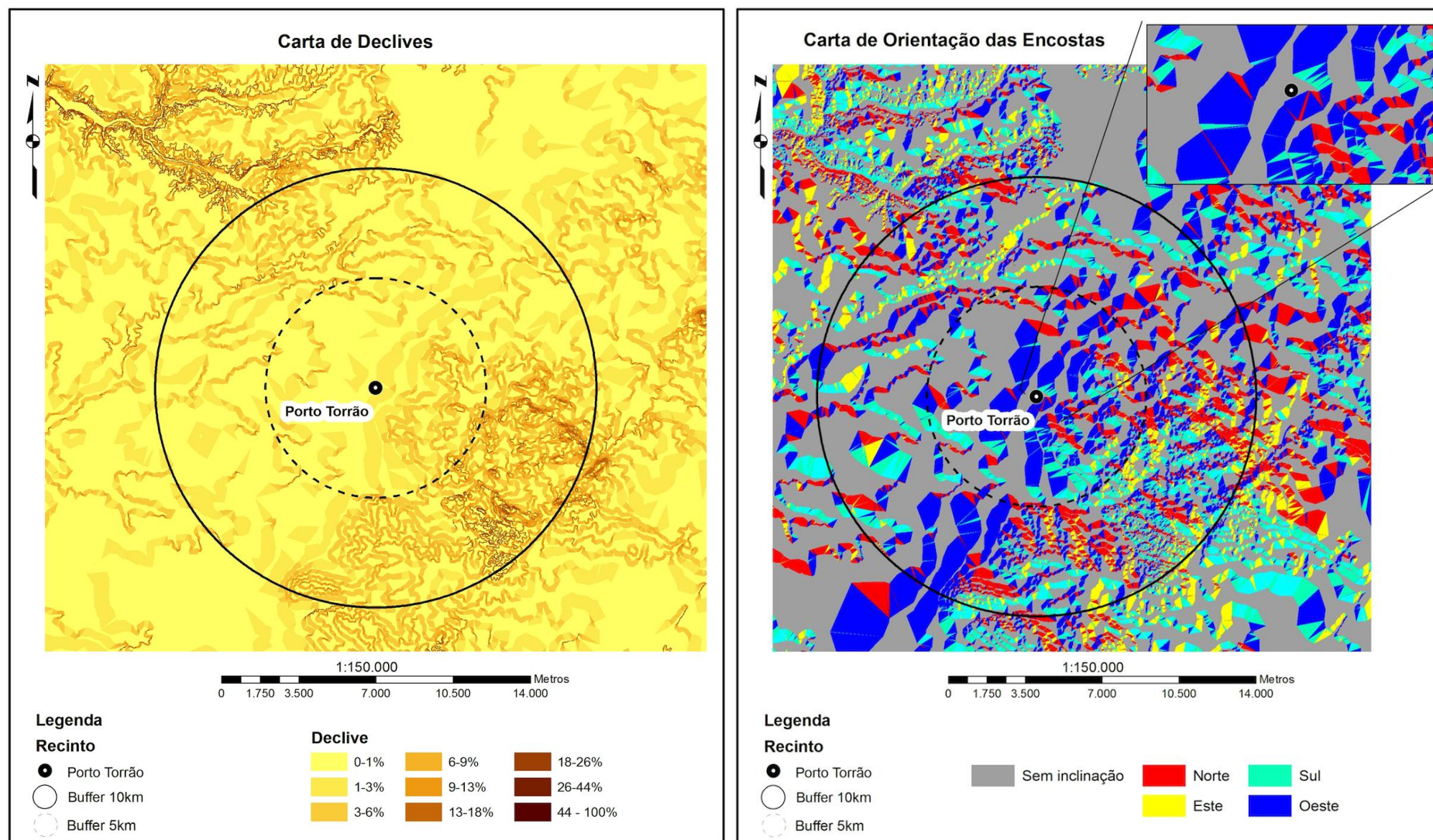


Figura 7. 26. Carta de Declives do recinto de fossos do Porto Torrão

Figura 7. 27. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos do Porto Torrão

7.1.1.12. Igreja Velha de São Jorge

Sobre o lugar onde se implanta o recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge, Soares (1994) afirma o seguinte: “ [...] Muito próximo existe uma nascente de água que, ainda nos tempos de hoje, abastece Ficalho. [...] Além disso, toda a zona onde as estruturas de diversas épocas se encontram implantadas é, geologicamente, uma brecha calcária que forma uma ligeiríssima elevação de topo aplanado, com uma cota de cerca de 240m, mas que permite uma visibilidade de vários quilómetros em qualquer direção. Os terrenos circundantes são constituídos por solos calcários pardos ou vermelhos, existindo na vizinhança imediata da estação arqueológica solos da classe B e C, enquanto que a maior parte dos solos do termos da freguesia de Ficalho são terrenos xistosos esqueléticos” Soares, 1994: 41-42).

A Carta de Declives revela que o sítio está sob uma superfície com um declive suave, que detém até 5% de inclinação, orientada a Sul, conforme se constata na Carta de Orientação das Encostas.

Dentro do *buffer* dos 5km verificam-se situações distintas de declives, estando bem demarcada, a NE, a Serra de Ficalho, onde predominam os declives “fortes”/ “abruptos”. Esta situação repete-se no *buffer* de 10km, com a presença da Serra da Adiça, a Norte. A Sul este tipo de relevo acidentado está igualmente presente, nomeadamente nas margens do Rio Chança e linhas de água subsidiárias.

A restante área de ambos os *buffers* é marca pelos relevos planos ou de declives suaves a moderados.

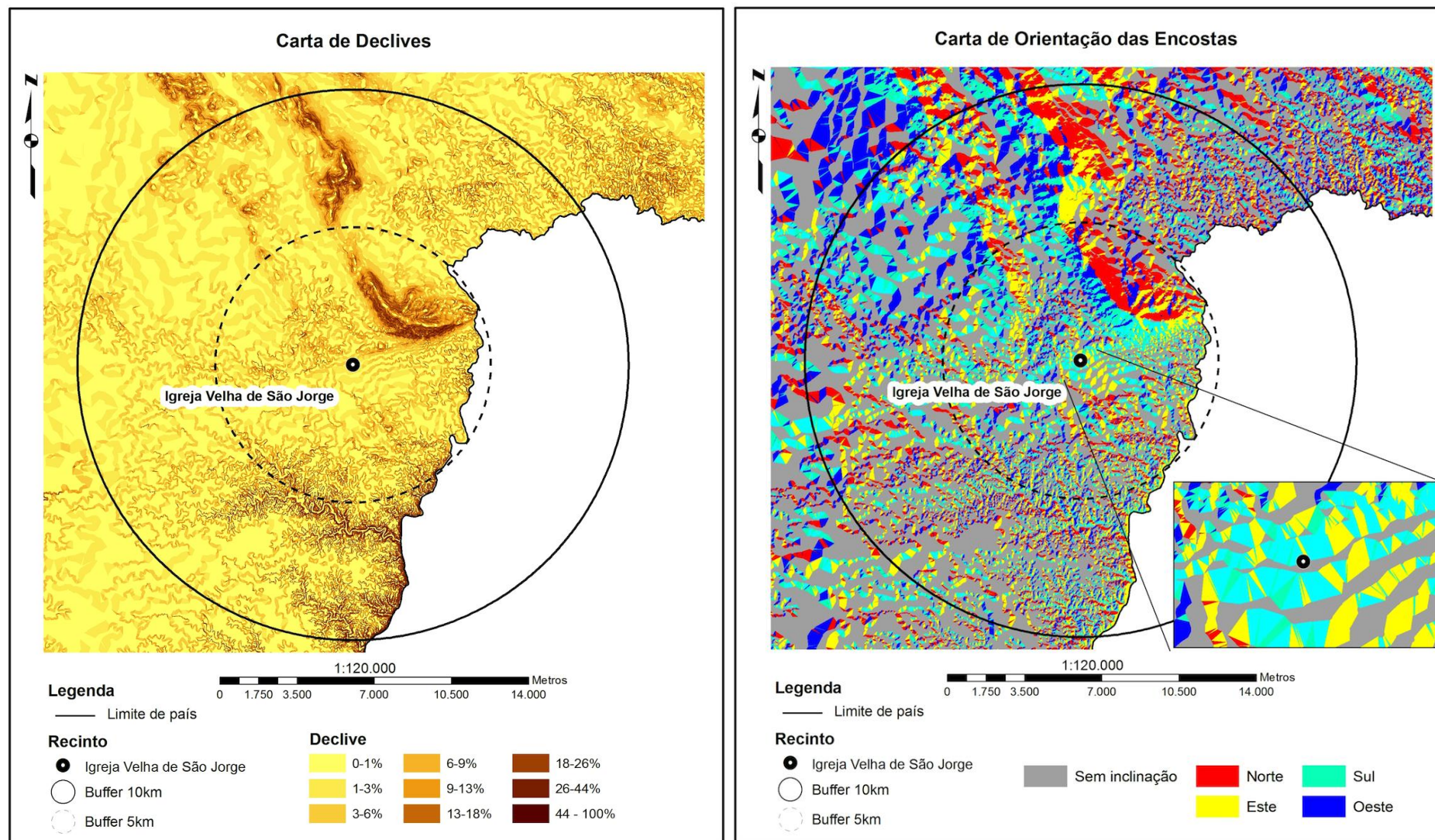


Figura 7. 28. Carta de Declives do recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge

Figura 7. 29. Carta de Orientação das Encostas do recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge

7.1.1.13. Uma leitura sintética

A leitura dos dados publicados pelos diferentes investigadores que trabalharam nos recintos de fossos do Alentejo Central permitiu a identificação de quatro situações de implantação distintas:

1. implantações em áreas abertas - Juromenha 1, Malhada das Mimosas, Águas Frias, Porto Torrão;
2. implantações em vertentes de ligeiras elevações - Perdigões;
3. implantações no topo de pequenas elevações, que podem, ou não, destacar-se na paisagem - Igreja Velha de São Jorge e Moreiros 2;
4. implantações que ocupam topo e vertentes de elevações - Cabeço do Torrão.

Aparentemente, através dos discursos produzidos, não existe qualquer relação entre o tipo de sítio e a sua implantação, havendo múltiplas formas de apropriação do espaço, sem privilégio de um outro fator.

Ora, um dos objetivos do exercício efetuado até ao momento era perceber se haveria algum critério de implantação comum aos recintos de fossos do Neolítico Final, identificados na microrregião definida.

A conclusão a que se chega após a análise individual de diferentes dados é que há, efetivamente, critérios de implantação comuns a todos os sítios analisados, assinalando-se que a distinção que se faz frequentemente entre destacado / não destacado, área aberta / vertente, depende, não poucas vezes, da sensibilidade dos investigadores, e não de um dado empírico concreto e efetivamente demonstrado de forma objetiva. Assim, através de dados demonstráveis e irrefutáveis verifica-se que:

- todos os recintos de fossos se localizam em áreas planas ou com declives suaves, que não ultrapassam os 3% de inclinação;
- todos os recintos de fossos se implantam em lugares onde não há qualquer inclinação (áreas planas) ou, quando esta existe, as encostas estão sempre orientadas a Sul;
- todos os recintos de fossos se encontram próximos a ribeiras, verificando-se alguns casos – Juromenha 1 e Malhada das Mimosas - mais próximos do Guadiana; nestes últimos dois casos, são favorecidos os locais de confluência parecendo haver, no

entanto, uma maior propensão para o aproveitamento dos recursos hídricos proporcionados pelas ribeiras.

Recintos de Fossos do Neolítico Final do Alentejo Central		
Sítio	Declive (%)	Orientação da Encosta
Ponte da Azambuja 2	Suave (2%)	Sul
Cabeço do Torrão	Plano (0%)	Sem inclinação
Paraíso	Suave (3%)	Sul
Moreiros 2	Plano (0%)	Sem inclinação
Malhada das Mimosas	Plano (0%)	Sem inclinação
Juromenha 1	Plano (0%)	Sem inclinação
Águas Frias	Plano (0%)	Sem inclinação
Perdigões	Suave (4%)	Sul/ Este
Fareleira 3	Suave (3%)	Sul
Porto Torrão	Plano (0%)	Sem inclinação
Igreja Velha de São Jorge	Suave (3%)	Sul

Tabela 7. 1. Tabela síntese das condições de implantação anteriormente vistas para os recintos de fossos do Alentejo Central

A repetição sistemática desta ocorrência não permite considerá-la uma “feliz coincidência”, mas sim um ato deliberado, preconcebido e preestabelecido, partilhado por diferentes comunidades que ocupam o mesmo território.

Em 11 sítios analisados, cronologicamente integrados no Neolítico Final, a situação repete-se e aquilo que poderia ser uma coincidência passa a ser um facto e um facto é um dado empírico de extrema relevância: cinco sítios encontram-se implantados em locais com um declive suave, orientado a Sul, havendo um sítio – Perdigões – que fica entre uma orientação a Sul e a Este; seis sítios estão estabelecidos em lugares planos, sem qualquer inclinação.

A par da questão relacionada com o determinismo geológico da escolha do lugar, visto no Capítulo 5 (vd. Tabela 5.1.), os dados empíricos obtidos com o exercício realizado ao longo deste subcapítulo quase que permitem a elaboração de cartas preditivas de localizações

dos recintos de fossos, pois os critérios de implantação, ou melhor, a estratégia adotada pelos grupos construtores de recintos é, até ao presente, invariavelmente a mesma:

- 1) lugares onde afloram substratos geológicos brandos e manuseáveis;
- 2) lugares próximos de nascentes ou de algumas das principais ribeiras da região;
- 3) terrenos planos ou de declive suave, até aos 5%;
- 4) encostas orientadas a Sul.

Do ponto de vista produtivo, e considerando que o clima à época da ocupação seria mais quente e mais seco do que na atualidade (vd. Capítulo 6), verifica-se que os critérios detetados na implantação dos recintos de fossos do Neolítico Final do Alentejo Central, que foram acima tipificados, privilegiam, acima de tudo, os fatores naturais que beneficiam uma economia agropecuária: maior exposição à luz solar, solos leves e aptos a uma agricultura como a que seria praticada na época, relevo pouco marcado na paisagem, proximidade a água (perene?).

O facto destes sítios estarem em zonas sem inclinação ou com ligeiro declive orientado a Sul significa que o lugar beneficia, durante todo o dia, de uma exposição solar favorável à produção cerealífera. Este dado, para além do que é conhecido do ponto de vista agrícola como condições que beneficiam este tipo de produção, encontra no registo arqueológico dos recintos de fossos do Alentejo Central fortes indicadores, diretos e indiretos, que atestam o cultivo de gramíneas:

- 1) os dados paleobotânicos vistos no Capítulo 6 para o recinto de fossos dos Perdigões, onde as análises polínicas sugerem a presença de cevada e eventualmente de trigo;
- 2) as análises traceológicas das lâminas retocadas da Ponte da Azambuja 2, que sugerem o seu uso no corte de cereais (vd. Capítulo 4 e Anexo III);
- 3) a presença de um grande número de elementos de moagem, no interior de estruturas de tipo *fossa* (tema que será adiante debatido).

A existência dentro dos *buffer* de 5km e 10km de áreas com relevos acidentados permite ainda admitir a existência de biótopos favoráveis ao pastoreio de caprinos, a par das áreas abertas, mais próximas dos recintos, mais favoráveis aos rebanhos de ovelhas e manadas de bovinos. A admissão de uma paisagem de tipo montado, de acordo com o que foi anteriormente proposto como plausível para a época (vd. Capítulo 6), permite ainda aceitar a ideia de um regime de suinicultura semelhante ao que existe atualmente no Alentejo.

Deste modo conclui-se:

- que a implantação dos recintos de fossos do Alentejo Central não é um acaso, estando perfeitamente identificadas as áreas deliberadamente escolhidas para o seu estabelecimento,
- que há uma estratégia previamente delineada na sua concretização;
- que essa estratégia está diretamente relacionada com atividades produtivas, nomeadamente com a obtenção das melhores condições e dos melhores recursos naturais imediatamente disponíveis, para uma melhor rentabilidade na produção agropecuária.

7.1.2. Relação entre recintos de fossos à escala da mesorregião

Atualmente, na bibliografia disponível, existem apenas mapas com um número considerável de pontos, que localizam os recintos de fossos identificados mediante diferentes ferramentas metodológicas de maior ou menor precisão (cartas militares, Google Earth, etc). Estes mapas, fundamentais para a real noção da quantidade de sítios que na última década tem surgido e da importância do seu estudo para a compreensão das comunidades dos finais do 4.º e de todo o 3.º milénio a.n.e., na realidade provocam imagens temporais distorcidas, dificultando a perceção da efetiva territorialização desenvolvida ao longo desta longa diacronia, e do papel que os recintos poderão ter desempenhado na progressiva apropriação do espaço levada a cabo por estas comunidades.

Estando plenamente identificados quais os recintos que estão em funcionamento no final da diacronia neolítica, considera-se que se devem elaborar novas cartografias que permitam perceber qual a sua “função territorial”, de modo a chegar uma resposta, conquanto talvez sobretudo hipotética, para a “pergunta de partida”.

Após a constatação de que os recintos de fossos do Alentejo Central detinham uma estratégia de implantação comum, tornou-se assim premente averiguar se existiria alguma relação física – entenda-se “territorial” – entre eles.

Partindo do princípio de que, pelo menos, num determinado momento da sua existência, os recintos anteriormente enumerados poderão ter sido sincrónicos (conforme se viu no primeiro capítulo), elaborou-se uma carta geral dos sítios com a indicação dos *buffers* de 5km e 10km respetivamente.

Tratando-se de um território maioritariamente plano, que não oferece grandes obstáculos ou dificuldades acrescidas à mobilidade e deslocação de pessoas, mantiveram-se, pelos motivos previamente enunciados, as áreas que podem ser consideradas territórios de ação das comunidades residentes nos recintos de fossos.

O resultado obtido, expresso na figura 8.30, revela a existência de áreas de intersecção de territórios entre recintos, sugerindo uma distribuição espacial concertada e orientada para o controlo territorial.

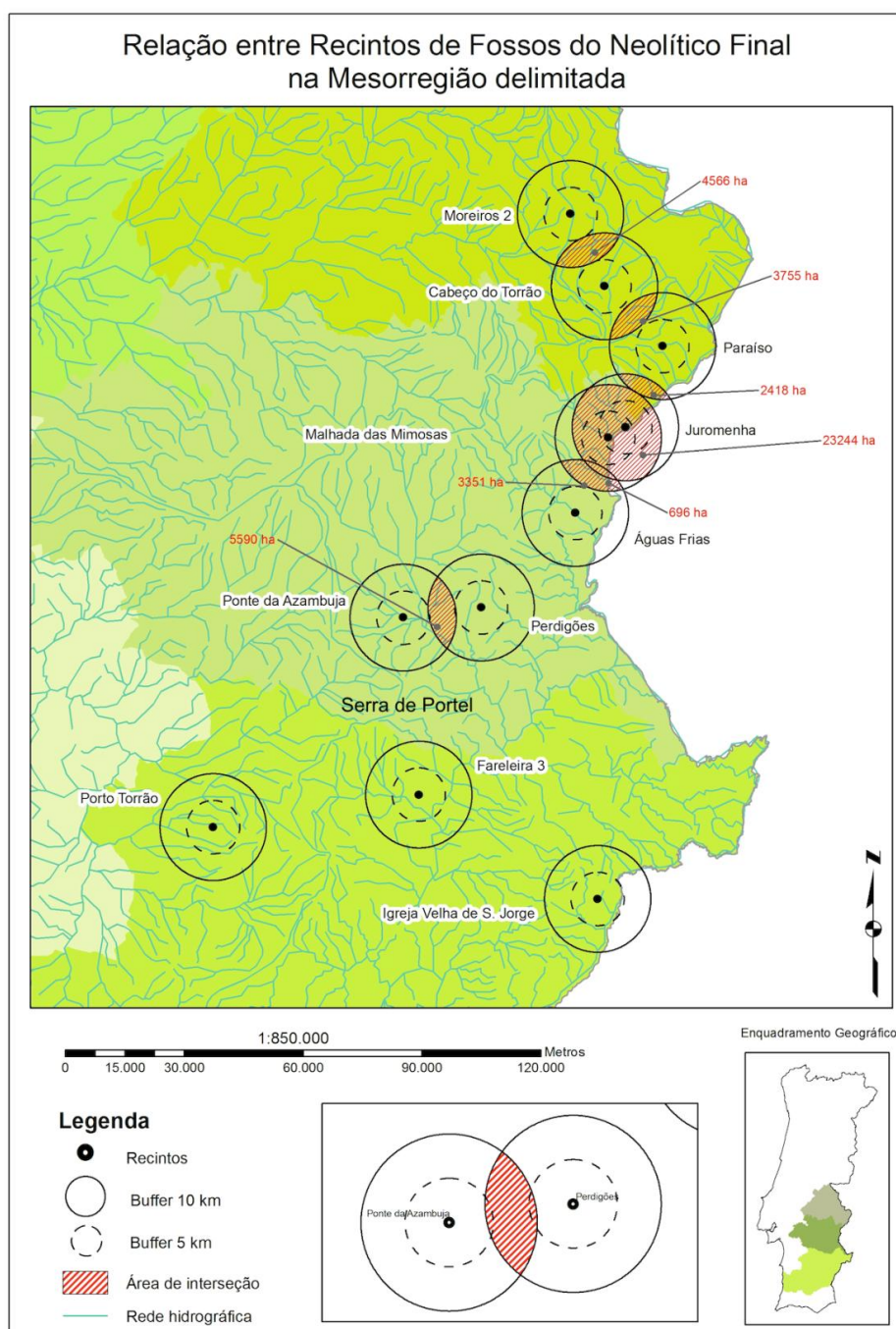


Figura 7. 30. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final no Alentejo Central

Todos os sítios localizados a Norte da Serra de Portel partilham áreas comuns, sucedendo-se no espaço como se de uma “fronteira” se tratasse, não sendo difícil, atendendo aos critérios estipulados no subcapítulo anterior, preencher os “espaços em branco”.

Mediante a imagem apresentada não é problemático antever *clusters*, ou melhor, agregações de recintos de fossos no Alentejo Central, durante os finais do 4.º milénio a.n.e.

Se a Figura 8.31 parece delinear um eixo de recintos no sentido N-S (e vice-versa), desde Moreiros 2 até à Ponte da Azambuja 2, também não deixa de pressagiar um eventual eixo, no sentido W-E (e vice-versa), nos territórios a Sul da Serra de Portel.

Abaixo segue uma breve análise das áreas de intersecção identificadas entre recintos, da qual se exclui os recintos de fossos do Porto Torrão, da Fareleira 3 e da Igreja Velha de São Jorge, por não existir, de momento, qualquer ponto de contacto entre os sítios.

1. Moreiros 2 / Cabeço do Torrão

Moreiros 2, que é até ao momento o recinto de fossos do Neolítico Final situado mais a Norte, partilha, dentro do *buffer* dos 10km, um território com cerca de 4565ha, com o Cabeço do Torrão.

Este território – situado a SE do primeiro recinto e a NW do segundo – corresponde, conforme se pode verificar pelas Cartas de Declive anteriormente apresentadas (Figuras 8.9 e 8.4, respetivamente), a áreas planas ou com declives que vão desde o “suave” ao “moderado”, não excedendo os 13% de inclinação, tornando-o num território de progressão fácil.

Curiosamente, ainda que se saiba que o espaço delimitado pelos *buffers* seja totalmente artificial, regista-se que o limite dos 10km toca no limite definido para os 5km, demarcando uma área de intersecção de territórios que apenas se cruza para além deste último termo.

2. Cabeço do Torrão / Paraíso

O Cabeço do Torrão reparte com o recinto de fossos do Paraíso, um território com 3755ha, a SE do primeiro e NW do segundo.

Esta área de intersecção encontra-se dentro dos *buffers* de 10km definidos para cada um dos sítios, e, à semelhança do que acontece com o território partilhado entre Moreiros 2 / Cabeço do Torrão, chega ao limite definido pelo *buffer* de 5km, não ultrapassando-o.

Os territórios partilhados, de acordo com as Carta de Declives já apresentadas (Figuras 8.4 e 8.6, respetivamente) correspondem maioritariamente a zonas planas ou com declives suaves e moderados, não excedendo os 15% de declive, embora haja, em menor número, zonas com declives mais acentuados.

3. Paraíso/ Juromenha 1

A área de intersecção entre o recinto de fossos do Paraíso e Juromenha 1 localiza-se a SW e NE de cada um destes sítios, respetivamente, e ocupa uma área ligeiramente mais reduzida comparativamente às relações expostas até ao momento – 2418 ha.

Este território de eventual contacto entre as comunidades que ocupam os recintos em análise, abrange uma área integrada no *buffer* de 10 km definido para cada um dos recintos, e não chega a atingir o limite do raio de 5km, conforme as relações anteriores.

Do ponto de vista do relevo, trata-se de uma área acidentada com declives que variam entre o “suave”, “moderado” e “forte”, mas onde também estão presentes superfícies planas.

4. Juromenha 1 / Malhada das Mimosas

A distância entre o recinto de fossos da Juromenha 1 e o recinto de fossos da Malhada das Mimosas é muito curta, estando os dois sítios implantados praticamente sobre a mesma plataforma do Guadiana. Deste modo, a área de intersecção de ambos os lugares tem de ser necessariamente ampla, sendo, neste caso, de 23 244 ha, o valor mais expressivo entre os sítios que foram considerados.

Nesta perspetiva, verifica-se que dentro dos *buffers* criados artificialmente é maior a área de intersecção do que a área excluída, situação que pode deter um significado por agora não perceptível, mas que permite especulações do ponto de vista social destas comunidades. Aparentemente, ambos os lugares podem ser sincrónicos, o que pode remeter para duas hipóteses interpretativas distintas:

- ou se trata da mesma comunidade que se organiza em torno de áreas especializadas de atividades, facto já admitido para a Ponte da Azambuja 2;
- ou, ainda dentro da perspetiva de ambos os sítios pertencerem à mesma comunidade, o esgotamento de solos (por hipótese) poderia ter levado à construção de um segundo recinto, dentro do território da mesma comunidade, e durante um período de tempo em que a cultura material não terá mudado.

Efetivamente, avaliando o território de intersecção entre ambos os sítios observa-se uma sobreposição na parte central dos *buffers*, excluindo-se as zonas partilhadas quer com o Paraíso, no caso da Juromenha 1 (a NE), quer com Águas Frias, no caso da Malhada das Mimosas (a SW).

Deste modo, os territórios exclusivos de Juromenha 1 situam-se a Este, correspondendo, em grande medida ao Guadiana, e o território exclusivo da Malhada das Mimosas localiza-se a Oeste, uma área de terreno acidentado com declives moderados a fortes.

5. Malhada das Mimosas / Águas Frias

O território partilhado entre a Malhada das Mimosas e Águas Frias corresponde à média identificada entre os recintos de fossos até agora analisados (excetuando o caso exposto no ponto anterior). Distanciados cerca de 15 km em linha reta, a área de interseção destes dois sítios corresponde aproximadamente a 3350 ha, ocupando somente uma parte da área integrada no *buffer* dos 10 km.

Curiosamente, à semelhança do que acontece com Moreiros 2 e o Cabeço do Torrão, também esta área de interseção termina exatamente na área delimitada pelo *buffer* dos 5km. Esta área localiza-se a S-SW da Malhada das Mimosas e a N-NE de Águas Frias.

Do ponto de vista do território, e analisando as Cartas de Declives anteriormente apresentadas, esta região caracteriza-se por áreas de planura, recortada por declives suaves, por vezes moderados.

6. Juromenha 1 / Águas Frias

A proximidade entre os recintos de Juromenha 1 e Águas Frias permite que ambos detenham uma pequena área em comum, dentro do *buffer* dos 10 km, ainda que haja o recinto da Malhada das Mimosas a ocupar o espaço central. Esta área de interseção corresponde apenas a cerca de 700 ha, a S-SW de Juromenha 1 e N-NE de Águas Frias, sendo um território igualmente partilhado com a Malhada das Mimosas.

7. Perdigões / Ponte da Azambuja 2

Os *buffers* de 10 km que delimitam quer o recinto de fossos dos Perdigões, quer a Ponte da Azambuja 2, demonstram, à semelhança dos anteriores, que existe uma área de interseção comum a ambos os sítios, que ronda os 5 590ha.

Trata-se de um território a Oeste dos Perdigões e a Este da Ponte da Azambuja 2, que ocupa parte das margens do Rio Degebe, detendo assim áreas de terrenos acidentados (na margem direita) e uma grande parte de terrenos planos ou com declives suaves a moderados.

À semelhança do que acontece na relação Moreiros 2 / Paraíso, Paraíso / Juromenha 1 ou Malhada das Mimosas / Águas Frias, esta área de interseção termina onde se inicia o *buffer* de 5 km, tornado esse território exclusivo de cada um dos sítios em análise.

Estas áreas de intersecção revelam, necessariamente, distâncias relativamente curtas entre recintos. De facto, quando avaliada essa situação, verifica-se, nos recintos constituídos durante o Neolítico Final, um intervalo espacial constante, interrompido apenas pela Serra de Portel, a partir da qual parece delinear-se o “Eixo W- E” anteriormente referido.

Efetivamente, no “Eixo N-S”, desenhado desde Moreiros 2 até à Ponte da Azambuja 2, a distância média entre recintos ronda os 15km, à exceção da situação verificada entre Juromenha 1 e a Malhada das Mimosas, e as Águas Frias e os Perdigões, onde há um hiato, que se acredita que será preenchido com a continuidade dos trabalhos arqueológicos na região.

A tabela abaixo apresentada sintetiza quer as áreas de intersecção entre recintos anteriormente referidas, quer as distâncias em linha reta (representada em metros) entre os sítios considerados.

Recintos de Fossos do Neolítico Final do Alentejo Central		
Sítios	Distância em linha reta (m)	Área de intersecção (ha)
Moreiros 2 ⇔ Cabeço do Torrão	15 000	4 566
Cabeço do Torrão ⇔ Paraíso	15 400	3 755
Paraíso ⇔ Juromenha 1	16 400	2 418
Juromenha 1 ⇔ Malhada das Mimosas	3 740	23 244
Malhada das Mimosas ⇔ Águas Frias	15 250	3 351
Juromenha 1 ⇔ Águas Frias	18 500	696
Perdigões ⇔ Ponte da Azambuja 2	14 700	5 590

Tabela 7. 2. Síntese as relações espaciais entre recintos do Alentejo Central

Esta situação de distribuição espacial dos recintos de fossos, a par das questões relacionadas com a implantação individual de cada sítio avaliado, ultrapassa os parâmetros da “casualidade”, e permite a admissão de uma organização territorial, a qual pode estar na origem da fundação desta nova tipologia de sítio e de um novo momento histórico na vida destas sociedades neolíticas.

Para testar este tipo de afirmação, recorreu-se, mais uma vez, às ferramentas facultadas pelos SIG. Havendo:

1. áreas de interseção nos *buffers* delimitados em torno de cada recinto;
2. estando essas áreas de interseção maioritariamente integradas no *buffer* de 10km, sendo o seu limite coincidente com o *buffer* de 5km;
3. havendo distâncias quase constantes entre eles;

tornou-se inevitável a análise da intervisibilidade dos sítios pertencentes ao “Eixo N-S”. Pretende-se assim, perceber se os recintos de fossos do Neolítico Final do Alentejo Central detinham, ou não, visibilidade entre si e sobre o território.

No entanto, antes de se apresentar os resultados obtidos, é conveniente efetuar algumas considerações relacionadas com o alcance e os limites desta ferramenta de trabalho.

A análise de visibilidades proporcionada pelo ArcGis permite, através do somatório do cálculo efetuado entre pontos – neste caso, entre dois recintos –, obter uma mancha equivalente ao eventual campo de visão “de” e “para” cada local examinado. Esta imagem, construída através da topografia registada nas Cartas Militares, permite avaliar se a intencionalidade da implantação dos recintos de fossos poderá ter considerado, igualmente, a visibilidade que se teria de um para o outro sítio. Deve-se ter, no entanto, a perceção de alguns considerandos não avaliados pelo programa, que tanto podem constituir um obstáculo à visibilidade que se pretende avaliar, como pode potenciá-la, sendo eles:

- a) o alcance visual do observador não se limitaria apenas ao ponto estabelecido (neste caso, correspondente a um ponto central do recinto), podendo ter, a partir de diferentes locais do recinto, diferentes campos de visão;
- b) eventuais obstáculos à visibilidade provocados pelo coberto vegetal, ainda que, como se viu em capítulos anteriores, se admita que durante o Neolítico Final já haveria uma paisagem de tipo “montado” (embora sem o aspeto desarborizado documentado etnograficamente), ou seja, uma paisagem aberta tipo savana, no Alentejo Central;
- c) a possibilidade de existência de torres, neste caso em matérias-primas perecíveis (madeira), que ampliariam o domínio visual.

Tendo em conta todos os fatores anteriormente enunciados, efetuou-se o cálculo de visibilidades entre os seguintes recintos de fossos:

- Moreiros 2 ⇔ Cabeço do Torrão;
- Cabeço do Torrão ⇔ Paraíso;

- Paraíso $\Leftrightarrow$ Juromenha 1;
- Juromenha 1 $\Leftrightarrow$ Malhada das Mimosas $\Leftrightarrow$ Águas Frias;
- Perdigões $\Leftrightarrow$ Ponte da Azambuja 2.

De acordo com as imagens obtidas, e que se demonstram abaixo (vd. 8.31), todos os recintos de fossos são visíveis entre si, havendo apenas um hiato entre o recinto de fossos de Águas Frias e os Perdigões, que, conforme foi anteriormente referido, não detêm, por enquanto, qualquer ponto de intersecção.

Da análise das imagens obtidas (vd 8.31) refira-se:

- o amplo domínio visual existente entre o recinto de fossos de Moreiros 2 e o Cabeço do Torrão (7.31. A);
- a redução progressiva da visibilidade dos recintos mais a Sul, nomeadamente Paraíso/Juromenha1, Juromenha 1 / Malhada das Mimosas / Águas Frias, sem se perder, no entanto, a visibilidade entre sítios (7.31. B, C, D).

Esta última observação leva mesmo a suspeitar que os locais de implantação foram estrategicamente escolhidos para que os recintos de fossos fossem visíveis entre si. No entanto, não se deve perder a ideia de que este cálculo foi efetuado apenas para o ponto central do recinto, o que significa que noutras áreas do mesmo sítio pode-se deter outra amplitude visual.

Com o intuito de perceber até que ponto a localização do observador pode influenciar o campo de visão, efetuou-se um ligeiro desvio do ponto central que tem sido utilizado como o eixo orientador num dos casos. Assim sendo, tomou-se como exemplo a relação de intervisibilidade entre os Perdigões e a Ponte da Azambuja 2. Como foi já anteriormente referido, o recinto de fossos dos Perdigões aproveitou um anfiteatro natural para a construção do recinto de fossos, estando implantado numa área com um declive suave. O ponto que tem sido utilizado como referência para a concretização da bibliografia exposta até ao momento é um ponto localizado exatamente no meio do recinto. A partir deste ponto, a visibilidade obtida para a Ponte da Azambuja 2 é a que se apresenta com a letra A) na Figura 7.32: uma visibilidade francamente reduzida, voltada sobretudo para SE, mas onde não se deixa de deter campo de visão para o local onde se implanta a Ponte da Azambuja 2, confirmando que há visibilidade “de” e “para” a Ponte da Azambuja 2. Efetuando um ligeiro desvio deste ponto

central, de cerca de 500m, para o local mais elevado deste anfiteatro natural, a amplitude visual “de” e “para” os Perdigões aumenta exponencialmente, demonstrando um controlo do território que na primeira imagem não era perceptível (vd. Figura 7.32. B).

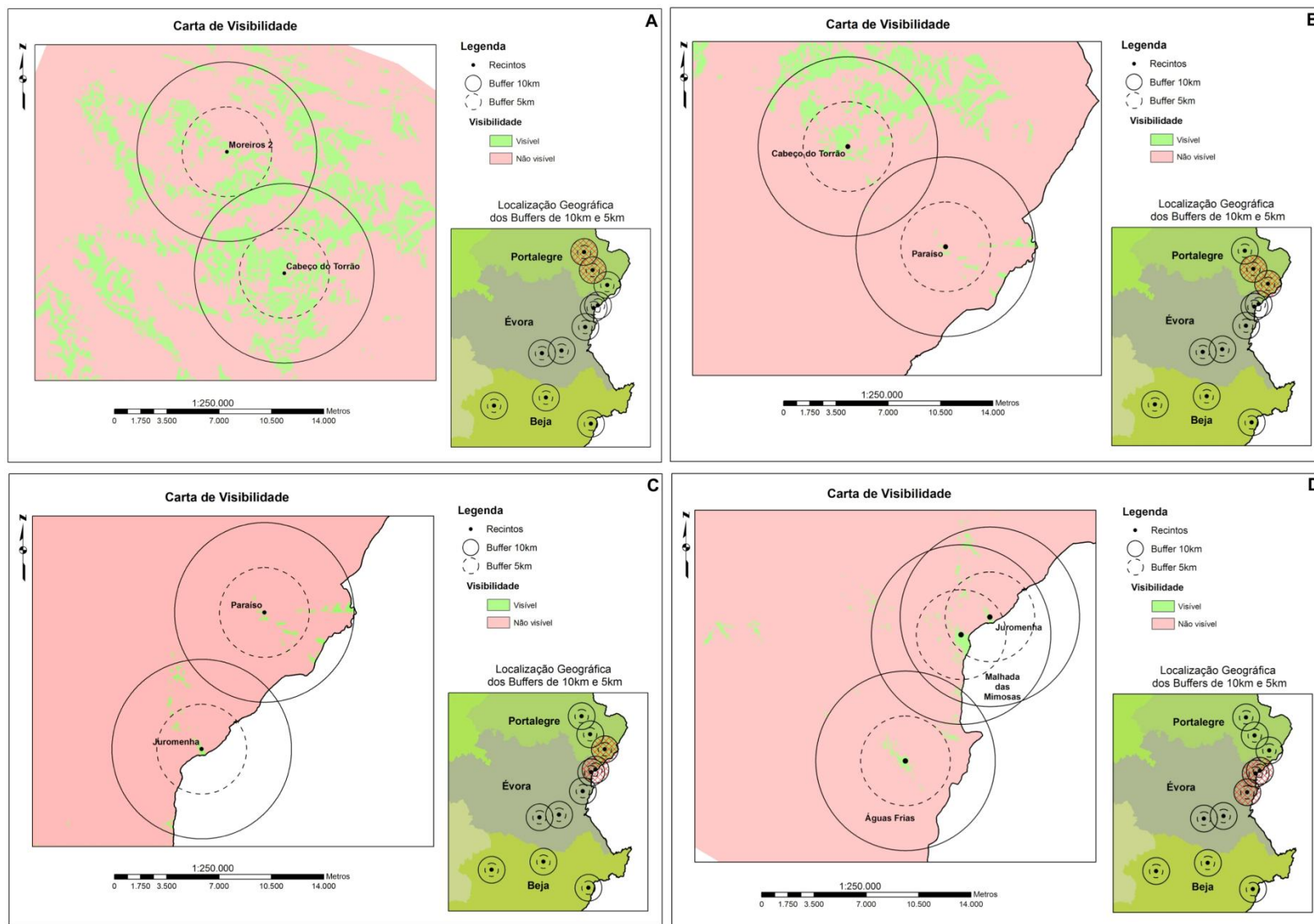


Figura 7. 31. Visibilidades entre recintos de fossos do Neolítico Final à escala da Mesorregião: A. Moreiros 2 ↔ Cabeço do Torrão; B. Cabeço do Torrão ↔ Paraíso; C. Paraíso ↔ Juromenha 1; D. Juromenha 1 ↔ Malhada das Mimosas ↔ Águas Frias

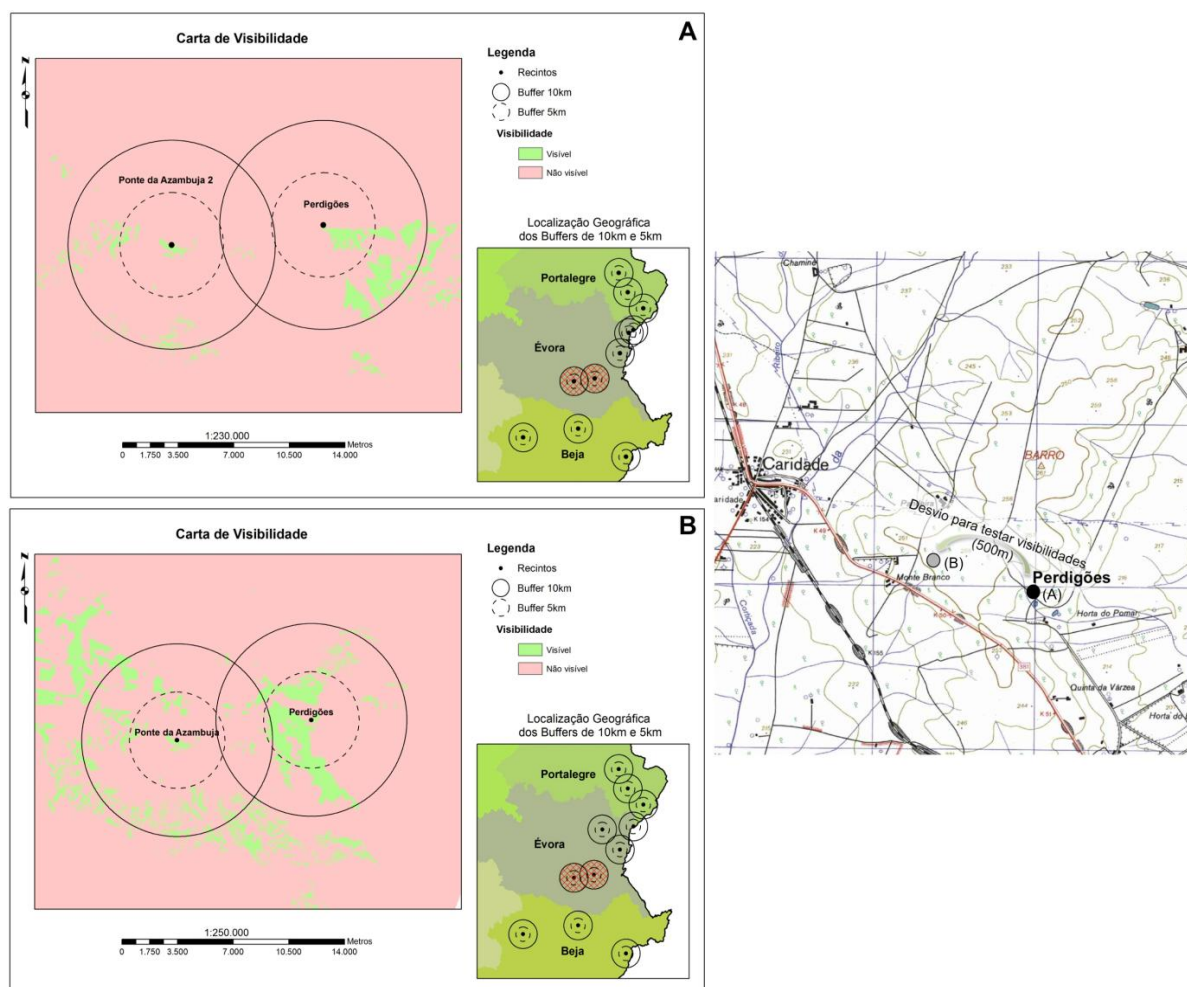


Figura 7. 32. Intervisibilidade Perdigões – Ponte da Azambuja 2: A. Utilizando o ponto central dos Perdigões de referência para toda a cartografia produzida; B. Utilizando um ponto desviado cerca de 500m, para um local a uma cota mais elevada; C. Excerto da CMP n.º 473, com a localização do ponto utilizado em A e o desvio efetuado em B.

Ainda que fique atestado que a partir de diferentes pontos o campo de visão pode aumentar, regista-se, quer num, quer noutro caso, a efetiva intervisibilidade Perdigões / Ponte da Azambuja 2, o que permite afirmar que entre todos os recintos de fossos do Neolítico Final pertencentes ao “Eixo N-S” há comunicação visual entre si (com o já referido hiato entre Águas Frias e Perdigões).

Assim, com base nas imagens conseguidas a partir do ArcGis elaborou-se um esquema geral, que demonstra exatamente esta situação e que permite, melhor do que muitas palavras, visualizar uma estratégia territorial que, até ao momento, não era perceptível nos diferentes mapas produzidos para os recintos de fossos do SW Peninsular.

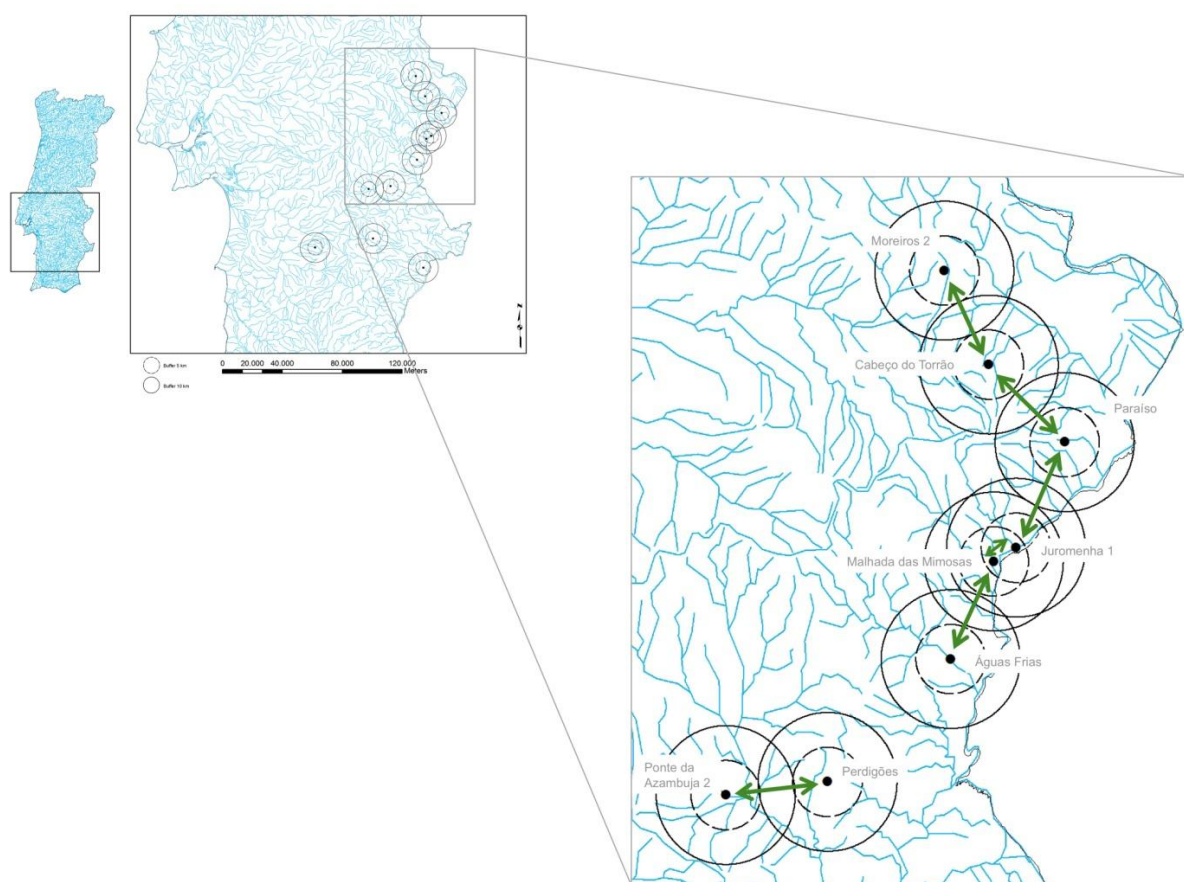


Figura 7. 33. Esquema de intervisibilidade dos recintos de fossos do Neolítico Final, pertencentes ao “Eixo Norte-Sul”

A Figura 7.33. permite a percepção visual de uma articulação entre as comunidades construtores de recintos de fossos, durante o Neolítico Final, e destas com o território que ocupam, considerando-se que esta situação não pode ser um produto do acaso. Perante esta situação, devendo-se antes ter em perspetiva uma intencionalidade preestabelecida, de eventual controlo territorial, por parte das comunidades agro-pastoris que, durante a segunda metade do 4º milénio a.n.e ocupavam a região.

7.1.2.1. Uma leitura sintética

Ao longo deste subcapítulo avaliaram-se quatro situações distintas na relação entre os recintos de fossos do Neolítico Final, no Alentejo Central, que devem ser sucintamente referidas:

- 1) verificou-se que a sua distribuição espacial “desenha” dois eixos territoriais distintos, um a Norte e outro a Sul da Serra de Portel, detendo o primeiro uma orientação Norte-Sul – “Eixo N-S” – e o segundo uma orientação Oeste – Este – “Eixo W-E”;

- 2) apreendeu-se, através dos *buffers* artificialmente concebidos (mas que detêm uma base empírica amplamente demonstrada) que existem, dentro dos territórios de 10km em torno de cada recinto, áreas de intersecção entre sítios, ou seja, territórios comuns a, pelo menos, dois recintos em cada caso;
- 3) constatou-se que os recintos são praticamente equidistantes, estando a distância média entre eles cifrada nos 15km;
- 4) através das ferramentas digitais proporcionadas pelos Sistemas de Informação Geográfica, percebeu-se que os diferentes recintos detêm, a partir do seu local de implantação, relações de intervisibilidade para com o recinto de fossos mais próximo.

Das situações acima enumeradas refira-se que os factos constatados a partir do número 2) dizem respeito somente ao “Eixo N-S”, já que para os territórios a Sul da Serra de Portel ainda não existe um número suficiente de recintos de fossos fundados na etapa cronológica em análise. No entanto, acredita-se que esta situação poderá ser provisória, na medida em que já se conhecem recintos que preenchem os “espaços em branco”, embora detenham, por enquanto, cronologias mais recentes (ou seja, poderão ter sido fundados no Neolítico Final, embora não haja ainda evidência cronológica que sustente esta possibilidade). Mencione-se ainda, no “Eixo N-S”, o hiato entre Águas Frias e Perdigões, que em breve poderá também ser preenchido.

O caso da Malhada das Mimosas, que se localiza a escassos quilómetros da Juromenha 1, é excecional perante os seus congéneres, podendo, no entanto, ser revelador da mesma ocorrência existente na Ponte da Azambuja 2: vários recintos na mesma plataforma, eventualmente relacionados com áreas de especialização funcional, ou, como também foi já sugerido, com uma relocação “em bloco” da mesa comunidade dentro do seu território.

Se no subcapítulo anterior concluiu-se que a estratégia de implantação comum a todos os recintos de fossos poderá estar relacionada com necessidades de produção agropecuárias das comunidades que constroem os recintos de fossos (isto é, com imperativos de natureza económica), os dados acima expostos - áreas de intersecção, equidistâncias e intervisibilidade - permitem assumir uma estratégia de controlo territorial comum a estes grupos, eventualmente preestabelecida (isto é, a existência de alguma forma de organização política comum).

Com efeito, a constatação de que na estratégia de implantação dos recintos de fossos da segunda metade do 4.º milénio a.n.e. há uma intencionalidade prévia, que visa essencialmente relações de produção intragrupal e relações de controlo territorial intergrupar, permite afirmar de que nesta etapa cronológica e cultural há já uma organização social mais complexa que aquela que é tradicionalmente assumida para estas comunidades. O caminho da especialização dos sítios não está em marcha nesta época, como normalmente se assume: ela é já uma realidade, e os recintos de fossos são a prova da sua concretização. Ainda que se possa admitir que alguns destes sítios possam corresponder à eventual mobilidade de um mesmo grupo (hipótese aventada para Juromenha 1 e Malhada das Mimosas), não parece viável considerar que esse mesmo grupo tenha construído todos os recintos conhecidos. Deve-se antes pensar em segmentos sociais, que se disseminam num determinado território. Neste sentido, e de acordo como que acima foi afirmado, o recinto de fossos *per se* é uma forma de especialização e, consequentemente, de complexificação.

7.1.3. Relação entre recintos de fossos e “povoados” à escala da mesorregião

Admitindo-se que a construção dos recintos de fossos do Neolítico Final, do Alentejo Central, possa obedecer a uma organização económica e política comum, questiona-se: qual a relação espacial destes com os restantes sítios conhecidos na região, seja com aqueles que não possuem qualquer barreira delimitadora (pelo menos visível no registo arqueológico) e aos quais se aplica tradicionalmente a categoria de “povoado aberto”, seja com os que a possuem em pedra, ou seja, os também tradicionalmente apelidados “povoados fortificados”?

Assim, foi executado também um mapa de distribuição espacial entre ambas as realidades, aproveitando-se, no caso dos recintos de fossos, a base já demonstrada nos subcapítulos anteriores (ponto central do recinto, acompanhado dos respetivos *buffers* de 5 e 10km).

No caso destes “outros sítios” foram aproveitados os registos patentes na Base de Dados Endovélico. Sobre esta informação existem várias reservas que devem ser previamente elencadas e que se prendem, essencialmente, (1) com a natureza dos trabalhos arqueológicos e (2) com as cronologias atribuídas durante o processo da sua identificação.

Atentaram-se igualmente todos os sítios aos quais foi atribuída uma cronologia enquadrada no Neolítico Final e no designado “Neo-Calcolítico”. Ainda que o termo possa ser discutível, a verdade é que existe formalmente e normalmente serve para enquadrar sítios

onde a presença dos dois grandes fósseis-diretores de ambos os períodos estão presentes – taça carenada e prato de bordo espessado – sem se saber se há uma efetiva compatibilidade cronológica das formas cerâmicas, ou se a sua presença corresponde a duas ocupações temporalmente e culturalmente distintas.

Assim, ainda que se tenha consciência de que a imagem obtida possa resultar de um desvio arqueográfico com base na fonte de informação, preferiu-se, para efeitos de análise espacial, “pecar por excesso”, ao invés de se “pecar por omissão”.

Para além dos problemas relacionados com os dados utilizados para a elaboração da cartografia apresentada na Figura 8.34, deve-se também referir outro entrave a análises que visem a estruturação de uma rede de povoamento (que, deve-se desde já afirmar, não ser o caso deste subcapítulo): o do perceptível desvio arqueográfico provocado por diferentes trabalhos arqueológicos executados nesta área regional, com objetivos distintos. Se por um lado há um intenso trabalho inerente ao projeto Alqueva (albufeira e blocos de rega associados) há também vários trabalhos orientados para a elaboração de cartas arqueológicas concelhias (*e.g.* Alandroal, Évora, etc), que promovem imagens genéricas distorcidas (como aquela que é apresentada na Figura 8.34), que podem estimular interpretações associadas a redes de povoamento polinucleadas, e que não corresponderão à realidade passada.

A imagem obtida foi então a seguinte:

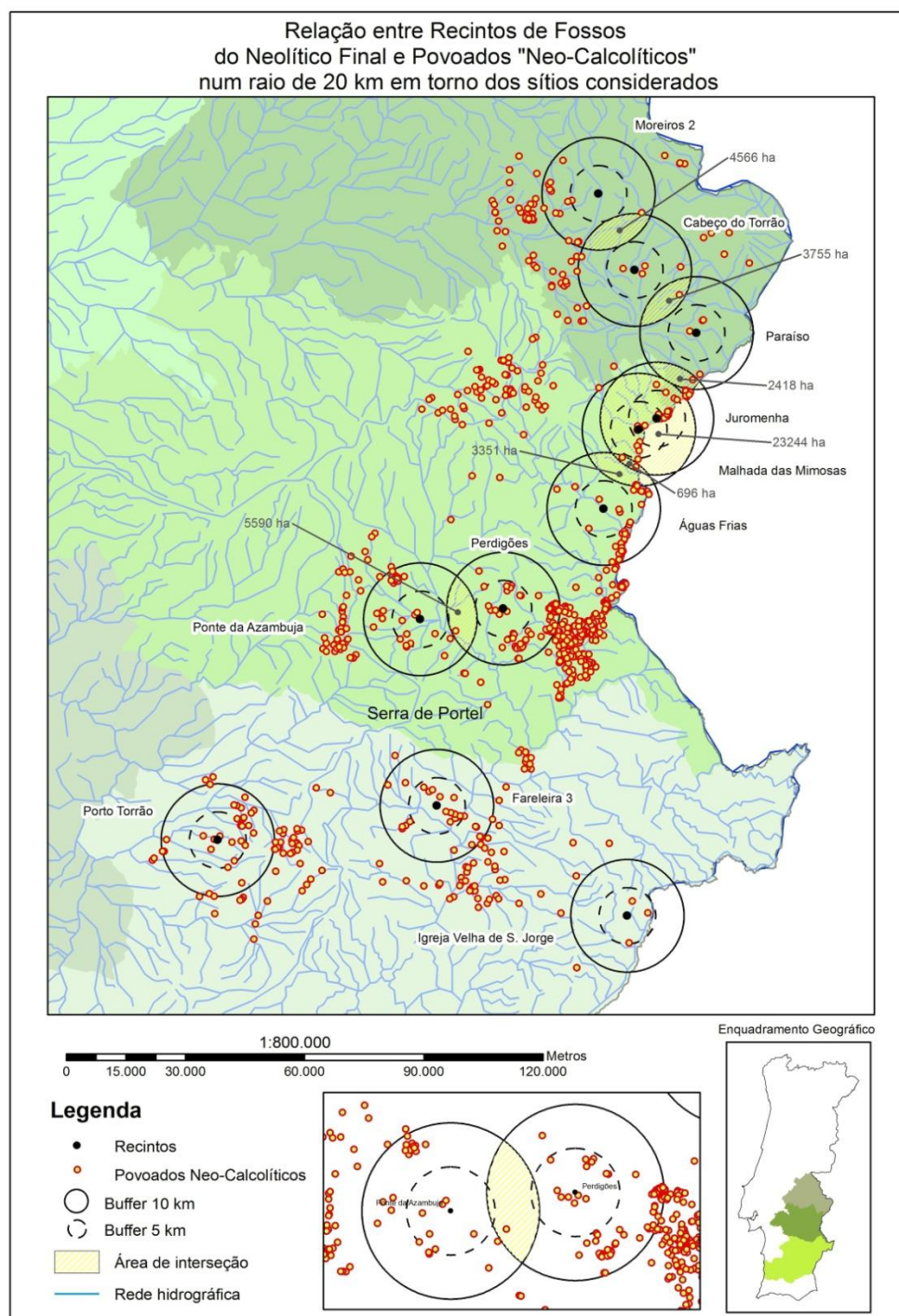


Figura 7. 34. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e povoados “Neo-Calcolíticos” no Alentejo Central

Explícitos e ultrapassados os problemas da Figura 8.34 importa agora extrair a informação pretendida com a sua execução, que pode ser definida em dois pontos sucintos:

- o da efetiva ocupação deste território durante a etapa cronológica definida;
- o da pluralidade de soluções encontradas no povoamento da comunidades agro-pastoris.

Se o primeiro ponto contrasta, em grande medida, com aquilo que é conhecido para os períodos antecedentes (Neolítico Antigo e Médio), para os quais são conhecidos pouquíssimos sítios, o segundo vem atestar uma eventual diversidade na rede de povoamento, anteriormente sugerida por outros autores.

A conclusão que se pode chegar, envolvendo o primeiro aspeto (maior visibilidade e maior quantidade dos lugares de *habitat*) é o de um efetivo aumento demográfico na região, durante os finais do 4.º milénio e os início do 3.º milénio a.n.e, facto que parece evidenciado, igualmente, pela proliferação do megalitismo funerário, promovendo afirmações como a seguinte: “[...] Em geral, cremos que os dados que conseguimos reunir até ao momento permitem afirmar que o “grande milénio” que decorre entre meados do IV e meados do III milénio a.n.e. representa um enorme *trend* de crescimento e complexificação das comunidades do Sul do atual território português, perceptível na emergência e consolidação de uma arquitetura funerária coletiva, e por vezes, monumental, de raiz comunitária, a par do que parece ser um enorme crescimento populacional, que conduziu à agregação, mesmo que pontual, de grandes grupos humanos, geradores de arquiteturas complexas de pedra e/ ou de terra e madeira” (Boaventura & Mataloto, 2013:98).

Já no que respeita à multiplicidade de soluções de assentamento, relembrem-se duas afirmações efetuadas nos finais do século XX, acerca do Neolítico Final, no Alentejo:

- Lago *et alii* (1998: 148), numa primeira interpretação para o Complexo Arqueológico dos Perdigões admitia que “[...] num mesmo cenário, convivessem povoados de diferentes tipologias, albergando gentes com diferenciadas estratégias de vida”, rejeitando, no entanto, a chegada de populações exógenas aquele território;
- já Diniz (1999) sugeria a integração do povoado da Foz do Enxoé (Serpa) numa rede de povoamento hierarquicamente diversificada e complexa, observando, no entanto, a precariedade dos dados disponíveis.

Nesse momento da investigação, apesar dos dados empíricos sugerirem que numa mesma área regional convivem diferentes modos de apropriação do espaço, a cautela nas afirmações foi a regra, já que rompia com o modelo tradicionalmente aplicado, que só admite essa mesma diversidade para períodos posteriores – 3.º milénio a.n.e. -, correspondendo o 4.º milénio ao período de incorporação da Revolução dos Produtos Secundários.

No presente trabalho defende-se que durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e. há efetivamente diferentes patamares de estabilidade locativa, sem que isso traduza,

necessariamente, uma hierarquização da rede de povoamento baseada em “lugares centrais” e “lugares periféricos”, embora essa hipótese não deva ser imediatamente descartada. Os mecanismos que terão proporcionado essa mesma pluralidade serão discutidos noutra capítulo. No entanto defende-se que os recintos de fossos corresponderão a uma das várias formas de organização social, existente no espaço em apreço, durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e.

A título de exemplo refiram-se os seguintes casos, para além dos recintos de fossos, de comprovada fundação e ocupação na etapa final do Neolítico regional:

- Torre de Esporão 3 (TESP3) (Reguengos de Monsaraz, Évora), implantado numa área aberta, plana, inclinada a SW, sobre solos de classe B e C, sendo salientada a dualidade da sua fixação, apta, por um lado, à agricultura, e ajustada, por outro lado, ao desempenho de práticas cinegéticas; nas escavações arqueológicas que ocorreram neste sítio foram identificadas fundos de cabana (dois) e uma estrutura negativa circular, de tipo “fossa” (Gonçalves & Sousa, 2000);
- Albardeiros (ou Marco dos Albardeiros) (Reguengos de Monsaraz, Évora), implantado numa “Elevação amesetada, ampla, de encostas suaves [...]” (Soares & Silva, 1992: 37), no qual foi recolhido, à superfície, um conjunto artefactual enquadrável no Neolítico Final/ Calcolítico inicial; o sítio encontra-se numa área de solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos, no limite da classe B e C (Gonçalves & Sousa, 2000); a intervenção arqueológica realizada no local permitiu reconhecer uma conservação débil dos vestígios arqueológicos, tendo-se identificado, no entanto, uma pequena fossa oval, eventualmente revestida a argila (Gonçalves & Sousa, 2000);
- Castelo do Azinhalinho (Reguengos de Monsaraz, Évora), que se implanta numa elevação destacada na paisagem “[...] sob a forma de um esporão alongado (300m) com a orientação Norte – SW” (Gonçalves & Sousa, 2000:83), embora não se consiga destringir áreas de ocupação diferenciadas pela ampla diacronia pré-histórica identificada; apesar de não terem sido realizados trabalhos de escavação arqueológica é possível observar uma grande estrutura pétreia, conectável com um sistema de “murallas”, sem que os diferentes investigadores que trabalharam este sítio refiram uma atribuição cronológica (Soares & Silva, 1992; Gonçalves & Sousa, , 2000); é contudo exposta uma localização compatível com práticas agrícolas, nomeadamente ao nível da aptidão dos solos, que correspondem a solos pardos mediterrâneos (Gonçalves & Sousa, 2000);

- Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira), que se implanta no topo de uma elevação “[...] com grande impacte paisagístico [...]”, sobranceira ao rio Guadiana, com o qual a ocupação parecer ter uma relação preponderante, que, como foi já anteriormente referido (vd. Capítulo 4) detém quatro datações absolutas similares, que atestam uma continuidade de ocupação do sítio até aos primeiros séculos do 3.º milénio; nas várias fases identificadas estratigraficamente, foram registadas diferentes estruturas, tais como, eventuais estruturas habitacionais pétreas e respetivos derrubes e estruturas de combustão; a presença de grandes quantidades de “barro de cabana” não permite, nas áreas escavadas, perceber se trata-se de um “fundo de cabana” ou apenas de derrube ou acumulação destes elementos (Gonçalves, 1987);
- Fase 1 de Moinho de Valadares (Mourão, Évora), na qual se identificaram, numa plataforma discreta sobranceira ao Guadiana, estruturas em pedra seca de tendência circular e estruturas de contenção/ delimitação, constituídas por muros de pedra e eventuais “paredes” de ramagens entrelaçadas (Valera A., 2000);
- Monte da Tumba (Alcácer do Sal, Setúbal), situado sobre uma elevação em esporão, com encostas acentuadas, a Norte e Oeste, para uma linha de água, e, implantado sobre solos de fraca aptidão agrícola (classe F), mas próximo de manchas de solo de classe A; ainda que a ocupação mais significativa do sítio tenha sido efetuada em época calcolítica, os investigadores atribuem uma cronologia ainda enquadrada nos finais do Neolítico, para a sua Fase I; para este momento são apontadas várias estruturas arqueológicas, das quais se destaca a construção da muralha que delimita uma parte central sítio, assim como, uma estrutura negativa de tipo “fossa” (Silva & Soares, 1987);
- Foz do Enxoé (Serpa, Beja), que se implanta numa rechã de origem fluvial, junto à confluência da Ribeira do Enxoé com o Rio Guadiana, ocupando [...] solos leves, mais aptos para uma agricultura baseada na força humana, e potencial exploração de pequenos corredores de terreno com capacidades agrícolas medianas, certamente considerados suficientes para sustentar um pequeno grupo de “economia mista” (Diniz, 1999:98); neste sítio foram identificadas eventuais estruturas habitacionais, circulares, elaboradas com recurso a elementos pétreos e “barro de cabana”, que, devido ao seu estado de conservação precário, não permite uma identificação concludente; refira-se ainda o facto, da investigadora considerar que “É, assim

possível integrar o povoado da Foz do Enxoé num cenário aberto, por onde circulam certamente indivíduos, ideias, matérias-primas e artefactos” (Diniz, 1999:122);

- Cerro do Castelo de São Brás (Serpa, Beja), situado no topo de uma elevação relativamente destacada na paisagem, de encostas acentuadas, onde foram identificadas diferentes estruturas, estratigraficamente posicionadas em diferentes etapas cronológicas de ocupação, que se iniciou no Neolítico Final e terá terminado na Idade do Bronze, sem se saber se a ocupação foi sequencial ou intercalada; das estruturas identificadas neste sítio destacam-se as muralhas e estruturas circulares pétreas, designadas como cabanas, sem que no entanto se faça uma atribuição cronológica a cada um destes elementos estruturais (Parreira, 1983).

Apesar da aparente variedade nas estratégias de implantação e no tipo de estruturas e arquiteturas registadas em cada um destes sítios, verificam-se enormes semelhanças e paralelismos ao nível da cultura material e das estratégias de subsistência adotadas. Sobre este ponto regista-se:

- a correspondência entre a cultura material existente entre todos os sítios, demonstrando uma grande coesão cultural, que vai desde o Alentejo Central até à Andaluzia, referindo-se, por exemplo, o recinto de fossos de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva) como um caso paradigmático de simetria artefactual (Martín de la Cruz, 1985); sobre este aspeto relembre-se ainda uma afirmação com origem num estudo realizado a partir de conjuntos artefactuais provenientes do Alentejo e da Estremadura, onde os autores concluem que existem mais afinidades entre o primeiro e a Estremadura e Andaluzia, do que entre o Alentejo e a Península de Lisboa (Silva *et alii*, 1995);
- um aumento significativo, quer na quantidade, quer na diversidade, das faunas conhecidas nos sítios mais antigos da diacronia neolítica, e nos sítios do Neolítico Final; a este respeito, refira-se igualmente a similitude das estratégias pecuárias reconhecidas em sítios de natureza distinta, mas cronologicamente coevos, como o Moinho de Valadares e Juromenha 1, onde não se verificam diferenças significativas ao nível das estratégias de subsistência (animais domésticos/ animais selvagens) e das espécies consumidas (Valente & Carvalho, 2014).

Relativamente à relação dos territórios de ação destes “povoados” com os recintos de fossos, verifica-se que há uma sobreposição espacial entre uns e outros. Ainda que haja todos

os problemas de amostragem já anteriormente referidos, observa-se que em todas as áreas delimitadas pelos *buffers* de 5 e 10 km em torno de cada um dos recintos de fossos em apreciação neste capítulo há sempre um vestígio arqueológico atribuível à etapa cronológica em análise.

Tal facto leva à afirmação de que nesta etapa cronológica e cultural há, efetivamente, no mesmo território, uma variabilidade extensa de um sistema mais complexo do que é tradicionalmente assumido, podendo haver distintas trajetórias de desenvolvimento, das quais os recintos de fossos serão apenas uma parte.

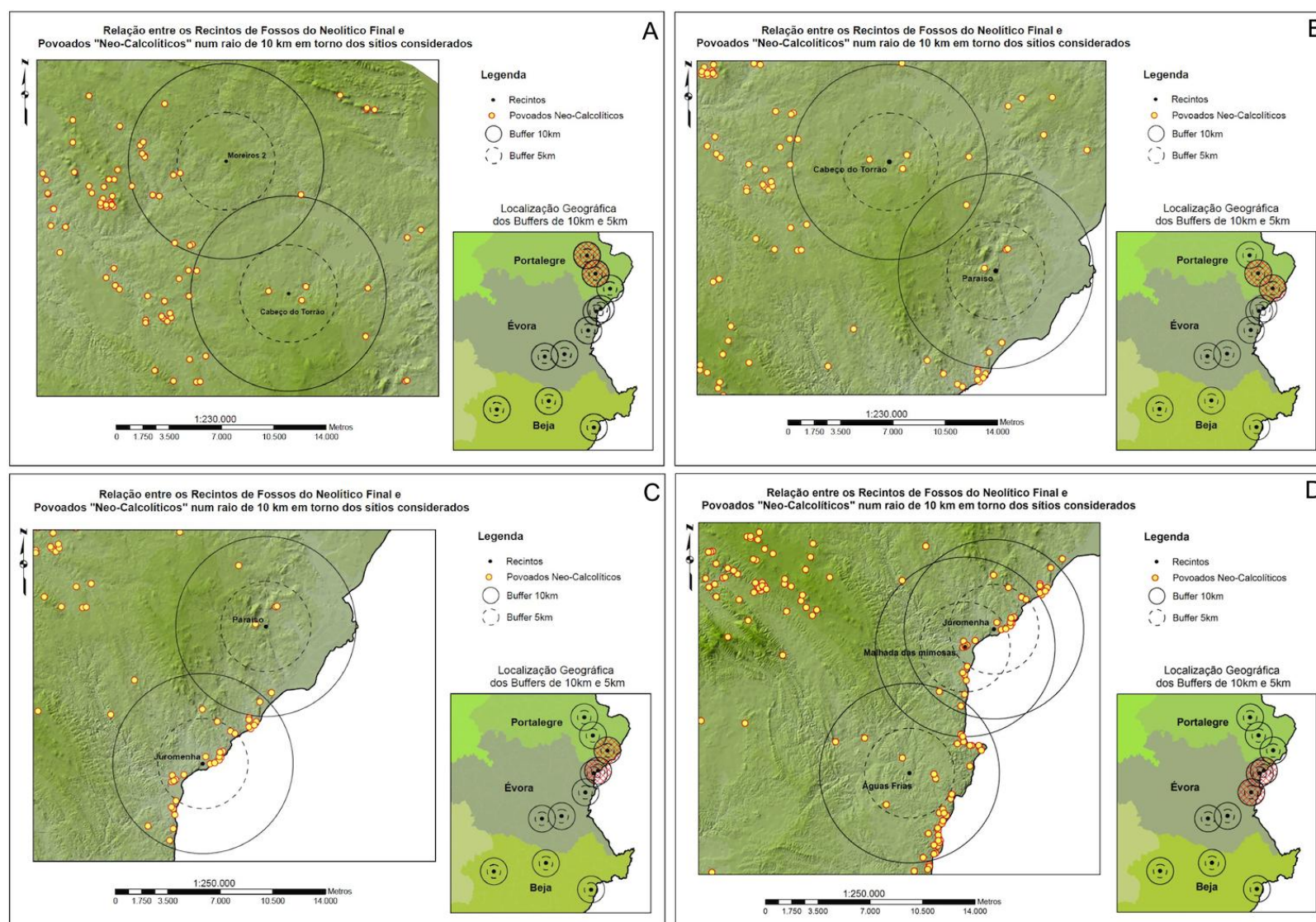


Figura 7. 35. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e povoados "Neo-Calcolíticos" à escala da mesorregião: A. Moreiros 2 – Cabeço do Torrão; B – Cabeço do Torrão – Paraíso; C – Paraíso – Juromenha 1; D – Juromenha 1 – Malhada das Mimosas – Águas Frias

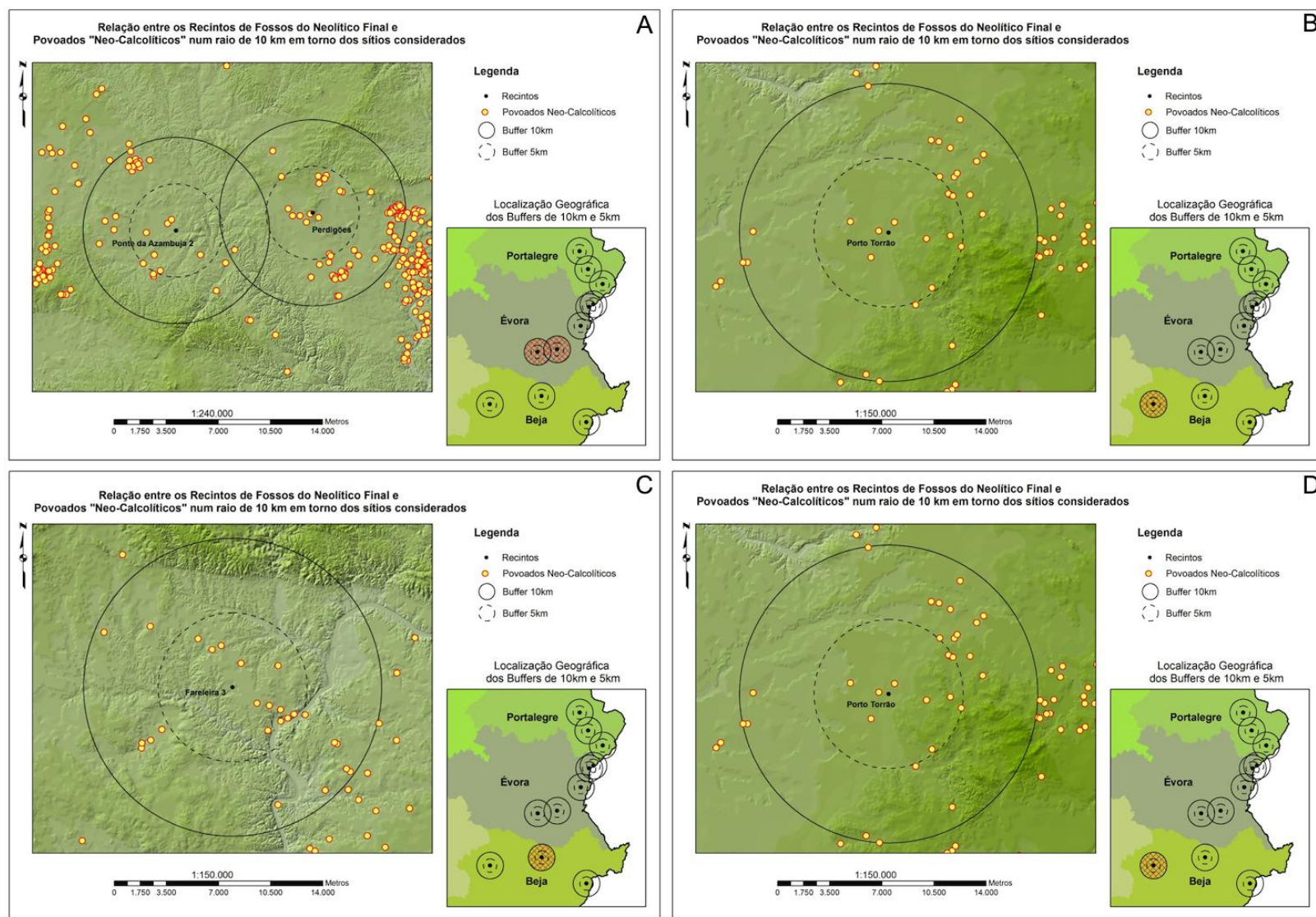


Figura 7. 36. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e povoados "Neo-Calcolíticos" à escala da mesorregião: A. Perdigoes – Ponte da Azambuja 2; B – Porto Torrão; C – Fareleira 3; D – Porto Torrão

7.1.4. Relação entre recintos de fossos e megalitismo não funerário à escala da mesorregião

Tradicionalmente, o megalitismo não funerário – menires e cromeleques – é enquadrado na mesma etapa cronológica e cultural em debate nesta dissertação: “ [...] Resta-nos então o 4.º milénio, e particularmente a sua tranche terminal, que coincide com os grandes povoados com fossos. Aqui, na segunda metade do 4.º milénio e na transição para o 3.º, me parecem situarem-se as estelas-menir, cuja simbologia inconfundível associa o machado ao báculo” (Gonçalves, 1999:55).

Calado (2005) apresentou uma leitura interpretativa bem distinta, onde defende que a tradição de erigir grandes pedras remonta ao início do processo de neolitização do território centro alentejano, resultando “[...] da crise vivida pelas comunidades mesolíticas mais dinâmicas e dos fenómenos de fissão que daí teriam resultado [...]” (Calado, 2005: 262). Nesta perspectiva, menires e cromeleques não são fenómenos com uma emergência contemporânea, mas sim fases distintas de um processo histórico associado à crescente complexificação social.

Havendo uma coincidência regional entre a análise efectuada por este investigador e o tema em debate na presente dissertação, importa analisar a forma como o fenómeno megalítico não funerário se dispersa espacialmente. Calado (2005) identificou uma região preferencial para este tipo de manifestação, “[...] coincidente com o território do distrito de Évora, a Oeste do Guadiana [...]”, que subdividiu em cinco áreas megalíticas distintas, a saber (Calado, 2005):

- Área de Évora, composta pelos maiores cromeleques da Península Ibérica – Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio – assim como vários menires de grandes dimensões e outros mais pequenos, isolados na paisagem; ocupa essencialmente o espaço a Oeste da cidade de Évora e equivale a um território com cerca de 15km de diâmetro; geológica e geomorfologicamente correspondente a uma área granítica, de terrenos pouco acidentados, junto às bacias de três grandes rios: Tejo, Sado e Guadiana;
- Área de Reguengos de Monsaraz, organizada em dois subgrupos distintos, de acordo com a sua distribuição no concelho: a Oeste, onde se inclui o cromeleque dos Perdigões, e ESE, com o cromeleque do Xarês;

- Área de Pavia, caracterizada pela disposição dos menires e cromeleques num eixo E-W, que subdivide a área em dois subgrupos distintos;
- Área de Cuncos, correspondente ao festo Tejo-Sado, e que, aparentemente, se organiza em toro do cromeleque de Cuncos;
- Área do Tojal, composta por dos cromeleque se um menir isolado (Calado, 2005)

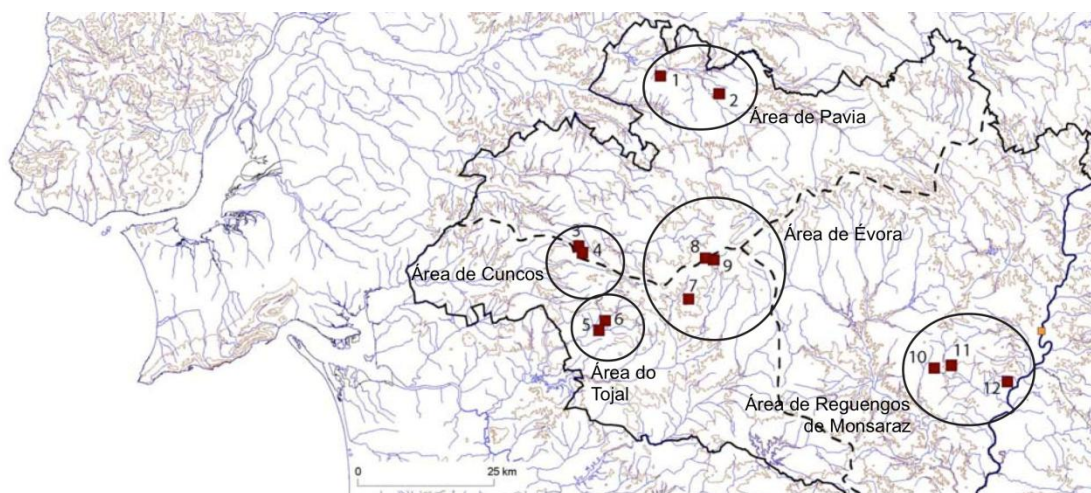


Figura 7. 37. “Distribuição dos recintos megalíticos, no Alentejo Central” (Calada 2005:24), com indicação das cinco áreas megalíticas (adaptado de Calado, 2005)

No presente trabalho não se pretende discutir nem o significado desta tradição, nem tão pouco a sua cronologia, que, apesar de tudo, ainda não se encontra efetivamente estabelecida. Contudo, devido à presença excecional de menires e cromeleques no mesmo espaço de alguns recintos dos fossos em análise, deve-se avaliar de que forma o megalitismo não funerário poderá ter influenciado a emergência dos recintos de fossos (ou vice-versa).

Elaborou-se assim, uma cartografia à escala da mesorregião definida, com todos os recintos de fossos em análise, acompanhados dos respetivos *buffers* (5 e 10 km) e implantação de todos os menires e cromeleques presentes na Base de Dados Endovélico⁴⁵. Pretende-se assim, (1) avaliar se os construtores de uns poderão ter sido os autores dos outros, através de uma padronização territorial entre menires/ cromeleques e recintos de fossos, e, (2) identificar uma matriz comum em eventuais comportamentos simbólicos das comunidades dos finais do 4.º milénio a.n.e.

⁴⁵ Última consulta realizada em Setembro de 2014.

Ora, a distribuição espacial entre megalitismo não funerário e recintos de fossos que se antevê a partir da organização agrupada por Calado, permite desde logo deduzir que, na generalidade, ambos os fenómenos não são coincidentes no espaço, conforme se pode constatar na Figura 8.38.

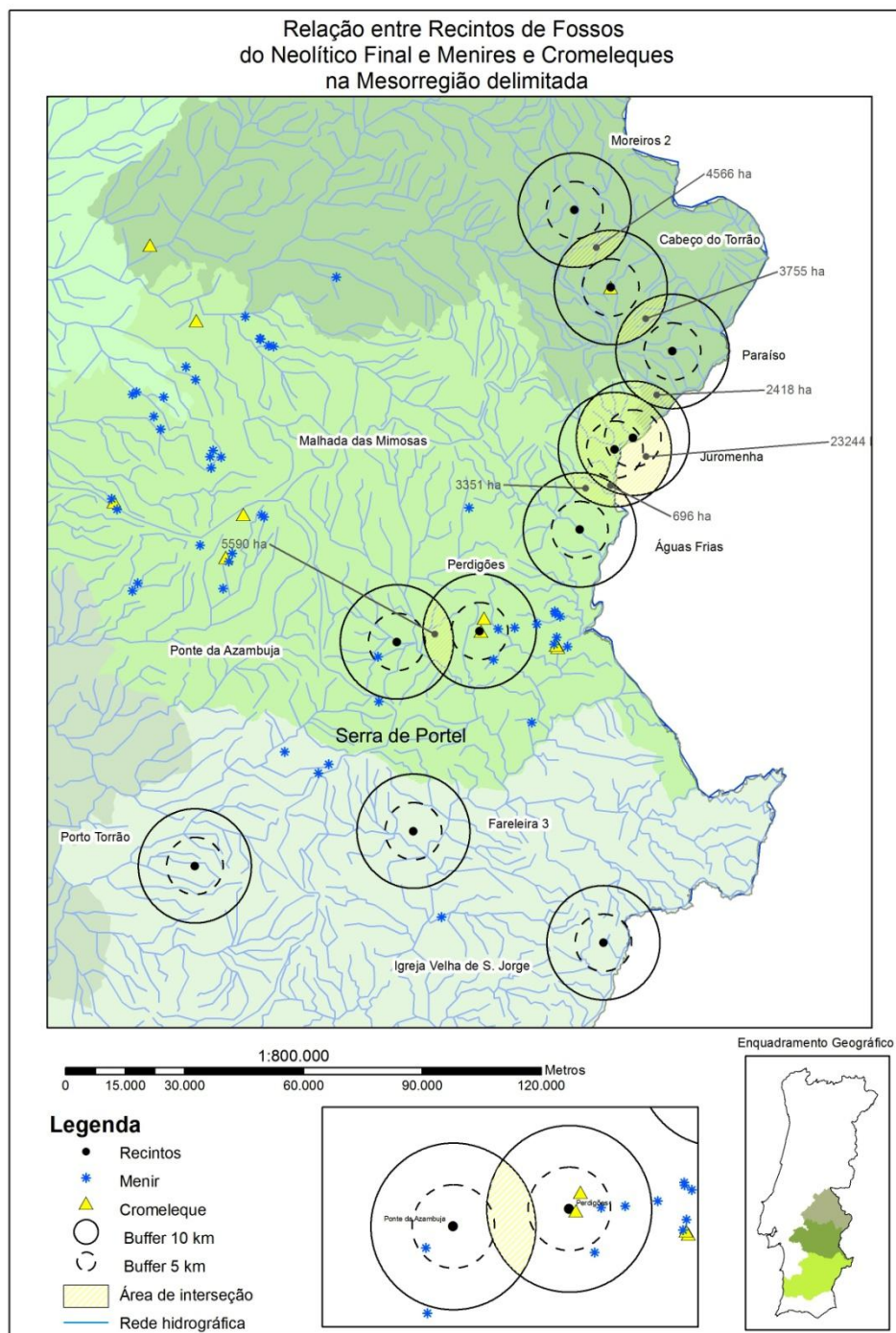


Figura 7. 38. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e o megalitismo não funerário à escala da mesorregião

Efetivamente há apenas casos pontuais no que se refere à interseção dos territórios megalíticos não funerários e os territórios dos construtores de recintos de fossos. Se os

primeiros parecem estar relacionados, tal como Calado referiu, com a área a Oeste da atual cidade de Évora, os segundos concentram-se ao longo da bacia hidrográfica do Guadiana, no território localizado a Norte da Serra de Portel.

Entre as exceções supramencionadas contam-se o Cabeço do Torrão, os Perdigões e a Ponte da Azambuja 2, correspondendo o primeiro a um caso isolado na paisagem, e os dois últimos ao território que Calado definiu como “Área de Reguengos de Monsaraz”.

Quer uma, quer outra situação encerram problemáticas distintas: a primeira, pela multiplicidade de arquiteturas num espaço exíguo; a segunda, porque para além de deter situações semelhantes à primeira (Complexo Arqueológico dos Perdigões), compartilha toda uma região com outro tipo de arquitetura megalítica: a funerária.

Se no caso do Cabeço do Torrão os investigadores responsáveis pela intervenção consideram que chegaram a uma situação de impasse, admitindo que “[...] ao nível da organização dos territórios, desde *habitats* a monumentos megalíticos, dificilmente será possível avançar nas [diversas] temáticas [...], particularmente na devida compreensão das motivações que condicionaram a emergência do lugar” (Lago & Albergaria, 2001:62), nos recintos e monumentos megalíticos não funerários da “Área de Reguengos de Monsaraz” diferentes postulados têm sido colocados.

No início da década de '90 do século XX, a análise espacial efetuada por Gonçalves (1992) para a distribuição dos menires conhecidos à data, em função da geomorfologia e capacidade de uso dos solos, permitiu a apresentação de uma proposta que assegura que este fenómeno está relacionado com a apropriação territorial de uma área concreta, que o investigador delimita da seguinte forma:

- a Este, pelo menir da Belhoa e cromeleque do Xarez;
- a Norte, pelo menir do Penedo Comprido;
- a Oeste, pelo cromeleque dos Perdigões e o menir do Monte da Ribeira;

havendo outros menires isolados, dispersos, mas que ocupam territórios de terras férteis (Gonçalves, 1992).

Para este investigador, “surgem assim reforçadas as interpretações que decorrem da análise da simbólica que toma o menir, e particularmente a estela-menir, como suporte: os menires marcam efetivamente territórios e a sua visibilidade e impacto simbólico são componentes indispensáveis do processo da sua construção” (Gonçalves, 1999: 58. Assim,

estando o cromeleque dos Perdigões associados à zona Oeste deste território, o recinto de fossos acaba por estar indiretamente vinculado a esta interpretação.

Já Valera partilha com esta teoria apenas as questões relacionadas com o simbolismo inerente às comunidades dos finais do Neolítico. Para o investigador deste recinto, a localização do recinto megalítico é indissociável da orientação do próprio sítio, indicada pela posição das diferentes portas identificadas: “No exterior do lado Este e imediatamente abaixo da necrópole, existe um agrupamento de menires que estruturariam um recinto megalítico. A organização e orientação expressa pela relação estabelecida entre o recinto circular, a necrópole e as entradas já identificadas revelam um claro planeamento na arquitetura e organização do espaço e sugerem a sua articulação com aspectos astronómicos e simbolismos associados” (Valera *et alii*, 2007:53).

Do ponto de vista cronológico, este cromeleque é posicionado na fase mais antiga de construção do recinto de fossos - Neolítico Final – rejeitando-se a proposta de Calado, que considera o núcleo da “Área de Reguengos” mais antigo que todos os outros por si definidos (Mesolítico tardio/ Neolítico Antigo).

A propósito quer da localização, quer do enquadramento cronológico posterior dos monumentos megalíticos funerários também presentes neste espaço é afirmado o seguinte: “It appears that they may originally have been outside any enclosure, but they were built next to (and in the same direction as) an earlier highly symbolic area of the site (the cromlech)” (Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014:20).

A revisão da literatura para o tema em debate, aconselha a cautela no respeito à apresentação de modelos interpretativos para a vinculação destes fenómenos e respetivas teorias em tornos de funcionalidades e simbologias. Todas as questões relacionadas com o tema “recintos de fossos e megalitismo não funerário” estão em aberto até ser definitivamente comprovada e “arrumada” a cronologia do megalitismo menírico, concordando-se com Lago e Albergaria quando afirmam estar-se perante uma situação de impasse (Lago & Albergaria, 2001).

No entanto, do ponto de vista das teorias interpretativas vigentes para os recintos de fossos há ainda alguns aspetos a considerar.

A ideia de que os recintos de fossos do 4.º milénio a.n.e. no SW Peninsular são “ [...] lugares recurrentes y no permanentes de actividad, visitados habitualmente por grupos cuyos

patrones de asentamiento estaban sometidos a traslados residenciales y logísticos más o menos frecuentes” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010:509), defendida pelos autores citados encerra em si algumas apreciações que envolvem, entre outros, o tipo de monumento em análise. Para estes autores a ideia de que os primeiros recintos de fossos possam constituir “lugares centrais” não é viável na medida em que toda a relevância paisagística das comunidades construtores destes sítios seria canalizada para os monumentos megalíticos: “se podría pensar que los sepulcros y otros monumentos megalíticos tienen una incidencia o alcance paisajístico local y sancionan sólo el área de ocupación de grupos o linajes específicos. Su observancia, frecuentación y cuidado pueden ser sumidos y reconocidos por grupos locales, pero su discurso arquitectónico tiene, desde un principio, clara vocación de permanencia. Por el contrario, los recintos pudieron ser coyunturales, socialmente contingentes; su construcción, por la conmoción social que conlleva, debió de ser siempre un acto extraordinario e infrecuente en la vida social de estos grupos” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010:513).

Márquez Romero e Jiménez Jáimez (2010) justificam ainda esta sua interpretação com alguns casos conhecido não só na Europa, mas um pouco por todo o mundo:

- no Norte de África – Mauritânia, Argélia, Mali, Níger – onde se verificam padrões de povoamento temporário em torno de necrópoles, lugares especiais ou “santuários” de arte rupestre;
- Na Ásia – Mongólia – onde se atestam situações similares às anteriormente descritas, em que comunidades, essencialmente pastoris, constroem os seus monumentos funerários acompanhados de um importante conjunto de arte esquemática,
- Na Índia, onde é seguido o mesmo paradigma de povoamento disperso e temporário, vinculado a importantes manifestações megalíticas funerárias e não funerárias, assim como importantes conjunto de arte rupestre ao ar livre.

Porém, na área regional em estudo, não se aplicam estas premissas. Para além de haver, como foi já amplamente discutido, um problema de enquadramento cronológico no megalitismo menírico, não há qualquer correlação espacial, salvo raras exceções, entre recintos de fossos, menires e cromeleques. Do ponto de vista territorial são manifestações completamente distintas, sem qualquer interação entre os principais núcleos de uns e o eixo de implantação de outros. Deste modo, afirma-se com segurança não haver qualquer conexão entre o modelo proposto para o megalitismo menírico e os recintos de fossos do Alentejo Central.

Com efeito, do debate teórico e da análise espacial “recinto de fossos / megalitismo não funerário” sobressaem enormes dificuldades interpretativas nos seguintes patamares de análise:

- atestar a contemporaneidade dos fenómenos, quer pela ausência de dados empíricos relativamente à cronologia dos menires / cromeleques, quer pela distribuição e organização no espaço de ambas as construções, que parece refletir dois padrões distintos;
- comprovar que os construtores de uns poderão ter sido os construtores de outros, com o intuito de dominar territórios.

Posto isto, os modelos interpretativos que se possam construir a propósito da coexistência entre recintos megalíticos e recintos de fossos no Cabeço do Torrão e nos Perdigões só podem corresponder a um dos seguintes cenários:

- se ambos os fenómenos forem diacrónicos, poderão existir duas possibilidades interpretativas do ponto de vista paleossocial – (1) trata-se de comunidades que perderam o significado original dos recintos megalíticos no período de tempo compreendido entre uma e outra edificação, o que significaria a existência de uma rutura ideológica; (2) trata-se de comunidades que reconhecem o significado dos recintos megalíticos, ou atribuem-lhe outros, e apropriam-se destas preexistências.
- se ambos os fenómenos forem sincrónicos, podem corresponder, nos casos excecionais (Cabeço do Torrão e Perdigões), ao reforço da apropriação do lugar por parte da comunidade residente; uma vez que este fenómeno é mais recorrente no território a Oeste da área de domínio dos recintos de fossos, deverá então efetuar-se uma reflexão sobre os mecanismos de diferenciação entre ambos os territórios e identificar que razão, ou razões, explicam as referidas exceções.

7.2. Arquiteturas

Dos 11 sítios em análise, são muito poucos aqueles em que se detém uma ideia global da sua arquitetura. Recorrendo a ferramentas de trabalho distintas, tem-se apenas conhecimento da morfologia dos recintos de fossos de Moreiros 2, Águas Frias e Perdigões.

Em Moreiros 2, realizaram-se trabalhos de prospeção geofísica, recorrendo ao método de magnetometria de ultra-alta resolução. Devido quer a imposições legais, quer às condições atuais do terreno (coberto vegetal, saibreira, etc.), não foi abrangida a totalidade do sítio arqueológico, tendo a prospeção sido realizada numa área com 76 800m² (Valera, Becker & Boaventura, 2013).

Para os investigadores que divulgaram a planta deste sítio, o magnetograma corresponde ao “produto final” de uma sequência histórica, que se acredita deter dois momentos construtivos distintos. Assim, a interpretação arquitetónica deste magnetograma reflete diferentes tipos de estruturas, a saber: (1) fossos de diferentes tamanhos e morfologias, com identificação das respetivas entradas; (2) paliçadas; (3) fossas.

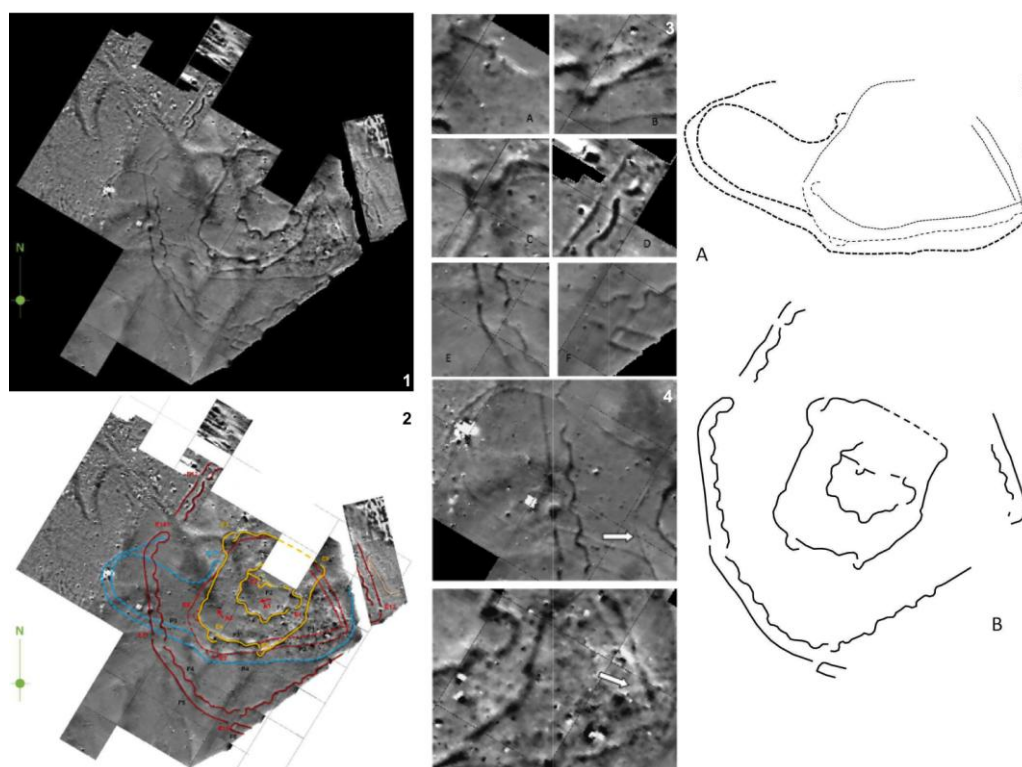


Figura 7. 39. 1. “Magnetograma de Moreiros 2”; 2. Magnetograma de Moreiros 2 anotado com interpretação das estruturas tipo fosso (F), paliçada (P), entradas (E) e alinhamentos circulares de fossas (A)”; 3. “Pormenores do magnetograma nas áreas de algumas entradas: A – entrada 2; B – entrada 5; C – entrada 3; D – entrada 12; E – entrada 11; F – entrada 10”; 4. “pormenores de alinhamentos de fossas de implantação de postes das paliçadas. Em cima: P2, lado oeste. Em baixo: P1 e P2, lado este”; 5. “Monumentos construtíveis diferenciáveis. A – Recintos de paliçadas que abrangem a colina e o seu prolongamento para Oeste; B – Recintos de fossos de planimetria distinta, que abarcam as vertentes e áreas de fundo de vale” (Valera, Becker & Boaventura, 2013: 39, 40, 42 e 43)

Uma vez que as várias estruturas que compõem este recinto provocam uma complexidade discursiva, em parte provocada pela eventual presença de dois recintos distintos, a descrição abaixo irá seguir a interpretação dos autores da investigação e será efetuada individualmente, por recinto, conforme se observa no número 5 da Figura 8.39. Previamente deve-se deixar expresso que Valera, Becker e Boaventura (2013) consideram que o recinto A é mais antigo que o recinto B, sendo que o preenchimento dos fossos integrados no último detêm uma cronologia enquadrada na segunda metade do 4.º milénio a.n.e. (Fossos 1 e 3).

O Recinto A é composto por quatro paliçadas – P1, P2, P3 e P4 – que ocupam o espaço de implantação de acordo com a topografia do terreno.

P4 corresponde à paliçada exterior que engloba o conjunto de todas as outras. Detém uma planta tendencialmente ovalada e, segundo os investigadores, desenvolve-se ao longo de uma “ [...] lomba de terreno, formando depois uma curva em direção para nordeste, terminado na depressão onde passa uma linha de água [...]” (Valera, Becker & Boaventura, 2013:43). De acordo com a interpretação dos autores do trabalho de prospecção geofísica, que se encontra representada na Figura 8.40 esta paliçada concentra, sem a concentricidade típica destas estruturas, a P1, P2 e P3.

Essa concentricidade parece estar no entanto desenvolvida nas P1 e P2, que “[...] desenvolvem-se em torno à colina, seguindo a sua topografia, gerando plantas de tendências sub-trapezoidal” (Valera, Becker & Boaventura, 2013: 42). Curiosamente, verifica-se em ambas as estruturas “segmentos de reta”, formando ângulos na parte Este dos recintos, que “[...] coincidem com ângulos igualmente muito acentuados que a topografia apresenta nessa área” (Valera, Becker & Boaventura, 2013: 42), o que transparece uma adaptação das estruturas construídas ao suporte natural escolhido.

Destas paliçadas destaca-se ainda a identificação de duas entradas na P2, viradas a SW (E7) e a W (E8), correspondentes a [...] duas pequenas “pinças” pelo exterior” (Valera, Becker & Boaventura, 2013: 42). Embora não confirmada, os autores colocam a hipótese da existência de uma entrada em P1, no local onde se observa um pequeno lóbulo, a W, junto à E8.

A P3 corresponde ao prolongamento de P2 para Oeste, desenvolvendo-se longitudinalmente na lomba de terreno anteriormente referida para P4. A sua morfologia é irregular e detendo uma forma tendencialmente ovalada, que é, no entanto interrompida a

Norte, onde se torna mais sinuosa. Neste local há uma entrada em lóbulo, aparentemente de orientação N-NW, designada por E10.

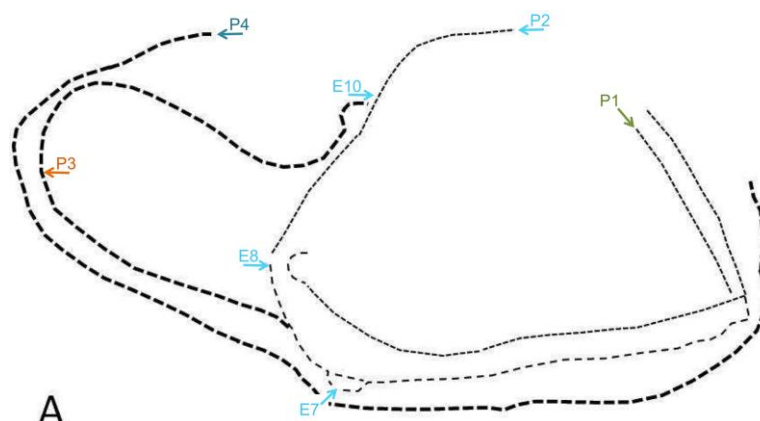


Figura 7. 40. Representação esquemática do Recinto A de Moreiros 2, com indicação das diferentes estruturas identificadas (paliçadas – P - e entradas - E), conforme Valera, Becker, & Boaventura, 2013

O recinto B tem uma maior tendência para a concentricidade e é composto por:

- 1) um sistema de fossos duplo exterior – F4, 5 e 6 –, de morfologia tendencialmente poligonal, sendo o fosso interno demarcado pela sinuosidade (F4), no qual foram identificadas quatro entradas (E10, E11, E12 e E14);
- 2) um fosso intermédio (F3), de planta irregular e morfologia entre o sub-elipsoidal e o sub-rectangular, ligeiramente sinuoso, mas marcado por uma certa linearidade, no qual foram igualmente identificadas quatro entradas – E3, E4, E5 e E6;
- 3) um fosso central, sinuoso, em lóbulos regulares, no qual foi reconhecido uma entrada orientada ao nascer do sol no solstício de Inverno (120°);
- 4) um fosso no interior do fosso interno, que divide o recinto, também ele com uma entrada (Valera, Becker, & Boaventura, 2013).

Destaca-se neste recinto a morfologia da maior parte das entradas, que, à exceção das que foram identificadas no sistema de fossos externo - executadas através da interrupção da estrutura negativa (aproveitando para realizar a união entre o fosso externo e o interno – E10, E11, E12, E14) - são realizadas através da interrupção lateral de um lóbulo, sendo esse o caso das E1, E2, E3, E4, E5 e E6.

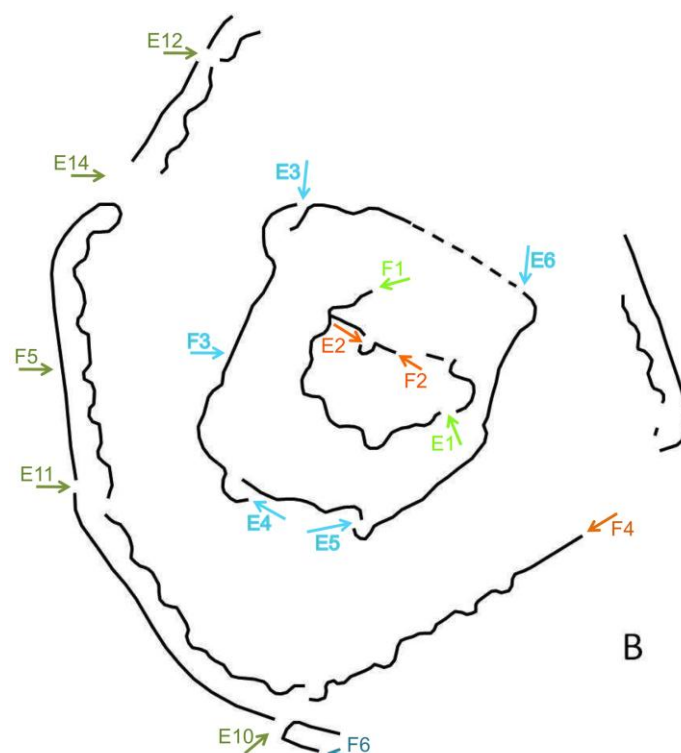


Figura 7. 41. Representação esquemática do Recinto B de Moreiros 2, com indicação das diferentes estruturas identificadas (fossos – F - e entradas – E), conforme Valera, Becker, & Boaventura, 2013

Em Águas Frias, a metodologia de obtenção da planta do sítio foi adquirida de um modo completamente distinto: decapagem dos solos agrícolas superficiais, até ao topo das estruturas, sem prejuízo da estratigrafia (Calado & Rocha, 2004).

Para melhor se compreender a planta geral dos fossos pré-históricos de Águas Frias, é conveniente fazer uma nota prévia relativamente a uma característica da implantação deste sítio, que ainda não referida no presente trabalho: o da eventual existência de um “lago” na parte Oeste do sítio, em parte sugerida pela presença de aluviões recentes (Araújo, 2004). Deste modo, as estruturas negativas identificadas foram construídas apenas até à margem deste “lago”, facto que lhe conferiu algumas soluções arquitetónicas valorizadas pelos investigadores.

Assim, pode-se dizer que a planta geral de Águas Frias tende para a circularidade e concentricidade, embora as “formas geométricas” estejam “interrompidas”.

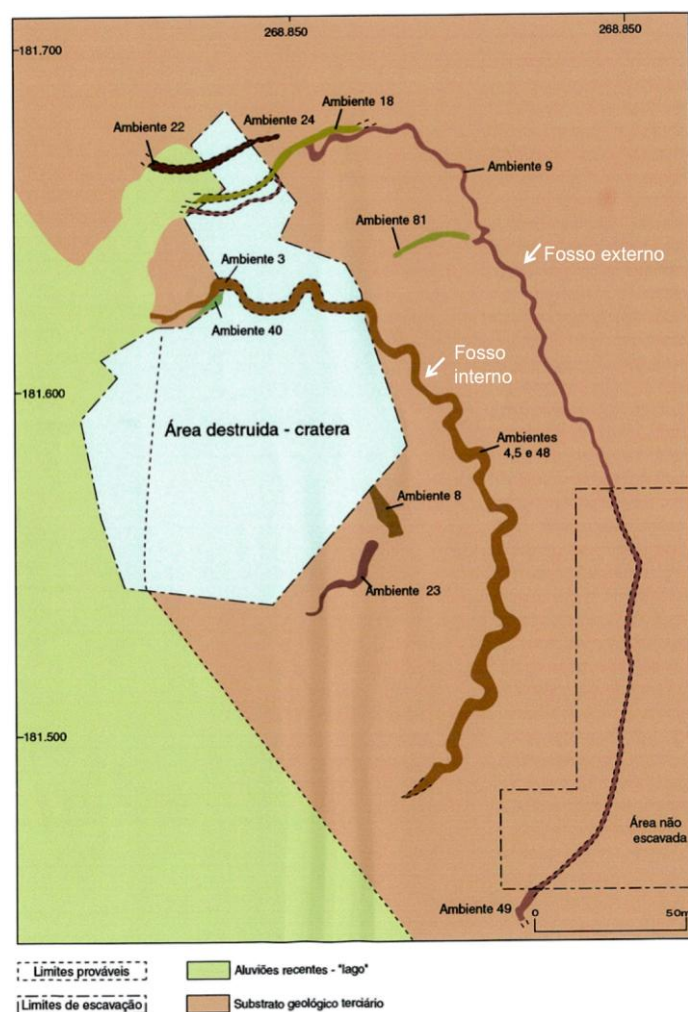


Figura 7. 42. Planta geral do recinto de fossos de Águas Frias, conforme Calado & Rocha, 2004

Da planta patente no relatório de intervenção sobressai a ideia de que a construção deste sítio se focou em duas grandes estruturas negativas: uma, de carácter externo, sinuoso e irregular; outro, interno, “ [...] composto por segmentos de reta, intercalados por semi-círculos, sugerindo analogias com as plantas dos povoados fortificados calcolíticos” (Calado & Rocha, 2004: 121), sendo esta ideia repetida ao longo de vários discursos produzidos pelo investigador (*e.g.* Calado, 2005). Este recinto detém igualmente outros pequenos fossos identificados quer na parte central do sítio, quer na parte situada mais a Norte (identificados na Figura 8. 42 como Ambiente 8, 18, 23, 24, 40 e 81).

Para além da sinuosidade que marca as estruturas negativas deste sítio, os investigadores salientam ainda outras particularidades inerentes aos fossos de Águas Frias. Neste âmbito, são reconhecidos três tipos distintos de extremidades dos fossos, agrupadas da seguinte forma: (1) finalização da estrutura através da redução da profundidade e da largura do fosso; (2) extremidade arredondada, com manutenção de largura e profundidade; (3) sem

fecho da estrutura, havendo uma abertura para o “lago” situado na parte Oeste do sítio, “[...] permitindo, dessa forma, o escoamento do interior do fosso” (Calado & Rocha, 2004:121).

As características de Águas Frias, acompanhadas das informações que o mesmo investigador obteve nos recintos de fossos de Juromenha 1 e Malhada das Mimosas, conduziram a uma reconstituição cenográfica do ambiente que se considera ser o vivido nestes sítios, estando essa imagem abaixo representada.

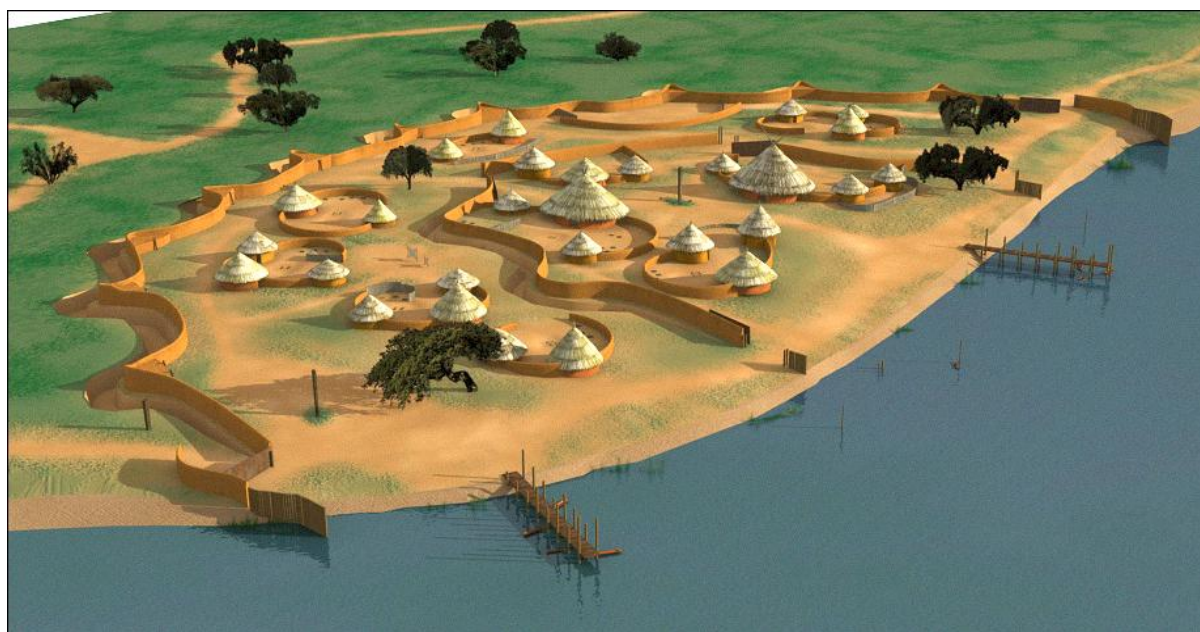


Figura 7. 43. Reconstituição da vivência em Águas Frias (retirado de http://megasettlements.blogspot.com/2007/01/re-creating-past_24.html)

Saliente-se o facto de, na área intervencionada em Águas Frias, não ter sido identificada qualquer entrada do recinto. A eventualidade do sítio se prolongar para a outra margem da ribeira de Lucefece, englobando o referido “lago”, é uma hipótese que foi já sugerida, comparando esta solução arquitetónica a sítios como o Porto Torrão (situado no “Eixo W-E”) e La Pijotilla, em Badajoz (Valera A. , 0072 - Águas Frias ditched enclosure, 2012).

A metodologia de obtenção da planta do Complexo Arqueológico dos Perdigões é semelhante à utilizada no recinto de Moreiros 2, embora a fotografia aérea conseguida em meados da década de '90 fosse já bastante explícita quanto à complexidade arquitetónica do sítio (Márquez Romero *et alii*, 2011).

Essa complexidade advém não só da pluralidade do tipo de estruturas, mas também da longa diacronia de ocupação registada do sítio, que se estima em cerca de um milénio e meio

(desde o Neolítico Final até ao período Campaniforme) (Lago *et alii*, 1998; (Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014).

Efetivamente um dos esforços que tem sido desenvolvido na investigação deste sítio é a compreensão da evolução da arquitetura do sítio, através da atribuição cronológica das diferentes estruturas escavadas. Esta é aliás a noção que se tem de ter quando se olha para o magnetograma do sítio: o que nos é possibilitado observar hoje é completamente distinto daquilo que foi vivenciado ao longo da diacronia de ocupação. A imagem obtida encontra-se abaixo representada.

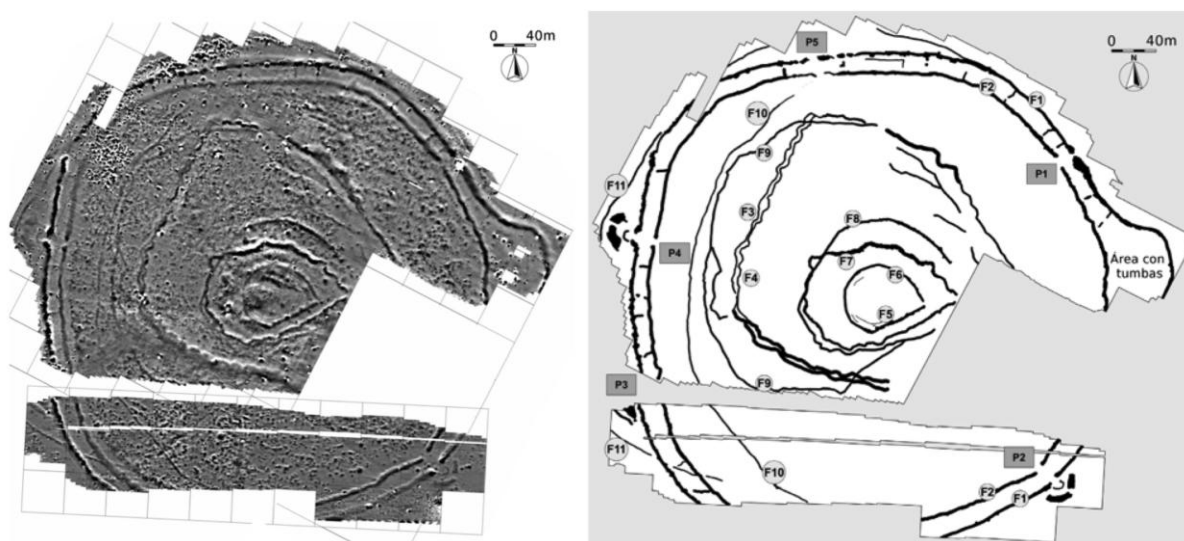


Figura 7. 44. “Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Planta de los recintos de fosos de Perdigões, de acuerdo con la magnetometría realizada en el verano de 2009” e “Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Ensayo de calco y primera lectura –por tanto, provisional– de las realidades arqueológicas desveladas a través de la prospección geomagnética: 11 fosos (F) y 5 puertas (P)” (Márquez Romero, 2011: 180-181)

Se a imagem representada na Figura 8.44 demonstra o cumular de estruturas ao longo dos 1500 anos de ocupação, as últimas interpretações do sítio revelam que durante a época em apreço no presente trabalho o lugar seria de dimensões mais reduzidas, restringindo-se ao espaço central. De acordo com a interpretação publicada pelos investigadores (Figura 8.45), a evolução arquitetónica do sítio terá sido a seguinte (atendendo às diferentes figuras publicadas e que acompanham o presente texto):

- Neolítico Final – Fossos 6 e 8 e cromeleque (debatido anteriormente);
- Calcolítico inicial/ pleno – Fossos 3 e 5 e monumentos funerários;
- Calcolítico pleno/ final – Fosso e 1 e monumento funerário n.º 2) (Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014).

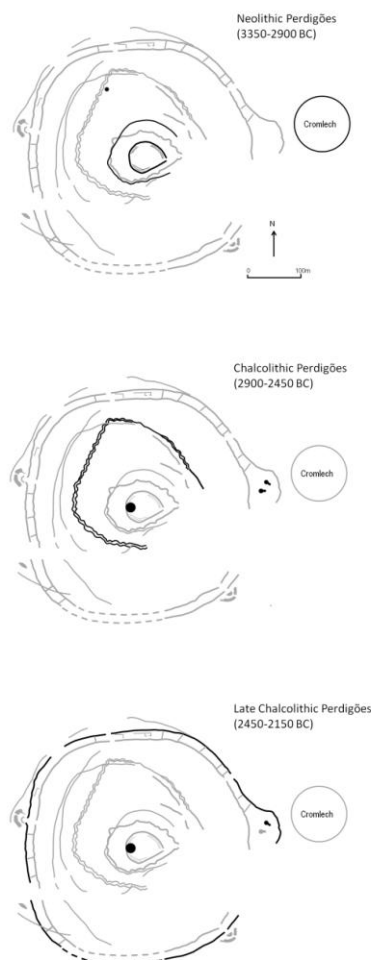


Figura 7. 45. “Representation of the actual understanding of the chronological development of Perdigões” (Valera, Silva e Romero, 2014)

Se através desta análise poder-se-ia chegar à conclusão de que há uma expansão do sítio ao longo da sua diacronia, os seus investigadores alertam para a falácia por detrás desta ideia, uma vez que o Fosso 11, que contorna a Norte o Fosso 1, não está ainda datado, podendo assim ser do Neolítico. Se assim for, o recinto do Neolítico Final não é mais pequeno que o recinto do final do Calcolítico (Valera, Silva & Márquez Romero, 2014).

Outra característica que é bastante realçada nas publicações efetuadas sobre este sítio relaciona-se com a orientação das suas entradas. Sendo um ponto essencial no discurso e nas teorias interpretativas de Valera (2003, 2008, 2011), o recinto de fossos dos Perdigões desempenha o papel de paradigma da representação cosmológica na organização espacial e soluções arquitectónicas das sociedades pré-históricas: “As simetrias e orientações coincidentes com pontos cardiais são reveladoras da intenção e de planeamento e evidenciam a importância das relações de continuidade significativa com espaços prévios organizados e codificados” (Valera A. C., 2008:120).

A partir dos sítios anteriormente descritos e a partir dos dados empíricos da Ponte da Azambuja 2, já enumerados em capítulos anteriores, poder-se-á dizer que do ponto de vista arquitetónico há uma série de analogias entre recintos:

- a tendência para a circularidade e concentricidade das construções;
- a utilização da sinuosidade na construção dos fossos, sem que seja, por enquanto, perceptível o seu significado, quer seja este simbólico quer seja funcional (ou ambos);
- a aparente combinação de diferentes técnicas construtivas – fossos, paliçadas, etc;
- diferentes tipos de entradas, reconhecendo-se, no entanto, a criação de “obstáculos” que parecem condicionar um acesso direto ao interior do recinto;
- em alguns casos, a sua orientação mediante os pontos cardiais, assinalando-se o caso dos Perdighões, assim como de outros recintos de fossos de cronologia posterior não abrangidos pelo presente estudo (*e.g.* Xancra (Cuba, Beja), facto que parece, no entanto, contrariado em Moreiros 2;
- a presença significativa de estruturas negativas circulares, que se encontram amplamente registadas na bibliografia da especialidade como “fossas”, também elas alvo de um intenso debate quanto à sua funcionalidade.

Pelas descrições acima realizadas com base na bibliografia disponibilizada pelos diferentes investigadores, um recinto de fossos espelha todas as regras que definem, na modernidade, um projeto arquitetónico. Benévolo e Albrecht (2002), definiram uma série de regras aplicadas nas construções pré-históricas, que se encontram imutáveis na execução de grandes projetos, até aos dias de hoje, aplicando-se, no caso dos recintos de fossos, as seguintes:

- a) referências às três dimensões do espaço, que medem as superfícies horizontais – (1) comprimento e (2) largura – e a medição de desníveis – (3) altura;
- b) o uso da simetria radial;
- c) a noção de estrutura tridimensional, num espaço geométrico;
- d) a especialização das construções – “isto serve para aquilo” – tornando construções artificiais em modelos estáveis (*e.g.* uma anta serve para depositar os mortos; uma cabana para desenvolver as atividades do quotidiano; um recinto de fossos...)
- e) o relacionamento entre construções e os corpos celestes, nomeadamente com o movimento solar, a partir do qual se deduzem os pontos cardeais, permitindo a orientação do elemento construtivo;

- f) a capacidade de modelar a paisagem natural e transformar os seus componentes em construções duradouras.

Ora a predefinição de um plano de construção de um lugar mediante regras que não diferem das que ainda hoje são aplicadas na arquitectura, somada à irrefutável escolha do local de implantação mediante as suas características físicas, que ajudam (1) à viabilização do projecto (geologia), (2) à potenciação das práticas agro-pastoris, e (3) ao controlo do território envolvente, permitem falar de duas questões distintas, mas fundamentais para a percepção das sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e.: a eventualidade de um proto-urbanismo associado à construção destes recintos e a divisão premeditada do trabalho.

A primeira questão – proto-urbanismo – é aqui entendida no sentido de “community planning”, definida por Harris (2006) como “The process of planning a future community, or the guidance and shaping of the expansion of a current community, in an organized manner and with an organized layout, taking into account such considerations as convenience for its inhabitants, environmental conditions, social requirements, recreational facilities, aesthetic design, and economic feasibility. Such planning includes a study of present requirements and conditions as well as projections for the future, and often includes proposals for implementing the plan” (Harris, 2006:236).

Refira-se que nenhum investigador refuta taxativamente ou questiona a planificação de um recinto de fossos, de tão evidente que se torna quando se observam imagens como o magnetograma dos Perdigões, assim como não é negada a necessidade de congregar uma vasta mão de obra para viabilizar o projecto pré-concebido.

Porém, quer a temporalidade, quer a forma como foi conseguida a mão de obra para a concretização destes recintos têm sido, na última década, questionadas.

Se no presente capítulo todos os factos enumerados até ao momento levam a crer que, no seio de uma ou de várias de comunidades, existe o desejo comum de edificar uma construção duradoura, na qual terá sido investida uma parte significativa do seu tempo, implicando igualmente um esforço laboral expressivo, outros autores defendem que essa tarefa terá sido executada numa lógica de um esforço provisório, tanto na construção faseada do recinto, como na sua utilização, defendendo que estes sítios não são lugares de residência permanente, mas sim locais onde se “[...] desarrollaban encuentros o agregaciones condenadas

a no perdurar, y en lo cuales acaecía un amplio rango de actividades” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010:485).

É no seio destas interpretações pós-processualistas, que tendem a ver nestes espaços outro tipo de características que não as de um *habitat* permanente, que os autores supracitados procuram, contrariamente ao que seria expectável, dados nitidamente “urbanos” para refutar a ideia de um lugar planificado tendo em vista a habitação e actividades inerentes ao quotidiano das comunidades pré-históricas.

Neste âmbito, Márquez Romero e Jiménez Jáimez (2010), para demonstrar a monumentalidade dos recintos de fossos do SW Peninsular, refutando a ideia de que possam ter sido povoados permanentes ou “lugares centrais” de estruturas estatais, comparam as suas dimensões com outros sítios, de outras áreas do espaço europeu e do médio-oriente, de cronologia diversa, mas com um ponto comum: o facto de serem ou lugares com comprovada hierarquização social ou urbes consolidadas. Dessa análise, surgiu o seguinte quadro e comentário:

Neolítico Próximo Oriente	Área total (ha)	Neolítico Península Balcânica	Área total (ha)	Ciudades romanas del Suroeste	Área total (ha)	Recintos de fosos Suroeste (IV-III m. AC)	Área total (ha)
Cayonü	4,5	Achilleion	5,2	Emerita Augusta	120	Valencina (sólo “área habitacional y productiva”)	235,6
Shanidar	4,3	Karanovo	3,7	Corduba	70	Marroquies Bajos	113
Mureybet	3	Nea Nikomedeia	2,4	Acinipo	50	La Pijotilla	70-80
Tell Sultan	3	Dimini	0,9	Carmo	42,40	Porto Torrão	¿75?
Byblos	3	Sesklo	0,4	Hasta Regia	42	Martos	40
Tell Bouqras	2,7			Italica	41,50	Alcalar	20
Tell Sawwan	2,5			Gades	40	Perdigões	16
Jarmo	1,2			Castulo	40	Papa Uvas	9,5
Umm Dabaghiah	0,8			Ossonoba	30	Granja Céspedes	5-6
Ain Mallaha	0,2			Malaca	25	El Lobo	1

Tabela 7. 3. “Extensión comparada de yacimientos neolíticos del Próximo Oriente y los Balcanes, y de ciudades romanas de Hispânia, junto a los recintos de fosos del suroeste peninsular. Fuente: para los asentamientos neolíticos del Próximo Oriente y la Península Balcánica, Lichardus y Lichardus – Itten (1987); para las ciudades del sur de la Hispânia romana, Carreras (1995-1996)” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010: 482)

“Lo que nos muestra esta simple comparativa, es que la magnitud del área cinrcunscrita por algunas zanjas sobrepasa cualquier expectativa en un asentamiento prehistórico. Así, la extensión de yacimientos clásicos, que han sido tradicionalmente considerados la cuna de la civilización, y que para muchos representan el paradigma de los asentamientos estables en la Prehistoria, como Mureybet, Tell Sultan (Jericó) o Byblos, no se acerca ni remotamente a los

valores medidos en nuestro ámbito de estudio. Tampoco los más célebres *tells* de la Península Balcánica, como Karanovo, Sesklo o Dimini, hacen sombra a los espectaculares recintos de fosos de nuestro entorno” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010:482).

Ainda que posteriormente os mesmo autores releguem as dimensões para um plano absolutamente secundário, dando maior ênfase à temporalidade, estratégias de ocupação, organização do espaço e formação do registo arqueológico, a verdade é que este estudo comparativo apenas parece servir, do nosso ponto de vista, para demonstrar o oposto do pretendido. Ou seja:

- se sítios com as dimensões de alguns recintos não terão servido para lugares permanentes, como podem estruturas tão organizadas, planificadas e de tão grandes dimensões ser temporárias?
- Se, no entender dos investigadores citados, um lugar onde as populações residem permanentemente não produz a mesma quantidade de artefactos, não detém estruturas coesas, não detém uma imponência monumental como os recintos mencionados na Tabela 7.3., como é que é possível que sítios que são apenas visitados sazonalmente/temporariamente, detenham uma grandiosidade superior às cidades imperiais romanas da Lusitânia?
- Não será mais lógico o oposto: os recintos de fosos funcionarem enquanto lugares permanentes e pequenos sítios com poucos artefactos serem lugares temporários, à semelhança do que acontece com as épocas antecedentes?

Assim, considera-se neste trabalho que as características dos recintos de fosos, sistematicamente repetidas espacial, geográfica e diacronicamente, são a materialização de uma organização quotidiana e permanente das comunidades da segunda metade do 4.º milénio a.n.e. O facto de alguns destes recintos ampliarem o seu espaço, ao longo da diacronia de ocupação, tal como é o caso dos maiores sítios presentes na tabela supramencionada, poderá estar relacionado com o aumento de população no seu interior e com a respectiva necessidade de organizar espacialmente o lugar.

Se forem atendidas as características dos sítios anteriormente descritos, incidindo em particular no recinto de Moreiros 2 e Perdigões, essa parece uma constatação evidente: há efectivamente um arranjo e readaptação do sítio ao lugar de implantação e esse dado é conciliável com a noção de proto-urbanismo, normalmente conectável apenas com sociedades mais recentes.

Deste modo, o debate deve-se centrar mais nas actividades desenvolvidas no interior e não tanto na funcionalidade concreta dos fossos, que pode, de facto, ter assumido diferentes características/ funções, mediante as necessidades da comunidade que os construiu.

Deste modo, concorda-se com a seguinte afirmação de Díaz-Del-Río (2003), que, apesar de dizer respeito à realidade de três sítios da Meseta, adequa-se perfeitamente à interpretação que se faz da Ponte da Azambuja 2 e restantes sítios coevos: “[...] es evidente que los recintos actuaron como barreras, probablemente definiendo espacialmente los límites de los grupos reivindicando sus territorios productivos” (Díaz-Del-Río, 2003:74), e isto acontece independentemente de deterem, ou não, outra função específica. Obviamente esta questão não invalida uma presumível função relacionada com questões pragmáticas, tais como defesa, drenagem e condução de águas e, até mesmo, porque não, depósito de inertes após a desactivação do sítio, como defendem alguns autores.

No que respeita à organização interna destes espaços, o debate não está facilitado, sendo poucos os dados que permitem tal discussão. Dos onze sítios em análise no presente capítulo não há qualquer estudo nesse sentido.

Apenas em Espanha se conhecem propostas dentro deste âmbito, sempre polémicas. Em Valencina de la Concepción, por exemplo, é reconhecido um bairro residencial, um bairro metalúrgico e uma área específica de necrópole, enquadrados no 3.º milénio a.n.e. (*e.g.* Cruz-Auñon & Arteaga, 1999; Nocete *et alii*, 2008), sendo esta organização contrariada por outros investigadores que contestam essa disposição tão assertiva (*e.g.* Costa Caramé *et alii*, 2010).

Na ausência de dados que consubstanciem a ideia de uma área residencial espacialmente organizada em função das actividades que aí teriam lugar, considera-se que a morfologia geral dos recintos aliada à sua adaptação ao meio onde são construídos, são suficientes para falar de uma estratégia planificada de um grupo significativo de pessoas – comunidade – que se agregam para construir um espaço que lhes proporcione uma série de requisitos previamente delineados com características específicas para a resolução de problemas concretos. Com isto não se quer dizer que o lugar é visitado de tempos a tempos até à conclusão da obra, mas que, após a escolha do sítio e após o assentamento do grupo no local, a construção terá tido lugar, simultaneamente a tantas outras ações do quotidiano da comunidade.

É assim que se chega à segunda questão definida: a divisão premeditada do trabalho. Esta é inferida através da estratégia colectiva de organização laboral que parece estar subjacente a projetos arquitectónicos de grandes dimensões como são os recintos de fossos.

Estes sítios reproduzem uma sociedade em que determinados indivíduos se especializam em tarefas específicas, para resolução de problemas concretos, tais como:

- o planeamento de um projecto arquitetónico;
- a prospeção de terrenos favoráveis à viabilização do projecto;
- a mão-de-obra qualificada e disponível para a sua execução.

Antropologicamente esta situação encontra-se devidamente documentada.

Lévi-Strauss (1995), no seu périplo pela Amazónia, estudou uma comunidade indígena: os Bororos (que, curiosamente, dispunham as suas aldeias de forma circular, a partir de um ponto central - a casa dos homens ou *baitemannageo* - composta por diferentes clãs, devidamente organizados no espaço definido). Entre os Bororos, para além de haver um “chefe da aldeia”, também existiam os “clãs ricos” e os “clãs pobres”, sem que essa diferenciação tenha, necessariamente, uma base económica evidente. No período de tempo que passou com esta comunidade, o etnógrafo constatou uma diferenciação social baseada na especialização do trabalho e na sua melhor ou pior execução, com o chefe da tribo a reclamar para si “[...] prestações de todos os clãs sob forma de alimentos e objectos manufacturados” (Lévi-Strauss, 2008:210). Esta diferenciação social não está diluída; pelo contrário: é constante e permanente, com “fronteiras” bem demarcadas e por todos reconhecidas sob a forma de “privilégios técnicos” negociáveis, “[...] objecto de de uma vigilância ciosa e conflituosa [...]”, sendo [...] inconcebível [...] que um clã se apodere das prerrogativas de um outro”.

Arqueologicamente, esta questão aplicada à construção dos recintos de fossos, por vezes alargada aos recintos fortificados/ murados, gera um debate intenso, onde o consenso parece estar longe de ser alcançado. Assim, as interpretações em torno deste tema podem ser descritas da seguinte forma:

- planificação com decisão hierárquica, mediante mecanismos de coerção social (Nocete, 2001);
- planificação coletiva com organização cosmológica (Valera, 2008);
- execução sem grande planificação, mediante uma tradição perpetuada entre gerações (Díaz-del-Río, 2008);

- construção temporal, cooperativa, como mecanismo para reduzir fenómenos de fissão social e criação de laços comunitários e identitários (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010).

Estas diferenças na leitura dos mesmos dados empíricos sobre as mesmas realidades, estão diretamente relacionadas com as posições teóricas de cada autor, que tende a anular por completo outros modelos, que em vez de serem vistos como “complementares” são encarados como “opostos”.

Ora, no âmbito da presente dissertação, considera-se que as características dos recintos de fossos do SW Peninsular permitem o cruzamento das diferentes posições teóricas acima elencadas. Contudo, ao aceitar-se alguns pressupostos, outros têm de ser rejeitados, precisamente pelo facto das diferentes teorias serem efetivamente antagónicas:

Assim, concorda-se:

- com o facto da planificação dos recintos de fossos estar conectada com uma estratégia coletiva de trabalho;
- que essa organização coletiva está sujeita não só a uma diferenciação social mediante a especialização laboral, mas também através de situações de fissão de um sistema linhagístico ancestral (admitido para o Neolítico Antigo; a esse respeito ver, por exemplo, Carvalho, 2008), que poderá estar na origem da emergência de elites aquando da planificação, criação e execução destes sítios;
- que terão sido efetuadas, no seu interior, atividades que visem a coesão e simultaneamente o controlo do grupo residente;
- que a ampla diacronia deste sítios, aliada ao consecutivo e repetido modelo arquitetónico, represente a perpetuação de uma tradição de lugar, que se mostra assim eficaz na resolução dos problemas (tensões e/ou contradições) comunitários.

Deste modo, de acordo com as características arquitetónicas destes sítios e com os dados empíricos analisados até ao momento, propõe-se que a sua ocupação tenha sido realizada de forma permanente, mediante o seguinte esquema de organização social:

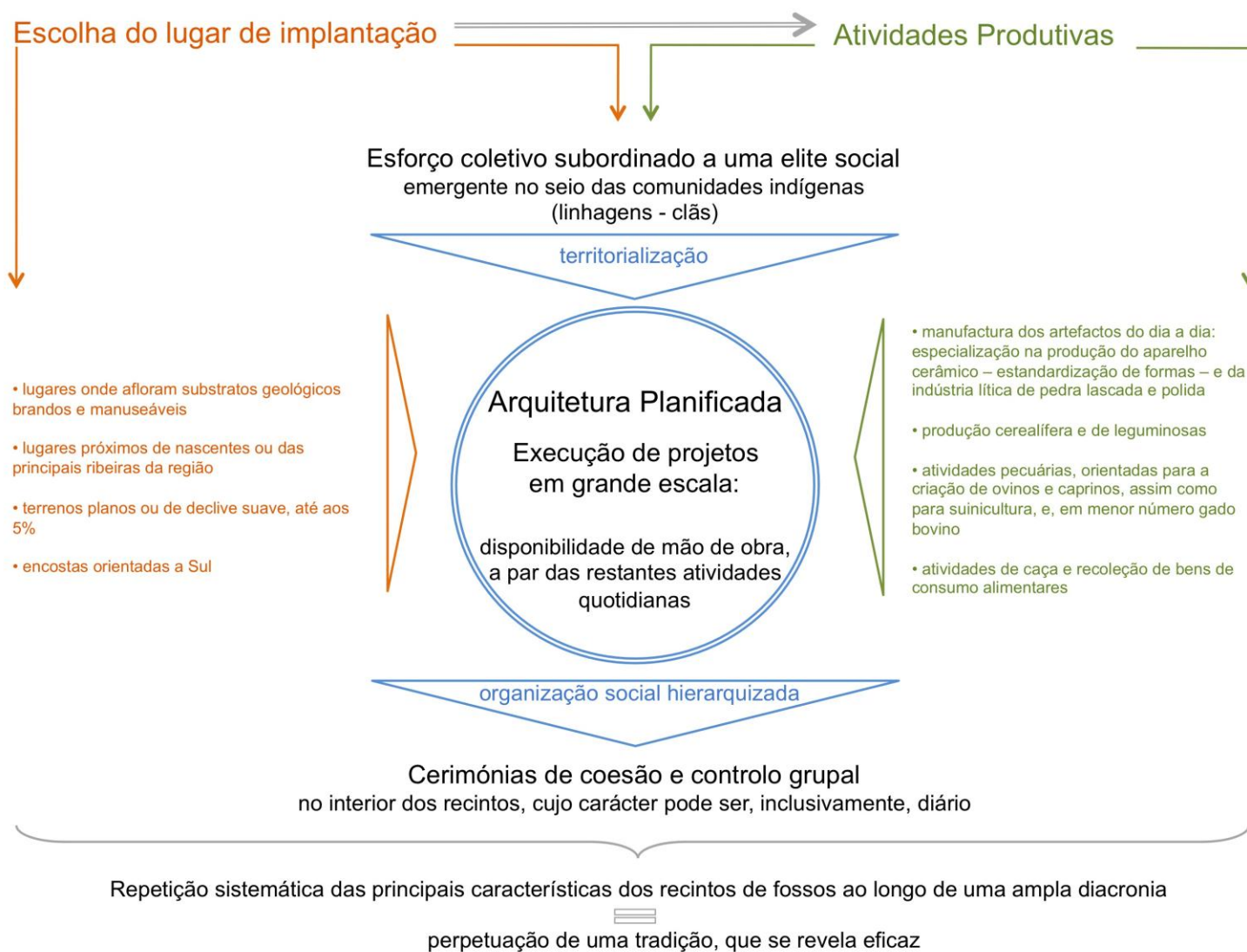


Figura 7. 46. Esquema do modelo social de construção e manutenção dos recintos de fossos do SW Peninsular

7.3. Universo funerário

A gestão da morte nos recintos de fossos do SW Peninsular é um assunto que se encontra na “ordem do dia” da investigação centrada nesta temática e muitas são as questões a ela associadas.

Até à descoberta do Complexo Arqueológico dos Perdigões, o universo funerário das sociedades camponesas do 4.º e 3.º milénio a.n.e. era tratado separadamente do “mundo dos vivos”, devido quer à sua maior visibilidade na paisagem, quer aos diferentes trabalhos que lhes foram dirigidos especificamente, dos quais se destaca o do casal Leisner, no concelho de Reguengos de Monsaraz (Leisner & Leisner, 1985).

O potencial informativo de uns e de outros sítios era de tal forma desequilibrado que foram organizados encontros científicos sob a temática “Muitas antas, pouca gente?” (Gonçalves, 2000), contraditadas, após a descoberta dos Perdigões e execução dos trabalhos de minimização de impactes na área do regolfo da Barragem de Alqueva, com o binómio “Muita gente, poucas antas?” (Gonçalves, 2003).

Sendo a região de Reguengos de Monsaraz proclamada como um dos territórios paradigmáticos do megalitismo português, elaborou-se, à semelhança do que foi já efetuado anteriormente, um mapa com a localização de todas as antas inventariadas na mesorregião definida e os 11 recintos de fossos que têm vindo a ser analisados, com os respetivos *buffers* de 5 e 10 kms, de modo a obter uma imagem espacial de ambas as realidades.

Este mapa não considera, contudo, a vertente temporal dos sítios em análise. Ou seja, assume-se na sua execução a sincronia entre todos os monumentos megalíticos, e entre estes e todos os recintos de fossos em apreço, o que não corresponde à verdade histórica. Fundamentalmente, este desvio arqueográfico advém (1) da natureza de muitos trabalhos sobre os monumentos megalíticos, correspondentes à sua identificação – prospeção – sem escavação arqueológica associada que permita a aquisição de uma cronologia fina para a sua utilização, e, por conseguinte, (2) a ausência de datações absolutas que possibilitem estabelecer eventuais relações de contemporaneidade entre sítios, o que provoca uma imagem artificialmente distorcida e condensada.

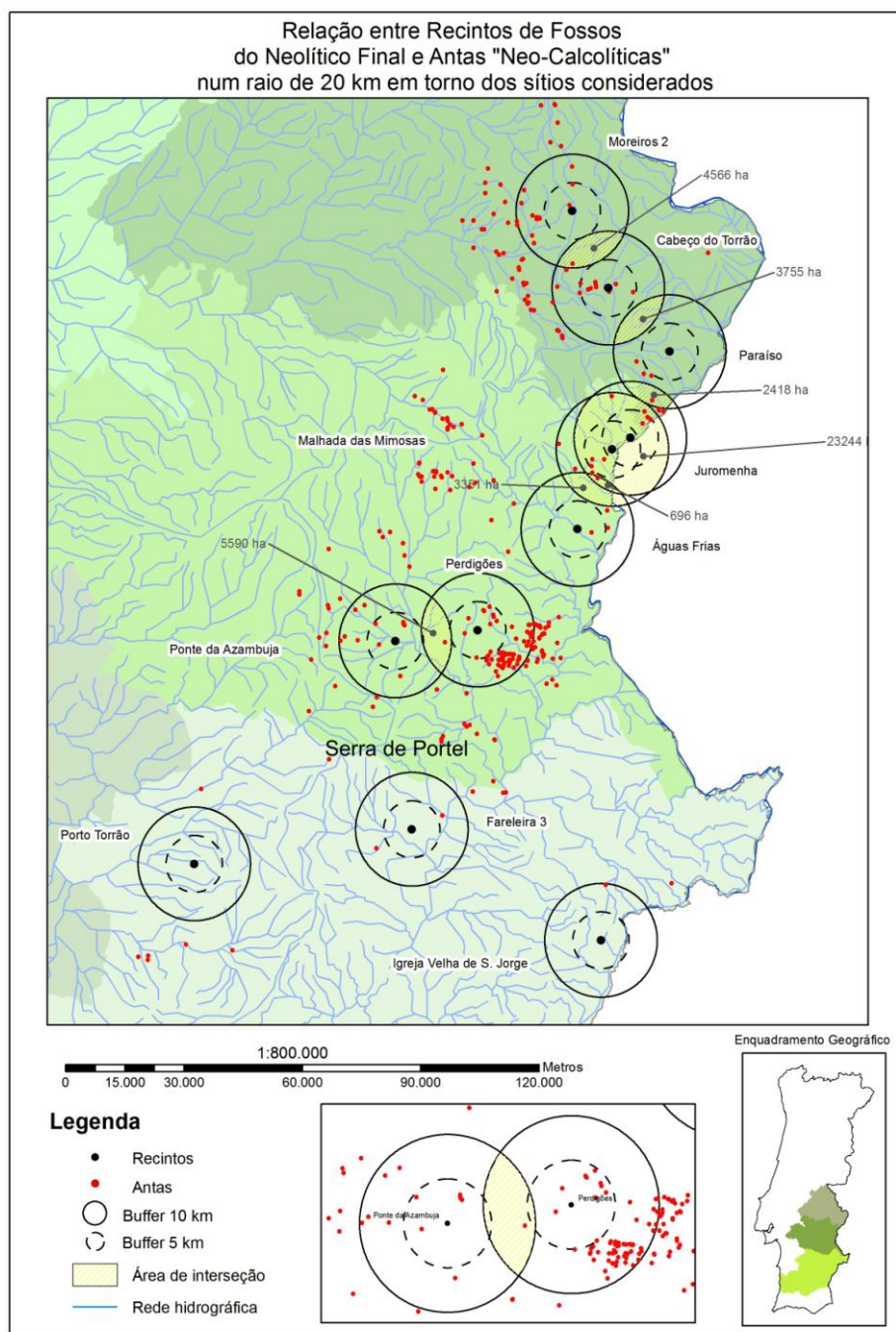


Figura 7. 47. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e o megalitismo funerário – antas - à escala da mesorregião

Em relação à imagem supra devem-se deixar descritas algumas discrepâncias entre a realidade representada e a realidade conhecida na região, assim como outras limitações para além da questão temporal, já referida:

- o mapa detém apenas as antas presentes num raio de 20 km em torno dos sítios analisados, ou seja, não se considerou necessária a representação do conjunto que excedesse essa distância, na medida em que a relação de proximidade com o sítio

estaria já atenuada (relembre-se que todos os recintos de fossos detêm relações em áreas inferiores aos 10km);

- não estão representados alguns monumentos megalíticos mais recentes, nomeadamente os que se conhecem em torno do recinto de fossos do Porto Torrão – núcleo de *tholoi* da Horta do João da Moura (Pereiro, 2010; Corga & Ferreira, 2011, informação pessoal de Raquel Santos – Neoépica), Monte do Cardim 6 (Figueiredo, 2009) e Monte do Pombal (Dias & Figueiredo, 2009);
- não estão representadas formas “subterrâneas” de megalitismo funerário – hipogeus – conhecidos quer na Sobreira de Cima (Valera, 2013), quer em torno do Porto Torrão – Monte do Carrascal (Santos, 2010; Neves & Mendes, 2011) – sendo este último bastante relevante para a análise da emergência dos recintos de fossos do Neolítico Final, pelo que será analisado particularmente adiante.

Consciente das limitações transpostas e constantes na cartografia, importa explicitar os objetivos que se procuraram atingir com a execução deste exercício:

- 1) pretendeu-se perceber se, à semelhança do que acontece com os recintos de fossos, existiam áreas preferenciais de construção dos monumentos megalíticos, que eventualmente estivessem relacionadas com os sítios em estudo;
- 2) pretendeu-se igualmente avaliar se a presença dos recintos de fossos poderia inibir a construção dos monumentos megalíticos nas suas áreas de ação.

Assim, da cartografia apresentada na Figura 7.46 sobressai a disparidade entre o número de monumentos megalíticos situados a Norte da Serra de Portel (paradigma do megalitismo regional), e a escassez registada a Sul deste maciço montanhoso. A explicação para tal fenómeno foi já anteriormente referida (vd. Capítulo 5) e poderá estar relacionada com as condicionantes geológicas das regiões, verificando-se a Norte uma zona predominantemente granítica, com disponibilidade de matéria-prima para a execução dos monumentos, e a Sul uma carência destes materiais, tendo as sociedades pré-históricas procurado soluções alternativas, tais como a escavação de hipogeus (Valera, 2013).

Regista-se assim, em torno dos recintos de fossos localizados na zona Sul, um número muito limitado de monumentos:

- dentro dos *buffers* do Porto Torrão não há qualquer monumento dolménico identificado, estando no entanto registadas diferentes formas de tratamento dos

mortos, como se verá numa discussão adiante – *tholoi*, hipogeus, enterramentos em fossos, despejo de restos humanos no interior do fossos delimitador do recinto;

- nas áreas de exploração do recinto de fossos da Fareleira 3 registam-se apenas dois monumentos megalíticos, integrados no *buffer* de 10 km;
- junto ao recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge registam-se dois monumentos megalíticos – Monte da Velha 1 e Monte da Velha 2⁴⁶ (Soares & Arnaud, 1984; Soares, 2008) – distanciados em menos de 1km do sítio em apreço.

Situação completamente oposta é a que se verifica nos recintos de fossos a Norte da Serra de Portel, onde parece haver um pleno “convívio” entre ambas as formas de apropriação dos territórios, sem que uma exclua a outra. Parece haver assim uma “harmonia” entre “mundo dos vivos” e “mundo dos mortos”, “[...] onde o rito se conforma com o hábito” (Boaventura & Mataloto, 2013: 84).

Assim, em torno de cada recinto em análise, encontram-se monumentos megalíticos, quer dentro do *buffer* de 5km, quer dentro do *buffer* de 10km, o que demonstra que, independentemente de haver ou não sincronia nas construções e nas utilizações, a presença de um recinto, ou a presença de um monumento megalítico, não foi impeditivo que outras construções similares, posteriores ou simultâneas, tivessem lugar.

Este dado, quando conjugado com as cartografias apresentadas anteriormente, demonstra que esta situação se repete na análise realizada para os sítios integrados dentro da categoria “povoado”: há uma sobreposição no espaço entre todos os elementos - recintos de fossos, monumentos megalíticos e “povoados” - em plena convivência territorial.

Deste modo, à semelhança do que foi realizado anteriormente para a avaliação da relação entre recintos de fossos, efetuou-se uma análise de visibilidades acumuladas, através das ferramentas já descritas e partindo dos mesmos pressupostos. Assim como se concluiu que todos os recintos pertencente ao “Eixo N-S” detinham visibilidade entre si, estando estrategicamente implantados no espaço, de forma a obter um maior controlo territorial, tornou-se importante relacionar esta informação com os monumentos megalíticos, de modo a perceber se essa estratégia incluía as antas posicionadas no interior dos *buffers* delineados.

⁴⁶ Estes dois sítios não surgem na cartografia elaborada devido a um lapso constante na Base de Dados utilizada – Endovélico, no entanto, do ponto de vista da descrição do entorno dos recintos de fossos avaliados foram monumentos considerados, uma vez que se encontram devidamente publicados na bibliografia da especialidade.

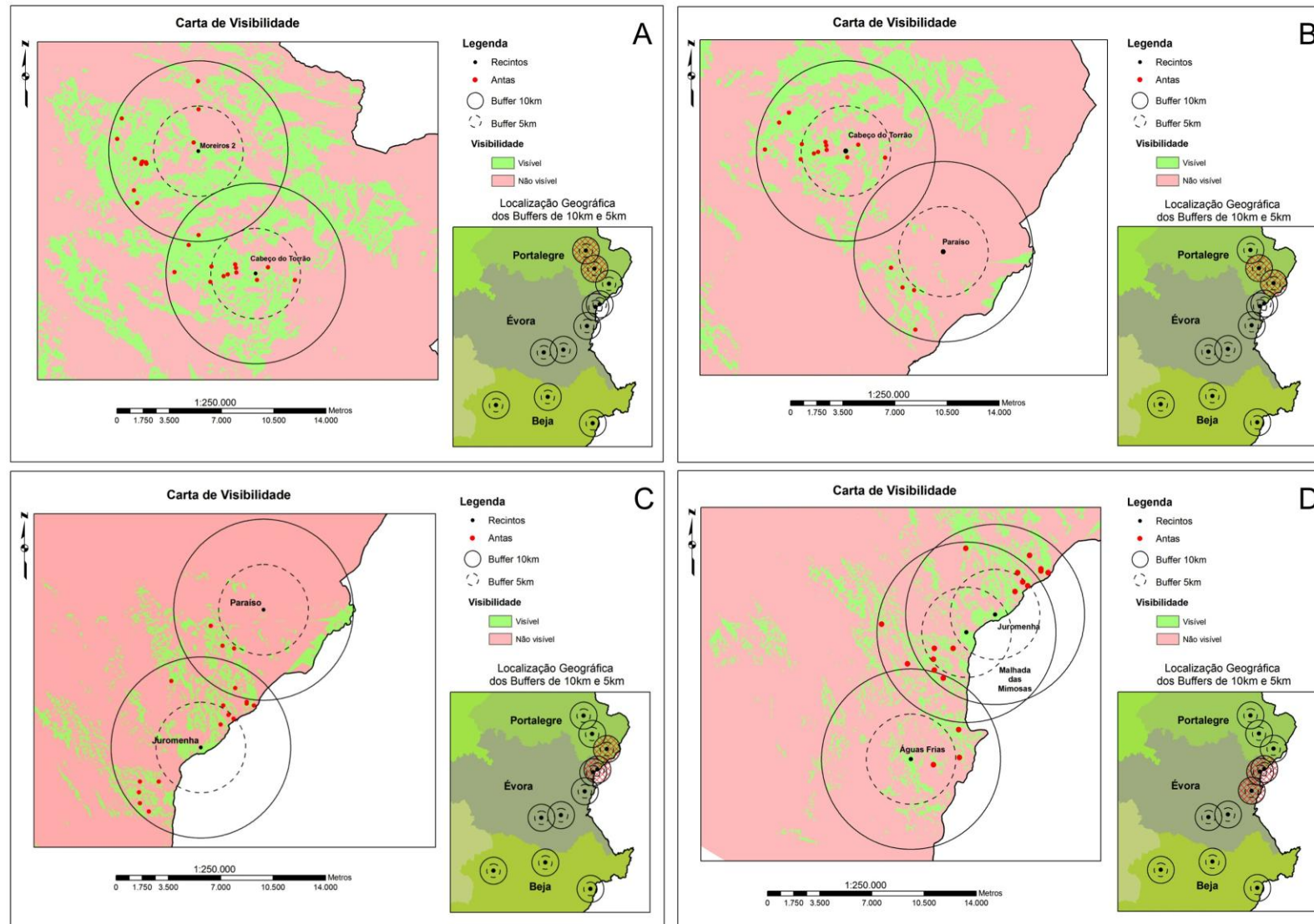


Figura 7. 48. Visibilidades entre recintos de fossos do Neolítico Final e antas “neo-calcolíticas” posicionadas no interior dos *buffers* de 5 km e 10 km: A. Moreiros 2 ⇔ Cabeço do Torrão; B. Cabeço do Torrão ⇔ Paraíso; C. Paraíso ⇔ Juromenha 1; D. Juromenha 1 ⇔ Malhada das Mimosas ⇔ Águas Frias

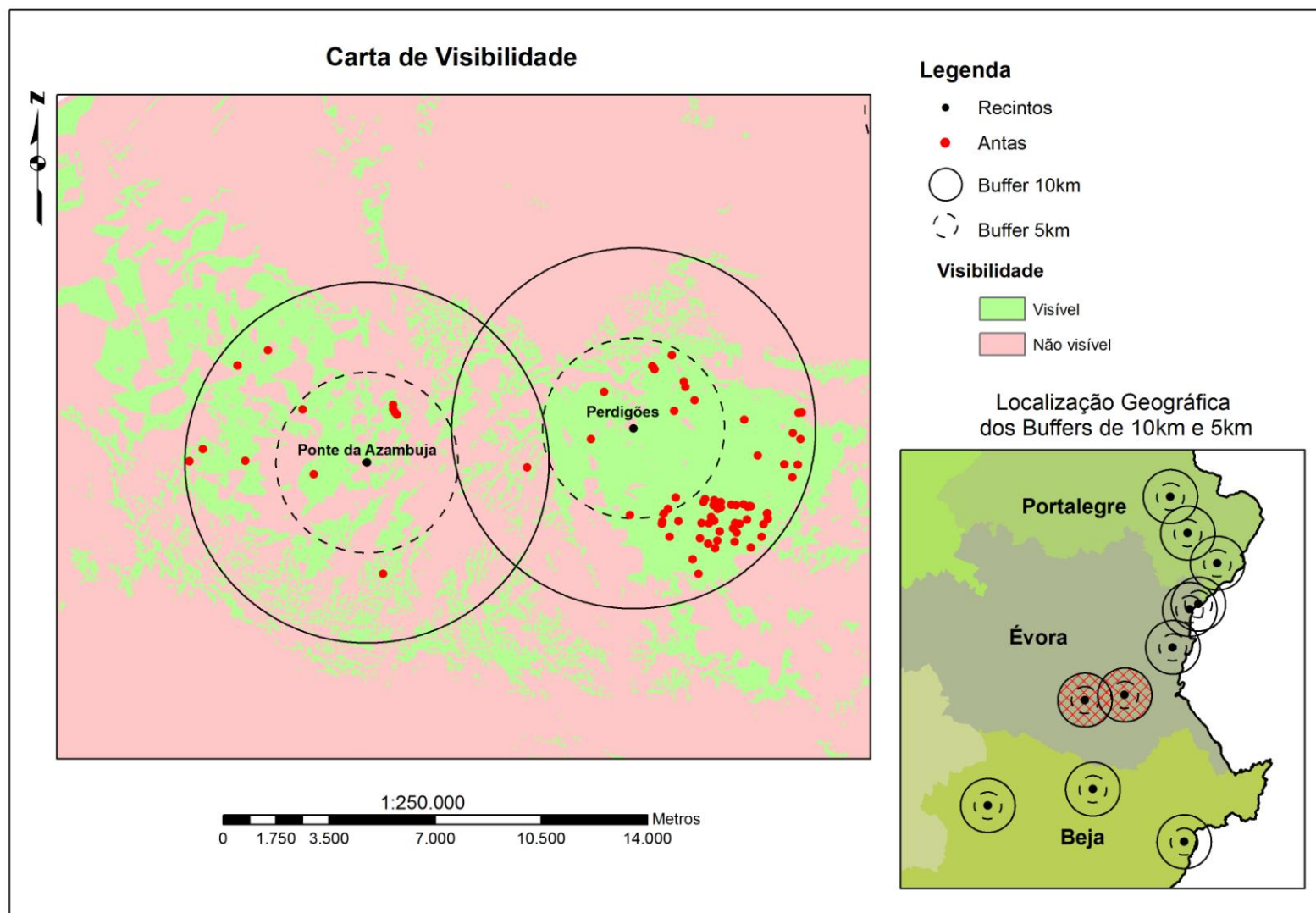


Figura 7. 49. Visibilidades entre recintos de fossos do Neolítico Final e antas “neo-calcolíticas” posicionadas no interior dos *buffers* de 5 km e 10 km dos Perdigões e da Ponte da Azambuja 2

A leitura que se obtém através da visualização destas Cartas de Visibilidade é que todos os recintos de fossos assim como todos os monumentos megalíticos – antas – existentes num raio de 10km em torno dos primeiros, são visíveis entre si.

Torna-se assim verosímil, que os construtores de antas sejam os contrutores dos recintos de fossos (e vice-versa). Mas a relação não se limita a estes dois espaços: é que os construtores de antas são também as populações que habitam nos diferentes tipos de “povoados” presentes na área geográfica em análise, o que demonstra uma enorme coesão cultural das populações que habitam a região.

Esta ocupação massiva do território, sem qualquer termo comparativo com os períodos antecedentes, torna-se assim consentânea não só com a ideia de um aumento demográfico exponencial na região, mas também com a efectiva sedentarização dos grupos humanos, que são cada vez mais intervenientes e modeladores da paisagem que os rodeia, territorializando-a e reclamando-a para si. Este espaço não só é o lugar que habitam, mas é também o lugar onde se eterniza a sua ancestralidade.

No que respeita às atividades funerárias que estão diretamente associadas aos recintos de fossos, conhecem-se dados provenientes daqueles que são, porventura, os lugares com a mais ampla diacronia de ocupação: os Perdígões e o Porto Torrão.

Quer num, quer noutro sítio são conhecidas diferentes actividades funerárias e respectivo tratamento dos mortos. Mas, se para o primeiro caso – Perdígões – tem vindo a ser colocada a questão de “[...] os Perdígões [...] serem essencialmente um sítio de gestão simbólica e prática da morte e da vida, um cenário para as mais variadas práticas sociais ritualizadas [...], para o qual nos falta uma designação concreta, perante a cada vez maior desadequação operativa de conceitos como povoado, necrópole, monumento, etc., pelo carácter compartimentador e exclusivo que encerram” (Valera & Godinho, 2010:37), para o segundo sítio – Porto Torrão – os dados revelam a criação de áreas de necrópole bem definidas, fora do perímetro delineado pelo sistema de fossos identificado (Rodrigues, no prelo).

Analisando caso a caso:

1. Complexo Arqueológico dos Perdigões

No últimos anos têm sido identificadas no interior do Complexo Arqueológico dos Perdigões diferentes ocorrências, que induzem os seus investigadores a assumir uma diversidade de práticas funerárias, a saber: “[...] deposições primárias, manipulação pós-deposição primária, trasladações e deposições secundárias, cremações, deposições em fossa, deposições em fossos, deposições em sepulcros de tradição megalítica” (Valera & Godinho, 2010:37), cuja compreensão passa por “[...] linking them to the ideological principles that are present in (and reinforced by) the location of the site and the meaningful relationship it establishes with the local landscape (both terrestrial and celestial) as well as in the architectonic design of the enclosures or in the practices of filling ditches and pits with intentional and formal deposits” (Valera, Silva & Márquez Romero, 2014).

Estes dados têm levado os investigadores do sítio a afastar a ideia de uma compartimentação espacial entre “mundo dos vivos” e “mundo dos mortos” e a encarar os recintos de fossos do SW Peninsular como locais que poderão ter sofrido um “[...] fenómeno de “necropolização” (Valera & Godinho, 2010:37).

O mais recente estudo acerca da temporalidade deste sítio, permitiu, como foi visto no subcapítulo anterior, estabelecer diferentes etapas cronológicas da sua construção, estando incluídas nesta situação as distintas estruturas com contextos funerários associados.

Este exercício assume especial importância quando se pretende verificar se os restos humanos estão (1) “espalhados” ou “concentrados” em determinadas áreas do recinto ou (2) se acompanham a evolução arquitectónica do sítio, podendo-se definir eventuais áreas interiores ou exteriores de utilização.

Obviamente, este tipo de exercício detém, à luz dos conhecimentos actuais, alguns obstáculos significativos, vinculados ao facto de ainda existirem estruturas delimitadoras a escavar e a datar. Porém, os dados empíricos disponíveis devem ser analisados, com as devidas salvaguardas, de forma a não se cair na posição de impasse de nada propor e de nada interpretar.

Assim, quando confrontada a imagem proporcionada pelos trabalhos de prospeção geofísica, onde foram devidamente implantados os contextos funerários identificados até ao momento, com o esquema de fases de construção arquitectónica, atestado através da bateria de datação radiométricas, obtém-se a imagem proporcionada pela Fig. 7.50.

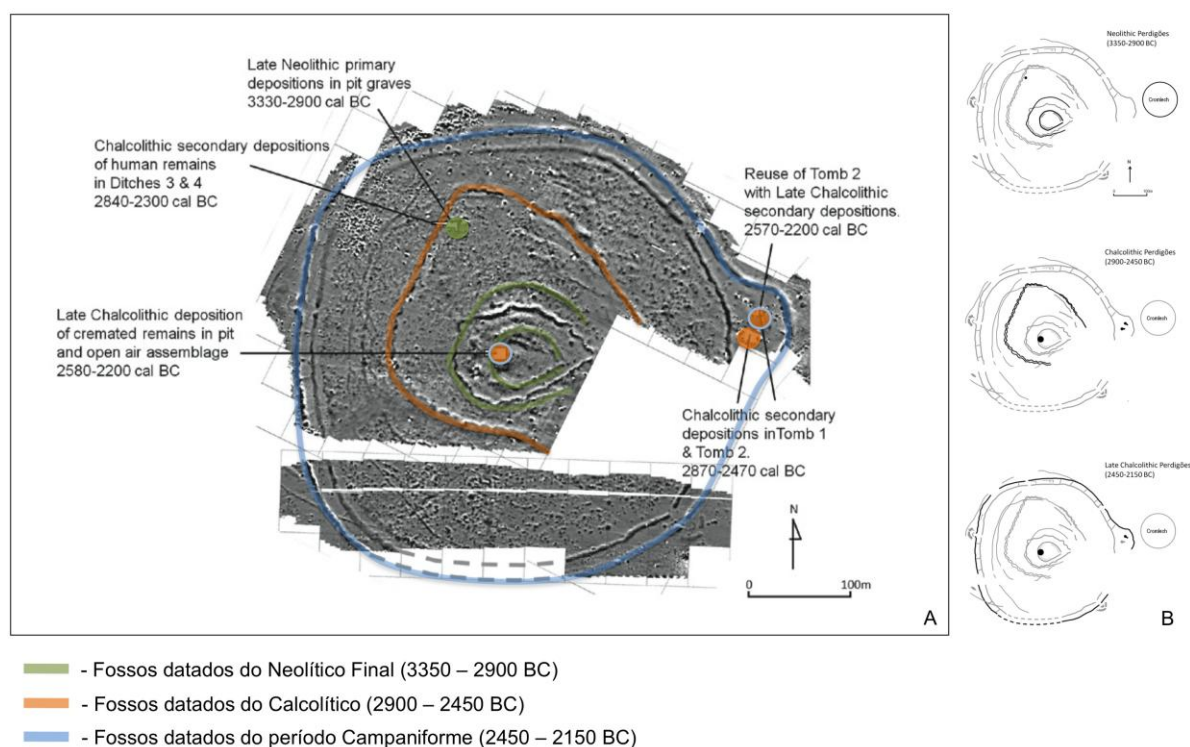


Figura 7. 50. Comparação entre a evolução arquitetónica do Complexo Arquitetónico dos Perdiggões, com a implantação dos contextos funerários (adaptado de Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014): A. Distribution of the known funerary contexts or context with manipulated human remains. (p. 23); B. Representation of the actual understanding of the chronological development of Perdiggões (p. 21)

Como tem vindo a ser demonstrado através das várias citações supramencionadas, tem sido admitido para este sítio arqueológico um cenário que caracteriza este lugar como um sítio com especial vocação para o tratamento dos restos humanos, ao qual são associados imensos significados – leituras de paisagem, relações astronómicas, deposições estruturadas e intencionais de fossos e fossas – mas sem o pragmatismo e funcionalismo reconhecido, desde sempre, ao género humano.

Assim, apreciando a Figura 7.50 constata-se que as diferentes atividades funerárias que tiveram lugar neste recinto, à época em que foram realizadas, encontravam-se fora da área delimitada pelos fossos. A única exceção à regra é a situação das cremações no recinto central durante o Calcolítico Pleno, assim como as deposições funerárias conectadas com o período campaniforme.

Ou seja, aparentemente as deposições em fossa do Neolítico Final encontram-se afastadas daquele que é o núcleo central do recinto, correspondente à área ativa nesta época, não havendo assim uma relação direta entre o que se passava no seu interior, e as atividades funerárias que tiveram lugar no seu exterior. Não significa isto que não haja manipulação post-mortem dos restos humanos, conforme tem sido sugerido. No entanto, avaliando os

dados empíricos permitidos pela leitura arquitetónica elaborada pelos investigadores, este tipo de atividade não está diretamente associada às atividades intrassítio.

Refira-se também que, se no caso das estruturas megalíticas de tipo *tholoi* existe uma relação (1) com as orientações das entradas conhecidas, (2) com a dicotómica relação Este-Oeste, (3) assim como com a presença do cromeleque a Este, cujo eventuais significados foram discutidos anteriormente, já para os enterramentos em fossa do Neolítico Final esse simbolismo não pode ser aplicado de modo categórico. Efetivamente, estes contextos localizam-se a Noroeste, num local afastado dos sepulcros de tipo *tholoi*. Ou seja, as associações que têm vindo a ser reclamadas perdem assim o sentido, deixando cair os significados que se pretendem vislumbrar.

Embora faltem dados bioantropológicos para estes contextos, que permitam definir o número mínimo de indivíduos presentes em cada um (reconhecendo-se a dificuldade de tal exercício em particular no caso das cremações), de modo a perceber eventuais áreas de maior concentração destas atividades, não se pode, mediante esta conjuntura, associar a gestão da morte dos Perdighões, à realidade reconhecida em Valencina de la Concepción⁴⁷ (Costa Caramé *et alii*, 2010), como foi já sugerido (Valera & Godinho, 2010).

2. Porto Torrão

Também neste sítio foram reconhecidas diferentes atividades funerárias, que, à exceção dos contextos de cremação, em tudo se assemelham ao que já foi descrito para os Perdighões. Associados àquele que é o maior recinto de fossos conhecido na área em apreço, reconhecem-se diferentes modos de tratamento dos mortos: enterramentos em fossa (Rebelo, 2009; Rebuge, Sá, & Cheney, 2010; Neto *et alii*, 2013) enterramentos em monumentos funerários de tipo *tholoi* e hipogeus (Dias & Figueiredo, 2009; Figueiredo, 2009; Pereiro, 2010; Neves & Mendes, 2011; Corga & Ferreira, 2011) e deposição de restos humanos no interior de fossos (Rodrigues, no prelo).

⁴⁷ Neste importante recinto de fossos, os trabalhos de investigação mais recentes tendem a desvalorizar a “área de necrópole” estabelecida por oposição à “área habitacional”, através de uma análise espacial que revela que as atividades funerárias que aí tiveram lugar se encontram dispersas por todo o sítio (Costa Caramé *et alii*, 2010).

A partir dos dados presentes nos diferentes relatórios de intervenção produzidos, elaborou-se o seguinte esquema de gestão da morte no Porto Torrão, considerando a variedade de contextos presentes no sítio:

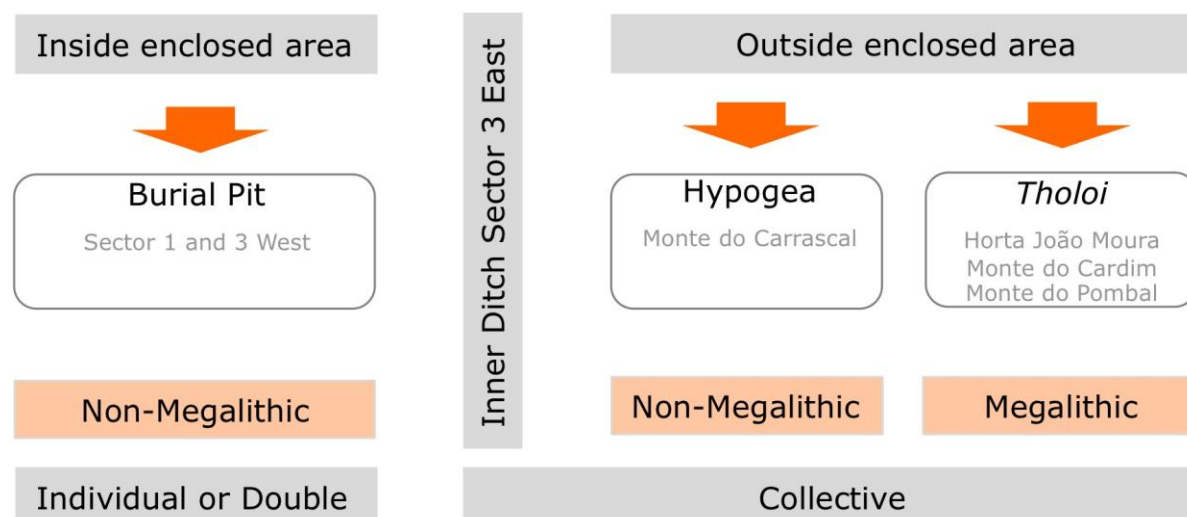


Figura 7. 51. “Porto Torrão: variety of funerary activities” (Rodrigues, no prelo)

Atestada essa diversidade, que evidenciava diferentes localizações espaciais, tornava-se imperativo perceber se haveria áreas preferenciais de deposição dos restos humanos, independentemente do tipo de tratamento que haviam sofrido (deposição primária/secundária, com/ sem ritual). O tratamento estatístico do número mínimo de indivíduos presentes em cada um dos contextos permitiu a percepção de que “despite the fact that human remains appear throughout the entire archaeological complex, there is a clear prevalence of this type of context outside the enclosed area. And that is compatible with the notion of a relatively well bounded necropolis. Not in a particular place (there are funerary monuments on the East and South sides of the enclosed area) but markedly out the enclosed area” (Rodrigues, no prelo).

O quadro acima esboçado reflete o cômputo dos contextos funerários identificados neste sítio, independentemente da sua cronologia. No entanto, se estes dados forem restringidos apenas à cronologia em apreço, a situação não difere. Dos diferentes sítios onde foram identificados enterramentos e restos humanos, o conjunto de hipogeus do Monte do Carrascal é aquele que apresenta uma cronologia enquadrada neste período cronológico (Neves & Mendes, 2011). Eventualmente associada a esta etapa cronológica e cultural está também um enterramento em fossa escavado no Sector 1 (Neto *et alii*, 2013).

Não sabendo exatamente qual a relação temporal entre cada um destes contextos, não se podem arriscar leituras sociais complexas. No entanto é notório o tratamento diferencial de determinados indivíduos, quer no que respeita ao ritual e lugar de enterramento, quer no que respeita à sua individualidade.

Considerando os dois casos acima expostos – Perdigões e Porto Torrão – estão evidenciadas duas situações inegáveis, que são absolutamente independentes das posições teóricas defendidas por diferentes investigadores:

- aumento demográfico, demonstrado no número significativo de contextos funerários, que não têm qualquer termo comparativo com as épocas precedentes; embora não existam estudos demográficos aprofundados, acredita-se que esta circunstância só é possível porque há definitivamente mais gente sedentarizada neste território a partir do Neolítico Final;
- diversidade no tratamento dos mortos, não obstante a coesão cultural verificada no “mundo dos vivos”, verificado nas arquiteturas (“povoados”, monumentos megalíticos, recintos de fossos), na cultura material (conjuntos cerâmicos, indústria lítica, artefactos ideotécnicos) e nas estratégias de subsistência (economia mista de produção de alimentos e atividades cinegéticas, eventualmente associada à recolção de recursos silvestres).

Capítulo 8 | Sobre a emergência dos recintos de fossos durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e no SW Peninsular

8.1. Sinopse

No primeiro capítulo desta dissertação traçou-se um retrato sucinto do processo histórico que conduziu à emergência dos recintos de fossos, durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e.

A invisibilidade das sociedades do 5.º e da primeira metade do 4.º milénio a.n.e. no SW Peninsular, mais do que um desvio arqueográfico, parece estar relacionado com um sistema de organização social baseada na patrilocidade e exogamia, marcada por uma acentuada mobilidade de populações. Os raríssimos *habitats* conhecidos para estas épocas são pautados por estruturas pouco perenes e por um pacote artefactual relativamente reduzido, indiciando que demograficamente os grupos seriam constituídos por um número relativamente pequeno de indivíduos, e, deste modo, com necessidades de produção baixas (Carvalho, 2014).

Ora, a análise dos dados empíricos do recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2, crono-culturalmente integrada na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., revelou um conjunto de dados que demonstram uma alteração significativa face ao conhecido para os sítios do período precedente. Regista-se:

- a presença estruturas arqueológicas complexas, que combinam estruturas negativas (fossos) com estruturas positivas (paliçadas) (vd. Capítulo 3);
- um enorme acervo da cultura material abandonada por aquela comunidade, em tudo semelhante ao que é conhecido para os sítios habitualmente conectados com as actividades produtivas das comunidades agro-pastoris da Pré-História – os povoados (vd. Capítulo 4);
- uma intensa exploração dos recursos naturais existentes no meio envolvente, nomeadamente ao nível das estratégias de obtenção das matérias-primas para manufactura de objectos utilizados no quotidiano da comunidade, com presença de matéria-primas exógenas, que atestam contactos com outras áreas regionais – litoral e interior (vd. Capítulo 6);
- interação com um meio ambiente onde, eventualmente, já haveria uma intervenção antrópica de seleção de espécies arbóreas, de modo a potenciar uma estratégia particular de exploração agro-pecuária – o montado (vd. Capítulo 6).

A partir destes dados, sugeriu-se que a comunidade que construiu e ocupou permanentemente a Ponte da Azambuja 2 já conhecia o seu território de ação - seria portanto,

“indígena” - e que, mediante o conhecimento adquirido experiencialmente, escolheu aquele lugar para o seu estabelecimento efectivo e permanente, por este obedecer a vários critérios previamente estabelecidos.

Um desses critérios terá sido o substrato geológico, cujas características intrínsecas (rochas alteradas) permitem o seu fácil manuseamento, considerando as possibilidades tecnológicas à época. Essa é, aliás, uma especificidade comum aos vários recintos de fossos regionais, em especial em relação àqueles que se enquadram cronologicamente e culturalmente no mesmo patamar da Ponte da Azambuja 2 (vd. Capítulo 5).

Mas outras particularidades, nomeadamente ao nível das estratégias de implantação, são partilhadas pelos diferentes recintos de fossos fundados durante a etapa cronológica e cultural em apreço, podendo-se considerar como “características empiricamente demonstradas”, que anulam interpretações que as considerem “tendências fortuitamente duplicadas”.

Nos 12 sítios analisados através de Sistemas de Informação Geográfica verificou-se a sistemática implantação em lugares planos ou com declives suaves, sendo as inclinações orientadas, no último caso, a Sul ou Sudeste, congregando algumas das condições essenciais e fundamentais para a execução de actividades agrícolas, que estão, como se sabe, na base económica da subsistência das sociedades pré-históricas. A análise do entorno imediato a 5 e 10km, permitiram ainda constatar a presença de territórios aptos para diferentes práticas pecuárias – pastos naturais⁴⁸ - passíveis de constituir verdadeiras paisagens pastoris⁴⁹ (vd. Capítulo 7).

A par da análise cartográfica, estes dados detêm igualmente uma base empírica sustentada nas diferentes análises paleobotânicas e arqueozoológicas realizadas (vd. Capítulo 6). Se os dados actualmente existentes sobre os diferentes sítios do Neolítico Final regional forem restringidos aos recintos de fossos verifica-se :

⁴⁸ “Pastos Naturais são comunidades vegetais compostas de espécies herbáceas ou lenhosas (ou ambas) que produzem pastagem, principalmente utilizada como alimento pelos animais domésticos. Podem ser cultivados, conhecidos como pastos agrícolas ou podem não ser cultivados, conhecidos como pastos permanentes ou pastagens naturais” (Papanastasis, V. P. (s.d.).

⁴⁹ “Paisagens pastoris são terras heterogéneas compostas por uma variedade de comunidades de plantas, em que todas ou a grande maioria são frequentadas e utilizadas como pasto para o gado. Por outras palavras as paisagens pastoris incluem mais do que um tipo de pastos espalhados numa área específica e utilizados por uma ou mais espécies de gado” (Papanastasis, V. P. (s.d.).

- a corroboração de produção agrícola tendo em vista a produção cerealífera, atestada pelas análises polínicas de contextos da etapa final do Neolítico dos Perdigões, e, pelas análises traceológicas efectuadas às lâminas da Ponte da Azambuja 2;
- a existência de pastagens e de um contexto arbóreo compatível com um sistema agro-silvo-pastoril (Moreiros 2, Perdigões, Ponte da Azambuja 2);
- a confirmação de diferentes práticas pecuárias, demonstrada pela presença de diferentes espécies domésticas, das quais sobressaem os ovinos, caprinos e suínos, embora os bovinos ganhem, nesta época, maior expressão comparativamente às épocas anteriores.

Mas se a análise das condições de implantação revelam uma conjuntura específica que conduz à fixação das comunidades construtoras dos recintos de fossos, visando uma estratégia económica previamente estabelecida, também demonstra preocupações de controlo de território e de comunicação intergrupar.

O número considerável de sítios já identificados a Norte da Serra de Portel, permite a ponderação de um eixo de controlo territorial no sentido N/ S, que nas regiões a Sul desse relevo ainda não está comprovado, mas que é sugerido através da posição geográfica dos recintos. Neste caso, a existência de uma organização territorial idêntica seria distinta, orientada no sentido W-E.

Assim, no designado “eixo N-S” reconhece-se (1) uma grande proximidade física entre sítios, praticamente constante, (2) a sobreposição de áreas de intersecção (eventualmente correspondente a zonas de interacção grupal), bastante semelhantes, (3) assim como a intervisibilidade entre recintos (adquirida através das ferramentas dos SIG), o que permite a assunção de uma base política comum, que se organiza de forma estratégica para melhor controlar um território que, por ancestralidade, é seu (vd. Capítulo 7).

Estes territórios são ainda partilhados com outros fenómenos que tradicionalmente e/ ou comprovadamente emergem nesta etapa cronológica e cultural: o megalitismo menírico e funerário.

Se para o primeiros existem problemas sérios relacionados com a sua seriação cronológica, que não permitem obter uma leitura relacional entre esta manifestação cultural e o tipo de sítio em apreço, os segundos são indubitavelmente uma actividade intrínseca dos construtores de fossos.

A recente identificação de múltiplas formas de sepultar/ tratar os mortos, identificadas em recintos de fossos e áreas próximas a estes, demonstram que o megalitismo funerário não

é exclusivo das antas (embora a nomenclatura daí derive), mas aplica-se igualmente a monumentos subterrâneos – os hipogeus -, aos enterramentos em fossa, às cremações e ao despejo literal de partes de restos humanos no interior das estruturas negativas. Ainda que haja problemas cronológicos que atestem a contemporaneidade de todas as actividades enumeradas, está corroborada a diversidade, que, eventualmente, pode assumir contornos sociais conectáveis com as relações intra e intergrupais (vd. Capítulo 7).

Pertencente à esfera dos diferentes grupos que habitavam a região centro alentejana nesta etapa cronológica estão diferentes modos de apropriação do espaço, que, naturalmente, não se esgotava nos recintos de fossos. Assim, mesmo antes do reconhecimento da tipologia de sítio aqui em análise, já estavam documentados (1) povoados abertos ribeirinhos, (2) povoados de altura, e (3) povoados fortificados. Se no caso dos últimos – dando-se especial enfoque ao Monte da Tumba e ao Cerro do Castelo de São Brás - pode haver um desvio cronométrico provocado pelo tipo de amostra usada para a obtenção de datações absolutas (carvão), para as restantes tipologias admite-se, sem qualquer dúvida, a sua utilização e vigência durante a etapa crono-cultural em apreço (vd. Capítulo 7).

As consequências sociais que advêm da construção dos recintos de fossos foram também avaliadas. A partir das características arquitectónicas destes lugares, compostos por estruturas complexas, que combinam técnicas distintas como a extração de grandes quantidades de material geológico (fossos e demais estruturas negativas), assim como a construção de grandes estruturas em madeira (paliçadas), organizadas mediante plantas circulares e concêntricas, reiteradas em diferentes áreas regionais, implica, não só a obvia planificação prévia dos recintos, mas também um modelo social assente na especialização e divisão do trabalho e, por conseguinte, com uma hierarquização social, perceptível e aceite pelos diferentes membros da comunidade(vd. Capítulo 7).

8.2. Contribuição para um modelo interpretativo

“Sou de opinião, no entanto, de que o princípio que para nós se torna mais prático de adotar quando elaboramos uma teoria é algo de análogo ao princípio da inércia: um sistema permanecerá estável enquanto não for objeto de forças externas à sua própria organização enquanto sistema”
(Binford, 1983:276-277)

Posto isto, crê-se que estão reunidos os dados empíricos necessários para responder concretamente à “pergunta de partida”, que constituiu o fio condutor da presente dissertação.

Após a análise dos dados empíricos coligidos e que foram brevemente enunciados nos parágrafos prévios, admite-se que por detrás da emergência dos recintos de fossos estão questões relacionadas com o aumento demográfico inerente ao início das actividades produtoras de alimentos e consequente necessidade de modos de produção mais eficientes e eficazes, condicionados pelas alterações climáticas que se fizeram sentir na época, traduzidas num clima mais quente e mais seco que na actualidade.

Estes factores terão estimulado uma maior concentração de esforços por parte das comunidades autóctones, que se agregam de modo a contrariar eventuais dificuldades de produção. Paralelamente, permanecem os movimentos migratórios que caracterizam as comunidades neolíticas, que, eventualmente, amplificam as suas áreas de acção. Considerando que o Alentejo Central corresponde, literalmente, a “meio caminho andado” entre a fachada atlântica da Estremadura (Península de Lisboa) e a fachada mediterrânea da Andaluzia (Sevilha), a circulação de pessoas entre ambos os territórios terá conduzido a uma maior necessidade de controlo territorial.

Quais os indicadores directos e indirectos que conduziram a esta afirmação?

A) Aumento Demográfico

Associado ao processo de neolitização e ao controlo dos meios de produção está, inevitavelmente, um crescente aumento demográfico.

Três factores contribuem para a assunção desta premissa na segunda metade do 4.º milénio a.n.e., no Alentejo Central, ainda que, refira-se, não esteja efectivamente comprovado. São eles:

- a disseminação regional do megalitismo funerário, que, como foi já visto, não se resume apenas às antas;
- o aumento exponencial, comparativamente às épocas precedentes, de sítios arqueológicos, que não só atestam diferentes formas de ocupação de territórios, mas também certificam a existência de mais gente a ocupar terras anteriormente desabitadas, podendo-se assim falar de maior densidade populacional na região em estudo;
- a densidade e diversidade artefactual identificada nesses mesmos sítios, que comprovam um maior número de utilizadores desse espaço, e que expressa, necessariamente, grupos maiores do que se constata nos períodos precedentes.

Como se viu, neste caso todos os indicadores são indirectos, faltando dados sustentáveis e sustentados sobre as populações propriamente ditas. Do megalitismo dolménico faltam análises que se debrucem sobre o número mínimo de indivíduos exumados⁵⁰, a diagnose sexual, idade à morte, etc, preocupações que só nas últimas duas décadas entraram no registo arqueológico e que são fundamentais para uma caracterização básica da população, que, neste caso, seriam imprescindíveis para perceber a demografia à época em estudo.

Este problema aplica-se também aos contextos funerários reconhecidos no interior e em torno de alguns dos recintos de fossos analisados.

Se por um lado sabemos que, por exemplo, no Complexo Arqueológico dos Perdigões há uma variabilidade acentuada de práticas funerárias (Lago *et alii*, 1998; Valera & Godinho, 2009 e 2010; Valera, 2012; Valera & Evangelista, 2014)), por outro lado falta a sistematização desses mesmos dados, por período cronológico, de forma a obter-se uma leitura diacrónica da densidade populacional no sítio.

Para o recinto de fossos do Porto Torrão, um primeiro ensaio foi experimentado (Rodrigues, no prelo), que detém falhas óbvias, a começar desde logo pela ausência de datações absolutas que balizem os contextos. Ainda assim, através dos vários relatórios antropológicos elaborados nas diferentes áreas de intervenção do sítio, executados por diferentes equipas, foi possível determinar e afirmar que “Despite the high margins of error, it

⁵⁰ “Mas os cálculos possíveis para o número médio de inumações nestes monumentos, com base artefactual, menos de 6 para o Tapadão e com base antropológica cerca de 60 para os Penedos de São Miguel, é largamente ultrapassado pelo número presumido para OP-1 (pouco mais de 150) ou para o mínimo de 118 para o pequeno monumento de falsa cúpula anexo à anta 2 do Olival da Pega” (Gonçalves, V. S., 2003:296-297)

can be said, in broad terms, that the skeletal population associated with the Porto Torrão ditched enclosure is balanced and numerous” (Rodrigues, no prelo). Dos dados consultados e apresentados, há pelo menos uma necrópole associada a este recinto, à qual é atribuída uma origem cronológica no Neolítico Final: o Monte do Carrascal (Santos, 2010; Neves & Mendes, 2011). Embora a sua diacronia se estenda até à primeira metade do 3.º milénio a.n.e., este contexto corresponde ao lugar onde foi exumado o maior número mínimo de indivíduos (no cômputo das duas intervenções realizadas no local contabilizaram-se 153 indivíduos, dos quais 30 correspondiam a mulheres, 14 a homens e, embora não se tenha obtido uma diagnose sexual dos restantes, foi possível constatar a sua idade à morte: 48 adultos, dois jovens, 29 subadultos, sendo os remanescentes 30 indivíduos indetermináveis) (Rodrigues, no prelo). Porém, este número crescerá exponencialmente, caso sejam empreendidos mais trabalhos de escavação arqueológica no local. No âmbito dos trabalhos de campo já realizados, foram identificados, pelo menos, mais dois hipogeus e um *tholos* que, por se encontrarem fora da área de afectação do projecto, não foram intervencionados (Neves & Mendes, 2011). Informações pessoais de António Valera, que terá encetado prospeção geofísica na área, levam a crer na identificação de várias dezenas de hipogeus associados aos que foram efetivamente escavados, o que implica necessariamente um aumento significativo dos indivíduos sepultados. E se há muitos mortos...

Se a construção de hipogeus no Alentejo ocorre simultaneamente ao apogeu da edificação de antas, conforme atestam as datações da Sobreira de Cima (Valera, 2013), a assunção da premissa acima definida – aumento demográfico – pode ser efectivamente assumida.

B) Modos de produção mais eficientes

O tipo de agricultura que se fazia à época ainda não se encontra devidamente esclarecido.

Tradicionalmente, para o período em análise, é aplicado, de forma acrítica e generalizada, o conceito de “Revolução dos Produtos Secundários” (“RPS”) (Sherrat, 1981), que no restante espaço europeu tem sido cada vez mais posto em causa, o que levou o próprio autor a rever alguns dos vectores essenciais desta proposta interpretativa.

Recentemente, Sousa (2010) fez uma revisão crítica do modelo, aplicada aos dados ibéricos e muito concretamente às realidades da Estremadura portuguesa, deixando bem patente todas as fragilidades com que atualmente esta interpretação se depara.

Efetuando, de forma breve, o mesmo tipo de exercício para a região em análise aplicado apenas duas das cinco linhas de abordagem essenciais da teoria – tração animal e agricultura intensiva - constata-se:

- que a força de tração, que tem no gado bovino um dos principais indicadores, depara-se, na área regional em apreço, com alguns constrangimentos inerentes às coleções estudadas: na soma das coleções faunísticas analisadas é a espécie menos representada e as questões relacionadas com patologias de deformação óssea provocada pela aplicação do jugo não têm sido documentadas; no entanto, a presença de animais abatidos em idade adulta encontra-se atestada nesse mesmo registo (inclusivamente na Ponte da Azambuja 2), o que é condicente com a sua utilização aplicada quer à agricultura, quer ao consumo de outros produtos que não a carne (leite); salienta-se ainda a icónica gravura do Escoural, interpretada como um par de bucrânios atrelados a um carro/ arado, para o qual são estabelecidos paralelismos com as gravuras de Val Camonica (Gomes, Gomes, & Santos, 1994).
- a agricultura intensiva, “[...] que, no modelo de Sherratt, teria despoletado o aparecimento do complexo de tração” (Sousa, 2010:654) poderá ter conhecido nesta área especificidades correlacionáveis com condições ambientais anteriormente abordadas – a formação de uma paisagem de tipo montado (vd. Capítulo 6) - que não obedecem aos critérios estabelecidos pelo autor.

Reconhece-se assim, a existência de lacunas que dificultam a aplicação “cega” do modelo da “RPS” à região centro alentejana. A ideia de que os solos duros, pesados e argilosos podem agora ser cultivados, devido à tração animal, e a ideia de obtenção de excedentes alimentares que daí deriva, deve ser questionada antes de ser aplicada com a assertividade reconhecida no registo bibliográfico. Como foi já referido em capítulos anteriores, quer o aproveitamento do leite, quer a tração animal podem estar em utilização desde as primeiras etapas do Neolítico, matizando desta forma o conceito revolucionário na segunda metade do 4.º milénio a.n.e. Embora não se exclua aqui a ideia da utilização do gado bovino na tração, crê-se que o seu impacto não terá, durante esta etapa cronológica, o efeito tantas vezes reiterado. O facto do gado bovino ser uma das espécies faunísticas com menor representatividade na soma das coleções estudadas e publicadas, permite questionar a sustentabilidade da sua aplicação enquanto fonte proteica (carne), no fornecimento de laticínios e ainda como força de tração.

Desta forma, se por um lado se considera que se deve repensar o modo como o modelo da “RPS” tem sido utilizado na caracterização das sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e., também se rejeita, por outro lado, a ideia de que “[...] los grupos constructores de los recintos de fosos, campos de hoyos y sepulcros megalíticos [...] pudieron no ser campesinos, en el sentido de que pudieron no ser sedentarios, ni tener una economía centrada en el trabajo de los campos agrícolas” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010: 479).

Para estes autores, estas comunidades seriam, na sua essências, pastoris, centrando os seus esforços nos rebanhos de ovinos e caprinos, assim como na suinicultura. Ainda que este dado tenha uma sustentabilidade empírica baseada no predomínio destas espécies nas coleções faunísticas do Neolítico Final regional, considera-se que o modelo interpretativo defendido por estes autores para os recintos de fossos, que explica o seu funcionamento como lugares de agregação temporária, tem na sua leitura biográfica sobre a construção e activação destes sítios alguns pontos delicados, que contrariam a sua hipótese interpretativa e que devem ser aqui analisados.

Em primeiro lugar, deve-se desde já salientar uma notória contradição no discurso produzido. Se por um lado, a revisão efetuada aos padrões de implantação detectados no Neolítico da Europa Ocidental permitiu aos autores citados tecerem considerações acerca do carácter não agrícola das comunidades construtoras de recintos (acima citado), sendo esse um argumento favorável ao modelo que explica a sua utilização enquanto lugares temporários, por outro lado declara-se, aquando do desenvolvimento teórico que “La idea del lugar de encuentro no sustituye sin más a la del poblado campesino: siendo una alternativa a ésta, aquella es más amplia y flexible, menos monolítica [...]” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010: 485).

Retomando a leitura biográfica realizada pelos autores citados, dirigida concretamente aos recintos pertencentes à segunda metade do 4.º milénio a.n.e., são focados diferentes aspectos da sua implantação, evidenciando uma escolha premeditada cheia de significados ontológicos, dos quais se exclui, propositadamente, a preocupação na produção de alimentos, eventualmente por esta necessitar de um cuidado diário, ao logo de um período considerável de tempo (desde a preparação dos terrenos – Outubro - até à colheita - Primavera), o que implicaria, obrigatoriamente, um padrão social manifestamente sedentário. Entre os aspectos valorizados, conta-se (1) a “localização excêntrica” dos recintos, à margem dos quotidianos, que é propícia ao encontro e intercâmbio dos diferentes grupos que utilizam temporariamente os recintos, e (2) a proximidade a linhas de água, interpretadas como uma tendência para a sacralização do elemento natural e não como uma necessidade básica de abastecimento. A

incorporação desses e de outros elementos naturais na arquitectura do sítio é também relacionada com “[...] estrategias sociales que buscaban sancionar la elección de un lugar para realizar el encuentro ajustándolo a referentes previos y naturales” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2010: 492).

Ora, de acordo com a análise espacial realizada no capítulo anterior, não há qualquer excentricidade nas implantações dos recintos de fossos. Pelo contrário, constata-se uma clara coexistência destes lugares com os seus congéneres povoados e com os diferentes monumentos funerários regionais. Não são assim lugares postos à margem, mas sim sítios que se integram plenamente com outros no território que ocupam. O facto dos recintos de fossos estarem próximos a linhas de água secundárias – ribeiras – prende-se precisamente com a necessidade de suprir carências de água, tão necessária para as práticas agrícolas típicas dos grupos neolíticos e que, no período cronológico em estudo, pode deter uma importância acrescida, como se verá adiante. Além do mais, as próprias características dos lugares escolhidos para assentamento apontam para uma vocação residencial, com as condições mais apropriadas para o desenvolvimento de actividades agro-pecuárias.

Os indicadores indirectos provenientes dos recintos de fossos apontam ainda, e ao contrário do que é advogado pelos autores que se têm vindo a citar, para uma efectiva produção cerealífera nas imediações dos lugares, sem que esse tipo de registo surja nos períodos que o antecedem (esses sim, corroboradamente marcados pela mobilidade não residencial), o que comprova a presença de um incremento agrícola positivo.

Neste âmbito refira-se que, se é possível questionar a funcionalidade das estruturas negativas de tipo fossa como silos, devido à ausência do indicador directo, o uso dos “elementos de moagem” na actividade que o próprio nome indica pode ser um pouco mais difícil de refutar, embora se considere que estes objectos não detenham uma associação directa a cereais (poderão ter servido para moagem de outros elementos preponderantes na paisagem que se que, como por exemplo, a bolota). Embora no caso da Ponte da Azambuja 2 esse seja um elemento artefactual ausente, outros sítios há em que a sua presença é constante. Por exemplo, no Cabeço do Torrão os investigadores fazem referência a 81 exemplares de elementos de moagem recolhidos na intervenção arqueológica (Lago & Albergaria, 2001).

Negar a existência de produção cerealífera junto aos recintos de fossos torna-se uma tarefa de difícil concretização se forem atendidos outros dados, tais como os resultantes das

análises polínicas dos Perdigões⁵¹, os provenientes das análises traceológicas da Ponte da Azambuja 2, ou os contentores de armazenagem reconhecidos nos inventários artefactuais destes sítios, cuja presença só faz sentido no âmbito de uma economia produtora.

Desta forma, considerando que quer a “RPS”, que sobrevaloriza os resultados agropecuários para a segunda metade do 4.º milénio a.n.e., quer os modelos teóricos que vêm nas sociedades construtoras de recintos uma mobilidade assente na criação de gado, excluindo propositadamente o modelo agrícola, não têm correspondência directa com os dados empíricos escassos, mas ainda assim disponíveis, qual a proposta alternativa para o problema colocado em epígrafe (modos de produção mais eficientes e eficazes)?

Crê-se, desde logo, que a chave pode estar no modelo paisagístico que se sugere para a região, que não só tem encontrado dados empíricos que permitem a sua sustentabilidade, mas também foi já indicado por outros autores que, ao avaliarem as coleções faunísticas, propõem a existência de biótopos com as características do montado (Cardoso, 1994; Davis & Moreno-Garcia, 2007; Valente & Carvalho, 2014).

Isto implica, necessariamente, um esforço que não pode advir apenas de uma família, ou de um segmento social. Assume-se assim, que terá sido um esforço colectivo, capaz de perceber o meio envolvente e as suas características, que começa deliberadamente a alterar a paisagem, seleccionando as espécies arbóreas e arbustivas mais rentáveis, que estará na origem da criação de metodologias mais eficientes e eficazes nas actividades agro-pastoris. Há assim uma conjugação perfeita entre a produção de cereais e leguminosas, e a recolha dos recursos silvestres; entre as actividades pecuárias e as práticas cinegéticas, justificando-se o equilíbrio entre hábitos antagónicos, mas simultaneamente complementares, presentes no registo arqueológico.

As grandes quantidades de fauna mamalógica presentes nestes contextos não permitem a admissão de um esquema de visita temporária a estes sítios. Esta acumulação é mais consentânea com um abate sistemático dos animais, para preenchimento de necessidades alimentares prolongadas no tempo, e não episódicas.

⁵¹ Sobre este assunto, deve-se aliás denotar uma revisão significativa numa das últimas publicações sobre o sítio. Marquez Romero que em 2010 afirmava, conforme citado nas páginas precedentes, que as comunidades construtoras de recintos não detinham uma base económica baseada no trabalho agrícola, reconhece, em 2013, a presença dessa atividade nos Perdigões, face aos resultados polínicos obtidos

Desta maneira, concorda-se e reitera-se a seguinte afirmação de Nocete (2009:83), que se considera válida para o modelo interpretativo que aqui se propõe: “[...] la concentración del poblamiento ejemplificaba la intensificación económica, ya que supuso la concentración de la fuerza de trabajo humana que, en sociedades con un bajo desarrollo del nivel técnico, es una de las premisas para el incremento de la producción y el desarrollo de excedentes”.

C) Alterações Climáticas

Como foi demonstrado no Capítulo 6, vários estudos comprovam que durante esta etapa cronológica há, efectivamente, alterações climáticas que resultam num clima mais seco e mais quente do que existe na actualidade.

Atualmente, a monitorização do estado climático na cidade de Évora, entre 1971 – 2000, revela uma temperatura média anual que ronda os 15°, com as maiores da máxima a ascenderem aos 40° entre os meses de Junho e Setembro, e as menores da mínima a cifrarem-se nos -2°, entre os meses Dezembro e Março (Departamento de Produção da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha/ Instituto de Meteorologia de Portugal - Departamento de Meteorologia e Clima, 2011).

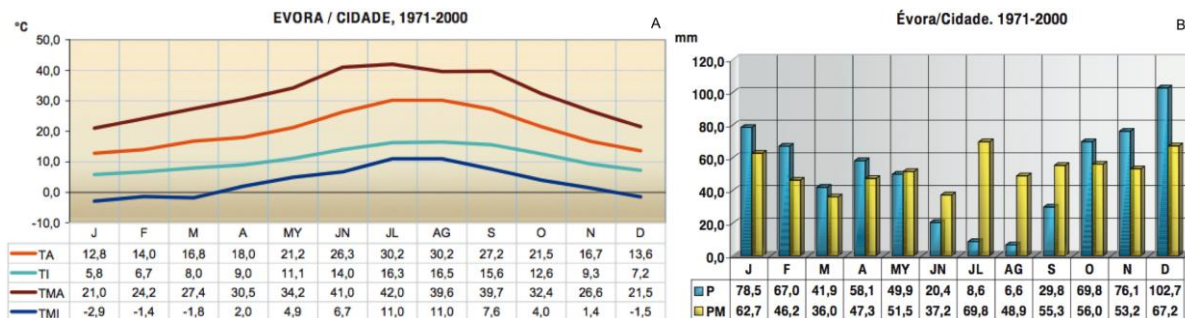


Figura 8. 1. A. “Normais climatológicas da temperatura do ar em Portugal (1971-200)” - Cidade de Évora (TA = Média da máxima; TI = Média da mínima; TMA = Maior máxima; TMI = Menor mínima); B. “Normais climatológicas da precipitação em Portugal (1971 2000)” – Cidade de Évora (P = Média da quantidade de precipitação total; PM = Maior valor de quantidade de precipitação diária” (Departamento de Produção da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha/ Instituto de Meteorologia de Portugal - Departamento de Meteorologia e Clima) (Departamento de Produção da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha/ Instituto de Meteorologia de Portugal - Departamento de Meteorologia e Clima, 2011:29 e 64)

Atendendo a estes dados, e efetuando a devida calibração para as análises paleoclimáticas conhecidas para a época em estudo, considera-se que durante a época de estio este facto poderá ter constituído um factor de *stress* hídrico, com implicações ao nível da produtividade agropecuária. Acatando as palavras de O. Ribeiro, “A agricultura vive também à mercê da flutuação climática e a produção pode variar, dum ano ao outro, tanto para o dobro como para a metade [...]” (1945:51).

Reforça-se assim a ideia esboçada anteriormente da prática de uma agricultura de sequeiro “ [...] que depende de técnicas de cultivo específicas, que permitem um uso eficaz e eficiente da limitada humidade do solo” (Quaranta, s.d.: 1).

Se até ao momento o discurso desenvolvido pode levar à crença de um certo determinismo ecológico, que teria empurrado estas comunidades para uma outra forma de apropriação do território, esclarece-se desde já que não é essa a sua intenção. Pelo contrário, apesar de se apontar as condições climáticas como um factor importante, não significa que estas sejam consideradas decisivas.

Sem dúvida alguma, o *know-how* destas comunidades terá sido fundamental para o sucesso de um modelo de povoamento que vinga e se perpetua ao longo de mais de um milénio. Veja-se.

Entre os cereais que melhor suportam as épocas de seca contam-se o trigo e a cevada, típicas dos contextos agrícolas propostos, e com reconhecida presença no registo arqueológico dos Perdigões. A otimização da sua cultura acontece quando semeados em zonas planas ou de declives suaves e junto a linhas de água, que permitam a sua irrigação em momentos de maior secura, já que são culturas dependentes da precipitação (Ribeiro, 1945; Quaranta, s.d.).

Ora como foi anteriormente demonstrado (vd. Capítulo 7) os recintos de fossos privilegiam especificamente terrenos com estas particularidades para a sua implantação, não havendo um recinto de fossos do Alentejo Central, com fundação integrada na segunda metade do 4.^o milénio a.n.e, que fuja a esse critério.

Logo, o sucesso das práticas agrícolas aplicadas, que terão permitido o crescimento de algumas comunidades residentes em recintos de fossos, dos quais o Porto Torrão ou os Perdigões podem constituir um caso paradigmático, advém essencialmente da preferência por lugares com as características essenciais, “[...] em que as áreas de recursos escolhidas correspondem ao esforço desenvolvido” (Gonçalves, 1989:460).

Retomando assim um assunto abordado no ponto anterior, o facto dos recintos de fossos se implantarem junto a linhas de água secundárias, terá, desta forma, uma natureza funcional. Não se recusa, com esta proposta, a sacralização ou a mitificação do elemento natural, antes pelo contrário, considera-se que ela eventualmente terá existido, sendo essa a forma que as comunidades encontram para consagrar a sua dependência desse “bem” tão imprescindível, que possibilita o crescimento e desenvolvimento dos principais bens de consumo – a alimentação.

Deste modo, a localização dos recintos junto a linhas de água permite o seu aproveitamento para efeitos de rega, essencial num momento em que o clima é marcado por épocas de maior *secura*.

Além do mais, do ponto de vista do utilizador, as ribeiras permitem um fácil controlo do caudal na época das chuvas, possibilitando até o seu desvio para eventual “armazenamento” para o período de estio. Este será um dos motivos principais para que estes sítios se localizem sempre junto a linhas de água secundárias, e não junto aos rios, cujo caudal e força de corrente seriam, durante as épocas de maior precipitação, mais difíceis de dominar.

Com efeito, as características arquitectónicas de alguns fossos delimitadores de recintos, que perduraram até aos finais do 3.º milénio a.n.e., podem estar relacionadas com essa função, sendo esta uma proposta já aplicada ao recinto de fossos de Marroquies Bajos, que conecta as estruturas negativas com um sistema de regadio (Castro Lopez, Zafra de la Torre, & Hornos Mata, 2008), contestada através de algumas leituras críticas, que a consideram inverosímil (*e.g.* Diaz del Río, 2004).

Contudo, e ainda que não seja um modelo que se possa ad admitir para todos os recintos, refira-se que esta hipótese interpretativa parece aplicar-se ao sistema de fossos duplo, que delimita o Porto Torrão, que, embora detendo uma cronologia mais recente da que é aqui analisada, poderá ter na captação de águas da Ribeira do Vale do Ouro e respectiva condução para outras área do lugar, o fundamento da sua construção.

Se atendermos a algumas características específicas do fosso exterior do sistema identificado no Sector 3 Este, este modelo hipotético de função dos fossos ganha mais consistência, nomeadamente:

- o facto da base deste fosso chegar ao nível freático, que está à mesma cota do actual leito da ribeira referida;
- o primeiro depósito de enchimento da estrutura, constituído por sedimentos finos laminados, que indicam uma possível circulação/ estagnação de água no interior da estrutura;
- os “túneis” que ligam ambos os fossos, que detêm “buracos de poste” na sua entrada, revelando uma eventual “comporta” de controlo de passagem do fluido;

- as cotas de base dos vários segmentos de fossos escavados na margem esquerda da Ribeira do Vale do Ouro⁵², que indicam uma drenagem para uma área do sítio mais distante da linha de água, ultrapassando o obstáculo físico que constitui a ligeira elevação que separa ambas as áreas.

D) Movimentos migratórios de indivíduos/ famílias e controlo territorial

Um dos indicadores indirectos que permite assumir esta preposição relaciona-se com um dos artefactos típicos desta área regional, identitário cultural das sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e.: a placa de xisto gravada.

A sua origem no Alentejo Central parece estar já comprovada e a identificação de um dos recintos de fossos como centro produtor deste artefacto – Águas Frias – só vem reforçar esta teoria. Contudo, a sua distribuição ultrapassa em larga medida as fronteiras regionais em análise e a sua presença quer em necrópoles da Estremadura, quer em necrópoles da Andaluzia são indicadores de contactos periódicos com a região em estudo. A distribuição espacial apresentada por Lillios (2008) assim o confirma, e as semelhanças entre os ídolos-placa recolhidos na Anta 1 da Fábrica da Celulose (Oliveira, 2000), no Porto Torrão (Neto *et alii*, 2013) e no tholos do Cerro de la Cabeza (Vargas Jiménez, 2004), em Valencina de la Concepción, não permitem a admissão de dúvidas.

Este tem sido, aliás, o argumento há muito utilizado por Gonçalves (2003) para justificar um “caminho terrestre”, que abrange e liga as bacias hidrográficas do Tejo, Sado e Guadiana à Andaluzia. Esta linha de abordagem ao Passado que implica eventuais contactos supra-regionais é subscrita neste trabalho e considera-se que é um dos elementos essenciais para a distribuição geográfica e organização espacial dos recintos de fossos do Neolítico Final, com eventual continuidade para o Calcolítico, mediante este e outro tipo de construções, como se verá adiante.

Como se verificou no capítulo precedente, conceberam-se imagens de intervisibilidade entre recintos de fossos, que passam completamente despercebidas na paisagem actual e a “olho nú”.

⁵² Agradece-se a informação pessoal fornecida pela arqueóloga responsável pela intervenção realizada nos Sectores 1 e 2 – Raquel Santos (Neoépica), que prontamente cedeu os dados referidos neste parágrafo, neste caso as cotas de base do sistema de fosso duplo dos Sectores 1 e 2, que permitiu, conjugados com os dados adquiridos no Sector 3 Este perceber um eventual “esquema de drenagem” do sítio.

Assim, numa paisagem que à altura estaria vazia do conteúdo antrópico presente actualmente, poderiam estar em funcionamento estruturas de contacto intergrupais, que visariam, entre outros, o controlo territorial.

Embora as imagens obtidas sejam respeitantes ao ponto central dos recintos, que foi adoptado para a sua localização, as visibilidades conseguidas sobre o território variariam muito consoante a posição do observador, tal como ficou demonstrado com o exemplo da intervisibilidade “Perdigões – Ponte da Azambuja 2”. Obteria-se assim, em diferentes locais de uma arquitectura circular, sem ângulos, diferentes perspectivas sobre um território maioritariamente plano, sem grandes obstáculos paisagísticos. Controlar-se-ia deste modo, indivíduos ou grupos exógenos às comunidades locais, as suas rotas e os seus comportamentos.

Alfarroba (2013) identificou este mesmo padrão de assentamento em sítios com cronologias posteriores, naquele que foi designado por Soares (2013) de “Triângulo da Luz”, que inclui o Porto das Carretas, Moinho de Valadares e Monte do Tosco 1.

A ideia avançada no Capítulo 5, de que eventualmente o Alentejo Central possa ter funcionado como uma “região de fronteira”, fica assim consubstanciada.

Os quatro mecanismos acima elencados – aumento demográfico, modos de produção mais eficientes, alterações climáticas e movimentos migratórios – terão pressionado as diferentes comunidades que já ocupavam o território que hoje conhecemos por Alentejo Central – ou seja, diferentes grupos primários (famílias) ou segmentos de vários grupos sociais - a agregarem-se em espaços devidamente delimitados, identitários de uma coesão política, económica e cultural previamente estabelecida: os recintos de fossos.

Os recintos de fossos terão assim funcionado como polos de agregação social, aqui compreendidos não como sítios sujeitos a visitas temporais ou sazonais, para execução de cerimónias (conforme é defendido por alguns investigadores enquadrados numa linha de pensamento pós-processualista), mas sim como lugares residenciais, ocupados de forma permanente, desenvolvendo-se, quer no seu interior, quer no seu entorno imediato, diferentes actividades pertencentes ao quotidiano das comunidades.

Seriam assim, sociedades polissegmentárias, com génese nos diferentes grupos que já ocupavam o território no Neolítico Médio, que agora se organizam em torno de uma política comum, orientada para uma estratégia económica de otimização das actividades agropastoris.

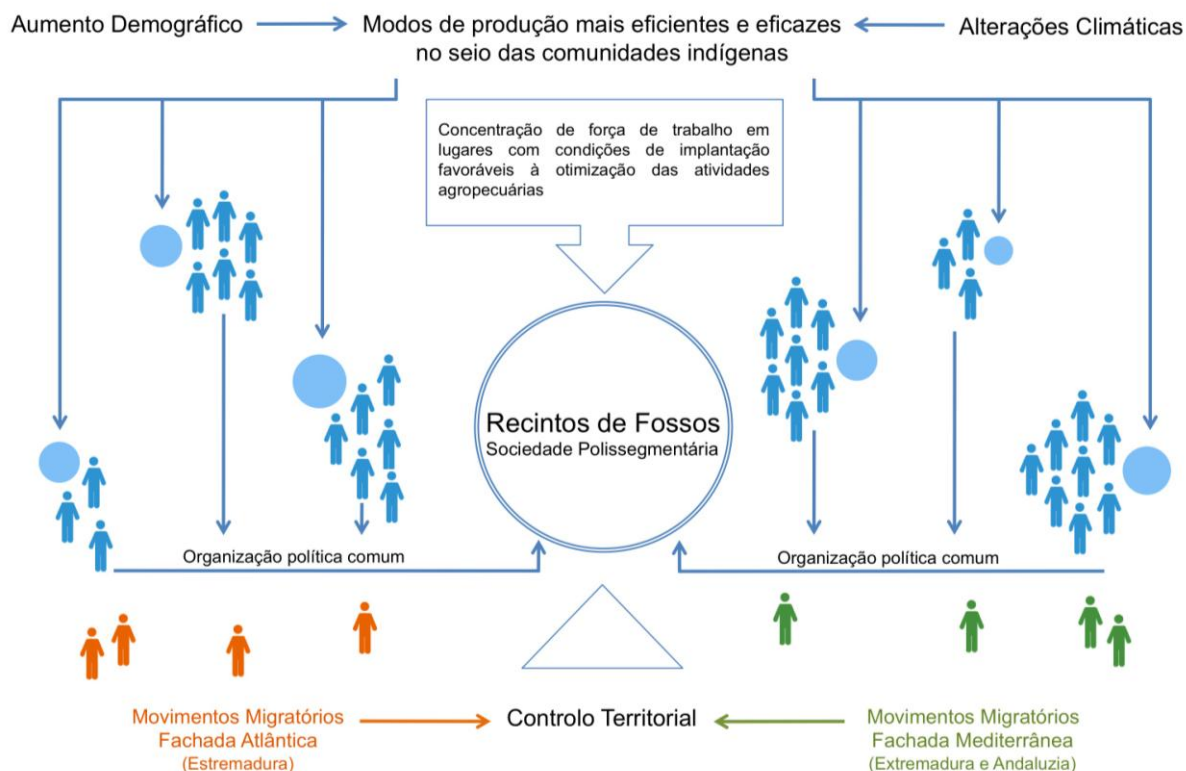


Figura 8. 2. Modelo interpretativo para o processo de formação dos recintos de fossos na segunda metade do 4.º milénio a.n.e. no Alentejo Central

Contribuem para esta afirmação os seguintes dados empíricos:

- a presença de uma matriz cultural coesa, que ocupa todo o SW Peninsular; ou seja, nos restantes sítios crono-culturalmente integrados na mesma etapa que os recintos de fossos, presentes na mesma área regional, é visível quer a mesma cultura material (aparelho cerâmico, indústria lítica, artefactos ideotécnicos, etc), quer as mesmas estratégias de subsistência (conjuntos faunísticos pautados pela dicotomia animais domésticos/ animais selvagens; indicadores indirectos de produção cerealífera e/ou leguminosas);
- a organização laboral implícita na construção destes sítios, que, para além de reflectir uma sociedade hierarquizada, manifesta também relações intragrupo baseadas numa solidariedade mecânica, reguladora da coesão social necessária para o cumprimento do projecto;
- a repetida estratégia de implantação, que reflecte um conhecimento profundo do território, assim como um plano previamente estabelecido comum a diferentes grupos, que conjugado com o reiterado modelo arquitectónico e com o mesmo *modus*

operandi sistematicamente duplicado em 11 sítios coevos cronologicamente, indicam a presença de relações complexas ao nível intergrupar;

- a simbiose espacial entre recintos e “espaços da morte”, que vincula o grupo aos seus ancestrais, e estes ao seu território.

Assim, considerando-se que os recintos de fossos correspondem a lugares residenciais permanentes, seriam promovidas no seu espaço interno não só as actividades directamente associadas à produção de alimentos (que, eventualmente, se expandem para o espaço externo), mas também aquelas que se encontram relacionadas com as práticas mágico-simbólicas desenvolvidas por cada um dos segmentos.

As deposições estruturadas de determinados elementos artefactuais, de carácter marcadamente simbólico, das quais a deposição identificada no interior do Fosso 2 da Ponte da Azambuja 2 pode ser um dos vários exemplos a referir, são assim pensadas como actos naturalmente concebidos no seio da comunidade, fazendo, deste modo, parte do “pacto regulador” que rege a comunidade, que se impõe de forma subjacente à organização social previamente estipulada, que, como se viu em capítulos precedentes, seria já hierarquizada mediante uma estrutura de divisão laboral. Não se desvaloriza no entanto, a ideia de que possam existir actividades temporárias, realizadas na congregação do(s) grupo(s) de forma a evitar comportamentos de fissão.

Refira-se ainda que, do ponto de vista do registo arqueológico, estas deposições estruturadas não são a regra, mas sim a excepção no cômputo geral que se infere de escavações arqueológicas de grande extensão. No caso da intervenção efectuada no Sector 3 Este do Porto Torrão, onde foram escavados mais de 1000m², que incluíram dois segmentos de fossos de grandes dimensões e cerca de uma centena de estruturas negativas de tipo fossa, foram identificados escassos contextos aos quais se pode associar uma deposição intencional conectável com o sistema mágico-simbólico destas comunidades. Por oposição, deposições que atestam a existência de uma larga comunidade no lugar, eventualmente distribuída por diferentes áreas de actividade, nas quais se incluem, naturalmente as produtivas, são uma constante nos dados empíricos recuperados.

Na leitura interpretativa que se faz dos recintos de fossos dos finais do 4.º milénio a.n.e., existem dois obstáculos, que têm sido apontados por alguns investigadores como a prova do carácter não produtor e não residencial destes lugares:

1. a ausência do indicador direto – sementes – da produção agrícola;
2. a ausência de estruturas de *habitat* no interior dos recintos.

A primeira questão levantada não é um problema exclusivo do Neolítico Final. É um problema de todo o Neolítico.

A propósito desta problemática, num texto referente às primeiras etapas do Neolítico na fachada atlântica, para as quais se coloca exatamente a mesma objeção, Zilhão (1997) demonstrou claramente que a “absence of evidence” não é uma “evidence of absence”. Para o tipo de sítio aqui estudado crê-se que este raciocínio se aplica na perfeição.

Se dúvidas houver quanto à excecionalidade da preservação dos indicadores diretos, a situação reconhecida em Las Eras del Alcázar de Úbeda (Jáen) confirma a sua veracidade, onde “[...] niveles de incendio estaban formados prácticamente por restos carpologicos, fundamentalmente cereales y leguminosas, que nos llevan a pensar que formaban partes de estructuras de almacenaje elevadas que fueron destruídas por la acción del fuego, cayendo directamente sobre los sueltos de las cabañas”⁵³ (Montes Moya, 2011: 90).

A segunda questão pode ser explicada a partir de dois fatores distintos, sem que a admissão de um anule necessariamente o outro. Assim, esta problemática:

- pode ser encarada também como um desvio arqueográfico, à semelhança da situação anterior;
- pode estar relacionada com ideias preconcebidas sobre as estruturas de *habitat* neolíticas, que poderão ter assumido formas distintas das que são conhecidas para o Calcolítico.

Relativamente ao primeiro ponto, duas situações contribuem para o debate sobre a ausência de estruturas de *habitat* no interior dos recintos de fossos: (1) a escassa publicação

⁵³ Refira-se que neste sítio foram recolhidos 6624 restos, correspondendo 94, 3% a cereais (*Hordeum vulgare* var. *nudum*, *Triticum aestivum*/ *durum*; *Triticum aestivum*/ *durum* tipo *Compactum*; *Triticum dicoccum*) e 5,6% a leguminosas (*Vicia ervilia*; *Vicia faba*; *Pisum sativum*) (Montes Moya, E., 2011).

dos dados recolhidos em diferentes intervenções arqueológicas e (2) os processos de formação do seu registo.

Para o primeiro caso, o recinto de fossos de Águas Frias pode ser um bom exemplo da situação descrita. A inegável importância do sítio para a compreensão da emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular, ainda que assumida, não é materializada em artigos ou estudos de fundo sobre a intervenção que foi realizada. Contudo, a leitura do relatório de intervenção permite questionar o assunto em debate, na medida em que são feitas referências à presença de “fundos de cabana”, neste contexto” (Calado & Rocha, 2004), o que leva o leitor a considerar que, de facto, existem estruturas de *habitat* no interior daquele recinto. Outras questões podem posteriormente ser levantadas, nomeadamente a cronológica, mas, na ausência de outros indicadores, a presença deste tipo de estrutura em sítios desta natureza está atestada, ainda que de forma deficiente.

O facto das grandes intervenções arqueológicas no interior de recintos estar sistematicamente associada àqueles que são considerados os grandes recintos de fossos do SW Peninsular (aqui entendidos não só como “grandes” em tamanho, mas também “grandes” em diacronia, que é normalmente ampla), pode também constituir um problema sério no que respeita aos vestígios preservados, e esta questão é bastante pertinente na avaliação dos processos de formação do registo arqueológico e consequente interpretação.

No seio das teorias interpretativas que consideram os recintos de fossos lugares temporários, subjaz a ideia de que estes sítios seriam, em determinados momentos, construídos, desconstruídos e abandonados, num ciclo recriado reiteradamente. Explica-se assim, as ausências de estruturas de *habitat*, as deposições intencionais, assim como a invisibilidade superficial de muitos destes sítios. Desta forma, contestam-se igualmente, as teorias funcionalistas que explicam estas ausências através de processos de erosão superficiais, que são questionados da seguinte forma: “onde se acumulou o material erodido?” (Márquez Romero & Jiménez Jáimez, 2008 e 2010).

Nesta equação faltam contudo, duas variantes: (1) os palimpsestos que são formados nestes sítios, muitas vezes ocupados em períodos com cerca de um milhar de anos e (2) os processos diagenéticos de formação de solos. Quer num, quer noutro caso pode ocorrer a “ocultação” natural de vestígios de estruturas positivas na superfície do lugar, principalmente se atender-se ao facto deste ser alvo de sucessivas alterações e rearranjos, durante a ampla diacronia de ocupação efectuada. Não é assim de admirar que as maiores e melhores fontes de informação residam nas estruturas negativas que, uma vez preenchidas, constituem um contexto selado, e não na superfície do terreno.

cerca de 6m de diâmetro. Ora, se atendermos ao tamanho e à morfologia, está-se perante algumas das características das cabanas conhecidas para o Calcolítico, com a variante de serem escavadas na rocha e não construídas em altura.

Simplificando: não obstante todos os óbices à conservação dos vestígios superficiais anteriormente referidos, os recintos de fossos chegam até aos dias de hoje precisamente porque foram construídos para perdurar, e não porque foram erigidos numa lógica assente na efemeridade.

Em suma, à tradicional interpretação que vê no Neolítico Final “ [...] um povoamento disperso e apoiado em economias de exploração de recursos múltiplos” (Gonçalves, 2000-2001:275), propõe-se agora esta proposta interpretativa para os recintos de fossos da mesma etapa cronológica. Nesta proposta incluem-se já os indicadores normalmente associados aos primeiros séculos do 3.º milénio a.n.e., que constitui a fórmula que explicará os grupos sociais construtores de tão complexas estruturas: “[...] grupos coesos, que escolhem determinados espaços, muito bem definidos na paisagem, e aí constróem as suas habitações” (Gonçalves, 2000-2001:276), fazendo portanto recuar no tempo os mecanismos de estruturação da sociedade complexa e hierarquizada que crêem característicos do período que se segue...

8.3. Perspetivas para trabalhos futuros

A redação da presente dissertação ocorreu em simultâneo com a “revolução empírica” que tantas vezes foi aqui mencionada. Efetivamente, todo o processo de colecta de dados, de maturação de ideias e transposição para o papel das interpretações proporcionadas pelos dados empíricos foi sempre acompanhado pela atualização, quase diária, de novas ocorrências, novos dados, novos sítios, o que, por si só, dificultou a organização de ideias. Muitas vezes a ideia “do que é verdade hoje, já não será amanhã” ensombrou a boa prossecução do trabalho, devendo-se mesmo assumir que se temeu pela desadequação da “pergunta de partida” que o norteou.

Deste modo, não há qualquer hesitação em assumir que as ideias e modelos aqui desenvolvidos, ainda que sustentados por uma base empírica concreta, poderão rapidamente

ficar desatualizados, o que se considera bastante positivo, na medida em que isso significa que a ciência “[...] pula e avança [...]” (Gedeão, 1956), acompanhando uma (r)evolução social e científica que se deseja.

A afirmação ou infirmação das propostas delineadas depende da aplicação de uma linha de investigação obrigatoriamente inter e multidisciplinar.

Em primeiro lugar, deve-se envolver os sujeitos da acção *stricto sensu*. À semelhança do que Carvalho (2008) considerou fundamental para testar o modelo social por si proposto, para o processo de neolitização de Portugal Meridional, considera-se aqui também que uma abordagem analítica centrada nos restos humanos das populações dos finais do 4.º milénio a.n.e., directamente associadas aos recintos de fossos do Alentejo Central, poderá trazer novos dados, essenciais para o enriquecimento do debate científico destas realidades. Assim, no futuro, deverão ser canalizados esforços para uma investigação que vise:

- análises de isótopos estáveis de estrôncio, de modo a atestar as premissas dicotómicas de estabilidade das populações autóctones e mobilidade de indivíduos com origens ou na Estremadura ou na Andaluzia, confirmando ou infirmando a ideia do território centro alentejano como uma “zona de fronteira” entre áreas com biótopos atlânticos e áreas com biótopos mediterrâneos;
- análises dos isótopos estáveis ^{13}C e ^{15}N , de forma a aferir paleodietas;
- análises de ADN antigo, de modo a obter um quadro genético da população e eventuais relações de parentesco.

A par desta linha de investigação deve-se ter ainda em consideração preocupações relacionadas com a reconstrução paleoambiental e estratégias paleoeconómicas. Dever-se-á dar assim continuidade a um programa de análises centrado, quer nos restos vegetais, quer nos restos faunísticos, de modo a testar quer o modelo paisagístico, quer o modelo de estratégia de subsistência aqui avançado.

A prossecução de análises traceológicas aos utensílios líticos do Neolítico Final deverá também ter lugar, se possível acompanhadas de análises aos lípidos presentes nas paredes das “queijeiras”, de molde a determinar efetivamente a sua funcionalidade.

A questão da temporalidade destes sítios também deve ser equacionada e alvo de leituras dirigidas essencialmente para essa questão. No SW Peninsular registam-se

divergências significativas, relacionadas com continuidades e abandono das estruturas. A este respeito, reconhecem-se três realidades distintas:

1. recintos que surgem na segunda metade do 4º milénio a.n.e. e têm o seu *terminus* ainda nesta etapa cronológica - Igreja Velha de S. Jorge, Juromenha 1, Malhada das Mimosas, Cabeço do Torrão, Moreiros 2 e Ponte da Azambuja 2;
2. recintos que surgem na segunda metade do 4º milénio a.n.e. e que têm o seu *terminus* durante o 3º milénio - Águas Frias, Perdigões e Porto Torrão, reconhecendo-se, nos dois últimos sítios, importantes ocupações de época campaniforme e até mesmo à Idade do Bronze;
3. recintos que têm a sua fundação em pleno Calcolítico, perdurando até ao final desta etapa cultural.

Assim, da mesma forma que foi colocada a pergunta “quais os motivos que levaram as sociedades dos finais do 4.º milénio a.n.e. a construir os recintos de fossos no SW Peninsular?” devem ser aplicadas outras questões orientadas para a perceção do abandono de uns, da continuidade e sucesso de outros e da fundação de novos, em etapas cronológicas distintas.

Referências Bibliográficas

Alfarroba, A. (2013). Porto das Carretas - Arquitectura e lugar. In J. Soares, *Transformações sociais durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas* (pp. 540-573). Beja: EDIA, SA, - DRCALEN.

Andersen, N. H. (1997). *The Sarup Enclosures* (Vol. 1). (J. Hines, Trans.) Moesgaard: Jutland Archaeologist Society.

Andrade, M. (2009). *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de "megalitização" da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Tese de Mestrado, Exemplar policopiado.

Angelucci, D. (2003). A partir da terra: a contribuição da Geoarqueologia. In J. E. Mateus, & M. Moreno-García (Eds.), *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura* (pp. 35-84). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Araújo, A. (2004). *Análise e interpretação das observações realizadas no sítio arqueológico de Monte das Águas Frias (Ribeira de Lucefecit)*. Évora: ALARM, EDIA, S.A.

Armbruster, T. (2006). Before the monument? Ceramics with a line below the rim (a preliminary report from Vale Rodrigo 3, Évora). *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Simbolismo, arte, espaços sagrados na Pré-história da Península Ibérica* (pp. 53-67). Faro: Universidade do Algarve.

Armbruster, T. (2007). Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale Rodrigo 3. *Vipasca*, pp. 83-94.

Arnaud, J. M. (1978). O Megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas. *Actas das III Jornadas Arqueológicas* (pp. 99-112). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Arnaud, J. M. (1990). Le substrat mésolithique et le processus de néolithisation dans le sud du Portugal. In D. Cahen, & M. Otte, *Rubané et Cardial* (pp. 433-446). Liège: Université de Liège.

Arnaud, J. M. (1993). O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*, 41-60.

Badal - Garcia, E. (1987). O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. III-Estudo Antracológico. *Setúbal Arqueológica*, pp. 87-102.

Baptista, A. M., & Santos, A. T. (s.d.). *A Arte Rupestre do Gudianá Português na área de influência do Alqueva*. Beja: Memórias d' Odiana. EDIA, S.A., DRCALEN.

Barker, P. (1982). *Techniques of Archaeological Excavation*. London: B. T. Batsford, Ltd.

Bell, M., Fowler, P.-J., & Hillson, S.-W. (1996). *The Experimental Earthwork Project 1996-1982*. London: Council for British Archaeology.

Belo, C. C., Pereira, M. S., Moreira, A. C., Coelho, I. S., Onofre, N., & Paulo, A. A. (2009). Montado. In H. M. Pereira, T. Domingo, L. Vicente, & V. Proença, *Ecossistemas e Bem-Estar Humano em Portugal* (pp. 251-293). Centro de Biologia Documental.

Benevolo, L., & Albrecht, B. (2002). *As origens da arquitectura*. Lisboa: Edições 70.

Bernabeu Aubán, J., & Orozco Kohler, T. (2003). Mas d'Is (Penàguila, Alicante): un recinto monumental del VI milenio cal BC. *III Congreso del Neolítico en la Península Ibérica* (pp. 485-495). Santander: Universidad de Cantabria.

Bernabeu Aubán, J., Orozco Kohler, T., Díez Castillo, A., Gómez Puche, M., & Molina Hernández, F. J. (2003). Mas d'Is (Penàguila, Alicante): aldeas y recintos monumentales del Neolítico Inical en el valle del Serpis. *Trabajos de Prehistoria*, 60:2, 39-59.

Bernabeu Auban, J., Molina, L. L., Díez Castillo, A., & Orozco Kohler, T. (2006). Inequalities and poer. Three millenia of Prehistory in Mediterranean Spain (5600-2000 cal BC). (P. Díaz-de-Río, & L. García Sanjuan, Eds.) *British Archaeological Report*, IS, 1525, 97-116.

Bicho, N. F. (2006). *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70.

Binford, L. R. (1983). *Em busca do Passado*. Mem Martins: Publicações Europa - América.

Boaventura, R. (2006). Os IV e III milénios an.e. na região de Monforte para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9-2, pp. 61-73.

Boaventura, R. (2011). Cronología del megalitismo en el Centro-Sur de Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía* , 158-190.

Boaventura, R., & Mataloto, R. (2013). Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 81-101.

Burnez, C., & Louboutin, C. (2002). The Causewayed Enclosures of Western-Central France from the Beginning of the Fourth to the End of the Third Millennium. In G. Varndell, & P. Topping (Eds.), *Enclosures in Neolithic Europe. Essays on Causewayed and Non-Causewayed Sites* (pp. 11-27). Oxford: Oxbow Books.

Butzer, K. W. (1989). *Arqueología , una ecología del hombre*. Barcelona: Bellaterra.

Calado, M., & Mataloto, R. (1998). *Relatório intercalar referente aos trabalhos do Bloco 2 do Plano de Minimização de Impactes do Regolho do Alqueva. Escavação do Povoado Neolítico de Juromenha 1 (Alandroal). Campanha 1 (Abril a Julho de 1998)*. Lisboa: Fundação da Unoversidade de Lisboa.

Calado, M., & Rocha, A. (2004). *Relatório da escavação do povoado pré-histórico das Águas Frias - Rosário. Campanha 1 (2003/ 2004)*. Borba: ALARM. Edia, SA.

Calado, M. (2000). Neolitização e megalitismo no Alentejo Central: uma leitura espacial. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica* (pp. 35-45). Porto: ADECAP.

Calado, M., & Rocha, A. (2000). *Relatório de escavação do povoado da Malhada das Mimosas (Alandroal) - Campanha 2 - 2000*. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa. Centro de Arqueologia de Lisboa. EDIA, S.A.

Calado, M. (2005). *Menires do Alentejo Central*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Exemplar policopiado.

Calado, M., & Rocha, L. (2007). As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. *Los primeros campesinos de La Raya. Aportaciones recientes al conocimiento del Neolítico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo. Actas de las Jornadas de Arqueologia del Museo de Cáceres*. 6, pp. 29-46. Museu de Cáceres.

Cardoso, J. L., & Ferreira, O. V. (1990). Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, pp. 5-12.

Cardoso, J. L. (1992). Acerca de um suporte de lareira do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Al-Madan*, II Série, 1, pp. 23-26.

Cardoso, J. L. (1994). Os restos de grandes mamíferos do povoado Neolítico da Igreja de São Jorge (Vila Verde de Ficalho). *Vipasca*, 3, pp. 51-55.

Cardoso, J. L. (2003). Ainda sobre os impropriamente chamados "Ídolos de Cornos" do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do Sudoeste. *Al-Madan*, Serie II, 12, pp. 77-79.

Carrión, J. S. (2012). *Paleoflora y Paleovegetación de la Península Ibérica e Islas Baleares: Plioceno-Cuaternario*. Murcia.

Carrol, L. (1865). *Alice adventures in Wonderland*. London: Macmillan.

Carter, W. (2009). Os Solos e as Ciências Humanas: Interpretação do Passado. In W. G. Teixeira, D. C. kern, B. Madari, H. N. Lima, & W. Woods (Eds.), *As Terrras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterizaçãoe uso deste conhecimento na criação de novas áreas* (pp. 62-71). Manaus: Empraba Amazônia Ocidental.

Carvalho, A. F. (1995/1996). O talhe da pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro-Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 41-60.

Carvalho, A. F. (1998). Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados das campanhas de sondagem (19992-1997). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 39-72.

Carvalho, A. F. (1998). *Talhe da pedra no Neolítico Antigo do Maciço Calcário das Serras d'Aire e Candeeiros (Estremadura Portuguesa). Um primeiro modelo tecnológico e tipológico*. Lisboa.

Carvalho, A. F. (2008). *A Neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Macico Calcáreo Estremenho e do Algarve Ocidental* (Vols. Promontoria Monográfica, 12). Faro: Universidade do Algarve.

Carvalho, A. F. (2009). O final do Neolítico e as origens da produção laminar calcolítica na Estremadura portuguesa: os dados da gruta-necropole do Algar do Bom Santo (Alenquer, Lisboa). *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria. Actes.* (pp. 75-81). Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya.

Carvalho, A. F. (2013). Estudo do espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus neolíticos de Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In A. C. Valera, *Sobreira de Cima. Necrópole de Hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)* (pp. 71-86). Lisboa: NIA.

Carvalho, A. F. (Ed.). (2014). *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Universidade do Algarve.

Carvalho, A. F., & Gibaja, J. (2013). Insights into the earliest agriculture of Central Portugal: sickle implements from the Early Neolithic site of Cortiços (Santarém). *Comptes rendu Plevol* , 12, pp. 31-43.

Castro Lopez, M., Zafra de la Torre, N., & Hornos Mata, F. (2008, n.º8). El lugar de Marroquíes Bajos (Jaén, España). Localización y ordenación interna. *Era. Arqueologia* , pp. 148-157.

Cavulli, F. (2008). *Abitare il Neolitico. Le più antiche strutture antropiche del Neolitico in Italia Settentrionale*. Trento: Università degli Studi di Trento.

Childe, V. G. (s.d.). *Introdução à Arqueologia*. s.l.: Publicações Europa-América.

Copley, M. S., Berstand, R., Dudd, S. N., Cocherty, G., Mukherjee, A. J., Strarer, V., et al. (2003). Direct chemical evidence for widespread dairying in prehistoric Britain. *Proceedings of the National Academy of Sciences.* , 100, pp. 1524-1529.

Corga, M., & Ferreira, M. T. (2011). *Horta do João da Moura 1 - Trabalhos Arqueológicos e Antropológicos de minimização de impactes do Bloco de Rega de Gerreira, Figueirinha e Valbom - Fase de Obra*. exemplar policopiado: Styx, estudos de antropologia, EDIA, S.A.

Costa Caramé, M. E., Díaz-Zorita Bonilla, M., García Sanjúan, M., & Wheatley, D. W. (2010). The Copper Age Settlement of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): demography, metallurgy and spatial organization. *Trabajos de Prehistoria*, 67:1 , 85-117.

Costa, C. (2013). *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das "estruturas em negativo" da Pré-História Recente.*

Crabtree, K. (1971). Overton Down Experimental Earthwork, Wiltshire 1968. *Proc Univ Bristol Spelaeol Soc* , 12, pp. 237-244.

Cruz-Auñón, R., & Arteaga, O. *Acerca de un campo de silos y un foso de cierre prehistóricos ubicados en la Estacada larga (Valencina de la Concepción, sevilla). Excavación de urgencia de 1995.* 600-616: Anuário Arqueológico de Anadalucía, Junta de Andalucía.

Danielsen, R., & Mendes, P. (2013). Pollen analysis of Late Neolithic ditch deposits from the Perdigões archaeological site. *Apontamentos de Arqueologia e Património* , 9, pp. 13-20.

Darvill, T. (2003). *The Concise Oxford Dictionary of Archaeology.* Oxford: Oxford University Press.

Darvill, T., & Thomas, J. (Eds.). (2001). *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe.* Oxford: Oxbow Books.

Darvill, T., & Thomas, J. (2001). Neolithic enclosures in Atlantic northwest Europe: some recent trends. In T. Darvill, & J. Thomas (Eds.), *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe. Neolithic Studies Group Seminar Papers.* (Vol. 6, pp. 1-23). Oxford: Oxbow Books.

Darvill, T., & Thomas, J. (2001). Preface and acknowledgements. In T. Darvill, & J. Thomas (Ed.), *Neolithic Enclosures in Atlantic Northwest Europe.* 6, pp. vii-viii. Oxford: Oxbow Books.

Davis, S., & Moreno-Garcia, M. (2007). Of metapoidals, measurements and music: eight years os miscellaneous zooarchaeological discoveries at the IPA. *O Arqueólogo Português* , 25, pp. 9-165.

de Lestrang, M.-T., & Gessain, M. (1976). *Collections Bassari. Sénégal, Guiné.* Paris: Catalogues du Musée de l'Homme. Muséum National d'Histoire Naturelle.

Departamento de Produção da Agência Estatal de Meteorologia de Espanha/ Insituto de Meteorlogia de Portugal - Departamento de Meteorlogia e Clima. (2011). *Atlas Climático Ibérico. Temperatura do Ar e Precipitação (1971 - 2000).* s.l.: Agência Estatal de Meteorologia/ Instituto de Meteorologia de Portugal.

Diário da República. (1997, Dezembro 16). Retrieved Dezembro 10, 2012, from IGESPAR,IP: www.igespar.pt/media/uploads/cc/convencao_Malta.pdf

Dias, A. C. (1996). *Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado calcolítico de Santa Vitória*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dias, S., & Figueiredo, M. (2009). *Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos e antropológicos do Monte do Pombal 1*. exemplar policopiado: Era, Arqueologia; EDIA, S.A.

Díaz-Del-Río, P. (2003). Recintos de Fossos del III milenio AC en la Meseta Peninsular. *Trabajos de Prehistoria*, 60-2, 61-78.

Díaz del Río, P. (2004). Factionalism and collective labor in Copper Age. *Trabajos de Prehistoria*, n.º 61:2, pp. 85-98.

Díaz-del-Río, P. (2008). El contexto social de las agregaciones de población durante el Calcolítico Peninsular. *era Arqueologia*, 8, 128-137.

Diniz, M. (1996). A arqueologia pós-processual ou o passado pós-moderno. *Ophiussa*, 9-19.

Diniz, M. (1999). Povoado Neolítico da Foz do Enxóe (Serpa): primeiros resultados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2:1, pp. 95-126.

Diniz, M. (2007). *O Sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/ Sul de Portugal*. Lisboa: Trabalhos de Arqueologia, 48.

Diniz, M. (2010). O concheiro mesolítico do Cabeço da Amoreira (S. Romão do Sado, Alcácer do Sal): um (outro) paradigma perdido? In J. F. Gibaja, & A. F. Carvalho, *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos* (pp. 40-62). Faro: Universidade do Algarve.

D'Oliveira, T. (2007). *Teses e dissertações. Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. Lisboa: Editora RH.

Duby, G. (s.d.). O Historiador, Hoje. *História e Nova História*, pp. 7-21.

Duque-Espino, D. (2005). Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria Reciente del Suroeste Peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , pp. 21-41.

Eco, U. (2011). *Como se faz uma tese em ciência humans*. Barcarena: Editorial Presença.

Evangelista, L. S. (2003). *O complexo arqueológico dos Perdigões e a construção do paisagem em Reguengos de Monsaraz*. Portuó: Exemplar policopiado.

Evangelista, L., & Jacinto, M. J. (2007). Deposições intencionais ou naturais? Análise estratigráfica e material do fosso exterior dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). *Vipasca. Arqueologia e História* (pp. 122-125). Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel.

Fáiren Jiménez, S. (2006). *El paisaje de la neolitización. Arte rupestre, poblamiento y mundo funerario en las comarcas centro-meridionales valencianas*. Alicante: Universidad de Alicante.

Fabião, C. (1989). Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope. Fazer e desfazer História* , pp. 10-26.

Fiedel, S., & Anthony, D. (2003). Deerslayers, pathfinders, and icemen. Origins of the european neolithic as seen from the frontier. In M. Rockman, & J. Steele (Eds.), *Colonization of unfamiliar landscapes: the archaeology of adaptation* (pp. 144-168). London.

Figueiredo, M. (2009). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos e Antropológicos. Monte do Cardim 6*. exemplar policopiado: Era, Arqueologia: EDIA, S.A.

Figueiredo, M. (2013, Fevereiro 5). *Fareleira 3 ditched enclosure*. Retrieved Junho 20, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portugueseenclosures.blogspot.pt

Fonseca, P. (1995). *Estudo da sutura varisca no SW Ibérico nas regiões de Serpa - Beja - Torrão - Alvito - Viana do Alentejo*. Lisboa: Exemplar policopiado.

Forenbaher, S. (1999). Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Chalcolithic. *BAR* , p. 173

García Sanjuán, L. (1999). *Patrones de desigualdad en la Edad del Bronce del Suroeste de la Península Ibérica*. Oxford: BAR International Series 823.

Gaspar, R. (2009). *Estudo petrológico da utensilagem lítica do sítio arqueológico Lajinha 8 (Évora, Portugal). Análise de proveniências*. Lisboa: Exemplar policopiado.

Gedeão, A. (1956). Pedra Filosofal. In A. Gedeão, *Movimento Perpétuo*.

Gibaja, J. F. (2014). *La Función del Utillaje lítico de Ponta da Azambuja*. Barcelona: Exemplar policopiado.

Gil-Masarell, M. B., & Diaz, A. R. (1987). El yacimiento calcolítico de Los Cortinales, en Villafranca de los Barros (Badajoz). In *Archivo de Prehistoria Levantina. Homenaje a D. Domingos Fletcher Valls* (pp. 123 - 145). Valencia: Excma. Diputación de Valencia.

Goldberg, P., & Macphail, R. I. (2007). *Practical and Theoretical Geoarchaeology*. Blackwell Publishing.

Gomes, M. V. (1994). Menires e Cromleques no complexo cultural megalítico português - trabalhos recentes e estado da questão. *O Megalitismo no Centro de Portugal*, (pp. 317-342). Viseu.

Gomes, R. V., Gomes, M. V., & Santos, M. F. (1994). O santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1993)* (pp. 93-108). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Gonçalves, J. L. (1993). "Ídolos de Cornos" de Olelas e Serra das Éguas. *Al-Madan*, II Série, 2, pp. 38-40.

Gonçalves, J. L. "Ídolos de Cornos" e suportes de lareira do Castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, 2.º, pp. 147-162. Lisboa.

Gonçalves, V. S. (1987). O povoado pré-histórico da Sala n.º 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1 (88). *Portugália*, 7-16.

Gonçalves, V. S. (1989). *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: Uniarch.

Gonçalves, V. S. (1992). *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/ INIC.

Gonçalves, V. S. (1993). Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalurgistas. In J. (Medina, *História de Portugal. 1. Portugal na Pré-História (I)* (pp. 351-457). Lisboa: Ediclube.

Gonçalves, V. S. (1993). Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa do Olhos de Sol - um primeiro olhar. *Revista da Faculdade de Letras* , 15, 5ª série, pp. 9-15.

Gonçalves, V. S. (1999). *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Gonçalves, V. S. (2000). *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Gonçalves, V. S. (2000-2001). O trigo, o cobre, a lã e o leite: um guia bibliográfico e uma curta introdução às sociedades camponesas da primeira metade do 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal. *Zephyrus* , pp. 273-292.

Gonçalves, V. S. (2003). *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Gonçalves, V. S. (2003). Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4. "A síndrome das placas loucas". *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 6:1, pp. 131-157.

Gonçalves, V. S. (2003). *Sítios, "Horizontes" e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. (Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Gonçalves, V. S. (2004). As deusas da noite: o projecto "Placa-Nostra" e as placas de xisto da região de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 7:2, 49-72.

Gonçalves, V. S. (2004). Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 7:1, pp. 165-183.

Gonçalves, V. S. (2006). Manifestações do Sagrada na Pré-História do Ocidente peninsular. 7. As placas híbridas: definição do conceito, alguns poucos exemplos e, de novo, os possíveis significados das placas. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 9:2, pp. 27-59.

Gonçalves, V. S. (2006). Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 8. Sete Placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português* , Série IV, 24, pp. 167-231.

Gonçalves, V. S. (2007). Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* , 15, pp. 79-94.

Gonçalves, V. S. (2013). Antes de Endovélico. A propósito das placas de xisto gravadas da Anta de Santiago Maior e das Antas da Herdade dos Galvões (Alandroal, Alentejo). *Cadernos do Endovélico* , 1, pp. 105-123.

Gonçalves, V. S., & Sousa, A. C. (2000). O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular. *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (pp. 11-104). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Gonçalves, V. S., Carvalho, A., & Pombal, S. (2003). A ocupação pré-histórica da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 6:2, pp. 109-142.

Gonçalves, V. S., Pereira, A., & Andrade, M. (2005). As notáveis placas votivas da Anta de Cabacinheiros (Évora). (I. P. Arqueologia, Ed.) *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 8-1, 43-109.

Gonçalves, V. S., Marchand, G., & Sousa, A. C. (2006). Mudança e permanência do Mesolítico final ao Neolítico. Os sítios da Baixa do Xarez (Reguengos de Monsaraz, Évora, Portugal). *IV Congreso del Neolítico Peninsular* (pp. 167-177). Alicante: Museu Arqueológico de Alicante.

Harris, C. M. (2006). *Dictionary of Architecture and Construction*. Nw York: McGraw-Hill.

Harrison, R. (1995). New Aspects of the "Policultivo Ganadero" in Prehistoric Spain. *Orígenes, Estructuras e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras* (pp. 273-276). Torres Vedras: IPPAAR.

Higgs, E. S., & Vita Finzi, C. (1972). Prehistoric Economies: a territorial approach. In *Papers in Economic Prehistory* (pp. 27-36). London: Cambridge University Press.

Hurtado, V. (2009). Ídolos, estilos y territorios de los primeros campesinos en el Sur Peninsular. In *Ojos que nunca se cierran. Ídolos de las primeras sociedades campesinas* (pp. 1-11). Madrid.

Jewel, P. A., & Dimbleby, G. W. (1966). The experimental earthenware on Overton Down, Wiltshire, England: the first four years. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 13, pp. 313-342.

Joffre, R., Rambal, S., & Ratte, J. (1999). The dehesa system of southern Spain and Portugal as a natural ecosystem mimic. *Agroforestry Systems*, 45, pp. 57-79.

Jorge, S. O. (1994). Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras, II Série*, vol. XI, 447-546.

Jorge, S. O. (2003). Preâmbulo. *Recintos Murados da Pré-História Recente* (pp. 5-11). Porto/Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP).

Jorge, S. O., Jorge, V. O., Muralha, J., Sousa, L., & Coixão, S. (2005). Preliminary considerations on forms of spatial organization and construction techniques in Late Prehistoric sites (Chalcolithic/ Bronze Age) of the type of Castelo Velho and Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). Resemblances and differences in comparison with megalithic and similar constructions. *Journal of Iberian Archaeology*, 7, 101-124.

Jorge, S. O., Baptista, L., Gomes, S., Oliveira, M. L., Valera, J. M., & Velho, G. (2007). A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica* (pp. 77-81). Faro: Universidade do Algarve.

Jorge, V. O., Muralha, J., Sousa, L., Vale, A. M., & Coixão, A. S. (2003). Castanheiro do Vento. A late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal - Recent research (1998 - 2002). *Journal of Iberian Archaeology*, 137-161.

Jorge, V. O., Muralha, J., Sousa, L., Vale, A. M., & Coixão, A. S. (2007). Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). Algumas reflexões sobre estratégias de organização do

espaço neste recinto monumental pré-histórico. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica* (pp. 87-106). Faro: Universidade do Algarve.

Kalb, P., & Hock, M. (1989). Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrikt Santarém) vorbericht uber die Grabung im Januar und Februar 1979. *Madriider Mitteilungen* , 21, pp. 91-104.

Lago, M., Duarte, C., Valera, A., Albergaria, J., Almeida, F., & Carvalho, A. (1998). Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 45-152.

Lago, M., & Albergaria, J. (2001). O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era. Arqueologia* , 4, pp. 39-62.

Leisner, G., & Leisner, V. (1985). *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARCH.

Lévi-Strauss, C. (2008). *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70.

Lillios, K. (2002). Some new views of the engraved slate plaques of southwest Iberia. (I. P. Arqueologia, Ed.) *Revista POrtuguesa de Arqueologia* , 5-2, 135-151.

Lillios, K. (2004). *ESPRIT*. Retrieved Maio 6, 2014, from ESPRIT: <http://research2.its.uiowa.edu/iberian/index.php>

Lillios, K. (2008). *Heraldry for the dead. Memory, identity, and the engraved stone plauqe of Neolithic Iberia*. Texas: University of Texas Press.

Márquez Romero, J., & Jiménez Jáimez, V. (2008). Claves para el estudio de los Recintos de Fosos del sur de la Península Ibérica. *era arqueologia, revista de divulgação científica de estudos arqueológicos* , 159-171.

Márquez Romero, J., & Jiménez Jáimez, V. (2010). *Recintos de Fosos. Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV - III milénios AC)*. Málaga: Universidad de Málaga.

Márquez Romero, J. E., Valera, A. C., Becker, H., Jiménez Jáimez, V., & Suárez Padilla, J. (2011). El Complejo Arqueológico dos Perdigoões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). *Prospecciones Geofísicas - Campañas de 2008-09. Trabajos de Prehistoria* , 68:1, 175-186.

Marquez, J. E., Vivar, E. M., Jáimez, V. J., & Suárez, J. (2013). Dataciones absolutas para el Fosso 1 de Perdigoë (Reguengos de Monsaraz). Reflexiones sobre su cronología y temporalidad. *Spal* , 22, pp. 17-27.

Martín de la Cruz, J. C. (1985). *Papa Uvas I. Aljaraque, Huelva. Campañas de 1976 a 1979*. Ministerio da Cultura. Direccion General de Bellas Artes y Archivos. Subdireccion General de Arqueologia e Etnografia.

Martín de la Cruz, J. C. (1994). *El transito del Neolitico al Calcolitico en el litoral del Sur-Oeste Peninsular*. Madrid: Ministerio de Cultura.

Martínez Sanchez, R., & García Benavente, R. (2009). Una terracota figurada del IV milénio an.e. en la Vega media del Guadalquivir. *Trabajos de Prehistoria* , 66:1, pp. 115-122.

Mataloto, R. (2010). O 3.º/ 4.º milénio a.C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. *Trnasformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* (pp. 263-295). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Mataloto, R., & Costeira, C. (2008). O povoado calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 11, 5-27.

Mataloto, R., & Boaventura, R. (2009). Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 12:2, 31-77.

Mataloto, R., & Costeira, C. (2009). O Povoado Calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). Notícia da sua identificação. *IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, (pp. 107-133). Huelva.

Mataloto, R., Davis, S., Costeira, C., Clemente, R., & Santos, I. (2011). Os povoados de fossos do Paraíso: uma ocupação do IV/ III milénios a.C. na região de Elvas. Balanço das intervenções 2009-2010. *Actas do V Encontro de Arqueologia Peninsular*, (pp. 39-72).

Mateus, J. E., Queiroz, P. F., & van Leeuwen, W. (2003). O Laboratório de Paleoecologia e Arqueobotânica - Uma visita guiada aos seus programas, linhas de trabalho e perspectivas. In J. E. Mateus, & M. Moreno-García, *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. (pp. 105-188). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Mayewski, P. A., & alii, e. (2004). Holocene climate variability. *Quaternary Research*, 62, 243-255.

Mesquita, S. (2005). *Modelação Bioclimática de Portugal Continental*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Montes Moya, E. (2011). Agricultura del III y II milenio a.n.e. en la comarca de La Loma (Jaén): datos carpológicos de Las Eras del Alcázar (Úbeda) y Cerro del Alcázar (Baeza). *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*, n.º 2, 87-107.

Moreno Garcia, M., & Valera, A. C. (2007). Os restos faunísticos de vertebrados no sítio do Mercador. *Vipasca. Arqueologia e História*. 2, pp. 139-152. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel.

Morgado, A., & Pelegrin, J. (2002). Origin and Development of Pressure Blade Production in the Southern Iberian Peninsula (6th-3rd Millenia B.C.). In P. Desrosiers (Ed.), *The Emergence of Pressure Blade Making. From origin to modern experimentation* (pp. 219-235). Springer.

Nabais, M. (2013). *Estudo Zooarqueológico do sítio do Neolítico Final da Ponte da Azambuja2 (Évora, Portugal)*.

Neto, N., Rocha, M., Santos, R., & Rebelo, P. (2013). Povoado calcolítico do Porto Torrão - uma inumação em fossa. *Arqueologia em Portugal - 150 anos* (pp. 379-385). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Neto, N., Rocha, M., Santos, R., & Rebelo, P. (2013). Povoado Calcolítico do Porto Torrão - Uma inumação em fossa. *Arqueologia em Portugal - 150 anos* (pp. 379-385). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Neves, C. (2013). A evolução do processo de neolitização numa paisagem estuarina: a ocupação do Monte da Foz I (Benavente, Portugal). *Pré-História das zonas húmidas. Paisagens de sal* (pp. 123-144). Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Neves, C., Martins, A., Andrade, M., Pinto, A., & Magalhães, B. (2013). Estratégias de povoamentos das comunidades do Neolítico Final e Calcolítico no vale da Ribeira do Alfundão (Ferreira do Alentejo, Portugal). *Arqueologia em Portugal - 150 anos* (pp. 361-372). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Neves, M. J., & Mendes, C. (2011). *Monte do Carrascal 2 - Trabalhos arqueológicos e antropológicos de minimização de impactes decorrentes do Bloco de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom - Fase de obra*. Styx, EDIA, SA.

Nocete, F. (2001). *Tercer milenio antes de nuestra era. Relaciones y contradicciones centro/ periferia en el Valle del Guadalquivir*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.

Nocete, F., Queipo, G., Saéz, R., Nieto, J. M., Inácio, N., Bayona, M. R., et al. (2008). The smelting quarter of Valencina de la Concepción (Seville, Spain): the specialised copper industry in a political centre of the Guadalquivir Valley during the Third millenium BC (2750-2500BC). *Journal of Archaeological Science*, 35 , 717-732.

Nunes, A., & Carvalho, A. F. (2013). O Neolítico médio no Maciço Calcário Estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. (pp. 329-334). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Odriozola, C. P., Linares-Catela, J. A., & Hurtado Pérez, V. (2010). Perdigões greenbeads provenance analysis. *Apontamentos de Arqueologia e História* , pp. 47-51.

Odriozola, C. P., & García Sanjuán, L. (2012). Las cuentas de collar de piedra verde de Matarrubilla (Valencina de la Concepción). In L. García Sanjuán, J. M. Vargas Jiménez, V. Hurtado Pérez, T. Ruiz Moreno, & R. Cruz-Auñón Briones (Eds.), *El asentamiento prhistórico de Valencina de la Concepción (Sevilla). Investigación y tutela en el 150 aniversario del descubrimiento de la Pastora*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

Odriozola, C. A., Mataloto, R., Moreno-García, J., Villalobos Garcia, R., & Martinez-Blanes, J. M. (2013). Producción y circulación de rocas verdes y sus produtos en el SW peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* , pp. 125-142.

Odriozola, C., Sousa, A. C., Boaventura, R., & Villalobos, R. (2013). Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): Estudo de proveniências e redes de troca no 3.º milénio a.n.e. no actual território português. *I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (pp. 457-462). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Olea, L., & San Miguel-Ayanz, A. (2006). The Spanish dehesa. A traditional Mediterranean silvopastoral system linking production and nature conservation. *21st General Meeting of the European Grassland Federation*. , (pp. 1-15). Badajoz.

Oliveira, J. (2000). A anta da Fábrica da Celulose. *Memórias de Odiana. Estudos Arqueológicos de Alqueva*. (pp. 135-152). Beja: Edia, S.A.

Orozco Kohler, T., Bernabeu Aubán, J., Molina Balaguer, L., & Diez Castillo, A. (2008). Los recintos Neolíticos como expresión de poder en el Mediterráneo Peninsular. *era Arqueologia*, 8 , 172-181.

Papanastasis, V. P. (s.d.). *Paisagens Desertificadas Mediterrânicas: Pasto Natural e Paisagens Pastoris*. s.l.: lucinda. Land Care i Desertification Affected Areas. From Science Towards Application.

Parreira, R. (1983). O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979-1980. *O Arqueólogo Português* , 149-168.

Parreira, R. (1990). Considerações sobre os milénio IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais, Presenças Orientalizantes em Portugal da Pré-História até ao período romano* , 27-43.

Parreira, R. (1996). *O conjunto megalítico do Crato*. Tese de mestrado. Exemplar policopiado.

Pascual Benito, J. (1998). *Utillaje óseo, adornos e ídolos neolíticos valencianos*. Valencia: Diputacón Provincial de Valencia.

Pereiro, T. (2010). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Horta do João da Moura 1*. exemplar policopiado: Era, Arqueologia, EDIA, S.A.

Price, T. D. (2000). *Europe's first farmers*. Cambridge: Cambridge University Press.

Price, T. D., Gebauer, A. B., & Keeley, L. H. (1995). The spread of farming into Europe north of the Alps. In T. D. Price, & A. B. Gebauer, *Last hunters first farmers* (pp. 95-126). Santa Fé: School of American Research Press.

Quaranta, G. (s.d.). *Agricultura de Sequeiro*. s.l.: lucinda. Land Care in Desertification Affected Areas. From Science Towards Application.

Queiroz, P. (2003). Estudos de Arqueobotânica sobre materiais provenientes da Anta 3 de Santa Margarida. In V. S. Gonçalves, *STAM 3. A anata da Haerdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)* (pp. 441-457). Instituto Português de Arqueologia.

Quintaneiro, T., Barbosa, M. L., & Oliveira, M. G. (2003). *Um toque de clássicos. Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Quivy, R., & VanCampenhout, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (J. M. Marque, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.) Paris: Gradiva.

Ramos Millán, A. (1986). La explotación de recursos líticos por las comunidades prehistóricas. Un estudio sobre economía primitiva. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 237-272.

Rebello, P. (2009). *Relatório Final da intervenção arqueológica no Povoado do Porto Torrão, Ferreira do Alentejo*. Beja: Neoépica; EDIA, S.A.

Rebuge, J., Sá, A., & Cheney, A. (2010). *Intervenção Arqueológica em Porto Torrão (Sector 3 Oeste)*. Beja: Archeoestudos, EDIA, S.A.

Redman, C. L. (1990). *Los orígenes de la civilización. Desde los primeros agricultores hasta la sociedad urbana en el Próximo Oriente*. Barcelona: Editoril Crítica.

Renfrew, C., & Bahn, P. (1998). *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica*. (M. J. Rial, Trans.) Madrid: Ediciones Akal, S.A.

Ribeiro, O. (1945). *Mediterrâneo. Ambiente e tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ribeiro, O. (1967). Publicações recentes acerca da Geografia da Península Ibérica. (Primeira Notícia)". *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia* , 141-149.

Rivas-Martinez, S., Penas, A., & Diaz, T. (2001). *Bioclimatic Map of Eurooe - Thermoclimatic Belts*. León: University of León.

Rodrigues, A. F. (2006). *Casa Branca 7: um povoado na transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e na margem esquerda do Guadiana (Serpa)*. exemplar policopiado.

Rodrigues, F. (2006). Moita do Ourives: um habitat do Neolítico Médio no Baixo Tejo. *IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica* (pp. 249-262). Faro: Universidade do Algarve.

Rodrigues, F. (2008). O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Porte, Évora): primeira notícia. *Apontamentos de Arqueologia e Património* , pp. 49-56.

Rodrigues, F. (2013). Ídolomania: figuras antropomórficas e "ídolos de cornos" do recinto de fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora). *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (pp. 435-446). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Rodrigues, F. Skeletons in the ditch: funerary activity in ditched enclosures of Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja). *Recent Prehistory Enclosures and Funerary Practices*. no prelo.

Rojo-Guerra, M. A., Garrido-Pena, R., García-Martínez de Lagrán, I., & Kunst, M. (2006). Los recintos del poblado del Neolítico Antiguo de La Revilla del Campo (Ambrona, Soria). *IV Congreso del Neolítico Peninsular (tomo I)* (pp. 252-258). Alicante: MARQ.

Romero, J. M. (2001). De los "Campos de Silos" a los "Agujeros Negros": Sobre pozos, depósitos y zanjas en la Prehistoria Reciente del Sur de la Península Ibérica. *SPAL, Revista de Prehistoria y Arqueologia* , 10, 207-220.

Romero, J. E., Suárez, J., Vivar, E., Jáimez, V., Herrero, J., & Albadalego, P. (2013). Actuaciones arqueológicas realizadas por la Universidad de Malaga en el yacimiento de Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). Triénio 2011-2013. *Apontamentos de Arqueologia e Património* , 9, pp. 61-72.

Salvado, M. C. (2004). *Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa. As colecções do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Santos, F. C., Soares, A. M., Rodrigues, Z., Queiroz, P., Valério, P., & Araújo, M. F. (2009). Horta do Albardão 3: um sítio com fossos e fossas, na encosta do Albardão /S. Manços Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia* , 1, pp. 53-71.

Santos, H. (2010). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Monte do Carrascal 2*. Era Arqueologia, EDIA, SA.

Santos, R., Rebelo, P., Neto, N., Rebuge, J., Sá, A., Cheney, A., et al. Porto Torrão: resultados preliminares. 4.º *Colóquio de Arqueologia de Açueva. O plano de rega*. no prelo.

Schiffer, M. B. (1987). *Formation Processes of the Archaeological Record*. Salt Lake City: University of Utah Press.

Schumacher, T. X. (2013). The ivory workshop of Valencina de la Concepción (Seville, Spain) and the identification of ivory from Asian elephant on the Iberian Peninsula in the first half of the 3rd millenium B.C. *Journal of Archaeological Science* , 1579-1592.

Senna-Martinez, J. C., & Ventura, J. M. (2008). Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o Megalitismo da Beira Alta, meio século depois. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* , 16, 317-350.

Sherratt, A. (1981). Plough and Pastoralism: aspects pf the secondary products revolution. In I. Hodder, & N. Hammond, *Patterns of the past* (pp. 261-305). Cambridge: University Press.

Sherratt, A. (1992). Reconstructing Prehistoric farming. *Oreigens, Estrturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica* (pp. 61-76). Torres Vedras: IPPAAR.

Sherratt, A. (1983, Jun). The Secondary Exploitation os Animals in the Old Worl. *Worl Archaeology* , 15, pp. 90-104.

Silva, A. C. (1999). *Salvamento Arqueológico no Guadiana* (Vol. 1). Beja: Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

Silva, C. T. Calcolítico do Sul de Portugal: uma introdução. *El origen de la metalurgia en la Península Iberica* (pp. 65-83). Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

Silva, C. T., & Soares, J. (1976-1977). Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica* , 179-267.

Silva, C. T., Cardoso, J. L., Cruz, C. S., & Reis, C. (1986). Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia* , pp. 59-82.

Silva, C. T., & Soares, J. (1987). O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. I - Escavações Arqueológicas de 1982 - 86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica* , 29-79.

Silva, C. T., Soares, J., & Cardoso, J. L. Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado. *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península de Lisboa*. Actas das I Jornadas de Torres Vedras. (pp. 159-168). Torres Vedras: IPAAR.

Soares, A. M. (1994). Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados Preliminares. *Vipasca* , 3, pp. 41-49.

Soares, A. M. (1996). Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca* , 5, 51-58.

Soares, A. M. (2008). O Monumento Megalítico de Monte da Velha 1 (MV1) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11:1 , 33-51.

Soares, A. M. (2004). *Variabilidade do "upwelling" costeiro durante o Holocénico nas margens atlânticas ocidental e meridional da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente.

Soares, A. M., & Arnaud, J. M. (1984). Escavações do Sepulcro Megalítico MV2 (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Arquivo de Beja*, II:1 , 67-82.

Soares, A. M., & Cabral, J. P. (1993). Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *TRabalhos de Antropologia e Etnologia* , 217-235.

Soares, A. M., & Martín de la Cruz, J. C. (1995). Cronologia absoluta para a fase do Neolítico Final de Papa Uvas. *I Congr s del Neol tic a la Península Ibérica* (pp. 655-658). Gav -Bellaterra: Rubricatum.

Soares, J. (2001). O povoado Pré-Histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV-III milénios a.C. *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal* , pp. 101-127.

Soares, J. (2013). *Tranformações e mudanças durante o III milénio AC no Sul de Portugal. O Povoado do Porto das Carretas*. Beja: EDIA, S.A. - DRCALLEN.

Soares, J., & Silva, C. T. (1992). Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos". *Setúbal Arqueológica* , 9-10, pp. 37-88.

Soudsky, B., Bayle, D., Beeching, A., Biquard, A., Boureux, M., Cleuziou, S., et al. (1982). L'habitat néolithique et chalcolithique de Cuiyry-les-Chaudardes. *Revue Archéologique de Picardie* , pp. 57-119.

Sousa, A. C. (2010). *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Fnal e Calcolítico da Peninsula de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Spindler, K. (1995). *O Homem no Gelo*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

Stevenson, A., & Harrison, R. (1992). Ancient forests in Spain: a model for land-use and dry forest management in South-West Spain from 4000BC to 1900AD. *Proceedings of the Prehistoric Society* , 58, pp. 227-247.

Tarrus, J., Saña, M., Chinchilla, J., & Bosch, A. (2006). La Draga (Banyols, Catalogne): traction animale à la fin du VI millénaire. In P. Pétrequin, R.-M. Rabogast, A.-M. Pétrequin, S. Willigen, & M. Bailly, *Premieres chariots, premiers araires: la diffusion de la traction animale en la Europe pendant les IV et III millénaires avant notre ère* (pp. 25-30). Paris: CNRS.

Tereso, J. P. (2013). *Pte. Azb. 2. Estudos de Arqueobotânica. Relatório Técnico*.

Tereso, J., Queiroz, P., Soares, J., & Silva, C. T. (2011). Charcoal analysis from Porto das Carretas: the gathering of wood and the palaeoenvironmental context of SE Portugal during the 3rd millenium. *Saguntu. Papeles del Laboratorio de Arqueologia de Valencia* , pp. 145-146.

Trigger, B. G. (1992). *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ullah, I. I. (2011). A GIS method for assessing the zone of human-environmental impact around archaeological sites: a test case from the Late Neolithic of Wadi Ziqlâb, Jordan. *Journal of Archaeological Science*, 38 , 623-632.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1998). whc.unesco.org/archive/repcom98.htm#866. Retrieved Novembro 23, 2012, from World Heritage Convention: whc.unesco.org

Valdez, J. (2010). *A Gravura na Arte Esquemática do Noroeste Peninsular. O caso do Monte de Góios (Lanhelas, Caminha)*. Universidade do Porto: Tese de Mestrado, exemplar policopiado.

Valente, M. J., & Carvalho, A. F. (2014). Zooarcheology in the neolithic and chalcolithic of Southern Portugal. *Environmental Archaeology* , 1-15.

Valera, A. C. (1997). *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego*. Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

Valera, A. (2000). Moinho de Valadares 1 e a transição Neolítico Final/ Calcolítico na margem esquerda do Guadiana: uma análise preliminar. *Era, Arqueologia* , 1, pp. 24-31.

Valera, A. C. (2008). Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História recente. *era, arqueologia* , 8, pp. 112-127.

Valera, A. C. (2009). Cosmological bonds and settlement aggregation processes during Late Neolithic and Copper Age in South Portugal. In T. L. Thurston, & R. B. Salisbury, *Reimagining Regional Analysis: The Archaeology of Spatial and Social Dynamics* (pp. 234-264). Newxastle: Cambridge Scholars Publishing.

Valera, A. C. (2010). Construção da temporalidade dos Perdigões: contextos neolíticos na área central. *Apontamentos de Arqueologia Património* , 19-26.

Valera, A. C. (2010). Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica. *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (pp. 25-38). Almodôvar: Município de Almodôvar.

Valera, A. C. (2012). Mind the Gap: Neolithic and Chalcolithic Enclosures of South Portugal. In A. Gibson (Ed.), *Enclosing the Neolithic. Recent Studies in Britain and Europe*. (Vol. 2440, pp. 165-183). BAR International Series.

Valera, A. (2012, Janeiro 17). 0072 - *Águas Frias ditched enclosure*. Retrieved Agosto 21, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portugueseenclosures.blogspot.pt

Valera, A. C. (2012, Setembro 2012). *Geology and Enclosures*. Retrieved Junho 20, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portugueseenclosures.blogspot.pt

Valera, A. C. (2012). "Ídolos Almerienses" provenientes de contextos neolíticos do Complexo de Recintos dos Perdighões. *Apontamento de Arqueologia e Património* , 8, 19-28.

Valera, António Carlos;. (2013). *Sobreira de Cima. Necrópole de Hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)* (Vol. 1). Lisboa: NIA.

Valera, A. C. (2013). A Necrópole da Sobreira de Cima no contexto das práticas funerárias no Sul de Portugal. In A. C. Valera, *Sobreira de Cima. Necrópole de Hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)* (pp. 113-129). Lisboa: Era Monráfica, 1.

Valera, A. C. (2013). Cronologia dos recintos de fossos da Pré-História recente em território português. *Arqueologia em Portugal 150 anos* (pp. 335-343). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Valera, A. C. (2013). Recintos de Fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *al madan* , 18, 93-110.

Valera, A. C. (2014, February 2). *Perdighões NE gate*. Retrieved Juin 20, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portugueseenclosures.blogspot.pt

Valera, A. C. (2014, May 4). *Hemp in Bela Vista 5 enclosures*. Retrieved Juin 2, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portugueseenclosures.blogspot.pt

Valera, A. C., & Filipe, I. (2004). O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). Novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era. Arqueologia* , 7, pp. 23-32.

Valera, A. C., Tereso, J., & Rebuge, J. (2006). O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/ Calcolítico do estuário do Tejo. *Promontoria Monográfica. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (pp. 291-299). Faro: Universidade do Algarve.

Valera, A. C., Lago, M., Duarte, C., Dias, I., & Prudêncio, I. (2007). Investigação no Complexo Arqueológico dos Perdigões: ponto da situação de dados e problemas. *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Promontoria Monográfica, n.º 8* (pp. 53-63). Faro: Centro de Estudos do Património, Departamento de História e Arqueologia da Universidade do Algarve.

Valera, A. C., & Godinho, R. (2009). A gestão da morte nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): novos dados, novos problemas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, pp. 371-387.

Valera, A. C., & Godinho, R. (2010). Ossos humanos provenientes dos fossos 3 e 4 e gestão da morte nos Perdigões. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, pp. 29-40.

Valera, A. C., & Godinho, R. (2010). Ossos humanos provenientes dos Fossos 3 e 4 e Gestão da Morte nos Perdigões. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, pp. 29-39.

Valera, A., & Becker, H. (2011). Arqueoastronomia, Geofísica e Recintos de fossos da Pré-história recente no Sul de Portugal. *Xelb. Actas do 8.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (p. s.p.). Silves: Câmara Municipal de Silves.

Valera, A. C., & Filipe, V. (2012). A necrópole de hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamento de Arqueologia e Património*, 8, pp. 29-41.

Valera, A. C., Becker, H., & Boaventura, R. (2013). Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, pp. 37-46.

Valera, A. C., & Evangelista, L. S. (2014). Anthropomorphic Figurines at Perdigões Enclosure: Naturalism, Body Proportion and Canonical Posture as Forms of Ideological Language. *European Journal of Archaeology*, 17:2, pp. 286-300.

Valera, A. C., Silva, A. M., & Márquez Romero, J. (2014). The temporality of Perdigões Enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *Spal* , 23, pp. 11-26.

Valera, A. C., Marquéz, J. E., Becker, H., Jiménez, V., & Suárez, J. (no prelo). O complexo arqueológico dos Perdigões: nova imagem e novos problemas proporcionáveis pela prospecção geofísica. *Actas do 8.º Encontro de Arqueologia do Algarve* (p. no prelo). Câmara Municipal de Silves.

van Leeuwen, W., & Queiroz, P. (2003). *Identificação de um conjunto de material lenhoso carbonizado proveniente do povoado pré-histórico de Moreiros 2, Arronches, Monforte*. CIPA.

Vaquier, J. (2000). *Le Moual, Trèbes (Aude). Une enceinte annulaire du Néolithique final*. Toulouse: CNRS info.

Vargas Jiménez, J. M. (2004). *Carta Arqueológica Municipal de Valencina de la Concepción*. Valencina de la Concepción: Junta de Andalucía.

Varndell, G., & Topping, P. (Eds.). (2002). *Enclosures in Neolithic Europe*. Oxford: Oxbow Books.

Ventura, J. M., & Senna-Martinez, J. C. (2004). Do Conflito à Guerra: Aspectos do desenvolvimento e institucionalização da violência na Pré-História Recente Peninsular. *História Militar e da Guerra* (pp. 9-19). Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras.

Wang, S., Ge, Q., Wen, X., & Huang, J. (2013). Abrupt Climate Changes of Holocene. *Chinese Geographical Science* , 1, 1-12.

Waterman, A. J., Peate, D. W., Silva, A. M., & Thomas, J. T. (2013). In search of homelands: using strontium isotopes to identify biological markers of mobility in late prehistoric Portugal. *Journal of Archaeological Science* , p. no prelo.

Wheeler, J. (2010). Paleoenviromental assessment of two archaeological sediments from Perdigões, Alentejo region, Portugal. *Apontamentos de Arqueologia e Património* , 6, pp. 41-45.

Whittle, E. H., & Arnaud, J. M. (1975). Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in central Portugal. *Archeometry* , 17:1, pp. 5-24.

Zilhão, J. (2000). From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian peninsula. In T. D. Price, *Europe's first farmers* (pp. 144-182). Cambridge: Cambridge University Press.

Zilhão, J. (1997). Maritime pioneer colonisation in the Early Neolithic of the west Mediterranean. Testing the model against the evidence. *Porocilo o raziskovanju paleolitika, neolitika in eneolitika* (pp. 19-42). Ljubljana: Sloveniji.

Zilhão, J. (1997). *O Paleolítico superior da Estremadura Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri.